As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo estará disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia; dos Acionistas Vendedores, das Instituições Participantes da Oferta; das entidades administradoras de mercado organizado de valores mobiliários onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; e da CVM.

ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA INICIAL SUJEITA A ALTERAÇÕES E COMPLEMENTAÇÕES, TENDO SIDO ARQUIVADO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS EXCLUSIVOS DE ANÁLISE E EXIGÊNCIAS POR PARTE DESSA AUTARQUIA. ESTE DOCUMENTO, PORTANTO, NÃO SE CARACTERIZA COMO O PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA E NÃO CONSTITUI UMA OFERTA DE VENDA OU UMA SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE COMPRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO BRASIL, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA OU EM QUALQUER OUTRA JURISDIÇÃO, SENDO QUE QUALQUER OFERTA OU SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE AQUISIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS SÓ SERÁ FEITA POR MEIO DE UM PROSPECTO DEFINITIVO. OS POTENCIAIS INVESTIDORES NÃO DEVEM TOMAR NENHUMA DECISÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTA MINUTA.

MINUTA DO PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA

[•]

B3 LISTING

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A.

Companhia de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 04.972.092/0001-22
NIRE: 35300509668
Avenida Comendador Aladino Selmi, nº 2502 - Galpão 5
CEP 13069-036, Chácara Campos dos Amarais, Campinas, São Paulo
[•] Ações Ordinárias
Valor da Oferta: R$[•]
Código ISIN: "[•]"
Código de negociação das Ações na B3: "[•]"

No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•] ("Faixa Indicativa"), podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

O **Grupo Fartura de Hortifrut S.A.**, ("**Companhia**"), **Crescera Oba Growth Co-Investment I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia** ("**FIP Crescera**") e os acionistas vendedores pessoas físicas identificados nas seções "Identificação dos Acionistas Vendedores" e "Quantidade, montante e recursos líquidos" nas páginas 43 e 46, respectivamente, deste Prospecto Preliminar ("**Acionistas Vendedores Pessoas Físicas**" e, em conjunto com o FIP Crescera, "**Acionistas Vendedores**"), em conjunto com o **Banco Itaú BBA S.A.** ("**Itaú BBA**" ou "**Coordenador Líder**"), o **Banco Bradesco BBI S.A.** ("**Bradesco BBI**"), **UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("**UBS BB**") e o **Banco BTG Pactual S.A.** ("**BTG Pactual**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bradesco BBI e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**"), estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia ("**Ações**") a ser realizada na República Federativa do Brasil ("**Brasil**"), com esforços de colocação de Ações no exterior ("**Oferta**").

A Oferta consistirá na distribuição pública (i) primária de, inicialmente, [•] novas ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de, inicialmente, [•] Ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente vigente ("**Código ANBIMA**"), bem como com esforços de dispersão acionária nos termos do Regulamento do segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**" e "**Regulamento do Novo Mercado**") e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3 e convidadas a participar da Oferta para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a Investidores de Varejo e os Investidores da Oferta Prioritária (conforme definido abaixo), que deverão aderir à carta convite disponibilizada pelo Coordenador Líder ("**Instituições Consorciadas**" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "**Instituições Participantes da Oferta**").

Simultaneamente, no âmbito da Oferta, serão também realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo Itau BBA USA Securities, Inc., pelo Bradesco Securities, Inc., pela UBS Securities LLC e pelo BTG Pactual US Capital LLC, (em conjunto, "**Agentes de Colocação Internacional**"), em conformidade com o *Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional ("**Contrato de Colocação Internacional**"): (i) nos Estados Unidos da América ("**Estados Unidos**"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A do *U.S. Securities Act* de 1933 ("***Securities Act***"), editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos ("**SEC**"), em operações isentas de registro, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis deste país (*non-U.S. persons*), nos termos do Regulamento S, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "**Investidores Estrangeiros**") e, em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados nos termos da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("**Lei 4.131**"), ou da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.373, de 29 de setembro de 2014 ("**Resolução CMN 4.373**") e da Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada ("**Instrução CVM 560**"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do Contrato de Colocação Internacional.

Exceto pelos registros a serem concedidos pela CVM para a realização da Oferta no Brasil, nos termos da Instrução CVM 400, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. ("**Anúncio de Início**"), a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares) poderá, a critério dos Acionistas Vendedores e da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% do total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares), a serem pela Companhia emitidas e/ou alienadas pelos Acionistas Vendedores, conforme o caso, na proporção indicada neste Prospecto Preliminar (conforme definido abaixo), nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão utilizadas para atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* ("**Ações Adicionais**").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais) a serem emitidas pela Companhia e/ou alienadas pelos Acionistas Vendedores, conforme o caso, na propoção indicada neste Prospecto Preliminar, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações Suplementares**"), conforme opção a ser outorgada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação (conforme definido neste Prospecto Preliminar), as quais serão destinadas, exclusivamente, à prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta ("**Opção de Ações Suplementares**"). As Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta de forma individual e não solidária, em regime de garantia firme de liquidação a ser prestada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta, de acordo com os limites individuais e demais disposições previstas no Contrato de Colocação. As Ações que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária e os Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo (conforme definidos neste Prospecto Preliminar) serão normalmente, considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto Preliminar, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do do Ofício-Circular nº 01/2020/CVM/SRE ("**Ofício-Circular CVM/SRE**"), hipótese em que o Investidor da Oferta Prioritária e o Investidor de Varejo poderá desistir do seu Pedido de Reserva da Oferta Prioritária e os Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo.

O preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("**Procedimento de *Bookbuilding***"), e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding* ("**Preço por Ação**").

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas foi aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"). **Os Investidores da Oferta Prioritária e os Investidores de Varejo não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

	Preço (R$)[1]	Comissões (R$)[2][4]	Recursos Líquidos (R$)[2][3][4]
Preço por Ação	[•]	[•]	[•]
Oferta Primária[4]	[•]	[•]	[•]
Oferta Secundária[4]	[•]	[•]	[•]
Total da Oferta	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais.
(3) Sem dedução das despesas e tributos da Oferta.
(4) Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta _ Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto Preliminar.
(5) Para informações sobre a quantidade de Ações a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores na Oferta, bem como o montante a ser recebido, veja página 43 deste Prospecto Preliminar.

A abertura de capital da Companhia, a sua adesão e admissão ao Novo Mercado e a realização da Oferta Primária, bem como seus termos e condições foram aprovadas em assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em 13 de outubro de 2020, cuja ata foi devidamente protocolada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**"), bem como publicada em 18 de outubro de 2020 no jornal "Correio Popula" e que será protocolada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("**DOESP**"). O Preço por Ação, bem como a quantidade de Ações objeto da Oferta e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu Estatuto Social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no "Correio Popular" na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOESP, no dia útil subsequente.

Não será necessária qualquer aprovação em relação ao FIP Crescera e aos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas para a participação na Oferta Secundária e a fixação do Preço por Ação.

Exceto pelo registro na CVM para a realização da Oferta no Brasil, nos termos da Instrução CVM 400, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Será admitido o recebimento de reservas, a partir de [•] de [•] de 2020, para subscrição/aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor após o início do Prazo de Distribuição (conforme definido abaixo).

"O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS."

A Oferta está sujeita a prévia análise e aprovação da CVM, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto à CVM em [•] de [•] de 2020.

Este Prospecto Preliminar não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de subscrição/aquisição das Ações. Ao decidir subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações, os potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, das atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO DA COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", A PARTIR DAS PÁGINAS 18 e 88, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO PRELIMINAR E TAMBÉM A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NA PÁGINA [•], PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

Autorregulação ANBIMA
Ofertas Públicas

Coordenadores da Oferta

Itaú BBA
Coordenador Líder

bradesco bbi

UBS BB Investment Bank

BTG Pactual

A data deste Prospecto Preliminar é [•] de [•] de 2020.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES **1**
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA **4**
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO **5**
SUMÁRIO DA COMPANHIA **7**
Visão Geral 7
Principais Indicadores Financeiros e Operacionais 8
Canais de Venda 9
Lojas Físicas: Oba Hortifruti 10
Lojas Físicas: Oba Farm 11
Canal Digital 11
Nossa Estratégia 12
Sermos líderes no setor de Hortifruti 12
Oferecer uma experiência diferenciada de compra para nossos clientes 13
Garantir a oferta de produtos diferenciados, frescos e de alta qualidade 13
Excelência Operacional 13
Fidelização dos clientes 14
Crescer de forma sustentável 14
Uso de Inteligência Artificial para Aumentar a Recorrência e Retenção do Cliente 15
Foco contínuo na expansão digital 15
Verticalização onde necessário para garantir a qualidade e suprimento necessário 15
Nossos pontos fortes competitivos 16
Estrutura Societária 18
Eventos Recentes 18
Principais fatores de risco relacionados à Companhia 18
IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, COORDENADORES DA OFERTA, CONSULTORES E DOS AUDITORES INDEPENDENTES **22**
Declaração de Veracidade das Informações 23
SUMÁRIO DA OFERTA **24**
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA **41**
Composição do capital social 41
Principais acionistas, Administradores e Acionistas Vendedores 42
Identificação dos Acionistas Vendedores, quantidade de ações ofertadas, montante e recursos líquidos 43
Características Gerais da Oferta 44
Descrição da Oferta 44
Aprovações societárias 45
Preço por Ação 45
Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta 46
Quantidade, montante e recursos líquidos 46
Custos de Distribuição 47
Instituições Participantes da Oferta 48
Público Alvo 48
Cronograma Estimado da Oferta 49
Procedimento da Oferta 50
Oferta Prioritária 52
Oferta de Varejo 55
Oferta Institucional 59
Prazos da Oferta 61
Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional 61
Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta 62

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação 64
Estabilização dos Preços das Ações 64
Violações das Normas de Conduta 65
Direitos, vantagens e restrições das Ações 66
Negociação das Ações na B3 66
Acordos de restrição à venda de Ações (Instrumentos de *Lock-up*) 67
Instituição financeira responsável pela escrituração das Ações 67
Formador de Mercado 67
Inadequação da Oferta 68
Condições a que a Oferta esteja submetida 68
Informações adicionais 68
Companhia 68
Instituições Consorciadas 69
Disponibilização de avisos e anúncios da Oferta 70
Instituições Consorciadas 70
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA 72
Coordenador Líder 72
Atividade de *Investment Banking* do Itaú BBA 72
Bradesco BBI 73
UBS BB 74
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA 77
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder 77
Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI 78
Relacionamento entre a Companhia e o UBS BB 79
Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual 80
RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA 82
Relacionamento entre o FIP Crescera e o Coordenador Líder 82
Relacionamento entre o FIP Crescera e o Bradesco BBI 82
Relacionamento entre o FIP Crescera e o UBS BB 83
Relacionamento entre o FIP Crescera e o BTG Pactual 84
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e o Coordenador Líder 85
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e o Bradesco BBI 86
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e o UBS BB 86
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e o BTG Pactual 87
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES 88
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 96
CAPITALIZAÇÃO 97
DILUIÇÃO 98
Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações 99
Histórico do preço pago por Administradores e acionista controlador em subscrições de ações da Companhia nos últimos cinco anos 99

ANEXOS **86**
ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA **88**
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2020, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA **90**
MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA **92**
DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 ..... **94**
DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR CRESCERA OBA GROWTH CO-INVESTMENT I – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 ..... **99**
DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES PESSOAS FÍSICAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 ..... **103**
DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 ..... **113**
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS TRIMESTRAIS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 ..... **117**
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, 2018 E 2017 ..... **119**
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480 ..... **121**

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto Preliminar, "Companhia", "Oba Hortifruti" ou "nós" se referem, a menos que o contexto determine de forma diversa, ao Grupo Fartura de Hortifrut S.A., suas controladas, subsidiárias e filiais na data deste Prospecto Preliminar. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto Preliminar, conforme aplicável.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção "Sumário da Oferta" na página 24 deste Prospecto Preliminar.

Acionistas ou Investidores da Oferta Prioritária	Titulares de ações de emissão da Companhia destinatários da Oferta Prioritária.
Acionistas Vendedores	Crescera Oba Growth Co-Investment I - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Carlos Roberto Alves, Raimundo Desiderio Alves Caetano, Luiz Las-Casas Alves e Alex Alves dos Santos Brito, considerados em conjunto.
Acionistas Vendedores Pessoas Físicas	Carlos Roberto Alves, Raimundo Desiderio Alves Caetano, Luiz Las-Casas Alves e Alex Alves dos Santos Brito, considerados em conjunto.
Administração	Conselho de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia, considerados em conjunto.
Administradores	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia, considerados em conjunto.
Agente Estabilizador ou Bradesco BBI	Banco Bradesco BBI S.A.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral	A assembleia geral de acionistas da Companhia.
Auditores Independentes	BDO RCS Auditores Independentes S.S., para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e KPMG Auditores Independentes, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Bradesco BBI	Banco Bradesco BBI S.A.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
Câmara de Arbitragem do Mercado	A câmara de arbitragem prevista no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela B3, destinada a atuar na composição de conflitos que possam surgir nos segmentos especiais de listagem da B3.

CAGR	Taxa Composta de Crescimento Anual *(Compound Annual Growth Rate).*
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.
CPF/ME	Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente vigente.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Companhia ou Oba Hortifruti	Grupo Fartura de Hortifrut S.A.
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia.
Conselho Fiscal	O conselho fiscal da Companhia, que até a data deste Prospecto Preliminar não havia sido instalado.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Diretoria Estatutária	A diretoria estatutária da Companhia.
DOESP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
Dólar, dólar, dólares ou US$	Moeda oficial dos Estados Unidos.
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	O estatuto social da Companhia.
Formulário de Referência	Formulário de referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, conforme alterada, e anexo a este Prospecto Preliminar.
Governo Federal	Governo Federal do Brasil.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IFRS	*International Financial Reporting Standards* (Normas Internacionais de Relatório Financeiro). Conjunto de normas internacionais de contabilidade, emitidas e revisadas pelo IASB – *International Accounting Standards Board* (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade).
Instituição Escrituradora	Itau Corretora de Valores S.A.

Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 505	Instrução da CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada.
Instrução CVM 527	Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada.
Instrução CVM 539	Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada.
IPO	Oferta pública inicial de distribuição de ações.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Capitais	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem de valores mobiliários da B3, destinado à negociação de valores mobiliários emitidos por empresas que se comprometem voluntariamente com a adoção de práticas de governança corporativa e a divulgação pública de informações adicionais em relação ao que é exigido na legislação, previstas no Regulamento do Novo Mercado.
Ofício-Circular CVM/SRE	Ofício-Circular nº 1/2020 - CVM/SRE, divulgado em 05 de março de 2020.
PIB	Produto Interno Bruto.
Prospectos	O Prospecto Definitivo e este Prospecto Preliminar, considerados em conjunto.
Real, real, reais ou R$	Moeda oficial corrente no Brasil.
Regra 144A	Regra 144A editada ao amparo do *Securities Act*.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento do Novo Mercado, que prevê as práticas diferenciadas de governança corporativa a serem adotadas pelas companhias com ações listadas no segmento Novo Mercado da B3.
Regulamento S	*Regulation S do Securities Act* de 1933, conforme alterada, dos Estados Unidos.
SEC	*Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
Securities Act	*U.S. Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.
UBS BB	UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Grupo Fartura de Hortifrut S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 04.972.092/0001-22, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE nº 35300509668.
Registro na CVM	Em fase de obtenção de registro como emissora de valores mobiliários categoria "A" perante a CVM, cujo requerimento foi apresentado à CVM em [•] de [•] de 2020.
Sede	Localizada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Comendador Aladino Selmi, nº 2502 – Galpão–5 CEP 13069-036.
Diretoria de Relações com Investidores	Localizada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Comendador Aladino Selmi, nº 2502 - Galpão 5, CEP 13069-036. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. José Bruno Vieira Filho. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é +55 (19) 3746-7010 e o seu endereço eletrônico é ri@redeoba.com.br.
Instituição Escrituradora	Itau Corretora de Valores S.A.
Auditores Independentes	BDO RCS Auditores Independentes S.S., para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017. KPMG Auditores Independentes, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código "[•]", a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à divulgação do Anúncio de Início.
Jornais nos Quais Divulga Informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no DOESP e no jornal "Correio Popular".
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência.
Website	https://ri.redeoba.com.br As informações constantes no *website* da Companhia não são parte integrante deste Prospecto Preliminar e não estão a ele incorporadas por referência.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto Preliminar contém considerações sobre estimativas e declarações da Companhia relativas aos planos, expectativas sobre eventos para futuros, estratégias, tendências financeiras que afetam suas atividades, bem como declarações relativas a outras informações, principalmente nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, nas páginas 18 e 88, respectivamente, deste Prospecto e nas seções “4. Fatores de Risco”, “7. Atividades do Emissor” e “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência da Companhia a partir das páginas [•], [•] e [•], respectivamente, deste Prospecto Preliminar, constituem estimativas e declarações futuras que envolvem riscos e incertezas e, portanto, não são indicativas ou constituem garantias de resultados futuros.

As estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou que tenham o potencial de afetar os negócios da Companhia, o seu setor de atuação, sua participação de mercado, reputação, negócios, situação financeira, o resultado de suas operações, margens e/ou fluxo de caixa. As estimativas e perspectivas sobre o futuro estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações disponíveis atualmente. Muitos fatores importantes, além daqueles discutidos neste Prospecto Preliminar, tais como previstos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro, podem impactar adversamente os resultados da Companhia e/ou podem fazer com que as estimativas e perspectivas não se concretizem. Dentre os diversos fatores que podem influenciar as estimativas e declarações futuras da Companhia, podem ser citados, como exemplo, os seguintes:

- os efeitos econômicos, financeiros, políticos e sanitários da pandemia da COVID-19 (ou outras pandemias, epidemias e crises similares), particularmente no Brasil e na medida em que tais fatores continuem a causar severos, frequentes e negativos efeitos macroeconômicos, aumentando assim muitos dos outros riscos descritos na seção "4.1. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página [•];
- capacidade da Companhia de implementar, de forma tempestiva e eficiente, qualquer medida necessária em resposta ao, ou para amenizar os impactos da, pandemia de COVID-19 nos negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira da Companhia;
- capacidade da Companhia de prever e reagir, de forma eficiente, a mudanças temporárias ou de longo prazo no comportamento dos consumidores da Companhia em razão da pandemia de COVID- 19, mesmo após o surto ter sido suficientemente controlado;
- capacidade da Companhia de obter financiamento para seus projetos e planos de expansão;
- capacidade da Companhia de implementar suas estratégias de crescimento, incluindo a abertura e desenvolvimento das atuais e futuras lojas, bem como a identificação de novas localidades para novas unidades;
- conjuntura socioeconômica, política e de negócios do Brasil, incluindo, exemplificativamente, câmbio, nível de emprego e confiança do consumidor;
- inflação, deflação, bem como flutuações das taxas de juros;
- capacidade da Companhia de atender seus clientes de forma satisfatória, acompanhando as mudanças nas preferências dos consumidores e demandas pelos produtos que vendemos;
- capacidade da Companhia de manter as operações das suas lojas nos locais onde atualmente opera;
- instabilidade política no país e a percepção dos riscos em relação à corrupção e a outras investigações em curso, o que incentiva relações turbulentas e lutas internas dentro da administração do Presidente Bolsonaro, bem como políticas e possíveis mudanças para tratar dessas questões ou de outra forma, incluindo reformas econômicas e fiscais e respostas aos efeitos contínuos da pandemia COVID-19, qualquer um dos quais pode afetar negativamente as perspectivas de crescimento da economia brasileira como um todo;
- eventos de surtos de doenças e pandemias, tal como o surto do COVID-19 no Brasil e no mundo;

- natureza competitiva do varejo brasileiro nos setores em que atuamos;
- os efeitos econômicos, financeiros, políticos e sanitários da pandemia de COVID-19 (ou outras pandemias, epidemias e crises similares) particularmente no Brasil e na medida em que continuem a causar graves efeitos macroeconômicos negativos, e, portanto, aumentando muito os outros riscos descritos na seção de Fatores de Risco do Formulário de Referência; e
- outros fatores de risco discutidos nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" deste Prospecto, nas páginas 18 e 88, respectivamente, deste Prospecto Preliminar, bem como na seção "4. Fatores de Risco" e "5. Gerenciamento de Riscos e Controles Internos" do Formulário de Referência da Companhia, a partir das páginas [•] e [•], respectivamente, deste Prospecto Preliminar.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro. As palavras "acredita", "pode", "poderá", "deverá", "visa", "estima", "continua", "antecipa", "pretende", "espera" e outras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro.

As considerações sobre estimativas e perspectivas para o futuro incluem informações pertinentes a resultados, estratégias, planos de financiamentos, posição concorrencial, dinâmica setorial, oportunidades de crescimento potenciais, os efeitos de regulamentação futura e os efeitos da concorrência. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e perspectivas para o futuro constantes neste Prospecto Preliminar podem vir a não se concretizar.

Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não representam qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras constantes neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da sua capacidade de controle ou previsão. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada somente baseada nas estimativas e declarações futuras contidas neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência da Companhia podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO PRELIMINAR E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO PRELIMINAR A PARTIR DA PÁGINA [●], PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS NESTE PROSPECTO PRELIMINAR. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A RESPONSABILIDADE E A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DE NOSSAS INFORMAÇÕES. AS INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE NÓS ESTÃO NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, NOS TERMOS DO INCISO II DO § 3º, DO ARTIGO 40 DA INSTRUÇÃO CVM 400, QUE DEVEM SER LIDOS ANTES DE ACEITAR A OFERTA. DECLARAMOS QUE AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTE SUMÁRIO SÃO CONSISTENTES COM AS INFORMAÇÕES DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.

Este Sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir em nossas Ações. Antes de tomar sua decisão de investir em nossas Ações, o investidor deve ler cuidadosa e atenciosamente todo este Prospecto e o anexo Formulário de Referência, incluindo as informações contidas nas seções "Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia", "Fatores de Risco relativos à Oferta e às Ações", nas páginas 18 e 88 deste Prospecto, bem como as seções "[x]", "[x]Fatores de Risco" e "[x]", respectivamente, do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, além de nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e informações contábeis intermediárias, trimestrais individuais e consolidadas, anexas a este Prospecto. Salvo indicação em contrário, os termos "nós", "nos", "nossos/nossas", "Companhia", "Oba Hortifruti" e "Oba" referem-se ao Grupo Fartura de Hortifrut S.A..

Visão Geral

Com mais de 40 anos de experiência no setor de alimentos frescos, o Oba Hortifruti é uma rede varejista especializada em produtos perecíveis frescos de FLV[1] que representam, em média, 77% das vendas das nossas lojas em 30 de setembro de 2020. Desde o início de nossas operações em 1979, calcamos nosso crescimento em 3 pilares estratégicos que entendemos serem essenciais para o nosso sucesso: Experiência de Compra Única, Preocupação Com o Produto e Excelência Operacional.

Oferecemos produtos alimentícios de alta qualidade, com foco em saúde e bem-estar e um comprometimento rigoroso com o atendimento ao cliente. Devido ao nosso foco em qualidade, frescor e atendimento, mais da metade de nossa base de clientes frequenta nossas lojas ao menos uma vez por mês. Essa alta frequência nos oferece uma grande proximidade aos nossos clientes e uma oportunidade de maximizar cada vez mais nosso *share of wallet*[2] com novos produtos.

Buscamos criar uma experiência agradável de compra de alimentos para os nossos clientes, oferecendo produtos de alta qualidade. Esse foco no produto e atendimento foi reconhecido em 2018 e em 2019 pela pesquisa Datafolha, que elegeu o Oba como o melhor hortifruti de São Paulo em suas pesquisas anuais. Para maximizar a qualidade do nosso produto, criamos uma rede de fornecimento diferenciada e exclusiva para determinados produtos, buscando a melhor combinação entre fornecedores locais, que possuem produtos mais frescos, e fornecedores internacionais, que têm uma oferta de produtos de qualidade não encontrada localmente.

Nosso modelo tem como pilar uma logística integrada, dedicada e eficiente baseada em *clusters* ao redor de um centro de distribuição regional. Geralmente nossos *clusters* são formados dentro de um raio de 10 quilômetros a 200 quilômetros a partir desses centros de distribuição. Esse modelo nos permite centralizar o recebimento das mercadorias, avaliar sua qualidade e entregar diariamente – ou, muitas vezes, mais de uma vez ao dia – produtos perecíveis em nossas lojas, proporcionando maior frescor e sabor, sem perda de qualidade destes alimentos. Em nossos centros de distribuição, a qualidade dos produtos é consistentemente controlada através de profissionais especializados, que possuem *know-how* e *expertise*, da utilização de métricas (ex.: teor de semola, brix, crunchiness, entre outros) e de ferramentas específicas que garantem a qualidade, incluindo frescor, doçura, corância, entre outros atributos da categoria de frutas, legumes e verduras ("FLV"), controle esse que seria impossível em um modelo onde as entregas são feitas diretamente em cada loja.

---

[1] FLV: Frutas, legumes, verduras, açougue e padaria
[2] *Share of wallet* é definido pela participação do estabelecimento sobre a cesta de compras média do consumidor

Atualmente contamos com 2 centros de distribuição ("CDs") com um total de mais de 25 mil metros quadrados (conforme Tabela 1 abaixo). Quando interligados entre si, além de abastecer os *clusters*[3], os CDs ainda funcionam como uma rede eficiente de *sourcing* (fornecimento de produtos) local, aproveitando-se da logística entre eles para criar uma logística reversa de *sourcing* que otimiza a utilização dos recursos de transporte e gera uma maior eficiência para os gastos com frete.

Em 30 de setembro de 2020, operávamos 56 lojas distribuídas em 14 cidades, dois estados e Distrito Federal, nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Além dos dois centros de distribuição, contamos também comum frigorífico próprio, que entregou uma produção média de 424 toneladas por mês de janeiro a setembro de 2020.

Tabela 1

Loja	# Lojas	Área Total de Vendas (m²)
São Paulo	20	18.972
Campinas	11	8.321
Brasília	10	4.628
Goiania	2	2.870
Piracicaba	1	2.320
S. J. dos Campos	1	1.883
Sorocaba	2	1.730
Ribeirão Preto	1	1.321
Americana	2	1.300
Limeira	2	1.268
Barueri	1	1.203
Santo André	1	925
Indaiatuba	1	650
Jundiaí	1	324

Centro de Distribuição	# Lojas Atendidas	Área Total de Armazenagem (m²)
Campinas	44	21.240
Brasilia	12	4.200

Nossos dois *clusters* são compostos cada um por um centro de distribuição e um agrupamento regional de lojas em regiões com alta densidade populacional, elevado poder aquisitivo per capita e índices econômicos superiores às médias nacionais, segundo dados do IBGE. Deste modo, estamos posicionados em regiões que possuem um ambiente competitivo atrativo para exploração do nosso formato.

Principais Indicadores Financeiros e Operacionais

A tabela a seguir apresenta, para os períodos indicados, uma seleção de informações financeiras derivadas das nossas demonstrações financeiras consolidadas para os períodos indicados. A tabela também inclui dados operacionais consolidados, que confirmam a resiliência e capacidade de forte crescimento do Oba Hortifruti:

[3] *Clusters*: Agrupamentos de lojas localizadas em uma mesma região e atendidas pelo mesmo CD

Consolidado (R$ mil)	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019	Variação 2020 x 2019	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	Variação 2019 x 2018	Variação 2018 x 2017
Receita Liquida de Vendas	1.273.716	969.115	31,4%	1.330.781	1.147.057	885.148	16,0%	29,6%
Lucro Bruto	517.172	397.585	30,1%	546.485	459.727	361.203	18,9%	27,3%
Margem Bruta	40,6%	41,0%	-42bps	41,1%	40,1%	40,8%	99bps	-73bps
Resultado financeiro, líquido	-27.067	-22.472	20,4%	-34.756	-13.141	-19.789	164,5%	-33,6%
Lucro Líquido	43.250	25.936	66,8%	21.693	36.102	22.679	-39,9%	59,2%
Margem Líquida	3,4%	2,7%	72bps	1,6%	3,1%	2,6%	-152bps	59bps
Depreciação e Amortização	57.442	43.906	30,8%	60.187	7.979	8.146	654,3%	-2,1%
EBITDA[4]	150.054	103.446	45,1%	127.222	69.992	61.652	81,8%	13,5%
Margem EBITDA	11,8%	10,7%	111bps	9,6%	6,1%	7,0%	346bps	-86bps
EBITDA Ajustado[5] [6]	166.641	113.994	46,2%	146.509	84.517	70.902	73,3%	19,2%
Margem EBITDA Ajustada	13,1%	11,8%	132bps	11,0%	7,4%	8,0%	364bps	-64bps

Canais de Venda

Possuímos uma rede de 56 de lojas físicas em 30 de setembro de 2020, as quais são divididas em dois formatos diferentes: Oba Hortifruti e Oba Farm. A tabela abaixo ilustra a evolução do número de lojas e o comportamento das Vendas Mesmas Lojas entre 31 de dezembro de 2017 e 30 de setembro de 2020.

Consolidado (R$ mil)	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019	Variação 2020 x 2019	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	Variação 2019 x 2018	Variação 2018 x 2017
Número de Lojas	56	46	21,7%	49	42	36	16,7%	16,7%
Crescimento de Vendas Mesmas Lojas (SSS) (1)	16,4%	4,3%	n/a	3,1%	5,5%	n/a	n/a	n/a

(1) O Crescimento de Vendas Mesmas Lojas (SSS) é calculado comparando o crescimento das vendas das lojas em operação por mais de 12 meses em cada período.

Também oferecemos aos nossos clientes a opção de realizar suas compras *on-line* através tanto do nosso canal digital próprio como de agregadores como o Rappi.

---

[4] EBITDA: medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM n° 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"), conciliada com suas demonstrações contábeis e Informações contábeis intermediárias, que consiste no lucro (prejuízo) líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelo custo e despesa de depreciação e amortização

[5] EBITDA Ajustado: corresponde aos lucro líquido do exercício adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas com depreciação e amortização, pela depreciação do ativo de direito de uso, por outras receitas (despesas) operacionais líquidas, esta composta por (i) despesas pré operacionais, que são despesas decorrentes da abertura de novas lojas quando essas ainda não estão em operação, (ii) multa tributária, (iii) despesas com reestruturação societária e organizacional, tais como honorários de consultorias de reestruturação, (iv) receitas provenientes de alienação de bens permanentes, (v) ganho na combinação de negócios e (vi) outras receitas (despesas).

[6] Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16 / CPC 06(R2)). Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou a abordagem retrospectiva modificada simplificada. Consequentemente, as informações contábeis de 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16 / CPC 06(R2) e, por isso, não são comparáveis com as informações contábeis de 31 de dezembro de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma, com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso relativo ao arrendamento mercantil e juros pela atualização do passivo de arrendamento, bem como redução das despesas com aluguéis. O impacto dos pagamentos de arrendamentos no EBITDA Ajustado foi de R$55,5 milhões em 2019, R$40,7 milhões nos primeiros nove meses de 2019, R$52,0 milhões nos primeiros nove meses de 2020 e R$66,8 milhões nos últimos doze meses findo 30 de setembro de 2020. O EBITDA Ajustado excluindo o impacto da adoção do IFRS16 seria de R$91,0 em 2019, R$73,3 nos primeiros nove meses de 2019, R$114,6 nos primeiros nove meses de 2020 e R$132,3 nos últimos doze meses findo 30 de setembro de 2020, com Margem EBITDA Ajustada de 6,8%%, 7,6%, 9,0% e 8,1%, respectivamente

Lojas Físicas: Oba Hortifruti

Nossas lojas Oba Hortifruti caracterizam-se por possuir uma disposição otimizada quando comparada à média dos supermercados, em que frutas, legumes e verduras são o centro das atenções, colocados em bancadas baixas no centro da loja, permitindo que os clientes vejam a farta seleção dos produtos de primeira linha oferecidos pela Oba Hortifruti. Nossa disposição característica do ambiente das lojas proporciona uma experiência única, oferecendo um serviço de alto nível ao cliente. Nossos estabelecimentos possuem funcionários treinados, que facilitam a venda assistida e proporcionam conveniência e comodidade aos nossos clientes.

Além disso, as lojas Oba Hortifruti oferecem um sortimento de produtos diferenciado, seja pela qualidade e origem dos alimentos frescos, seja pela exclusividade dos nossos produtos de adega (cervejas artesanais, vinhos, entre outros) e mercearia (azeites, molhos, entre outros) que, em diversos casos, são encontrados apenas na nossa rede. O Oba Hortifruti conta com 34 marcas próprias representando cerca de 18% da receita de vendas acumuladas até 30 de setembro de 2020. Nesta mesma data, as nossas lojas possuíam, em média, 834 metros quadrados, com 8 estruturas de caixas por loja e, em média, 4 mil unidades de controle de estoque (ou "*SKU - stock keeping unit*") vendidos por mês.

Lojas Físicas: Oba Farm

O Oba Farm mantém os mesmos princípios de qualidade e atendimento do Oba Hortifruti, porém em um modelo maior e mais temático, que remete a uma fazenda. O mobiliário é composto de madeira rústica, a decoração possui itens típicos de fazendas, com frutas "*animatronics*" (bonecos de robôs mecanicamente automatizados), e a arquitetura externa tem a forma de um celeiro. A disposição segue o mesmo *layout* do Oba Hortifruti, com bancadas de frutas centrais e visão completa e desobstruída da loja. As lojas Oba Farm são geralmente maiores do que as lojas Oba Hortifruti e, portanto, carregam também uma variedade maior de itens, tendo em média 1.432 metros quadrados, cerca de 11 estruturas de caixas por loja e em média de 5 mil unidades de *SKU*s vendidos por mês.

Canal Digital

Nosso ambiente digital, lançado em dezembro de 2019, representou 5,9% da receita da Companhia de janeiro a setembro de 2020. Em função da evolução apresentada desde sua inserção, acreditamos que este canal apresenta um enorme potencial de crescimento. Nossa estratégia digital se baseia na mutilicanalidade, isto é, nossos clientes fazem suas compras no ambiente digital enquanto a seleção e embalagem dos produtos acontece em nossas lojas físicas que funcionam como mini CDs, atendendo a região ao redor. Isso permite que aproveitemos toda a infraestrutura e *expertise* já embarcadas nas lojas, e, portanto, que alavanquemos nossas vendas por metro quadrado sem acréscimo significativo de custos.

Nossos funcionários treinados em FLV atuam na seleção e embalagem dos produtos, garantindo que o cliente digital tenha a mesma experiência e qualidade encontradas nas lojas físicas. Dessa forma, nossos canais digitais, assim como nosso canal físico, possuem alta recorrência. Através de um levantamento interno utilizando uma base de dados que contém o histórico de compras dos nossos clientes é possível observar que de janeiro a setembro de 2020, 31,2% dos clientes que realizam compras por meio do nosso canal digital possuem uma frequência de compra superior a 1 pedido a cada 15 dias, e mais de 56,6% de tais clientes possuem frequência de compra superior a uma vez por mês.

Acreditamos que a alta recorrência de compras garante uma forte vantagem competitiva em relação a nossos concorrentes, uma vez que, por meio de iniciativas de inteligência artificial e algoritmos preditivos, desenvolvidos em parceria com a companhia de análise de dados Semantix, que oferecem alternativas e ideias a cada interação com o cliente, conseguimos monitorar de perto o comportamento dos nossos clientes, criando oportunidades de *cross-sell* e *up-sell* na plataforma e gerando ofertas personalizadas a cada interação com o cliente.

Nosso modelo digital também inclui a opção de *in-store delivery,* em que o cliente ganha tempo e comodidade retirando suas compras feitas online na loja física de sua escolha. Nossa plataforma digital conta com um aplicativo próprio, desenvolvido internamente pela Companhia, além de parcerias com agregadores como Rappi[7]. Nossos canais digitais próprios representaram 85,4% da receita com vendas digitais de janeiro a setembro de 2020, enquanto agregadores representaram 14,6%. Acreditamos que este canal direto com clientes é uma forte vantagem competitiva, já que permite um monitoramento mais próximo de seu comportamento e, portanto, gera uma maior capacidade de *up-sell* quando o cliente entra em contato para realizar uma compra.

Infraestrutura atual de nossas lojas e mão de obra especializada permitem um expressivo aumento das vendas online sem a necessidade de aumento significativo de staff e sem impactar os altos níveis de satisfação de nosso cliente

Nossa Estratégia

Buscamos consolidar nossa liderança regional em hortifruti e produtos frescos através da abertura de lojas em *clusters* existentes, bem como na expansão de nosso modelo nacionalmente, por meio da abertura de novos *clusters*. Continuaremos nos apoiando na nossa crescente estratégia de multicanalidade para maximizar nosso acesso à população no entorno de nossas lojas. Especificamente, pretendemos:

Sermos líderes no setor de Hortifruti

Em 30 de setembro de 2020, operávamos 56 lojas nos conceitos Oba Hortifruti e Oba Farm, o que representa aproximadamente o dobro do número de lojas físicas em 31 de dezembro de 2016, quando operávamos 31 lojas. Nossa região de atuação é diferenciada pelo seu poder econômico acima da média nacional e alta densidade demográfica, de acordo com dados do IBGE.

[7] O Oba possui um ambiente de compras dentro da plataforma Rappi na seção de varejo de alimentos

Pretendemos consolidar ainda mais nossa posição de liderança por meio da expansão orgânica, através da abertura de um número significativo de novas lojas nos próximos anos, tanto no formato Oba Hortifruti, quanto Oba Farm. Acreditamos que existe um alto potencial para crescimento em nossos *clusters* atuais, especialmente em razão da possibilidade de preenchimento de lacunas geográficas em praças ou microrregiões nas quais ainda não atuamos. Deste modo, buscamos a consolidação do setor, o qual ainda é bastante fragmentado e pouco explorado pelas grandes redes varejistas de porte nacional.

Oferecer uma experiência diferenciada de compra para nossos clientes

Buscamos oferecer aos nossos clientes um ambiente claro, limpo, com visibilidade desobstruída e uma disposição lógica e eficiente em nossas lojas. Nos orgulhamos de oferecer um mix de produtos diferenciados, com forte presença de marcas próprias ou exclusivas, que oferecem alternativas de alta qualidade e bom custo benefício às grandes marcas *comoditizadas* vendidas pelos grandes varejistas.

Acreditamos possuir uma escala que nos permite ser competitivos em termos de preço ao mesmo tempo que conseguimos oferecer produtos de alta qualidade, com foco em prazer e saúde para o cliente. Na nossa visão, esta relação nos coloca em posição diferenciada quando comparada à hipermercados, supermercados, mercados regionais, quitandas e açougues.

Garantir a oferta de produtos diferenciados, frescos e de alta qualidade

O nosso *sourcing* sempre será um dos nossos principais focos estratégicos, garantindo produtos locais frescos, quando disponíveis, e internacionais, quando necessários. O sortimento e a alta qualidade dos produtos que oferecemos aos clientes, com preços justos, é um fator preponderante para que eles continuem retornando aos nossos estabelecimentos, o que faz da nossa capacidade de *sourcing* um pilar fundamental da nossa estratégia.

Para garantir nosso diferencial em qualidade e quantidade de opções (*SKU's),* contamos com 1.380 fornecedores diretos com os quais possuímos um tempo médio de relacionamento de 6,5 anos. Nossa estratégia de *soucing* inclui atuar de forma ativa junto aos nossos fornecedores para garantir o padrão de qualidade dos produtos disponibilizados aos nossos clientes, como também no desenvolvimento de produtos específicos que julgamos serem mal ofertados no mercado para passarmos a ter a oferta destes produtos dentro dos parâmetros qualitativos e financeiros que buscamos. Em certos casos, buscamos interferir no processo produtivo para garantir produtos de altíssima qualidade, como no caso do frigorífico. Além da qualidade do produto final, a atuação próxima aos nossos fornecedores contribui para a sustentabilidade ambiental, garantindo rastreabilidade dos produtos, controle de resíduos e iniciativas de reciclagem. Um exemplo disto foi a criação da cadeia reversa para garantir a reciclagem dos resíduos dos cocos utilizados na produção de água de coco dentro das lojas. O Oba Hortifruti também apoia produtores e agricultores locais e de pequeno porte, contribuindo para a sustentabilidade de longo prazo da cadeia de fornecimento.

Para garantir a oferta de FLV de qualidade ao longo de todo ano, possuímos uma ampla rede de fornecedores diversificada e com origem em distintas localidades assegurando o fornecimento de produtos frescos, do Brasil e de mais de 25 países, em todas as estações climáticas. Um exemplo desta abordagem é a oferta de cerejas do Oregon/EUA, que possuem logística própria e personalizada para transporte dos EUA ao Brasil, garantindo ao Oba uma antecedência na oferta do produto frente a concorrentes no início da temporada de venda de cerejas.

Excelência Operacional

Nossa capacidade de oferecer aos nossos clientes produtos locais ou oriundos de outros países e disponibilizá-los diariamente nas prateleiras de nossas lojas, sem qualquer perda de qualidade, é parte crucial da nossa proposta de valor. Para isso, é fundamental que nossa logística seja ágil e eficiente. Nossa estratégia é trabalhar diretamente com fornecedores, cortando elos da cadeia de suprimento tradicional. Essa cadeia mais curta nos permite uma série de benefícios, a saber: (i) captura de margem, aumentando lucro; (ii) agilidade, melhorando o frescor; (iii) minimização de processos, reduzindo perdas e danos aos produtos.

Acreditamos que, a medida em que crescemos, nossa logística se torna ainda mais eficiente. A cada novo *cluster* que abrimos, aumentamos não só a distribuição de produtos, mas também a rede de fornecedores, através da ampliação da nossa rede de relacionamento nestas novas regiões, e a eficiência de nossa logística reversa entre os centros de distribuição.

Fidelização dos clientes

Parte da nossa estratégia também envolve esforços na fidelização dos nossos clientes e, por isso, criamos o programa Oba Bem Querer que oferece ofertas exclusivas para os clientes cadastrados e que completou 15 meses de existência em setembro de 2020 alcançando resultados expressivos, com 338 mil clientes registrados e uma penetração de 45% sobre as vendas em setembro de 2020. A representatividade do faturamento originado pelos clientes Oba Bem Querer sobre o faturamento total da rede cresceu de 8,9% no 3º trimestre de 2019 para 42,7% no 3º trimestre de 2020. Levantamentos internos demonstram que, ao longo do período de existência do programa, clientes Oba Bem Querer possuem recorrência de compras três vezes superior à de clientes não membros, com ticket médio 64% superior.

Adicionalmente, a adesão dos clientes ao programa Oba Bem Querer permite que a Companhia realize estudos mais apurados sobre os seus hábitos de consumo, oferecendo, assim, a oportunidade de promover ações de *marketing* direcionadas. Como exemplo, a Companhia realiza ações focadas em clientes inativos através da identificação dos produtos e categorias que possuem a maior capacidade de atraí-los e fazê-los voltar a comprar no Oba. Uma destas ações, realizada em julho de 2020, atingiu cerca de 52 mil clientes em um mês de campanha, resultando em 36% de reativação.

Crescer de forma sustentável

Também acreditamos que possuímos forte capacidade de expansão em nossos *clusters* atuais. Atualmente temos 15 pontos de possível localização de novas lojas em análise, 3 pontos já contratados e em estágio de projetos e licenciamento e 6 lojas em construção. Além disso, acreditamos que nosso modelo de *clusters* suportados por um centro de distribuição poderá ser replicável nacionalmente. Com isso, estamos em constante análise para abertura de novas regionais.

Nossa estratégia de abertura de novas lojas e de novas regionais passa por um processo de escrutínio detalhado, em que são considerados vários fatores, incluindo: população em um raio de 5 a 15 minutos[8] ao redor da loja, renda per capita, tráfego de pessoas na região, competição, canibalização (concorrência entre nossas próprias lojas) potencial, entre outros. Esses dados são compilados em uma modelagem financeira detalhada pelo nosso comitê de expansão, que considera rentabilidade potencial, prazo de maturação e potencial de crescimento antes de serem levados ao time de gestão para aprovar a iniciativa. Nosso time do comitê de expansão é composto por membros com mais de 15 anos de experiência na área. Nos último 5 anos, fechamos apenas 1 loja, em 2016, demonstrando nossa alta capacidade de executar uma expansão sustentável.

Uso de Inteligência Artificial para Aumentar a Recorrência e Retenção do Cliente

Parte da nossa estratégia de crescimento passa pelo aumento de recorrência e retenção de clientes através do uso de inteligência artificial. De janeiro a setembro de 2020, 11,0% de nossos clientes possuíam frequência superior a uma compra por semana, 30,9% dos nossos clientes possuíam frequência de compra superior a duas vezes por mês e 53,5% da nossa base possuía frequência superior a uma vez por mês. Isto permitiu a construção de uma base de dados robusta para guiar: (i) abertura de canais; (ii) serviço de pós-venda; e (iii) maximização de *share of wallet*.

Os algoritmos de inteligência artificial estão sendo desenvolvidos em parceria com a Semantix, empresa de análise de dados. A construção e evolução da base de dados a partir do cadastro de clientes no programa Oba Bem Querer e da expansão de vendas digitais permite um contínuo aprimoramento dos algoritmos preditivos, que passam a gerar ofertas e ações cada vez mais eficientes junto aos clientes.

Além de algoritmos para aumento de vendas e CRM, o projeto de engenharia de dados também inclui melhorias operacionais como uso de dados para análises de previsão de ruptura de produtos, otimização na gestão de estoque, estratégia de *pricing,* , sugestão de reabastecimento de lojas, entre outros.

Foco contínuo na expansão digital

Nossa excelência em atender o cliente com produtos de altíssima qualidade é complementada por nossa plataforma digital, que alavanca as vendas de nossas lojas e permite que consumidores que não podem ir até as lojas também façam suas compras conosco. A *expertise* de produto detida por nossos funcionários em cada loja permite que as mesmas funcionem como mini centros de distribuição, atendendo a região ao redor de cada loja.

Atualmente, 55 de nossas 56 lojas contam com canal de delivery, 50 lojas oferecem opões de *pick-up-at-store* e 42 lojas estão presentes dentro de aplicativos de agregadores, como o Rappi.

A alta recorrência de compras, aliada a algoritmos preditivos e análise de comportamento dos clientes, resulta em um canal digital com forte potencial de crescimento, margens atrativas e alta fidelidade de clientes.

Verticalização onde necessário para garantir a qualidade e suprimento necessário

O foco em qualidade e garantia de fornecimento nos levou a identificar áreas de difícil implementação de nosso controle e padrão de qualidade e que, portanto, poderiam ser internalizadas dentro da operação.

Um exemplo importante disso é o nosso frigorífico, onde produzimos as carnes da marca Oba. Nele utilizamos apenas animais selecionados, sobre os quais temos total controle de origem e interferimos em todo o processo de criação, incluindo a alimentação. Nossa planta atual, localizada em Campinas, é automatizada e possui alto grau de aproveitamento de carcaças, acima de 85% para bovinos e de 75% para suínos.

---

[8] Raio a depender do comportamento da população na região.

O frigorífico opera atualmente produzindo cerca de 420 toneladas por mês e possui capacidade com a infraestrutura atual para produção de 81 toneladas por dia de bovinos e 23 toneladas por dia de suínos. Temos também linhas automatizadas para produção de hambúrgueres e carne moída, com capacidade produtiva de 16 e 4 toneladas por dia, respectivamente, através de um processo sem nenhuma interferência humana. Nossa capacidade de produção instalada atual pode atender 5x o que foi produzido entre janeiro e setembro de 2020.

Além do frigorífico, estamos desenvolvendo uma central de frios e estudando a implementação de verticalização para processamento e empacotamento, panificação, entre outros.

Alinhamento às melhores práticas ESG

A Companhia entende que para continuar oferecendo produtos de qualidade e com foco em saúde e bem-estar, ela precisa estar engajada na promoção da sustentabilidade. Desta maneira, os seus negócios são desenvolvidos mantendo as questões ESG alinhadas em toda a sua cadeia através de iniciativas como controle de resíduos, do suporte aos pequenos produtores e da rastreabilidade dos nossos produtos.

Nossos pontos fortes competitivos

Nosso sucesso deriva, em grande parte, dos seguintes pontos fortes competitivos:

Frescor e Garantia de Qualidade de Nossos Produtos

Nosso sistema de *sourcing* de produtos frescos locais quando disponíveis, e internacionais quando necessários, aliado a um sistema centralizado de recebimento e monitoramento desses produtos, nos permite oferecer a nossos clientes produtos com o mesmo padrão de qualidade em qualquer época do ano.

A qualidade atribuída ao Oba em FLV e produtos frescos em geral, permite alavancar nossa marca própria para categorias ligadas a frescor, saúde e bem-estar, como: sucos, mel, proteínas (carne, peixe, frango), azeites, entre outros. Diferentemente de varejistas tradicionais de alimentos, nossa marca própria não age como um produto de ataque, brigando por preço. Nossa estratégia com marca própria é oferecer a melhor relação custo benefício a nossos clientes, com produtos de alta qualidade, a um preço justo.

Ao longo de 2020, nossas marcas próprias representaram 19,7% sobre a média de faturamento mensal -. Dentre nossas marcas próprias, contamos com o Oba Reserve, marca que oferece carnes de alta qualidade tipo angus, compradas de produtores premium e com interferência direta positiva no processo para garantir uma dieta livre de sementes de algodão, o que pode impactar em até 15% na qualidade final do sabor da carne, segundo diversos estudos do setor. Também oferecemos o Oba Bem Querer, marca própria de sucos e outros alimentos perecíveis, produzidos com ingredientes exclusivos e diferenciados com o controle de qualidade do Oba. Contamos também com marcas próprias de azeite, tomate pelado, goma para tapioca, pizzas, sacolas ecológicas, entre outros.

Além de marcas própria, contamos também com fornecedores nacionais e internacionais exclusivos para itens de adega, mercearia, entre outros.

Experiência de Venda Diferenciada aos Nossos Clientes

Nossa qualidade, aliada um ambiente claro, limpo e agradável, oferece aos clientes uma experiência de compra diferenciada em relação àquela oferecida pela concorrência. As lojas contam ainda com funcionários especializados, que foram altamente treinados em aspectos específicos de cada produto, oferecendo uma venda assistida e especializada.
Nossas lojas também oferecem um ambiente interativo, com degustações diversas e frequentes de vários produtos frescos e de mercearia. Diferentemente dos varejistas tradicionais, que realizam degustações através de funcionários terceirizados por fornecedores, nossas degustações são feitas por funcionários próprios e especializados, gerando maior proximidade com o cliente.

Logística Especializada para FLV

Possuímos um sistema de logística proprietária, que é parte central da nossa estratégia para entregar os melhores produtos aos nossos clientes. Através de conhecimento especializado de cada produto, garantimos a otimização de transporte para manter qualidade e *shelf-life* prolongado. Nossa logística abastece as lojas diariamente, geralmente mais de uma vez ao dia, o que garante maior frescor de produtos e a manutenção da qualidade a qualquer dia e hora, um diferencial quando comparado aos varejistas tradicionais de alimentos.

Omnicanalidade

Iniciamos a implementação de estratégias multicanal em 2019 como forma de alavancar a nossa rede de lojas físicas e proporcionar mais conveniência para nossos clientes. Essas iniciativas incluem a integração entre os canais *online* e *offline* através do nosso *e-commerce*, aplicativos móveis, mídias sociais e telemarketing. Estamos focados em oferecer aos nossos clientes uma experiência de compra simples, rápida, e agradável, mantendo os níveis de satisfação e recorrência elevados. No período dos nove primeiros meses de 2020, atingimos venda digitais de R$ 81 milhões, o que correspondeu a 5,9% da nossa receita bruta.

Alta Capacidade de Alavancagem Operacional

Com uma infraestrutura preparada para um crescimento acelerado, acreditamos que a diluição de custos fixos (diminuição da sua representatividade sobre as receitas totais) e a otimização dos sistemas de gestão e rede de distribuição nos permitirão replicar nosso lucrativo formato de lojas. Além disso, a contínua abertura de novas lojas deve oferecer uma forte oportunidade de melhora de margens, uma vez que a margem de contribuição de EBITDA isolada de cada loja é significativamente maior que a margem EBITDA atual da Companhia consolidada, a qual carrega os custos da administração central.

Time e Cultura

Contamos com uma equipe de gestão altamente qualificada, composta por profissionais experientes, com uma média de 23 anos de experiência nos setores de Varejo e de Alimentos e histórico comprovado de bons resultados financeiros, crescimento e eficiência operacional. Nossa administração construiu uma cultura de proporcionar excelência operacional e de fornecer a melhor experiência ao consumidor.

Adicionalmente, desde o seu investimento minoritário no Oba Horifruti em 2017, a Crescera Capital, um fundo de investimentos brasileiro com forte experiência na gestão de empresas de alto crescimento, tem desempenhado um papel fundamental ao nos proporcionar *know-how* dos mais altos padrões de governança corporativa e ajudando nas discussões de temas estratégicos relacionados ao crescimento e à rentabilidade dos negócios.

Além do nosso time, acreditamos que a cultura desenvolvida ao longo dos nossos mais de 40 anos de existência é um aspecto fundamental do nosso sucesso. Antes de iniciarem suas atividades nas lojas, nossos colaboradores passam por um extensivo treinamento para torná-los especialistas nos produtos ofertados. Acreditamos no processo de aperfeiçoamento contínuo e, por isto, provemos treinamentos constantes para nossa equipe.

Em 30 de setembro de 2020 o Oba possuía 6.902 funcionários. De janeiro a setembro de 2020, foram treinados mensalmente mais de 1.100 funcionários, tendo sido oferecidos em média 32 horas de treinamentos por mês. Além disso, contamos com um forte alinhamento de metas de nossos colaboradores, sendo que cada loja possui metas consolidadas e de produtos e/ou ações especificas que impactam diretamente a remuneração e incentivos de cada colaborador.

Estrutura Societária

Na data deste Prospecto Preliminar, a nossa estrutura societária era a seguinte:

Eventos Recentes

A Companhia informa que não há eventos recentes.

Principais fatores de risco relacionados à Companhia

Podemos enfrentar dificuldades na abertura, desenvolvimento e operação das nossas atuais e futuras lojas, o que pode afetar adversamente nosso processo de expansão, nossas vendas e nossos resultados operacionais

Parte do nosso crescimento está ligado à nossa capacidade de ampliar a quantidade de lojas físicas e desenvolver as lojas existentes sucesso. Nossa capacidade de inaugurar e operar novas lojas e desenvolver as lojas existentes com êxito depende de vários fatores, incluindo, mas não se limitando (i) disponibilidade de recursos financeiros (próprios ou oriundos de financiamentos em termos aceitáveis); (ii) nossa capacidade de identificar locais apropriados para novas lojas; (iii) disponibilidade de locais desejáveis para lojas e disponibilidade e precisão de dados demográficos e de mercado, bem como nossa habilidade de determinar a demanda de nossos produtos; (iv) satisfazer as preferências de nossos clientes; (v) obter as licenças e autorizações governamentais necessárias; (vi) negociar contratos de locação em condições razoáveis; (vii) construir e equipar eficientemente as novas lojas; (viii) fornecer níveis suficientes de estoques para atender às necessidades de nossas lojas; (ix) integrar com sucesso novas lojas em nossos sistemas e operações existentes; (x) identificar pontos estratégicos de vendas; (xi) concluir projetos de construção e reforma de lojas; (xii) atrair, contratar, treinar e reter pessoal qualificado; e (xiii) administrar o processo de expansão em nível gerencial de loja.

Ainda, a legislação local referente a imóveis, uso do solo, zoneamento, dentre outras, pode vir a restringir a construção ou revitalização dos imóveis em que operamos os nossos diversos formatos. Ademais, determinadas leis locais que restrinjam as nossas operações, bem como alterações urbanísticas ou de infraestrutura nos arredores de nossas lojas existentes ou em processo de planejamento ou construção, podem afetar negativamente a nossa capacidade de abrir novas lojas, renovar, realocar ou expandir unidades existentes em certas cidades ou estados, incluindo áreas de mercado em que ainda não possuímos operações. Consequentemente, isso pode afetar adversamente os nossos resultados operacionais.

Eventual abertura de novas lojas nos estados brasileiros pode resultar em desafios de concorrência, regulatório, marketing e distribuição; ainda, quando novas aberturas de lojas ocorrem em mercados onde já possuímos lojas, podemos experimentar uma redução nas vendas líquidas de lojas pré-existentes nesses mercados devido ao deslocamento de vendas, o que pode nos afetar adversamente.

Eventual expansão, construção e remodelação de lojas podem deteriorar nossas margens de lucro até que tais investimentos atinjam a maturidade e, consequentemente, podemos não ser capazes de manter o mesmo crescimento de vendas líquidas e lucro, o que pode afetar negativamente nossos negócios, vendas e resultados operacionais.

Assim, nossa estratégia de negócio está exposta a diversos fatores, os quais podem impactar nossos negócios e os nossos resultados, como oportunidades de locação de imóveis e eventuais atrasos na execução das obras e inauguração de novas lojas, aprovação de projetos pelas autoridades competentes, variações do custo de obras, fatores macroeconômicos, acesso a financiamentos em condições atrativas e aumento da capacidade de consumo, dentre outros, o que pode ser impactado inclusive em virtude da pandemia da COVID-19 e eventuais outras pandemias, epidemias, surtos de doenças regionais ou globais. Não podemos garantir que nossa estratégia será integral e eficazmente realizada, bem como, se realizada, que trará os benefícios esperados ou dará causa a um crescimento que atenda ou exceda as nossas expectativas, o que pode prejudicar a supervisão dos nossos negócios e a qualidade dos nossos serviços. É possível, também, que não sejamos bem-sucedidos na implementação de nossas estratégias comerciais ou no desenvolvimento da infraestrutura necessária ao desempenho de nossas operações tal como planejado, existindo o risco de não sermos capazes de expandir nossas atividades e replicar nossa estrutura de negócios, além de nossa estratégia de crescimento orgânico. Caso os supracitados fatores não estejam a nosso favor, não seremos bem-sucedidos na abertura de novas lojas, e, consequentemente, nossa condição financeira, resultados operacionais e o nosso plano de expansão podem ser afetados de forma negativa.

Dependemos de nossos dois centros de distribuição para abastecer nossas lojas e seremos adversamente afetados caso qualquer desses centros de distribuição sofra prejuízos ou seja fechado

Operamos, atualmente, por meio de dois centros de distribuição localizados nas cidades de Campinas e Brasília (em conjunto "Centros de Distribuição"). A maioria dos produtos que vendemos são distribuídos por meio dos nossos Centros de Distribuição. Caso a operação desses Centros de Distribuição seja interrompida total ou parcialmente por qualquer motivo, incluindo a não renovação dos respectivos contratos locatícios e/ou necessidade de desocupação antecipada dos imóveis em decorrência da venda para terceiros, ou caso os Centros de Distribuição sofram quaisquer danos substanciais, provocados inclusive, mas não se limitando, por desastres naturais, acidentes ambientais, incêndios ou inundações, roubos ou furtos, falha nos sistemas, restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a COVID-19), ou caso a capacidade de distribuição seja reduzida ou interrompida em função de questões regulatórias, problemas sanitários, acidentes, greves ou questões trabalhistas, podemos enfrentar desabastecimento de produtos em nossas lojas o que, por sua vez, afetará adversamente nossas vendas e acarretará aumentos significativos de custos relacionados à reabertura ou substituição dos Centros de Distribuição.

Adicionalmente, nossa estratégia de crescimento inclui a abertura de novas lojas, além da expansão das vendas por meios digitais, o que pode demandar uma expansão na capacidade dos nossos Centros de Distribuição ou até mesmo o estabelecimento de novos centros de distribuição, especialmente devido à necessidade de abastecimento de lojas físicas e para atendimento das demandas de compras via e-commerce. Caso não consigamos encontrar locais adequados para estabelecer novos centros de distribuição, ou não consigamos expandir ou integrar centros de distribuição ou adaptar os serviços de operadores logísticos existentes ao nosso processo de controle de estoques de maneira eficaz, podemos não conseguir entregar estoques às nossas lojas em tempo hábil, o que pode ter um impacto adverso em nossas vendas, nossos resultados operacionais e na nossa estratégia de crescimento.

As nossas atividades dependem significativamente de nossa imagem, da reputação das nossas marcas e da eficiência de nossa estratégia de marketing, conforme percebidas por clientes, fornecedores e distribuidores.

Nosso sucesso depende significativamente de nossas marcas Oba Hortifruti, Oba Bem Querer, Oba Reserve, Oba Obacalhau, entre outras, sendo assim, manter e melhorar o reconhecimento dessas marcas é fundamental para os nossos negócios.

Se os consumidores e os nossos clientes perceberem ou experimentarem uma redução na qualidade dos produtos, do serviço, do ambiente e/ou de qualquer forma acreditarem que não proporcionamos uma experiência consistentemente positiva, o valor de nossas marcas poderia ser impactado, o que pode afetar adversamente nossos negócios e resultados financeiros.

Ainda, a Companhia pode ser alvo de publicidade negativa. Publicações ou comentários negativos sobre a Companhia, seus negócios, suas operações, seus Diretores, membros do Conselho de Administração ou acionistas em qualquer rede social podem prejudicar gravemente a sua reputação. Eventual publicidade negativa poderá ter um efeito negativo sobre o valor de todas as nossas marcas, o que poderá impactar adversamente nossas vendas.

Quaisquer incidentes que reduzam a confiança do consumidor e dos nossos clientes ou a afinidade deles com nossas marcas, bem como o uso indevido por terceiros poderiam reduzir de forma significativa o seu valor e nos afetar adversamente.

Na hipótese de perda de alguma de nossas marcas nossas atividades seriam afetadas de maneira adversa, uma vez que elas são reconhecidas na nossa região de atuação e desempenham importante papel no processo decisório de compra dos consumidores.

Se nossa estratégia de marketing não for eficiente ou se nossos concorrentes fizerem investimentos mais significativos em propaganda do que nós, podemos não conseguir atrair novos clientes ou os clientes existentes podem não retornar às nossas lojas, afetando nossos resultados operacionais de forma negativa.

Além disso, as nossas vendas poderão ser adversamente afetadas diante do desafio enfrentado na identificação das mudanças de comportamento e preferência de nossos consumidores, datas sazonais e situação socioeconômica do País.

Possíveis limitações em manter o ritmo de crescimento de vendas pode afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

Os principais fatores que podem impactar o crescimento das vendas “mesmas lojas”, conceito que demonstra quanto as vendas aumentaram nas mesmas lojas em relação ao período/exercício social anterior, são: (i) a capacidade da Companhia de prever e responder às novas tendências de consumo em tempo hábil, (ii) a capacidade da Companhia de atrair novos clientes e manter os atuais, (iii) a confiança do consumidor, (iv) situação econômica nas áreas onde as lojas estão localizadas, (v) o impacto que a abertura de novas lojas pode gerar sobre as lojas pré-existentes nestes mesmos mercados, (vi) mudanças nas políticas de crédito, propaganda e marketing da Companhia, e (vii) concorrência.

Em decorrência dos eventos descritos acima, a performance de vendas “mesmas lojas” da Companhia pode não apresentar crescimento ou pode diminuir em exercícios futuros, o que pode impactar negativamente os negócios e resultados operacionais da Companhia. Além disso, o crescimento futuro de vendas da Companhia também está baseado na ampliação e desenvolvimento dos canais digitais de vendas, como e-commerce, inclusive por meio do aplicativo de compras, que são suscetíveis a uma maior concorrência e dependência de constantes evoluções tecnológicas, bem como mudanças no comportamento de consumo de clientes da Companhia, podendo impactar o seu ritmo de crescimento de vendas. Adicionalmente, as vendas da Companhia também poderão diminuir em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a pandemia da COVID-19).

A Companhia conduz suas operações por meio de lojas físicas e digitais. Caso a Companhia seja incapaz de alinhar estes canais de vendas em termos de aspectos comerciais, logísticos, de comunicação e marketing com o objetivo de atender as necessidades de seus clientes, a Companhia pode não se beneficiar de sua estrutura multicanal integrada, o que pode afetar adversamente seus resultados e operações.

Dependemos do sistema de transportes e infraestrutura brasileiros para entregar nossos produtos, sendo que qualquer atraso relacionado a transporte e infraestrutura pode afetar negativamente as nossas necessidades de abastecimento e a nossa distribuição de produtos a lojas e clientes

Dependemos de serviços de transporte próprio ou contratados (em torno de 73% e 27%, respectivamente) para garantir o transporte e a entrega dos produtos localizados em nossos Centros de Distribuição às nossas lojas. Os sistemas de transporte e infraestrutura no Brasil são pouco desenvolvidos e necessitam de investimentos relevantes para funcionarem de forma eficiente e para atender às nossas necessidades comerciais. Quaisquer interrupções ou reduções significativas no uso da infraestrutura de transportes ou em suas operações nas cidades onde os Centros de Distribuição da Companhia estão localizados, resultantes de desastres naturais, incêndio, inundações, acidentes, falhas em sistemas, greves (tais como a paralisação de caminhoneiros de maio de 2018) ou caso a capacidade de distribuição seja reduzida ou interrompida em função de questões regulatórias, ausência de licença ambiental válida, problemas sanitários ou questões trabalhistas, bem como outras causas inesperadas, nossa capacidade de distribuir produtos para nossas lojas pode ser impactada, reduzindo nossas vendas, o que pode nos afetar adversamente.

Além disso, quaisquer alterações, problemas ou interrupções significativas na infraestrutura de logística que a Companhia ou seus fornecedores ou prestadores de serviços usem para entregar produtos em nossas lojas ou Centros de Distribuição podem impedir a entrega oportuna ou bem-sucedida dos produtos que vendemos em nossas lojas e afetar negativamente nossas operações. Por exemplo, a nossa rede de distribuição é sensível à flutuação dos preços do petróleo, e qualquer aumento no preço, interrupção do fornecimento ou falta de combustível poderá resultar no aumento dos custos de frete e afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais. Além disso, caso normas rigorosas para combater o trânsito de rua sejam promulgadas ou imponham mais restrições na entrega de produtos para as nossas lojas, em determinadas horas do dia ou em determinados municípios em que atuamos, a nossa capacidade de distribuir produtos em tempo hábil para as nossas lojas poderá ser afetada. Um aumento geral no trânsito de rua também pode afetar a nossa capacidade de distribuir produtos em nossas lojas em tempo hábil.

Por fim, o nosso negócio de e-commerce está sujeito a riscos semelhantes que podem afetar a nossa capacidade de entregar produtos aos nossos consumidores finais em tempo hábil. Qualquer impossibilidade de entregar os produtos que vendemos por meio da nossa plataforma de e-commerce pode resultar na perda de negócios e afetar negativamente a nossa reputação, o que pode causar um impacto adverso nas nossas vendas.

IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, COORDENADORES DA OFERTA, CONSULTORES E DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Para fins do disposto no Item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto Preliminar, poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

Companhia e Acionistas Vendedores

Grupo Fartura de Hortifruti S.A.
Avenida Comendador Aladino Selmi, nº 2502 - Galpão 5
CEP 13069-036, Campinas, São Paulo
At.: Sr. José Bruno]
Tel.: +55 (19)3746-7010
http://ri.redeoba.com.br

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder
Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500,
1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Renata G. Dominguez
Tel.: + 55 (11) 3708-8876
https://www.itau.com.br/itaubba-pt/

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek,
nº 1309, 10º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sra. Sra. Claudia Bollina Mesquita
Tel.: +55 (11) 3847-5488
E-mail: claudia.mesquita@bradescobbi.com.br
https://www.bradescobbi.com.br/Site/Home/Default.aspx

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440,
7º andar (parte)
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Fernando Vita
Tel.: +55 (11) 3513-6503
E-mail: Fernando.vita@ubsbb.com
https://www.ubs.com/br/pt

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º
andar
CEP 04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: + 55 (11) 3383-2000
https://www.btgpactual.com/

Consultores Legais Locais da Companhia e do FIP Crescera	Consultores Legais Externos da Companhia
Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 447 CEP 01403-001, São Paulo, SP At.: Sra. Vanessa Fiusa Tel.: +55 (11) 3147-2834 www.mattosfilho.com.br	**Simpson Thacher & Bartlett LLP** Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1455, 12º andar CEP 04543-011, São Paulo, SP At.: Sr. Grenfel Calheiros Tel.: +55 (11) 3546-1011 https://www.stblaw.com/

Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta	Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta
Lobo de Rizzo Advogados Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 12º andar CEP 04538-132, São Paulo, SP At.: Sr. Caio Cossermelli Tel.: +55 (11) 3702-7120 www.ldr.com.br	**White & Case LLP** Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2277, 4º andar, CEP 01452-000, São Paulo, SP At.: Srs. John Veterlli e John Guzman Tel.: +55 (11) 3147-5600 https://www.whitecase.com/

Auditores Independentes da Companhia	
BDO RCS Auditores Independentes S.S. Rua Major Quedinho, 90 – Consolação 01050-030, São Paulo, SP At.: Sr. Celso Luiz da Costa Lobo Tel.: +55 (11) 3848-5880 https://www.bdo.com.br/pt-br/bdo-brazil	**KPMG Auditores Independentes** Av. Coronel Silva Teles, 977 – 10º. andar Campinas, São Paulo CEP: 13024-001 At.: Sra. Juliana de Lira Bilachi Tel.: +55 (19) 3198-6737 E-mail: JBilachi@kpmg.com.br https:www.kpmg.com.br

Declaração de Veracidade das Informações

A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto Preliminar a partir da página 86.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto Preliminar, principalmente as informações contidas nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" nas páginas 18 e 88, respectivamente, deste Prospecto Preliminar e na seção "4. Fatores de Risco" do nosso Formulário de Referência, e nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, e as respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto Preliminar, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Acionistas ou Investidores da Oferta Prioritária	Titulares de ações de emissão da Companhia destinatários da Oferta Prioritária.
Ações	Ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta.
Ações Adicionais	Montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondentes a até 20% do total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares), [a serem por ela emitidas e/ou alienadas pelos Acionistas Vendedores, conforme o caso, na proporção indicada na página 43 deste Prospecto Preliminar], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão utilizadas para atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.
Ações da Oferta Prioritária	Montante de até (a) [●] Ações, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e as Ações Suplementares, ou (b) [●] Ações, considerando a colocação das Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares, observado o Limite de Subscrição Proporcional, sendo que tais Ações da Oferta Priortária que será assegurado aos Investidores da Oferta Prioritária a prioridade na subscrição.
Ações em Circulação no Mercado após a Oferta (*Free Float*)	Antes da realização da Oferta, não há ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta, considerando ou não a colocação das Ações Adicionais e as Ações Suplementares, [•]% das ações ordinárias de emissão da Companhia estará em circulação no mercado. Para mais informações, veja seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social" na página 41 deste Prospecto Preliminar.

Ações Suplementares	Montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia correspondentes a até 15% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), [a serem por ela emitidas e/ou alienadas pelos Acionistas Vendedores, conforme o caso, na proporção indicada na página 43 deste Prospecto Preliminar], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme opção a ser outorgada [pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas, exclusivamente, à prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta durante o prazo para exercício da Opção de Ações Suplementares.
Agente Estabilizador ou Bradesco BBI	O Banco Bradesco BBI S.A., agente autorizado a realizar operações de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado brasileiro, nos termos do Contrato de Estabilização.
Agentes de Colocação Internacional	O Itau BBA USA Securities, Inc., o Bradesco Securities, Inc., a UBS Securities LLC e o BTG Pactual US Capital LLC, considerados em conjunto.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta, a ser divulgado após a distribuição das Ações, em até seis meses contados a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, na forma do artigo 29 e anexo V da Instrução CVM 400, disponibilizado nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 70 deste Prospecto Preliminar, informando o resultado final da Oferta.
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta, a ser divulgado na forma do artigo 52 e anexo IV da Instrução CVM 400, disponibilizado nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 70 deste Prospecto Preliminar, informando acerca do início do Prazo de Distribuição.
Anúncio de Retificação	Anúncio a ser imediatamente divulgado, nos termos dispostos no artigo 27 da Instrução CVM 400, na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes neste Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor quando da sua decisão de investimento, disponibilizados nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 70 deste Prospecto Preliminar.

Aprovações Societárias

A abertura de capital da Companhia, a sua adesão e admissão ao Novo Mercado e a realização da Oferta Primária, bem como seus termos e condições foram aprovadas em assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em 13 de outubro de 2020, cuja ata foi devidamente protocolada perante a JUCESP, bem como publicada em 18 de outubro de 2020 no jornal "Correio Popular" e que será publicada no DOESP. O Preço por Ação, bem como a quantidade de Ações objeto da Oferta e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu Estatuto Social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no "Correio Popular" na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOESP, no dia útil subsequente.

Não será necessária qualquer aprovação em relação ao FIP Crescera e aos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas para a participação na Oferta Secundária e a fixação do Preço por Ação.

Atividade de Estabilização

Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, no âmbito da Oferta, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação e por um período de até trinta dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual será previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da divulgação do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

Aviso ao Mercado

Aviso divulgado em [•] de [•] de 2020, a ser novamente divulgado em [•] de [•] de 2020, com a identificação das Instituições Consorciadas que aderiram à Oferta e informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária e de Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo, em conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 70 deste Prospecto Preliminar.

Bradesco BBI

Banco Bradesco BBI S.A.

BTG Pactual

Banco BTG Pactual S.A.

Capital Social	Em 30 de setembro de 2020, o capital social da Companhia era de R$91.438.041,56, totalmente subscrito e integralizado, representado por 2.781.220 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
Contrato de Colocação	Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias do Grupo Fartura de Hortifrut S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e como interveniente anuente, a B3.
Contrato de Colocação Internacional	*Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional, a fim de regular os esforços de colocação das Ações pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior.
Contrato de Estabilização	Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Fartura de Hortifrut S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, o Agente Estabilizador, a Corretora e os demais Coordenadores da Oferta, estes últimos na qualidade de intervenientes anuentes, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado brasileiro pelo Agente Estabilizador, o qual foi devidamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
Contrato de Empréstimo	Contrato de Empréstimo Privado de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Fartura de Hortifrut S.A., a ser celebrado entre [●], na qualidade de doador, e o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador, a Corretora.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado de Governança Corporativa a ser celebrado entre a Companhia e a B3, o qual entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início.
Contrato de Prestação de Serviços	Contrato de prestação de serviços a ser celebrado, entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e a B3.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Coordenadores da Oferta	O Coordenador Líder, o Bradesco BBI, o UBS BB e o BTG Pactual, considerados em conjunto.
Corretora	Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.
Cronograma Estimado da Oferta	Veja a seção “Informações sobre a Oferta – Cronograma Estimado da Oferta” na página 49 deste Prospecto Preliminar.
Data de Corte	[●] de [●] de 2020.

Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira da Oferta que deverá ser realizada dentro do prazo de até dois dias úteis, contados da data de divulgação do Anúncio de Início, com a entrega das Ações aos respectivos investidores, exceto com relação à distribuição de Ações Suplementares.
Data de Liquidação das Ações Suplementares	Data da liquidação física e financeira das Ações Suplementares, que ocorrerá no prazo de até dois dias úteis contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares.
Destinação dos Recursos	Os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária (considerando as Ações Suplementares) serão destinados para: (i) abertura de novas lojas; (ii) investimento nos canais digitais; e (iii) investimento na cadeia logística. Os recursos líquidos provenientes da Oferta Secundária serão destinados aos Acionsitas Vendedores.
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações	As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme descritos a partir da página 86 deste Prospecto Preliminar e na seção "18. Valores Mobiliários" do Formulário de Referência.
Distribuição Parcial	Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta. Assim, caso não existam Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária, Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo e/ou intenções de investimento da Oferta Institucional para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) por parte dos Investidores de Varejo e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária, Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo e/ou intenções de investimento da Oferta Institucional, conforme o caso, automaticamente cancelados, e os valores eventualmente depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do imposto sobre operações financeiras ("**IOF/Câmbio**") e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis, contados da data de disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida a distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações objeto da Oferta", na página 91 deste Prospecto Preliminar.

Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa	Fixação do Preço por Ação abaixo de 20% do preço inicialmente indicado, considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% sob o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor de Varejo poderá desistir do seu Pedido de Reserva da Oferta Prioritária ou do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, conforme o caso, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores de Varejo, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta, bem como sua capacidade de executar o plano de negócios da Companhia", na página 91 deste Prospecto Preliminar.
Faixa Indicativa	A faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto Preliminar, a ser fixada após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa.
Fatores de Risco	**Para uma descrição de certos fatores de risco relacionados à aquisição das Ações que devem ser considerados na tomada da decisão de investimento, os investidores devem ler as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir das páginas 7 e 88 deste Prospecto Preliminar, respectivamente, bem como os Fatores de Risco descritos no item "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de investir nas Ações.**

Garantia Firme de Liquidação

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de integralizar/liquidar as Ações da Oferta e as Ações Adicionais que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A Garantia Firme de Liquidação é vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, forem concedidos os registros da Oferta e de companhia aberta pela CVM, assinado o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional, concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, disponibilizado o Prospecto Definitivo e divulgado o Anúncio de Início.

Caso as Ações da Oferta e as Ações Adicionais, objeto de Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não sejam totalmente liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, integralizará/liquidará, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre: (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação; e (ii) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação efetivamente integralizadas/liquidadas, no Brasil, por investidores no mercado, multiplicada pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização não estarão sujeitas a tais limites.

Inadequação da Oferta	O investimento nas Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir Ações ou com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado. Os investidores devem ler atentamente as seções deste Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência que tratam sobre "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir da página 88 deste Prospecto Preliminar, incluindo o item "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência.
Instituições Consorciadas	Instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta exclusivamente para efetuar esforços de colocação das Ações junto aos Investidores de Varejo e aos Investidores da Oferta Prioritária, e que tenham aderido à carta convite disponibilizada pelo Coordenador Líder.
Instituições Participantes da Oferta	Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, em conjunto.
Instrumentos de *Lock-up*	Acordos de Restrição à Venda de Ações ordinárias de emissão da Companhia assinados pelos Administradores e pelos Acionistas Vendedores.
Investidores Estrangeiros	Os: (i) investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A do *Securities Act*, editada pela SEC, em operações isentas de registro, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis desse país (*non-U.S. persons*), nos termos do Regulamento S, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados nos termos da Lei nº 4.131, ou Resolução CMN 4.373 e da Instrução CVM 560.
Investidores Institucionais	Os Investidores Institucionais Locais e os Investidores Estrangeiros, considerados em conjunto.

Investidores Institucionais Locais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, que sejam considerados profissionais ou qualificados, nos termos da regulamentação da CVM em vigor, em qualquer caso, que não sejam considerados Investidores de Varejo, incluindo instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, companhias seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas e fechadas de previdência complementar, fundos de investimento, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, em todos os casos residentes e domiciliados ou com sede no Brasil.
Investidores de Varejo	Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, e clubes de investimento registrados na B3, e que não sejam considerados investidores qualificados e/ou Investidores Institucionais nos termos da regulamentação da CVM, que realizem pedidos de investimento durante o Período de Reserva da Oferta de Varejo (conforme definido abaixo) no âmbito da Oferta de Varejo.
Investidores de Varejo *Lock-up*	Investidores de Varejo que realizarem seus investimentos, no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up,* de forma direta, durante o Período de Reserva da Oferta de Varejo ou durante o Período de Reserva da Oferta de Varejo para Pessoas Vinculadas, e que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo, com o *Lock-up* da Oferta de Varejo.
Investidores de Varejo Sem *Lock-up*	Investidores de Varejo que realizarem seus investimentos, no âmbito da Oferta de Varejo Sem *Lock-up,* de forma direta, durante o Período de Reserva da Oferta de Varejo ou durante o Período de Reserva da Oferta de Varejo para Pessoas Vinculadas, e que não aderirem, em seus respectivos Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo, com o *Lock-up* da Oferta de Varejo.
Limite de Subscrição Proporcional	Será assegurado a cada um dos Acionistas que realizar Pedido de Reserva da Oferta Prioritária durante o Período de Reserva da Oferta Prioritária, o direito de subscrição de Ações da Oferta Prioritária em quantidade equivalente ao percentual de participação acionária do respectivo Acionista no total de ações do capital social total da Companhia aplicado sobre a quantidade de Ações da Oferta Prioritária.

***Lock-up* da Oferta de Varejo**	Os Investidores de Varejo *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, as Ações subscritas no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up*. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta de Varejo *Lock-up*, cada Investidor de Varejo *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo, as Ações subscritas no âmbito da Oferta de Varejo poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas no âmbito da Oferta de Varejo que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3. Para maiores informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores de Varejo *Lock-up* ou Investidores Private *Lock-up*, diante da impossibilidade da transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações", na página 88 deste Prospecto Preliminar.
Negociação na B3	As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado da B3 a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início sob o código "[•]".
Oferta	A Oferta Primária e a Oferta Secundária, consideradas em conjunto.
Oferta de Varejo	Montante de, no mínimo, 10% e, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, o montante de, no máximo, 20% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a ser destinado à colocação pública para Investidores de Varejo que tenham realizado Pedido de Reserva da Oferta de Varejo.
Oferta de Varejo *Lock-up*	No contexto da Oferta de Varejo, a distribuição pública aos Investidores de Varejo *Lock-up*, sendo certo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo *Lock-up*: (i) de até 8% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 8 % do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.

Oferta de Varejo Sem *Lock-up*	No contexto da Oferta de Varejo, a distribuição pública aos Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, sendo certo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo Sem *Lock-up*: (i) de até 2% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 2% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.
Oferta Institucional	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada a Investidores Institucionais.
Oferta Primária	A distribuição pública primária de, inicialmente, [•] novas ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia, realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM.
Oferta Prioritária	Oferta prioritária destinada aos Investidores da Oferta Prioritária, ao final da Data de Corte, de forma a assegurar a sua participação na Oferta, observado o Limite de Subscrição Proporcional.
Oferta Secundária	A distribuição pública secundária de, inicialmente, [•] Ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, com o Código Anbima, bem como com esforços de dispersão acionária nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3 e demais normativos aplicáveis, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM.
Offering Memoranda	O *Preliminary Offering Memorandum* e o *Final Offering Memorandum*, conforme definidos no Contrato de Colocação Internacional, considerados em conjunto.
Opção de Ações	Qualquer opção, *warrant* ou direito de compra, subscrição ou aquisição de quaisquer ações de emissão da Companhia no âmbito de um plano de opção de compra de ações da Companhia em vigor na presente data.
Opção de Ações Suplementares	Opção outorgada no Contrato de Colocação [pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, para colocação das Ações Suplementares, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta.

Pedido de Reserva da Oferta de Varejo	Formulário específico celebrado, em caráter irrevogável e irretratável, para reserva de Ações no âmbito da Oferta de Varejo, por Investidores de Varejo, inclusive os que sejam Pessoas Vinculadas.
Pedido de Reserva da Oferta Prioritária	Formulário específico, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto nas circunstâncias ali previstas, para a subscrição de Ações no âmbito da Oferta Prioritária, firmado por Acionistas e por Acionistas que sejam Pessoas Vinculadas com uma única Instituição Participante da Oferta durante o Período de Reserva da Oferta Prioritária.
Período de Colocação	Prazo de até dois dias úteis, contados da data de divulgação do Anúncio de Início, que se iniciará em [•] de [•] de 2020 e se encerrará em [•] de [•] de 2020, para efetuar a colocação das Ações.
Período de Reserva da Oferta de Varejo	Período compreendido entre [•] de [•] de 2020, inclusive, e [•] de [•] de 2020, inclusive, para formulação de Pedido de Reserva da Oferta de Varejo pelos Investidores de Varejo.
Período de Reserva da Oferta Prioritária	Período compreendido entre [•] de [•] de 2020, inclusive, e [•] de [•] de 2020, inclusive, destinado à efetivação dos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária pelos Acionistas.
Período de Reserva da Oferta de Varejo para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre [•] de [•] de 2020, inclusive, e [•] de [•] de 2020, inclusive, data esta que antecedeu em pelo menos sete dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, destinado à formulação de Pedido de Reserva da Oferta de Varejo pelos Investidores de Varejo que sejam considerados Pessoas Vinculadas.

Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução da CVM 505: (i) controladores e/ou administradores da Companhia e/ou dos Acionistas Vendedores e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) controladores e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional atinentes à Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional ou por pessoas a eles vinculadas, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) cônjuges ou companheiros, ascendentes, filhos menores e colaterais até o 2º grau das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (viii) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença às pessoas mencionadas nos itens (i) a (vii) acima, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.
Prazo de Distribuição	Prazo para distribuição das Ações que se encerrará: (i) em até seis meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) na data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.
Preço por Ação	No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa. O preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação, será fixado após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junta a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding.* A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores de Varejo e os Acionistas não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

Procedimento de *Bookbuilding*

Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado com Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a um terço das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas. A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado Secundário. Para mais informações, veja seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 91 deste Prospecto Preliminar. **Recomenda-se aos potenciais investidores que leiam este Prospecto Preliminar, em especial as seções "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" e "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" deste Prospecto Preliminar, nas páginas** 18 **e 88 deste Prospecto Preliminar, bem como os itens 4.1 e 4.2 do Formulário de Referência antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.**

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para: (i) proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.

Prospecto Definitivo

Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Fartura de Hortifrut S.A., incluindo o Formulário de Referência a ele anexo.

Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Fartura de Hortifrut S.A., incluindo o Formulário de Referência elaborado pela Companhia nos termos da Instrução CVM 480, bem como seus eventuais aditamentos e/ou suplementos e demais anexos.
Prospectos	Este Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, considerados em conjunto.
Público Alvo da Oferta	Os Acionistas da Companhia no âmbito da Oferta Prioritária; os Investidores de Varejo no âmbito da Oferta de Varejo; e os Investidores Institucionais no âmbito da Oferta Institucional.
Rateio Oferta de Varejo *Lock-up*	Caso o total de Ações da Oferta de Varejo *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo realizados por Investidores de Varejo *Lock up*: (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo realizados por Investidores de Varejo *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores de Varejo Sem *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observado os limites previstos no âmbito da Oferta de Varejo; ou (b) exceda o montante de Ações destinados à Oferta de Varejo *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Rateio Oferta de Varejo Sem *Lock-up*	Caso o total de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up*: (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores de Varejo *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observado os limites previstos no âmbito da Oferta de Varejo; ou (b) exceda o montante de Ações destinados à Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Registro da Oferta	O pedido de registro da Oferta foi protocolado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelo Coordenador Líder perante a CVM em [•] de [•] de 2020, estando a presente Oferta sujeita a prévio registro na CVM. Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados na seção "Informações Adicionais" na página 68 deste Prospecto Preliminar.

Resolução de Conflitos	Conforme estabelecido no Estatuto Social, os acionistas da Companhia se comprometem a envidar seus melhores esforços para resolver amigavelmente e por mútuo acordo, no prazo de 30 (trinta) dias, qualquer conflito, controvérsia ou reclamação decorrente do Estatuto Social ou a ele referente. A qualquer tempo, caso não seja possível chegar a um acordo mútuo, qualquer conflito deverá ser submetido e resolvido por arbitragem, administrada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá, nos termos de seu regulamento de arbitragem.
Restrição à Venda de Ações (*Lock-up*)	A Companhia, seus administradores e os Acionistas Vendedores se comprometerão, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, a celebrar acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia, por meio dos quais, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional, concordarão em não oferecer, vender, contratar a venda, penhorar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, pelo período de 180 dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações ordinárias de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações ordinárias de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares. A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações. Para mais informações sobre os riscos relacionados à venda de volume substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia, veja o fator de risco “A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta e o período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia”, na seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” na página 88 deste Prospecto Preliminar.
Termo da Prioritária	Termo de indicação ou termo de cessão da prioridade de subscrição
UBS BB	UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo	O valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 por Investidor de Varejo.
Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo	O valor máximo de pedido de investimento de R$1.000.000,00 por Investidor de Varejo.

Valores Mobiliários de *Lock-up*	Qualquer das ações ordinárias de emissão da Companhia ou quaisquer valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações ordinárias de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações ordinárias de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares, que estejam sujeitos ao *Lock-up*.
Valor Total da Oferta da Oferta Base	R$[•], considerando o Preço por Ação, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do capital social

Na data deste Prospecto Preliminar, o capital social da Companhia é de R$91.438.041,56, totalmente subscrito e integralizado, representado por 2.781.220 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá aumentar seu capital social, na forma do Artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, independentemente de deliberação da Assembleia Geral e de reforma estatutária, mediante a emissão de até 1.318.780 de novas ações ordinárias.

Os quadros abaixo indicam a composição do capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto Preliminar e a previsão após a conclusão da Oferta, considerando os efeitos da eventual subscrição acima.

Antes da realização da Oferta não existiam ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Quantidade	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
Ações ordinárias	2.781.220	R$91.438.041,56	[•]	[•]
Total	**2.781.220**	**R$91.438.041,56**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Sem dedução de comissões e despesas.

Após a realização da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Quantidade	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
Ações ordinárias	2.781.220	R$91.438.041,56	[•]	[•]
Total	**2.781.220**	**R$91.438.041,56**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Sem dedução de comissões e despesas.

Após a realização da Oferta, considerando a colocação das Ações Suplementares, mas sem considerar a colocação das Ações Adicionais, estima-se que, aproximadamente, [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Quantidade	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
Ações ordinárias	2.781.220	R$91.438.041,56	[•]	[•]
Total	**2.781.220**	**R$91.438.041,56**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Sem dedução de comissões e despesas.

Após a realização da Oferta, considerando a colocação das Ações Adicionais, mas sem considerar a colocação das Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Quantidade	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
Ações ordinárias	2.781.220	R$91.438.041,56	[•]	[•]
Total	**2.781.220**	**R$91.438.041,56**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Sem dedução de comissões e despesas.

Após a realização da Oferta, considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Principais acionistas, Administradores e Acionistas Vendedores

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de ações ordinárias de emissão da Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelos membros Administração, na data deste Prospecto Preliminar e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias[(1)]	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
FIP Crescera	834.366	30,00%	[•]	[•]
Carlos Roberto Alves	1.526.322	54,88%	[•]	[•]
Raimundo Desiderio Alves Caetano	292.036	10,50%	[•]	[•]
Outros	128.496	4,62%	[•]	[•]
Ações em circulação			[•]	[•]
Total	**2.781.220**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

(1) Para uma descrição mais detalhada sobre nossos acionistas, ou grupo de acionistas, titulares de mais de 5% do nosso capital social, inclusive sua composição societária, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência, na página [•] deste Prospecto Preliminar.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias[(1)]	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
FIP Crescera	834.366	30,00%	[•]	[•]
Carlos Roberto Alves	1.526.322	54,88%	[•]	[•]
Raimundo Desiderio Alves Caetano	292.036	10,50%	[•]	[•]
Outros	128.496	4,62%	[•]	[•]
Ações em circulação			[•]	[•]
Total	**2.781.220**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

(1) Para uma descrição mais detalhada sobre nossos acionistas, ou grupo de acionistas, titulares de mais de 5% do nosso capital social, inclusive sua composição societária, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência, na página [•] deste Prospecto Preliminar.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias[1]	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
FIP Crescera	834.366	30,00%	[•]	[•]
Carlos Roberto Alves	1.526.322	54,88%	[•]	[•]
Raimundo Desiderio Alves Caetano	292.036	10,50%	[•]	[•]
Outros	128.496	4,62%	[•]	[•]
Ações em circulação	128.496		[•]	[•]
Total	**2.781.220**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

(1) Para uma descrição mais detalhada sobre nossos acionistas, ou grupo de acionistas, titulares de mais de 5% do nosso capital social, inclusive sua composição societária, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência, na página [•] deste Prospecto Preliminar.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias[1]	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
FIP Crescera	834.366	30,00%	[•]	[•]
Carlos Roberto Alves	1.526.322	54,88%	[•]	[•]
Raimundo Desiderio Alves Caetano	292.036	10,50%	[•]	[•]
Outros	128.496	4,62%	[•]	[•]
Ações em circulação			[•]	[•]
Total	**2.781.220**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

(1) Para uma descrição mais detalhada sobre nossos acionistas, ou grupo de acionistas, titulares de mais de 5% do nosso capital social, inclusive sua composição societária, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência, na página [•] deste Prospecto Preliminar.

Identificação dos Acionistas Vendedores, quantidade de ações ofertadas, montante e recursos líquidos

Segue abaixo descrição dos Acionistas Vendedores:

Crescera Oba Growth Co-Investment I - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 28.770.747/0001-48, representado por seu gestor **CRESCERA GROWTH CAPITAL LTDA.**, sociedade limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Aníbal de Mendonça, nº 27, 2º andar, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 09.400.968/0001-80;

Carlos Roberto Alves, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Santos, n° 952, apto. 301, Jardim América, CEP 30421-386, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("**CPF/ME**") sob o nº 280.144.806-00, portador da Cédula de Identidade RG n° M-1.169-334 SSP/MG;

Raimundo Desiderio Alves Caetano, brasileiro, divorciado, empresário, residente e domiciliado na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Marechal Dutra, n° 144, Jardim Santa Genebra, CEP 13080-200, inscrito no CPF/ME sob o n° 430.664.416-00, portador da Cédula de Identidade RG n° 33.874.864-7 SSP/SP;

Luiz Las-Casas Alves, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, empresário, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Castelo de Lamego, n 147, apto. 402, Bairro Castelo, CEP 31220-130, inscrito no CPF/ME sob o n° 118.460.706¬00, portador da Cédula de Identidade RG n° M-63.148 SSP/MG;

Alex Alves dos Santos Brito, brasileiro, empresário, casado no regime de comunhão parcial de bens, residente e domiciliado na Cidade de Brasília, Distrato Federal, na SQSW 304, bloco F, apto. 311, Setor Sudoeste, CEP 70673-406, inscrito no CPF/ME sob o n° 036.727.056-08, portador da Cédula de Identidade RG n° MG-8.028.380 SSP/MG;

Para informações adicionais, os investidores devem ler o item "15. Controle" do Formulário de Referência, na página [•] deste Prospecto Preliminar.

Características Gerais da Oferta

Descrição da Oferta

A Oferta consistirá na distribuição pública (i) primária de, inicialmente, [•] novas ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) secundária de, inicialmente, [•] Ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, com o Código ANBIMA, bem como com esforços de dispersão acionária nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3 e demais normativos aplicáveis, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta.

Simultaneamente, no âmbito da Oferta, serão também realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional, esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados nos termos da Lei 4.131, ou da Resolução CMN 4.373 e da Instrução CVM 560, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do Contrato de Colocação Internacional.

Exceto pelos registros a serem concedidos pela CVM para a realização da Oferta no Brasil, nos termos da Instrução CVM 400, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares) poderá, a critério dos Acionistas Vendedores e da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% do total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares) a serem pela Companhia emitidas e/ou alienadas pelos Acionistas Vendedores, conforme o caso, na proporção indicada neste Prospecto Preliminar, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão utilizadas para atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais) a serem emitidas pela Companhia e/ou alienadas pelos Acionistas Vendedores, conforme o caso, na proporção indicada neste Prospecto Preliminar, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme opção a ser outorgada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas, exclusivamente, à prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta durante o prazo para exercício da Opção de Ações Suplementares.

As Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta de forma individual e não solidária, em regime de Garantia Firme de Liquidação. As Ações que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei do Mercado de Capitais.

A Oferta será registrada no Brasil junto à CVM, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400. Exceto pelo registro na CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. Persons*, conforme definido no Regulamento S, sem que haja o registro sob o *Securities Act*, ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*.

Aprovações societárias

A abertura de capital da Companhia, a sua adesão e admissão ao Novo Mercado e a realização da Oferta Primária, bem como seus termos e condições foram aprovadas em assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em 13 de outubro de 2020, cuja ata foi devidamente protocolada perante a JUCESP, bem como publicada em 18 de outubro de 2020 no jornal "Correio Popular" e que será publicada no DOESP. O Preço por Ação, bem como a quantidade de Ações objeto da Oferta e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu Estatuto Social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de Bookbuilding e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no "Correio Popular" na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOESP, no dia útil subsequente.

Não será necessária qualquer aprovação em relação ao FIP Crescera e aos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas para a participação na Oferta Secundária e a fixação do Preço por Ação.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa. Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária e os Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo serão normalmente considerados e processados, observada as condições de eficácia descritas neste Prospecto Preliminar, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço no Valor Inferior à Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor da Oferta Prioritária ou o Investidor de Varejo poderá desistir do seu Pedido de Reserva da Oferta Prioritária ou Pedido de Reserva da Oferta de Varejo.

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400, e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores da Oferta Prioritária e os Investidores de Varejo não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta

Antes da realização da Oferta, não há ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta, considerando ou não a colocação das Ações Adicionais e as Ações Suplementares, [•]% das ações ordinárias de emissão da Companhia estará em circulação no mercado. Para maiores informações, ver seção "Informações Sobre a Oferta – Composição do Capital Social", na página 41 deste Prospecto Preliminar.

Quantidade, montante e recursos líquidos

Os quadros abaixo indicam a quantidade de Ações emitidas/alienadas, o Preço por Ação, o valor total das comissões pagas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores aos Coordenadores da Oferta, bem como dos recursos líquidos oriundos da Oferta.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação[(1)]	Montante	Comissões e Despesas	Recursos Líquidos[(2)(3)]
		(R$)	*(R$)*	*(R$)*	*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
FIP Crescera	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Carlos Roberto Alves	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Raimundo Desiderio Alves Caetano	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Luiz Las-Casas Alves	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Alex Alves dos Santos Brito	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.
(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação[(1)]	Montante	Comissões e Despesas	Recursos Líquidos[(2)(3)]
		(R$)	*(R$)*	*(R$)*	*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
FIP Crescera	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Carlos Roberto Alves	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Raimundo Desiderio Alves Caetano	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Luiz Las-Casas Alves	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Alex Alves dos Santos Brito	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.
(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, considerando as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões e Despesas	Recursos Líquidos[2][3]
		(R$)	*(R$)*	*(R$)*	*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
FIP Crescera	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Carlos Roberto Alves	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Raimundo Desiderio Alves Caetano	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Luiz Las-Casas Alves	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Alex Alves dos Santos Brito	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.
(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões e Despesas	Recursos Líquidos[2][3]
		(R$)	*(R$)*	*(R$)*	*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
FIP Crescera	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Carlos Roberto Alves	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Raimundo Desiderio Alves Caetano	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Luiz Las-Casas Alves	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Alex Alves dos Santos Brito	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.
(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Custos de Distribuição

As taxas de registro da CVM, ANBIMA e B3 relativas à Oferta, as despesas com auditores, advogados, consultores, bem como outras despesas descritas abaixo serão integralmente arcadas pela Companhia. As comissões, impostos, taxas e outras retenções sobre comissões serão pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Custos	Valor[1]	% em Relação ao Valor Total da Oferta[8]	Valor por Ação	% em Relação ao Preço por Ação[1]
	(R$)		*(R$)*	
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Comissão de Colocação[3]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Comissão de Garantia Firme[4]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Remuneração de Incentivo[5]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Total de Comissões	**[•]**	**[•]%**	**[•]**	**[•]%**
Impostos, Taxas e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Taxa de Registro da B3	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Despesas com Auditores	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Despesas com Advogados e Consultores[6]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Outras despesas da Oferta[7][8]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Total de Despesas[9]	**[•]**	**[•]%**	**[•]**	**[•]%**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**	**[•]%**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) A Comissão de Coordenação, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% da remuneração base, que corresponde ao percentual de [•]% aplicado sobre o produto resultante da multiplicação: (i) da quantidade total de Ações; e (ii) pelo Preço por Ação ("**Remuneração Base**")

(3) A Comissão de Colocação, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% da Remuneração Base.

(4) A Comissão de Garantia Firme, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% da Remuneração Base.

(5) [A Comissão de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% do produto da colocação da Oferta (que consiste: (i) na soma do produto resultante da multiplicação da quantidade total de Ações pelo Preço por Ação; somada (ii) ao produto resultante da multiplicação da quantidade total de Ações Suplementares efetivamente colocadas pelo Preço por Ação). A Comissão de Incentivo constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Acionistas Vendedores. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia e para cada um dos Acionistas Vendedores tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades buscando o melhor resultado para os ofertantes.]

(6) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(7) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

(8) Incluídos os custos estimados com traduções e *printer* e outros.

(9) Sem levar em consideração a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

Não há outra remuneração devida pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores às Instituições Participantes da Oferta (com exceção aos Coordenadores da Oferta, com relação a ganhos decorrentes da atividade de estabilização) ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela descrita acima, bem como não existe nenhum tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Instituições Participantes da Oferta

As Instituições Consorciadas serão convidadas pelos Coordenadores da Oferta, em nome da Companhia e dos Acionistas Vendedores, para participar da colocação das Ações exclusivamente junto a Investidores de Varejo e aos Investidores da Oferta Prioritária.

Público Alvo

O público alvo da Oferta consiste em Acionistas da Companhia no âmbito da Oferta Prioritária; Investidores de Varejo no âmbito da Oferta de Varejo; e Investidores Institucionais no âmbito da Oferta Institucional.

Cronograma Estimado da Oferta

Abaixo um cronograma indicativo e tentativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir do protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta:

#	Eventos	Data[1]
1.	Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM	[•]/[•]/2020
2.	Disponibilização do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização deste Prospecto Preliminar Data de Corte	[•]/[•]/2020
3.	Início das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*)[2] Início do Procedimento de *Bookbuilding*	[•]/[•]/2020
4.	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva da Oferta Prioritária Início do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo Início do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo para Pessoas Vinculadas	[•]/[•]/2020
5.	Data limite para celebração do Termo da Prioritária	[•]/[•]/2020
6.	Encerramento do Período de Reserva da Oferta Prioritária Encerramento do Período de Reserva da Oferta de Varejo para Pessoas Vinculadas	[•]/[•]/2020
7.	Encerramento do Período de Reserva da Oferta de Varejo	[•]/[•]/2020
8.	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (roadshow) Encerramento do Procedimento de Bookbuilding Fixação do Preço por Ação Aprovação do Preço por Ação pela Companhia e Acionistas Vendedores Assinatura do Contrato de Colocação, do Contrato de Colocação Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta Início do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	[•]/[•]/2020
9.	Concessão dos registros da Oferta pela CVM Disponibilização do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	[•]/[•]/2020
10.	Início de negociação das Ações no Novo Mercado	[•]/[•]/2020
11.	Data de Liquidação	[•]/[•]/2020
12.	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	[•]/[•]/2020
13.	Data limite para a liquidação de Ações Suplementares	[•]/[•]/2020
14.	Data de Encerramento do Lock-up da Oferta de Varejo	[•]/[•]/2020
15.	Data limite para a disponibilização do Anúncio de Encerramento	[•]/[•]/2020

(1) Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia[, dos Acionistas Vendedores] e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

(2) A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data deste Prospecto Preliminar e a data em que for determinado o Preço por Ação.

Será admitido o recebimento de reservas para subscrição/aquisição das Ações a partir da data da nova disponibilização deste Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas), as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente por meio do pagamento do valor informado pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária ou Pedido de Reserva da Oferta de Varejo e serão formalizadas, nos termos do parágrafo 1º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações, após o início do Prazo de Distribuição, por meio do sistema de registro da B3 e/ou por termo de aceitação, sendo, portanto, dispensado a apresentação do boletim de subscrição e do contrato de compra e venda, conforme o caso.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado nos termos da Instrução CVM 400. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de divulgação de Aviso ao Mercado nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, dos Coordenadores da Oferta, das Instituições Participantes da Oferta, da B3 e da CVM. Para informações sobre "Procedimento de Distribuição na Oferta", "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Inadequação da Oferta" consulte as páginas [•], [•] e [•] deste Prospecto Preliminar.

Procedimento da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações de forma individual e não solidária, em regime de garantia firme de liquidação (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação e da Instrução CVM 400, na proporção e até os respectivos limites individuais previstos no Contrato de Colocação por meio de três ofertas distintas, quais sejam: (i) uma oferta prioritária destinada aos Acionistas ou Investidores da Oferta Prioritária, sendo que a prioridade poderá ser exercida pelos titulares das ações de emissão da Companhia ou pelo gestor da carteira de investimentos do Acionista, conforme aplicável, em qualquer caso, ao final da Data de Corte; (ii) uma oferta destinada aos Investidores de Varejo; e (iii) uma oferta destinada a Investidores Institucionais, conforme descritas adiante, observado o disposto na Instrução CVM 400 e o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado.

Os Coordenadores da Oferta, com a anuência expressa da Companhia e dos Acionistas Vendedores, elaborarão plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e relações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, observado que os Coordenadores da Oferta assegurarão: (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, em conformidade com a Instrução CVM 539; (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores; e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas junto aos Coordenadores da Oferta.

O público alvo da Oferta consiste em Investidores da Oferta Prioritária no âmbito da Oferta Prioritária; Investidores de Varejo no âmbito da Oferta de Varejo; e Investidores Institucionais no âmbito da Oferta Institucional, conforme mencionado abaixo:

(i) Investidores da Oferta Prioritária, que realizarem Pedido de Reserva da Oferta Prioritária durante os Períodos de Reserva da Oferta Prioritária;

(ii) investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que não sejam considerados investidores qualificados e/ou Investidores Institucionais, nos termos da regulamentação da CVM, que realizem pedidos de investimento durante o Período de Reserva da Oferta de Varejo no âmbito da Oferta de Varejo Lock-up, e da Oferta de Varejo Sem Lock-up, observados o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo e o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo; e

(iii) investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, que sejam considerados profissionais ou qualificados, nos termos da regulamentação da CVM em vigor, em qualquer caso, que não sejam considerados Investidores de Varejo, incluindo instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, companhias seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas e fechadas de previdência complementar, fundos de investimento, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, em todos os casos residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, assim nos termos da Instrução CVM 539, bem como os Investidores Estrangeiros, inexistindo, em qualquer dos casos, valores mínimos e máximos de investimento.

Para os fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução da CVM 505 serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam: (i) controladores e/ou administradores da Companhia e/ou dos Acionistas Vendedores e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) controladores e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional atinentes à Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional ou por pessoas a eles vinculadas, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) cônjuges ou companheiros, ascendentes, filhos menores e colaterais até o 2º grau das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (viii) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença às pessoas mencionadas nos itens (i) a (vii) acima, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção: (i) (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.

As Instituições Participantes da Oferta efetuarão a colocação pública das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, observado o disposto na Instrução CVM 400 e os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado, por meio de:

I. uma oferta prioritária destinada aos Acionistas da Companhia, ao final do dia [●] de [●] de 2020, realizada pelas Instituições Consorciadas;

II. uma oferta aos Investidores de Varejo, realizada pelas Instituições Consorciadas; e

III. uma oferta aos Investidores Institucionais, realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional.

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta. Assim, caso não existam Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária, Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo e/ou intenções de investimento da Oferta Institucional para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) por parte dos Investidores de Varejo e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária, Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo e/ou intenções de investimento da Oferta Institucional, conforme o caso, automaticamente cancelados, e os valores eventualmente depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis contados da data da disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações objeto da Oferta", na página 91 deste Prospecto Preliminar.

Oferta Prioritária

A Oferta Prioritária será realizada nos termos do artigo 21 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar a participação dos Acionistas, diretamente ou por meio de seu gestor de carteira de investimentos, respeitado o Limite de Subscrição Proporcional. O gestor de um Acionista será considerado um Investidor da Oferta Prioritária e poderá exercer o direito de prioridade em nome do fundo de investimento titular de ações de emissão da Companhia ou por meio de qualquer outro veículo gerido discricionariamente por tal gestor. No contexto da Oferta Prioritária, será assegurada aos Investidores da Oferta Prioritária prioridade na subscrição de até (a) [●] Ações, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e as Ações Suplementares, ou (b) [●] Ações, considerando a colocação das Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares, observado o Limite de Subscrição Proporcional, sendo que tais Ações da Oferta Prioritária serão distribuídas e destinadas prioritariamente à colocação pública junto aos Investidores da Oferta Prioritária que desejarem exercer seu direito de prioridade.

Os Investidores da Oferta Prioritária que desejarem subscrever/adquirir Ações no âmbito da Oferta Prioritária deverão realizar seus Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária durante Período de Reserva da Oferta Prioritária, data esta que, antecederá em pelo menos sete dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, manifestando a intenção de exercer seu direito de prioridade de acordo com o procedimento abaixo indicado.

Os Acionistas poderão exercer, diretamente ou por meio do seu gestor de carteira de investimento, conforme o caso, total ou parcialmente, suas respectivas prioridades de subscrição no âmbito da Oferta Prioritária, ou ceder os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária por eles já executados para tais Acionistas desde que: (i) os Acionistas celebrem Termo da Prioritária; e (ii) até o dia [●] de [●] de 2020, até as 16h00, uma via do Termo da Prioritária devidamente firmado, com firma reconhecida, e, no caso de pessoas jurídicas, acompanhado de cópia dos documentos que comprovem os respectivos poderes de representação, seja entregue ao Coordenador Líder, através do e-mail: [●]. Ocorrendo a celebração do Termo da Prioritária, passam a aplicar-se às aos Acionistas cessionários as disposições aplicáveis ao Acionista cedente, incluindo o Limite de Subscrição Proporcional, no âmbito da Oferta Prioritária.

Será assegurado a cada um dos Acionistas aos Acionistas que realizarem Pedido de Reserva da Oferta Prioritária durante o Período de Reserva da Oferta Prioritária o direito de subscrição/aquisição de Ações da Oferta Prioritária em quantidade equivalente ao Limite de Subscrição Proporcional. Cada Investidor da Oferta Prioritária terá direito de subscrever até [●] Ação da Oferta Prioritária para cada ação ordinária de emissão da Companhia detida pelo respectivo Acionista ao final da Data de Corte. Caso o Limite Proporcional de Subscrição resulte em fração de Ação, o valor do investimento do Acionista ou da Entidade Vinculada ao Acionista será limitado ao valor correspondente ao número inteiro de Ações da Oferta Prioritária, desprezando-se eventuais frações de Ações. **Para informações acerca da diluição à qual os Acionistas encontram-se sujeitos no âmbito da**

Oferta, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Investidores que subscreverem Ações e Acionistas que não exercerem seu direito de prioridade, diretamente ou por meio de seu gestor de carteira de investimentos, total ou parcialmente, suas respectivas prioridades no âmbito da Oferta Prioritária poderão sofrer diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos", deste Prospecto Preliminar.

Os Investidores da Oferta Prioritária que apresentarem Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária deverão indicar nos respectivos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária o valor de seu investimento nas Ações, sujeito ao respectivo Limite de Subscrição Proporcional, não havendo valor mínimo de investimento para a Oferta Prioritária.

Não haverá rateio de eventuais sobras de Ações da Oferta Prioritária entre Acionistas. As Ações da Oferta Prioritária que não forem alocadas na Oferta Prioritária, serão destinadas à colocação junto aos Investidores de Varejo, respeitando-se o limite de alocação de Ações para a Oferta de Varejo. No caso de tais Ações não serem alocadas na Oferta de Varejo, estas Ações serão destinadas à alocação pelos Investidores Institucionais no âmbito da Oferta Institucional.

Os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária serão efetuados por Investidores da Oferta Prioritária de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (a), (b) e (d) abaixo e no disposto na seção "Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta" na página 62 deste Prospecto Preliminar, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, de acordo com as seguintes condições:

a) observados o Limite de Subscrição Proporcional e os procedimentos de alocação da Oferta Prioritária, cada um dos Investidores da Oferta Prioritária interessados em participar da Oferta Prioritária deverá efetuar Pedido de Reserva da Oferta Prioritária junto a única Instituição Participante da Oferta, mediante o preenchimento de Pedido de Reserva da Oferta Prioritária no Período de Reserva da Oferta Prioritária. O Investidor da Oferta Prioritária poderá estipular, no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, como condição de sua eficácia, um preço máximo por Ação, conforme previsto no artigo 45, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400. Caso o Investidor da Oferta Prioritária estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária e o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao estipulado, o seu Pedido de Reserva da Oferta Prioritária será automaticamente cancelado pela Instituição Participante da Oferta, sendo que as Ações objeto do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária serão realocadas para a própria Oferta Prioritária. **Recomenda-se aos Investidores da Oferta Prioritária interessados na realização de Pedido de Reserva da Oferta Prioritária que (i) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, sobretudo os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes deste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, em especial as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" deste Prospecto Preliminar, bem como a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência; (ii) verifiquem com a Instituição Participante da Oferta de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, se, a seu exclusivo critério, exigirá a manutenção de recursos em conta corrente nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária; (iii) verifiquem com a Instituição Participante da Oferta de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Participante da Oferta; e (iv) entrem em contato com a Instituição Participante da Oferta de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Participante da Oferta para a realização do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Participante da Oferta, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Participante da Oferta**;

b) **os Investidores da Oferta Prioritária serão, necessariamente, entendidos como Pessoas Vinculadas, sob pena de seu Pedido de Reserva da Oferta Prioritária ser cancelado pela Instituição Participante da Oferta.** Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), será vedada a colocação de Ações junto aos Investidores da Oferta Prioritária, sendo os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária realizados por eles automaticamente cancelados, com exceção daqueles realizados durante o Período de Reserva da Oferta Prioritária;

c) após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações da Oferta Prioritária subscritas/adquiridas e o respectivo valor do investimento dos Investidores da Oferta serão informados a eles até às 12:00 horas do dia útil imediatamente posterior à data de divulgação do Anúncio de Início pela Instituição Participante da Oferta que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sendo o pagamento a ser feito de acordo com a alínea (d) abaixo limitado ao valor indicado no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, calculado mediante a divisão do valor do investimento pretendido indicado no Pedido de Reserva da Oferta Prioritária pelo Preço por Ação;

d) os Investidores da Oferta Prioritária deverão efetuar o pagamento à vista do valor indicado na alínea (c) acima junto à Instituição Participante da Oferta com que tenham realizado o respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária, em recursos imediatamente disponíveis até às 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Participante da Oferta junto a qual o Pedido de Reserva da Oferta Prioritária tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor da Oferta PrioritáriaAcionista e o Pedido de Reserva da Oferta Prioritária será automaticamente cancelado por tal Instituição Participante da Oferta; e

e) até às 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Participante da Oferta junto a qual o Pedido de Reserva da Oferta Prioritária tenha sido realizado, entregará a cada Investidor da Oferta Prioritária o número de Ações da Oferta Prioritária correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária e o Preço por Ação, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nas alíneas (a), (b) e (d) acima e na seção "Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta" na página 62 deste Prospecto Preliminar. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao número inteiro de Ações da Oferta Prioritária, desprezando-se eventuais frações de Ações.

Para as hipóteses de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, veja a seção "Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta" na página 62 deste Prospecto Preliminar.

Os Investidores da Oferta Prioritárianão participarão do Procedimento de Bookbuilding e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

Os Investidores da Oferta Prioritária deverão realizar a integralização das Ações da Oferta Prioritária mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, de acordo com o procedimento descrito acima.

Os Investidores da Oferta Prioritária que desejarem subscrever Ações em quantidade superior aos seus respectivos Limites de Subscrição Proporcional poderão: (i) participar da Oferta de Varejo, se forem Investidores de Varejo, desde que atendam às condições aplicáveis à Oferta de Varejo descritas na seção "Oferta de Varejo" na página 55 deste Prospecto Preliminar; ou (ii) participar da Oferta Institucional, se forem Investidores Institucionais, desde que atendam às condições aplicáveis à Oferta Institucional descritas na seção "Oferta Institucional" na página 59 deste Prospecto Preliminar.

A Oferta Prioritária não será realizada, conduzida e/ou estendida ao Acionista ou Entidade Vinculada ao Acionista cuja participação viole as leis de jurisdição em que o mesmo seja residente e/ou domiciliado. Caberá exclusivamente ao Acionista ou Entidade Vinculada ao Acionista analisar, verificar e decidir sobre sua adequação para participar na Oferta Prioritária, ficando os Coordenadores da Oferta isentos de qualquer responsabilidade decorrente da participação daquele residente ou domiciliado em jurisdição na qual a Oferta Prioritária seja considerada ilegal ou exija registro ou qualificação com base em qualquer lei que não seja brasileira.

Oferta de Varejo

A Oferta de Varejo será realizada exclusivamente junto a Investidores de Varejo que realizarem solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento de formulário específico destinado à subscrição/aquisição de Ações, em caráter irrevogável e irretratável, no âmbito da Oferta de Varejo junto a uma única Instituição Consorciada, durante o período compreendido entre [•] de [•] de 2020, inclusive, e [•] de [•] de 2020, inclusive, ou, no caso de Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, durante o período compreendido entre [•] de [•] de 2020, inclusive, e [•] de [•] de 2020, inclusive, terminando em data que antecederá em pelo menos sete dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, observados o Valor Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, nas condições descritas abaixo.

Os Investidores de Varejo que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva da Oferta de Varejo durante o Período de Reserva da Oferta de Varejo para Pessoas Vinculadas, sendo que aqueles Investidores de Varejo que sejam considerados Pessoas Vinculadas que não realizarem seus Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo durante o Período de Reserva da Oferta de Varejo para Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo cancelados em caso de excesso de demanda superior a um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Investidores de Varejo que sejam considerados Pessoas Vinculadas que realizarem seus Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo no Período de Reserva da Oferta de Varejo para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo cancelados mesmo no caso de excesso de demanda superior a um terço das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares).

No contexto da Oferta de Varejo, o montante de, no mínimo, 10% e, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, o montante de, no máximo, 20% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo que realizarem Pedido de Reserva da Oferta de Varejo (sendo computadas, no cálculo dos percentuais acima, as Ações objeto de Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária, entre os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo por investidor, realizados por Acionistas que sejam considerados Investidores de Varejo), conforme o caso aplicável, de acordo com as condições ali previstas e com o procedimento abaixo indicado:

(a) caso haja demanda de Investidores de Varejo *Lock-up*: (i) de até 8% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 8% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio; e

(b) caso haja demanda de Investidores de Varejo Sem Lock-up : (i) de até 2% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 2% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.

No contexto da Oferta de Varejo, observados: (i) o valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 por Investidor de Varejo; e (ii) o valor máximo de pedido de investimento de R$1.000.000,00 por Investidor de Varejo, os Investidores de Varejo, a seu exclusivo critério, poderão aderir simultaneamente a mais de uma das modalidades da Oferta de Varejo indicadas nos itens (a) e (b) acima, devendo, para tanto, indicar e discriminar em seus respectivos Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo os valores a serem alocados em cada modalidade de Oferta de Varejo desejada, com uma única Instituição Consorciada.

Recomenda-se aos Investidores de Varejo interessados na realização dos Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo que: (i) leiam cuidadosamente os termos e as condições estipulados no Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, sobretudo os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência, especialmente as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", bem como o item "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar seu Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, se esta exigirá a manutenção de recursos em conta aberta e/ou mantida junto a ela para fins de garantia do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo; (iii) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada; e (iv) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de preencher e entregar o seu Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada. Os Investidores de Varejo interessados na realização do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo deverão ler cuidadosamente os termos e condições estipulados nos respectivos Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo, bem como as informações constantes deste Prospecto Preliminar.

Os Investidores de Varejo que desejarem subscrever Ações no âmbito da Oferta de Varejo poderão preencher seu respectivo Pedido de Reserva da Oferta de Varejo com uma única Instituição Consorciada, observados o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo e o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo por Investidor de Varejo.

Os Investidores de Varejo que aderirem à Oferta de Varejo não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

Procedimento da Oferta de Varejo.

Os Investidores de Varejo deverão observar, além das condições previstas nos Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo, o procedimento abaixo:

(i) durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, cada um dos Investidores de Varejo interessados em participar da Oferta deverá realizar Pedido de Reserva da Oferta de Varejo com uma única Instituição Consorciada, irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos incisos (iii), (v), (vi), (vii),(viii), (x), (xii) e (xiii) abaixo;

(ii) os Investidores de Varejo que tenham interesse em participar diretamente da Oferta de Varejo *Lock-up*, deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva da Oferta de Varejo que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo, sob pena de ser considerado um Investidor de Varejo Sem *Lock-up* e não participar da Oferta de Varejo *Lock-up*;

(iii) os Investidores de Varejo que decidirem participar diretamente da Oferta de Varejo poderão estipular, no Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, um preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, sem necessidade de posterior confirmação, sendo que, caso o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao valor estabelecido pelo Investidor de Varejo, o respectivo Pedido de Reserva da Oferta de Varejo será automaticamente cancelado;

(iv) as Instituições Consorciadas somente atenderão Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo realizados por Investidores de Varejo titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor. Recomenda-se aos Investidores de Varejo interessados na realização de Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo que: (a) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva da Oferta de Varejo especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes deste Prospecto Preliminar; (b) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá a manutenção de recursos em conta nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo; e (c) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada;

(v) os Investidores de Varejo deverão realizar seus Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo no Período de Reserva da Oferta de Varejo, sendo que os Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva da Oferta de Varejo a sua condição de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva da Oferta de Varejo ser cancelado pela Instituição Consorciada, observado ainda o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo e o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo;

(vi) caso seja verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas, será vedada a colocação de Ações aos Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo realizados por Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, exceto os Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo que tenham sido realizados no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas;

(vii) caso o total de Ações da Oferta de Varejo *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo realizados por Investidores de Varejo *Lock-up*: (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo realizados por Investidores de Varejo *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores de Varejo Sem *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o montante de Ações destinados à Oferta de Varejo *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações. Caso haja Rateio Oferta de Varejo *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo máximo de três dias úteis contados da Data de Liquidação;

(viii) caso o total de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up*: (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores de Varejo *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o montante de Ações destinados à Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor das respectivos Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações. Caso haja Rateio Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo máximo de três dias úteis contados da Data de Liquidação;

(ix) até às 16h do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, serão informados a cada Investidor de Varejo pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta de Varejo por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por fac-símile, telefone ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas (ajustada, se for o caso, em decorrência do respectivo rateio), o Preço por Ação e o valor do respectivo investimento, sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva da Oferta de Varejo;

(x) até às 10h da Data de Liquidação, cada Investidor de Varejo que tenha realizado Pedido de Reserva da Oferta de Varejo deverá efetuar o pagamento, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, do valor indicado no inciso (ix) acima à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, caso o Investidor de Varejo não tenha estipulado um preço máximo por Ação como condição de eficácia, do Preço por Ação multiplicado pelo número de Ações a ele alocadas, sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva da Oferta de Varejo automaticamente cancelado; em caso de tal cancelamento automático, a Instituição Consorciada que tenha recebido o Pedido de Reserva da Oferta de Varejo deverá garantir a liquidação por parte do respectivo Investidor de Varejo;

(xi) na Data de Liquidação, a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta de Varejo entregará, por meio da B3, as Ações alocadas ao respectivo Investidor de Varejo que tenha realizado Pedido de Reserva da Oferta de Varejo de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação, desde que tenha efetuado o pagamento previsto no inciso (x) acima;

(xii) caso: (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores de Varejo ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; (c) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400; e/ou (d) o Preço por Ação seja fixado abaixo de 20% do preço inicialmente indicado, considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% sobre o valor máximo da Faixa Indicativa (conforme definido no item 9 abaixo), sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, o Investidor de Varejo poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva da Oferta de Varejo devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta de Varejo: (1) até às 12h do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (2) até às 12h do quinto dia útil subsequente à data em que o Investidor de Varejo for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada sobre o Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa e a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos das alíneas (b) e (c) acima. Adicionalmente, os casos das alíneas (b) e (c) acima serão imediatamente divulgados por meio de anúncio de retificação, nos mesmos veículos utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. No caso da alínea (c) acima, após a divulgação do anúncio de retificação, a respectiva Instituição Consorciada deverá acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o respectivo Investidor de Varejo está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor de Varejo não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, nos termos deste inciso, o Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, será considerado válido e o Investidor de Varejo deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor de Varejo já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (x) acima e venha a desistir do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo nos termos deste inciso, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo máximo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva da Oferta de Varejo; e

(xiii) caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de resilição do Contrato de Colocação ou de cancelamento ou revogação da Oferta, todos os Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo serão cancelados e a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva da Oferta de Varejo comunicará ao respectivo Investidor de Varejo o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante divulgação de comunicado ao mercado. Caso o Investidor de Varejo já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (x) acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo máximo de três dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta.

Lock-up da Oferta de Varejo.

Os Investidores de Varejo *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, as Ações subscritas no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up*. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta de Varejo *Lock-up*, cada Investidor de Varejo *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo, as Ações subscritas no âmbito da Oferta de Varejo poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas no âmbito da Oferta de Varejo que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores de Varejo *Lock-up* por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta de Varejo aplicável e tendo em vista a impossibilidade das Ações da Oferta de Varejo serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores de Varejo *Lock-up*, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações", deste Prospecto Preliminar.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária e aos Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo nos termos das seções "Oferta Prioritária" e "Oferta de Varejo" acima, as Ações remanescentes que não forem colocadas na Oferta Prioritária e/ou na Oferta de Varejo, serão destinadas à colocação junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e não sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos acima para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária e aos Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, melhor atendam ao objetivo desta Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até as 16:00 horas do primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico ou, na sua ausência, por telefone, a quantidade de Ações alocadas e o valor do respectivo investimento. A entrega das Ações alocadas deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante pagamento em moeda corrente nacional, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocadas, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação.

Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e da Deliberação CVM 860, a subscrição/ aquisição das Ações será formalizada, mediante assinatura/ atesto de aceite de documento de aceitação da Oferta, que conterá os requisitos previstos na Deliberação CVM 860, [tendo sido dispensada a apresentação de boletim de subscrição/contrato de compra e venda.

As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Instrução CVM 560, ou na Lei 4.131.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a um terço das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para: (i) proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 91 deste Prospecto Preliminar. Recomenda-se aos potenciais investidores que leiam este Prospecto Preliminar, em especial as seções "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" e "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", bem como os itens 4.1 e 4.2 do Formulário de Referência antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.

Prazos da Oferta

Nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, o prazo para a distribuição das Ações terá início na data de divulgação do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2020, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400, e será encerrado na data de divulgação do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de seis meses, contado a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, com data máxima estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2020, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

As Instituições Participantes da Oferta terão o prazo de até dois dias úteis, contados da data de divulgação do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações. A liquidação física e financeira da Oferta deverá ser realizada até o último dia do Período de Colocação, exceto com relação à distribuição de Ações Suplementares, cuja liquidação física e financeira deverá ser realizada até o segundo dia útil contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares. As Ações serão entregues aos respectivos investidores até as 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações Suplementares, conforme o caso.

A data de início da Oferta será divulgada mediante a divulgação do Anúncio de Início em conformidade com o artigo 54-A da Instrução CVM 400. O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a divulgação do Anúncio de Encerramento, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional

O Contrato de Colocação será celebrado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores, pelos Coordenadores da Oferta e pela B3, como interveniente anuente. De acordo com os termos do Contrato de Colocação, os Coordenadores da Oferta concordaram em distribuir, em regime de garantia firme de liquidação, de forma individual e não solidária, a totalidade das Ações, diretamente ou por meio das Instituições Consorciadas, em conformidade com as disposições da Instrução CVM 400 e observados os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3.

Os Coordenadores da Oferta prestarão Garantia Firme de Liquidação, conforme disposto na seção "Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação", na página 64 deste Prospecto Preliminar.

Nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Agentes de Colocação Internacional realizarão os esforços de colocação das Ações no exterior.

[O Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem o pagamento pelas Ações está sujeita a determinadas condições, como a ausência de eventos adversos relevantes na Companhia e nos Acionistas Vendedores e em seus negócios, a execução de certos procedimentos pelos auditores independentes da Companhia, entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, bem como a assinatura de termos de restrição à negociação das Ações pela Companhia, seus Administradores e Acionistas Vendedores, dentre outras providências necessárias.

De acordo com o Contrato de Colocação e com o Contrato de Colocação Internacional, a Companhia e os Acionistas Vendedores assumiram a obrigação de indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

O Contrato de Colocação Internacional obriga a Companhia, bem como obriga os Acionistas Vendedores, a indenizarem os Agentes de Colocação Internacional caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e contra os Acionistas Vendedores no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Se eventualmente a Companhia for condenada em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, tal condenação poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia. Para informações adicionais, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil", na página 92 deste Prospecto Preliminar.

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta, ou obtenção de cópia, a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início nos endereços dos Coordenadores da Oferta indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 70 deste Prospecto Preliminar.]

Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta

Caso: (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes neste Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores da Oferta Prioritária e pelos Investidores de Varejo, ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400; e/ou (iv) o Preço por Ação seja fixado abaixo de 20% do preço inicialmente indicado, considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% sobre o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício-Circular CVM/SRE, os Investidores da Oferta Prioritária e os Investidores de Varejo poderão desistir de seus respectivos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária ou Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo, conforme o caso, sem quaisquer ônus, nos termos abaixo descritos.

A revogação, suspensão, cancelamento ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação disponibilizado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes na seção "Informações Adicionais" a partir da página 68 deste Prospecto Preliminar, mesmos meios utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que os Investidores da Oferta Prioritária e os Investidores de Varejo estão cientes de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor de Varejo já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação Investidor da Oferta Prioritária ou ao Investidor de Varejo que tenha efetuado Pedido de Reserva da Oferta Prioritária ou Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo, conforme o caso, junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa. Em tais casos, o Investidor da Oferta Prioritária e o Investidor de Varejo poderá desistir do seu Pedido de Reserva da Oferta Prioritária ou Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo, conforme o caso, nos termos acima descritos, até as 16:00 horas do quinto dia útil subsequente à data em que for disponibilizado o Anúncio de Retificação ou à data de recebimento, pelo Investidor da Oferta Prioritária ou Investidor de Varejo, da comunicação direta enviada pela Instituição Consorciada acerca da suspensão ou modificação da Oferta ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa.

Caso o Investidor da Oferta Prioritária ou o Investidor de Varejo não informe, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva da Oferta Prioritária ou do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, conforme o caso, nos termos descritos acima, seu respectivo Pedido de Reserva da Oferta de Varejo será considerado válido e o Investidor da Oferta Prioritária ou o Investidor de Varejo deverá efetuar o pagamento do valor total de seu investimento.

Caso o Investidor da Oferta Prioritária ou o Investidor de Varejo já tenha efetuado o pagamento e decida desistir do respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária ou Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, conforme o caso, nos termos deste item, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que, caso venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva da Oferta Prioritária ou Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, conforme o caso.

Na hipótese de: (i) não haver a conclusão da Oferta; (ii) resilição do Contrato de Colocação; (iii) cancelamento da Oferta; (iv) revogação da Oferta que torne ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores; ou, ainda, (v) em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária ou dos Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo, em função de expressa disposição legal, todos os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária ou Pedido de Reserva da Oferta de Varejo serão automaticamente cancelados e cada uma das Instituições Consorciadas que tenha recebido Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária ou Pedido de Reserva da Oferta de Varejo comunicará ao respectivo Investidor da Oferta Prioritária ou Investidor de Varejo sobre o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante divulgação de comunicado ao mercado, aos Investidores e aos Investidores de Varejo de quem tenham recebido Pedido de Reserva da Oferta Prioritária ou Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, conforme o caso. Caso o Investidor da Oferta Prioritária ou o Investidor de Varejo já tenha efetuado o pagamento, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis contados do recebimento pelo investidor da comunicação acerca de quaisquer dos eventos acima referidos.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

Após a divulgação do Aviso ao Mercado e de sua respectiva nova divulgação (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização deste Prospecto Preliminar, o encerramento do Período de Reserva da Oferta Prioritária, do Período de Reserva da Oferta de Varejo e do Período de Reserva da Oferta de Varejo para Pessoas Vinculadas, a conclusão do Procedimento de Bookbuilding, a concessão do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM, a celebração do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a colocação das Ações da Oferta e das Ações Adicionais (sem considerar as Ações Suplementares) em mercado de balcão não organizado, em regime de garantia firme de liquidação, prestada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais abaixo descritos e demais disposições previstas no Contrato de Colocação:

Coordenador da Oferta	Quantidade	Percentual (%)
Coordenador Líder	[•]	[•]
Bradesco BBI	[•]	[•]
UBS BB	[•]	[•]
BTG Pactual	[•]	[•]
Total	**[•]**	**100,00**

A proporção prevista na tabela acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

A Garantia Firme de Liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de integralizar/adquirir as Ações da Oferta e as Ações Adicionais que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A Garantia Firme de Liquidação é vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, forem concedidos os registros da Oferta e de companhia aberta pela CVM, assinado o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional, concluído o Procedimento de Bookbuilding, disponibilizado este Prospecto Definitivo e divulgado o Anúncio de Início.

Caso as Ações da Oferta e as Ações Adicionais, objeto de Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não sejam totalmente liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, integralizará/liquidará, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre: (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação; e (ii) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação efetivamente integralizadas/liquidadas, no Brasil, por investidores no mercado, multiplicada pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das Atividades de Estabilização não estarão sujeitas a tais limites.

Estabilização dos Preços das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, no âmbito da Oferta, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação e por um período de até 30 (trinta dias) contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da disponibilização do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM a partir da data de divulgação do Anúncio de Início nos endereços indicados na seção "Informações Adicionais" a partir da página 68 deste Prospecto Preliminar.

Violações das Normas de Conduta

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis: (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, sendo cancelados todas as ordens de investimento, Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária e Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo, que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo máximo de até três dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, e, ainda, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada; (ii) arcará integralmente com quaisquer custos, perdas, incluindo lucros cessantes, danos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Consorciada, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento das intenções de investimento, dos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária e/ou Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores; (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ter suspenso, por um período de seis meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. A Instituição Consorciada a que se refere este item deverá informar, imediatamente, sobre o referido cancelamento, os investidores de quem tenham recebido intenção de investimento, Pedido de Reserva da Oferta Prioritária ou Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem suas intenções de investimento ou Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária ou Pedido de Reserva da Oferta de Varejo cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada. A Instituição Consorciada deverá comunicar imediatamente o referido cancelamento aos investidores de quem tenha recebido ordem de investimento, Pedido de Reserva da Oferta Prioritária ou Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, no prazo máximo de três dias úteis, a contar da data de divulgação de seu descredenciamento.

Direitos, vantagens e restrições das Ações

As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se destacam os seguintes:

(a) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária corresponde a um voto;

(b) observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dividendos adicionais eventualmente distribuídos por deliberação da assembleia geral ou pelo Conselho de Administração;

(c) direito ao recebimento de dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início;

(d) no caso de liquidação da Companhia, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do seu capital social, na proporção da sua participação no referido capital social da Companhia, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;

(e) fiscalização da gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações;

(f) direito de preferência na subscrição de novas ações, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, da Lei das Sociedades por Ações;

(g) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas ao(s) acionista(s) controlador(es), no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle sobre a Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado ao(s) acionista(s) controlador(es) (*tag along*);

(h) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública para aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou seu(s) acionista(s) controlador(es), em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou cancelamento de listagem das ações no Novo Mercado, por, no mínimo, obrigatoriamente, seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou acionistas controladores; e

(i) todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações ordinárias pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo Estatuto Social da Companhia.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção “18. Valores Mobiliários” do Formulário de Referência.

Negociação das Ações na B3

A Companhia e a B3 celebrarão oportunamente o Contrato de Participação no Novo Mercado, por meio do qual a Companhia aderirá às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Novo Mercado, que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início.

A partir do dia útil seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão negociadas no segmento Novo Mercado da B3 sob o código "[•]".

As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado encontram-se resumidas no Formulário de Referência, sobretudo nos itens "5. Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos", "12. Assembleia Geral e Administração", "13. Remuneração dos Administradores", "16. Transações com Partes Relacionadas", "20. Política de Negociação de Valores Mobiliários" e "21. Política de Divulgação de Informações". Para informações adicionais sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma instituição autorizada a operar na B3.

Recomenda-se a leitura, além deste Prospecto Preliminar, do Formulário de Referência, para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações, sobretudo nos itens "3. Informações Financeiras Selecionadas", "4. Fatores de Risco", "7. Atividades do Emissor" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência.

Acordos de restrição à venda de Ações (Instrumentos de *Lock-up*)

[A Companhia, seus administradores e os Acionistas Vendedores se comprometerão, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, a celebrar acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia, por meio dos quais, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional, concordarão em não oferecer, vender, contratar a venda, penhorar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, pelo período de 180 dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações ordinárias de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações ordinárias de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares.]

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações. Para mais informações sobre os riscos relacionados à venda de volume substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia, veja o fator de risco "A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta e o período de *Lock-up*, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia", na seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" na página 88 deste Prospecto Preliminar.

Instituição financeira responsável pela escrituração das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração, custódia e transferência das ações ordinárias de emissão da Companhia é o Itau Corretora de Valores S.A.

Formador de Mercado

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e aos Acionistas Vendedores a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, no entanto, não houve contratação de formador de mercado.

Inadequação da Oferta

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir as Ações ou, com relação à qual o investimento nas Ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Condições a que a Oferta esteja submetida

A realização da Oferta não está submetida a nenhuma condição, exceto pelas condições de mercado.

Informações adicionais

A subscrição/aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. **Recomenda-se aos potenciais investidores, incluindo-se os Investidores Institucionais, que leiam este Prospecto Preliminar, em especial as seções "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" e "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia", a partir das páginas 88 e 18, respectivamente, bem como a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.**

Os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores da Oferta Prioritária e os Investidores de Varejo interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados nos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária ou Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo, conforme o caso, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta. **É recomendada a todos os investidores a leitura deste Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência antes da tomada de qualquer decisão de investimento.**

Os investidores que desejarem obter exemplar deste Prospecto Preliminar e acesso aos anúncios e avisos referentes à Oferta ou, ainda, informações adicionais sobre a Oferta, deverão dirigir-se (i) aos seguintes endereços da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e/ou das demais Instituições Participantes da Oferta indicados abaixo; ou (ii) à B3 e à CVM.

Companhia

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.
Avenida Comendador Aladino Selmi, nº 2502 - Galpão 5
CEP 13069-036, Campinas, São Paulo
At.: Sr. José Bruno Vieira Filho
Tel.: +55 (19) 3746-7010
http:// ri.redeoba.com.br (neste *website*, clicar em [●]).

Coordenadores da Oferta

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata G. Dominguez
Tel.: + 55 (11) 3708-8876
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste *website*, clicar em "Grupo Fartura de Hortifrut S.A." e, posteriormente, clicar em "2020" e, em seguida, em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)", por fim em "Prospecto Preliminar").

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1309, 10º andar
CEP 04543-011 - São Paulo - SP
At.: Sra. Claudia Bollina Mesquita
Tel.: +55 (11) 3847-5488
E-mail: claudia.mesquita@bradescobbi.com.br
https://www.bradescobbi.com.br/Site/Home/Default.aspx (neste *website*, identificar "IPO Grupo Fartura de Hortifrut S.A."" e, então, clicar em "Prospecto Preliminar").

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, 7º andar (parte)
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Fernando Vita
Tel.: (11) 3513-6503
www.ubs.com/br/pt/ubs_corretora/ofertas-publicas.html (neste *website* acessar "Mercado de Capitais – Download", depois clicar em "2020" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações da Grupo Fartura de Hortifrut S.A.", clicar em "Prospecto Preliminar").

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar
CEP 04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: + 55 (11) 3383-2000
https://www.btgpactual.com/investment-bank (neste *website* acessar "Mercado de Capitais – Download", depois clicar em "2020" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações do Grupo Fartura de Hortifrut S.A", clicar em "Prospecto Preliminar").

Instituições Consorciadas

Este Prospecto Preliminar também estará disponível nos seguintes endereços e *websites*:

(i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20159-900, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br - neste website acessar em "Central de Sistemas" na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na tabela de "Primárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Primárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o link referente às "Grupo Fartura de Hortifrut S.A." e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Preliminar disponível); e

(ii) **B3**, situada na Praça Antônio Prado, nº 48, 7º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ofertas -em-andamento/ – neste website acessar "Ofertas em andamento", clicar em "Empresas", depois clicar em "Grupo Fartura de Hortifrut S.A.", posteriormente acessar "Prospecto Preliminar").

Disponibilização de avisos e anúncios da Oferta

O AVISO AO MERCADO, BEM COMO SUA NOVA DISPONIBILIZAÇÃO (COM O LOGOTIPO DAS INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS), O ANÚNCIO DE INÍCIO, O ANÚNCIO DE ENCERRAMENTO, EVENTUAIS ANÚNCIOS DE RETIFICAÇÃO, BEM COMO TODO E QUALQUER AVISO OU COMUNICADO RELATIVO À OFERTA SERÃO DISPONIBILIZADOS, ATÉ O ENCERRAMENTO DA OFERTA, EXCLUSIVAMENTE, NAS PÁGINAS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES DA COMPANHIA E DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA INDICADAS ABAIXO, DA CVM E DA B3.

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de divulgar o Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com o logotipo das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta.

Companhia

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.
http://www.ri.redeoba.com.br (neste *website*, clicar em [Documentos da Oferta]).

Coordenadores da Oferta

Banco Itaú BBA S.A.
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste *website*, clicar em "Grupo Fartura de Hortifrut S.A.", depois em "2020" e, a seguir, em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)" e, em seguida, clicar no link específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

Banco Bradesco BBI S.A.
https://www.bradescobbi.com.br/Site/Home/Default.aspx (neste *website*, identificar "IPO Grupo Fartura de Hortifrut S.A."" e, então, clicar no link específico de cada aviso, anúncio ou comunicado de Oferta).

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
www.ubs.com/br/pt/ubs_corretora/ofertas-publicas.html (neste *website*, no item "Prospectos" clicar no item "[●]" e, então, clicar no título do documento correspondente).

Banco BTG Pactual S.A.
www.btgpactual.com/investment-bank (neste *website*, acessar "Mercado de Capitais – Download", depois clicar em "2020" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações do Grupo Fartura de Hortifrut S.A.", clicar no título do documento correspondente).

Instituições Consorciadas

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (www.b3.com.br).

Este Prospecto Preliminar também estará disponível nos seguintes endereços e *websites*: (i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20159-900, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br - neste website acessar em "Central de Sistemas" na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na tabela de "Primárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Primárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o link referente às "Grupo Fartura de Hortifrut S.A." e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Preliminar disponível); e (ii) **B3**, situada na Praça Antônio Prado, nº 48, 7º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ofertas-em-andamento/ – neste *website* acessar "Ofertas em andamento", clicar em "Empresas", depois clicar em "Grupo Fartura de Hortifrut S.A.", posteriormente acessar "Prospecto Preliminar").

Este Prospecto Preliminar não constitui uma oferta de venda de Ações nos Estados Unidos ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida, sendo que não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, sem que haja o registro sob o *Securities Act*, ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*. A Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia e a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta alertam os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes deste Prospecto Preliminar, do Prospecto Definitivo e do Formulário de Referência.

LEIA ESTE PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO DA COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA", A PARTIR DA PÁGINA 88 DESTE PROSPECTO PRELIMINAR, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA, À OFERTA E SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos junto à CVM em [●] de [●] de 2020.

O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS.

A Oferta é inadequada aos investidores que não se enquadrem nas definições de Investidor da Oferta Prioritária, Investidor de Varejo ou de Investidor Institucional. Uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever ou adquirir ações ou, com relação à qual o investimento em ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Coordenador Líder

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. O Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas corporate do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de março de 2019, o Itaú Unibanco apresentou os seguintes resultados: ativos na ordem de R$1,7 trilhão e uma carteira de crédito de R$647 bilhões. A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para underwriting, hedge, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender a demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base de capital e liquidez do Itaú e a especialização do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e, com isso, consolidou-se como um player de mercado em fusões e aquisições, *equities* e renda fixa local, conforme descrito abaixo. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área *corporate* do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo.

Atividade de *Investment Banking* do Itaú BBA

A área de *investment banking* do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

O Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento nas regiões em que atua: foi eleito cinco anos consecutivos, de 2011 a 2015, banco de investimento mais inovador da América Latina pela The Banker, para a mesma região, foi considerado o melhor banco de investimento em 2011, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017 pela Global Finance, mesma instituição que o apontou como o melhor *investment bank* do Brasil em 2009, 2012, 2013, 2014 e 2015 e como o banco mais criativo do mundo em 2016. Também em 2016, o Itaú BBA foi eleito pela Bloomberg como o melhor assessor em transações de M&A da América Latina e Caribe.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de *Deposit Receipts* (DRs), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais, além de contar com o apoio da melhor casa de *research* do Brasil e da América Latina, segundo a Institucional Investor. Em 2018 o Itaú BBA foi líder em emissões no mercado brasileiro em número de transações que totalizaram US$6,1 bilhões.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Dealogic, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 49 transações em 2018 na America do Sul, obtendo a primeira colocação no ranking por quantidade de operações acumulando um total de US$25,7 bilhões.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, commercial papers, fixed e floating rate notes, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Em 2014, segundo o ranking da ANBIMA, o Itaú BBA foi líder em distribuição de renda fixa local, coordenando 20% do volume total distribuído, que ultrapassou os R$7 bilhões. Pelo mesmo ranking, o Itaú BBA ficou em segundo lugar em 2015 e 2016, tendo coordenado operações cujo volume total somou mais de US$4 bilhões em 2015, US$8 bilhões em 2016 e US$6 bilhões em 2017, equivalente a 14%, 21% e 27% do total, respectivamente. Em 2018 o Itaú BBA foi líder obtendo 37% de participação sobre o volume total emitido, tendo coordenado operações cujo volume total somou aproximadamente US$8 bilhões.

Bradesco BBI

Banco de Investimento do Banco Bradesco S.A., o Bradesco BBI, é responsável por (i) originação e execução de operações de financiamento de projetos; (ii) originação e execução de operações de fusões e aquisições; (iii) originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de valores mobiliários de renda fixa no Brasil e exterior; e (iv) originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de valores mobiliários de renda variável no Brasil e exterior.

Bradesco BBI conquistou em 2020 os prêmios “Melhor Banco de Investimentos da América Latina” e “Melhor Banco de Investimentos em Renda Fixa da América Latina”, pela Institutional Investor.

- Presença constante em operações de renda variável, com presença na maioria dos IPOs (Initial Public Offerings) e Follow-ons que foram a mercado nos últimos anos, tanto no Brasil quanto no exterior.

- O Bradesco BBI apresentou presença significativa no mercado de capitais brasileiro no primeiro semestre de 2020, tendo participado em 11 de 13 ofertas realizadas na B3. Participou como joint bookrunner no Follow-on da Minerva Foods, no montante de R$1.235 milhões, joint bookrunner no Follow-on de Ânima Educação, no montante de R$1.100 milhões, joint bookrunner no Follow-on de Positivo Tecnologia, no montante de R$354 milhões, joint bookrunner no IPO de Mitre, no montante de R$1.053 milhões, joint bookrunner no Follow-on de Petrobras, no montante de R$22.026 milhões, joint bookrunner no Follow-on de Cogna Educação, no montante de R$2.556 milhões, joint bookrunner no IPO de Moura Dubeux, no montante de R$1.105 milhões, joint bookrunner no IPO de Estapar, no montante de R$345 milhões, coordenador líder do Follow-on de Centauro, no montante de R$900 milhões, coordenador líder do Follow-on da Via Varejo, no montante de R$4.455 milhões, joint bookrunner do Follow-on do Banco BTG Pactual S.A., no montante de R$2.651 milhões.

- Com importantes transações realizadas, o Bradesco BBI concluiu o primeiro semestre com grande destaque em renda fixa. Participou de 76 operações no mercado doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R$58,3 bilhões originados.

- No primeiro semestre do ano de 2020, o Bradesco BBI assessorou 9 transações de M&A envolvendo um volume total de aproximadamente R$14 bilhões, tendo como destaque: (i) assessoria a AES Tietê na condução de todo o processo envolvendo a oferta da Eneva, (ii) assessoria à Hypera na aquisição do portfólio de ativos Brasil da Takeda, (iii) assessoria à OTP na venda das concessionárias de rodovia: CBN, CRA e CRC, para a Monte Equity Partners e (iv) assessoria ao Grupo Festval na aquisição de lojas do GPA em Curitiba.

O Banco Bradesco S.A. está presente em todos os municípios brasileiros e em diversas localidades no exterior. Conta com uma rede de 3.816 agências, 4.300 unidades dedicadas exclusivamente à realização de negócios e relacionamento com clientes ("PAs" – postos de atendimento), 877 Postos de Atendimento Eletrônico ("PAEs") e 40.835 unidades Bradesco Expresso (correspondentes bancários), além de milhares de equipamentos de autoatendimento.

UBS BB

O UBS BB foi constituído em 2020 através da combinação das operações de banco de investimentos do UBS AG ("UBS") e do BB – Banco de Investimentos S.A. ("Banco do Brasil"), incluindo, entre outras, atividades de mercado de capitais de renda fixa e variáveis, fusões e aquisições, além de corretagem de títulos e valores mobiliários no segmento institucional. Essa parceria abrange o Brasil, assim como em outros países da América Latina, incluindo Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai.

Essa combinação de forças cria uma plataforma única de banco de investimentos, oferecendo para nossos cliente o melhor da plataforma do UBS, como presença e conhecimento global, research de primeira linha, plataforma de análise de dados exclusiva, rede de distribuição com alcance em todos os principais mercados mundiais e uma das maiores corretoras do Brasil, e o melhor da plataforma do do Banco do Brasil, com seu forte relacionamento com clientes e conhecimento local sem paralelo dos clientes locais, principalmente em Corporate Banking. O Banco do Brasil também traz umaposição de liderança em mercados de capital de dívida e histórico comprovado de operações de ECM, project finance e M&A no país, além de uma incrível capacidade de distribuição de varejo.

O UBS, acionista com 50,01% das ações, é um banco sediado em Zurich na Suíça e conta com escritórios espalhados nos maiores centros financeiros globais onde emprega mais de 68.000 funcionários. O sucesso do UBS baseia-se em seu modelo de negócio diversificado, composto pelas áreas de: Wealth Management, Investment Bank, Personal & Corporate Banking e Asset Management, e detém mais de US$2,6 trilhões em ativos sob gestão e uma cadeia de relacionamento em mais de 50 países.

Esse modelo que vem sendo consistentemente reconhecido em todos seus segmentos, o UBS tendo recebido inúmeros prêmios de prestígio ao longo dos anos, tendo sido reconhecido em 2017, pelo terceiro ano consecutivo, "Best Global Investment Bank" e em 2019, pelo quarto ano consecutivo, "Best M&A Bank" pela Global Finance. O UBS também foi nomeado "Most innovative Investment Bank for IPOs and equity raisings" nos anos de 2019 e 2018 e, em 2016, "Most Innovative Bank for M&A" pela The Banker. Ainda, em 2019, o UBS foi nomeado como "Best Bank for Swiss Francs", "Best Equity Bank for Western Europe" e "Best Investment Bank in China, Hong Kong and Singapore". Além disso, recebeu o primeiro lugar na categoria "Bank of the Year" como parte dos Prêmios IFR em 2015, considerado um dos prêmios mais prestigiados da indústria global de mercados de capitais. Outras plataformas do UBS também têm se destacado, como a de Private Banking que foi reconhecida como "Best Global Private Bank" pela Euromoney em 2019.

O Banco do Brasil, acionista com 49,99% das ações, em seus mais de 210 anos de existência, acumulou experiências e pioneirismos, promovendo o desenvolvimento econômico do Brasil e tornando-se parte integrante da cultura e história brasileira. Sua marca é uma das mais conhecidas no país, ocupando pela 28ª vez consecutiva a primeira colocação na categoria "Bancos" do Prêmio Top of Mind 2018, do Instituto Data Folha, sendo reconhecido como Melhor Banco no Brasil em 2020 pela Euromoney, Banco do Ano na América Latina em 2019 pela The Banker e Banco mais Inovador da América Latina em 2019 e 2020 pela Global Finance.

Ao final do 2º trimestre de 2020, o Banco do Brasil apresentou aproximadamente R$1,7 trilhão de ativos totais e presença em 99% dos municípios brasileiros, resultado do envolvimento de 92 mil funcionários, distribuídos entre 4.367 agências, 15 países e mais de 60.200 pontos de atendimento.

No Brasil e América Latina, a parceria estratégica, por meio de seus acionistas, teve forte atuação em fusões e aquisições, tendo participado em importantes transações como: a aquisição do Éxito pelo Grupo Pão de Açúcar, a aquisição da Avon pela Natura &Co, a aquisição da The Body Shop pela Natura, aquisição da Vale Fertilizantes pela Mosaic, fusão entre a BM&Fbovespa e Cetip, aquisição de participação pela Salic na Minerva Foods e fechamento de capital da Souza Cruz.

Também desempenhou também um papel importante em emissões de ações, tendo atuado em diversas ofertas públicas de ações na região, incluindo as ofertas da Telefônica, Terrafina, Senior Solution, Bioserv, Smiles, Tupy, CPFL Renováveis, BB Seguridade, Fibra Uno, Avianca Holdings, Volaris, Grupo Financiero Inbursa, Oi, Ourofino Saúde Animal, OHL México, Santander México, Volaris, Via Varejo, Unifin Financiera, Grupo Financiero Galicia, Gerdau, Rumo Logística, Azul Linhas Aéreas, CCR, Lojas Americanas, Magazine Luiza, BR Distribuidora, Grupo NotreDame Intermedica, Arco Platform, Banco BTG Pactual, Petrobras, IRB Brasil Resseguros, Centauro, Neoenergia, Banco Inter, Movida, Afya, XP Inc., Vasta Platform, Quero Quero, D1000, Estapar, Moura Dubeux, Minerva Foods, Marfrig, Marisa, entre outros.

Além disso, no mercado doméstico de renda fixa coordenou, em 2019, 81 emissões que totalizaram o valor de R$ 25,1 bilhões e 10,9% de market share, encerrando o período em 4º lugar no Ranking ANBIMA de Originação por Valor de Renda Fixa Consolidado Acumulado de 2019. No mesmo período, foram estruturadas 16 operações de securitização, sendo 3 CRIs, 12 CRAs e 1 FIDC, com volume total de R$6,4 bilhões. No mercado externo, participou da emissão de US$7,9 bilhões, lhe conferindo o 6º lugar no Ranking ANBIMA de Emissões Externas – Totais Público & Privado, em 2019.

A parceria estratégica também conta com a maior corretora do país em volume de transações na B3 em 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, e a segunda maior em 2019.

BTG Pactual

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões e aquisições, *wealth management*, *asset management* e *sales and trading* (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque, Santiago, Cidade do México, Lima, Medellín, Bogotá e Buenos Aires.

Na área de *asset management*, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes *private*, empresas e parceiros de distribuição. Na área de *wealth management*, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde *asset management* a planejamento sucessório e patrimonial. O BTG Pactual também oferece serviços de *sales and trading* (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Na área de *investment banking*, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo serviços de subscrição nos mercados de dívida e ações públicos e privados, assessoria em operações de fusões e aquisições e produtos estruturados personalizados.

O BTG Pactual é o líder no ranking de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2015 pelo número de operações, participando de um total de mais de 170 operações no período, segundo o ranking da base de dados internacional Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em volume e em número de ofertas em 2012 (Dealogic) e sempre em posição de liderança com base em outros rankings desde 2004 (ANBIMA e Bloomberg). Ademais, vale destacar a forte presença do banco na América Latina, tendo conquistado o 1º lugar em volume e em número de ofertas nos anos de 2013 e 2012 (Dealogic, Bloomberg e Thomson Reuters).

Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010, 2011 e em 2013 como o "*Brazil's Equity House of the Year*", segundo a Euromoney. O BTG Pactual foi também eleito por três vezes "*World's Best Equity House*" (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de "*Equity House of the Year*" (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam sete vezes o título de "*Best Equity House Latin America*" (Euromoney de 2002 a 2005, 2007, 2008 e 2013; IFR em 2013) e o título de "*Best Investment Bank*" (Global Finance em 2011 e World Finance em 2012). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de *equity research*, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de "*#1 Equity Research Team Latin America*" em 2012, 2014 e 2015, bem como no período de 2003 a 2007 (Institutional Investor, Weighted Rankings).

Adicionalmente, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos anos, como primeiro colocado no ranking da Institutional Investor de 2003 a 2009, e 2012 a 2015 e como segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o ranking publicado pela revista Institutional Investor.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de *follow-on* do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, Ecorodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de *follow-on* das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. Em 2011, realizou as seguintes ofertas: *follow-on* de Tecnisa, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e as ofertas públicas iniciais de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e lead settlement agent na oferta de gerdau, a qual foi registrada no brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros. Em 2012, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Locamérica, Unicasa e de sua própria oferta pública inicial e do *follow-on* de Fibria, Brazil Pharma, Suzano, Taesa, Minerva, Equatorial e Aliansce. Em 2013, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Linx, Biosev, Alupar, BB Seguridade, CPFL Renováveis, Ser Educacional e CVC e do *follow-on* de Multiplan, BHG, Abril Educação, Iguatemi e Tupy. Em 2014, o BTG Pactual atuou como coordenador líder e agente estabilizador no *follow-on* da Oi S.A. Em 2015, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Par Corretora e do *follow-on* de telefônica Brasil e Metalúrgica Gerdau. Em 2016, o BTG Pactual participou das ofertas públicas de distribuição de ações da energisa, da Linx e da Sanepar. Em 2017, o BTG Pactual participou das ofertas públicas iniciais de distribuição de ações da Movida, IRB-Brasil Resseguros, Ômega Geração e Biotoscana Investments, bem como dos *follow-on*s da CCR, das Lojas Americanas, e da Alupar e, da BR Malls e do Magazine Luiza e da Rumo, e do *re-IPO* da Eneva. Em 2018, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de distribuição de ações da Hapvida. Em 2019, o BTG Pactual participou do *IPO* da Centauro, da C&A e *follow-on* das seguintes companhias: Restoque, JHSF, BR Properties, Magazine Luiza, Unidas, LPS Brasil, CCP – Cyrela Commercial Properties, LOG Commercial Properties, Helbor, Omega Geração, EZ TEC, Banco Pan, Sinqia, Trisul, Localiza Rent A Car, Movida, Banco Inter, Hapvida, Light, Tecnisa, BTG Pactual, CPFL Energia, Totvs, Eneva e Burger King. Em 2020, o BTG Pactual participou dos *follow-ons* da Minerva, Cogna Educação, Positivo Tecnologia, Centauro, Via Varejo, Lojas Americanas, BTG Pactual, JHSF Participações, Irani, IMC, Dimed, Banco PAN, JSL Logística, Rumo, Banco Inter, Santos Brasil assim como do *IPO* da Mitre Realty, Estapar, Ambipar, Lojas Quero Quero, Lavvi, Plano & Plano, Cury Construtora, Hidrovias do Brasil, Petz e Sequoia Logística.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da Oferta, o Coordenador Líder e as demais sociedades de seu conglomerado financeiro possuem os seguintes relacionamentos comerciais relevantes com a Companhia e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico:

- Serviços relacionados a Cash Management da empresa Grupo Fartura de Hortifrut S.A. celebrado em 13 de agosto de 2013, sem data de vencimento e perfazendo volume financeiro médio de R$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais). Não há cobrança de taxas ou tarifas e não há prestação de garantia.

Além do relacionamento relativo à Oferta e descrito acima, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui atualmente qualquer relacionamento relevante com a Companhia. Entretanto, a Companhia poderá, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderá negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pelo abaixo, nos últimos 12 (doze) meses, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico, não transacionou, de qualquer forma, valores mobiliários de emissão da Companhia:

- O Itaú BBA atuou como coordenador em na 2ª emissão de debêntures do Grupo Fartura de Hortifrut S.A., realizada em 12 de outubro de 2019, com vencimento em 12 de novembro de 2023, no montante de R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) e com a incidência de juros com base na Taxa DI + 1% (um por cento) ao ano. As debêntures contam com garantia de cessão fiduciária de recebíveis de cartões de crédito.

Ademais, sociedades integrantes do grupo econômico do Coordenador Líder e fundos de investimento administrados e/ou geridos por sociedades integrantes de seu grupo eventualmente realizaram negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, sendo que, (i) em nenhum caso tais negociações envolveram ações representativas de participações que atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Companhia, e (ii) em todos os casos, consistiram em operações em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Relativas à Oferta - Custos de Distribuição" na página 30 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia não mantém relacionamento comercial relevante com o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu grupo econômico.

Na data deste Prospecto Preliminar, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedade de seu grupo econômico, não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias assumidas antes da contratação do Bradesco BBI no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Bradesco BBI e/ou sociedades do seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com os quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap).* O Bradesco BBI e/ou sociedades do seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 93 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Bradesco BBI ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Bradesco BBI poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Bradesco BBI poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o UBS BB

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia não mantém relacionamento comercial relevante com o UBS BB e/ou sociedades de seu grupo econômico.

Na data deste Prospecto Preliminar, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedade de seu grupo econômico, não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o UBS BB e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o UBS BB e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias assumidas antes da contratação do UBS BB no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O UBS BB e/ou sociedades do seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com os quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap).* O UBS BB e/ou sociedades do seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta - A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 93 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao UBS BB ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. [Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o UBS BB poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.]

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do UBS BB como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia não mantém relacionamento comercial relevante com o BTG Pactual e/ou sociedades de seu grupo econômico.

Na data deste Prospecto Preliminar, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedade de seu grupo econômico, não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias assumidas antes da contratação do BTG Pactual no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O BTG Pactual e/ou sociedades do seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com os quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap).* O BTG Pactual e/ou sociedades do seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta - A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 88 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao BTG Pactual ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o BTG Pactual poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações. [Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o BTG Pactual poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.]

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre o FIP Crescera e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, o FIP Crescera e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento com o Coordenador Líder e demais sociedades do seu conglomerado financeiro, conforme detalhado a seguir:

- O Itaú BBA presta serviços relacionados a Cash Management da empresa Crescera Oba Growth Co-Investment I celebrado em 11 de novembro de 2017, sem data de vencimento e sem volume médio em 2020. Não há cobrança de taxas ou tarifas e não há prestação de garantia.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, o FIP Crescera e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento comercial relevante com o Coordenador Líder e/ou as sociedades do seu conglomerado financeiro.

O FIP Crescera poderá, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de titularidade do FIP Crescera.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta Global – Custos de Distribuição” na página 30 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo FIP Crescera ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

O FIP Crescera declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. O FIP Crescera declara, ainda, que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o FIP Crescera e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre o FIP Crescera e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, o FIP Crescera não possui qualquer outro relacionamento relevante com o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

O FIP Crescera poderá, no futuro, contratar o Bradesco BBI e/ou sociedades do seu conglomerado econômico para a prestação de serviços ou realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de nossa emissão com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bradesco BBI no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (inclusive *total return swap*). O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de nossa emissão como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das nossas ações ordinárias, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 93 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelo FIP Crescera ao Bradesco BBI ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

O FIP Crescera declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o FIP Crescera declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o FIP Crescera e o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Relacionamento entre o FIP Crescera e o UBS BB

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, o FIP Crescera não possui qualquer outro relacionamento relevante com o UBS BB e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

O FIP Crescera poderá, no futuro, contratar o UBS BB e/ou sociedades do seu conglomerado econômico para a prestação de serviços ou realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de nossa emissão com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do UBS BB no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (inclusive *total return swap*). O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de nossa emissão como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das nossas ações ordinárias, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 93 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelo FIP Crescera ao UBS BB ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

O FIP Crescera declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do UBS BB como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o FIP Crescera declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o FIP Crescera e o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Relacionamento entre o FIP Crescera e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, o FIP Crescera não possui qualquer outro relacionamento relevante com o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

O FIP Crescera poderá, no futuro, contratar o BTG Pactual e/ou sociedades do seu conglomerado econômico para a prestação de serviços ou realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de nossa emissão com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BTG Pactual no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (inclusive *total return swap*). O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de nossa emissão como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das nossas ações ordinárias, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 88 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelo FIP Crescera ao BTG Pactual ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

O FIP Crescera declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o FIP Crescera declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o FIP Crescera e o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas possuem relacionamento com o Coordenador Líder e demais sociedades do seu conglomerado financeiro, conforme detalhado a seguir:

- O Coordenador Líder presta serviços bancários para os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, incluindo, entre outros, investimentos, operações de crédito, consultoria ou gestão financeira.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas não possuem qualquer outro relacionamento comercial relevante com o Coordenador Líder e/ou as sociedades do seu conglomerado financeiro.

Os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas poderão vir a contratar, no futuro, o Coordenador Líder e/ou sociedades do seu grupo econômico para a prestação de serviços ou a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de titularidade dos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas declaram , ainda, que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas possuem os seguintes relacionamentos com o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu grupo econômico:

- Carlos Roberto Alves apresenta relação com o Banco Bradesco S.A através de contas correntes e serviços contratados;
- Raimundo Desiderio Alves Caetano não apresenta relação significativa com o Banco Bradesco S.A., tendo uma conta corrente inativa;
- Luiz Las-Casas Alves apresenta relação com o Banco Bradesco S.A. através de conta corrente; e
- Alex Alves dos Santos Brito apresenta relação com o Banco Bradesco S.A através de conta corrente.

Os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas poderão vir a contratar, no futuro, o Bradesco BBI e/ou sociedades do seu grupo econômico para a prestação de serviços ou a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas ao Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta.

Os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e o UBS BB

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o UBS BB e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

Os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas poderão vir a contratar, no futuro, o UBS BB e/ou sociedades do seu grupo econômico para a prestação de serviços ou a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas ao UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta.

Os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do UBS BB como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e o BTG Pactual

O BTG Pactual e/ou sociedades de seu grupo econômico prestam serviços bancários para os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas incluindo, entre outros, investimentos, operações de crédito, consultoria ou gestão financeira.

Os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas poderão vir a contratar, no futuro, o BTG Pactual e/ou sociedades do seu grupo econômico para a prestação de serviços ou a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas ao BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta.

Os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, investidores em potencial devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto Preliminar, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" na página 7 deste Prospecto e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, na página [●] deste Prospecto Preliminar, e as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto Preliminar.

As atividades, situação financeira, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos e por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das Ações pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou de outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento nas Ações. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores acreditam que poderão afetar a Companhia de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores, ou que atualmente são considerados irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, exceto se indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá "um efeito adverso para a Companhia" ou "afetará a Companhia adversamente" ou expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado das Ações. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, contido na página [•] deste Prospecto Preliminar.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual pandemia do coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial, incluindo a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de nossa emissão

Surtos ou potenciais surtos de doenças (a exemplo do COVID-19) podem ter um efeito adverso no mercado de capitais global, na economia global (incluindo a economia brasileira) e na cotação das ações de nossa emissão. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como o zika vírus, o vírus ebola, o vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, o vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram.

Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia do vírus COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas. A declaração da pandemia do COVID-19 pela OMS desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições à viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população. No Brasil, alguns estados e munícipios, incluindo das localidades em que possuímos lojas, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de parques, shoppings e demais espaços públicos.

As medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto do COVID-19 tiveram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando oito paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3, foi adversamente afetada em razão do surto do COVID-19. Não podemos garantir que a cotação das ações de nossa emissão não atingirá patamares inferiores aos mínimos verificados durante a disseminação da atual pandemia.

Adicionalmente, qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações de nossa emissão, o que pode afetar adversamente a cotação dos mencionados ativos, além de pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro e em termos aceitáveis. Um mercado ativo e líquido para as ações de emissão da Companhia poderá não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa.

Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos. Como exemplo, segundo dados obtidos na Bloomberg, em setembro de 2019, a B3 apresentou uma capitalização bursátil média de, aproximadamente, US$1,0 trilhão, com um volume diário de negociação de US$4,2 bilhões durante o ano de 2019. O mercado de capitais brasileiro é significativamente concentrado, de forma que as cinco principais ações negociadas na B3 foram responsáveis por, aproximadamente, 26% do volume total de ações negociadas na B3, enquanto que a New York Stock Exchange teve uma capitalização de mercado média de, aproximadamente US$37,3 trilhões em 2019 e um volume diário médio de negociação de US$30,7 bilhões durante o período encerrado em setembro de 2019, conforme dados obtidos na Bloomberg.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das Ações pode ser negativamente impactado.

Riscos relacionados à situação da economia global poderão afetar a percepção do risco em outros países, especialmente nos mercados emergentes o que poderá afetar negativamente a economia brasileira inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, países membros da União Europeia e de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive das Ações. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas no Brasil e/ou em outros mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta e/ou após o período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário e a percepção dos investidores sobre a Companhia.

A Companhia, seus Administradores e os Acionistas Vendedores se comprometeram perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional [e nos respectivos Instrumentos de *Lock-up*], pelo período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início a não oferecer, vender, contratar a venda, penhorar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações ordinárias de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações ordinárias de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares.

Após tais restrições terem se extinguido, as ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelos Acionistas Vendedores e Administradores da Companhia estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou uma percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A Companhia pode vir a captar recursos adicionais no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, inclusive novas ações ordinárias, o que poderá afetar o preço das Ações e resultar em uma diluição da participação do investidor.

A Companhia pode vir a captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de valores mobiliários, inclusive ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia ou permutáveis por elas. Qualquer captação de recursos pode resultar em alteração no preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia e/ou na diluição da participação do investidor no capital social da Companhia.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de* Bookbuilding *poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a um terço das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

A ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores de Varejo, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta, bem como sua capacidade de executar o plano de negócios da Companhia.

A faixa de preço apresentada na capa deste Prospecto Preliminar é meramente indicativa e, conforme expressamente previsto neste Prospecto Preliminar, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa. Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% do valor máximo da Faixa Indicativa, ocorrerá um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, que possibilitará a desistência dos Investidores de Varejo no âmbito da Oferta de Varejo. Na ocorrência de Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, a Companhia alcançará menor dispersão acionária do que a inicialmente esperada, caso uma quantidade significativa de Investidores de Varejo decida por desistir da Oferta na ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa.

Ademais, a fixação do Preço por Ação em valor significativamente abaixo da Faixa Indicativa poderá resultar em captação de recursos líquidos em montante consideravelmente menor do que o inicialmente projetado para as finalidades descritas na seção “Destinação dos Recursos”, e assim afetar a capacidade da Companhia de executar o plano de negócios da Companhia, o que poderá ter impacto adverso no crescimento e nos resultados das operações da Companhia.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações objeto da Oferta.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, caso as Ações não sejam integralmente subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária ou Pedido de Reserva da Oferta de Varejo e intenções de investimentos automaticamente cancelados. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção “Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta” na página 62 deste Prospecto Preliminar.

Investidores que subscreverem Ações e Acionistas que não exercerem seu direito de prioridade, diretamente ou por meio de seu gestor de cadeia de investimentos, total ou parcialmente, suas respectivas prioridades de subscrição no âmbito da Oferta Prioritária poderão sofrer diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.

O Preço por Ação poderá ser fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que subscreverem Ações por meio da Oferta ou que indicar Entidade Vinculada ao Acionista para exercerem, total ou parcialmente, suas respectivas prioridades de subscrição no âmbito da Oferta Prioritária poderão receber um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao adquirir as Ações na Oferta, resultando em diluição imediata do valor de seu investimento de [•]%. Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção "Diluição", na página 98 deste Prospecto Preliminar.

A Companhia poderá, ainda, no futuro, buscar recursos adicionais nos mercados financeiro e de capitais brasileiro, os quais podem não estar disponíveis ou podem estar disponíveis em condições que sejam desfavoráveis ou desvantajosas à Companhia. A Companhia poderá, ainda, recorrer a ofertas públicas ou privadas de ações da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confiram um direito de subscrever ou receber ações da Companhia. Qualquer captação de recursos por meio de ofertas públicas ou privadas de ações da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confiram um direito de subscrever ou receber ações da Companhia pode ser realizada com exclusão do direito de preferência dos então acionistas da Companhia e/ou alterar o valor das ações da Companhia, o que pode resultar na diluição da participação dos investidores.

A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreende a distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações juntos a Investidores Estrangeiros.

Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. [O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e os Acionistas Vendedores os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.]

A Companhia e os Acionistas Vendedores também prestam diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e os Acionistas Vendedores no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos, mesmo que fique provado que nenhuma incorreção foi cometida. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, poderá afetar negativamente a Companhia.

Eventual descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária, da Oferta de Varejo e boletins de subscrição feitos perante tais Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento e/ou indícios de descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta. Caso tal desligamento ocorra, Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária, Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo e boletins de subscrição que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, e ainda, sem reembolso de custos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada. Para maiores informações, veja a seção "Violações de Normas de Conduta" na página 65 deste Prospecto Preliminar.

A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações.

Os Coordenadores da Oferta e sociedades de seus conglomerados econômicos poderão realizar operações com derivativos para proteção (*hedge*), tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros, conforme permitido pelo artigo 48 da Instrução CVM 400, e tais investimentos não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

A Oferta e suas condições, incluindo o presente Prospecto, passaram a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM. Até a data de envio do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas na mídia matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo informações que não constam dos Prospectos e/ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até o envio do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso sejam divulgadas informações sobre a Oferta ou a Companhia em outros meios que não sejam os Prospectos ou o Formulário de Referência ou, ainda, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias midiáticas, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores, assim como a CVM poderá a seu exclusivo critério, caso haja comprovação ou suspeita de participação de pessoas relacionadas com a Oferta ou a Companhia em tal divulgação, suspender a Oferta, com a consequente alteração de seu cronograma.

A Companhia arcará com as despesas dos Ofertantes relacionadas à Oferta, bem como arcará juntamente com os Acionistas Vendedores com as comissões da Oferta, o que impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma.

[Por meio do Contrato de Colocação, a Companhia arcará juntamente com os Acionistas Vendedores com as comissões da Oferta, de acordo com suas respectivas participações na Oferta, além de assumir a obrigação de pagamento de certas despesas dos Ofertantes relacionadas à Oferta, incluindo da Oferta Secundária]. O desembolso desses valores pela Companhia impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e, por consequência, os valores creditados ao seu patrimônio líquido e poderá impactar negativamente seus resultados no período de apuração subsequente à realização da Oferta. Para mais informações sobre os custos e despesas incorridos pela Companhia com a Oferta, veja a seção ‘‘Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição’’ na página 47 deste Prospecto Preliminar.

Os Investidores de Varejo* Lock-up*, diante da impossibilidade da transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações.

Os Investidores de Varejo *Lock-up* se comprometeram, durante o período de [•] e [•] dias, conforme o caso, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Desta forma, caso o preço de mercado das ações venha a cair e/ou os Investidores de Varejo *Lock-up* por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta de Varejo e tendo em vista a impossibilidade das Ações da Oferta de Varejo serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas.

A Companhia possui cláusulas restritivas à capacidade de endividamento ("Covenants"), além de outras obrigações e restrições decorrentes de contratos financeiros. O não cumprimento dessas obrigações pode causar o vencimento antecipado dessas dívidas.

A Companhia está sujeita a *Covenants* existentes nas suas escrituras de emissão de debêntures e em conexão com certificados de recebíveis imobiliários. De acordo com tais *Covenants*, o índice de dívida líquida/EBITDA deverá ser menor ou igual a 2,5. Caso Companhia não seja capaz de atender referidos *Covenants*, as dívidas poderão vencer antecipadamente e a Companhia deverá realizar o pagamento do valor principal acrescido de juros.

Adicionalmente, a Companhia possui uma CCB no valor de R$ 25 milhões que pode vencer antecipadamente em razão da realização desta oferta pública inicial de ações da Companhia. Caso a Companhia não obtenha a referida anuência, o contrato poderá ser rescindido.

O vencimento antecipado cruzado ou inadimplemento cruzado (cross-default e cross-acceleration) de outras obrigações da Companhia poderão ser desencadeados, conforme cláusulas presentes em contratos de empréstimos e financiamentos existentes. Para mais informações, ver seções 10.1.f e 18.5 deste Formulário de Referência.

O vencimento antecipado de qualquer de seus contratos financeiros pode afetar a capacidade da Companhia em honrar seus compromissos e acarretar um impacto adverso relevante em seus negócios e na sua situação financeira.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Considerando-se um Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto Preliminar, a Companhia estima que os recursos líquidos a serem captados na Oferta são estimados em aproximadamente R$[•], considerando a dedução das comissões da Oferta e das despesas estimadas da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), sendo R$[•] correspondente à Oferta Primária e R$[•] correspondente à Oferta Secundária.

Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas estimadas da Oferta, vide a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto Preliminar.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária de acordo com seu plano de negócios para: (i) abertura de novas lojas, (ii) investimento nos canais digitais, e (iii) investimento na cadeia de logística.

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados das destinações dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares:

Destinação	**Percentual Estimado dos Recursos Líquidos**	**Valor Estimado Líquido[(1)(2)(3)]**
		(em R$ mil)
Abertura de Lojas	[•]%	[•]
Investimento nos canais digitais	[•]%	[•]
Investimento na cadeia de logística	[•]%	[•]
Total	**100%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas para a Companhia na Oferta.
(3) Sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, e se baseia em suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Primária sejam inferiores às suas estimativas, sua aplicação será reduzida de forma proporcional aos objetivos e observada a ordem de alocação disposta na tabela acima e, na hipótese de serem necessários recursos adicionais, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras.

Para informações sobre o impacto dos recursos líquidos decorrentes da Oferta em nossa situação patrimonial, vide a seção "Capitalização", na página 97 deste Prospecto Preliminar.

Um aumento (redução) de R$1,00 no preço de R$[•] por Ação, que é o ponto médio da Faixa Indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto Preliminar, acarretaria um aumento (redução) de R$[•] nos recursos líquidos advindos da Oferta Primária, considerando a dedução das comissões da Oferta e das despesas estimadas da Oferta sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares. O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Tendo em vista que a Oferta Secundária é uma distribuição pública secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, a Companhia não receberá quaisquer recursos em decorrência da realização da Oferta Secundária. Os Acionistas Vendedores receberão todos os recursos líquidos resultantes da venda das Ações no âmbito da Oferta Secundária.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta informações sobre a posição de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), o patrimônio líquido e a capitalização total da Companhia e indicam: (i) a posição em 30 de setembro de 2020; e (ii) os valores ajustados para refletir o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, no valor de R$[•], com base no Preço por Ação de R$[•] após a dedução das comissões e despesas estimadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

As informações abaixo, referentes à coluna "Efetivo", foram extraídas das informações contábeis trimestrais consolidadas da Companhia relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, e devem ser lidas em conjunto com as mesmas, bem como as seções 3 e 10 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto Preliminar.

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020

	Efetivo	**Ajustado[1]**
	(em milhares de R$)	
Empréstimos, financiamentos e Debêntures (circulante)	38.372	[•]
Empréstimos, financiamentos e Debêntures (não circulante)	160.238	[•]
Patrimônio líquido	**228.935**	**[•]**
Capitalização Total[2]	**427.545**	**[•]**

(1) Ajustado para refletir o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, calculado com base no Preço por Ação, com a destinação de R$[•] para a conta de reserva de capital e R$[•] para o capital social.

(2) Capitalização total corresponde à soma total de empréstimos, financiamentos e debêntures circulante e não circulante, e o patrimônio líquido nas datas indicadas.

Além do aumento de capital social descrito acima, não houve alteração relevante na capitalização total da Companhia desde 30 de setembro de 2020.

Um aumento (redução) de R$1,00 no preço de R$[•] por Ação, que é o ponto médio da Faixa Indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto Preliminar, acarretaria um aumento (redução) de R$[•] no nosso patrimônio líquido, considerando a dedução das comissões da Oferta e das despesas estimadas da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares. O valor do nosso patrimônio líquido após a conclusão da Oferta, está sujeito a alterações do Preço por Ação, que somente será conhecido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

Em 30 de setembro de 2020, o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R$[•] milhões e o valor patrimonial por ação ordinária de sua emissão, na mesma data, era de R$[•]. O referido valor patrimonial por ação representa o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia, dividido pelo número total de ações ordinárias de sua emissão em 30 de setembro de 2020.

Considerando a subscrição de [•] Ações no âmbito da Oferta Primária pelo Preço por Ação de R$[•], e após a dedução das comissões e despesas devidas no âmbito da Oferta, o patrimônio líquido ajustado da Companhia em 30 de setembro de 2020 seria de R$[•], representando um valor de R$[•] por ação de emissão da Companhia. Isso representaria um aumento imediato do valor patrimonial por Ação correspondente a R$[•] por ação para os acionistas existentes, e uma diluição imediata do valor patrimonial por ação de emissão da Companhia de R$[•] para os novos investidores, no contexto da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos novos investidores e o valor patrimonial contábil por Ação imediatamente após a conclusão da Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção "Características Gerais da Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto Preliminar.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação de emissão da Companhia, com base em seu patrimônio líquido em 30 de setembro de 2020 e considerando os impactos da realização da Oferta.

	Em R$, exceto %
Preço por Ação[(1)]	R$[•]
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de setembro de 2020[(2)]	R$[•]
Valor patrimonial contábil por ação em de 30 de setembro de 2020 ajustado para refletir a Oferta	R$[•]
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por ação em 30 de setembro de 2020 para os atuais acionistas	R$[•]
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação dos novos investidores[(2)]	R$[•]
Percentual de diluição imediata resultante da Oferta[(3)]	[•]%

(1) Calculado com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, sem considerar a colocação das Ações Suplementares.

(2) O valor patrimonial por ação de emissão da Companhia representa [o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia, dividido pelo número total de ações de emissão da Companhia] em 30 de setembro de 2020.

(3) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

(4) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações ordinárias de emissão da Companhia e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para mais informações sobre o Procedimento de *Bookbuilding*, vide página 37 deste Prospecto Preliminar.

Um acréscimo ou redução de R$1,00 no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria em um aumento ou redução, após a conclusão da Oferta: (i) de R$[•] milhões no valor do patrimônio líquido contábil da Companhia; e (ii) na diluição do valor patrimonial contábil por ação ordinária aos investidores desta Oferta em R$[•] por Ação; após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta. O valor do patrimônio líquido contábil da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A realização da Oferta Secundária não resultará em nenhuma mudança no número de ações ordinárias de emissão da Companhia, nem em alteração em seu patrimônio líquido, uma vez que as Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores já foram emitidas pela Companhia.

Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações

A Companhia não possui Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações.

Histórico do preço pago por Administradores e acionista controlador em subscrições de ações da Companhia nos últimos cinco anos

O quadro abaixo apresenta informações sobre os aumentos de capital da Companhia nos últimos cinco anos, subscritos integralmente pelo acionista controlador e pelos administradores da Companhia:

Data	Natureza da operação	Tipo de Ação	Quantidade de Ações	Valor Pago	Valor Pago por Ação
				(R$)	*(R$)*
30/11/2017	Aumento de capital privado	Ordinária	802.275	250.000.041,62	311,61
31/08/2019	Aumento de capital mediante capitalização de reserva de lucros	Ordinária	0	97.968.292,94	-

Para informações adicionais referentes aos últimos aumentos do capital social da Companhia, vide item 17.2 do Formulário de Referência na página [•] deste Prospecto Preliminar.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2020, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA

MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR CRESCERA OBA GROWTH CO-INVESTMENT I – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES PESSOAS FÍSICAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS TRIMESTRAIS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, 2018 E 2017

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Estatuto Social Consolidado da Companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL DA
GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A.

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - A **Grupo Fartura de Hortifrut S.A.** é uma sociedade por ações regida pelo presente Estatuto Social, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado" e "B3", respectivamente) e demais disposições legais aplicáveis ("Companhia").

Parágrafo 1º - Com o ingresso da Companhia no segmento de listagem da B3 denominado Novo Mercado ("Novo Mercado"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 2º - A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Comendador Aladino Selmi, 2502 – Galpão 5, Parque Cidade Campinas, CEP 13069-036, podendo, mediante deliberação do Conselho de Administração, abrir, transferir ou encerrar filiais, escritórios administrativos ou quaisquer outras representações em qualquer localidade do território nacional ou no exterior.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social:

(i) comércio varejista de hortifrutigranjeiros;

(ii) importação e exportação;

(iii) comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos;

(iv) comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente;

(v) comércio atacadista e bolsas, malas e artigos de viagem;

(vi) comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e domésticos;

(vii) comércio atacadista de aparelhos de escritório e papelaria;

(viii) comércio atacadista de embalagens;

(ix) comércio varejista de plantas e flores naturais;

(x) cantinas - serviços de alimentação privativos;

(xi) transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;

(xii) transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal;

(xiii) outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente;

(xiv) comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente;

(xv) atividades de limpeza não especificadas anteriormente;

(xvi) promoção de vendas;

(xvii) comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente;

(xviii) comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados;

(xix) comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados;

(xx) comércio atacadista de pescados. frutos do mar;

(xxi) comércio varejista de carnes e açougues;

(xxii) comércio atacadista de aves abatidas e derivados;

(xxiii) comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais;

(xxiv) restaurantes e similares;

(xxv) estacionamento de veículos;

(xxvi) comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearia e armazéns;

(xxvii) fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar;

(xxviii) fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria;

(xxix) lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares;

(xxx) padaria e confeitaria com predominância de revenda;

(xxxi) peixaria;

(xxxii) reparação de artigos do mobiliário;

(xxxiii) construção de edifícios;

(xxxiv) instalação e manutenção elétrica;

(xxxv) manutenção e reparação de máquinas- ferramenta; e

(xxxvi) participação no capital social de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de acionista, sócia ou quotista, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária.

(xxxvii) Serviço de carga e descarga.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL

Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R$ 91.438.041,56 (noventa e um milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, quarenta e um reais e cinquenta e seis centavos), dividido em 2.781.220 (dois milhões, setecentos e oitenta e um mil, duzentas e vinte) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º - Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares junto a instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. O custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, sendo respeitados os limites impostos pela legislação vigente.

Parágrafo 2º - As ações são indivisíveis em relação à Companhia. Cada ação ordinária nominativa dará o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de acionistas da Companhia.

Parágrafo 3º - É vedada a emissão de ações preferenciais e de partes beneficiárias pela Companhia.

Artigo 6º - O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do Artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, independentemente de deliberação da Assembleia Geral e de reforma estatutária, mediante a emissão de até 1.318.780 (um milhão, trezentas e dezoito mil, setecentas e oitenta) novas ações ordinárias, ou seja, um capital social de até 4.100.000 (quatro milhões e cem mil) ações ordinárias.

Artigo 7º - A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, emitir valores mobiliários e adquirir suas próprias ações, para permanência em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, até o montante do saldo de lucro e de reservas, observadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, sem diminuição do capital social, observadas as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 8º - Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de novas ações, proporcionalmente às ações do capital social já detidas por eles.

CAPÍTULO III
ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 9º - As Assembleias Gerais de acionistas serão ordinárias ou extraordinárias. As Assembleias Gerais Ordinárias serão realizadas dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao encerramento de cada exercício fiscal, para fins de discussão, votação e aprovação das matérias previstas no Artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações. Além disso, uma Assembleia Geral Extraordinária poderá ser realizada sempre e desde que convocada de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 1º - Parágrafo Primeiro - As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Conselho de Administração, ou, nos casos previstos em lei, pelo Conselho Fiscal ou por acionistas, em qualquer caso conforme procedimentos descritos na legislação aplicável.

Parágrafo 2º - Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, as reuniões das Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência para primeira convocação e, no mínimo, 8 (oito) dias corridos de antecedência para segunda convocação.

Parágrafo 3º - Não obstante quaisquer formalidades, qualquer Assembleia Geral será considerada regularmente instalada quando todos os acionistas estiverem presentes.

Parágrafo 4º - As Assembleias Gerais instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) das ações emitidas com direito a voto, e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas presentes, nos termos do Artigo 125 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 5º - A Assembleia Geral que tiver por objeto a reforma deste Estatuto Social se instalará, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 do capital social com direito a voto, mas poderá instalar-se em segunda convocação com qualquer número de presentes.

Parágrafo 6º - As deliberações das Assembleias Gerais de acionistas, ressalvados os casos previstos em disposição cogente de lei, regulamentação aplicável ou no Regulamento do Novo Mercado, serão todas tomadas pela maioria absoluta dos acionistas titulares de ações presentes nas Assembleias, não se computando os votos em branco.

Parágrafo 7º - A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob a rubrica genérica.

Parágrafo 8º - As Assembleias Gerais de acionistas serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou seu suplente ou, na falta destes, por pessoa indicada pelos acionistas presentes representando a maioria do capital social da Companhia, sendo secretariadas pessoa indicada pelo presidente da Assembleia Geral.

Artigo 10 - Cada ação ordinária da Companhia, emitida e subscrita, terá direito a um voto sobre todos os assuntos a serem decididos pela Assembleia Geral de acionistas.

Artigo 11 - Compete exclusivamente à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei ou neste Estatuto Social:

(i) redução do capital social da Companhia;

(ii) aumento do capital social da Companhia, exceto em relação a aumentos de capital decorrentes de situação emergencial, observadas as disposições do Artigo 6° do presente Estatuto Social;

(iii) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social da Companhia;

(iv) eleição e/ou destituição, a qualquer tempo, dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando houver, bem como definir o número de cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia;

(v) mudança nas características, direitos e privilégios das ações de emissão da Companhia;

(vi) bonificações em ações e grupamento, desdobramento, conversão, resgate, reembolso, amortização ou recompra de ações ou de quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, ou mudanças nas condições aplicáveis a resgate, amortização ou recompra de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia;

(vii) qualquer incorporação, incorporação de ações, transformação, fusão, cisão, conferência (*drop down*) de ativos e passivos envolvendo a Companhia, bem como qualquer forma de reorganização societária;

(viii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela Administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício;

(ix) alteração do dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social, distribuição de dividendos acima do dividendo mínimo obrigatório, e alteração das disposições a respeito da política de dividendos da Companhia prevista no Estatuto Social;

(x) definição e aprovação do limite global da remuneração anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal da Companhia, observado que, caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal;

(xi) dissolução, processo de recuperação judicial ou extrajudicial, atos voluntários de reorganização financeira, falência, liquidação ou extinção, bem como eleição e destituição de liquidantes, bem como sobre o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação;

(xii) aprovação das contas anuais dos administradores da Companhia e de suas controladas e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

(xiii) alterações ao Estatuto Social;

(xiv) aprovação ou modificação de planos de opções de ações (*stock option*) ou instrumentos similares que envolvam a emissão de ações de emissão da Companhia ou das subsidiárias ou a entrega de ações em tesouraria, em favor de qualquer administrador ou empregado da Companhia ou das subsidiárias;

(xv) abertura e fechamento do capital social da Companhia, bem como aprovação de oferta pública, ou oferta de títulos de dívida, exceto caso dentro do limite do capital autorizado, nos termos do Artigo 6º deste Estatuto Social; e

(xvi) dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para saída do Novo Mercado.

CAPÍTULO IV
ADMINISTRAÇÃO

Seção I - Disposições Gerais

Artigo 12 - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, respeitadas as competências e atribuições legais e estatutárias de cada um desses órgãos.

Parágrafo Único - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, observados os termos do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 13 - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse mediante a assinatura do respectivo termo de posse lavrado no "Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração" e "Livro de Atas das Reuniões da Diretoria", conforme aplicável, e permanecerão em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores ou até a sua renúncia, falecimento ou substituição.

Seção II - Conselho de Administração

Artigo 14 - O Conselho de Administração será composto por um mínimo de 5 (cinco) e um máximo de 9 (nove) membros efetivos, nomeados e eleitos pela Assembleia Geral, e igual número de suplentes, ambos com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, dos titulares (e seus respectivos suplentes) deverão ser Conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes

os Conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo Artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador.

Parágrafo 2º - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo primeiro acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo 3º - O Presidente do Conselho de Administração serão eleitos pela Assembleia Geral de acionistas, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 4º - No caso de destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou qualquer outro evento que leve à vacância definitiva do cargo do Conselho de Administração, o respectivo suplente assumirá o cargo. Se o suplente estiver impedido de assumir o cargo por qualquer motivo, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes, observado o disposto no Parágrafo Primeiro acima, e completará o mandato do Conselheiro substituído. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição.

Parágrafo 5º - Além do disposto neste Estatuto Social, o funcionamento do Conselho de Administração também deverá observar o disposto em seu Regimento Interno.

Artigo 15 - O Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias trimestralmente. O Conselho de Administração também se reunirá de forma extraordinária sempre que qualquer matéria de competência do Conselho de Administração tenha que ser discutida.

Parágrafo 1º - O Presidente do Conselho deverá convocar as reuniões do Conselho de Administração, por iniciativa própria ou mediante solicitação por escrito de qualquer membro do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º - A não convocação por parte do Presidente do Conselho de Administração de qualquer reunião solicitada, em até 5 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da solicitação, possibilita que qualquer membro do Conselho de Administração convoque a reunião solicitada.

Parágrafo 3º - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de cada reunião. A convocação especificará o local, a data e o horário da reunião e informará a ordem do dia detalhada, sendo expressamente proibida a inclusão de itens genéricos como, por exemplo, "assuntos gerais de interesse da Companhia", e anexará qualquer proposta de deliberações, qualquer documento preparado pela Companhia antes da reunião a fim de fundamentar qualquer deliberação e toda a documentação necessária relacionada a ela.

Parágrafo 4º - Os conselheiros poderão participar e votar (inclusive antecipadamente) à distância, por meio de telefone, videoconferência, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico, nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração. O conselheiro que assim participar será considerado presente em referida reunião. Qualquer conselheiro poderá indicar outro conselheiro para representá-lo em uma reunião, via procuração.

Parágrafo 5º - Não será aprovada nenhuma deliberação a respeito de qualquer assunto que não esteja expressamente incluído na ordem do dia, conforme declarado na convocação, sob pena de ser considerada nula, exceto as deliberações que forem aprovadas pelo voto unânime da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

Parágrafo 6º - As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria dos seus membros e, em segunda convocação, por qualquer número.

Parágrafo 7º - Independentemente das formalidades referentes à convocação de reuniões do Conselho de Administração previstas neste Estatuto Social, será regular a reunião do Conselho de Administração a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo 8º - Qualquer reunião do Conselho de Administração, devidamente instalada, poderá ser suspensa, por uma vez, a pedido do Presidente do Conselho de Administração ou de qualquer membro do Conselho de Administração, para permitir eventual aprofundamento da análise das matérias sob deliberação, por um prazo de até 5 (cinco) dias consecutivos.

Parágrafo 9º - Uma vez instaladas, as reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, em sua ausência, por outro conselheiro indicado por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração. O presidente da reunião convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos.

Parágrafo 10º - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria absoluta dos seus membros.

Parágrafo 11º - Das reuniões será lavrada ata em livro próprio, a qual será publicada nas hipóteses previstas em lei e na regulamentação aplicável.

Artigo 16 - Cada Conselheiro terá direito a 1 (um) voto nas matérias a serem decididas pelo Conselho de Administração, conforme o Estatuto Social e a Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Único - Os Conselheiros deverão abster-se de intervir e votar nas deliberações relacionadas a assuntos sobre os quais tenham ou representem interesse conflitante com a Companhia, devendo respeitar as regras relativas a conflito de interesse estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 17 - Além das matérias exigidas por lei, quaisquer deliberações sobre as matérias abaixo, no nível da Companhia e/ou das suas controladas, conforme aplicável, deverão ser deliberadas em Reunião de Conselho de Administração:

(i) aprovação das normas de procedimento ou regimento interno dos órgãos de administração da Companhia;

(ii) a emissão de quaisquer títulos e valores mobiliários para a captação de recursos, como debêntures, notas promissórias, bônus de subscrição ou quaisquer outros valores mobiliários da Companhia (exceto ações), conversíveis ou não em ações, observado o disposto no Artigo 6º deste Estatuto Social.

(iii) realização, pela Companhia, de qualquer investimento em valor superior a R$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais) (considerado o ato isoladamente), exceto se previsto no orçamento anual da Companhia;

(iv) distribuição de dividendos intermediários, intercalares e/ou juros sobre capital próprio pela Companhia;

(v) realização de quaisquer investimentos fora do ramo de atuação da Companhia em qualquer valor;

(vi) aquisição, alienação ou oneração de bens integrantes do ativo permanente, em um mesmo exercício social, de valor superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia, isoladamente ou no conjunto de qualquer série de contratos desdobrados ou operações análogas, exceto se previsto no orçamento anual da Companhia;

(vii) aprovação de assunção de qualquer obrigação de não concorrência que vincule a Companhia;

(viii) eleição dos beneficiários de qualquer plano de incentivo e a aprovação ou modificação das condições de outorga e exercício de qualquer plano de incentivo, observado o limite de capital autorizado, incluindo, mas não se limitando a quantidade, preço, *vesting* e metas, bem como do respectivo contrato a ser celebrado com cada beneficiário;

(ix) aprovação, revisão e/ou alteração do orçamento anual e do plano de negócios;

(x) escolha do auditor independente da Companhia, exceto se a empresa de auditoria contratada for Ernst & Young, Deloitte Touche Tohmatsu, KPMG ou PricewaterhouseCoopers;

(xi) aquisição, alienação ou oneração pela Companhia de participação no capital social de outras sociedades, participação em associações e/ou *joint ventures*, exceto e previsto no orçamento anual da Companhia;

(xii) aprovação de empréstimos, financiamentos, derivativos, linhas de crédito, emissão de instrumentos de dívida, instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam "*bonds*", "*notes*", ou endividamentos de qualquer natureza, que resultem em nível de endividamento (considerando o montante no encerramento do último trimestre-calendário anterior) superior a 1 vez o EBITDA consolidado da Companhia apurado no exercício social anterior, exceto se previsto no orçamento anual da Companhia;

(xiii) criação ou alteração de política para realização de aplicações financeiras pela Companhia e controladas, especialmente em relação a instrumentos financeiros complexos, observado que a Companhia e controladas somente contratarão bancos de primeira linha para a realização de tais operações;

(xiv) outorga, pela Companhia, de garantias de qualquer natureza, incluindo avais, fiança ou garantias reais (a) a terceiros, e (b) em garantia de suas próprias obrigações, exceto (x)

se previsto no orçamento anual da Companhia, (y) garantias de contratos de locação de lojas; (z) obrigações de até R$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais) e (aa) garantias outorgadas sobre o próprio bem financiado no âmbito de financiamentos sob o FINAME ou similar;

(xv) concessão de empréstimos a terceiros, exceto se previsto no orçamento anual da Companhia superior a 1 vez o EBITDA consolidado da Companhia apurado no exercício social anterior;

(xvi) venda, transferência, constituição de quaisquer ônus ou outra forma de alienação ou oneração, pela Companhia, de ativos de propriedade intelectual;

(xvii) nomeação pela Companhia, de árbitros em procedimentos arbitrais em que a Companhia ou controladas estejam envolvidas como parte e que esteja relacionado com a participação da Companhia em outras sociedades;

(xviii) mudança nos princípios ou políticas contábeis ou fiscais relacionadas às demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, exceto conforme exigida pelos princípios contábeis;

(xix) celebração, pela Companhia, de quaisquer acordos de acionistas ou quotistas, que disponham sobre a participação da Companhia em outras sociedades;

(xx) distribuição desproporcional de lucros em qualquer controlada;

(xxi) aprovação de aumentos de capital se houver limite de capital autorizado;

(xxii) aprovação de criação e/ou extinção de comitês técnicos ou consultivos para assessorar o Conselho de Administração na administração da Companhia, bem como a aprovação e alteração dos respectivos regimentos;

(xxiii) celebração, rescisão ou alteração de contratos de administração entre a Companhia e seus diretores;

(xxiv) manifestar-se a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (b) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (c) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (d) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis;

(xxv) aprovar as políticas, regimentos e códigos obrigatórios nos termos das normas editadas pela CVM, do Regulamento do Novo Mercado e da legislação aplicável à Companhia;

(xxvi) aprovar o orçamento do comitê de auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos nos termos do inciso xxii deste Artigo; e

(xxvii) aprovar as atribuições da área de auditoria interna.

Parágrafo único - O Conselho de Administração poderá alterar os limites e abrangência estabelecidos para práticas de atos dos Diretores em casos específicos ou por tempo que julgar conveniente.

Seção III - Diretoria

Artigo 18 - A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 17 (dezessete) diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e os demais sem designação específica. As regras para o funcionamento da Diretoria, bem como as atribuições e poderes específicos dos Diretores, são aquelas estabelecidas no Estatuto Social da Companhia ou no respectivo ato de eleição.

Parágrafo 1º - Os Diretores terão mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Cada membro da Diretoria tomará posse mediante a assinatura do respectivo termo de posse.

Parágrafo 2º - No caso de destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou qualquer outro evento que leve à vacância definitiva do cargo da Diretoria, caberá ao Conselho de Administração eleger um novo Diretor ou designar um substituto dentre os Diretores restantes, fixando, em qualquer dos casos, o prazo de gestão e os respectivos vencimentos. Até a realização da referida reunião do Conselho de Administração, o substituto provisório será escolhido pelo Diretor Presidente, dentre um dos Diretores, o qual acumulará mais de uma função.

Parágrafo 3º - Os Diretores, salvo caso de destituição, ou deliberação em contrário do Conselho de Administração, permanecerão em seu cargo até a nomeação dos substitutos.

Parágrafo 4º - Qualquer Diretor poderá ser destituído a qualquer tempo pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 5º - Um Diretor poderá acumular mais de uma função, desde que observado o número mínimo de diretores previsto na Lei de Sociedades por Ações.

Artigo 19 - Sujeita às deliberações aplicáveis do Conselho de Administração e da Assembleia Geral de acionistas, conforme contempladas neste Estatuto Social, além dos deveres e obrigações previstos na Lei das Sociedades por Ações, a Diretoria será responsável:

(i) pelo cumprimento, disseminação e fortalecimento das missões e ideais éticos da Companhia;

(ii) pelo gerenciamento, administração e supervisão diária dos negócios e assuntos da Companhia e de todas as decisões relacionadas às atividades diárias da Companhia;

(iii) pela preparação do plano de negócios e orçamento anual da Companhia e recomendação a Conselho de Administração;

(iv) pela implementação do plano de negócios e orçamento anual da Companhia;

(v) pela aprovação de todas as medidas necessárias e pela realização de atos comuns de natureza gerencial, de acordo com as deliberações aprovadas pelas Assembleias Gerais de acionistas e reuniões do Conselho de Administração; e

(vi) pela preparação das demonstrações financeiras da Companhia e pela escrituração dos livros e registros contábeis, tributários e societários da Companhia.

Parágrafo Único - Os Diretores não poderão praticar atos fora dos limites estabelecidos neste Estatuto Social e em lei. Os Diretores devem abster-se de tomar medidas que contrariem as deliberações, instruções e normas fixadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 20 - A Diretoria será responsável por realizar todos os atos necessários para administração e condução dos negócios da Companhia, exceto aqueles que em virtude da lei ou deste Estatuto Social forem de responsabilidade do Conselho de Administração e/ou da Assembleia Geral, e deverá representar a Companhia ativamente e passivamente, dentro e fora do tribunal.

Artigo 21 - A Companhia será representada, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros, (a) sempre por 2 (dois) Diretores, sendo o Diretor Presidente ou o Diretor Financeiro em conjunto com qualquer outro Diretor; ou (b) por 1 (um) procurador devidamente constituído e com poderes específicos, através de procuração assinada pelo Diretor Presidente em conjunto com o Diretor Presidente ou o Diretor Financeiro.

Artigo 22 - As procurações outorgadas pela Companhia deverão especificar os atos e operações que poderão ser praticados e deverão ser assinadas pelo Diretor Presidente em conjunto com mais 1 (um) Diretor. As procurações deverão ter prazo determinado, não excedente de 1 (um) ano, salvo aquelas que contemplarem os poderes da cláusula *ad judicia*.

Artigo 23 - Compete ao Diretor Presidente, além das demais atribuições previstas neste Estatuto Social:

(i) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia;
(ii) zelar pelo cumprimento, por todos os membros da Diretoria, das diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração;
(iii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
(iv) coordenar as atividades dos demais Diretores, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social; e
(v) definir a repartição das competências aos demais Diretores em relação às áreas não especificamente mencionadas neste Estatuto Social *ad referendum* do Conselho de Administração.

Artigo 24 - Compete ao Diretor Financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração:

(i) planejar, coordenar, organizar, dirigir e supervisionar as atividades relativas às áreas financeira, contábil, fiscal e de planejamento e controle da Companhia;
(ii) coordenar o controle e movimentação financeira da Companhia, zelando por sua saúde econômica e financeira; e
(iii) gerenciar o orçamento, controlar despesas, implantar controles e reportar o desempenho financeiro da Companhia.

Artigo 25 – Compete ao Diretor de Relações com Investidores:

(i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, a B3, o Banco Central do Brasil ("BACEN") e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionadas às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior;
(ii) prestar informações ao público investidor, à CVM, à B3, às demais bolsas de valores em que a Companhia venha a ter seus valores mobiliários negociados, a agências de *rating*, quando aplicável, e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e
(iii) manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM e a B3.

Artigo 26 – Compete aos Diretores sem Designação Específica desenvolver as atividades que lhes sejam designadas pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO V
CONSELHO FISCAL

Artigo 27 - O Conselho Fiscal da Companhia ("Conselho Fiscal"), quando instalado, será composto por 3 (três) membros e funcionará apenas mediante solicitação dos acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral que aprovar a instalação do órgão e seus mandatos terminarão sempre na Assembleia Geral Ordinária subsequente à sua eleição.

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho Fiscal também determinará sua remuneração.

Parágrafo 3º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo 4º - Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

CAPÍTULO VI
ALIENAÇÃO DE CONTROLE E SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 28 - A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente de controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar o tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

CAPÍTULO VII
EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO PATRIMONIAL E LUCROS

Artigo 29 - O exercício social da Companhia terá início no dia 1° de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 30 - As demonstrações financeiras da Companhia serão preparadas de acordo com os princípios contábeis de aceitação geral no Brasil e submetidas, no mínimo, uma vez por ano, ao auditor independente registrado na CVM, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

Artigo 31 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social.

Parágrafo 1º- O lucro líquido do exercício, apurado após as deduções mencionadas neste Artigo, terá a seguinte destinação:

(i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do Artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

(ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;

(iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, observado o disposto no parágrafo 3º deste artigo;

(iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do parágrafo 4º deste artigo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;

(v) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e

(vi) o saldo remanescente será distribuído na forma de dividendos, conforme previsão legal.

Parágrafo 2º- Sujeito às limitações previstas no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo remanescente do lucro líquido após as deduções legais aplicáveis poderá ser alocado à constituição de reserva estatutária com a finalidade de expansão das atividades da Companhia, se aprovado pela Assembleia Geral de acionistas.

Parágrafo 3º - Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores.

Parágrafo 4º- O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.

Parágrafo 5º - A Companhia deverá levantar balanços semestrais e/ou de periodicidade inferior, (i) devendo, com base nos balanços semestrais, declarar dividendos ou juros sobre o capital próprio, e (ii) podendo, com base no balanços de periodicidade menor, declarar dividendos em períodos inferiores, desde que, em qualquer caso, tais distribuições sejam atribuídas ao dividendo mínimo obrigatório.

Parágrafo 6º - A Companhia poderá creditar ou pagar juros sobre capital próprio e tais valores poderão ser imputados aos valores do dividendo obrigatório.

CAPÍTULO VIII
DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO

Artigo 32 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos por lei, competindo à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante, sendo certo que o Conselho Fiscal deverá estar em funcionamento durante o período de liquidação.

Artigo 33 - A Companhia será dissolvida mediante aprovação da Assembleia Geral. Neste caso, a Assembleia Geral em questão deverá definir as regras, objetivos e princípios que irão reger esse processo de dissolução.

CAPÍTULO IX
ARBITRAGEM E DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 34 - A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara

de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo BACEN e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Artigo 35 - É garantido a qualquer acionista o acesso a contratos firmados pela Companhia com partes a ela relacionadas, incluindo acionistas e administradores, bem como Acordos de Acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia.

Artigo 36 - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 37 - A Companhia deverá cumprir com todo e qualquer acordo de acionista devidamente arquivado na sede social da Companhia, de acordo com as disposições do Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ação ("Acordo de Acionistas"). Fica desde já proibido para qualquer acionista, conselheiro ou diretor da Companhia, praticar qualquer ato que não esteja estritamente de acordo com as regras e disposições de Acordo de Acionistas.

Artigo 38 - As disposições contidas no Parágrafo 1º do Artigo 1º, Parágrafo 6º do Artigo 9º, inciso XVI do Artigo 11, Parágrafo Único do Artigo 12, Parágrafos 1º e 2º do Artigo 14, inciso XXV do Artigo 17 e Artigos 28, 34 e 36 deste Estatuto Social somente terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3.

***

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, Realizada em 13 de Outubro de 2020, que Aprovou a Realização da Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A.

CNPJ/ME nº 04.972.092/0001-22
NIRE 35.300.509.668

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2020

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada aos 13 dias do mês de outubro de 2020, às 13:00 horas, no escritório do **GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A**., localizado na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Comendador Aladino Selmi, 2502, Galpão 5, Bairro Parque Cidade Campinas, CEP 13.069-036 ("Companhia").

2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 124, §4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), por estarem presentes à Assembleia acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia.

3. **MESA**: Presidida pelo Sr. Carlos Roberto Alves, e secretariada pelo Sr. Vinicius Cruz Paganelli Bacelar de Oliveira.

4. **ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre: **(i)** a submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"); **(ii)** a submissão do (a) pedido de adesão da Companhia ao segmento especial de governança corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") denominado Novo Mercado ("Novo Mercado"), e (b) pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3; **(iii)** a realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações" e "Oferta", respectivamente); **(iv)** autorização para que o Conselho de Administração da Companhia aprove todos os termos e condições da Oferta, incluindo, mas não se limitando, poderes para (a) deliberar sobre o aumento de capital social, dentro do capital autorizado, a ser realizado no contexto da Oferta; (b) fixar o preço de emissão das Ações; (c) aprovar o Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações da Companhia ("Prospecto") e o *Offering Memorandum* para os esforços de colocação no exterior; e (d) celebrar todos os contratos e atos relacionados à Oferta; e **(v)** a autorização para que o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme o caso, pratiquem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima.

5. **Deliberações**: Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, restaram aprovadas as seguintes matérias, de forma unânime e sem quaisquer ressalvas ou restrições:

(i) a submissão pela Companhia do pedido de registro de companhia aberta na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480.

(ii) a submissão à B3 **(a)** do pedido de adesão da Companhia ao Novo Mercado; e **(b)** do pedido de

admissão à negociação das ações da Companhia na B3, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado, ficando a Diretoria da Companhia autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado.

(iii) a aprovação da realização da Oferta, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A., do Banco Bradesco BBI S.A., do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. e do Banco BTG Pactual S.A. (em conjunto, os "Coordenadores da Oferta"), com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sendo observado o disposto na Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e as demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior, conforme definidos na Regra 144A, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América (SEC), em operações isentas de registro, previstas no U.S. *Securities Act* de 1933 e outros regulamentos aplicáveis, e nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis desse país (*non-US persons*), de acordo com o, Regulation S do Securities S Act de 1933, conforme alterada, dos Estados Unidos da América ("Regulamento S").

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do "Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia", a quantidade inicial de ações poderá, a critério dos Acionistas Vendedores e da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20%, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das ações originais.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade inicial de ações poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15%, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base ("Ações Suplementares"), conforme opção a ser outorgada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, as quais serão destinadas à estabilização de preço das Ações.

Com exceção das Ações Suplementares, as Ações serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta. Nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta.

Nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das S.A., não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta.

No âmbito da Oferta, nos termos dos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, não será admitida a distribuição parcial.

(iv) desde que observadas as diretrizes do item **(iii)** acima, a autorização para que o Conselho de Administração da Companhia aprove todos os termos e condições da Oferta, incluindo, sem limitação: **(a)** deliberar sobre o aumento de capital social, dentro do capital autorizado, a ser

realizado no contexto da Oferta; **(b)** fixar o preço de emissão das Ações; **(c)** aprovar o Prospecto e o *Offering Memorandum* para os esforços de colocação no exterior; e **(d)** celebrar todos os contratos e atos relacionados à Oferta.

(v) a autorização para que o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme o caso, pratiquem todos os atos necessários para a implementação e formalização das deliberações constantes desta ata.

Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata: Após tomadas e aprovadas as deliberações, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma sumária, nos termos do §1º do Artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Mesa**: Carlos Roberto Alves – Presidente; Vinicius Cruz Paganelli Bacelar de Oliveira – Secretário.

Acionistas Presentes: Crescera Oba Growth Co-Investment I - Fundo de Investimento em Participações, Carlos Roberto Alves, Raimundo Desidério Alves Caetano, Alex Alves dos Santos Brito e Luiz Las-Casas Alves.

São Paulo, 13 de outubro de 2020.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Mesa:

VINICIUS CRUZ PAGANELLI BACELAR DE OLIVEIRA

Secretário

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Minuta da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia que Aprovará o Preço por Ação da Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A.

CNPJ/ME nº 04.972.092/0001-22

NIRE 35300509668

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM [•] DE [•] DE 2020

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada aos [•] dias do mês de [•] de 2020, às [17]:00 horas, no escritório do **GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A**., localizado na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Comendador Aladino Selmi, 2502, Galpão 5, Bairro Parque Cidade Campinas, CEP 13.069-036 ("Companhia").

2. **PRESENÇA**: Presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, os Srs. Carlos Roberto Alves, Raimundo Desidério Alves Caetano, Paulo Fabrício Alves Brito, Luiz Las-Casas Alves, Harry Eduardo Klein, Jaime Cardoso Danvila e Priscila Pereira Rodrigues, restando dispensada a convocação.

3. **MESA**: Presidida pelo Sr. Carlos Roberto Alves, e secretariada pelo Sr. Jaime Cardoso Danvila.

4. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(i)** a fixação e justificativa do preço de emissão por unidade de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária de Ações de emissão da Companhia ("Oferta"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação de Ações no exterior; **(ii)** a aprovação do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, mediante a emissão de ações ordinárias a serem emitidas com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e no artigo 5, parágrafo 1º do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** a aprovação do prospecto definitivo e do *final offering memorandum* a serem utilizados na Oferta; **(iv)** a homologação do aumento de capital social da Companhia; **(v)** a aprovação, *ad referendum* da próxima Assembleia Geral da Companhia, da reforma do caput do artigo 5 do Estatuto Social da Companhia; (vi) a autorização para a Diretoria da Companhia celebrar todos os documentos relacionados à Oferta; e (vii) a autorização para a Diretoria da Companhia tomar as providências e praticar todos os atos necessários à realização da Oferta e implementação das deliberações aqui consubstanciadas.

5. **DELIBERAÇÕES:** Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, restaram aprovadas as seguintes matérias, de forma unânime e sem quaisquer ressalvas ou restrições:

(i) aprovar, no âmbito da Oferta, a fixação do preço de emissão de R$ [•] por Ação objeto da Oferta ("Preço por Ação"). O Preço por Ação foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding") conduzido por instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários junto a investidores institucionais, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, justificando-se a escolha do critério de determinação

do Preço por Ação, de acordo com o inciso III, §1º do artigo 170 da Lei da Sociedade por Ações, tendo em vista que tal preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e que o valor de mercado das Ações a serem subscritas e/ou adquiridas foi aferido com a realização do Procedimento de Bookbuilding, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentaram suas ordens de subscrição de ações no contexto da Oferta;

(ii) aprovar, em decorrência da deliberação tomada no item (i) acima, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R$[•], o qual passará de R$ [91.438.041,56], para [•] mediante a emissão de [•] novas ações ordinárias, cada uma no valor do Preço por Ação, que serão objeto da Oferta, passando o capital social da Companhia de 2.781.220 ações ordinárias para [•] ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações;

(iii) aprovar, ainda, que as novas ações emitidas, nos termos da deliberação tomada no item (ii) acima, terão os mesmos direitos conferidos às demais ações da Companhia, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável, fazendo jus ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do anúncio de início da Oferta;

(iv) aprovar o prospecto definitivo e o final *offering memorandum* a serem utilizados na Oferta;

(v) homologar, em razão da deliberação tomada no item (ii) acima, o aumento do capital da Companhia no montante de R$[•], mediante a emissão de [•] novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal; face à homologação do aumento de capital objeto da deliberação dos itens (ii) e (v) acima, aprovar, *ad referendum* da próxima Assembleia Geral da Companhia, a reforma do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento de capital social da Companhia que passará a vigorar com a seguinte redação:

> *"Art. 5. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$[•] ([•]), dividido por [•] ([•]) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal."*

(vi) autorizar a Diretoria da Companhia a celebrar todos os documentos relacionados à Oferta, incluindo, mas não se limitando a: (i) o ["Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Fartura de Hortifrut S.A."; (ii) o "Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Fartura de Hortifrut S.A."]; (iii) o *Placement Facilitation Agreement*; e (iv) o Contrato de Prestação de Serviços da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, que serão devidamente arquivados na sede social da Companhia, bem como a assumir todas as obrigações estabelecidas nos referidos documentos, ratificando todos os atos já praticados para a realização da Oferta; e

(vii) a autorização para que a Diretoria da Companhia tome todas as providências necessárias para a formalização das deliberações aprovadas acima, com a ratificação de todos os atos praticados até o momento.

6. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada.

7. **ASSINATURAS:** Mesa: Presidente – Sr. Carlos Roberto Alves; Secretário – Sr. Jaime Cardoso Danvila.

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

São Paulo, [•] de [•] de 2020

Mesa:

CARLOS ROBERTO ALVES	**JAIME CARDOSO DANVILA**
Presidente	Secretário

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Declaração da Companhia nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Comendador Aladino Selmi, nº 2502 - Galpão 5, CEP 13069-036, Chácara Campos dos Amarais, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 04.972.092/0001-22, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Companhia**"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de sua emissão ("**Ações**") e de titularidade dos acionistas vendedores mencionados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. ("**Acionistas Vendedores**" e "**Prospecto Preliminar**", respectivamente), a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não-organizado, e em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente vigente, bem com esforços de dispersão acionária nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"), coordenada pelo Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), pelo Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**"), pelo UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e pelo Banco BTG Pactual S.A. ("**BTG Pactual**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bradesco BBI e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**"), autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciadas junto à B3, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em setembro de 2020 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(C) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos que estes consideraram relevantes para a Oferta, inclusive para preparação do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo;

(D) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado sem qualquer omissão;

(E) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente ou por meio de seus respectivos consultores legais.

(G) por solicitação dos Coordenadores da Oferta, a Companhia contratou seus auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes S.S. e KPMG Auditores Independentes, para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao Prospecto Preliminar e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos.

A Companhia **DECLARA**, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações divulgadas publicamente ao mercado (através do, *inter alia*, Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo), são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) não há quaisquer outros fatos ou informações relevantes sobre sua situação financeira, reputação, resultados operacionais e/ou sobre suas atividades que não tenham sido informados aos Coordenadores da Oferta e que tornem quaisquer das declarações e/ou informações prestadas aos Coordenadores da Oferta, no âmbito da Oferta, falsas, incorretas, inconsistentes ou insuficientes;

(iv) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores por ocasião do registro da Oferta, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(v) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as leis e as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor; e

(vi) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações que possam razoavelmente relevantes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(vii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

Campinas-SP, [●] de [●] de 2020.

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A.

_____	_____
Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Declaração do Acionista Vendedor Crescera Oba Growth Co-Investment I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

CRESCERA OBA GROWTH CO-INVESTMENT I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, fundo de investimento em participações devidamente constituído e registrado na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), nos termos da Instrução da CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o nº 28.770.747/0001-48, representado na forma de seu regulamento por sua gestora **CRESCERA GROWTH CAPITAL LTDA.**, sociedade limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Aníbal de Mendonça, nº 27, 2º andar, Ipanema, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 09.400.968/0001-80, devidamente credenciada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, conforme o Ato Declaratório nº 9.799, de 10 de abril de 2008 ("**Ofertante**"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do **GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A.**, sociedade por ações, com sede na Avenida Comendador Aladino Selmi, nº 2502 - Galpão 5, CEP 13069-036, Chácara Campos dos Amarais, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 04.972.092/0001-22 ("**Companhia**"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), que compreende a distribuição pública primária e secundária de Ações de titularidade dos acionistas mencionados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. ("**Prospecto Preliminar**"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente vigente, bem como com esforços de dispersão acionária previsto nos termos do Regulamento do segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**" e "**Regulamento do Novo Mercado**"), coordenada pelo Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), pelo Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**"), pelo UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e pelo Banco BTG Pactual S.A. ("**BTG Pactual**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bradesco BBI e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**"), autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciadas junto à B3, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, o Ofertante, os demais acionistas vendedores (quando em conjunto com o Ofertante, "**Acionistas Vendedores**") e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em setembro de 2020 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(C) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos que estes consideraram relevantes para a Oferta, inclusive para preparação do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo;

(D) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado sem qualquer omissão;

(E) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente ou por meio de seus respectivos consultores legais;

O Ofertante **DECLARA**, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores por ocasião do registro da Oferta, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

Rio de Janeiro, [●] de [●] de 2020.

CRESCERA OBA GROWTH CO-INVESTMENT I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA

p. CRESCERA GROWTH CAPITAL LTDA.

_____	_____
Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

Declaração dos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

ALEX ALVES DOS SANTOS BRITO, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº MG-8.028.380-SSP/MG e inscrito no CPF/ME nº 036.727.056-08, residente e domiciliado na Rua das Murtas, nº 130, Alphaville Dom Pedro, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13097-179 ("**Ofertante**"), na qualidade de acionista vendedor no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do **GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A.**, sociedade por ações, com sede na Avenida Comendador Aladino Selmi, nº 2502 - Galpão 5, CEP 13069-036, Chácara Campos dos Amarais, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 04.972.092/0001-22 ("**Companhia**"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), que compreende a distribuição pública primária e secundária de Ações de titularidade dos acionistas mencionados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. ("**Prospecto Preliminar**"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente vigente, bem como com esforços de dispersão acionária previsto nos termos do Regulamento do segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**" e "**Regulamento do Novo Mercado**"), coordenada pelo Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), pelo Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**"), pelo UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e pelo Banco BTG Pactual S.A. ("**BTG Pactual**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bradesco BBI e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**"), autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciadas junto à B3, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, o Ofertante, os demais acionistas vendedores (quando em conjunto com o Ofertante, "**Acionistas Vendedores**") e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em setembro de 2020 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(C) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos que estes consideraram relevantes para a Oferta, inclusive para preparação do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo;

(D) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado sem qualquer omissão;

(E) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente ou por meio de seus respectivos consultores legais;

O Ofertante **DECLARA**, de forma individual e não solidária, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores por ocasião do registro da Oferta, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

[●], [●] de [●] de 2020.

_____

ALEX ALVES DOS SANTOS BRITO

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

CARLOS ROBERTO ALVES, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº MG-1.169.334 SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 280.144.806-00, residente e domiciliado na Rua Santos, nº 952, apto 301, Jardim América, CEP 30.421-386, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais ("**Ofertante**"), na qualidade de acionista vendedor no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do **GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A.**, sociedade por ações, com sede na Avenida Comendador Aladino Selmi, nº 2502 - Galpão 5, CEP 13069-036, Chácara Campos dos Amarais, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 04.972.092/0001-22 ("**Companhia**"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), que compreende a distribuição pública primária e secundária de Ações de titularidade dos acionistas mencionados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. ("**Prospecto Preliminar**"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente vigente, bem como com esforços de dispersão acionária previsto nos termos do Regulamento do segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**" e "**Regulamento do Novo Mercado**"), coordenada pelo Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), pelo Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**"), pelo UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e pelo Banco BTG Pactual S.A. ("**BTG Pactual**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bradesco BBI e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**"), autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciadas junto à B3, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, o Ofertante, os demais acionistas vendedores (quando em conjunto com o Ofertante, "**Acionistas Vendedores**") e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em setembro de 2020 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(C) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos que estes consideraram relevantes para a Oferta, inclusive para preparação do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo;

(D) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado sem qualquer omissão;

(E) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente ou por meio de seus respectivos consultores legais;

O Ofertante **DECLARA**, de forma individual e não solidária, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores por ocasião do registro da Oferta, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

[●], [●] de [●] de 2020.

_____

CARLOS ROBERTO ALVES

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

LUIZ LAS-CASAS ALVES, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº M-63.148 SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 118.460.706-00, residente e domiciliado na Rua Castelo de Lamego, nº 147, apt. 402, Bairro Castelo, CEP 31.330-130, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais ("**Ofertante**"), na qualidade de acionista vendedor no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do **GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A.**, sociedade por ações, com sede na Avenida Comendador Aladino Selmi, nº 2502 - Galpão 5, CEP 13069-036, Chácara Campos dos Amarais, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 04.972.092/0001-22 ("**Companhia**"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), que compreende a distribuição pública primária e secundária de Ações de titularidade dos acionistas mencionados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. ("**Prospecto Preliminar**"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente vigente, bem como com esforços de dispersão acionária previsto nos termos do Regulamento do segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**" e "**Regulamento do Novo Mercado**"), coordenada pelo Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), pelo Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**"), pelo UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e pelo Banco BTG Pactual S.A. ("**BTG Pactual**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bradesco BBI e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**"), autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciadas junto à B3, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, o Ofertante, os demais acionistas vendedores (quando em conjunto com o Ofertante, "**Acionistas Vendedores**") e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em setembro de 2020 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(C) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos que estes consideraram relevantes para a Oferta, inclusive para preparação do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo;

(D) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado sem qualquer omissão;

(E) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente ou por meio de seus respectivos consultores legais;

O Ofertante **DECLARA**, de forma individual e não solidária, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores por ocasião do registro da Oferta, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

[●], [●] de [●] de 2020.

_____

LUIZ LAS-CASAS ALVES

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

RAIMUNDO DESIDÉRIO ALVES CAETANO, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.874.864-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 420.664.416-00, residente e domiciliado na Rua Marechal Dutra, nº 144, Jardim Santa Genebra, CEP 13.080-200, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo ("**Ofertante**"), na qualidade de acionista vendedor no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do **GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A.**, sociedade por ações, com sede na Avenida Comendador Aladino Selmi, nº 2502 - Galpão 5, CEP 13069-036, Chácara Campos dos Amarais, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 04.972.092/0001-22 ("**Companhia**"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), que compreende a distribuição pública primária e secundária de Ações de titularidade dos acionistas mencionados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. ("**Prospecto Preliminar**"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente vigente, bem como com esforços de dispersão acionária previsto nos termos do Regulamento do segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**" e "**Regulamento do Novo Mercado**"), coordenada pelo Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), pelo Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**"), pelo UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**") e pelo Banco BTG Pactual S.A. ("**BTG Pactual**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bradesco BBI e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**"), autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciadas junto à B3, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, o Ofertante, os demais acionistas vendedores (quando em conjunto com o Ofertante, "**Acionistas Vendedores**") e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em setembro de 2020 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(C) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos que estes consideraram relevantes para a Oferta, inclusive para preparação do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo;

(D) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado sem qualquer omissão;

(E) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente ou por meio de seus respectivos consultores legais;

O Ofertante **DECLARA**, de forma individual e não solidária, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores por ocasião do registro da Oferta, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

[●], [●] de [●] de 2020.

_____

RAIMUNDO DESIDÉRIO ALVES CAETANO

Declaração do Coordenador Líder, nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO DA CVM Nº 400/03

O **BANCO ITAÚ BBA S.A.**, instituição financeira com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares, Itaim Bibi, CEP 04538-132, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Coordenador Líder**"), vem, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão do **GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A.** ("**Ações**" e "**Companhia**", respectivamente), identificados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. ("**Prospecto Preliminar**"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior, sob coordenação do Coordenador Líder, do **Banco Bradesco BBI S.A.** ("**Bradesco BBI**"), do **UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("**UBS BB**") e do **Banco BTG Pactual S.A.** ("**BTG Pactual**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bradesco BBI e o UBS BB, os "**Coordenadores da Oferta**") ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores (conforme indicado no Prospecto Preliminar) e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em setembro de 2020, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. ("**Prospecto Definitivo**" e, quando em conjunto com o Prospecto Preliminar, "**Prospectos**");

(C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes S.S. e KPMG Auditores Independentes, para aplicação de procedimentos previamente acordados, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade - CTA 23 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, dentre eles, a emissão de carta conforto para os Coordenadores da Oferta, de modo a verificar a consistência de determinadas informações contábeis e financeiras, incluídas ou incorporadas por referência aos Prospectos, (i) com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, e; (ii) com as informações financeiras intermediárias consolidas da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e de 2019;

(D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos referidos no item (D) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado sem qualquer omissão;

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais coordenadores e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder, dos demais coordenadores e de seus assessores legais, como o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta e os assessores legais, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficiente, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente vigente; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [●] de [●] de 2020.

BANCO ITAÚ BBA S.A.

_____	_____
Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Informações contábeis trimestrais individuais e consolidadas em 30 de setembro de 2020

KPDS 733601

Conteúdo

Relatório da Administração **3**

Relatório sobre as informações trimestrais - ITR **11**

Balanços patrimoniais **13**

Demonstrações do resultado **14**

Demonstrações do resultado abrangente **16**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **18**

Demonstrações dos fluxos de caixa **19**

Demonstrações do valor adicionado **20**

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas **21**

Relatório da Administração

Com mais de 40 anos de experiência no setor de alimentos frescos, o Oba Hortifruti é uma rede varejista especializada em produtos perecíveis (frutas, legumes, verduras, açougue, mercearia e frios) que representam, em média, 80% das vendas das nossas lojas. Oferecemos produtos alimentícios de alta qualidade, com ênfase em produtos perecíveis frescos, foco em saúde em bem-estar, e um comprometimento rigoroso com o atendimento ao cliente e qualidade do produto.

O Oba Hortifruti opera sob a razão social Grupo Fartura de Hortifrut S.A. ("Companhia"), e temos nossa sede na cidade de Campinas em São Paulo. Inicialmente uma empresa familiar, o Oba vem consistentemente se profissionalizando e implantando processos rígidos de controles e governança nos últimos anos. Em 2017, recebemos um aporte de capital da Crescera Capital, que nos proporcionou além do capital para um novo ciclo de crescimento, o aprimoramento da nossa estrutura de governança corporativa e a profissionalização de nossa gestão.

Nossa trajetória, em especial nos últimos anos, teve forte ritmo de crescimento de vendas. Nossa receita bruta cresceu a uma taxa composta anual média (CAGR) de 22,2% no período entre 2017 e 2019. Nos primeiros nove meses de 2020, a receita líquida e o EBITDA ajustado(3) da Companhia cresceram 31,4% e 46,2 %, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano passado.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, atingimos uma receita bruta consolidada de R$ 1.384,2 milhões. A receita líquida consolidada foi de R$ 1.273,4 milhões, 31,4% acima do mesmo período do ano anterior. O lucro bruto consolidado foi de R$ 517,2 milhões, 30,1% acima, enquanto a margem bruta foi de 40,6%. Nosso EBITDA(1) atingiu R$ 150,1 milhões, com margem EBITDA(2) de 11,8%, enquanto nosso EBITDA ajustado(3) atingiu R$ 166,6 milhões, com margem EBITDA ajustada(4) foi de 9,0%.

No acumulado do período, abrimos 7 novas lojas, com o processo estruturado de abertura de lojas, sempre com a estratégia de buscar o adensamento em regiões atuais e novas praças, com formatos certos para cada ponto comercial e com o time de expansão e processos bem estabelecidos.

Atualmente contamos com 2 centros de centro de distribuição com um total de, de 30 mil m², e além de abastecer as lojas ao redor, quando interligado entre si, os CDs funcionam como uma rede eficiente de *sourcing* local e se aproveitando da logística entre os CDs para criar uma logística reversa entre eles.

Em 30 de setembro de 2020, operávamos 56 lojas distribuídas em 14 cidades, 2 estados e no Distrito Federal, nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, além de mantermos 2 centros de distribuição e 1 frigorifico próprios.

Nossos *clusters* atingem regiões com alta densidade populacional, elevado poder aquisitivo per capita, crescimento econômico superior à média nacional e ambiente competitivo atrativo para exploração do nosso formato.

O ano de 2020 tem sido marcado pelos desdobramentos da pandemia causada pelo COVID-19. Desde então, a Administração avalia de forma constante os efeitos do surto sobre as operações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Desde a declaração da pandemia, a prioridade do Grupo foi de assegurar a saúde e segurança de seus funcionários e clientes, garantindo a normalidade do fornecimento de alimentos, e com medidas trabalhistas para preservação do emprego dos seus colaborares.

Por estar em um setor essencial do varejo de alimentos, a Administração se restringiu ao fechamento temporário de uma única loja de shopping por exigência do Estado que perdurou por um período de março a junho de 2020; o encerramento temporários das atividades dos restaurantes que atendem o público pelo

período de março a agosto de 2020; e atuou de forma rápida na adequação das medidas exigidas pelos órgãos de saúde públicas nas lojas e centro de distribuição.

Principais medidas tomadas pelo Grupo

A Administração vem tomando as medidas cabíveis para conter o surto, sendo que menciono as principais medidas implementadas:

a) Ampliação da disponibilidade de produtos para venda online e delivery;
b) Negociação com os atuais e novos fornecedores de mercadorias para reforçar o abastecimento das lojas durante o período surto;
c) Comunicação frequente e ativa com todos os colaboradores a fim de nós cuidados contra o vírus;
d) No início do surto, o Grupo aderiu ao afastamento remunerado dos funcionários do grupo do risco que se encontram afastados até os dias de hoje;
e) Intensificação no abastecimento de materiais de limpeza como álcool gel e instalação de equipamentos de proteção nos caixas das lojas;
f) Revisão do plano de investimentos para aumentar a liquidez durante o período do surto;
g) Adoção da prática de home office para colaboradores de áreas corporativas;
h) Aderiu a postergação dos pagamentos tributários (FGTS, INSS, PIS, COFINS, com suas devidas obrigações acessórias (Medida provisória 927 e nas portarias 139 e 254).

Principais Indicadores Financeiros e Operacionais

A tabela a seguir apresenta, para os períodos indicados, uma seleção de informações financeiras, derivadas das nossas demonstrações financeiras para os períodos indicados, e operacionais consolidadas, que confirmam a resiliência e capacidade de forte crescimento do Oba Hortifrúti:

	Período de nove meses encerrado em		
(em R$ milhares, exceto quando indicado)	**9M2020**	**9M2019**	**%**
Receita bruta	1.384,7	1.044,6	32,6%
Receita líquida	**1.273,7**	**969,1**	**31,4%**
Lucro bruto	517,2	397,6	30,1%
Margem bruta	40,6%	41,0%	-0,4pp
EBITDA (1)	**150,0**	**103,4**	**45,1%**
Margem EBITDA (2)	**11,8%**	**10,7%**	**1,1pp**
EBITDA ajustado (3)	**166,6**	**114,0**	**46,2%**
Margem EBITDA ajustado (4)	**13,1%**	**11,8%**	**1,3pp**
Lucro líquido	**43,2**	**25,9**	**66,8%**
Margem líquida	**3,4%**	**2,7%**	**0,7pp**
Dívida Líquida (5) (Período de doze meses findo em 30/09/2020)	135,8		
Dívida Líquida sobre EBITDA Ajustado LTM	0,7x		

(1) O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12.O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da Companhia em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, conciliada com nossas demonstrações financeiras. O EBITDA consiste no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização.
(2) A Margem EBITDA corresponde à divisão entre o EBITDA e a receita líquida.
(3) O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA de um período ou exercício ajustado para excluir ou adicionar efeitos do mesmo período ou exercício, conforme aplicável. O EBITDA Ajustado é calculado a partir do EBITDA adicionado a linha de Outras receitas (despesas) operacionais líquida. O EBITDA Ajustado e a margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pela IFRS, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser consideradas como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa operacional, assim como não devem ser consideradas como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia.). Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16 / CPC 06(R2)). Para a implementação de tal norma, a

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Companhia adotou a abordagem retrospectiva modificada simplificada. Consequentemente, as informações contábeis de 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16 / CPC 06(R2) e, por isso, não são comparáveis com as informações contábeis de 31 de dezembro de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma, com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso relativo ao arrendamento mercantil e juros pela atualização do passivo de arrendamento, bem como redução das despesas com aluguéis. O impacto dos pagamentos de arrendamentos no EBITDA Ajustado foi de R$40,7 milhões nos primeiros nove meses de 2019 e R$52,0 milhões nos primeiros nove meses de 2020. O EBITDA Ajustado excluindo o impacto da adoção do IFRS16 seria de R$73,3 nos primeiros nove meses de 2019 e R$114,6 nos primeiros nove meses de 2020, com Margem EBITDA Ajustada de 7,6% e 9,0%, respectivamente.
(4) A Margem EBITDA Ajustado corresponde à divisão entre o EBITDA Ajustado e a receita líquida
(5) A dívida líquida consiste no endividamento bancário bruto adicionado do Caixa e equivalentes de Caixa.

Indicadores Operacionais	9M2020	9M2019	%
Receita Bruta Total	1.384,7	1.044,6	32,6%
Receita Bruta Canal Físico (6)	1.303,2	1.040,0	25,3%
Receita Bruta Canais Digitais (7)	**81,5**	**4,6**	**1671,7%**
Share de venda Digital	**5,9%**	**0,4%**	**5,4pp**
Vendas mesmas lojas (Bruta)	**1.206,8**	**1.037,0**	**16,4%**
Vendas mesmas lojas (Líquida)	1.111,5	967,7	14,9%
Número de lojas	**56**	**46**	**21,7%**
São Paulo Capital	22	17	29,4%
São Paulo Interior	11	9	22,2%
Campinas	12	11	9,1%
Distrito Federal	9	7	28,6%
Goiânia	2	2	0,0%

(6) Venda originadas por clientes dentro das lojas físicas
(7) Vendas originadas por clientes por aplicativos e telefone. Inclui as modalidades de Delivery, onde o cliente recebe a mercadoria em casa, ou *'Click-and-Collect'*, onde o cliente origina a compra pelos canais digitais e retira a mercadoria na loja.

Evolução das vendas nos canais digitais	3T20	2T20	1T20	4T19
Receita Bruta Total	483,8	476,8	424,1	392,7
Receita Bruta Canal Físico (6)	452,2	435,8	415,2	389,0
Receita Bruta Canais Digitais (7)	**31,6**	**41,0**	**8,9**	**3,7**
Share de venda Digital	**6,5%**	**8,6%**	**2,1%**	**0,9%**

Formatos de Lojas

Oba Hortifruti

Nossas lojas Oba Hortifruti caracterizam-se por uma disposição otimizada, onde frutas, legumes e verduras ("FLV") são o centro das atenções, colocados em bancadas baixas no centro da loja, permitindo uma visão completa do ambiente. A disposição das lojas proporciona uma experiência única, oferecendo encantamento no serviço ao cliente. Nossos estabelecimentos possuem funcionários altamente treinados, que facilitam a venda assistida e proporcionam conveniência e comodidade aos nossos clientes. Sobretudo, as lojas Oba Hortifruti oferecem um sortimento de produtos diferenciado, seja pela qualidade e origem dos

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

alimentos frescos, seja pela exclusividade dos nossos produtos de adega e mercearia que, em sua maioria, são encontrados apenas na nossa rede.

Oba Farm

O Oba Farm mantém os mesmos princípios de qualidade e atendimento do Oba Hortifruti, porém em um modelo maior e mais temático, que remete a uma fazenda: o mobiliário é composto de madeira rústica, a decoração possui itens típicos de fazendas, com frutas "*animatronics*", e a arquitetura externa tem a forma de um celeiro. A disposição segue o mesmo *layout* do Oba Hortifruti, com bancadas de frutas centrais e visão completa e desobstruída da loja.

Digital

Em 2020, a Companhia acelerou suas iniciativas Digitais, com ênfase nas plataformas proprietária de *e-commerce*, que junto com outros canais de '*delivery*' e '*click and collect'* e aplicativos agregadores de terceiros, compões o ambiente omnicanal da empresa. Nossa estratégia digital se baseia na omnicanalidade, onde nossas lojas funcionam como mini CDs servindo a região ao redor. Nossa plataforma digital se utiliza da nossa infraestrutura e expertise já embarcada nas lojas, servindo como um forte alavancando de vendas por metro quadrado, e nossos funcionários altamente treinados em FLV atuam na seleção e embalagem dos produtos, garantindo que o cliente digital tenha a mesma experiência e qualidade que ele encontra na loja.

Nossos pontos fortes competitivos

Atribuímos nosso sucesso em grande parte aos seguintes pontos fortes competitivos:

Frescor e Garantia de Qualidade de Nossos Produtos

Nosso sistema de *sourcing* de produtos frescos, locais quando disponíveis e internacionais quando necessários, com um sistema centralizado de recebimento e monitoramento desses produtos, nos permite oferecer a nossos clientes a garantia de encontrarem em qualquer época do ano um produto com o mesmo padrão de qualidade.

Essa qualidade atribuída ao Oba em FLV e produtos frescos em geral nos permite alavancar nossa marca própria para categorias ligadas a frescor, saúde e bem-estar, como: sucos, mel, vitaminas, proteínas (carnes, peixe, frangos), entre outros. Diferentemente de varejistas tradicionais de alimentos, nossa marca própria não age como um produto de ataque, brigando por preço. Nossa marca é percebida como uma marca premium e, por isso, carrega um preço condizente. Hoje nossas marcas próprias ou exclusivas representam cerca de 20% de nossas vendas.

Experiência de Venda Diferenciada aos Nossos Clientes

Nossa qualidade, aliada um ambiente claro, limpo e agradável, oferece aos nossos clientes uma experiência de compra superior. Nossas lojas contam ainda com funcionários especializados, que foram altamente treinados em aspectos específicos de cada produto oferecendo uma venda assistida e especializada.

Nossas lojas também oferecem um ambiente interativo com degustações diversas e frequentes de vários produtos, frescos e de mercearia. Diferentemente de varejistas tradicionais onde degustações são feitas por funcionários terceirizados por fornecedores, nossas degustações são feitas por nossos funcionários especializados.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Logística Especializada para FLV

Temos um sistema de logística proprietária que é parte central da nossa estratégia para entregar os melhores produtos aos nossos clientes. Com conhecimento especializado sobre nossos produtos, garantimos a otimização de transporte para manter qualidade e *shelf-life* prolongado. Nossa logística abastece as lojas diariamente, às vezes mais de 1 vez ao dia, o que garante o maior frescor de produtos e a manutenção da qualidade todos os dias e horários do dia, um diferencial quando comparado a varejistas tradicionais de alimentos.

Negócios bem posicionados para mudanças nas tendências de consumo.

Acreditamos que nossa empresa está bem posicionada para capitalizar a evolução das preferências dos consumidores e outras tendências que estão moldando a indústria de varejo de alimentos, que incluem:

Estratégia de Omnicanalidade

A Companhia iniciou a implementação de estratégias multicanal em 2019, como forma de alavancar a nossa rede de lojas físicas e proporcionar mais conveniência para nossos clientes. Essas iniciativas incluem a integração entre os canais online e offline, através do nosso e-commerce, aplicativos móveis, mídias sociais e telemarketing. A Companhia está focada em oferecer aos seus clientes uma experiência de compra simples, rápida, e agradável, mantendo os níveis de satisfação e recorrência elevados. No período dos nove primeiros meses de 2020, atingimos venda digitais de R$ 81,5 milhões, o que correspondeu a 5,9% da nossa receita bruta.

Alta Capacidade de Alavancagem Operacional

Com uma infraestrutura preparada para um crescimento acelerado, acreditamos que a diluição de custos fixos e a otimização dos sistemas de gestão e rede de distribuição nos permitirão replicar nosso formato de loja lucrativo. Ainda, a contínua abertura de novas lojas deve oferecer uma forte oportunidade de melhora de margens, uma vez que a margem de contribuição de EBITDA isolada de cada loja é significativamente maior que a margem EBITDA atual da Companhia consolidada, a qual carrega os custos da administração central.

Time e Cultura

Contamos com uma equipe de gestão altamente qualificada, composta por profissionais experientes nos setores de Varejo e de Alimentos, além de possuírem um histórico comprovado de excelentes resultados em crescimento e eficiência operacional. Nossa administração construiu uma cultura de proporcionar excelência operacional e de fornecer a melhor experiência ao consumidor.

Adicionalmente, desde o seu investimento minoritário no Oba Hortifrúti em 2017, a Crescera Capital, um fundo de investimentos brasileiro com forte experiência na gestão de empresas de alto crescimento, tem desempenhado um papel fundamental ao nos proporcionar know-how dos mais altos padrões de governança corporativa e ao nos ajudar nas discussões de temas estratégicos relacionados ao crescimento e à rentabilidade dos negócios.

Além do nosso time, a cultura desenvolvida ao longo dos nossos mais de 40 anos de existência é um aspecto fundamental do nosso sucesso. Nossos colaboradores são constantemente treinados nos mais diversos aspectos dos produtos ofertados, e antes de iniciarem nas lojas, passam por um importante treinamento. Ainda, contamos com um forte alinhamento de metas de nossos colaboradores. Cada loja tem metas consolidadas e de produtos e/ou ações especificas que impactam diretamente a remuneração e incentivos de cada colaborador.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Informações Financeiras Relevantes

Receita de vendas

Receita liquidas de vendas no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 foi de R$ 1.273,7 milhões comparativamente a R$ 969,1 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$ 304,6 milhões ou 31,4%. Este aumento é atribuído substancialmente a (i) receitas de 10 novas lojas abertas no período de 12 meses findo em 30 de setembro de 2020, (ii) crescimento de vendas mesmas lojas que correspondem às operações com mais de 12 meses de funcionamento, tiveram crescimento de 14,9% de receita liquida entre o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e o mesmo período findo em 2019, devido principalmente ao aumento do número de itens por cesta de compra e como consequência do ticket médio das compras e (iii) crescimento das vendas nos canais digitais e delivery, que cresceram 1.672% entre os períodos mencionados acima, passando de uma representatividade de 0,5% da receita total do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para 5,9% no mesmo período de 2020, devido ao lançamento em Dezembro de 2019 do aplicativo OBA, das campanhas para compras nos canais digitais e novas parcerias com aplicativos de empresas de *marketplace*.

Lucro bruto

Lucro bruto no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 foi de R$ 517,2 milhões comparativamente a R$ 397,6 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$ 119,6 milhões ou 30,1%. Este aumento nominal é atribuído substancialmente ao aumento de receita, conforme explicação acima, com margem bruta relativamente estável no período, tendo sofrido uma diluição de 0,4 ponto percentual devido às inaugurações de lojas do período não estarem maduras. Lucro bruto representou 40,6% e 41,0% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Despesas com vendas e distribuição

Despesas com vendas e distribuição no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 foi de R$ 355,6 milhões comparativamente a R$ 284,1 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$ 71,5 milhões ou 25,2%. O aumento nominal de R$ 71,5 milhões foi provocado substancialmente (i) pela abertura de 10 novas lojas no período de 12 meses findo em 30 de setembro de 2020, principalmente com contratação de pessoal (ii) pelo aumento de despesas variáveis com a receita, como despesas com abastecimento de lojas e taxas de cartões. Já a redução de 1,4 ponto percentual nas despesas com vendas e distribuição em comparação a receita líquida é atribuída substancialmente à diluição de parcelas de despesas fixas, especialmente nas despesas com pessoal e custo de ocupação das lojas existentes. Despesas com vendas e distribuição representou 27,9% e 29,3% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 foi de R$ 52,3 milhões comparativamente a R$ 43,2 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$ 9,1 milhões ou 21,0%. Este aumento é atribuído substancialmente ao incremento de despesas com pessoal, em razão de contratações para sustentação do crescimento da Companhia e desenvolvimento da estratégia do negócio. Em relação à receita líquida, houve uma diluição de 0,4 ponto percentual devido ao crescimento da receita superior ao incremento de estruturas administrativas. Despesas gerais e administrativas representou 4,1% e 4,5% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Outras receitas (despesas) líquidas

As Outras receitas (despesas) líquidas são compostas de (i) despesas com abertura de lojas que ocorrem antes da inauguração de cada unidade ("Despesas Pré-operacionais"), (ii) despesas com reestruturação, tais como consultorias societária e organizacional, (iii) receitas na alienação de ativos imobilizados, (iv) Outras Receitas/Despesas.

Outras despesas operacionais líquidas no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 foi de R$ 16,6 milhões comparativamente a R$ 10,6 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ 6,0 milhões ou 57,3%. Este aumento se deu principalmente pela receita de R$5,59 milhões da alienação de bens permanentes em 2019. No período houve um aumento das "Despesas Pré-operacionais" de R$ 4,6 milhões, devido ao maior número de abertura de lojas, e uma redução de R$ 4,8 milhões em despesas de reestruturação. Outras despesas operacionais representou 1,3% e 1,1% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente.

EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA por sua vez foi de R$ 150,1 milhões comparativamente a R$ 103,4 milhões nos primeiros nove meses de 2019, o que representou uma variação de 45,2%. A margem EBITDA foi de 11,8% e 10,7% respectivamente. No entanto, parte do crescimento assinalado se deve à adoção da norma contábil CPC 06(R2)/IFRS 16. Excluindo efeitos não recorrentes do resultado, aqueles incluídos na linha de Outras receitas (Despesas) líquida, o EBITDA Ajustado foi de R$ 166,6 milhões comparativamente a R$ 114,0 milhões em 9M2019, o que representou uma variação de 46,2%. A margem EBITDA Ajustada foi de 13,1% e 11,8% respectivamente.

	Período de nove meses findo em	
(Em milhões de reais)	**30/09/2020**	**30/09/2019**
Resultado líquido do período/exercício	43,3	25,9
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	22,3	11,1
(+) Resultado financeiro, líquido	27,1	22,5
(+) Depreciação e amortização	13,4	8,6
(+) Depreciação do ativo de direito de uso	44	35,3
EBITDA	**150,1**	**103,4**
Margem EBITDA	**11,8%**	**10,7%**
(+) Despesa pré operacional [1]	14,5	9,9
(+) Multa tributária	-	-
(+) Despesas de reestruturação [2]	1,2	6
(-) Outras (receitas) despesas	0,9	-0,8
(-) (Receita) despesa na alienação de bens permanentes	-	(4,5)
EBITDA Ajustado	**166,6**	**114,0**
Receita líquida	1.273,7	969,1
Margem EBITDA Ajustado	**13,1%**	**11,8%**

(1) Refere-se a despesas que ocorrem antes da abertura das novas lojas (pré-operação), tais como as taxas de abertura, contratação de pessoal e comunicação visual das lojas entre outras.
(2) Refere-se a gastos com reestruturação organizacional do Grupo, como consultorias, readequações logísticas, rescisão de pessoal que abrange todas as áreas operacionais e administrativas.
(3) Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16 / CPC 06(R2)). Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou a abordagem retrospectiva modificada simplificada. Consequentemente, as informações contábeis de

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16 / CPC 06(R2) e, por isso, não são comparáveis com as informações contábeis de 31 de dezembro de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma, com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso relativo ao arrendamento mercantil e juros pela atualização do passivo de arrendamento, bem como redução das despesas com aluguéis. O impacto dos pagamentos de arrendamentos no EBITDA Ajustado foi de R$40,7 milhões nos primeiros nove meses de 2019 e R$52,0 milhões nos primeiros nove meses de 2020. O EBITDA Ajustado excluindo o impacto da adoção do IFRS16 seria de R$73,3 nos primeiros nove meses de 2019 e R$114,6 nos primeiros nove meses de 2020, com Margem EBITDA Ajustada de 7,6% e 9,0%, respectivamente.

Auditores independentes

As informações contábeis intermediárias do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. ("Companhia"), individuais e consolidadas, foram revisadas pela KPMG Auditores Independentes ("KPMG"). A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor que consistem em: a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, b) não exercer funções gerenciais; e c) não advogar pela companhia ou prestar qualquer serviço que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

A Administração

KPMG Auditores Independentes
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí
Edifício Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
kpmg.com.br

Relatório sobre as informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas e Administradores do
Grupo Fartura de Hortifrut S.A.
Campinas – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e nove meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Campinas, 20 de outubro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027612/F

Juliana de Lira Bilachi
Contadora CRC 1SP254945/O-7

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**30/09/2020**	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Caixa e equivalentes de caixa	5	60.780	64.040	60.816	64.187
Aplicações financeiras	6	2.000	2.000	2.000	2.000
Instrumentos financeiros derivativos	25.c	-	21	-	21
Contas a receber de clientes	7	97.475	85.499	97.005	85.073
Estoques	8	111.599	106.067	111.305	106.193
Tributos a recuperar	9	19.698	22.364	19.719	22.367
Imposto de renda e contribuição social		-	-	23	23
Outros créditos		5.123	1.532	5.127	1.533
Circulante		**296.675**	**281.523**	**295.995**	**281.397**
Outros créditos		4.170	4.890	4.170	4.890
Depósitos judiciais	18.c	4.219	2.354	4.219	2.354
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	49.089	2.458	49.185	2.554
Tributos a recuperar	9	8.808	5.705	8.808	5.705
Empréstimos a receber de partes relacionadas	10	-	1.534	-	1.534
Realizável a longo prazo		**66.286**	**16.941**	**66.382**	**17.037**
Ativo de direito de uso	13.a	252.894	222.617	252.894	222.617
Imobilizado	12	279.376	200.997	279.415	201.036
Intangível		11.408	9.494	11.408	9.494
Não circulante		**609.964**	**450.049**	**610.099**	**450.184**
Total do ativo		**906.639**	**731.572**	**906.094**	**731.581**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**30/09/2020**	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Fornecedores	14	91.236	97.575	91.306	97.589
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	38.372	66.415	38.372	66.415
Passivo de arrendamento	13.b	66.534	56.712	66.534	56.712
Instrumentos financeiros derivativos	25.c	-	19	-	19
Obrigações sociais e trabalhistas	16	64.881	34.822	65.071	34.947
Obrigações tributárias	17	9.873	7.646	9.896	7.676
Imposto de renda e contribuição social		10.032	2.671	10.032	2.671
Parcelamentos tributários		5.835	3.740	5.835	3.740
Contas a pagar		12.787	12.219	12.794	12.236
Provisão para processos judiciais	19.e	-	1.896	-	1.896
Outros passivos		640	698	641	698
Circulante		**300.190**	**284.413**	**300.481**	**284.599**
Provisão para passivo a descoberto em controlada	11.a	836	177	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	160.238	108.498	160.238	108.498
Passivo de arrendamento	13.b	206.384	177.764	206.384	177.764
Parcelamentos tributários		8.140	2.573	8.140	2.573
Provisão para processos judiciais	18	1.771	9.551	1.771	9.551
Imposto de renda e contribuição social	23	145	-	145	-
Não circulante		**377.514**	**298.563**	**376.678**	**298.386**
Total do passivo		**677.704**	**582.976**	**677.159**	**582.985**
Capital social	19.a	91.438	91.438	91.438	91.438
Reservas de capital	19.b	20.000	20.000	20.000	20.000
Reserva de benefício fiscal	19.d	49.089	-	49.089	-
Reservas de lucros	19.c	25.158	37.158	25.158	37.158
Lucros acumulados		43.250	-	43.250	-
Patrimônio líquido		**228.935**	**148.596**	**228.935**	**148.596**
Total do passivo e patrimônio líquido		**906.639**	**731.572**	**906.094**	**731.581**

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Demonstrações do resultado
Para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		Controladora			
		Trimestre findo		Período findo	
	Nota	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019
Receitas de vendas	20	444.484	271.562	1.273.370	802.136
Custos das vendas	21	(264.258)	(164.347)	(756.386)	(483.235)
Lucro bruto		**180.226**	**107.215**	**516.984**	**318.901**
Despesas com vendas e distribuição	21	(120.532)	(71.642)	(354.759)	(221.877)
Despesas gerais e administrativas	21	(20.293)	(13.961)	(52.302)	(34.776)
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	21	214	(62)	(68)	(181)
Outras receitas (despesas), líquidas	21	(7.327)	(4.922)	(16.589)	(11.002)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		**32.288**	**16.628**	**93.266**	**51.065**
Receitas financeiras	22	564	1.327	9.083	3.397
Despesas financeiras	22	(8.695)	(8.572)	(36.145)	(23.493)
Resultado financeiro, líquido		**(8.131)**	**(7.245)**	**(27.062)**	**(20.096)**
Equivalência patrimonial	11.b	(206)	2.064	(659)	3.286
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**23.951**	**11.447**	**65.545**	**34.255**
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	(8.206)	(2.890)	(19.692)	(7.608)
Imposto de renda e contribuição social diferido	23	137	233	(2.603)	(728)
Lucro líquido do período		**15.882**	**8.790**	**43.250**	**25.919**
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações no fim do período - R	24			1.555,20	818,67

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Demonstrações do resultado
Para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		Consolidado			
		Trimestre findo		Período findo	
	Nota	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019
Receitas de vendas	20	444.487	327.212	1.273.716	969.115
Custos das vendas	21	(264.237)	(193.257)	(756.544)	(571.530)
Lucro bruto		**180.250**	**133.955**	**517.172**	**397.585**
Despesas com vendas e distribuição	21	(120.764)	(92.498)	(355.604)	(284.097)
Despesas gerais e administrativas	21	(20.293)	(15.915)	(52.301)	(43.212)
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	21	214	(65)	(68)	(188)
Outras receitas (despesas), líquidas	21	(7.324)	(4.617)	(16.587)	(10.548)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		**32.083**	**20.860**	**92.612**	**59.540**
Receitas financeiras	22	564	1.581	9.083	5.066
Despesas financeiras	22	(8.696)	(9.789)	(36.150)	(27.538)
Resultado financeiro, líquido		**(8.132)**	**(8.208)**	**(27.067)**	**(22.472)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**23.951**	**12.652**	**65.545**	**37.068**
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	(8.206)	(4.137)	(19.692)	(10.884)
Imposto de renda e contribuição social diferido	23	137	277	(2.603)	(248)
Lucro líquido do período		**15.882**	**8.792**	**43.250**	**25.936**
Lucro atribuível à acionistas controladores		15.882	8.790	43.250	25.919
Lucro atribuível à acionistas não controladores		-	2	-	17
Lucro líquido do período		**15.882**	**8.792**	**43.250**	**25.936**
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações no fim do período - R	24			1.555,20	818,67

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora			
	Trimestre findo		Período findo	
	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019
Lucro do período	15.882	8.790	43.250	25.919
Resultado abrangente do período	**15.882**	**8.790**	**43.250**	**25.919**

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Consolidado			
	Trimestre findo		Período findo	
	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019
Lucro do período	15.882	8.792	43.250	25.936
Resultado abrangente do período	**15.882**	**8.792**	**43.250**	**25.936**

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		Capital social				Reserva de lucros					
	Nota	**Capital social**	**Capital social a integralizar**	**Reserva de capital**	**Reserva de benefício fiscal**	**Reserva legal**	**Reserva de retenção de lucros**	**Lucros acumulados**	**Patrimônio líquido dos controladores**	**Patrimônio líquido dos não controladores**	**Patrimônio líquido total**
Saldos em 1º de janeiro de 2019		**127.364**	**(37.500)**	**79.092**	**-**	**1.806**	**22.003**	**-**	**192.765**	**1.680**	**194.445**
Lucro do período		-	-	-	-	-	-	25.919	**25.919**	17	**25.936**
Integralização de capital e aporte de reserva de capital em 31/05/2019	19.a	-	17.500	17.500	-	-	-	-	**35.000**	-	**35.000**
Juros sobre capital próprio	19.e	-	-	-	-	-	(6.337)	-	**(6.337)**	-	**(6.337)**
Capital subscrito domiciliados no país com reservas	24.a	97.968	-	(96.592)	-	(1.376)	-	-	**-**	-	**-**
Redução do capital social decorrente de cisão	2.a e 24.a	(133.894)	-	-	-	-	-	-	**(133.894)**	-	**(133.894)**
Redução da participação dos não controladores decorrente da cisão	2.a	-	-	-	-	-	-	-	**-**	(1.697)	**(1.697)**
Saldos em 30 de setembro de 2019		**91.438**	**(20.000)**	**-**	**-**	**430**	**15.666**	**25.919**	**113.453**	**-**	**113.453**
Saldos em 1º de janeiro de 2020		**91.438**	**-**	**20.000**	**-**	**1.514**	**35.644**	**-**	**148.596**	**-**	**148.596**
Lucro do período		-	-	-	-	-	-	43.250	**43.250**	-	**43.250**
Distribuição de dividendos	19.e	-	-	-	-	-	(12.000)		**(12.000)**	-	**(12.000)**
Reserva de benefício fiscal	19.d	-	-	-	49.089	-	-	-	**49.089**	-	**49.089**
Saldos em 30 de setembro de 2020		**91.438**	**-**	**20.000**	**49.089**	**1.514**	**23.644**	**43.250**	**228.935**	**-**	**228.935**

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)		Controladora		Consolidado	
	Notas	**30/09/2020**	**30/09/2019**	**30/09/2020**	**30/09/2019**
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**65.545**	**34.255**	**65.545**	**37.068**
Ajustes					
Depreciação e amortização	21	13.402	6.736	13.402	8.613
Depreciação do arrendamento mercantil	21	44.040	27.575	44.040	35.293
Juros apropriados do passivo de arrendamento	22	16.152	11.306	16.152	14.273
Resultado de equivalência patrimonial	11	659	(3.286)	-	-
Baixa de ativo imobilizado	12	3.818	-	3.818	183
Provisão para processos judiciais	18	567	993	567	1.180
Provisão para perdas de estoque	8	923	(54)	923	(54)
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	7	68	181	188	188
Juros provisionados, variação cambial e amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos	15	5.774	6.854	5.774	8.512
Instrumentos financeiros de derivativos		2	(1.641)	2	(1.876)
IOF sobre mútuo	10	(22)	-	(22)	(78)
Juros sobre mútuo	10	-	292	-	292
Provisão para bônus	16	14.663	7.086	14.666	8.812
		165.591	**90.297**	**165.055**	**112.406**
Variações dos ativos e passivos					
Contas a receber		(12.044)	708	(12.120)	(6.949)
Estoques		(6.455)	(2.492)	(6.035)	(1.136)
Tributos a recuperar		(437)	(6.973)	(455)	(8.655)
Depósitos judiciais		(1.865)	(778)	(1.865)	(936)
Outros créditos		(2.871)	(5.270)	(2.874)	(5.846)
Fornecedores		(12.541)	(16.943)	(12.485)	(25.864)
Contas a pagar		568	1.414	558	43
Obrigações sociais e trabalhistas		15.396	2.840	15.458	2.621
Obrigações tributárias		448	969	441	172
Provisão para processos judiciais	18	(762)	(420)	(762)	(434)
Outros passivos		(58)	602	(57)	1.920
Caixa gerado nas operações		**144.970**	**63.954**	**144.859**	**67.342**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(12.331)	(9.352)	(12.331)	(12.654)
Juros pagos no financiamento e passivo de arrendamento	15	(22.201)	(16.731)	(22.201)	(20.096)
Caixa líquido gerado (aplicado) das atividades operacionais		**110.438**	**37.871**	**110.327**	**34.592**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(91.311)	(44.637)	(91.311)	(52.527)
Aumento de capital em controlada	11	-	(18.908)	-	-
Concessão de empréstimos a partes relacionadas	10	(1.984)	-	(1.984)	(3.123)
Recebimento de mútuo	10	1.969	4.052	1.969	4.052
Caixa líquido proveniente nas atividades de investimento		**(91.326)**	**(59.493)**	**(91.326)**	**(51.598)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aporte de capital	19.a	-	35.000	-	35.000
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos no período	19.d	(10.469)	(9.337)	(10.469)	(9.337)
Pagamento de mútuos com partes relacionadas	10	-	(6)	-	(2.006)
Pagamento de arrendamento mercantil	13	(35.875)	(20.982)	(35.875)	(26.456)
Pagamento do principal de empréstimos e financiamentos	15	(60.953)	(58.008)	(60.953)	(71.471)
Captação de empréstimos	15	85.000	40.000	85.000	40.000
Custos de transação de empréstimos	15	(75)	-	(75)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(22.372)**	**(13.333)**	**(22.372)**	**(34.270)**
Redução de caixa decorrente da cisão	2.b	-	-	-	(27.173)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**(3.260)**	**(34.955)**	**(3.371)**	**(78.449)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		64.040	49.869	64.187	93.716
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		60.780	14.914	60.816	15.267
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**(3.260)**	**(34.955)**	**(3.371)**	**(78.449)**

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**30/09/2019**	**30/09/2020**	**30/09/2019**
Receitas				
Receita de serviços	228	554	228	554
Receitas de vendas	1.310.890	825.076	1.311.298	996.606
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	(68)	(181)	(68)	(188)
	1.311.050	**825.449**	**1.311.458**	**996.972**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(709.326)	(455.524)	(709.485)	(542.618)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	(159.057)	(104.381)	(159.195)	(134.734)
Perda e recuperação de valores ativos	(46)	3.129	(48)	4.466
Valor adicionado bruto	**442.621**	**268.673**	**442.730**	**324.086**
Depreciação e amortização	(57.442)	(34.310)	(57.442)	(43.905)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**385.179**	**234.363**	**385.288**	**280.181**
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	5.115	3.583	5.116	5.538
Resultado de equivalência patrimonial	(659)	3.286	-	-
Outros	748	807	751	1.702
Valor adicionado total a distribuir	**390.383**	**242.039**	**391.155**	**287.421**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	**196.455**	**125.906**	**196.940**	**154.798**
Remuneração direta	173.312	112.786	173.729	136.891
Benefícios	11.039	5.269	11.073	8.313
FGTS	12.104	7.851	12.138	9.594
Impostos, taxas e contribuições	**106.006**	**58.427**	**106.158**	**69.872**
Federais	85.736	46.809	85.888	57.106
Estaduais	13.959	7.156	13.959	7.910
Municipais	6.311	4.462	6.311	4.856
Remuneração de capitais de terceiros	**44.672**	**31.787**	**44.807**	**36.815**
Juros	35.724	23.257	35.729	27.289
Aluguéis	6.335	5.865	6.456	6.658
Outras	2.613	2.665	2.622	2.868
Remuneração de capitais próprios	**43.250**	**25.919**	**43.250**	**25.919**
Lucro do período	43.250	25.919	43.250	25.919
Participação de não controladores	-	-	-	17
Valor adicionado distribuído	**390.383**	**242.039**	**391.155**	**287.421**

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

1. Contexto operacional

O Grupo Fartura de Hortifrut S.A. ("Companhia" e/ou "Controladora") é uma sociedade por ações, constituída e com início de suas atividades operacionais no ano de 2002, com sede na Avenida Comendador Aladino Selmi, 2502 – Galpão 5, Parque Cidade Campinas, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e sua subsidiária (conjuntamente referidas como "Grupo").

O Grupo tem como atividade principal o comércio varejista de produtos alimentícios e opera através de unidades comerciais localizadas nos estados de São Paulo, Goiás e no Distrito Federal.

Em 30 de setembro de 2020, o Grupo apresentava capital circulante líquido negativo de R$ 3.515 e R$ 4.486 (R$ 2.890 e R$ 3.202 em Dezembro de 2019), controladora e consolidado, respectivamente. O Grupo apresenta um lucro líquido no exercício de R$ 43.250 (R$ 25.919 em 30 de setembro de 2019) e um fluxo de caixa operacional positivo. Esse fato ocorre devido a captação de empréstimos de giro em abril de 2020. A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional e a capital circulante líquido será endereçado conforme liquidações dos passivos de arrendamento e empréstimos e financiamentos e debêntures.

Evento significativo: COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou o coronavírus (COVID-19) como uma emergência de saúde global e em 11 de março de 2020, o surto foi declarado pela OMS como pandemia uma vez que o vírus se disseminou em todos os continentes.

No primeiro semestre de 2020, o cenário global foi marcado pelos desdobramentos iniciais da pandemia causada pelo COVID-19, desde então, a Administração avalia de forma constante os efeitos do surto sobre as operações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principais impactos do COVID-19

Desde a declaração da pandemia, a prioridade do Grupo foi de assegurar a saúde e segurança de seus funcionários e clientes, garantindo a normalidade do fornecimento de alimentos, e com medidas trabalhistas para preservação do emprego dos seus colaborares.

Por estar em um setor essencial do varejo de alimentos, a Administração se restringiu ao fechamento temporário de uma única loja de shopping por exigência do Estado que perdurou por um período de Março a Junho de 2020; o encerramento temporários das atividades dos restaurantes que atendem o público pelo período de Março a Agosto de 2020; e atuou de forma rápida na adequação das medidas exigidas pelos órgãos de saúde públicas nas lojas e centro de distribuição.

Principais medidas tomadas pelo Grupo

A Administração vem tomando as medidas cabíveis para conter o surto, sendo que menciono as principais medidas implementadas:

i) Ampliação da disponibilidade de produtos para venda online e delivery;
j) Negociação com os atuais e novos fornecedores de mercadorias para reforçar o abastecimento das lojas durante o período surto;
k) Comunicação frequente e ativa com todos os colaboradores para cuidados contra o vírus;
l) No início do surto, o Grupo aderiu ao afastamento remunerado dos funcionários do grupo do risco que se encontram afastados até os dias de hoje;
m) Intensificação no abastecimento de materiais de limpeza como álcool gel e instalação de equipamentos de proteção nos caixas das lojas;
n) Revisão do plano de investimentos para aumentar a liquidez durante o período do surto;
o) Adoção da prática de home office para colaboradores de áreas corporativas;
p) Aderiu a postergação dos pagamentos tributários (FGTS, INSS, PIS, COFINS, com suas devidas obrigações acessórias (Medida provisória 927 e nas portarias 139 e 254).

Riscos de liquidez

O Grupo mantém um monitoramento do risco de liquidez através da gestão de seus recursos de caixa e aplicações financeiras, e apresentou um crescimento nas vendas no terceiro trimestre de 2020.

Em 30 de setembro de 2020, o Grupo apresenta um saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa de R$ 60.780 e R$ 60.816, controladora e consolidado, respectivamente.

Quanto aos recebíveis foram avaliadas todas as medidas para potenciais riscos de não serem quitados. O prazo médio de recebimento não foi alterado, tendo em vista que o maior percentual de recebimento é através de cartões de débito e créditos que assegura o recebimento no prazo. A Administração não observou sinais de aumento de inadimplência.

Foram avaliadas possibilidade de prorrogação de prazos junto os fornecedores, mas como não houve impacto significativo na operação, a Administração manteve os pagamentos, sem a necessidade de ampliação do prazo médio de pagamento.

O Grupo fortaleceu a posição de caixa através da captação de R$ 25.000 em abril de 2020, cujo o valor atualizado em 30 de setembro de 2020 monta R$ 25.523 conforme demonstrado na nota explicativa 15. O Grupo possui ainda linhas de crédito pré-aprovadas em caso de necessidades de novas captações.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures possuem cláusulas restritivas de *covenants* financeiros e não financeiras, que estão sendo cumpridas e monitoradas.

Acompanhamento das estimativas contábeis

O Grupo considerou em suas revisões de estimativas potenciais aumentos de perdas com recebíveis e eventuais perdas de recuperabilidade dos estoques, e não foram identificados efeitos significativos e nem aumento de inadimplência.

Na data base dessas informações intermediárias, o Grupo já observava índices de recebimento similares ao período anterior a pandemia. Assim, a Administração não registrou provisões adicionais significativas em 30 de setembro de 2020.

Quanto ao risco de perda dos estoques, o Grupo tem por política contábil o registro e apresentação de seu estoque pelo menor entre seu custo ou valor líquido de realização. Esta análise foi atualizada na data base intermediária e o saldo apresentado na nota explicativa 8. Não foram identificadas ajustes ou complementos significativos na provisão oriundo do COVID-19.

Risco de perdas de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado e direito de uso

A Administração revisou suas principais premissas inerentes aos testes de recuperabilidade dos seus ativos imobilizados e direito de uso tendo em vista os impactos decorrentes do COVID-19. Devido ao setor essencial de atuação do Grupo, a Administração não identificou indicativos de impairment no período findo em 30 de setembro de 2020.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Em relação à realização de créditos de impostos diferidos, o Grupo não identificou e nem espera nenhum impacto, considerando suas expectativas de geração de lucros tributáveis futuros e os créditos são essencialmente oriundos de diferenças temporárias, conforme demonstrado na nota explicativa 23.

Risco de continuidade operacional

O Grupo atua em um setor considerado como essencial na crise pandêmica e avaliou possíveis cenários da crise nos negócios e as projeções e desempenho no período não apresentam riscos para a continuidade dos negócios. A Administração mantem o acompanhamento da evolução de todo o contexto econômico no Brasil e global da crise, visando adequar às operações de acordo com o andamento dos negócios.

Portanto, a Administração não identificou elementos que configurem em risco de continuidade operacional.

2. Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das controladas relevantes do Grupo:

Controladas	Participação 2020 (%)	Participação 2019 (%)	Evento
CR Alves Participações Ltda.	-	-	Cindida em 01/08/2019 (a)
Oba Hortifruti Comércio e Importação de Frutas Ltda.	-	-	Incorporada pela Companhia em 01/10/2019 (b)
Oba Gourmet Restaurantes Ltda.	99,00	99,00	Constituída em 2018 (c)

a. Cisão parcial do investimento na investida

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras anuais da Companhia, em 31 de agosto de 2019, a Companhia realizou o processo de cisão parcial dos ativos e passivos que representavam o investimento na CR Alves Participações Ltda. (“CR Alves”) de acordo com os valores estabelecidos no Laudo de Avaliação. A CR Alves tinha como principal fonte de receita os rendimentos sobre aplicações financeiras.

Em decorrência deste processo, nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, houve a baixa do investimento (Nota 11) e a redução do capital social no valor de R$ 133.894 (Nota 19).

Como resultado, o patrimônio líquido cindido da Companhia foi vertido à Call Holding Ltda., entidade controlada por sócios da Companhia, que sucedeu a Companhia estritamente em relação aos direitos e obrigações relacionados ao patrimônio líquido cindido.

b. Incorporação da controlada Oba Hortifruti Comércio e Importação de Frutas Ltda.

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras anuais da Companhia, em 01 de outubro de 2019, por meio de "Assembleia Geral Extraordinária", foi aprovado o "Protocolo e Justificação de Incorporação". Nesta mesma data foi deliberada pelos acionistas da Companhia a incorporação do acervo líquido da controlada Oba Hortifruti Comércio e Importação de Frutas Ltda. ("Oba Hortifruti") pelo valor contábil, visto que ambas as entidades estão sob controle comum.

O acervo líquido da Oba Hortifruti Comércio e Importação de Frutas Ltda. avaliados na data de 30 de setembro de 2019, foi de R$ 42.648 (nota 11), o qual foi baixado o referido investimento na controladora e incorporado linha a linha na demonstração financeira de 2019.

c. Oba Gourmet

A controlada Oba Gourmet Restaurante Ltda. ("Oba Gourmet"), foi constituída em 2018, e iniciou as atividades em 01 de maio de 2019. A controlada tem sede na cidade de Limeira – São Paulo, tendo como atividade principal "restaurante".

d. Oba Growth

Em 2017, a Crescera - Investment I - Fundo de Investimento em Participações Multiestrategia, por meio da empresa veículo Oba Growth Participações S.A. ("Oba Growth"), adquiriu participação societária na Companhia, o que, após alocação do preço de compra, gerou um ágio na aquisição. Houve a incorporação da empresa adquirente pelo investimento adquirido.

Em 31 de dezembro de 2019, a participação societária da Oba Growth na Companhia era de 30% (26,35% em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de janeiro de 2020, o Oba Growth Participações S.A., que detinha 30% de participação na Companhia em 31 de dezembro de 2019 (26,35% em 31 de dezembro de 2018), foi incorporado pela Companhia.

Os efeitos da transação de incorporação reversa em 2020 nessas informações intermediárias individuais e consolidadas foram o registrado do ativo fiscal diferido de R$ 49.089 (nota 23) em contrapartida da reserva de benefício fiscal (patrimônio líquido) (nota 19.d).

3. Base de preparação

As informações contábeis trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Stantards Board – IASB*, apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e

evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Adicionalmente as informações contábeis intermediárias não incluem todos os requerimentos de demonstrações financeiras anuais, e dessa forma, deve ser lida em conjunto com demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A preparação das informações contábeis intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Não ocorreram mudanças nas premissas e julgamentos por parte da Administração no uso das estimativas para a preparação destas informações contábeis intermediárias em relação àqueles utilizados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, emitidas em 20 de outubro de 2020.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Administração em 20 de outubro de 2020. Após a sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as informações contábeis intermediárias.

As normas alteradas e interpretações efetivas para o exercício iniciado em 1° de janeiro de 2020 não impactaram essas informações contábeis intermediárias da Companhia: Uma série de outras revisões de normas e interpretações estão em andamento pelo IASB e a Companhia avaliará oportunamente.

4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis apresentadas dessas informações contábeis intermediárias são as mesmas utilizadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2019.

Essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arrendados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Caixa	1.494	1.341	1.501	1.344
Bancos conta movimento	1.151	20.151	1.165	20.154
Numerários em trânsito	3	1.131	3	1.130
Aplicações financeiras de liquidez imediata	58.132	41.417	58.147	41.559
	60.780	**64.040**	**60.816**	**64.187**

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (95,5% do CDI em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

6. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Títulos de capitalização	2.000	2.000	2.000	2.000
	2.000	**2.000**	**2.000**	**2.000**

O saldo é decorrente de investimentos em títulos de capitalização, atualizado pela Taxa Referencial (“TR”) aplicada às cadernetas de poupança.

7. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Duplicatas e cheques a receber	2.097	2.751	2.194	2.752
Duplicatas a receber com partes relacionadas (Nota 10)	440	1.057	440	1.057
Outras contas a receber	1.563	2.214	1.568	2.219
Administradoras de cartão	94.140	80.174	93.568	79.742
Sub-total	**98.240**	**86.196**	**97.770**	**85.770**
(-) Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	(765)	(697)	(765)	(697)
Total	**97.475**	**85.499**	**97.005**	**85.073**

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber. O Grupo possui títulos cedidos em garantia conforme Nota 15.d. A exposição do Grupo a riscos de créditos está apresentada na Nota 25.b.

As operações com administradores de cartão de crédito são registradas líquidas das comissões pagas às respectivas administradoras, registradas nas demonstrações do resultado como despesas de vendas. O Grupo possui créditos cedidos para instituições financeiras como descrito na nota explicativa nº 15.

O Grupo reconhece a perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber após análise individualizada dos clientes. Além disso, é política do Grupo reconhecer como perda os saldos vencidos há mais de 90 dias cujo recebimento não líquido e certo, exceto para o contas a receber com partes relacionadas. O saldo vencido a mais de 90 dias demonstrado no aging-list abaixo e não provisionados referem-se aos saldos a receber com partes relacionadas, na qual a Administração avalia que são recuperáveis e nenhuma provisão para perda foi constituída.

O Grupo possuía provisão para perdas de crédito esperadas no montante de R$ 765 (R$ 697 em 2019), controladora e consolidado, conforme movimentação a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**	**30/09/2019**
Saldo inicial	697	314	314	697	326	326
Incorporação	-	10		-	-	
Perdas por redução ao valor recuperável do exerício	68	447	181	68	455	188
Baixa	-	(74)	(75)	-	(84)	(94)
Saldo final	**765**	**697**	**420**	**765**	**697**	**420**

Abaixo segue o *aging list* do contas a receber de clientes e outras contas a receber:

	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
A vencer	96.426	82.033	96.560	82.124
Vencidos:				
30 dias	170	1.416	118	1.325
60 dias	108	214	100	164
90 dias	32	371	31	342
120 dias	37	458	37	383
180 dias	44	429	44	196
Acima de 180 dias	1.423	1.275	880	1.236
Total	**98.240**	**86.196**	**97.770**	**85.770**

Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável

A exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao ‘Contas a receber de clientes’, está divulgada na nota explicativa 25.b.

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Mercadorias para revenda	96.835	95.226	96.864	95.351
Material de embalagem e uso e consumo	7.998	7.086	7.998	7.087
Adiantamento a fornecedores	6.766	3.755	6.443	3.755
	111.599	**106.067**	**111.305**	**106.193**

A provisão de estoques em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são realizadas de acordo com percentual de perda histórica aplicado sobre os saldos em aberto.

A Administração constituiu provisão para perdas dos estoques no montante de R$ 1.043 (R$ 120 em 2019), controladora e consolidado, respectivamente, aplicada nos estoques de mercadorias para revenda, conforme apresentada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**	**30/09/2019**
Saldo inicial	120	255	255	120	255	255
Adições	2.702	1.338	860	2.702	1.338	860
Reversões	(1.779)	(1.473)	(914)	(1.779)	(1.473)	(914)
Saldo final	**1.043**	**120**	**201**	**1.043**	**120**	**201**

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (a)	18.016	15.368	18.022	15.368
PIS e COFINS a recuperar (a)	6.124	9.095	6.138	9.097
INSS a recuperar (a)	3.501	3.526	3.501	3.526
Outros	865	80	866	81
	28.506	**28.069**	**28.527**	**28.072**
Ativo circulante	19.698	22.364	19.719	22.367
Ativo não circulante (b)	8.808	5.705	8.808	5.705

(a) Em 2019, foi registrado créditos tributários extemporâneos de ICMS, PIS, COFINS e INSS no montante de R$ 18.311 (R$ 6.431 em 2018) em contrapartida de despesas gerais e administrativas, despesas com vendas e distribuição e custo das vendas conforme nota 21. Os créditos serão compensandos com impostos a pagar.

(b) O valor correspondente a longo prazo refere-se aos avos de créditos de ICMS a recuperar incidentes sobre compra de ativo imobilizado.

10. Partes relacionadas

Controladora

	Impacto nas contas patrimonais						
	30/09/2020			31/12/2019			
	Contas a receber (Nota 7)	Contas a pagar	Fornecedores (Nota 14)	Contas a receber (Nota 7)	Mútuos a receber	Contas a pagar	Fornecedores (Nota 14)
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	-	(640)	-	-	-	(612)	-
Luiz Las Casas Alves (iv)	-	-	-	-	71	-	-
Alex Alves dos Santos de Brito (iv)	8	(1)	-	8	32	(1)	-
Carlos Roberto Alves (i) (ii) (iv)	6	(1)	-	1	1.201	(6)	-
ARC Dia Comércio Varejista Ltda. (i) (ii) (iv)	-	-	-	819	-	-	-
Comércio Atacadista de Frutas e Legumes Global Ltda ME (ii)	-	-	(226)	22	-	-	(14)
Comercial Ki Frutas Ltda. (ii)	-	-	-	77	-	-	-
Raimundo Desiderio Alves Caetano (ii)	-	(10)	-	6	230	(10)	-
FCA Comércio de Alimentos Ltda. (i) (ii) (iv)	4	-	-	3	-	-	-
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda. (ii)	43	-	(10)	121	-	-	(28)
Sevla Construtora e Incorporadora Ltda. (ii)	1	-	(5)	-	-	-	(977)
Mooca Administradora de Alugueis Ltda. (iii)	-	(592)	-	-	-	(421)	-
Super Varejão Caraca Ltda. (i)	378	-	-	-	-	-	-
CR Alves Participações Ltda. (i)	-	(100)	-	-	-	-	-
Agrindoor Agropecuária Ltda. (i)	-	-	-	-	-	-	-
	440	(1.344)	(241)	1.057	1.534	(1.050)	(1.019)

	Impacto no resultado										
	30/09/2020					30/09/2019					
	Vendas de mercadorias	Serviços prestados	Outros serviços	Compras de mercadorias	CPC 06 (R2) - Deprec. + juros	Vendas de mercadorias	Receitas financeiras	Serviços prestados	Outros serviços	Compras de mercadorias	CPC 06 (R2) - Deprec. + juros
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	-	-	65	-	5.623	-	-	-	146	-	5.289
Alex Alves dos Santos de Brito (iv)	9	-	2	-	8	8	-	-	-	-	8
Carlos Roberto Alves (i) (ii) (iv)	16	-	5	-	12	19	76	-	27	-	16
ARC Dia Comércio Varejista Ltda. (i) (ii) (iv)	-	-	-	-	-	66	-	-	1	-	-
Comércio Atacadista de Frutas e Legumes Global Ltda ME (ii)	66	-	-	1.846	-	129	-	-	-	1.429	-
Comercial Ki Frutas Ltda. (ii)	19	-	-	-	-	87	-	-	-	-	-
Raimundo Desiderio Alves Caetano (ii)	24	-	-	-	94	25	-	-	-	-	93
FCA Comércio de Alimentos Ltda. (i) (ii) (iv)	42	-	-	-	-	25	85	-	-	-	-
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda. (ii)	301	-	4	29	78	145	-	-	-	37	-
Sevla Construtora e Incorporadora Ltda. (ii)	1	6.420	-	-	-	1	-	3.908	-	-	-
Mooca Administradora de Alugueis Ltda. (iii)	-	-	601	-	4.165	-	-	-	347	-	3.377
Super Varejão Caraca Ltda. (i)	931	-	-	-	-	707	-	-	6	87	-
Agrindoor Agropecuária Ltda. (i)	25	-	-	22	-	-	-	-	-	-	-
CR Alves Participações Ltda. (i)	-	-	-	-	900	-	-	-	-	-	-
	1.434	6.420	677	1.897	10.880	1.212	161	3.908	527	1.553	8.783

Consolidado

	Impacto nas contas patrimonais						
	30/09/2020			31/12/2019			
	Contas a receber (Nota 7)	Contas a pagar	Fornecedores (Nota 14)	Contas a receber (Nota 7)	Mútuos a receber	Contas a pagar	Fornecedores (Nota 14)
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	-	(640)	-	-	-	(612)	-
Luiz Las Casas Alves (iv)	-	-	-	-	71	-	-
Alex Alves dos Santos de Brito (iv)	8	(1)	-	8	32	(1)	-
Carlos Roberto Alves (i) (ii) (iv)	6	(1)	-	1	1.201	(6)	-
ARC Dia Comércio Varejista Ltda. (i) (ii) (iv)	-	-	-	819	-	-	-
Comércio Atacadista de Frutas e Legumes Global Ltda ME (ii)	-	-	(226)	22	-	-	(14)
Comercial Ki Frutas Ltda. (ii)	-	-	-	77	-	-	-
Raimundo Desiderio Alves Caetano (ii)	-	(10)	-	6	230	(10)	-
FCA Comércio de Alimentos Ltda. (i) (ii) (iv)	4	-	-	3	-	-	-
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda. (ii)	43	-	(10)	121	-	-	(28)
Sevla Construtora e Incorporadora Ltda. (ii)	1	-	(5)	-	-	-	(977)
Mooca Administradora de Alugueis Ltda. (iii)	-	(592)	-	-	-	(421)	-
Super Varejão Caraca Ltda. (i)	378	-	-	-	-	-	-
CR Alves Participações Ltda. (i)	-	(100)	-	-	-	-	-
Agrindoor Agropecuária Ltda. (i)	-	-	-	-	-	-	-
	440	(1.344)	(241)	1.057	1.534	(1.050)	(1.019)

	Impacto no resultado										
	30/09/2020					30/09/2019					
	Vendas de mercadorias	Serviços prestados	Outros serviços	Compras de mercadorias	CPC 06 (R2) - Deprec. + juros	Vendas de mercadorias	Receitas financeiras	Serviços prestados	Outros serviços	Compras de mercadorias	CPC 06 (R2) - Deprec. + juros
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	-	-	65	-	5.623	-	-	-	146	-	5.289
Alex Alves dos Santos de Brito (iv)	9	-	2	-	8	8	-	-	-	-	8
Carlos Roberto Alves (i) (ii) (iv)	16	-	5	-	12	19	76	-	27	-	16
ARC Dia Comércio Varejista Ltda. (i) (ii) (iv)	-	-	-	-	-	66	-	-	1	-	-
Comércio Atacadista de Frutas e Legumes Global Ltda ME (ii)	66	-	-	1.846	-	129	-	-	-	1.429	-
Comercial Ki Frutas Ltda. (ii)	19	-	-	-	-	87	-	-	-	-	-
Raimundo Desiderio Alves Caetano (ii)	24	-	-	-	94	25	-	-	-	-	93
FCA Comércio de Alimentos Ltda. (i) (ii) (iv)	42	-	-	-	-	25	85	-	-	-	-
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda. (ii)	301	-	4	29	78	145	-	-	200	37	-
Sevla Construtora e Incorporadora Ltda. (ii)	1	6.420	-	-	-	1	-	3.908	-	-	-
Mooca Administradora de Alugueis Ltda. (iii)	-	-	601	-	4.165	-	-	-	347	-	3.377
Super Varejão Caraca Ltda. (i)	931	-	-	-	-	707	-	-	6	87	-
Agrindoor Agropecuária Ltda. (i)	25	-	-	22	-	-	-	-	-	-	-
CR Alves Participações Ltda. (i)	-	-	-	-	900	-	-	-	-	-	-
	1.434	6.420	677	1.897	10.880	1.212	161	3.908	727	1.553	8.783

a) Composição

(i) Refere-se a saldo a pagar decorrente de contratos de aluguel (arrendamento mercantil) das lojas, cujo prazo de aluguel é de 5 a 10 anos, com pagamentos mensais;

(ii) Refere-se a compra e venda de mercadorias, com prazo médio de pagamento e recebimento de 30 dias;

(iii) Refere-se aos serviços prestados de engenharia para a construção das novas lojas e reformas nas lojas existentes;

(iv) A transação com partes relacionadas refere-se a contratos de mútuos a receber remunerados a 100% do CDI, que foram quitados em março de 2020.

As operações com partes relacionadas, apresentadas nos quadros acima são resultados principalmente de transações que a Companhia tem junto aos seus principais acionistas e suas controladoras mantém entre si e com outras entidades relacionadas, e foram registradas nos termos e condições citados acima acordado entre as partes.

b) Honorários da diretoria

O Grupo considera como "profissionais chaves da administração", os integrantes da sua diretoria e conselho. A remuneração dos referidos, está composta por despesas no período de nove meses que inclui salários, encargos sociais, pró-labore e bônus no montante de R$ 7.961 (R$ 6.190 em 30 de setembro de 2019) nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

c) Movimentação dos saldos de mútuos

i) Mútuos a receber

	Controladora			Consolidado		
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**	**30/09/2019**
Saldo inicial	**1.534**	**4.344**	**4.344**	**1.534**	**23.427**	**23.427**
Concessão de empréstimos	1.984	1.531	-	1.984	4.654	3.123
Concessão de desconto dos juros	-	(468)	(453)	-	(468)	(453)
Provisão de IOF	22	17	-	22	95	78
Provisão de juros	-	163	161	-	163	161
Recebimento do principal	(3.500)	(3.937)	(4.052)	(3.500)	(3.937)	(4.052)
Pagamento do IOF	(40)	(116)	-	(40)	(116)	-
Baixa decorrente da cisão (2.a)	-	-	-	-	(22.284)	(22.284)
Saldo final	**-**	**1.534**	**-**	**-**	**1.534**	**-**

ii) Mútuos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**30/09/2019**	**30/09/2020**	**30/09/2019**
Saldo inicial em 1º de janeiro	-	(6)	-	(2.006)
Pagamento de mútuo	-	6	-	2.006
Saldo final em 30 de setembro	**-**	**-**	**-**	**-**

11. Investimentos

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras da controladora, é como segue:

a) Provisão para passivo a descoberto em controlada

	30/09/2020	31/12/2019
Provisão para passivo a descoberto em controlada	836	177
	836	**177**

b) Movimentação apresentadas no período findo de 30 de setembro de 2020:

	Oba Hortifruti	CR Alves	Oba Gourmet	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	25.704	128.460	-	154.164
Aumento de capital (i)	13.080	5.828	-	18.908
Resultado de equivalência patrimonial	3.864	(394)	(184)	3.286
Cisão parcial de ativos e passivos (ii)	-	(133.894)	-	(133.894)
Saldo em 30 de setembro de 2019	**42.648**	**-**	**(184)**	**42.464**
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	7	**7**
Incorporação de controlada (nota 2.b)	(42.648)	-	-	**(42.648)**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**-**	**-**	**(177)**	**(177)**

	Oba Gourmet
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(177)
Resultado de equivalência patrimonial	(659)
Saldo em 30 de setembro de 2020	**(836)**

(i) O aumento de capital na controlada Oba Hortifruti Comércio e Importação de Frutas Ltda. ocorreu em 01 de janeiro de 2019 a 05 de abril de 2019, e integralizado em seu capital social em 29 de mao de 2019, conforme vigésima sexta (26ª) alteração do contrato social. O aumento de capital na controlada CR Alves Participações S.A. foi realizado por meio de aporte de capital através de transferência bancária em 31 de maio de 2019, e integralizado em seu capital social, conforme décima primeira alteração do contrato social em 31 de maio de 2019.

(ii) Conforme Nota 2.a., houve cisão de ativos e passivos que compreendiam o investimento na CR Alves Participações S.A., portanto a respectiva investida, deixou de ser controlada e os investimentos foram baixados contra Capital Social (nota 19).

Informações financeiras resumidas das controladas:

	2020							
	Participação acionária	Ativo Circulante	Ativo não Circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Prejuízo do período	Receitas de vendas
Oba Gourmet Restaurantes Ltda.	99,00%	249	134	896	331	(844)	(666)	647

	2019							
	Participação acionária	Ativo Circulante	Ativo não Circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Lucro líquido (Prejuízo)	Receita líquida
Oba Hortifruti Comércio Ltda.	99,99%	34.096	85.048	37.476	39.017	42.651	3.864	197.696
Oba Gourmet Restaurantes Ltda.	99,00%	345	39	569	-	(185)	(184)	730

12. Imobilizado

a) Composição

Controladora	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 30/09/2020	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2019
Instalações comerciais	10	21.563	(13.098)	8.465	21.389	(12.412)	8.977
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	146.115	(20.331)	125.784	90.269	(14.009)	76.260
Veículos	20	21.057	(13.660)	7.397	19.755	(12.545)	7.210
Computadores e periféricos	20	7.787	(4.025)	3.762	6.678	(3.276)	3.402
Móveis e utensílios	10	23.633	(13.578)	10.055	22.872	(12.686)	10.186
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10	137.859	(19.470)	118.389	101.972	(15.377)	86.595
Edificações	-	405	-	405	405	-	405
Adiantamento para fornecedores	-	5.119	-	5.119	7.962	-	7.962
		363.538	**(84.162)**	**279.376**	**271.302**	**(70.305)**	**200.997**

Consolidado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 30/09/2020	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2019
Instalações comerciais	10	21.563	(13.098)	8.465	21.389	(12.412)	8.977
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	146.154	(20.331)	125.823	90.308	(14.009)	76.299
Veículos	20	21.057	(13.660)	7.397	19.755	(12.545)	7.210
Computadores e periféricos	20	7.787	(4.025)	3.762	6.678	(3.276)	3.402
Móveis e utensílios	10	23.633	(13.578)	10.055	22.872	(12.686)	10.186
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10	137.859	(19.470)	118.389	101.972	(15.377)	86.595
Edificações	-	405	-	405	405	-	405
Adiantamento para fornecedores	-	5.119	-	5.119	7.962	-	7.962
		363.577	**(84.162)**	**279.415**	**271.341**	**(70.305)**	**201.036**

b) Movimentação

Controladora

	Saldo inicial 31/12/2019	Adições	Depreciação	Baixas	Saldo Final 30/09/2020
Instalações comerciais	8.977	173	(685)	-	8.465
Máquinas, equipamentos e ferramentas	76.260	56.185	(5.756)	(905)	125.784
Veículos	7.210	1.317	(1.115)	(15)	7.397
Computadores e periféricos	3.402	1.163	(748)	(55)	3.762
Móveis e utensílios	10.186	761	(892)	-	10.055
Benfeitorias em propriedade de terceiros	86.595	35.887	(4.093)	-	118.389
Edificações	405	-	-	-	405
Adiantamento para fornecedores	7.962	-	-	(2.843)	5.119
	200.997	**95.486**	**(13.289)**	**(3.818)**	**279.376**

	Saldo inicial 01/01/2019	Adições	Depreciação	Saldo Final 30/09/2019
Instalações comerciais	5.675	-	(549)	5.126
Máquinas, equipamentos e ferramentas	28.331	22.905	(2.113)	49.123
Veículos	5.575	730	(626)	5.679
Computadores e periféricos	1.166	1.265	(311)	2.120
Móveis e utensílios	5.351	220	(508)	5.063
Benfeitorias em propriedade de terceiros	45.898	14.664	(1.550)	59.012
Adiantamento para fornecedores	3.952	2.894	-	6.846
	95.948	**42.678**	**(5.657)**	**132.969**

Consolidado

	Saldo inicial 31/12/2019	Adições	Depreciação	Baixas	Saldo Final 30/09/2020
Instalações comerciais	8.977	173	(685)	-	8.465
Máquinas, equipamentos e ferramentas	76.299	56.185	(5.756)	(905)	125.823
Veículos	7.210	1.317	(1.115)	(15)	7.397
Computadores e periféricos	3.402	1.163	(748)	(55)	3.762
Móveis e utensílios	10.186	761	(892)	-	10.055
Benfeitorias em propriedade de terceiros	86.595	35.887	(4.093)	-	118.389
Edificações	405	-	-	-	405
Adiantamento para fornecedores	7.962	-	-	(2.843)	5.119
	201.036	**95.486**	**(13.289)**	**(3.818)**	**279.415**

	Saldo inicial 01/01/2019	Adições	Depreciação	Baixas	Cisão	Saldo Final 30/09/2019
Terrenos	75.114	15.258	-	-	(90.372)	-
Instalações comerciais	9.919	-	(526)	(183)	-	9.210
Máquinas, equipamentos e ferramentas	35.756	23.070	(1.708)	-	-	57.118
Veículos	7.813	631	(826)	-	-	7.618
Computadores e periféricos	1.277	1.101	(192)	-	-	2.186
Móveis e utensílios	10.046	534	(668)	-	-	9.912
Benfeitorias em propriedade de terceiros	61.075	16.270	(1.345)	-	-	76.000
Edificações	405	-	-	-	-	405
Adiantamento para fornecedores	3.952	2.894	-	-	-	6.846
	205.357	**59.758**	**(5.265)**	**(183)**	**(90.372)**	**169.295**

c) Garantias

O Grupo não possui bens dados em garantias em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

d) Teste por redução ao valor recuperável (impairment)

O Grupo não identificou indicativos, internos ou externos, que possam gerar dúvida de que os ativos imobilizados possam estar registrados por valor acima ao de sua recuperação; portanto, não procedeu aos testes interinamente de redução ao valor recuperável dos ativos.

13. Arrendamento mercantil

O Grupo registra os arrendamentos como ativo de direito de uso (ativo imobilizado) e o passivo de arrendamento no seu balanço patrimonial. O Grupo arrenda imóveis para instalações de lojas. Esses arrendamentos possui cláusula de opção de renovação do após período de vigêcia. O Grupo avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de extensão. O Grupo reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que estejam sob seu controle.

a) Direito de uso sobre arrendamento

	Controladora	Consolidado
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	**179.973**	**230.875**
Novos contratos	36.701	38.041
Depreciação acumulada	(27.575)	(35.293)
Saldo em 30 de setembro de 2019	**189.099**	**233.623**
Novos contratos	1.933	1.933
Depreciação acumulada	(12.939)	(12.939)
Direito de uso – incorporação (nota 2.b)	44.524	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**222.617**	**222.617**
Novos contratos	74.317	74.317
Depreciação acumulada	(44.040)	(44.040)
Saldo em 30 de setembro de 2020	**252.894**	**252.894**

b) Passivo de arrendamento

	Controladora	Consolidado
Reconhecimento inicial em 1º de janeiro de 2019	**(179.973)**	**(230.875)**
Novos contratos em 2019	(36.701)	(38.041)
Juros apropriados	(11.306)	(14.273)
Pagamentos - principal	20.982	26.456
Pagamentos - juros	11.306	14.273
Saldo em 30 de setembro de 2019	**(195.692)**	**(242.460)**
Novos contratos em 2019	(1.933)	(1.933)
Juros apropriados	(4.877)	(4.676)
Pagamentos - principal	9.918	9.717
Pagamentos - juros	4.877	4.876
Passivo de arrendamento – incorporação (nota 2.b)	(46.769)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(234.476)**	**(234.476)**
Novos contratos	(74.317)	(74.317)
Juros apropriados	(16.152)	(16.152)
Pagamentos - principal	35.875	35.875
Pagamentos - juros	16.152	16.152
Saldo em 30 de setembro de 2020	**(272.918)**	**(272.918)**

	30 de Setembro de 2020	
Circulante	66.534	66.534
Não circulante	206.384	206.384
	31 de Dezembro de 2019	
Circulante	56.712	56.712
Não circulante	177.764	177.764

O Grupo utilizou a taxa de média de desconto aplicada de 7,81% a.a, para os contratos firmados de arrendamento mercantil até 31 de dezembro de 2019, e 6,23% a.a para os contratos firmados de arrendamento após 1º de janeiro de 2020, obtidas utilizando como critério a taxa incremental de captação para um novo financiamento com prazo similares.

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Fornecedores de mercadorias	84.803	87.679	84.863	87.658
Fornecedores de mercadorias com partes relacionadas (Nota 10)	241	1.019	241	1.019
Fornecedores de imobilizado	6.192	8.877	6.202	8.912
	91.236	**97.575**	**91.306**	**97.589**

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

			Controladora		Consolidado	
	Moeda	**Encargos financeiros anuais**	**30/09/2020**	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Linha de crédito protegida (4.1.3.1)	R$	CDI a CDI + 1,4%	60.705	47.681	60.705	49.790
Consório de veículos	R$	11,5% a 12,0%	213	389	213	389
(Financiamento para garantias de preços ao produtor (FGPP)	R$	9,00%	-	786	-	-
Cédula de Crédito Bancário (Linha de Giro)	R$	CDI + 3,17%	25.523	1.323	25.523	-
Debêntures	R$	CDI + 1,00% a CDI + 2,00%	113.533	126.198	113.533	126.198
Custos de transação	R$	-	(1.364)	(1.464)	(1.364)	(1.464)
			198.610	**174.913**	**198.610**	**174.913**
Passivo circulante			38.372	66.415	38.372	66.415
Passivo não circulante			160.238	108.498	160.238	108.498

A seguir apresentamos os montantes a pagar de empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento (*aging list*), em 30 de setembro de 2020:

	30/09/2020
Ano	
2021	10.916
2022	123.538
2023	26.691
	161.145
Custo de transação	(907)
	160.238

a) Movimentação

	Controladora			Consolidado		
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**	**30/09/2019**
Saldo inicial	**174.913**	**134.332**	**134.332**	**174.913**	**146.570**	**146.570**
Captação	85.000	126.043	40.000	85.000	126.043	40.000
Juros provisionados	6.182	6.689	5.075	6.182	6.694	5.187
Variação cambial	(583)	350	1.779	(583)	584	3.325
Juros pagos	(6.049)	(6.550)	(5.425)	(6.049)	(6.909)	(5.823)
Amortização do principal	(60.953)	(85.220)	(58.008)	(60.953)	(97.303)	(71.471)
Custo de transação	(75)	(1.697)	-	(75)	(1.697)	-
Amortização do custo de transação	175	931	-	175	931	-
Incorporação	-	35	-	-	-	-
Saldo final	**198.610**	**174.913**	**117.753**	**198.610**	**174.913**	**117.788**

b) Debêntures

1ª emissão de Debêntures simples

Em 05 de setembro de 2018, em Reunião do Conselho da Administração do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. aprovou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, conforme Instrução CVM 476, de 2009. Foram distribuídas 50.000 (cinquenta mil) debêntures, com valor nominal unitário de R$ 1 (“Valor Nominal Unitário”), perfazamento o montante total de R$ 50.000, na Data de Emissão (“Valor Total da Emissão”).

As debêntures terão prazo de vigência de 4 (quatro) anos contados da Data de emissão, em 10 de setembro de 2018, com vencimento previsto para 10 de setembro de 2022, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, de Resgate Antecipado total das Debêntures a seu único critério, ou parcial mediante oferta de resgate. Serão amortizadas trimestralmente sendo que o primeiro pagamento ocorreu em 10 de Dezembro de 2019.

Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias da DI, calculadas e divulgadas pelo B3 S.A, acrescidas exponencialmente de 2% (dois por cento) ao ano e, em conjunto com a taxa da DI.

2ª emissão de Debêntures simples

Em 26 de novembro de 2019, através das deliberações da Reunião do Conselho da Administração do Grupo Fartura de Hortifrut S.A., a aprovação da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, conforme Instrução CVM 476, de 2009. Foram distribuídas 80.000 (oitenta mil)

debêntures, com valor nominal unitário de R$ 1 ("Valor Nominal Unitário"), perfazamento o montante total de R$ 80.000, na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão").

As debêntures terão prazo de vigência de 4 (quatro) anos contados da Data de emissão, em 10 de dezembro de 2019, com vencimento previsto para 10 de dezembro de 2023, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, de Resgate Antecipado total das Debêntures a seu único critério, ou parcial mediante oferta de resgate. Serão amortizadas trimestralmente sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 10 de Março de 2021.

Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias da DI, calculadas e divulgadas pelo B3 S.A, acrescidas exponencialmente de 1,0000% (um por cento) ao ano e, em conjunto com a taxa da DI.

d) Custos de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado. A movimentação desses gastos é a seguinte:

	30/09/2020	30/09/2019
Saldo no início do período	**1.464**	**698**
Custos incorridos	75	-
(-) Amortizações	(175)	-
Saldo no final do período	**1.364**	**698**
Passivo circulante	457	58
Passivo não circulante	907	640

d) Garantias

Conforme contrato de debêntures, alguns recebíveis de operadoras de cartão de crédito estão dados em garantia fiduciária aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário. Esses recebíveis devem ser depositados em conta vinculada às operações, que não possui restrições.

e) Principais compromissos assumidos

Cláusulas contratuais restritivas estão previstas nos contratos. O Grupo monitora de forma constante o adequado cumprimento das cláusulas, de forma a evitar qualquer vencimento antecipado das obrigações previstas nas cédulas de empréstimos bancários.

As cláusulas financeiras restritivas consistem em: i) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial exequível ou decisão arbrital e/ou administrativa definitiva, todas de natureza condenatória; ii) inadimplento de qualquer obrigação pecuniária no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, de valor superior a R$ 5.000;

iii) não manutenção do índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA igual ou inferior a 2,5, apurado anualmente. Caso Companhia não seja capaz de atender referidos Covenants, as dívidas poderão vencer antecipadamente e a Companhia deverá antecipar o valor principal acrescido de juros. O vencimento antecipado cruzado ou inadimplemento cruzado (cross-default e cross-acceleration) de outras obrigações da Companhia poderão ser desencadeados, conforme cláusulas presentes em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures existentes.

16. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Salários e ordenados	7.036	6.628	7.077	6.654
Provisão para bônus (a)	6.269	3.172	6.272	3.172
Outras obrigações	1.280	346	1.283	350
INSS a recolher	12.463	4.483	12.477	4.483
FGTS a recolher	3.023	1.227	3.027	1.227
Provisão para férias e encargos sociais	34.810	18.966	34.935	19.061
	64.881	**34.822**	**65.071**	**34.947**

(a) A movimentação do saldo de provisão de bônus segue conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**30/09/2019**	**30/09/2020**	**30/09/2019**
Saldo inicial em 1º de janeiro	**3.172**	**1.661**	**3.172**	**1.661**
Provisão para bônus do exercício	14.663	7.086	14.666	8.812
Baixas por liquidação	(11.566)	(6.718)	(11.566)	(8.213)
Saldo inicial em 30 de setembro	**6.269**	**2.029**	**6.272**	**2.260**

17. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - a pagar	4.884	5.273	4.891	5.283
Contribuição para financiamento da seguridade social	1.365	359	1.378	376
Imposto sobre serviços	266	299	266	299
Programa de integração social	296	77	299	81
Imposto de renda retido na fonte	1.184	1.432	1.184	1.432
Outros tributos	1.878	206	1.878	205
	9.873	**7.646**	**9.896**	**7.676**

18. Provisão para processos judiciais

O Grupo é parte em processos tributários, trabalhistas, cíveis, entre outros, e está discutindo essas questões tanto nas esferas administrativa quanto judicial.

Para as ações classificadas como probabilidade de perda provável é constituída provisão para o valor estimado de perda, conforme segue:

	Controladora	Consolidado

	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Provisão trabalhista	1.690	1.966	1.690	1.966
Provisões cíveis	81	-	81	-
Provisões tributárias (i)	-	9.481	-	9.481
Total	**1.771**	**11.447**	**1.771**	**11.447**
Passivo circulante	-	1.896	-	1.896
Passivo não circulante	1.771	9.551	1.771	9.551

(i) A provisão tributária decorre basicamente do processo administrativo nº 10830.725609/2013-07 no valor de R$ 9.481, em virtude do auto de infração que exige PIS/COFINS, no qual, houve alegação por parte das autoridades fiscais quanto a inexistência de informações para o preenchimento de determinada obrigação acessória no ano de 2009. Em 31 de dezembro de 2019, a Administração junto aos seus assessores jurídicos avaliaou que as chances de perda é provável, desta forma, a provisão foi constituída.

a) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Saldo inicial	11.447	1.037	11.447	1.037
Constituição da provisão para processos judiciais	1.194	1.236	1.194	1.424
Reversão da provisão para processos judiciais	(627)	(243)	(627)	(244)
Pagamentos realizados durante o exercício	(762)	(420)	(762)	(434)
Adesão ao parcelamento de PIS e COFINS (i)	(9.481)	-	(9.481)	-
Saldo final	**1.771**	**1.610**	**1.771**	**1.783**

(i) Em 10 de março de 2020, a Companhia aderiu o parcelamento referente ao processo 10830-725609/2013-07, com deferimento de 60 parcelas. Em consequência, o saldo foi reclassificado de provisão para passivo.

b) Perdas possíveis

O Grupo possui ações de natureza tributária, cíveis, trabalhistas, entre outras, envolvendo risco de perda classificado como possível pela Administração e por seus consultores jurídicos externos, portanto, nenhuma provisão foi constituída, demonstramos abaixo os valores envolvidos:

	30/09/2020	31/12/2019
Cíveis	174	63
Trabalhistas	3.579	2.936
Saldo final	**3.753**	**2.999**

c) Depósitos judiciais

O Grupo possui depósitos em espécie realizados judicialmente para cumprimento das probabilidade de perda em determinados processos judiciais, em 30 de setembro de 2020 o montante de R$ 4.219 (R$ 2.354 em 31 de dezembro 2019) na controladora e no consolidado.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2020, o capital social da Companhia é de R$ 91.438, dividido em 2.781.220 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, conforme demonstrado abaixo:

	2020		2019	
	Participação	**Valor**	**Participação**	**Valor**
Carlos Roberto Alves	54,88%	50.181	54,88%	50.181
Oba Growth Participações S.A.	-	-	30,00%	27.431
Crescera Oba Growth CO - Investment I - Fundo de Investimento em Participações Multiestrategia	30,00%	27.431	-	-
Raimundo Desiderio Alves Caetano	10,50%	9.601	10,50%	9.601
Luiz Las-Casas Alves	3,22%	2.944	3,22%	2.944
Alex Alves dos Santos Brito	1,40%	1.281	1,40%	1.281
	100%	**91.438**	**100%**	**91.438**

Em 31 de maio de 2019 houve a integralização de capital de R$ 35.000, sendo que, R$ 17.500 foram destinados ao capital social e R$ 17.500 à reserva de capital.

Em 31 de agosto de 2019, a Companhia aumentou o capital social no valor de R$ 97.968 totalmente subscrito e integralizado, mediante a capitalização da reserva de capital no valor total de R$ 96.592 e da capitalização da reserva legal no valor total de R$ 1.376. Nesta mesma data, a Companhia reduziu o Capital Social no valor de R$ 133.894, em decorrência da cisão parcial dos ativos e passivos que representavam o investimento na CR Alves Participações Ltda. (“CR Alves”).

Em 31 de janeiro de 2020 com a realização da incorporação reversa, a participação acionária da Oba Growth Participações S.A. foi transferida para a Crescera Oba Growth CO - Investment I - Fundo de Investimento em Participações Multiestrategia mantendo o mesmo percentual de participação, correspondente a 30,00%.

b) Reserva de capital

Em 30 de setembro de 2020, o valor total de reserva de capital da Companhia é de R$ 20.000. Conforme boletim de subscrição, de 30 de novembro de 2017, houve a constituição no valor total de R$ 37.500 em espécie. Em 31 de agosto de 2019, ocorreu a baixa para aumento do capital social no valor de R$ 96.592.

Sujeito às limitações previstas no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo remanescente do lucro líquido após as deduções legais aplicáveis poderá ser alocado a constituição de reserva de capital com a finalidade de expansão das atividades da Companhia, se aprovado em assembleia geral de acionistas.

c) Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social ou quando o saldo dessa reserva, somado ao montante das reservas de capital, atingir 30% do capital social. A reserva legal somente pode ser utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos com aquisições e de capital de giro. Conforme o art. 199 da Lei 6.404/76, o saldo desta reserva, acrescido das demais reservas de lucro, não poderá ultrapassar o capital social da Companhia.

d) Reserva de benefício fiscal

A reserva de benefício fiscal constituída em janeiro de 2020, deve-se a incorporação reversa da Oba Growth, após a qual o benefício fiscal relativo ao ágio apurado na aquisição do Grupo Fartura, realizada em 2017, foi registrado em contrapartida ao ativo diferido na reserva de benefício fiscal no patrimônio líquido, conforme nota 2.d.

Em 30 de setembro de 2020, as principais condições previstas na Lei nº 12.973/14 para aproveitamento fiscal do ágio tinham sido cumpridas.

e) Dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme disposição estatutária, a Companhia distribuirá anualmente, desde que haja lucros suficientes para tal, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada ano, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Adicionalmente, conforme disposição estatutária, a Companhia deverá levantar balanços semestrais e/ou de periodicidade inferior, (i) devendo, com base nos balanços semestrais, declarar dividendos ou juros sobre o capital próprio, e (ii) podendo, com base nos balanços de periodicidade menor, declarar dividendos em períodos inferiores; desde que, em qualquer caso, tais distribuições sejam atribuídas ao dividendo mínimo obrigatório.

Movimentação

Saldo em 1º de janeiro de 2019	**3.000**
JSCP distribuídos no período (i)	6.337
Dividendos e JSCP pagos	(9.337)
Saldo em 30 de setembro de 2019	-

Saldo em 1º de janeiro de 2020	-
Dividendos distribuídos no período (ii)	12.000
Dividendos pagos	(10.469)
Dividendos compensados com mútuo a receber	(1.531)
Saldo em 30 de setembro de 2020	**-**

(i) Em 17 de dezembro de 2019, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração (RCA) o pagamento de dividendos no montante de R$ 614 e JSCP no valor de R$ 6.337 relativos ao exercício de 2019.

(ii) Em 2020 foi aprovada, em Assembleias Gerais Extraordinárias, a distribuição de dividendos no valor correspondente a R$ 12.000 a título de distribuição de dividendos com a utilização de saldo de reserva de lucros apurado em 31 de dezembro de 2018.

20. Receita de vendas

	Controladora			
	Trimestre findo		**Período findo**	
	01/07/2020 a 30/09/2020	**01/07/2019 a 30/09/2019**	**01/01/2020 a 30/09/2020**	**01/01/2019 a 30/09/2019**
Vendas de mercadorias	483.631	291.538	1.383.941	859.591
Vendas de serviços e demais receitas	168	149	289	588
Receita bruta total	**483.799**	**291.687**	**1.384.230**	**860.179**
Tributos federais, estaduais e municipais	(39.315)	(20.125)	(110.860)	(58.043)
Receita operacional líquida	**444.484**	**271.562**	**1.273.370**	**802.136**

	Consolidado			
	Trimestre findo		**Período findo**	
	01/07/2020 a 30/09/2020	**01/07/2019 a 30/09/2019**	**01/01/2020 a 30/09/2020**	**01/01/2019 a 30/09/2019**
Vendas de mercadorias	483.647	353.042	1.384.385	1.043.998
Vendas de serviços e demais receitas	169	150	289	589
Receita bruta total	**483.816**	**353.192**	**1.384.674**	**1.044.587**
Tributos federais, estaduais e municipais	(39.329)	(25.980)	(110.958)	(75.472)
Receita operacional líquida	**444.487**	**327.212**	**1.273.716**	**969.115**

O Grupo também acompanha suas vendas de mercadorias (brutas) com base nos seguintes canais de venda:

	Controladora			
	01/07/2020 a 30/09/2020	**01/07/2019 a 30/09/2019**	**01/01/2020 a 30/09/2020**	**01/01/2019 a 30/09/2019**
Vendas de mercadorias física	452.163	290.002	1.302.703	855.480
Vendas de mercadorias digital	31.636	1.685	81.527	4.699
Receita bruta	**483.799**	**291.687**	**1.384.230**	**860.179**

	Consolidado			
	01/07/2020 a 30/09/2020	**01/07/2019 a 30/09/2019**	**01/01/2020 a 30/09/2020**	**01/01/2019 a 30/09/2019**
Vendas de mercadorias física	452.180	351.507	1.303.147	1.039.888
Vendas de mercadorias digital	31.636	1.685	81.527	4.699
Receita bruta	**483.816**	**353.192**	**1.384.674**	**1.044.587**

Sazonalidade das operações

A média da receita líquida de vendas durante o quarto trimestre fica geralmente acima da média da receita líquida de vendas durante os outros trimestres do ano. Em 2019, o quarto trimestre apresentou uma receita liquida 8% superior à média dos demais trimestres do ano.

21. Despesas por natureza

	Controladora			
	Trimestre findo		Período findo	
	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019
Compras de mercadorias	256.198	158.425	731.326	466.591
Pessoal	84.935	56.426	243.434	161.819
Propaganda e publicidade	4.112	3.493	11.301	8.695
Bonificações	(1.068)	(563)	(2.021)	(2.436)
Outras	931	406	2.492	1.112
Ocupação	3.619	3.838	12.949	11.176
Transportes e fretes	5.687	3.577	19.004	11.123
Utilidades e serviços	7.810	5.233	23.146	15.789
Material de uso e consumo	11.866	2.353	33.063	16.132
Taxa de administração de cartão	4.739	449	13.792	4.601
Serviços prestados	7.008	3.511	16.793	12.056
Manutenção e reparos	3.346	2.078	9.508	5.767
Despesas gerais	2.104	2.885	1.633	6.602
Tarifas e tributos	702	973	1.756	1.696
Resultado com a alienação de ativo fixo	(5)	(99)	48	(3.130)
Depreciação e amortização	5.139	2.448	13.402	6.736
Depreciação arrendamento mercantil (Nota 13)	15.386	9.717	44.040	27.575
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber (Nota 7)	(214)	62	68	181
Outros receitas e despesas	(99)	(278)	4.370	(1.014)
	412.196	**254.934**	**1.180.104**	**751.071**
Custos das vendas	264.258	164.347	756.386	483.235
Despesas com vendas e distribuição	120.532	71.642	354.759	221.877
Despesas gerais e administrativas	20.293	13.961	52.302	34.776
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	(214)	62	68	181
Outras receitas (Nota 21.1)	(5)	(94)	(5)	(4.467)
Outras despesas (Nota 21.1)	7.332	5.016	16.594	14.163
	412.196	**254.934**	**1.180.104**	**751.071**

	Consolidado			
	Trimestre findo		Período findo	
	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019
Compras de mercadorias	256.178	186.989	731.485	553.963
Pessoal	85.124	68.589	244.036	198.366
Propaganda e publicidade	4.112	4.870	11.301	11.863
Bonificações	(1.068)	(1.091)	(2.021)	(3.748)
Outras	931	501	2.492	1.483
Ocupação	3.641	4.405	13.072	12.609
Transportes e fretes	5.687	4.904	19.004	14.838
Utilidades e serviços	7.812	6.810	23.194	20.459
Material de uso e consumo	11.874	4.264	33.094	21.875
Taxa de administração de cartão	4.740	421	13.803	5.744
Serviços prestados	7.008	4.280	16.800	17.299
Manutenção e reparos	3.349	2.522	9.518	7.186
Despesas gerais	2.105	3.220	1.637	7.702
Tarifas e tributos	704	1.216	1.763	2.334
Resultado com a alienação de ativo fixo	(5)	(99)	48	(4.467)
Depreciação e amortização	5.139	3.077	13.402	8.613
Depreciação arrendamento mercantil (Nota 13)	15.386	12.329	44.040	35.293
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber (Nota 7)	(214)	65	68	188
Outros receitas e despesas	(99)	(920)	4.368	(2.008)
	412.404	**306.352**	**1.181.104**	**909.592**
Custos das vendas	264.237	193.257	756.544	571.530
Despesas com vendas e distribuição	120.764	92.498	355.604	284.097
Despesas gerais e administrativas	20.293	15.915	52.301	43.212
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	(214)	65	68	188
Outras receitas (Nota 21.1)	(5)	(99)	(5)	(4.467)
Outras despesas (Nota 21.1)	7.329	4.716	16.592	15.032
	412.404	**306.352**	**1.181.104**	**909.592**

21.1 – Outras receitas e despesas líquidas

	Controladora			
	Trimestre findo		Período findo	
	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019
Pré operacional (a)	6.088	4.401	14.495	9.874
Multa Tributária	-	-	4	-
Despesa de reestruturação (b)	945	502	1.164	5.988
Outras (receitas) despesas	299	113	876	(830)
(Receita) despesa na alienação de bens permanentes	(5)	(94)	48	(4.467)
	7.327	**4.922**	**16.587**	**10.565**
Outras receitas	(5)	(94)	(5)	(4.467)
Outras despesas	7.332	5.016	16.592	14.163

	Consolidado			
	Trimestre findo		Período findo	
	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019
Pré operacional (a)	6.088	4.612	14.495	9.874
Multa Tributária	-	-	4	-
Despesa de reestruturação (b)	945	596	1.164	5.988
Outras (receitas) despesas	296	(492)	876	(830)
(Receita) despesa na alienação de bens permanentes	(5)	(99)	48	(4.467)
	7.324	**4.617**	**16.587**	**10.565**
Outras receitas	(5)	(99)	(5)	(4.467)
Outras despesas	7.329	4.716	16.592	15.032

(a) Refere-se a despesas que ocorrem antes da abertura das novas lojas (pré-operação), tais como as taxas de abertura, contratação de pessoal e comunicação visual das lojas entre outras.

(b) Refere-se a gastos com reestruturação organizacional do Grupo, como consultorias, readequações logísticas, rescisão de pessoal que abrange todas as áreas operacionais e administrativas.

22. Resultado financeiro líquido

	Controladora			
	Trimestre findo		Período findo	
	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	103	131	551	402
Juros ativos	228	93	446	320
Variações cambiais ativa	233	(172)	864	1.097
Rendas em operações com derivativos	-	1.275	2.932	1.578
Outras receitas financeiras	-	-	4.290	-
	564	**1.327**	**9.083**	**3.397**
Despesas financeiras				
Outras despesas financeiras	(460)	(250)	(1.420)	(771)
Descontos financeiros	(283)	(669)	(799)	(847)
Despesas bancárias	(50)	(44)	(170)	(128)
Juros passivos e multas de mora	(23)	(183)	(4.879)	(713)
Juros sobre empréstimos e debêntures (Nota 15)	(1.689)	(1.589)	(6.182)	(5.075)
Variações cambiais passiva	(802)	(1.860)	(6.543)	(2.453)
Despesas com derivativos	-	(81)	-	(2.200)
Juros sobre arrendamento (Nota 13)	(5.388)	(3.896)	(16.152)	(11.306)
	(8.695)	**(8.572)**	**(36.145)**	**(23.493)**
Resultado financeiro, líquido	**(8.131)**	**(7.245)**	**(27.062)**	**(20.096)**

	Consolidado			
	Trimestre findo		Período findo	
	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	103	360	551	1.716
Juros ativos	228	118	446	348
Variações cambiais ativa	233	(172)	864	1.424
Rendas em operações com derivativos	-	1.275	2.932	1.578
Outras receitas financeiras	-	-	4.290	-
	564	**1.581**	**9.083**	**5.066**
Despesas financeiras				
Outras despesas financeiras	(460)	(329)	(1.422)	(939)
Descontos financeiros	(283)	(696)	(799)	(914)
Despesas bancárias	(51)	(70)	(173)	(232)
Juros passivos e multas de mora	(23)	(278)	(4.879)	(995)
Juros sobre empréstimos e debêntures (Nota 15)	(1.689)	(1.618)	(6.182)	(5.187)
Variações cambiais passiva	(802)	(1.860)	(6.543)	(2.453)
Despesas com derivativos	-	(81)	-	(2.545)
Juros sobre arrendamento (Nota 13)	(5.388)	(4.857)	(16.152)	(14.273)
	(8.696)	**(9.789)**	**(36.150)**	**(27.538)**
Resultado financeiro, líquido	**(8.132)**	**(8.208)**	**(27.067)**	**(22.472)**

23. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente	**(19.692)**	**(7.608)**	**(19.692)**	**(10.884)**
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido				
Provisão para perdas de crédito esperadas	23	61	23	64
Provisão para perdas de estoques	314	(18)	314	(18)
Derivativos e variação cambial	(157)	39	(157)	39
Provisão para bônus	1.054	125	1.054	204
Outras diferenças temporárias	333	(631)	333	(549)
Provisão para processos judiciais	(2.533)	195	(2.533)	195
Diferença entre depreciação fiscal e contábil	(4.413)	(2.741)	(4.413)	(3.188)
Efeitos do arrendamento (CPC/06 (R2)/IFRS 16)	2.776	2.242	2.776	3.005
Total da despesa de impostos diferidos (nota 23.c)	**(2.603)**	**(728)**	**(2.603)**	**(248)**
Total da despesa de impostos	**(22.295)**	**(8.336)**	**(22.295)**	**(11.132)**

b. Conciliação da alíquota de imposto efetiva

	Controladora				Consolidado			
	30/09/2020		30/09/2019		30/09/2020		30/09/2019	
	%		%		%		%	
Resultado antes dos impostos	**-**	**65.545**	**-**	**34.255**	**-**	**65.545**	**-**	**37.051**
Imposto utilizando a alíquota de imposto da controladora	**(34,00)**	**(22.285)**	**(34,00)**	**(11.647)**	**(34,00)**	**(22.285)**	**(34,00)**	**(12.597)**
Pagamento de jusros sobre capital próprio	-	-	6,29	2.155	-	-	5,82	2.155
Multas não dedutíveis	(1,31)	(856)	(0,69)	(238)	(1,31)	(856)	(0,74)	(276)
Despesas não Indedutíveis	(0,09)	(59)	0,36	122	(0,09)	(59)	0,66	243
Reversão de multa por denúncia espontânea	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões de ontingência - multa indedutível	1,15	757	-	-	1,15	757	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	(0,34)	(224)	3,26	1.117	(0,34)	(224)	-	-
Incentivos fiscais (PAT + Redução Adicional)	0,57	372	0,45	155	0,57	372	0,58	216
	(34,01)	**(22.295)**	**(24,34)**	**(8.336)**	**(34,01)**	**(22.295)**	**(27,69)**	**(10.259)**
						-		
Efeito de lucro presumido de investida	-	-	-	-	-	-	(2,36)	(873)
Total do Imposto corrente e diferido	**(34,01)**	**(22.295)**	**(24,34)**	**(8.336)**	**(34,01)**	**(22.295)**	**(30,05)**	**(11.132)**

c. Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos

Controladora

				Saldo em 30 de Setembro de 2020		
	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2020	**Reconhecido no resultado (nota 23.c)**	**Reconhecido no patrimônio líquido (nota 19.d)**	**Valor líquido**	**Ativo fiscal diferido**	**Passivo fiscal diferido**
Provisão para perdas de crédito esperadas	262	23	-	285	285	-
Provisão para perdas de estoques	41	314	-	355	355	-
Derivativos e variação cambial	237	(157)	-	80	80	-
Provisão para bônus	1.342	1.054	-	2.396	2.396	-
Outras diferenças temporárias	592	333	-	925	1.656	(731)
Provisão para processos judiciais	3.136	(2.533)	-	603	603	-
Diferença entre depreciação fiscal e contábil	(7.184)	(4.413)	-	(11.597)		(11.597)
Efeitos do arrendamento (CPC/06 (R2)/IFRS 16)	4.032	2.776	-	6.808	6.808	-
Benefício fiscal em incorporação reversa	-	-	49.089	49.089	49.089	-
Total Imposto líquido (passivo) ativo	**2.458**	**(2.603)**	**49.089**	**48.944**	**61.272**	**(12.328)**
Ativo fiscal diferido	**2.458**			**48.944**		

	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2019	Reconhecido no resultado do exercício	Incorporado (nota 2.a)	Saldo em 31 de dezembro de 2019		
				Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para perdas de crédito esperadas	103	152	7	262	262	-
Provisão para perdas de estoques	87	(46)	-	41	41	-
Derivativos e variação cambial	51	106	80	237	237	-
Provisão para bônus	565	514	263	1.342	1.342	-
Outras diferenças temporárias	203	(464)	853	592	1.396	(804)
Provisão para processos judiciais	353	2.783	-	3.136	3.136	-
Diferença entre depreciação fiscal e contábil	(2.161)	(3.916)	(1.107)	(7.184)	-	(7.184)
Efeitos do arrendamento (CPC/06 (R2)/IFRS 16)	-	3.269	763	4.032	4.032	-
Total Imposto líquido (passivo) ativo	**(799)**	**2.398**	**859**	**2.458**	**10.446**	**(7.988)**
Ativo fiscal diferido	**-**			**2.458**		
Passivo fiscal diferido	**(799)**			**-**		

Consolidado

	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2020	Reconhecido no resultado (nota 23.c)	Reconhecido no patrimônio líquido (nota 19.d)	Saldo em 30 de Setembro de 2020		
				Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para perdas de crédito esperadas	262	23	-	285	285	-
Provisão para perdas de estoques	41	314	-	355	355	-
Derivativos e variação cambial	237	(157)	-	80	80	-
Provisão para bônus	1.341	1.054)	-	2.395	2.395	-
Outras diferenças temporárias	592	333	-	925	1.656	(731)
Provisão para processos judiciais	3.136	(2.533)	-	603	603	-
Diferença entre depreciação fiscal e contábil	(7.182)	(4.413)	-	(11.595)	-	(11.595)
Efeitos do arrendamento (CPC/06 (R2)/IFRS 16)	4.032	2.776	-	6.808	6.808	-
Prejuízo fiscal a compensar	95	-	-	95	95	-
Benefício fiscal em incorporação reversa	-	-	49.089	49.089	49.089	-
Total Imposto líquido (passivo) ativo	**2.554**	**(2.603)**	**49.089**	**49.040**	**61.366**	**(12.326)**
Ativo fiscal diferido	**2.554**			**49.040**		

			Saldo em 31 de dezembro de 2019		
	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2019	**Reconhecido no resultado do exercício**	**Valor líquido**	**Ativo fiscal diferido**	**Passivo fiscal diferido**
Provisão para perdas de crédito esperadas	107	155	262	262	-
Provisão para perdas de estoques	87	(46)	41	41	-
Derivativos e variação cambial	131	106	237	237	-
Provisão para bônus	749	592	1.341	1.341	-
Outras diferenças temporárias	973	(381)	592	1.396	(804)
Provisão para processos judiciais	353	2.783	3.136	3.136	-
Diferença entre depreciação fiscal e contábil	(2.819)	(4.363)	(7.182)		(7.182)
Efeitos do arrendamento (CPC/06 (R2)/IFRS 16)	-	4.032	4.032	4.032	-
Prejuízo fiscal a compensar	-	95	95	95	-
Total Imposto líquido (passivo) ativo	**(419)**	**2.973**	**2.554**	**10.540**	**(7.986)**
Ativo fiscal diferido	**380**		**2.554**		
Passivo fiscal diferido	**(799)**				

24. Lucro líquido por ação

O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante os períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**30/09/2019**	**30/09/2020**	**30/09/2019**
Lucro do período	43.250	25.919	43.250	25.919
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	2.781	3.166	2.781	3.166
Lucro básico e diluído por lote de mil ações	**1.555,16**	**818,67**	**1.555,16**	**818,67**

Não há diferença entre lucro básico e diluído por ação, pois não houve durante os períodos findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

25. Instrumentos financeiros

a) Instrumentos financeiros por categoria

		Ativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado			
		Controlada		Consolidado	
	Nota	**30/09/2020**	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Instrumentos financeiros derivativos	25.c	-	21	-	21
Aplicações financeiras	6	2.000	2.000	2.000	2.000
		2.000	**2.021**	**2.000**	**2.021**

		Ativos mensurados ao custo amortizado			
		Controlada		Consolidado	
	Nota	**30/09/2020**	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Caixa e equivalentes de caixa	5	60.780	64.040	60.816	64.187
Contas a receber de clientes	7	97.475	85.499	97.005	85.073
Outros créditos (i) (ii)	-	3.255	3.622	3.255	3.622
Empréstimos a receber de partes relacionadas	10	-	1.534	-	1.534
		161.510	**154.695**	**161.076**	**154.416**
		163.510	**156.716**	**163.076**	**156.437**

(i) Do montante total em 30 de setembro de 2020 de R$ 9.293, na controladora, consideramos como ativos financeiros o montante de R$ 3.255, a diferença de R$ 6.038, não apresentará saída efetiva de caixa.

(ii) Do montante total em 30 de setembro 2020 de R$ 9.297, no consolidado, consideramos como ativos financeiros o montante de R$ 3.255, a diferença de R$ 86.042, não apresentará saída efetiva de caixa.

		Passivos mensurados pelo valor justo por meio de resultado			
		Controlada		Consolidado	
	Nota	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Instrumentos financeiros derivativos	25.c	-	19	-	19

		Passivos mensurados ao custo amortizado			
		Controlada		Consolidado	
		30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	198.610	174.913	198.610	174.913
Passivo de arrendamento	13.b	272.918	234.476	272.918	234.476
Fornecedores	14	91.236	97.575	91.306	97.589
Contas a pagar	-	12.787	12.219	12.794	12.236
Outros passivos	-	642	700	642	700
		576.193	**519.883**	**576.270**	**519.914**
		576.193	**519.902**	**576.270**	**519.933**

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas informações contábeis trimestrais:

Controladora	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	21	21
Aplicações financeiras	2.000	2.000	2.000	2.000
Caixa e equivalentes de caixa	60.780	60.780	64.040	64.040
Contas a receber de clientes	97.475	97.475	85.499	85.499
Outros créditos	3.255	3.255	3.622	3.622
Empréstimos a receber de partes relacionadas	-	-	1.534	1.534
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	19	19
Empréstimos, financiamentos e debêntures	198.610	198.610	174.913	174.913
Passivo de arrendamento	272.918	272.918	234.476	234.476
Fornecedores	91.236	91.236	97.575	97.575
Contas a pagar	12.787	12.787	12.219	12.219
Outros passivos	642	642	700	700

Consolidado	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	21	21
Aplicações financeiras	2.000	2.000	2.000	2.000
Caixa e equivalentes de caixa	60.816	60.816	64.187	64.187
Contas a receber de clientes	97.005	97.005	85.073	85.073
Outros créditos	3.255	3.255	3.622	3.622
Empréstimos a receber de partes relacionadas	-	-	1.534	1.534
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	19	19
Empréstimos, financiamentos e debêntures	198.610	198.610	174.913	174.913
Passivo de arrendamento	272.918	272.918	234.476	234.476
Fornecedores	91.306	91.306	97.589	97.589
Contas a pagar	12.794	12.794	12.236	12.236
Outros passivos	642	642	700	700

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado. Vide Nota 25.c para mais detalhes.

A Administração entende que todos os instrumentos financeiros estão classificados no nível 2, exceto Banco Conta Movimento, Caixa e Numerário que não possuem classificação, onde considera que os valores justos estão bem próximos aos seus valores con tábeis. Não foram identificados mudanças significativas nas premissas, que possa impactar na alteração de valores.

b) Qualidade do crédito dos ativos financeiros

O Grupo mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras com instituições que apresentam ratings AAA em sua maioria, baseado nas avaliações das principais agências de rating. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Contas a receber				
Duplicatas e cheques a receber	2.097	2.751	2.194	2.752
Duplicatas a receber com partes relacionadas	440	1.057	440	1.057
Outras contas a receber	1.563	2.214	1.568	2.219
Administradoras de cartão	94.140	80.174	93.568	79.742
Total de contas a receber de clientes	**98.240**	**86.196**	**97.770**	**85.770**
Caixa e equivalente de caixa				
Caixa	1.494	1.341	1.501	1.344
Bancos conta movimento	1.151	20.151	1.165	20.154
Numerários em trânsito	3	1.131	3	1.130
Aplicações financeiras de liquidez imediata	58.132	41.417	58.147	41.559
Total de caixa e equivalentes de caixa	**60.780**	**64.040**	**60.816**	**64.187**

As operações que sujeitam o Grupo à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde o Grupo fica exposto ao risco da instituição financeira envolvida, visando gerenciar este risco, o Grupo mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições que apresentam ratings AAA em sua maioria, baseado nas avaliações das principais agências de rating.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o Grupo possuía os instrumentos financeiros derivativos conforme segue:

Controladora e consolidado

		Valor de referência		Valor justo		Ganho/ Perda	
Instituição	**Tipo de contrato**	**30/09/2020**	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Ganho							
Banco do Itaú	Swap	-	19.921	-	19.900	-	21
Banco do Brasil	Swap	-	-	-	-	-	-
						-	**21**
Perda							
Banco do Itaú	Swap	-	-	-	-	-	-
Banco do Bradesco	Swap	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil	Swap	-	6.000	-	6.019	-	(19)
						-	**(19)**
						-	**2**

A mensuração da marcação a mercado do Swap foi realizada considerando o efeito das variações dos indexadores das pontas passivas e ativas, com base em informação de mercado dispovel a época.

d) Gestão de capital

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos e passivos de arrendamentos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 podem ser assim sumarizados:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**30/09/2020**	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	15	198.610	174.913	198.610	174.913
Total do passivo de arrendamento	13.b	272.918	234.476	272.918	234.476
Caixa e equivalentes de caixa	5	(60.780)	(64.040)	(60.816)	(64.187)
Aplicações financeira	6	(2.000)	(2.000)	(2.000)	(2.000)
Dívida líquida		**408.748**	**343.349**	**408.712**	**343.202**
Total do patrimônio líquido		**228.932**	**148.594**	**228.932**	**148.594**
Total do capital próprio e de terceiros		**637.680**	**491.943**	**637.644**	**491.796**
Índice de alavancagem financeira - %		64%	70%	64%	70%

e) Gestão de risco financeiro

I. Considerações gerais

O Grupo participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos, financiamentos e debêntures, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

II. Gerenciamentos de riscos

O Grupo está exposto aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

O Grupo adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos do Grupo, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

III. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Grupo , sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pelo Grupo é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Nota	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Entre seis a oito anos
Em 30 de setembro de 2020					
Empréstimos, financiamentos e debentures	15	38.829	134.454	26.691	-
Fornecedores	14	91.306	-	-	-
Passivo de arrendamento	13.b	66.534	34.859	98.602	72.923
Em 31 de dezembro de 2019					
Empréstimos e financiamentos	15	67.326	83.036	26.015	-
Fornecedores	14	97.589	-	-	-
Passivo de arrendamento	13.b	56.712	76.504	66.970	34.290

f) Exposição a riscos de taxas de juros e risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de variação de taxas de juros, e ao índice de inflação, o que pode causar um aumento em sua despesa financeira com o provisionamento de juros futuros.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da Taxa de Juros (Depósitos Interfinanceiros (DI)), e variação cambial), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à estas variáveis são apresentadas a seguir:

I. Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros (DI) e variação cambial.

II. Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM no 475/08, o Grupo apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para o Grupo.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros, foram consideradas expectativas de taxas vigentes em data próxima a apresentação das demonstrações financeiras.

Para a análise dos efeitos da variação cambial, consideramos a média ponderada das taxas de câmbio para o vencimento (obtida por meio da curva futura da moeda analisada) dos instrumentos expostos a risco cambial.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros e taxa de câmbio foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

As taxas consideradas foram:

Risco	Cenário I Provável	Cenário II Adverso Provável	Cenário III Adverso Extremo
Juros (DI)	2,00%	2,50%	3,00%

III. Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – DI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros DI, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Saldo 30/09/2020	Ganho/(Perda)		
				Cenário I Provável	Cenário II Adverso Provável	Cenário III Adverso Extremo
Aplicações Financeiras	Diversos	Baixa DI	58.412	16	(65)	(146)
Cédula de Crédito Bancário (Linha de Giro)	abr/22	Aumento DI	25.523	(14)	(66)	(133)
Linha de crédito protegida (4.1.3.1)	fev/22	Aumento DI	60.277	(3)	(15)	(29)
Debêntures (1ª e 2ª Emissão)	Set/2022 - Dez/2023	Aumento DI	113.533	(6)	(30)	(59)

A Administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros do Grupo. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração do Grupo revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores distintos a aqueles apresentados anteriormente, resultado da subjetividade noprocesso utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

g) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam o Grupo à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde o Grupo fica exposto ao risco da instituição financeira envolvida, visando gerenciar este risco, o Grupo mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

h) Riscos da taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio resulta das transações de importação de mercadorias e contratação de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira em decorrência de volatilidade da moeda estrangeira, porém, o Grupomitiga e gerencia este risco por meio da contratação de derivativos financeiros apenas para fins de proteção (hedge) buscando neutralizar a volatilidade do câmbio.

i) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos e as debêntures, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado.

26. Demonstração do fluxo de caixa

A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa:

Controladora

	30/09/2020	30/09/2019
Fornecedores	(35.930)	(2.289)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(49.089)	-
Provisão para processos judiciais	(9.481)	-
Parcelamentos tributários	9.481	-
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	**(85.019)**	**(2.289)**
Investimentos	-	133.894
Ativo de direito de uso	(74.317)	(216.674)
Imobilizado - Adiantamento de ativo imobilizado	42.132	6.251
Imobilizado - Adições	(6.202)	(3.962)
Mútuos a receber	1.531	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimentos	**(36.856)**	**(80.491)**
Passivo de arrendamento	74.317	216.674
Capital social	-	(35.926)
Reserva de capital	-	(96.592)
Reserva de lucros	-	(1.376)
Reserva de benefício fiscal	49.089	-
Dividendos a pagar	(1.531)	-
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamentos	**121.875**	**82.780**

Consolidado

i) Efeitos de transações que não afetaram o caixa na cisão

	2019
Contas a receber	7.472
Outros créditos	535
Fornecedores	(11.151)
Outros passivos	(1.094)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	**(4.238)**
Empréstimos com partes relacionadas	22.284
Imobilizado	90.372
Efeito no caixa líquido das atividades de investimentos	**112.656**
Capital social	(133.894)
Participação de não controladores	(1.697)
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamentos	**(135.591)**

ii) Efeitos de transações que não afetaram os fluxos de caixa

	30/09/2020	30/09/2019
Fornecedores	(35.930)	6.703
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(49.089)	-
Provisão para processos judiciais	(9.481)	-
Parcelamentos tributários	9.481	-
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	**(85.019)**	**6.703**
Ativo de direito de uso	(74.317)	(268.916)
Imobilizado - Adiantamento de ativo imobilizado	42.132	8.639
Imobilizado - Adições	(6.202)	(15.342)
Mútuos a receber	1.531	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimentos	**(36.856)**	**(275.619)**
Passivo de arrendamento	74.317	268.916
Capital social	-	97.968
Reserva de capital	-	(96.592)
Reserva de lucros	-	(1.376)
Reserva de benefício fiscal	49.089	-
Dividendos a pagar	(1.531)	
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamentos	**121.875**	**268.916**

27. Informação por segmento

O principal tomador de decisões considera todo o Grupo como um único segmento operacional e reportável, monitorando as operações, tomando decisões sobre a alocação de recursos e avaliando o desempenho com base em um único segmento operacional. O tomador de decisão analisa os dados financeiros relevantes em uma base consolidada para todas as subsidiárias.

A receita, os resultados e os ativos do Grupo para este segmento reportável podem ser determinados por referência à demonstração consolidada do rendimento e do rendimento integral e balanço consolidado.

O negócio é um único segmento de comércio varejista de hortifrutigranjeiros, carnes, padaria e mercadorias em gerais com predominância em produtos alimentícios, não possuindo outro segmento além do reportado.

28. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas consideradas pela Administração suficientes para cobrir os riscos inerentes de suas atividades, considerando a natureza e o grau de risco.

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura	Vigência
Responsabilidade Civil	331.877	jan/20 a jan/21
D&O	40.000	Abr/20 a Abr/21
Seguro de veículos	100% a 110% tabela FIPE	(*)

(*) Com vigência estabelecida através da contratação realizada pela unidade de negócio.

29. Eventos subsequentes

Distribuição de dividendos

Em 16 de Outubro de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o pagamento de dividendos no montante de R$ R$ 3.546 referente ao lucro de exercício de 2019.

* * *

Alex Alves dos Santos Brito
Presidente

José Bruno Vieira Filho
Diretor Financeiro

Pedro Henrique Barboza
Diretor de Controladoria

Maria Saraiva dos Santos
Contadora
CRC: PB-006592/O-5 T SP

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019

KPDS 732561

Conteúdo

Relatório da Administração **3**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas **8**

Balanços patrimoniais **13**

Demonstrações do resultado **14**

Demonstrações do resultado abrangente **15**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **16**

Demonstrações dos fluxos de caixa **17**

Demonstrações do valor adicionado **18**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras **19**

Relatório da Administração

Com mais de 40 anos de experiência no setor de alimentos frescos, o Oba Hortifruti é uma rede varejista especializada em produtos perecíveis (frutas, legumes, verduras, açougue, mercearia e frios) que representam, em média, 80% das vendas das nossas lojas. Oferecemos produtos alimentícios de alta qualidade, com ênfase em produtos perecíveis frescos, foco em saúde em bem-estar, e um comprometimento rigoroso com o atendimento ao cliente e qualidade do produto.

O Oba Hortifruti opera sob a razão social Grupo Fartura de Hortifrut S.A. ("Companhia"), e temos nossa sede na cidade de Campinas em São Paulo. Inicialmente uma empresa familiar, o Oba vem consistentemente se profissionalizando e implantando processos rígidos de controles e governança nos últimos anos. Em 2017, recebemos um aporte de capital da Crescera Capital, que nos proporcionou além do capital para um novo ciclo de crescimento, o aprimoramento da nossa estrutura de governança corporativa e a profissionalização de nossa gestão.

Nossa trajetória, em especial nos últimos anos, teve forte ritmo de crescimento de vendas. Nossa receita bruta cresceu a uma taxa composta anual média (CAGR) de 22,2% no período entre 2017 e 2019, encerramos o ano de 2019 com o maior patamar de receita da história da Companhia, atingindo uma receita bruta consolidada de R$ 1.437,3 milhões. A receita líquida consolidada foi de R$ 1.330,8 milhões, 16,0% acima de 2018. O lucro bruto consolidado foi de R$ 546,5 milhões, 18,9% acima do ano de 2018, enquanto a margem bruta foi de 41,1%. Nosso EBITDA(1) atingiu R$ 127,2 milhões, com margem EBITDA(2) de 9,6%, enquanto nosso EBITDA ajustado(3) atingiu R$ 146,5 milhões, com margem EBITDA ajustada(4) foi de 11,0%.

No ano, abrimos 7 novas lojas, com o processo estruturado de abertura de lojas, sempre com a estratégia de buscar o adensamento em regiões atuais e novas praças, com formatos certos para cada ponto comercial e com o time de expansão e processos bem estabelecidos.

Atualmente contamos com 2 centros de centro de distribuição com um total de 30 mil m², e além de abastecer as lojas ao redor, quando interligado entre si, os CDs funcionam como uma rede eficiente de *sourcing* local e se aproveitando da logística entre os CDs para criar uma logística reversa entre eles.

Em 31 de dezembro de 2019, operávamos 49 lojas distribuídas em 11 cidades, 2 estados e no Distrito Federal, nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, além de mantermos 2 centros de distribuição e 1 frigorifico próprios.

Nossos *clusters* atingem regiões com alta densidade populacional, elevado poder aquisitivo per capita, crescimento econômico superior à média nacional e ambiente competitivo atrativo para exploração do nosso formato.

Principais Indicadores Financeiros e Operacionais

A tabela a seguir apresenta, para os períodos indicados, uma seleção de informações financeiras, derivadas das nossas demonstrações financeiras consolidadas para os períodos indicados, e operacionais consolidadas, que confirmam a resiliência e capacidade de forte crescimento do Oba Hortifrúti:

(em R$ milhares, exceto quando indicado)	Exercício Social encerrado em 31 de Dezembro de 2019	2018	%
Receita bruta	1.437,3	1.231,1	16,7%
Receita líquida	1.330,8	1.147,1	16,0%
Lucro bruto	546,5	459,7	18,9%
Margem bruta	41,1%	40,1%	1,0pp
EBITDA (1)	127,3	70,0	81,8%
Margem EBITDA (2)	9,6%	6,1%	3,5pp
EBITDA ajustado (3)	146,5	84,5	7,6%
Margem EBITDA ajustado (4)	11,0%	7,4%	(0,5pp)
Lucro líquido	21,7	36,1	(39,9%)
Margem líquida	1,6%	3,1%	(1,5%)
Dívida Líquida (5)	108,7	52,9	
Dívida Líquida sobre EBITDA Ajustado	0,7x	0,6x	

(1) O EBITDA *(Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12.O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da Companhia em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, conciliada com nossas demonstrações financeiras. O EBITDA consiste no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização.
(2) A Margem EBITDA corresponde à divisão entre o EBITDA e a receita líquida.
(3) O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA de um período ou exercício ajustado para excluir ou adicionar efeitos do mesmo período ou exercício, conforme aplicável. O EBITDA Ajustado é calculado a partir do EBITDA adicionado a linha de Outras receitas (despesas) operacionais líquida. O EBITDA Ajustado e a margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pela IFRS, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser consideradas como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa operacional, assim como não devem ser consideradas como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia.). Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16 / CPC 06(R2)). Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou a abordagem retrospectiva modificada simplificada. Consequentemente, as informações contábeis de 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16 / CPC 06(R2) e, por isso, não são comparáveis com as informações contábeis de 31 de dezembro de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma, com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso relativo ao arrendamento mercantil e juros pela atualização do passivo de arrendamento, bem como redução das despesas com aluguéis. O impacto dos pagamentos de arrendamentos no EBITDA Ajustado foi de R$55,5 milhões em 2019 e o EBITDA Ajustado excluindo o impacto da adoção do IFRS16 seria de R$91,0 com Margem EBITDA Ajustada de 6,8%%.
(4) A Margem EBITDA Ajustado corresponde à divisão entre o EBITDA Ajustado e a receita líquida
(5) A dívida líquida consiste no endividamento bancário bruto adicionado do Caixa e equivalentes de Caixa.

Indicadores Operacionais	2019	2018	%
Receita Bruta Total	1.437,3	1.231,1	16,7%
Receita Bruta Canal Físico (6)	1.429,0	1.226,4	16,5%
Receita Bruta Canais Digitais (7)	**8,311**	**4,7**	**78,0%**
Share de venda Digital	**0,6%**	**0,4%**	**0,2pp**
Vendas mesmas lojas (Bruta)	**1.250,8**	**1.213,7**	**3,1%**
Vendas mesmas lojas (Líquida)	1.166,7	1.133,4	2,9%
Número de lojas	**49**	**42**	**16,7%**
São Paulo Capital	19	13	46,2%
São Paulo Interior	9	9	0,0%
Campinas	11	11	0,0%
Distrito Federal	8	7	14,3%
Goiânia	2	2	0,0%

(6) Venda originadas por clientes dentro das lojas físicas

(7) Vendas originadas por clientes por aplicativos e telefone. Inclui as modalidades de Delivery, onde o cliente recebe a mercadoria em casa, ou *'Click-and-Collect',* onde o cliente origina a compra pelos canais digitais e retira a mercadoria na loja.

Formatos de Lojas

Oba Hortifruti

Nossas lojas Oba Hortifruti caracterizam-se por uma disposição otimizada, onde frutas, legumes e verduras "FLV" são o centro das atenções, colocados em bancadas baixas no centro da loja, permitindo uma visão completa do ambiente. A disposição das lojas proporciona uma experiência única, oferecendo encantamento no serviço ao cliente. Nossos estabelecimentos possuem funcionários altamente treinados, que facilitam a venda assistida e proporcionam conveniência e comodidade aos nossos clientes. Sobretudo, as lojas Oba Hortifruti oferecem um sortimento de produtos diferenciado, seja pela qualidade e origem dos alimentos frescos, seja pela exclusividade dos nossos produtos de adega e mercearia que, em sua maioria, são encontrados apenas na nossa rede.

Oba Farm

O Oba Farm mantém os mesmos princípios de qualidade e atendimento do Oba Hortifruti, porém em um modelo maior e mais temático, que remete a uma fazenda: o mobiliário é composto de madeira rústica, a decoração possui itens típicos de fazendas, com frutas "*animatronics*", e a arquitetura externa tem a forma de um celeiro. A disposição segue o mesmo *layout* do Oba Hortifruti, com bancadas de frutas centrais e visão completa e desobstruída da loja.

Digital

O ano de 2019 marcou um avanço importante para a estratégia Digital da Companhia. Lançamos em dezembro de 2019 nossa plataforma proprietária de *e-commerce*, que junto com outros canais de *'delivery'* e '*click and collect'* e aplicativos agregadores de terceiros, compõem o ambiente omnicanal da Companhia. Nossa estratégia digital se baseia na omnicanalidade, onde nossas lojas funcionam como mini CDs servindo a região ao redor. Nossa plataforma digital se utiliza da nossa infraestrutura e expertise já embarcada nas lojas, servindo como um forte alavancando de vendas por metro quadrado, e nossos funcionários altamente treinados em FLV atuam na seleção e embalagem dos produtos, garantindo que o cliente digital tenha a mesma experiência e qualidade que ele encontra na loja. Anteriormente ao lançamento da plataforma digital, possuíamos a venda delivery através de canais como telefone e aplicativos de mensagens, que representaram uma penetração de 0,9% e 0,6% da receita total do OBA, no quarto trimestre de 2019 e no ano de 2019 respectivamente.

Informações Financeiras Relevantes

Receita Líquida

Receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 1.330,8 milhões comparativamente a R$ 1.147,1 milhões no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$ 183,7 milhões ou 16,0%. Este aumento é atribuído substancialmente a (i) receitas de 7 novas lojas abertas em 2019, (ii) vendas mesmas lojas, que correspondem às operações com mais de 12 meses de funcionamento, tiveram crescimento de 2,9% de receita liquida em 2019.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 546,5 milhões comparativamente a R$ 459,7 milhões no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$ 86,8 milhões ou 18,9%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento da receita líquida e ao ganho de eficiência na margem bruta decorrente principalmente de maior controle sobre os processos de transformação e perdas de mercadorias e melhorias em processos de precificação. O Lucro bruto

representou 41,1% e 40,1% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Despesas com vendas e distribuição

Despesas com vendas e distribuição no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 400,5 milhões comparativamente a R$ 329,1 milhões no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$ 71,4 milhões ou 21,7%. Este aumento é atribuído substancialmente à: (i) aumento de despesas variáveis com vendas, tais como despesas com frete e transporte e taxas de cartões, devido ao aumento da receita, (ii) impacto de menor diluição de despesas nas 7 novas lojas abertas em 2019, compensados por uma redução das despesas pelo efeito na contabilização da depreciação de direito de uso de ativos alugados, conforme determinado pelo CPC 06(R2)/IFRS 16, que impactou apenas o ano de 2019. Despesas operacionais representou 30,1% e 28,7% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 59,2 milhões comparativamente a R$ 53,8 milhões no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$ 5,4 milhões ou 10,0%. Este aumento é atribuído substancialmente a (i) despesas com serviços prestados por terceiros, como consultorias e TI e (ii) contingência tributária referente a processo de PIS e COFINS. Em relação à receita líquida, houve uma diluição de 0,3 ponto percentual devido ao crescimento da receita superior ao incremento de estruturas administrativas. Despesas gerais e administrativas representou 4,4% e 4,7% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras despesas operacionais líquidas são compostas de (i) Despesas Pré-operacionais, (ii) contingências tributárias de PIS e COFINS, (iii) despesas com reestruturação tais como despesas com consultorias e advogados para reestruturação societária e organizacional da Companhia, (iv) receitas na alienação de ativos imobilizados.

Outras despesas operacionais líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R$ 19,3 milhões comparativamente a R$ 14,5 milhões no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$ 4,8 milhões ou 32,7%. Este aumento se deu principalmente (i) ao aumento de "Despesas Pré-operacionais" devido ao maior número de lojas abertas no período e em construção e (ii) contingência tributária referente à multa do processo tributário de PIS e COFINS. Outras despesas operacionais líquidas representou 1,4% e 1,3% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA por sua vez foi de R$ 127,3 milhões comparativamente a R$ 70,0 milhões em 2018 o que representou uma variação de 81,8%. As Margens EBITDA atingiram 9,6% e 6,1%, respectivamente em 2019 e 2018. Ajustando efeitos não recorrentes do resultado, aqueles incluídos na linha de Outras receitas (Despesas) operacionais líquida, o EBITDA Ajustado foi de R$ 146,5 milhões comparativamente a R$ 84,5 milhões em 2018, o que representou uma variação de 73,3%, com Margens EBITDA Ajustado de 11,0% e 7,4%, respectivamente em 2019 e 2018.

	Exercício social encerrado em	
(Em milhões de reais)	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Resultado líquido do período/exercício	21,7	36,1
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	10,6	12,8
(+) Resultado financeiro, líquido	34,8	13,1
(+) Depreciação e amortização	12	8
(+) Depreciação do ativo de direito de uso	48,2	-
EBITDA	**127,3**	**70,0**
Margem EBITDA	**9,6%**	**6,1%**
(+) Despesa pré operacional [1]	15,7	12,5
(+) Multa tributária	2,2	-
(+) Despesas de reestruturação [2]	7,1	3,1
(-) Outras (receitas) despesas	-1,3	-1
(-) (Receita) despesa na alienação de bens permanentes	-4,5	-0,1
EBITDA Ajustado [3]	**146,5**	**84,5**
Receita líquida	1.330,8	1.147,1
Margem EBITDA Ajustado [3]	**11,0%**	**7,4%**

(1) Refere-se a despesas que ocorrem antes da abertura das novas lojas (pré-operação), tais como as taxas de abertura, contratação de pessoal e comunicação visual das lojas entre outras.
(2) Refere-se a gastos com reestruturação organizacional do Grupo, como consultorias, readequações logísticas, rescisão de pessoal que abrange todas as áreas operacionais e administrativas.
(3) Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16 / CPC 06(R2)). Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou a abordagem retrospectiva modificada simplificada. Consequentemente, as informações contábeis de 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16 / CPC 06(R2) e, por isso, não são comparáveis com as informações contábeis de 31 de dezembro de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma, com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso relativo ao arrendamento mercantil e juros pela atualização do passivo de arrendamento, bem como redução das despesas com aluguéis. O impacto dos pagamentos de arrendamentos no EBITDA Ajustado foi de R$55,5 milhões em 2019 e o EBITDA Ajustado excluindo o impacto da adoção do IFRS16 seria de R$91,0 com Margem EBITDA Ajustada de 6,8%.

Auditores independentes

As demonstrações financeiras do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. ("Companhia"), individuais e consolidadas, foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes ("KPMG"). A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor que consistem em: a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; b) não exercer funções gerenciais; e c) não advogar pela Companhia ou prestar qualquer serviço que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

A Administração

KPMG Auditores Independentes
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí
Edifício Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas e Administradores do
Grupo Fartura de Hortifrut S.A.
Campinas – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Grupo Fartura de Hortifrut S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Grupo Fartura de Hortifrut S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Ênfase

Em 27 de março de 2020, emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 de acordo com as práticas contábeis aceitas no Brasil, que ora está sendo reemitido. Conforme descrito na nota explicativa nº 3, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reemitidas para refletir uma base de preparação de acordo com as práticas aceitas no Brasil, com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as normas da CVM descritas na referida nota explicativa. Consequentemente, nossa opinião substitui a opinião anteriormente emitida. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Adoção inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operação de arrendamento mercantil

Veja as notas explicativas 8.k e 18 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente à Companhia. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento no balanço patrimonial, salvo as exceções permitidas pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16. Ao mensurar os passivos de arrendamento a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando uma taxa de desconto incremental. A determinação da taxa de desconto envolve julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste nos saldos de passivos e ativos. A Companhia também exerceu julgamento para determinar o prazo de arrendamento, considerando a avaliação da Companhia de ter razoável certeza de exercer prorrogações.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do desenho dos controles implementados pela Companhia para a aplicação do novo pronunciamento de arrendamentos, e especificamente para a mensuração dos direitos de uso e dos passivos de arrendamento. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade e a consistência das premissas e da metodologia utilizada na determinação da taxa de desconto, que foi calculada com base no custo de captação, ponderando os respectivos prazos dos contratos. Também avaliamos os julgamentos exercidos pela Companhia para determinar o prazo de arrendamento. Efetuamos testes documentais para exatidão e integridade das bases de dados utilizadas nos cálculos para mensuração dos contratos de arrendamento, e que suportam os valores registrados, bem como efetuamos a conferência aritmética e da adequada classificação do passivo de arrendamento entre circulante e não circulante. Consideramos também a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Devido às incertezas e aos julgamentos relacionados a premissas e estimativas na determinação da taxa de desconto e do prazo de arrendamento e à relevância das operações de arrendamento, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.	No decorrer da nossa auditoria, identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, os quais não foram registrados e divulgados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os montantes contabilizados na adoção inicial do CPC 06(R2)/IFRS 16 – Operação de arrendamento mercantil e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado
As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior
Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 15 de outubro de 2020, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 20 de outubro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027612/F

Juliana de Lira Bilachi
Contadora CRC 1SP254945/O-7

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Caixa e equivalentes de caixa	10	64.040	49.869	64.187	93.716
Aplicações financeiras	11	2.000	-	2.000	-
Instrumentos financeiros derivativos	30.c	21	53	21	53
Contas a receber de clientes	12	85.499	58.930	85.073	72.935
Estoques	13	106.067	68.477	106.193	83.776
Tributos a recuperar	14	22.364	8.235	22.367	9.073
Imposto de renda e contribuição social		-	384	23	659
Outros créditos		1.532	238	1.533	2.932
Circulante		**281.523**	**186.186**	**281.397**	**263.144**
Outros créditos		4.890	25	4.890	25
Aplicações financeiras	11	-	1.500	-	1.500
Depósitos judiciais	23.c	2.354	621	2.354	834
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.c	2.458	-	2.554	380
Tributos a recuperar	14	5.705	2.255	5.705	2.770
Empréstimos a receber de partes relacionadas	15	1.534	4.344	1.534	23.427
		16.941	**8.745**	**17.037**	**28.936**
Investimentos	16.a	-	154.164	-	-
Ativo de direito de uso	18.a	222.617	-	222.617	-
Imobilizado	17	200.997	95.948	201.036	205.357
Intangível		9.494	1.625	9.494	3.269
Não circulante		**450.049**	**260.482**	**450.184**	**237.562**
Total do ativo		**731.572**	**446.668**	**731.581**	**500.706**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Fornecedores	19	97.575	74.009	97.589	92.974
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	66.415	66.004	66.415	77.739
Passivo de arrendamento	18.b	56.712	-	56.712	-
Instrumentos financeiros derivativos	30.c	19	63	19	298
Obrigações sociais e trabalhistas	21	34.822	25.060	34.947	31.888
Obrigações tributárias	22	7.646	4.089	7.676	5.368
Imposto de renda e contribuição social		2.671	3.242	2.671	4.408
Parcelamentos tributários		3.740	102	3.740	2.579
Contas a pagar		12.219	7.662	12.236	10.290
Dividendos a pagar	24.d (i)	-	3.000	-	3.000
Provisão para processos judiciais	23	1.896	-	1.896	-
Outros passivos		698	8	698	28
Circulante		**284.413**	**183.239**	**284.599**	**228.572**
Provisão para passivo a descoberto em controlada	16.a	177	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	108.498	68.328	108.498	68.831
Passivo de arrendamento	18.b	177.764	-	177.764	-
Parcelamentos tributários		2.573	494	2.573	5.016
Provisão para processos judiciais	23	9.551	1.037	9.551	1.037
Empréstimos a pagar para partes relacionadas	15	-	6	-	2.006
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.c	-	799	-	799
Não circulante		**298.563**	**70.664**	**298.386**	**77.689**
Total do passivo		**582.976**	**253.903**	**582.985**	**306.261**
Capital social	24.a	91.438	89.864	91.438	89.864
Reservas de capital	24.b	20.000	79.092	20.000	79.092
Reservas de lucros	24.c	37.158	23.809	37.158	23.809
Patrimônio líquido		**148.596**	**192.765**	**148.596**	**192.765**
Participação de não controladores		-	-	-	1.680
Patrimônio líquido total		**148.596**	**192.765**	**148.596**	**194.445**
Total do passivo e patrimônio líquido		**731.572**	**446.668**	**731.581**	**500.706**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Receitas de vendas	25	1.163.121	938.852	1.330.781	1.147.057
Custos das vendas	26	(695.641)	(574.254)	(784.296)	(687.330)
Lucro bruto		**467.480**	**364.598**	**546.485**	**459.727**
Despesas com vendas e distribuição	26	(339.177)	(263.012)	(400.504)	(329.137)
Despesas gerais e administrativas	26	(49.456)	(39.602)	(59.204)	(53.805)
Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	26	(447)	(235)	(455)	(247)
Outras despesas	26	(19.742)	(10.695)	(19.287)	(14.525)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		**58.658**	**51.054**	**67.035**	**62.013**
Receitas financeiras	27	3.100	7.229	4.769	8.110
Despesas financeiras	27	(35.479)	(17.945)	(39.525)	(21.251)
Resultado financeiro, líquido		**(32.379)**	**(10.716)**	**(34.756)**	**(13.141)**
Equivalência patrimonial	16.c	3.292	6.120	-	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**29.571**	**46.458**	**32.279**	**48.872**
Imposto de renda e contribuição social corrente	28	(10.293)	(7.723)	(13.559)	(10.541)
Imposto de renda e contribuição social diferido	28	2.398	(2.609)	2.973	(2.229)
Lucro líquido do exercício		**21.676**	**36.126**	**21.693**	**36.102**
Lucro atribuível à acionistas controladores		21.676	36.126	21.676	36.126
Lucro atribuível à acionistas não controladores		-	-	17	(24)
Lucro líquido do exercício		**21.676**	**36.126**	**21.693**	**36.102**
Lucro básico e diluído por lote de mil ações no fim do exercício - R$	29	779,43	1.141,06	779,43	1.140,30

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Lucro líquido do exercício	21.676	36.126	21.676	36.102
Resultado abrangente total	**21.676**	**36.126**	**21.693**	**36.102**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		Capital social			Reservas de lucros						
	Nota	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízo acumulado	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido total
Saldos em 1º de janeiro de 2018		**127.364**	**(67.500)**	**57.500**	**-**	**-**	**(8.408)**	**-**	**108.956**	**1.704**	**110.660**
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	-	36.126	**36.126**	(24)	**36.102**
Integralização de capital e aporte de reserva de capital em 31/05/2018	24.a	-	15.000	15.000	-	-	-	-	**30.000**	-	**30.000**
Integralização de capital e aporte de reserva de capital em 30/11/2018	24.a	-	15.000	15.000	-	-	-	-	**30.000**	-	**30.000**
Destinação do lucro:											
Constituição de reserva legal	24.d	-		-	1.806	-	-	(1.806)	**-**	-	**-**
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos	24.d	-		-	-	-	-	(12.317)	**(12.317)**	-	**(12.317)**
Absorção do prejuízo acumulado		-		(8.408)	-	-	8.408	-	**-**	-	**-**
Reserva da retenção de lucros		-		-	-	22.003	-	(22.003)	**-**	-	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**127.364**	**(37.500)**	**79.092**	**1.806**	**22.003**	**-**	**-**	**192.765**	**1.680**	**194.445**
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	-	21.676	**21.676**	17	**21.693**
Integralização de capital e aporte de reserva de capital em 31/05/2019	24.a	-	17.500	17.500	-	-	-	-	**35.000**	-	**35.000**
Integralização de capital e aporte de reserva de capital em 29/11/2019	24.a	-	20.000	20.000	-	-	-	-	**40.000**	-	**40.000**
Capital subscrito domiciliados no país com reservas	24.a	97.968	-	(96.592)	(1.376)	-	-	-	**-**	-	**-**
Redução do capital social decorrente de cisão	2.a	(133.894)	-	-	-	-	-	-	**(133.894)**	-	**(133.894)**
Destinação do lucro:											
Constituição de reserva legal	24.d	-	-	-	1.084	-	-	(1.084)	**-**	-	**-**
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos	24.d	-	-	-	-	-	-	(6.951)	**(6.951)**	-	**(6.951)**
Redução da participação dos não controladores decorrente da cisão	2.a	-	-	-	-	-	-	-	**-**	(1.697)	**(1.697)**
Reserva da retenção de lucros		-	-	-	-	13.641	-	(13.641)	**-**	-	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**91.438**	**-**	**20.000**	**1.514**	**35.644**	**-**	**-**	**148.596**	**-**	**148.596**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**29.571**	**46.458**	**32.279**	**48.872**
Ajustes					
Depreciação e amortização	26	10.078	5.721	11.955	7.979
Depreciação do arrendamento mercantil	18 e 26	40.514	-	48.232	-
Juros apropriados do passivo de arrendamento	18 e 27	16.183	-	19.149	-
Resultado de equivalência patrimonial	16	(3.292)	(6.120)	-	-
Baixa de ativo imobilizado	17	523	1.506	1.192	1.361
Provisão para processos judiciais	23	11.074	691	10.783	635
Provisão para perdas de estoque	13	(135)	(1.019)	(135)	(510)
Provisão para perdas de crédito esperadas	12	447	225	455	237
Juros provisionados, variação cambial e amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos	20	7.970	6.457	8.209	7.847
Provisão para bônus	21	8.400	3.665	10.127	4.029
Instrumentos financeiros de derivativos		(12)	(2.763)	(247)	(2.528)
IOF sobre mútuo	15.e	(17)	(116)	(95)	(149)
Juros sobre mútuo	15.e	305	(291)	305	(291)
Outros		-	(769)		(728)
		121.609	**53.645**	**142.209**	**66.754**
Variações dos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(11.165)	(7.653)	(20.065)	(9.644)
Estoques		(23.643)	(16.890)	(22.282)	(21.791)
Tributos a recuperar		(14.259)	(7.070)	(16.229)	(8.029)
Depósitos judiciais		(1.362)	(67)	(1.520)	(92)
Outros créditos		(3.422)	(101)	(4.001)	(924)
Fornecedores		3.649	4.416	(2.023)	21.939
Contas a pagar		2.724	2.476	1.946	2.802
Obrigações sociais e trabalhistas		(7.079)	836	(7.068)	2.435
Obrigações tributárias		785	(1.429)	1.618	(1.910)
Pagamento de processos judiciais	23	(837)	(569)	(849)	(569)
Outros passivos		652	7	1.764	28
Caixa gerado nas operações		**67.652**	**27.601**	**73.500**	**50.999**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(10.480)	(12.260)	(14.660)	(14.515)
Juros pagos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento	20 / 18.b	(22.733)	(12.865)	(26.058)	(14.453)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		**34.439**	**2.476**	**32.782**	**22.031**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(76.790)	(34.800)	(87.634)	(88.565)
Aplicações financeiras		(500)	(1.000)	(500)	(1.000)
Aumento de capital em controlada	16.c	(18.909)	(89.708)	-	-
Concessão de empréstimos a partes relacionadas	15.e	(1.531)	(3.764)	(4.654)	(4.887)
Recebimento de mútuo	15.e	3.937	-	3.937	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(93.793)**	**(129.272)**	**(88.851)**	**(94.452)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aporte de capital	24.a	75.000	60.000	75.000	60.000
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos no período	24.d	(9.951)	(11.070)	(9.951)	(11.070)
Pagamento de mútuos com partes relacionadas	15.e	(6)	(1.255)	(2.006)	(1.254)
Pagamento de arrendamento mercantil	18.b	(30.900)	-	(36.373)	-
Pagamento do principal de empréstimos e financiamentos	20	(85.220)	(102.885)	(97.303)	(139.642)
Captação de empréstimos	20	126.043	162.120	126.043	179.270
Custos de transação de empréstimos	20	(1.697)	(756)	(1.697)	(756)
Caixa líquido gerado pelas nas atividades de financiamento		**73.269**	**106.154**	**53.713**	**86.548**
Geração de caixa pela incorporação de controlada	2.b	256	-	-	-
Geração de caixa pela cisão	2.a	-	-	(27.173)	-
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**14.171**	**(20.642)**	**(29.529)**	**14.127**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10	49.869	70.511	93.716	79.589
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10	64.040	49.869	64.187	93.716
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**14.171**	**(20.642)**	**(29.529)**	**14.127**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Receitas				
Receita de serviços	749	598	749	598
Receitas de vendas	1.196.978	966.271	1.369.256	1.180.033
Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	(447)	(225)	(455)	(237)
	1.197.280	**966.644**	**1.369.550**	**1.180.394**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(660.279)	(539.671)	(747.734)	(654.095)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	(171.190)	(94.316)	(201.650)	(124.235)
Perda e recuperação de valores ativos	3.114	81	4.451	81
Valor adicionado bruto	**368.925**	**332.738**	**424.617**	**402.145**
Depreciação e amortização	(50.592)	(5.721)	(60.187)	(7.979)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**318.333**	**327.017**	**364.430**	**394.166**
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	3.484	7.333	5.440	9.091
Resultado de equivalência patrimonial	3.292	6.120	-	-
Outros	1.639	1.544	2.535	2.146
Valor adicionado total a distribuir	**326.748**	**342.014**	**372.405**	**405.403**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	**185.377**	**151.597**	**214.485**	**185.150**
Remuneração direta	165.557	136.124	189.857	166.046
Benefícios	8.290	5.954	11.346	7.899
FGTS	11.530	9.519	13.282	11.205
Impostos, taxas e contribuições	**77.079**	**93.841**	**88.506**	**109.613**
Federais	60.851	71.453	71.130	86.092
Estaduais	9.906	18.400	10.659	18.732
Municipais	6.322	3.988	6.717	4.789
Remuneração de capitais de terceiros	**42.616**	**60.450**	**47.721**	**74.538**
Juros	30.909	17.370	34.944	20.382
Aluguéis	8.229	39.703	9.088	50.502
Outras	3.478	3.377	3.689	3.654
Remuneração de capitais próprios	**21.676**	**36.126**	**21.693**	**36.102**
Constituição de reserva legal	1.084	1.806	1.084	1.806
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos	6.951	12.317	6.951	12.317
Reserva da retenção de lucros	13.641	22.003	13.641	22.003
Participação de não controladores	-	-	17	(24)
Valor adicionado distribuído	**326.748**	**342.014**	**372.405**	**405.403**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Grupo Fartura de Hortifrut. S.A. ("Companhia" e/ou "Controladora") é uma sociedade por ações, constituída e com início de suas atividades operacionais no ano de 2002, com sede na Avenida Comendador Aladino Selmi, 2502 – Galpão 5, Parque Cidade Campinas, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e sua subsidiária (conjuntamente referidas como Grupo").

O Grupo tem como atividade principal o comércio varejista de produtos alimentícios e opera através de unidades comerciais localizadas nos estados de São Paulo, Goiás e no Distrito Federal.

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo apresentava capital circulante líquido negativo de R$ 2.890 e R$ 3.202, controladora e consolidado, respectivamente (R$ 2.947 e R$ 35.048 em 2018 capital circulante positivo). O Grupo apresenta um lucro líquido no exercício de R$ 21.676 (R$ 36.126 em 2018) e um fluxo de caixa operacional positivo. O capital circulante líquido negativo ocorre devido a adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019, no qual, a norma prevê o reconhecimento do direito de uso e o passivo de arrendamento pela mensuração pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento. O reconhecimento no passivo circulante do passivo de arrendamento de R$ 56.712 (nota 18.b) gerou um impacto negativo no capital circulante do Grupo em 31 de dezembro de 2019 em decorrência do reconhecimento das parcelas estar atreladas ao prazo estabelecido no contrato de 5 anos e renováveis por mais 5 anos, totalizando 10 anos, do ativo de direito de uso. A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional e a capital circulante líquido será endereçado conforme liquidações dos passivos de arrendamento e empréstimos e financiamentos e debêntures.

2 Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das controladas relevantes da Companhia :

Controladas	Participação 2019 (%)	Participação 2018 (%)	Evento
CR Alves Participações Ltda.	-	98,69	Cindida em 01/08/2019 (a)
Oba Hortifruti Comércio e Importação de Frutas Ltda.	-	100,00	Incorporada pela Companhia em 01/10/2019 (b)
Oba Gourmet Restaurantes Ltda.	99,00	99,00	Constituída em 2018 (c)

a. Cisão parcial do investimento na CR Alves

Em 31 de agosto de 2019, a Companhia realizou o processo de cisão parcial dos ativos e passivos que representavam o investimento na CR Alves Participações Ltda. ("CR Alves"), nos termos acordados entre as partes e de acordo com os valores estabelecidos no Laudo de Avaliação, com base nos valores contábeis. A CR Alves tinha como principal fonte de receita rendimentos sobre aplicações financeiras.

Nas demonstrações financeiras da Controladora, houve a baixa do investimento no valor de R$ 133.894 (Nota 16) e a redução do capital social da Companhia, conforme Nota 24.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, como resultado, o patrimônio líquido cindido na CR Alves Participações Ltda. foi vertido à Call Holding Ltda., entidade controlada por sócios da Companhia, que sucedeu a Companhia estritamente em relação aos direitos e obrigações relacionados ao patrimônio líquido cindido, consequentemente, os impactos linha a linha nas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentados a seguir:

Ativo	**31/08/2019**	**Passivo**	**31/08/2019**
Caixa e equivalente de caixa	27.173	Fornecedores	11.151
Contas a receber com partes relacionadas	7.472	Outras contas a pagar	1.094
Outros créditos	535	**Passivo circulante**	**12.245**
Ativo circulante	**35.180**		
		Patrimônio líquido atribuído aos	
Empréstimos com partes relacionadas	22.284	**controladores** (nota 24) (nota 16.c)	**133.894**
Imobilizado (Nota 17)	90.372	Participação de não controladores	1.697
Ativo não circulante	**112.656**	**Patrimônio líquido**	**135.591**
Total do ativo	**147.836**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**147.836**

b. Incorporação da controlada Oba Hortifruti Comércio e Importação de Frutas Ltda.

Em 01 de outubro de 2019, por meio de "Assembleia Geral Extraordinária", foi aprovado o "Protocolo e Justificação de Incorporação". Nesta mesma data foi deliberada pelos acionistas da Companhia, a incorporação do acervo líquido da controlada Oba Hortifruti Comércio e Importação de Frutas Ltda. ("Oba Hortifruti"), na Companhia, , com base nos valores contábeis, uma vez que ambas as entidades poussíam controle em comum.

Em decorrência deste processo, nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, houve a baixa do investimento no valor de R$ 42.648 (Nota 16.c), e ativos e passivos da Oba Hortifruti Comércio e Importação de Frutas Ltda. foram reconhecidos como segue:

Ativo	30/09/2019	Passivo	30/09/2019
Caixa e equivalentes de caixa	256	Fornecedores	11.040
Contas a receber de clientes	15.851	Empréstimos e financiamentos	35
Estoques	13.812	Passivo de arrendamento (nota 18.b)	11.410
Tributos a recuperar	2.755	Obrigações trabalhistas	8.441
Outros créditos	407	Obrigações tributárias	5.856
Ativo circulante	**33.081**	Outras obrigações a pagar	1.833
		Outros passivos circulantes	38
Depósitos judiciais	371	**Passivo circulante**	**38.653**
Tributos a recuperar	565		
Ativo de direito de uso (nota 18.a)	44.524	Parcelamento tributário	2.749
Ativos diferidos	859	Passivo de arrendamento (nota 18.b)	35.359
Outros créditos	2.330	Provisão para perdas judiciais	173
Intangível	1.564	**Passivo não circulante**	**38.281**
Imobilizado (nota 17.b)	36.288		
Ativo não circulante	**86.501**	**Total do passivo**	**76.934**
		Patrimônio líquido/ Investimento (Nota 16.c)	**42.648**
Total do ativo	**119.582**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**119.582**

Essa operação não gerou efeito nas demonstrações financeiras consolidadas.

c. Oba Gourmet

A controlada Oba Gourmet Restaurante Ltda. ("Oba Gourmet"), foi constituída em 2018, e iniciou as atividades em 1º de maio de 2019. A controlada tem sede na cidade de Limeira – São Paulo, tendo como atividade principal "restaurante".

3 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais da controladora e consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Stantards Board – IASB*, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A emissão das informações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 20 de outubro de 2020. Após a sua emissão, os acionistas devem aprovar quaisquer mudanças subsequentes nas demonstrações financeiras.

Detalhes das principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota explicativa 8.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo, no qual, o CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos foi aplicado. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 dezembro de 2019, originalmente emitidas em 27 de março de 2020, de acordo com as práticas aceitas no Brasil, estão sendo reemitidas, para incluir também na sua base de preparação, as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Stantards Board – IASB* e as normas da CVM, em função do pedido de registro da Companhia como emissor de valores mobiliários.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arrendados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 18** - prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 23 -** reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

- **Nota explicativa 12 -** mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber de clientes; e

- **Nota explicativa 13 -** reconhecimento e mensuração da provisão de perda nos estoques.

c. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 30** - instrumentos financeiros.

6 Mudanças nas principais políticas contábeis

O Grupo aplicou inicialmente o CPC 06(R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

O Grupo adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2)/IFRS 16 em geral não foram aplicados a informações comparativas.

Definição de arrendamento

Anteriormente, o Grupo determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento conforme descrito na nota explicativa 18.

Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, o Grupo escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. O Grupo aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16. Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada a todos contratos firmados ou alterados em ou ou após 1º de janeiro 2019.

Como arrendatário

Como arrendatária, o Grupo arrenda imóveis, e classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente o Grupo. De acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, o Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, o Grupo optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17
Anteriormente, o Grupo classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental do Grupo em 1º de janeiro de 2019. O Grupo considerou uma única taxa por se tratar de um único grupo de arrendamento, imóveis. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: o Grupo aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

O Grupo utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Em particular:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- utilizou a data inicial de 1º de janeiro de 2019 ao determinar o prazo do arrendamento.

Os principais impactos decorrentes da aplicação inicial estão demonstrados na Nota Explicativa 18.

7 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

8 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário pela nota explicativa 6.

a. Base de consolidação

Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá à Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Reconhecimento de receita de contrato com cliente

Receita de vendas de mercadorias

As receitas são provenientes basicamente das vendas de produtos de varejo. Portanto, a receita da venda dos produtos no comércio varejista, diretamente ao consumidor final, é reconhecida no momento efetivo da venda, que é substancialmente o momento que a obrigação de desempenho é atendida. A receita é reconhecida quando os produtos são entregues.

As vendas direto ao consumidor permitem ao cliente devolver os produtos. Portanto, de acordo com o CPC 47/ IFRS 15 – Receitas de contratos de clientes, o valor da receita reconhecida deve ser ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido devem ser reconhecidos. A Administração avaliou as devoluções esperadas e identificou um valor imaterial e, portanto, não estão refletidas nessas demonstrações financeiras.

d. Benefícios a empregados

Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada.

A participação no resultado tem como base o atingimento de meta de receita e resultado alcançados, bem como avaliação do desempenho individual em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado ("VJR");
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. O Grupo classifica dividendos e juros sobre capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

f. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda, tais como: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) custo da mercadoria; e (iii) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda.

Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas para perdas, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

h. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Instalações comerciais	10 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	7-10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	10 anos
Edificações	25 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Ativos intangíveis

Reconhecimento e Mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Ponto comercial	5 anos
Software	5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado ("VJR"), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação o Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o Método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(iv) Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(v) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vi) Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros
O Grupo reconhece perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O Grupo está inserido no segmento de Hortifrutigranjeiros e os recebimentos pelas vendas de produtos são valores em espécie ou através de administradoras de cartões de débitos e créditos.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas
As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação
Em cada data de balanço, o Grupo avalia os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado.

Um ativo financeiro possui ”problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. A provisão para perdas é apresentada em linha separada na demonstração de resultado do Grupo (Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber).

Baixa
O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

k. Arrendamentos
O Grupo aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando o expediente prático e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 são divulgados separadamente.

(i) Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019
No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16. Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O Grupo aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando o expediente prático, no qual as informações comparativas não são reapresentadas. O Grupo divulgou políticas contábeis de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16 (para o período atual) e conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 (para o período comparativo apresentado), para que os usuários entendam o período atual, bem como informações comparativas e alterações nas políticas contábeis significativas.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em rubricas específicas no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor
O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019
Para contratos celebrados antes de 1 de janeiro de 2019, o Grupo determinou se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- o cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e

- o acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido:

- o comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo; ou

- o comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo

Como arrendatário
No período comparativo, como arrendatário, o Grupo classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

l. Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação quemaximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

m. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisões para contingências

Uma provisão de contingências é reconhecida quando, por resultado de eventos passados, há uma obrigação presente provável de uma saída de recurso. No caso de passivo contingente, isto é uma obrigação possível que resulte de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle do Grupo, apenas a divulgação em suas demonstrações financeiras é efetuada.

n. Informação por segmento

O principal tomador de decisões considera todo o Grupo como um único segmento operacional e reportável, monitorando as operações, tomando decisões sobre a alocação de recursos e avaliando o desempenho com base em um único segmento operacional. O tomador de decisão analisa os dados financeiros relevantes em uma base consolidada para todas as subsidiárias.

A receita, os resultados e os ativos do Grupo para este segmento reportável podem ser determinados por referência à demonstração consolidada do rendimento e do rendimento integral e balanço consolidado.

O negócio é um único segmento de comércio varejista de hortifrutigranjeiros, carnes, padaria e mercadorias em gerais com predominância em produtos alimentícios, não possuindo outro segmento além do reportado.

o. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado.

9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8); e

10 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Caixa	1.341	1.610	1.344	43.593
Bancos conta movimento	20.151	7.354	20.154	10.214
Numerários em trânsito	1.131	43	1.130	42
Aplicações financeiras de liquidez imediata	41.417	40.862	41.559	39.867
	64.040	**49.869**	**64.187**	**93.716**

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (95,5% do CDI 2019 e 2018), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

11 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Títulos de capitalização	2.000	1.500	2.000	1.500
	2.000	**1.500**	**2.000**	**1.500**
Circulante	2.000	-	2.000	-
Não circulante	-	1.500	-	1.500

O saldo é decorrente de investimentos em títulos de capitalização, atualizado pela Taxa Referencial ("TR") aplicada às cadernetas de poupança.

12 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Duplicatas e cheques a receber	2.751	4.502	2.752	1.444
Duplicatas a receber com partes relacionadas	1.057	1.100	1.057	1.100
Outras contas a receber	2.214	1.053	2.219	1.262
Administradoras de cartão	80.174	52.589	79.742	69.455
Sub-total	**86.196**	**59.244**	**85.770**	**73.261**
(-) Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	(697)	(314)	(697)	(326)
Total	**85.499**	**58.930**	**85.073**	**72.935**

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber. O Grupo possui títulos cedidos em garantia conforme Nota 20.d. A exposição do Grupo a riscos de créditos está apresentada na Nota 30.b.

As operações com administradores de cartão de crédito são registradas líquidas das comissões pagas às respectivas administradoras, registradas nas demonstrações do resultado como despesas de vendas. O Grupo possui créditos cedidos para instituições financeiras conforme nota 20.

O Grupo reconhece a perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber após análise individualizada dos clientes. Além disso, temos como política reconhecer como perda os saldos vencidos há mais de 90 dias cujo recebimento não líquido é certo, exceto para o contas a receber com partes relacionadas. O saldo vencido a mais de 90 dias demonstrado no aging-list abaixo e não provisionados referem-se principalmente aos saldos a receber com partes relacionadas, na qual a Administração avalia que são recuperáveis e nenhuma provisão para perda foi constituída.

A Companhia possuía provisão para perdas de crédito esperadas no montante de R$ 697 (R$ 314 em 2018) nas demonstrações financeiras individuais da controladora, e R$ 697 (R$ 326 em 2018) nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme movimentação a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Saldo anterior	314	79	326	79
Incorporação operação Oba Hortifruti	10	-	-	-
Perdas por redução ao valor recuperável do exerício	447	235	455	247
Baixa de contas a receber	(74)	-	(84)	-
Saldo final	**697**	**314**	**697**	**326**

Abaixo segue o *aging list* do contas a receber de clientes e outras contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
A vencer	82.033	58.012	82.124	71.893
Vencidos:				
30 dias	1.416	191	1.325	311
60 dias	214	52	164	61
90 dias	371	40	342	48
120 dias	458	71	383	73
180 dias	429	226	196	214
Acima de 180 dias	1.275	652	1.236	661
Total	**86.196**	**59.244**	**85.770**	**73.261**

Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável

A exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao 'Contas a receber de clientes', está divulgada na nota explicativa 30.b

13 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Mercadorias para revenda	95.226	58.214	95.352	72.848
Material de embalagem e consumíveis	7.086	4.095	7.086	4.755
Adiantamento a fornecedores	3.755	6.168	3.755	6.173
	106.067	**68.477**	**106.193**	**83.776**

A provisão de estoques em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são realizadas de acordo com percentual de perda histórica aplicado sobre os saldos em aberto

A Administração constituiu provisão para perdas dos estoques no montante de R$ 120 (R$ 255 em 2018) nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicada nos estoques de mercadorias para revenda, conforme apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Saldo anterior	(255)	(765)	(255)	(1.274)
Constituição	(1.338)	(235)	(1.338)	(235)
Baixa	1.473	745	1.473	1.254
Saldo final	**(120)**	**(255)**	**(120)**	**(255)**

14 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (a)	15.368	7.200	15.368	8.047
PIS e COFINS a recuperar (a)	9.095	3.073	9.097	3.479
INSS a recuperar (a)	3.526	-	3.526	8
Outros	80	217	81	309
	28.069	**10.490**	**28.072**	**11.843**
Ativo circulante	22.364	8.235	22.367	9.073
Ativo não circulante (b)	5.705	2.255	5.705	2.770

(a) Em 2019, foi registrado créditos tributários extemporâneos de ICMS, PIS, COFINS e INSS no montante de R$ 18.311 (R$ 6.431 em 2018) em contrapartida de despesas gerais e administrativas, despesas com vendas e distribuição e custo das vendas nos montantes de R$ 3.527, R$ 7.473 e R$ 7.311 (R$ 6.431 em 2018 nas despesas com vendas e distribuição), respectivamente, conforme nota 26. Os créditos serão compensandos com impostos a pagar.

(b) O valor correspondente a longo prazo refere-se aos avos de ICMS a recuperar incidentes sobre compra de ativo imobilizado.

15 Partes relacionadas

a. Controladora

(i) Contas patrimoniais – Ativo e Passivo

	Impacto nas contas patrimonais									
	31/12/2019					31/12/2018				
	Contas a receber (Nota 12)	Mútuos a receber	Contas a pagar	Fornecedores (Nota 19)	Mútuos a pagar	Contas a receber (Nota 12)	Mútuos a receber	Contas a pagar	Fornecedores (Nota 19)	Mútuos a pagar
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	-	-	(612)	-	-	-	-	-	-	-
Luiz Las Casas Alves (iv)	-	71	-	-	-	-	-	-	-	-
Alex Alves dos Santos de Brito (i) (ii) (iv)	8	32	(1)	-	-	-	-	(1)	-	-
Carlos Roberto Alves (i) (ii) (iv)	1	1.201	(6)	-	-	5	2.769	(5)	-	-
ARC Dia Comércio Varejista Ltda. (ii)	819	-	-	-	-	821	-	-	-	-
Comércio Atacadista de Frutas e Legumes Global Ltda ME (ii)	22	-	-	(14)	-	16	-	-	(267)	-
Comercial Ki Frutas Ltda. (ii)	77	-	-	-	-	59	-	-	-	-
Raimundo Desiderio Alves Caetano (i) (ii) (iv)	6	230	(10)	-	-	9	-	(9)	-	-
FCA Comércio de Alimentos Ltda. (ii)	3	-	-	-	-	-	1.575	-	-	-
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda. (ii)	121	-	-	(28)	-	185	-	-	-	(6)
Sevla Construtora e Incorporadora Ltda. (iii)	-	-	-	(977)	-	-	-	-	-	-
Mooca Administradora de Alugueis Ltda. (i)	-	-	(421)	-	-	-	-	-	-	-
Agrindoor Agropecuária Ltda. (i)	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-
	1.057	**1.534**	**(1.050)**	**(1.019)**	**-**	**1.100**	**4.344**	**(15)**	**(267)**	**(6)**

(ii) Contas de resultado

	Impacto no resultado										
	31/12/2019					31/12/2018					
	Vendas de mercadorias	Receitas financeiras	Outros serviços	Compras de mercadorias	CPC 06 (R2) - Deprec. + juros	Vendas de mercadorias	Receitas financeiras	Serviços prestados	Outros serviços	Compras de mercadorias	Aluguéis
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	-	-	146	-	7.059	1	-	-	406	-	6.627
Alex Alves dos Santos de Brito (i) (ii) (iv)	15	-	6	-	10	-	-	-	-	-	10
Carlos Roberto Alves (i) (ii) (iv)	21	78	39	-	24	11	144	-	39	-	20
ARC Dia Comércio Varejista Ltda. (ii)	67	-	-	-	-	1.427	-	-	-	-	-
Comércio Atacadista de Frutas e Legumes Global Ltda ME (ii)	163	-	-	2.017	-	292	-	20	-	761	-
Comercial Ki Frutas Ltda. (ii)	128	-	-	-	-	180	-	-	-	-	-
Raimundo Desiderio Alves Caetano (i) (ii) (iv)	38	-	1	-	123	42	-	-	-	-	112
FCA Comércio de Alimentos Ltda. (ii)	34	85	-	-	-	20	147	-	-	-	-
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda. (ii)	623	-	-	37	82	1.587	-	-	2	50	-
Sevla Construtora e Incorporadora Ltda. (iii)	1	-	-	-	-	7	-	-	-	-	145
Mooca Administradora de Alugueis Ltda. (i)	-	-	526	-	4.403	-	-	-	228	-	1.808
Super Varejão Caraca Ltda. (ii)	1.164	-	-	87	-	814	-	-	-	-	-
	2.254	**163**	**718**	**2.141**	**11.701**	**4.381**	**291**	**20**	**675**	**811**	**8.722**

b. Consolidado

(i) Contas patrimoniais – Ativo e Passivo

	Impacto nas contas patrimonais									
	31/12/2019					31/12/2018				
	Contas a receber (Nota 12)	Mútuos a receber	Contas a pagar	Fornecedores (Nota 19)	Mútuos a pagar	Contas a receber (Nota 12)	Mútuos a receber	Contas a pagar	Fornecedores (Nota 19)	Mútuos a pagar
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	-	-	(612)	-	-	-	10.084	-	-	-
Luiz Las Casas Alves (iv)	-	71	-	-	-	-	857	-	-	-
Alex Alves dos Santos de Brito (i) (ii) (iv)	8	32	(1)	-	-	-	1.375	(1)	-	-
Carlos Roberto Alves (i) (ii) (iv)	1	1.201	(6)	-	-	5	5.200	(5)	-	-
ARC Dia Comércio Varejista Ltda. (ii)	819	-	-	-	-	821	2.359	-	-	-
Comércio Atacadista de Frutas e Legumes Global Ltda ME (ii)	22	-	-	(14)	-	16	1.240	-	(267)	-
Comercial Ki Frutas Ltda. (ii)	77	-	-	-	-	59	-	-	-	-
Raimundo Desiderio Alves Caetano (i) (ii) (iv)	6	230	(10)	-	-	9	733	(9)	-	-
FCA Comércio de Alimentos Ltda. (ii)	3	-	-	-	-	-	1.575	-	-	(2.000)
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda. (ii)	121	-	-	(28)	-	185	-	-	-	(6)
Sevla Construtora e Incorporadora Ltda. (iii)	-	-	-	(977)	-	-	-	-	-	-
Mooca Administradora de Alugueis Ltda. (i)	-	-	(421)	-	-	-	-	-	-	-
Global Guanabara Ilha Hortifruti Ltda. (i)	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-
Agrindoor Agropecuária Ltda. (i)	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-
	1.057	**1.534**	**(1.050)**	**(1.019)**	**-**	**1.100**	**23.427**	**(15)**	**(267)**	**(2.006)**

(ii) Contas de resultado

	Impacto no resultado										
	31/12/2019					31/12/2018					
	Vendas de mercadorias	Receitas financeiras	Outros serviços	Compras de mercadorias	CPC 06 (R2) - Deprec. + juros	Vendas de mercadorias	Receitas financeiras	Serviços prestados	Outros serviços	Compras de mercadorias	Aluguéis
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	-	-	146	-	7.059	1	-	-	406	-	6.627
Alex Alves dos Santos de Brito (i) (ii) (iv)	15	-	6	-	10	41	-	-	-	-	10
Carlos Roberto Alves (i) (ii) (iv)	21	78	39	-	24	11	144	-	39	-	20
ARC Dia Comércio Varejista Ltda. (ii)	67	-	-	-	-	1.427	-	-	-	-	-
Comércio Atacadista de Frutas e Legumes Global Ltda ME (ii)	163	-	-	2.017	-	292	-	20	-	761	-
Comercial Ki Frutas Ltda. (ii)	128	-	-	-	-	180	-	-	-	-	-
Raimundo Desiderio Alves Caetano (i) (ii) (iv)	38	-	1	-	123	42	-	-	-	-	112
FCA Comércio de Alimentos Ltda. (ii)	34	85	-	-	-	20	147	-	-	-	-
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda. (ii)	623	-	200	37	82	1.587	-	-	2	50	303
Sevla Construtora e Incorporadora Ltda. (iii)	1	-	-	-	-	7	-	-	-	-	145
Mooca Administradora de Alugueis Ltda. (i)	-	-	526	-	4.403	-	-	-	228	-	1.808
Super Varejão Caraca Ltda. (ii)	1.164	-	-	87	-	814	-	-	-	-	-
	2.254	**163**	**918**	**2.141**	**11.701**	**4.422**	**291**	**20**	**675**	**811**	**9.025**

c. Composição

(i) Refere-se a saldo a pagar decorrente de contratos de aluguel (arrendamento mercantil) das lojas, cujo prazo de aluguel é de 5 a 10 anos, com pagamentos mensais;

(ii) Refere-se a compra e venda de mercadorias, com prazo médio de pagamento e recebimento de 30 dias;

(iii) Refere-se aos serviços prestados de engenharia para a construção das novas lojas e reformas nas lojas existentes;

(iv) Refere-se a contratos de mútuos a receber remunerados a 100% do CDI, com vencimento em parcela única para o mês de março de 2020. Os mútuos foram liquidados conforme divulgado na nota explicativa 33.c.

As operações com partes relacionadas, apresentadas nos quadros acima são resultados principalmente de transações que a Companhia tem junto aos seus principais acionistas e suas controladoras mantém entre si e com outras entidades relacionadas, e foram registradas nos termos e condições citados acima acordado entre as partes.

d. Honorários dos profissionais chaves da administração

O Grupo considera como "profissionais chaves da administração", os integrantes da sua diretoria e conselho. A remuneração dos referidos profissionais, está composta por despesas que incluem salários, encargos sociais, pró-labore e bônus no montante de R$ 8.174 (R$ 6.414 em 2018) nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

e. Movimentação dos saldos de mútuos

(i) Mútuos a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Saldo inicial	**4.344**	**173**	**23.427**	**18.100**
Concessão de empréstimos	1.531	3.764	4.654	4.887
Provisão de IOF	17	116	95	149
Juros incorridos - receitas financeiras	(305)	291	(305)	291
Recebimento do principal	(3.937)	-	(3.937)	-
Pagamento do IOF	(116)	-	(116)	-
Baixa por cisão (Nota 2.a)	-	-	(22.284)	-
Saldo final	**1.534**	**4.344**	**1.534**	**23.427**

(ii) Mútuos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Saldo inicial	(6)	(1.261)	(2.006)	(3.260)
Pagamento de mútuo	6	1.255	2.006	1.254
Saldo final	**-**	**(6)**	**-**	**(2.006)**

16 Investimentos

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras da controladora, é como segue:

a. Investimentos

	31/12/2019	31/12/2018
Investimentos	-	154.164
	-	**154.164**

b. Provisão para passivo a descoberto em controlada

	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para passivo a descoberto em controlada	(177)	-
	(177)	**-**

c. Movimentação apresentadas no exercício de 2019 e 2018:

	Oba Hortifruti	CR Alves	Oba Gourmet	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(10.436)	68.772	-	**58.336**
Aumento de capital	29.040	60.668	-	**89.708**
Resultado de equivalência patrimonial	7.100	(980)	-	**6.120**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**25.704**	**128.460**	**-**	**154.164**
Aumento de capital (i)	13.080	5.828	1	**18.909**
Resultado de equivalência patrimonial	3.864	(394)	(178)	**3.292**
Incorporação de controlada (ii) (nota 2.b)	(42.648)	-	-	**(42.648)**
Cisão parcial de ativos e passivos (iii) (nota 2.a)	-	(133.894)	-	**(133.894)**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**-**	**-**	**(177)**	**(177)**

(i) O aumento de capital na controlada Oba Hortifruti Comércio e Importação de Frutas Ltda. foi realizado por meio de aporte de capital através de várias transferências bancárias no período de 01 de janeiro de 2019 a 05 de abril de 2019, e integralizado em seu capital social em 29 de mao de 2019, conforme vigésima sexta (26ª) alteração do contrato social. O aumento de capital na controlada CR Alves Participações S.A. foi realizado por meio de aporte de capital através de transferência bancária em 31 de maio de 2019, e integralizado em seu capital social, conforme décima primeira alteração do contrato social em 31 de maio de 2019.

(ii) Conforme Nota 2.b., em 2019 o Oba Hortifruti Comércio e Importação de Frutas Ltda. foi incorporada pela controladora em 01 de outubro de 2019.

(iii) Conforme Nota 2.a., houve cisão de ativos e passivos que compreendiam o investimento na CR Alves Participações S.A., portanto a respectiva investida, deixou de ser controlada e os investimentos foram baixados contra Capital Social (nota 24).

Informações financeiras resumidas das controlada

	31/12/2019							
	Participação acionária	**Ativo Circulante**	**Ativo não Circulante**	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**	**Patrimônio líquido**	**Prejuízo do exercício**	**Receitas líquida**
Oba Gourmet Restaurantes Ltda.	99,00%	423	135	737	-	(179)	(180)	1.411

	31/12/2018							
	Participação acionária	**Ativo Circulante**	**Ativo não Circulante**	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**	**Patrimônio líquido**	**Lucro líquido (Prejuízo)**	**Receita líquida**
Oba Hortifruti Comércio Ltda.	99,99%	38.920	37.046	44.761	5.474	25.731	7.113	235.068
CR Alves Participações S.A.	98,69%	41.311	94.198	3.368	2.001	130.140	(1.005)	-

17 Imobilizado

a. Composição

Controladora

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido 31/12/2019**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido 31/12/2018**
Instalações comerciais	10	21.389	(12.412)	8.977	14.893	(9.218)	5.675
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	90.269	(14.009)	76.260	36.181	(7.850)	28.331
Veículos	20	19.755	(12.545)	7.210	13.044	(7.470)	5.575
Computadores e periféricos	20	6.678	(3.276)	3.402	3.909	(2.743)	1.166
Móveis e utensílios	10	22.872	(12.686)	10.186	13.002	(7.651)	5.351
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10	101.972	(15.377)	86.595	56.468	(10.570)	45.898
Edificações	-	405	-	405	-	-	-
Adiantamento para fornecedores - imobilizado	-	7.962	-	7.962	3.952	-	3.952
		271.302	**(70.305)**	**200.997**	**141.449**	**(45.502)**	**95.948**

Consolidado

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2019	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2018
Terrenos	-	-	-	-	75.114	-	75.114
Instalações comerciais	10	21.389	(12.412)	8.977	21.389	(11.470)	9.919
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	90.308	(14.009)	76.299	45.408	(9.652)	35.756
Veículos	20	19.755	(12.545)	7.210	19.420	(11.607)	7.813
Computadores e periféricos	20	6.678	(3.276)	3.402	4.021	(2.743)	1.277
Móveis e utensílios	10	22.872	(12.686)	10.186	21.599	(11.553)	10.046
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10	101.972	(15.377)	86.595	73.221	(12.147)	61.075
Edificações	-	405	-	405	405	-	405
Adiantamento para fornecedores - imobilizado	-	7.962	-	7.962	3.952	-	3.952
		271.341	**(70.305)**	**201.036**	**264.529**	**(59.172)**	**205.357**

b. Movimentação

Controladora

	Saldo inicial 31/12/2018	Adições	Depreciação	Baixas	Ativos incorporados (Nota 2.b)	Saldo Final 31/12/2019
Instalações comerciais	5.675	-	(783)	-	4.085	8.977
Máquinas, equipamentos e ferramentas	28.331	43.299	(3.326)	-	7.956	76.260
Veículos	5.575	858	(639)	(523)	1.939	7.210
Computadores e periféricos	1.166	2.656	(485)	-	65	3.402
Móveis e utensílios	5.351	773	(787)	-	4.849	10.186
Benfeitorias em propriedade de terceiros	45.898	26.361	(2.653)	-	16.989	86.595
Edificações	-	-	-	-	405	405
Adiantamento para fornecedores - imobilizado	3.952	4.010	-		-	7.962
	95.948	**77.957**	**(8.673)**	**(523)**	**36.288**	**200.997**

	Saldo inicial 01/01/2018	Adições	Depreciação	Transferências	Baixas	Saldo Final 31/12/2018
Instalações comerciais	6.347	4	(495)	(181)	-	5.675
Máquinas, equipamentos e ferramentas	15.015	15.271	(1.372)	(539)	(44)	28.331
Veículos	3.649	2.774	(777)	985	(1.056)	5.575
Computadores e periféricos	1.080	473	(237)	(124)	(26)	1.166
Móveis e utensílios	5.964	705	(470)	(848)	-	5.351
Benfeitorias em propriedade de terceiros	29.847	17.345	(2.535)	1.476	(235)	45.898
Edificações	44	-	(3)	(41)	-	-
Adiantamento para fornecedores - imobilizado	-	3.952	-	-	-	3.952
	61.946	**40.524**	**(5.889)**	**728**	**(1.361)**	**95.948**

Consolidado

	Saldo inicial 31/12/2018	Adições	Depreciação	Baixas	Cisão (Nota 2.a)	Saldo Final 31.12.2019
Terrenos	75.114	15.258	-	-	(90.372)	-
Instalações comerciais	9.919	-	(942)	-	-	8.977
Máquinas, equipamentos e ferramentas	35.756	44.392	(3.776)	(73)	-	76.299
Veículos	7.813	995	(1.458)	(140)	-	7.210
Computadores e periféricos	1.277	2.616	(491)	-	-	3.402
Móveis e utensílios	10.046	1.258	(1.118)	-	-	10.186
Benfeitorias em propriedade de terceiros	61.075	30.438	(3.939)	(979)	-	86.595
Edificações	405	-	-	-	-	405
Adiantamento para fornecedores - imobilizado	3.952	4.010	-	-	-	7.962
	205.355	**98.967**	**(11.724)**	**(1.192)**	**(90.372)**	**201.036**

	Saldo inicial 01/01/2018	Adições	Depreciação	Transferência	Baixas	Saldo Final 31.12.2018
Terrenos	58.099	17.015	-	-	-	75.114
Instalações comerciais	7.477	3.118	(495)	(181)	-	9.919
Máquinas, equipamentos e ferramentas	18.280	19.858	(1.799)	(539)	(44)	35.756
Veículos	5.846	3.277	(1.239)	985	(1.056)	7.813
Computadores e periféricos	1.192	384	(149)	(124)	(26)	1.277
Móveis e utensílios	9.228	2.936	(1.270)	(848)	-	10.046
Benfeitorias em propriedade de terceiros	33.783	29.088	(3.037)	1.476	(235)	61.075
Edificações	392	54	-	(41)	-	405
Adiantamento para fornecedores - imobilizado	-	3.952	-	-	-	3.952
Mapa	**134.297**	**79.682**	**(7.989)**	**728**	**(1.361)**	**205.357**

c. Garantias

O Grupo não possui bens dados em garantias em 31 de dezembro de 2019.

d. Teste por redução ao valor recuperável (*impairment*)

O Grupo não identificou indicativos, internos ou externos, que possam gerar dúvida de que os ativos imobilizados possam estar registrados por valor acima ao de sua recuperação; portanto, não procedeu aos testes de redução ao valor recuperável dos ativos.

18 Arrendamento mercantil

Conforme a adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16, O Grupo passou a registrar os respectivos arrendamentos como ativo de direito de uso, líquido da depreciação. O Grupo arrenda imóveis

para instalações de lojas . Esses arrendamentos possui cláusula de opção de renovação do após período de vigêcia. O Grupo avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de extensão. O Grupo reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que estejam sob seu controle.

a. Ativo de direito de uso (imóveis)

Controladora

Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	**179.973**
Novos contratos em 2019	38.634
Depreciação acumulada	(40.514)
Direito de uso – incorporação (nota 2.b)	44.524
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**222.617**

Consolidado

Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	**230.875**
Novos contratos em 2019	39.974
Depreciação acumulada	(48.232)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**222.617**

b. Passivo de arrendamento

Controladora

Reconhecimento inicial em 1º de janeiro de 2019	**(179.973)**
Novos contratos em 2019	(38.634)
Juros apropriados	(16.183)
Pagamento do principal	30.900
Pagamento dos juros	16.183
Passivo de arrendamento - incorporação (Nota 2.b)	(46.769)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(234.476)**
Circulante	56.712
Não circulante	177.764

Consolidado

Reconhecimento inicial em 1º de janeiro de 2019	**(230.875)**
Novos contratos em 2019	(39.974)
Juros apropriados	(19.149)
Pagamento do principal	36.373
Pagamento dos juros	19.149
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(234.476)**
Circulante	56.712
Não circulante	177.764

O Grupo utilizou a taxa de média de desconto aplicada de 7,81% a.a, obtida utilizando como

critério a taxa de captação para um novo financiamento com prazo similares.

c. Impacto nas demonstrações financeiras

Impacto na transição

Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, o Grupo reconheceu ativos de direito de uso (ativo imobilizado) e passivos de arrendamento. O impacto na transição está resumido abaixo.

	1º de Janeiro de 2019	
	Controladora	**Consolidado**
Ativos de direito de uso (imobilizado)	179.973	230.875
Passivo de arrendamento	(179.973)	(230.875)

Reconciliação do efeito no resultado em 1º de janeiro de 2019

	1º de janeiro de 2019	
	Controladora	**Consolidado**
Contratos de arrendamento operacional em 31 de dezembro de 2018, divulgado conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 nas demonstrações financeiras consolidadas	239.170	303.486
Descontado usando a taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019	181.439	232.506
- Isenção de reconhecimento de arrendamentos que possuem o prazo de arrendamento de 12 meses, ou menos, na transição	(1.466)	(1.631)
Passivos de arrendamento reconhecidos em 1º de janeiro de 2019	179.973	230.875

19 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Fornecedores de mercadorias	87.679	68.018	87.658	82.774
Fornecedores de mercadorias com partes relacionadas (Nota 15)	1.019	267	1.019	267
Fornecedores de serviços	-	-	-	1.088
Fornecedores de imobilizado	8.877	5.724	8.912	8.845
	97.575	**74.009**	**97.589**	**92.974**

20 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Moeda	Encargos financeiros anuais	Controladora 31/12/2019	31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	31/12/2018
Linha de crédito em moeda estrangeira (4.1.3.1)	REAL e EUR	117,5% CDI a CDI + 0,9%	47.681	60.451	47.681	68.638
Consório de veículos	R$	11,5% a 12,0%	389	545	389	545
(Financiamento para garantias de preços ao produtor (FGPP)	R$	9,00%	786	9.271	786	12.600
Financiamento de máquinas e equipamentos	R$	4,50% a 13,05%	-	766	-	1.488
Cédula de Crédito Bancário (Linha de Giro)	R$	CDI + 3,17%	1.323	13.769	1.323	13.769
Debêntures	R$	CDI + 1,00% a CDI + 2,00%	126.198	50.228	126.198	50.228
Custos de transação	R$	-	(1.464)	(698)	(1.464)	(698)
			174.913	**134.332**	**174.913**	**146.570**
Passivo circulante			66.415	66.004	66.415	77.739
Passivo não circulante			108.498	68.328	108.498	68.831

A seguir apresentamos os montantes a pagar de empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo por ano de vencimento (aging list) em 31 de dezembro de 2019:

	31/12/2019
Ano	
2021	43.797
2022	39.238
2023	26.694
	109.729
Custos de transação	**(1.231)**
	108.498

a. Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	**134.332**	**82.261**	**146.570**	**114.303**
Captação	126.043	162.120	126.043	179.270
Juros provisionados	6.689	7.165	6.694	8.817
Variação Cambial	350	(766)	584	(1.027)
Juros pagos	(6.550)	(12.865)	(6.909)	(14.453)
Amortização do principal	(85.220)	(102.885)	(97.303)	(139.642)
Custo de transação	(1.697)	(756)	(1.697)	(756)
Amortização do custo de transação	931	58	931	58
Incorporação (Nota 2.b)	35	-	-	-
Saldo final	**174.913**	**134.332**	**174.913**	**146.570**

b. Debêntures

1ª emissão de Debêntures Simples

Em 05 de setembro de 2018, em Reunião do Conselho da Administração do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. aprovou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, conforme Instrução CVM 476, de 2009. Foram distribuídas

50.000 (cinquenta mil) debêntures, com valor nominal unitário de R$ 1 ("Valor Nominal Unitário"), perfazamento o montante total de R$ 50.000, na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão").

As debêntures terão prazo de vigência de 4 (quatro) anos contados da Data de emissão, em 10 de setembro de 2018, com vencimento previsto para 10 de setembro de 2022, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, de Resgate Antecipado total das Debêntures a seu único critério, ou parcial mediante oferta de resgate. Serão amortizadas trimestralmente sendo que o primeiro pagamento ocorreu em 10 de Dezembro de 2019.

Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias da DI, calculadas e divulgadas pelo B3 S.A, acrescidas exponencialmente de 2% (dois por cento) ao ano e, em conjunto com a taxa da DI.

2ª emissão de Debêntures simples

Em 26 de novembro de 2019, através das deliberações da Reunião do Conselho da Administração do Grupo Fartura de Hortifrut S.A., a aprovação da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, conforme Instrução CVM 476, de 2009. Foram distribuídas 80.000 (oitenta mil) debêntures, com valor nominal unitário de R$ 1 ("Valor Nominal Unitário"), perfazamento o montante total de R$ 80.000, na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão").

As debêntures terão prazo de vigência de 4 (quatro) anos contados da Data de emissão, em 10 de dezembro de 2019, com vencimento previsto para 10 de dezembro de 2023, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, de Resgate Antecipado total das Debêntures a seu único critério, ou parcial mediante oferta de resgate. Serão amortizadas trimestralmente sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 10 de Março de 2021.

Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias da DI, calculadas e divulgadas pelo B3 S.A, acrescidas exponencialmente de 1,0000% (um por cento) ao ano e, em conjunto com a taxa da DI.

c. Custos de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado. A movimentação desses gastos é a seguinte:

	Total	**Total**
Saldo no início do exercício	**698**	**-**
Custos incorridos	1.697	756
(-) Amortizações	(931)	(58)
Saldo no final do exercício	**1.464**	**698**
Passivo circulante	233	58
Passivo não circulante	1.231	640

d. Garantias

De acordo com o contrato de debêntures, alguns recebíveis de operadoras de cartão de crédito estão dados em garantia fiduciária aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário. Esses recebíveis devem ser depositados em conta vinculada às operações, que não possui restrições.

e. Principais compromissos assumidos

Cláusulas contratuais restritivas estão previstas nos contratos. O Grupo monitora de forma constante o adequado cumprimento As cláusulas, de forma a evitar qualquer vencimento antecipado das obrigações previstas nas cédulas de empréstimos bancários.

As cláusulas financeiras restritivas consistem em: i) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial exequível ou decisão arbrital e/ou administrativa definitiva, todas de natureza condenatória; ii) inadimplento de qualquer obrigação pecuniária no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, de valor superior a R$ 5.000; iii) não manutenção do índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA igual ou inferior a 2,5, apurado anualmente. Caso Companhia não seja capaz de atender referidos Covenants, as dívidas poderão vencer antecipadamente e a Companhia deverá antecipar o valor principal acrescido de juros. O vencimento antecipado cruzado ou inadimplemento cruzado (cross-default e cross-acceleration) de outras obrigações da Companhia poderão ser desencadeados, conforme cláusulas presentes em contratos de empréstimos e financiamentos existentes.

21 Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Salários e ordenados	6.628	4.078	6.654	5.674
Provisão para bônus (a)	3.172	1.661	3.172	1.661
INSS a recolher	4.483	3.989	4.483	4.868
FGTS a recolher	1.227	1.153	1.227	1.388
Provisão para férias e encargos sociais	18.966	13.721	19.061	17.203
Outras obrigações	346	458	350	1.094
	34.822	**25.060**	**34.947**	**31.888**

(a) A movimentação do saldo de provisão de bônus segue conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Saldo inicial	1.661	-	1.661	-
Incorporação operação Oba Hortifruti	231	-	-	-
Provisão para bônus do exercício	8.400	3.665	10.127	4.029
Baixas por liquidação	(7.120)	(2.004)	(8.616)	(2.368)
Saldo inicial	**3.172**	**1.661**	**3.172**	**1.661**

22 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - a pagar	5.273	2.621	5.283	3.628
Contribuição para financiamento da seguridade social	359	13	376	13
Imposto sobre serviços	299	70	299	70
Programa de integração social	77	2	81	2
Imposto de renda retido na fonte	1.432	1.127	1.432	1.262
Outros tributos	206	256	205	393
	7.646	**4.089**	**7.676**	**5.368**

23 Provisão para processos judiciais

O Grupo é parte em processos tributários, trabalhistas, cíveis, entre outros, e está discutindo essas questões tanto nas esferas administrativa quanto judicial.

Para as ações classificadas como probabilidade de perda provável é constituída provisão para o valor estimado de perda, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Provisão trabalhista	1.966	-	1.966	-
Provisões tributárias (i)	9.481	1.037	9.481	1.037
Total	**11.447**	**1.037**	**11.447**	**1.037**
Passivo circulante	1.896	-	1.896	-
Passivo não circulante	9.551	1.037	9.551	1.037

(i) A provisão tributária decorre basicamente do processo administrativo nº 10830.725609/2013-07 no valor de R$ 9.481, em virtude do auto de infração que exige PIS/COFINS, no qual, houve alegação por parte das autoridades fiscais quanto a inexistência de informações para o preenchimento de determinada obrigação acessória no ano de 2009. Em 31 de dezembro de 2019, a Administração junto aos seus assessores juridicos avaliou que as chances de perda em uma discussão judicial é provável, desta forma, a provisão foi constituída. Em fevereiro de 2020, o Grupo realizou a adesão do parcelamento em decorrência do processo mencionado acima, conforme mencionado na Nota 33.b.

a. Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Saldo inicial	**1.037**	**915**	**1.037**	**971**
Constituição da provisão para processos judiciais	11.554	879	11.741	878
Reversão	(480)	(187)	(482)	(243)
Pagamentos realizados durante o exercício	(837)	(570)	(849)	(569)
Incorporação operação Oba Hortifruti (Nota 2.b)	173	-	-	-
Saldo final	**11.447**	**1.037**	**11.447**	**1.037**

b. Perdas possíveis

O Grupo possui ações de natureza tributária, cíveis, trabalhistas, entre outras, envolvendo risco de perda classificado como possível pela Administração e por seus consultores jurídicos externos, portanto, nenhuma provisão foi constituída, demonstramos abaixo os valores envolvidos:

	2019	2018
Tributárias	-	9.361
Cíveis	63	86
Trabalhistas	2.936	1.230
Saldo final	**2.999**	**10.677**

c. Depósitos judiciais

O Grupo possui depósitos em espécie realizados judicialmente para cumprimento das probabilidade de perda em determinados processos judiciais, em 31 de dezembro de 2019 o montante de R$ 2.354 (R$ 621 em 2018) na controladora e em 2019 no consolidado no montante de R$ 2.354 (R$ 834 em 2018).

24 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia é de R$ 91.438 (R$ 127.364 parcialmente integralizado em 2018), dividido em 2.781.220 ações ordinárias (3.166.409 ações ordinárias em 2018), nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, conforme demonstrado abaixo:

	2019		2018	
	Participação	**Valor R$**	**Participação**	**Valor R$**
Carlos Roberto Alves	54,88%	50.181	57,74%	73.540
Oba Growth Participações S.A.	30,00%	27.431	26,35%	33.560
Raimundo Desiderio Alves Caetano	10,50%	9.601	11,05%	14.074
Luiz Las-Casas Alves	3,22%	2.944	3,39%	4.318
Alex Alves dos Santos Brito	1,40%	1.281	1,47%	1.872
	100%	**91.438**	**100%**	**127.364**

Em 30 de novembro de 2017, foi aprovado em assembleia geral extraordinária o aumento de capital da Companhia em R$ 250.000, mediante a emissão de 802.275 novas ações ordinárias normativas e sem valor nominal, dos quais, R$ 125.000 foram destinados ao capital social da Companhia, que passa de R$ 2.364 para R$ 127.364 e R$ 125.000 foram destinados à reserva de capital da Companhia.

Em referência a ata de 30 de novembro de 2017, foram aportados: a) Até 31 de dezembro 2017 o montante R$ 115.000, dos quais R$ 57.500 foram destinados à integralização de capital social da Companhia e R$ 57.500 destinados à reserva de capital; b) Em 31 de maio de 2018 houve a integralização de R$ 30.000, sendo que, R$ 15.000 foram destinados ao capital social e R$ 15.000 à reserva de capital; c) Em 30 de novembro de 2018 houve a integralização de R$ 30.000, sendo que, R$ 15.000 foram destinados ao capital social e R$ 15.000 à reserva de

capital; d) Em 31 de maio de 2019 houve a integralização de R$ 35.000, sendo que, R$ 17.500 foram destinados ao capital social e R$ 17.500 à reserva de capital e; e) Em 29 de novembro de 2019 houve a integralização de R$ 40.000, sendo que, R$ 20.000 foram destinados ao capital social e R$ 20.000 à reserva de capital.

Em 31 de agosto de 2019, a Companhia aumentou o capital social no valor de R$ 97.968 totalmente subscrito e integralizado, mediante a capitalização da reserva de capital no valor total de R$ 96.592 e da capitalização da reserva legal no valor total de R$ 1.376. Nesta mesma data, a Companhia reduziu o Capital Social no valor de R$ 133.894, em decorrência da cisão parcial dos ativos e passivos que representavam o investimento na CR Alves Participações Ltda. ("CR Alves").

Em 29 de novembro, a Companhia integralizou o montante de R$ 20.000, também em espécie. Assim, o capital subscrito e integralizado passa a ser de R$ 91.438 em 31 de dezembro de 2019. Demonstramos abaixo a movimentação da participação societária antes e após e a cisão:

	Anterior a cisão %	Pós cisão %	Capital social anterior	Capital social atualizado
Carlos Roberto Alves	57,74%	54,88%	130.107	50.181
Oba Growth Participações S.A.	26,35%	30,00%	59.375	27.432
Raimundo Desiderio Alves Caetano	11,05%	10,50%	24.899	9.601
Luiz Las Casas Alves	3,39%	3,22%	7.639	2.944
Alex Alves dos Santos Brito	1,47%	1,40%	3.312	1.280
Total	**100%**	**100%**	**225.332**	**91.438**

b. Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2019, o valor total de reserva de capital da Companhia é de R$ 20.000. Conforme boletim de subscrição, de 30 de novembro de 2017, houve a constituição no valor total de R$ 37.500 em espécie. Em 31 de agosto de 2019, ocorreu a baixa para aumento do capital social no valor de R$ 96.592.

Sujeito às limitações previstas no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo remanescente do lucro líquido após as deduções legais aplicáveis poderá ser alocado a constituição de reserva de capital com a finalidade de expansão das atividades da Companhia, se aprovado em assembleia geral de acionistas.

c. Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social ou quando o saldo dessa reserva, somado ao montante das reservas de capital, atingir 30% do capital social. A reserva legal somente pode ser utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos com aquisições e de capital de giro. Conforme o art. 199 da Lei 6.404/76, o saldo desta reserva, acrescido das demais reservas de lucro, não poderá ultrapassar o capital social da Companhia.

d. Dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme disposição estatutária, a Companhia distribuirá anualmente, desde que haja lucros suficientes para tal, o maior valor entre 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada ano.

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro do exercício	21.676	36.125
(-) Reserva legal	1.084	1.806
Base de cálculo dividendos	20.592	34.319
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (ações ordinárias) (i)	5.148	8.580
Dividendos distribuídos no exercício (i)	614	3.718
Juros sobre capital próprio ditribuídos no exercício (i) (ii)	6.337	8.599
Total	**6.951**	**12.317**

(i) Companhia poderá creditar ou pagar juros sobre capital próprio ("JSCP") e tais valores poderão ser imputados aos valores do dividendo obrigatório.

(ii) Em 17 de dezembro de 2019, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração (RCA) o pagamento de dividendos no montante de R$ 614 e JSCP no valor de R$ 6.337 referente ao lucro do exercício de 2019.

Movimentação

Saldo em 1º de janeiro de 2018	**1.753**
Dividendos e JSCP distribuídos no exercício	12.317
Dividendos e JSCP pagos	(11.070)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**3.000**
Saldo em 1º de janeiro de 2019	**3.000**
Dividendos e JSCP distribuídos no exercício	6.951
Dividendos e JSCP pagos	(9.951)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**-**

25 Receita de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Vendas de mercadorias	1.251.297	1.002.400	1.436.479	1.230.448
Vendas de serviços e demais receitas	800	653	800	628
Receita bruta total	**1.252.097**	**1.003.053**	**1.437.279**	**1.231.076**
Impostos sobre vendas	(88.976)	(64.201)	(106.498)	(84.019)
Receita líquida	**1.163.121**	**938.852**	**1.330.781**	**1.147.057**

O Grupo também acompanha suas vendas com base nos seguintes canais de venda:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Física	1.243.786	998.384	1.428.968	1.226.407
Digital	8.311	4.669	8.311	4.669
Receita bruta total	**1.252.097**	**1.003.053**	**1.437.279**	**1.231.076**

26 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Compras de mercadorias	677.185	552.761	764.918	667.185
Pessoal	232.459	191.526	269.264	231.531
Propaganda e publicidade	10.331	7.197	13.499	10.734
Bonificações	(2.784)	(340)	(4.096)	(3.223)
Outras despesas de veículos e maquinários	1.765	1.124	2.136	1.660
Ocupação (IPTU, Condomínio entre outros)	15.714	43.082	17.216	54.292
Transportes e fretes	17.311	11.009	21.027	17.190
Utilidades e serviços	23.745	17.478	28.451	21.229
Material de uso e consumo	16.041	12.659	21.812	18.624
Taxa de administração de cartão	3.437	10.507	4.591	13.697
Serviços prestados	18.007	13.518	23.259	17.037
Manutenção e reparos	8.487	5.101	9.910	7.568
Despesas gerais	16.162	5.005	17.268	7.868
Tarifas e tributos	2.283	5.799	2.922	6.657
Resultado com a alienação de ativo fixo	(3.114)	(81)	(4.451)	(81)
Depreciação e amortização (Nota 17)	10.078	5.721	11.955	7.979
Amortização arrendamento mercantil (Nota 18)	40.514	-	48.232	-
Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber (Nota 12)	447	235	455	247
Créditos extemporâneos (Nota 14)	18.311	6.431	18.311	6.431
Outros receitas e despesas	(1.916)	(934)	(2.933)	(1.581)
	1.104.463	**887.798**	**1.263.746**	**1.085.044**
Custos das vendas	695.641	574.254	784.296	687.330
Outras receitas (nota 26.1)	(3.465)	(576)	(5.716)	(1.052)
Despesas com vendas e distribuição	339.177	263.012	400.504	329.137
Despesas gerais e administrativas	49.456	39.602	59.204	53.805
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	447	235	455	247
Outras despesas (nota 26.1)	23.207	11.271	25.003	15.5778
	1.104.463	**887.798**	**1.263.746**	**1.085.044**

26.1 - Outras receitas e despesas líquidas líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Pré operacional (a)	14.968	8.793	15.710	12.451
Multa tributária	2.223	-	2.223	-
Despesas com reestruturação (b)	6.016	2.478	7.070	3.126
Outras	(351)	(495)	(1.248)	(971)
Receita na alienação de bens permanentes	(3.114)	(81)	(4.468)	(81)
	19.742	**10.695**	**19.287**	**14.525**
Outras receitas	**(3.465)**	**(576)**	**(5.716)**	**(1.052)**
Outras despesas	**23.207**	**11.271**	**25.003**	**15.577**
	19.742	**10.695**	**19.287**	**14.525**

(a) Nessa linha se contabiliza as despesas que ocorrem antes da abertura das novas lojas (pré-operação), tendo como principais gastos como as taxas de abertura, contratação de pessoal e comunicação visual das lojas entre outras despesas necessárias.

(b) Nessa linha essão registrados basicamente os gastos com reestruturação organizacional do Grupo, como consultorias, readequações logísticas, rescisão de pessoal, se tratam de medidas para adequar a estrutura de despesa do Grupo, abrangendo todas as áreas operacionais e administrativas.

27 Resultado financeiro liquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	450	1.655	1.764	2.217
Juros ativos	366	335	394	532
Variações cambiais ativa	1.219	1.926	1.546	2.048
Rendas em operações com derivativos	1.065	2.569	1.065	2.569
Outras receitas financeiras	-	744	-	744
	3.100	**7.229**	**4.769**	**8.110**
Despesas financeiras				
Outras despesas financeiras	(1.234)	(1.911)	(1.403)	(2.857)
Descontos financeiros	(1.042)	-	(1.109)	-
Despesas bancárias	(180)	-	(284)	(171)
Juros passivos e multas de mora	(5.263)	(679)	(5.545)	(981)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(6.689)	(7.165)	(6.801)	(8.817)
Variações cambiais passiva	(2.670)	(5.664)	(2.670)	(5.899)
Despesas com derivativos	(2.218)	(2.526)	(2.564)	(2.526)
Juros sobre arrendamento	(16.183)	-	(19.149)	-
	(35.479)	**(17.945)**	**(39.525)**	**(21.251)**
Resultado financeiro, líquido	**(32.379)**	**(10.716)**	**(34.756)**	**(13.141)**

28 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente	**(10.293)**	**(7.723)**	**(13.559)**	**(10.541)**
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido				
Provisão para perdas de crédito esperadas	152	77	155	80
Provisão para perdas de estoques	(46)	(174)	(46)	(173)
Derivativos e variação cambial	106	(1.160)	106	(1.081)
Provisão para bônus	514	565	592	749
Outras diferenças temporárias	(464)	203	(286)	973
Provisão para processos judiciais	2.783	42	2.783	42
Diferença entre depreciação fiscal e contábil	(3.916)	(2.162)	(4.363)	(2.819)
Efeitos da adoção do IFRS 16	3.269	-	4.032	-
Total da despesa de imposto diferido (nota 28.c)	**2.398**	**(2.609)**	**2.973**	**(2.229)**
Total da despesa de impostos	**(7.895)**	**(10.332)**	**(10.586)**	**(12.770)**

b. Conciliação da alíquota de imposto efetiva

	Controladora				Consolidado			
	2019		**2018**		**2019**		**2018**	
	%		**%**		**%**		**%**	
Resultado de operações continuadas antes dos impostos	**-**	**29.571**	**-**	**46.458**	**-**	**32.279**	**-**	**48.872**
Imposto utilizando a alíquota de imposto da controladora	**(34,00)**	**(10.054)**	**(34,00)**	**(15.795)**	**(34,00)**	**(10.969)**	**(34,00)**	**(16.616)**
Pagamento de jusros sobre capital próprio	7,29	2.155	6,29	2.924	6,68	2.155	5,98	2.924
Multas não dedutíveis	(0,91)	(269)	(0,13)	(61)	(0,37)	(118)	0,78	380
Despesas não Indedutíveis	(1,01)	(298)	0,22	103	(0,93)	(300)	0,43	212
Reversão de multa por denúncia espontânea	-	-	0,54	253	-	-	0,52	253
Provisões Contingência Multa Indedutível	(2,56)	(757)	-	-	(2,35)	(757)	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	3,78	1.119	4,48	2.081	-		-	
Incentivos fiscais (PAT + Redução Adicional)	0,71	209	0,35	163	0,86	276	0,48	235
	(26,70)	**(7.895)**	**(22,24)**	**(10.332)**	**(30,11)**	**(9.713)**	**(25,81)**	**(12.612)**
Efeito do lucro presumido em controlada	-	-	-	-	(2,71)	(873)	(0,32)	(158)
Total dos impostos - corrente e diferido	**(26,70)**	**(7.895)**	**(22,24)**	**(10.332)**	**(32,81)**	**(10.586)**	**(26,13)**	**(12.770)**

c. Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos

Controladora

				Saldo em 31 de dezembro de 2019		
	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2019	**Reconhecido no resultado (nota 28.a)**	**Incorporado (nota 2.a)**	**Valor líquido**	**Ativo fiscal diferido**	**Passivo fiscal diferido**
Provisão para perdas de crédito esperadas	103	152	7	262	262	-
Provisão para perdas de estoques	87	(46)	-	41	41	-
Derivativos e variação cambial	51	106	80	237	237	-
Provisão para bônus	565	514	263	1.342	1.342	-
Outras diferenças temporárias	203	(464)	853	592	1.396	(804)
Provisão para processos judiciais	353	2.783	-	3.136	3.136	-
Diferença entre depreciação fiscal e contábil	(2.161)	(3.916)	(1.107)	(7.184)	-	(7.184)
Efeitos da adoção do IFRS 16	-	3.269	763	4.032	4.032	-
Total Imposto líquido (passivo) ativo	**(799)**	**2.398**	**859**	**2.458**	**10.446**	**(7.988)**
Ativo fiscal diferido	-	-	-	2.458	-	-
Passivo fiscal diferido	(799)	-	-	-	-	-

			Saldo em 31 de dezembro de 2018		
	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2018	**Reconhecido no resultado (nota 28.a)**	**Valor líquido**	**Ativo fiscal diferido**	**Passivo fiscal diferido**
Provisão para perdas de crédito esperadas	27	76	103	103	-
Provisão para perdas de estoques	260	(173)	87	87	-
Derivativos e variação cambial	1.212	(1.161)	51	51	-
Provisão para bônus	-	565	565	565	-
Outras diferenças temporárias	-	203	203	203	-
Provisão para processos judiciais	311	42	353	353	-
Diferença entre depreciação fiscal e contábil	-	(2.161)	(2.161)	-	(2.161)
Total Imposto líquido (passivo) ativo	**1.810**	**(2.609)**	**(799)**	**1.362**	**(2.161)**
Ativo fiscal diferido	1.810	-	-	-	-
Passivo fiscal diferido	-	-	(799)	-	-

Consolidado

			Saldo em 31 de dezembro de 2019		
	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2019	**Reconhecido no resultado (nota 28.a)**	**Valor líquido**	**Ativo fiscal diferido**	**Passivo fiscal diferido**
Provisão para perdas de crédito esperadas	107	155	262	262	-
Provisão para perdas de estoques	87	(46)	41	41	-
Derivativos e variação cambial	131	106	237	237	-
Provisão para bônus	749	592	1.341	1.341	-
Outras diferenças temporárias	973	(381)	592	1.396	(804)
Provisão para processos judiciais	353	2.783	3.136	3.136	-
Diferença entre depreciação fiscal e contábil	(2.819)	(4.363)	(7.182)	-	(7.182)
Efeitos da adoção do IFRS 16	-	4.032	4.032	4.032	-
Prejuízo fiscal a compensar	-	95	95	95	-
Total Imposto líquido (passivo) ativo	**(419)**	**2.973**	**2.554**	**10.540**	**(7.986)**
Ativo fiscal diferido	380	-	2.554	-	-
Passivo fiscal diferido	(799)	-	-	-	-

			Saldo em 31 de dezembro de 2018		
	Saldo líquido em 1º de janeiro 2018	**Reconhecido no resultado (nota 28.a)**	**Valor líquido**	**Ativo fiscal diferido**	**Passivo fiscal diferido**
Provisão para perdas de crédito esperadas	27	80	107	107	-
Provisão para perdas de estoques	260	(173)	87	87	-
Derivativos e variação cambial	1.212	(1.081)	131	131	-
Provisão para bônus	-	749	749	749	-
Outras diferenças temporárias	-	973	973	973	-
Provisão para processos judiciais	311	42	353	353	-
Diferença entre depreciação fiscal e contábil	-	(2.819)	(2.819)		(2.819)
Total Imposto líquido (passivo) ativo	**1.810**	**(2.229)**	**(419)**	**2.400**	**(2.819)**
Ativo fiscal diferido	1.810	-	380	-	-
Passivo fiscal diferido	-	-	(799)	-	-

29 Lucro líquido por ação

O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Lucro do exercício	21.676	36.126	21.676	36.102
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	2.781	3.166	2.781	3.166
Lucro básico e diluído por lote de mil ações	**779,43**	**1.141,06**	**779,43**	**1.140,30**

Não há diferença entre lucro básico diluído por ação, pois não houve durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

30 Instrumentos Financeiros

a. Instrumentos financeiros por categoria

		Ativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado			
		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Instrumentos financeiros derivativos	30.c	21	53	21	53
Aplicações financeiras	11	2.000	1.500	2.000	1.500
		2.021	**1.553**	**2.021**	**1.553**

		Ativos mensurados ao custo amortizado			
		Controlada		Consolidado	
	Nota	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Caixa e equivalentes de caixa	10	64.040	49.869	64.187	93.716
Contas a receber	12	85.499	58.930	85.073	72.935
Outros créditos (i) (ii)	-	3.622	-	3.622	-
Partes relacionadas	15	1.534	4.344	1.534	23.427
		154.695	**113.143**	**154.416**	**190.078**
		156.716	**114.696**	**156.437**	**191.631**

(i) (Do montante total em 2019 de R$ 6.422 de outros créditos na controladora, consideramos como ativos financeiros apenas o montante de R$ 3.622, classificados como custo amortizado.

(ii) Do montante total em 2019 de R$ 6.423 de outros créditos no consolidado,consideramos como ativos financeiros apenas o montante de R$ 3.622, classificados como custo amortizado.

		Passivos mensurados pelo valor justo por meio de resultado			
		Controladora		Consolidado	
	Nota	2019	2018	2019	2018
Instrumentos financeiros derivativos	30.c	19	63	19	298

		Passivos mensurados ao custo amortizado			
		Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Empréstimos,financiamentos e debêntures	20	174.913	134.332	174.913	146.570
Passivo de arrendamento	18.b	234.476	-	234.476	-
Fornecedores	19	97.575	74.009	97.589	92.974
Contas a pagar	-	12.219	7.662	12.236	10.290
Empréstimos a pagar para partes relacionadas	15	-	6	-	2.006
Outros passivos	-	700	8	700	28
		519.883	**216.017**	**519.914**	**251.868**
		519.902	**216.080**	**519.933**	**252.166**

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

Controladora	**2019**	**2019**	**2018**	**2018**
	Valor contábil	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Ativos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	21	21	53	53
Aplicações financeiras	2.000	2.000	1.500	1.500
Caixa e equivalentes de caixa	64.040	64.040	49.869	49.869
Contas a receber de clientes	85.499	85.499	58.930	58.930
Outros créditos	3.622	3.622	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	1.534	1.534	4.344	4.344
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	19	19	63	63
Empréstimos,financiamentos e debêntures	174.913	174.913	134.332	134.332
Passivo de arrendamento	234.476	234.476	-	-
Fornecedores	97.575	97.575	74.009	74.009
Contas a pagar	12.219	12.219	7.662	7.662
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	6	6
Outros passivos	700	700	8	8

Consolidado	2019	2019	2018	2018
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	21	21	53	53
Aplicações financeiras	2.000	2.000	1.500	1.500
Caixa e equivalentes de caixa	64.187	64.187	93.716	93.716
Contas a receber de clientes	85.073	85.073	72.935	72.935
Outros créditos	3.622	3.622	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	1.534	1.534	23.427	23.427
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	19	19	298	298
Empréstimos,financiamentos e debêntures	174.913	174.913	146.570	146.570
Passivo de arrendamento	234.476	234.476	-	-
Fornecedores	97.589	97.589	92.974	92.974
Contas a pagar	12.236	12.236	10.290	10.290
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	2.006	2.006
Outros passivos	700	700	28	28

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

- O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado. Vide Nota 30.c para mais detalhes.

A Administração entende que todos os instrumentos financeiros estão classificados no nível 2, exceto caixa e equivalentes de caixa que não possuem classificação, onde considera que os valores justos estão bem próximos aos seus valores con tábeis. Não foram identificados mudanças significativas nas premissas, que possa impactar na alteração de valores.

b. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

O Grupo mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras com instituições que apresentam ratings AAA em sua maioria, baseado nas avaliações das principais agências de rating. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contas a receber				
Duplicatas e cheques a receber	2.751	4.502	2.752	1.444
Duplicatas a receber com partes relacionadas	1.057	1.100	1.057	1.100
Outras contas a receber - acordos	2.214	1.053	2.219	1.262
Administradoras de cartão	80.174	52.589	79.742	69.455
Total de contas a receber	**86.196**	**59.244**	**85.770**	**73.261**
Caixa e equivalente de caixa				
Caixa	1.341	1.610	1.344	43.593
Bancos conta movimento	20.151	7.354	20.154	10.214
Numerários em trânsito	1.131	43	1.130	42
Aplicações financeiras de liquidez imediata	41.417	40.862	41.559	39.867
Total de caixa e equivalentes de caixa	**64.040**	**49.869**	**64.187**	**93.716**

As operações que sujeitam o Grupo à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde o Grupo fica exposto ao risco da instituição financeira envolvida, visando gerenciar este risco, o Grupo mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições que apresentam ratings AAA em sua maioria, baseado nas avaliações das principais agências de rating.

c. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo possuía os instrumentos financeiros derivativos conforme segue:

Controladora

			Valor de referência		Valor justo		Ganho/ Perda	
Instituição	**Tipo de contrato**	**Exposição**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Ganho								
Banco do Itaú	Swap	EUR	19.921	-	19.900	-	21	-
Banco do Brasil	Swap	EUR	-	33.306	-	33.253	-	53
							21	**53**
Perda								
Banco do Bradesco	Swap	Dólar	-	8.081	-	8.144	-	(63)
Banco do Brasil	Swap	EUR	6.000	-	6.019	-	(19)	-
							(19)	**(63)**
							2	**(10)**

Consolidado

			Valor de referência		Valor justo		Ganho/ Perda	
Instituição	**Tipo de contrato**	**Exposição**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Ganho								
Banco do Itaú	Swap	EUR	19.921	-	19.900	-	21	-
Banco do Brasil	Swap	EUR	-	33.306	-	33.253	-	53
							21	**53**
Perda								
Banco do Itaú	Swap	eEUR	-	8.094	-	8.329	-	(235)
Banco do Bradesco	Swap	Dólar	-	8.081	-	8.144	-	(63)
Banco do Brasil	Swap	EUR	6.000	-	6.019	-	(19)	-
							(19)	**(298)**
							2	**(245)**

A mensuração da marcação a mercado do Swap foi realizada considerando o efeito das variações dos indexadores das pontas passivas e ativas, com base em informação de mercado dispovel a época.

d. Gestão de capital

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e passivos de arrendamento), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2019 e 2018 podem ser assim sumarizados:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Total dos empréstimos,financiamentos e debêntures	20	174.913	134.332	174.913	146.570
Total do passivo de arrendamento	18.b	234.476	-	234.476	-
Caixa e equivalentes de caixa	10	(64.040)	(49.869)	(64.187)	(93.716)
Aplicações financeiras	11	2.000	-	2.000	-
Dívida líquida		**347.349**	**84.463**	**347.202**	**52.854**
Total do patrimônio líquido		**148.594**	**192.765**	**148.594**	**194.445**
Total do capital próprio e de terceiros		**495.943**	**277.228**	**495.796**	**247.299**
Índice de alavancagem financeira - %		70%	30%	70%	21%

e. Gestão de risco financeiro

(i) Considerações gerais

O Grupo participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos, financiamentos e debêntures, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

(ii) Gerenciamentos de riscos

O Grupo está exposto aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

O Grupo adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos do Grupo, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

(iii) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Grupo , sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pelo Grupo é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados:

Controladora

	Nota	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Entre seis a oito anos
Em 31 de dezembro de 2019					
Empréstimos,financiamentos e debêntures	20	66.415	83.036	25.462	-
Fornecedores	19	97.575	-	-	-
Passivo de arrendamento	18.b	56.712	76.504	66.970	34.290

Consolidado

	Nota	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Entre seis a oito anos
Em 31 de dezembro de 2019					
Empréstimos,financiamentos e debêntures	20	67.094	83.036	24.783	-
Fornecedores	19	98.138	-	-	-
Passivo de arrendamento	18.b	56.712	76.504	66.970	34.290
Em 31 de dezembro de 2018					
Empréstimos e financiamentos	20	77.797	66.092	3.379	-
Fornecedores	19	92.974	-	-	-

f. Exposição a riscos de taxas de juros e risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de variação de taxas de juros, e ao índice de inflação, o que pode causar um aumento em sua despesa financeira com o provisionamento de juros futuros.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da Taxa de Juros (Depósitos Interfinanceiros (DI)), e variação cambial), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à estas variáveis são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros (DI) e variação cambial.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros, foram consideradas expectativas de taxas vigentes em data próxima a apresentação das demonstrações financeiras, conforme informações extraídas do boletim Focus divulgado pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

Para a análise dos efeitos da variação cambial, consideramos a média ponderada das taxas de câmbio para o vencimento (obtida por meio da curva futura da moeda analisada) dos instrumentos expostos a risco cambial.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros e taxa de câmbio foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

As taxas consideradas foram:

Risco	Cenário I Provável	Cenário II Adverso Provável	Cenário III Adverso Extremo
Juros (DI)	4,50%	5,63%	6,75%
Câmbio (Euro)	4,53	5,67	6,80

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – DI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros DI, é apresentada na tabela a seguir:

				Ganho/(Perda)		
				Cenário I	Cenário II	Cenário III
Instrumento	Vencimento	Risco	Saldo 31/12/2019	Provável	Adverso Provável	Adverso Extremo
Aplicações Financeiras	Diversos	Baixa DI	41.487	1	(14)	(30)
Cédula de Crédito Bancário (Linha de Giro)	Mar/2020 - Ago/2020	Aumento DI	1.323	(186)	(230)	(281)
Linha de crédito em moeda estrangeira (4.1.3.1)	Fev/2020 - Mai/2020	Aumento DI	26.515	(202)	(295)	(398)
Debêntures (1ª e 2ª Emissão)	Set/2022 - Dez/2023	Aumento DI	126.198	(6)	(69)	(138)
Contrato de câmbio (Derivativos Op 4.1.3.1 Itaú)	fev/20	Aumento DI	1.343	7	(3)	(14)
Contrato de câmbio (Derivativos Op 4.1.3.1 BB)	mai/20	Aumento DI	4.500	(13)	(140)	(280)

(iv) Análise de sensibilidade de variações taxa de câmbio

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de câmbio, é apresentada na tabela a seguir:

				Ganho/(Perda)		
				Cenário I	**Cenário II**	**Cenário III**
Instrumento	**Vencimento**	**Risco**	**Saldo 31/12/2019**	**Provável**	**Adverso Provável**	**Adverso Extremo**
Linha de crédito em moeda estrangeira (4.1.3.1)	Fev/2020 - Mai/2020	Aumento EUR	26.515	(106)	(6.729)	(13.352)
Contrato de câmbio (Derivativos Op 4.1.3.1 Itaú)	fev/20	Aumento EUR	1.343	67	1.590	3.112
Contrato de câmbio (Derivativos Op 4.1.3.1 BB)	mai/20	Aumento EUR	4.500	44	5.145	10.245

A Administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros do Grupo. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração do Grupo revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores distintos a aqueles apresentados anteriormente, resultado da subjetividade no processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

g. Riscos da taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio resulta das transações de importação de mercadorias e contratação de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira em decorrência de volatilidade da moeda estrangeira, porém, o Grupo mitiga e gerencia este risco por meio da contratação de derivativos financeiros apenas para fins de proteção, buscando neutralizar a volatilidade do câmbio.

h. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos e as debêntures, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado.

31 Demonstração do fluxo de caixa

A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa:

a. Controladora

(i) Transações que não afetam caixa

	2019	2018
Fornecedores	(8.877)	(5.724)
Efeito das atividades operacionais	**(8.877)**	**(5.724)**
Investimentos	133.894	-
Ativo de direito de uso	(218.607)	-
Imobilizado - Adições	8.877	5.724
Efeito das atividades de investimentos	**(75.836)**	**5.724**
Passivo de arrendamento	218.607	-
Capital social	(35.926)	-
Reserva de capital	(96.592)	-
Reserva de lucros	(1.376)	-
Efeito das atividades de financiamentos	**84.713**	**-**

(ii) Efeitos da incorporação 2019 na demonstração do fluxo de caixa

	2019
Contas a receber de clientes	(15.851)
Estoques	(13.812)
Tributos a recuperar	(3.320)
Outros créditos	(2.737)
Depósitos judiciais	(371)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(859)
Fornecedores	11.040
Obrigações sociais e trabalhistas	8.441
Obrigações tributárias	5.856
Parcelamentos tributários	2.749
Contas a pagar	1.833
Outros passivos	38
Provisões para processos judiciais	173
Efeito das atividades operacionais	**(6.820)**
Investimentos	42.648
Ativo de direito de uso	(44.524)
Imobilizado	(36.288)
Intangível	(1.564)
Efeito das atividades de investimentos	**(39.728)**
Empréstimos e passivo de arrendamento	46.804
Efeito das atividades de financiamentos	**46.804**

b. Consolidado

(i) Transações que não afetam caixa

	2019	2018
Fornecedores	8.912	(8.845)
Efeito das atividades operacionais	**8.912**	**(8.845)**
Ativo de direito de uso	(270.849)	-
Imobilizado	(8.912)	8.845
Efeito das atividades de investimentos	**(279.761)**	**8.845**
Passivo de arrendamento	270.849	-
Capital social	97.968	-
Reserva de capital	(96.592)	-
Reserva de lucros	(1.376)	-
Efeito das atividades de financiamentos	**270.849**	**-**

(ii) Efeito da cisão na demonstração do fluxo de caixa

	2019	2018
Contas a receber	7.472	
Outros créditos	535	-
Fornecedores	(11.151)	(8.845)
Outros passivos	(1.094)	-
Efeito das atividades operacionais	**(4.238)**	**(8.845)**
Empréstimos com partes relacionadas	22.284	-
Imobilizado	90.372	8.845
Efeito das atividades de investimentos	**112.656**	**8.845**
Capital social	(133.894)	-
Participação de não controladores	(1.697)	-
Efeito das atividades de financiamentos	**(135.591)**	**-**

32 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas consideradas pela Administração suficientes para cobrir os riscos inerentes de suas atividades, considerando a natureza e o grau de risco. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura	Vigência
Seguro empresarial (São Paulo)	212.112	jan/19 a jan/20
Seguro empresarial (Distrito Federal)	27.400	Jan/19 a jan/20
Seguro D&O	20.000	Abr/19 a Abr/20
Seguro de veículos	100% a 110% tabela FIPE	(*)

(*) Com vigência estabelecida através da contratação realizada pela unidade de negócio.

33 Eventos subsequentes

a. Reorganização societária (incorporação reversa)

Em 31 de janeiro de 2020, o Oba Growth Participações S.A., entidade que detinha 30% do capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2019 (26,35% em 31 de dezembro de 2018), foi incorporada reversamente pela Companhia.

O efeito dessa incorporação reversa, em 2020, foi o reconhecimento de um ativo fiscal diferido no montante de R $ 49.089 contra a reserva de benefícios fiscais (patrimônio líquido).

b. Parcelamento dos impostos de PIS e COFINS

Em 10 de março de 2020, a Companhia aderiu o parcelamento referente ao processo 10830-725609/2013-07 no montante de R$ 9.481, sendo R$ 1.691 referente a PIS e R$ 7.790 referente a COFINS, com deferimento de 60 parcelas. O montante a ser liquidado nos próximos 12 meses serão de R$ 1.896.

c. Distribuição de dividendos

Em 2020, foram aprovadas, em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos no valor correspondente a R$ 15.546 a título de distribuição de dividendos com a utilização de saldo de reserva de lucros apurado em 31 de dezembro de 2018. Desse montante, R$ 1.534 foi utilizado para quitação de mútuo a receber.

d. COVID-19

Apesar do atual momento que estamos passando, desafiador, com diversas incertezas sobre a duração e os efeitos da pandemia do novo coronavírus que se tornou pandemia em 11 de março de 2020, que requerem diversas medidas de distanciamento social, o Grupo, avalia de forma constante os efeitos o surto nas operações e nas demonstrações financeiras, sendo que menciono as principais medidas implementadas:

- Comunicação frequente e ativa com todos os colaboradores a fim de difundir melhor práticas nos cuidados contra o vírus;
- Afastamento de funcionários considerados em grupo de risco;
- Intensificação no abastecimento de materiais de limpeza como Álcool Gel e instalação de equipamentos de proteção nos caixas das lojas;

- Adoção da prática de home office para colaboradores de áreas corporativas;
- Negociações com os atuais e novos fornecedores de mercadorias para reforçar o abastecimento das lojas durante o período surto;
- Ampliação da disponibilidade de produtos para venda online e delivery;
- Encerramento temporário da atividade dos restaurantes que atendem ao público, presentes em algumas lojas do Grupo;
- Implementação de medidas temporárias, tais como suspensão de novas contratações;
- Revisão do plano de investimentos, para aumentar a liquidez durante o período do surto;
- Captação e em 2020 com instituições financeiras de recursos adicionais afim de aumentar a liquidez do Grupo durante o período do surto. Até 30 de junho de 2020, a Administração captou R$ 85.000 de novos empréstimos e financiamentos.

O Grupo segue apresentando uma forte geração de caixa, dada a natureza essencial do varejo hortifrutigranjeiros, com uma baixa alavancagem e forte liquidez, sendo que não é esperado que em 2020 tenha impactos significativos em suas operações.

O Grupo continua implementando iniciativas de transformação digital, como segue o crescimentos de abertura de novas lojas físicas, fortalecendo fortemente a sua capacidade omnichannel, solidificando sua posição como um dos maiores varejistas brasileiras.

* *

Alex Alves dos Santos Brito
Presidente

José Bruno Vieira Filho
Diretor Financeiro

Pedro Henrique Barboza
Diretor de Controladoria

Maria Saraiva dos Santos
Contadora
CRC: PB-006592/O-5 T SP

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

ALEX ALVES DOS SANTOS BRITO, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador do RG nº MG 8.028.380-SSP/MG, inscrito no CPF/ME nº 036.727.056-08, residente e domiciliado na Rua das Murtas, 130, Alphaville Dom Pedro, Campinas/SP, CEP 13097-179, na qualidade de Diretor Presidente do **GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Comendador Aladino Selmi, 2502 – Galpão 5, Parque Cidade Campinas, CEP 13069-036, inscrita no CNPJ/ME sob nº 04.972.092/0001-22 e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.509.668 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que juntamente com os demais diretores da Companhia: **(a)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(b)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, especialmente elaboradas para fins de registro, nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM 480.

São Paulo, 19 de outubro de 2020.

ALEX ALVES DOS SANTOS BRITO

Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

ALESSANDRA MEDEIROS DE OLIVEIRA, brasileira, casada sob o regime de separação total de bens, administradora, portadora do RG nº 23.232.653-8, inscrita no CPF/ME nº 095.316.568-00, residente e domiciliada na Rua Dr. Chibata Miyakoshi, 37, Bl. B, apto 93, São Paulo, SP, CEP 05705-170, na qualidade de Diretora sem designação específica do **GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Comendador Aladino Selmi, 2502 – Galpão 5, Parque Cidade Campinas, CEP 13069-036, inscrita no CNPJ/ME sob nº 04.972.092/0001-22 e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.509.668 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que juntamente com os demais diretores da Companhia: **(a)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(b)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, especialmente elaboradas para fins de registro, nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM 480.

São Paulo, 19 de outubro de 2020.

ALESSANDRA MEDEIROS DE OLIVEIRA

Diretora

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

CEZAR LUCAS DE GUSMÃO, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador do RG nº MG 8885422, inscrito no CPF/ME nº 034.710.696-07, residente e domiciliado na Rua 30 Norte, Lote 02, Apartamento 1304, Edifício Lessence Du Park, Águas Claras, DF, CEP: 71.918-180 na qualidade de Diretor sem designação específica do **GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Comendador Aladino Selmi, 2502 – Galpão 5, Parque Cidade Campinas, CEP 13069-036, inscrita no CNPJ/ME sob nº 04.972.092/0001-22 e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.509.668 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que juntamente com os demais diretores da Companhia: **(a)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(b)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, especialmente elaboradas para fins de registro, nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM 480.

São Paulo, 19 de outubro de 2020.

CEZAR LUCAS DE GUSMÃO

Diretor

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

ROGÉRIO DIAS LEITE, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador do RG nº 263010181, inscrita no CPF/ME nº 261.837.598-05, residente e domiciliado na Rua Buarque de Macedo, 1533, Vila Nova, Campinas/SP, CEP 13073-, na qualidade de Diretor sem designação específica do **GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Comendador Aladino Selmi, 2502 – Galpão 5, Parque Cidade Campinas, CEP 13069-036, inscrita no CNPJ/ME sob nº 04.972.092/0001-22 e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.509.668 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que juntamente com os demais diretores da Companhia: **(a)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(b)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, especialmente elaboradas para fins de registro, nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM 480.

São Paulo, 19 de outubro de 2020.

ROGÉRIO DIAS LEITE

Diretor

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

VINICIUS CRUZ PAGANELLI BACELAR DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador do RG nº 35.270.801-3, inscrito no CPF/ME nº 221.731.468-82, residente e domiciliado na Rua Leandro Dupre, 662, apto 181, Vila Clementino, São Paulo, SP, CEP 04025-013, na qualidade de Diretor sem designação específica do **GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Comendador Aladino Selmi, 2502 – Galpão 5, Parque Cidade Campinas, CEP 13069-036, inscrita no CNPJ/ME sob nº 04.972.092/0001-22 e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.509.668 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que juntamente com os demais diretores da Companhia: **(a)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(b)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, especialmente elaboradas para fins de registro, nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM 480.

São Paulo, 19 de outubro de 2020.

VINICIUS CRUZ PAGANELLI BACELAR DE OLIVEIRA

Diretor

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

WAGNER RONNIE DE CAMARGOS, brasileiro, casado sob o regime de comunhão total de bens, comerciante, portador do RG nº 379824796, inscrito no CPF/ME nº 038.771.746-39, residente e domiciliado na Avenida Flamboyant, Lote 04, Apartamento 1004 – Residencial Bem-Te-Vi, Águas Claras/DF, CEP: 71.917-000, na qualidade de Diretor sem designação específica do **GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Comendador Aladino Selmi, 2502 – Galpão 5, Parque Cidade Campinas, CEP 13069-036, inscrita no CNPJ/ME sob nº 04.972.092/0001-22 e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.509.668 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que juntamente com os demais diretores da Companhia: **(a)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(b)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, especialmente elaboradas para fins de registro, nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM 480.

São Paulo, 19 de outubro de 2020.

WAGNER RONNIE DE CAMARGOS

Diretor

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

IVAN CARLOS CHIACHIO, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador, portador do RG nº 20.029.927-x, inscrito no CPF/ME nº 108.138.518-90, residente e domiciliado na Avenida Alaor Faria de Barros, 1050, apto 133,BL. Ouro Preto, Loteamento Alphaville Campinas, Campinas/SO, CEP 13098-393, na qualidade de Diretor do **GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Comendador Aladino Selmi, 2502 – Galpão 5, Parque Cidade Campinas, CEP 13069-036, inscrita no CNPJ/ME sob nº 04.972.092/0001-22 e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.509.668 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que juntamente com os demais diretores da Companhia: **(a)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(b)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, especialmente elaboradas para fins de registro, nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM 480.

São Paulo, 19 de outubro de 2020.

IVAN CARLOS CHIACHIO

Diretor

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

JOSÉ BRUNO VIEIRA FILHO, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador do RG nº 43.715.687-4, inscrito no CPF/ME nº 326.679.418-45, residente e domiciliado na Alameda Lorena, 174, apto. 92, Jardim Paulista, São Paulo/SP, CEP 01424-000, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores do **GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Comendador Aladino Selmi, 2502 – Galpão 5, Parque Campinas, CEP 13069-036, inscrita no CNPJ/ME sob nº 04.972.092/0001-22 e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.509.668 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que juntamente com os demais diretores da Companhia: **(a)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(b)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, especialmente elaboradas para fins de registro, nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM 480.

São Paulo, 19 de outubro de 2020.

JOSÉ BRUNO VIEIRA FILHO

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

LUIS FERNANDO GAMA, brasileiro, divorciado, Superior de Tecnologia em Processamento de Dados, portador do RG nº 18.092.069-8, inscrito no CPF/ME nº 088.521.758-65, residente e domiciliado na Rua Tagipuru, 127, apto 103, Barra Funda, São Paulo, SP, CEP 01156-000, na qualidade de Diretor de TI do **GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Comendador Aladino Selmi, 2502 – Galpão 5, Parque Cidade Campinas, CEP 13069-036, inscrita no CNPJ/ME sob nº 04.972.092/0001-22 e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.509.668 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que juntamente com os demais diretores da Companhia: **(a)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(b)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, especialmente elaboradas para fins de registro, nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM 480.

São Paulo, 19 de outubro de 2020.

LUIS FERNANDO GAMA

Diretor de TI

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

LUIZ WANDERLEY DOS SANTOS, brasileiro, casado sob o regime de comunhão total de bens, administrador de empresas, portador do RG nº 2114812-SSP/DF, inscrito no CPF/ME nº 851.314.156-91, residente e domiciliado na Rua Alecrim, Lote 00, Apartamento 402, Edifício Espaço Veredas, Águas Claras, DF, CEP: 71.909-360 na qualidade de Diretor sem designação específica do **GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Comendador Aladino Selmi, 2502 – Galpão 5, Parque Cidade Campinas, CEP 13069-036, inscrita no CNPJ/ME sob nº 04.972.092/0001-22 e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.509.668 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que juntamente com os demais diretores da Companhia: **(a)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(b)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, especialmente elaboradas para fins de registro, nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM 480.

São Paulo, 19 de outubro de 2020.

LUIZ WANDERLEY DOS SANTOS

Diretor

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

OSMAR DA CRUZ ALVES CAMPOS, brasileiro, Divorciado, Economista, portador do RG nº MG 4516058, inscrito no CPF/ME nº 587.065.426-20, residente e domiciliado na Rua João Stanis, 15, apto 22, Taquaral, Campinas/SP, CEP 13076-270, na qualidade de Diretor sem designação específica do **GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Comendador Aladino Selmi, 2502 – Galpão 5, Parque Cidade Campinas, CEP 13069-036, inscrita no CNPJ/ME sob nº 04.972.092/0001-22 e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.509.668 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que juntamente com os demais diretores da Companhia: **(a)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(b)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, especialmente elaboradas para fins de registro, nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM 480.

São Paulo, 19 de outubro de 2020.

OSMAR DA CRUZ ALVES CAMPOS

Diretor

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

PEDRO HENRIQUE BARBOZA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador do RG nº 32.065.405-9, inscrito no CPF/ME nº 288.487.678-26, residente e domiciliado na Rua Lourdes Rabello, 245, V. Milton, Guarulhos, SP, CEP 07063-100, na qualidade de Diretor de Controladoria do **GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Comendador Aladino Selmi, 2502 – Galpão 5, Parque Cidade Campinas, CEP 13069-036, inscrita no CNPJ/ME sob nº 04.972.092/0001-22 e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.509.668 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que juntamente com os demais diretores da Companhia: **(a)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(b)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, especialmente elaboradas para fins de registro, nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM 480.

São Paulo, 19 de outubro de 2020.

PEDRO HENRIQUE BARBOZA

Diretor de Controladoria

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

RODRIGO MARÇAL DE MENEZES, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador do RG nº 303540400, inscrito no CPF/ME nº 220.056.818-57, residente e domiciliado na Rua Antonio Pinto de Moraes, 220, apto. 43, Torre 01, Vila Anhanguera, Campinas/SP, CEP 13031-780, na qualidade de Diretor sem designação específica do **GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Comendador Aladino Selmi, 2502 – Galpão 5, Parque Cidade Campinas, CEP 13069-036, inscrita no CNPJ/ME sob nº 04.972.092/0001-22 e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.509.668 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que juntamente com os demais diretores da Companhia: **(a)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(b)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, especialmente elaboradas para fins de registro, nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM 480.

São Paulo, 19 de outubro de 2020.

RODRIGO MARÇAL DE MENEZES

Diretor

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

FRANCISCO AUGUSTO FERNANDES ROSA HOMSI, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro agrônomo, portador do RG nº 17.521.772-5, inscrito no CPF/ME nº 149.552.188-57, residente e domiciliado na Rua Ferreira Penteado, 1518, Apto 81, Cambuí, Campinas/SP, CEP 13010-041, na qualidade de Diretor do **GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Comendador Aladino Selmi, 2502 – Galpão 5, Parque Cidade Campinas, CEP 13069-036, inscrita no CNPJ/ME sob nº 04.972.092/0001-22 e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.509.668 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que juntamente com os demais diretores da Companhia: **(a)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(b)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, especialmente elaboradas para fins de registro, nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM 480.

São Paulo, 19 de outubro de 2020.

FRANCISCO AUGUSTO FERNANDES ROSA HOMSI

Diretor

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

ELTON LUIZ MAGNAGO, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bacharel em Direito, portador do RG nº 3440796119, inscrito no CPF/ME nº 031.734.507-95, residente e domiciliado na Avenida Padre Arlindo Vieira, 1035, apto. 17, bloco 01, Vila das Merces, São Paulo/SP, CEP 04297-000, na qualidade de Diretor sem designação específica do **GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Comendador Aladino Selmi, 2502 – Galpão 5, Parque Cidade Campinas, CEP 13069-036, inscrita no CNPJ/ME sob nº 04.972.092/0001-22 e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.509.668 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que juntamente com os demais diretores da Companhia: **(a)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(b)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, especialmente elaboradas para fins de registro, nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM 480.

São Paulo, 19 de outubro de 2020.

ELTON LUIZ MAGNAGO

Diretor

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

DANIEL DE GENARO MODANESE, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresa, portador do RG nº 303090066, inscrito no CPF/ME nº 301.924.018-23, residente e domiciliado na Rua Dom Bosco, 135, apto 101, Taquaral, Campinas, SP, CEP 13076-060, na qualidade de Diretor sem designação específica do **GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Comendador Aladino Selmi, 2502 – Galpão 5, Parque Cidade Campinas, CEP 13069-036, inscrita no CNPJ/ME sob nº 04.972.092/0001-22 e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.509.668 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que juntamente com os demais diretores da Companhia: **(a)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(b)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, especialmente elaboradas para fins de registro, nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM 480.

São Paulo, 19 de outubro de 2020.

DANIEL DE GENARO MODANESE

Diretor

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

MÔNICA ZERBINATTI , brasileira, divorciada, advogada, portadora do RG nº 189475961, inscrita no CPF/ME nº 102.602.838-86, residente e domiciliada na Rua São Salvador, 220, apto. 192, Torre Poente Jardim Belo Horizonte, Campinas/SP, CEP 13076-540, na qualidade de Diretora Jurídica do **GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Comendador Aladino Selmi, 2502 – Galpão 5, Parque Cidade Campinas, CEP 13069-036, inscrita no CNPJ/ME sob nº 04.972.092/0001-22 e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.509.668 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que juntamente com os demais diretores da Companhia: **(a)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(b)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, especialmente elaboradas para fins de registro, nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM 480.

São Paulo, 19 de outubro de 2020.

Monica Zerbinatti

MÔNICA ZERBINATTI

Diretora Jurídica

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Relatório da Administração

O Oba Hortifruti é uma rede varejista especializada em produtos perecíveis (frutas, legumes, verduras, açougue, mercearia e frios) que representam, em média, 80% das vendas das nossas lojas. Desde o início de nossas operações em 1979, oferecemos produtos alimentícios de alta qualidade, com ênfase em produtos perecíveis frescos, foco em saúde e bem-estar, e um comprometimento rigoroso com o atendimento ao cliente e qualidade do produto.

O Oba Hortifruti opera sob a razão social Grupo Fartura de Hortifrut S.A., e temos nossa sede na cidade de Campinas em São Paulo. Inicialmente uma empresa familiar, o Oba vem consistentemente se profissionalizando e implantando processos rígidos de controles e governança nos últimos anos. Em 2017, recebemos um aporte de capital da Crescera Capital, que nos proporcionou, além do capital para um novo ciclo de crescimento, o aprimoramento da nossa estrutura de governança corporativa e a profissionalização de nossa gestão.

Nossa trajetória, em especial nos últimos anos, teve forte ritmo de crescimento de vendas. Nossa receita bruta consolidada atingiu o patamar de R$ 1.231,1 milhões em 2018. A receita líquida consolidada foi de R$ 1.147,1 milhões, 29,6% acima de 2017. O lucro Bruto consolidado foi de R$ 459,7 milhões, 27,3% acima do ano de 2017, enquanto a margem bruta foi de 40,1%. Nosso EBITDA (1) atingiu R$ 69,9 milhões, com margem EBITDA (2) de 6,1%, enquanto nosso EBITDA ajustado(3) atingiu R$ 84,4, e a margem Ebitda ajustada(4) foi de 7,4%.

No ano de 2018, abrimos 6 novas lojas, com o processo estruturado de abertura de lojas, sempre com a estratégia de buscar o adensamento em regiões atuais e novas praças, com formatos certos para cada ponto comercial e com o time de expansão e processos bem estabelecidos.

Atualmente, contamos com 2 centros de centro de distribuição com um total de, de 30 mil m², e além de abastecer as lojas ao redor, quando interligados entre si, os CDs funcionam como uma rede eficiente de *sourcing* loca,l se aproveitando da logística entre os CDs para criar uma logística reversa entre eles.

Em 31 de dezembro de 2018, operávamos 43 lojas distribuídas em 11 cidades, 2 estados e no Distrito Federal, nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, além de mantermos 2 centros de distribuição e 1 frigorifico próprios.

Nossos clusters atingem regiões com alta densidade populacional, elevado poder aquisitivo per capita, crescimento econômico superior à média nacional e ambiente competitivo atrativo para exploração do nosso formato.

Principais Indicadores Financeiros e Operacionais

A tabela a seguir apresenta, para os períodos indicados, uma seleção de informações financeiras e operacionais, derivadas das nossas demonstrações financeiras consolidadas para os períodos indicados, que confirmam a resiliência e capacidade de forte crescimento do Oba Hortifrúti:

Relatório da Administração

(em R$ milhões, exceto quando indicado)	Exercício Social encerrado em 31 de Dezembro de 2018	2017	%
Receita Bruta	1.231,1	952,6	29,4%
Receita líquida	1.147,1	885,1	29,6%
Lucro Bruto	459,7	361,1	27,3%
Margem Bruta	40,1%	40,8%	-0,7%
EBITDA (1)	69,9	61,6	11,3%
Margem EBITDA (2)	6,1%	7,1%	-1,0%
EBITDA ajustado (3)	84,4	71,8	17,5%
Margem EBITDA ajustado (4)	7,4%	8,1%	-0,8%
Lucro líquido	36,1	22,7	59,0%
Margem Líquida	3,1%	2,6%	0,6%
Dívida Líquida (5)	53,8	34,7	43,5%
Dívida Líquida sobre EBITDA Ajustado	0,64 x	0,52x	0,12x

(1) O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12.O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, conciliada com nossas demonstrações financeiras. O EBITDA consiste no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização.
(2) A Margem EBITDA corresponde à divisão entre o EBITDA e a receita líquida.
(3) O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA de um período ou exercício ajustado para excluir ou adicionar efeitos do mesmo período ou exercício, conforme aplicável. O EBITDA Ajustado é calculado a partir do EBITDA adicionado a linha de Outras receitas (despesas) operacionais líquida. O EBITDA Ajustado e a margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pela IFRS, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser consideradas como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa operacional, assim como não devem ser consideradas como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia. A companhia entende que esse indicador é importante para o entendimento do desempenho operacional de seus negócios, uma vez que reflete o caráter recorrente das operações, ao excluir eventos de natureza extemporânea, como receitas de alienação de bens ativos ou despesas relacionadas à reestruturações ou pré-operacionais de aberturas de lojas.
(4) A Margem EBITDA Ajustado corresponde à divisão entre o EBITDA Ajustado e a receita líquida
(5) A dívida líquida consiste no endividamento bancário bruto adicionado do Caixa e equivalentes de Caixa.

Indicadores Operacionais	2018	2017	%
Vendas mesmas lojas			
Número de lojas	43	37	16,2%
São Paulo Capital	13	11	18,2%
São Paulo Interior	19	18	5,6%
Distrito Federal	9	8	12,5%
Goiânia	2	-	-

Relatório da Administração

Informações Financeiras Relevantes

Receita Líquida

Receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 1.147,1 milhões comparativamente a R$ 885,1 milhões no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R$ 261,9 milhões ou 29,6%. Este aumento é atribuído substancialmente a (i) 100% dos resultados do Oba Hortifruti no ano de 2018 comparados aos 7 meses de consolidação de 2017. O aumento de receita líquida da Controladora no período foi de 21,8%.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 459,7 milhões comparativamente a R$ 361,2 milhões no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R$ 98,5 milhões ou 27,3%. O Lucro bruto representou 40,1% e 40,8% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento da receita líquida.

Despesas com vendas e distribuição

Despesas com vendas e distribuição no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 329,1 milhões comparativamente a R$ 262,1 milhões no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R$ 67,1 milhões ou 25,6%. Despesas operacionais representou 28,7% e 29,6% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a (i) Abertura de 6 lojas no período, (ii) Aumento de despesas variáveis com a receita e (iii) incorporação do Oba Hortifruti em maio de 2017, com impacto de 8 meses em 2017 e 12 meses em 2018.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 53,8 milhões comparativamente a R$ 36,2 milhões no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R$ 17,6 milhões ou 48,5%. Despesas gerais e administrativas representou 4,7% e 4,1% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a (i) aumento de despesas com pessoal para suportar o crescimento orgânico da Companhia e (ii) incorporação do Oba Hortifruti em maio de 2017, com impacto de 8 meses em 2017 e 12 meses em 2018.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 14,5 milhões comparativamente a R$ 9,3 milhões no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R$ 5,3 milhões ou 57,0%. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas representou 1,3% e 1,0% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Este aumento se deu substancialmente a (i) despesas com reestruturação em 2018 e (ii) ganhos na combinação de negócios em 2017.

Relatório da Administração

EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA por sua vez foi de R$ 69,9 milhões comparativamente a R$ 62,8 milhões em 2017 o que representou uma variação de 11,3%. Excluindo os efeitos não recorrentes do resultado, aqueles incluídos na linha de Outras receitas (Despesas) operacionais líquida, o EBITDA Ajustado foi de R$ 84,4 milhões comparativamente a R$ 71,8 milhões em 2017, o que representou uma variação de 17,5%

Auditores independentes

A Administração

Tel.: +55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho 90
Consolação – São Paulo, SP - Brasil
01050-030

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e acionistas
Grupo Fartura de Hortifrut S.A.
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. "Companhia", identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e as respectivas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as *IFRS – International Financial Reporting Standards* e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3.a às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, que descreve a reapresentação dessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, em virtude de aprimoramento de divulgação em notas explicativas. Este relatório substitui os originalmente emitidos em 14 de maio de 2018 sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, com modificação de opinião sobre o registro e apresentação de ajuste de exercícios anteriores, e em 20 de março de 2019, sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, sem modificação de opinião. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria, são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Tributação incidente sobre a venda de produtos	Como o escopo de nossa auditoria respondeu ao assunto "Tributação incidente sobre a venda de produtos"
Conforme divulgado nas Notas Explicativas nos 1 e 7.f às demonstrações financeiras, a Companhia tem como principal atividade o comércio varejista de produtos alimentícios, dentre eles os hortifrutigranjeiros. Os produtos hortifrutigranjeiros in natura possuem isenção para fins de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias – ICMS e são tributados à alíquota zero para fins de PIS e COFINS. No entanto, os demais produtos alimentícios comercializados possuem diferentes classificações fiscais e sofrem incidência de variadas alíquotas para tributação dos valores de venda pelo Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS e pelo Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI. Tal situação demanda bastante atenção por parte da Administração da Companhia para parametrização da classificação fiscal de cada produto e respectivas alíquotas incidentes no sistema informatizado de controle por ela utilizado em suas operações.	Em relação a este tema, envolvemos nossos especialistas tributários e avaliamos, através das tabelas de produtos extraídas do sistema informatizado de controle da Companhia, a classificação fiscal adotada para cada tipo de produtos, bem como as alíquotas definidas para cada um deles com vistas à tributação de ICMS e IPI. Adicionalmente, testamos a aderência das parametrizações verificando a tributação efetivamente calculada por meio dos documentos fiscais como notas fiscais de venda e cupons fiscais. Nossos trabalhos revelaram que as parametrizações em sistema para classificação fiscal dos produtos e respectivas alíquotas para fins de ICMS e IPI sobre as vendas estão razoavelmente consistentes com o estabelecido pela legislação fiscal e tributadas.

Revisão das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado	Como o escopo de nossa auditoria respondeu ao assunto "Revisão das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado"
Conforme mencionado nas Nota Explicativa nº 7.h às demonstrações financeiras, uma das áreas das demonstrações financeiras que envolvem maior julgamento por parte da Administração da Companhia é a seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e, consequentemente, das taxas de depreciação a serem utilizadas nos cálculos. Em função da necessidade de conhecimentos técnicos específicos sobre os bens existentes e por ser um assunto que poderia resultar em impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras, a Companhia contratou empresa especializada de engenharia para avaliação da vida útil estimada de cada um dos grupos de bens e de contas do ativo imobilizado e emissão de laudo conclusivo sobre as avaliações realizadas.	Obtivemos os laudos conclusivos preparados pelos especialistas contratados, confrontamos, em base de testes, as vidas úteis dos bens e respectivas taxas de depreciação com os percentuais para depreciação imputados no sistema de controle do ativo imobilizado individualizado por item e recalculamos os valores de depreciação apurados para os exercícios de 2018 e 2017. De acordo com o resultado dos procedimentos de auditoria realizados, consideramos que os encargos de depreciação do exercício foram apurados com base nas vidas úteis definidas no trabalho dos especialistas e foram adequadamente calculados.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações do Valor Adicionado, individual e consolidada, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações, individual e consolidada, estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de outubro de 2020.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 031522/F

Celso Luiz da Costa Lobo
Contador CRC 1 SP 251526/O-6

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Caixa e equivalentes de caixa	9	49.869	70.511	93.716	79.589
Instrumentos financeiros derivativos	28.c	53	81	53	81
Contas a receber de clientes	11	58.930	51.502	72.935	63.528
Estoques	12	68.477	50.568	83.776	61.475
Tributos a recuperar	13	8.235	1.695	9.073	1.944
Imposto de renda e contribuição social		384	744	659	744
Outros créditos		238	35	2.932	1.906
Circulante		**186.186**	**175.136**	**263.144**	**209.267**
Outros créditos		25	127	25	127
Aplicações financeiras	10	1.500	500	1.500	500
Depósitos judiciais	21.c	621	554	834	742
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	1.810	380	1.810
Tributos a recuperar	13	2.255	1.725	2.770	1.870
Empréstimos a receber de partes relacionadas	14	4.344	173	23.427	18.100
		8.745	**4.889**	**28.936**	**23.149**
Investimentos	15	154.164	68.772	-	-
Propriedade para investimento		-	-	-	-
Imobilizado	16	95.948	61.946	205.357	134.297
Intangível		1.625	1.561	3.269	3.220
Não circulante		**260.482**	**137.168**	**237.562**	**160.666**
Total do ativo		**446.668**	**312.304**	**500.706**	**369.933**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Fornecedores	17	74.009	63.869	92.974	79.880
Empréstimos e financiamentos	18	66.004	70.952	77.739	95.254
Instrumentos financeiros derivativos	28.c	63	2.854	298	2.854
Obrigações sociais e trabalhistas	19	25.060	20.559	31.888	25.424
Obrigações tributárias	20	4.089	4.824	5.368	5.695
Imposto de renda e contribuição social		3.242	8.139	4.408	8.467
Parcelamentos tributários		102	99	2.579	2.769
Contas a pagar		7.662	5.186	10.290	7.488
Dividendos a pagar	22.c	3.000	1.753	3.000	1.753
Outros passivos		8	1	28	-
Circulante		**183.239**	**178.236**	**228.572**	**229.584**
Provisão para passivo a descoberto em controlada	15.b	-	10.436	-	-
Empréstimos e financiamentos	18	68.328	11.309	68.831	19.050
Parcelamentos tributários		494	591	5.016	5.809
Provisão para processos judiciais	21	1.037	915	1.037	970
Obrigações tributárias	20	-	600	-	600
Empréstimos a pagar para partes relacionadas	14	6	1.261	2.006	3.260
Imposto de renda e contribuição social diferidos		799	-	799	-
Não circulante		**70.664**	**25.112**	**77.689**	**29.689**
Total do passivo		**253.903**	**203.348**	**306.261**	**259.273**
Capital social	22.a	89.864	59.864	89.864	59.864
Reservas de capital	22.b	79.092	57.500	79.092	57.500
Reservas de lucros	22.c	23.809	-	23.809	-
Prejuízos acumulados		-	(8.408)	-	(8.408)
Patrimônio líquido		**192.765**	**108.956**	**192.765**	**108.956**
Participação de não controladores		-	-	1.680	1.704
Patrimônio líquido total		**192.765**	**108.956**	**194.445**	**110.660**
Total do passivo e patrimônio líquido		**446.668**	**312.304**	**500.706**	**369.933**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Receitas de vendas	23	938.852	770.964	1.147.057	885.148
Custos das vendas	24	(574.254)	(458.403)	(687.330)	(523.945)
Lucro bruto		**364.598**	**312.561**	**459.727**	**361.203**
Despesas com vendas e distribuição	24	(263.012)	(229.662)	(329.137)	(262.084)
Despesas gerais e administrativas	24	(39.602)	(27.884)	(53.805)	(36.239)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	24	(235)	(128)	(247)	(124)
Outras receitas (despesas), líquidas	24	(10.695)	(6.989)	(14.525)	(9.250)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		**51.054**	**47.898**	**62.013**	**53.506**
Receitas financeiras	25	7.229	1.657	8.110	2.491
Despesas financeiras	25	(17.945)	(16.897)	(21.251)	(22.280)
Resultado financeiro, líquido		**(10.716)**	**(15.240)**	**(13.141)**	**(19.789)**
Equivalência patrimonial	15.c	6.120	(164)	-	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**46.458**	**32.494**	**48.872**	**33.717**
Imposto de renda e contribuição social corrente	26	(7.723)	(11.621)	(10.541)	(12.848)
Imposto de renda e contribuição social diferido	26	(2.609)	1.810	(2.229)	1.810
Lucro líquido do exercício		**36.126**	**22.683**	**36.102**	**22.679**
Lucro atribuível à acionistas controladores		36.126	22.683	36.126	22.683
Lucro atribuível à acionistas não controladores		-	-	(24)	(4)
Lucro líquido do exercício		**36.126**	**22.683**	**36.102**	**22.679**
Lucro básico e diluído por lote de mil ações no fim do exercício - R$	27	1.141,06		1.140,30	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Lucro líquido do exercício	36.126	22.683	36.102	22.679
Resultado abrangente do exercício	**36.126**	**22.683**	**36.102**	**22.679**
Resultado abrangente atribuível:				
Acionistas controladores	36.126	22.683	36.126	22.683
Acionistas não controladores	-	-	(24)	(4)
Resultado abrangente total	**36.126**	**22.683**	**36.102**	**22.679**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

		Capital social			Reserva de lucros						
	Nota	**Capital social**	**Capital a integralizar**	**Reserva de capital**	**Reserva legal**	**Reserva de retenção de lucros**	**Prejuízo acumulado**	**Lucros acumulados**	**Patrimônio líquido dos controladores**	**Patrimônio líquido dos não controladores**	**Patrimônio líquido total**
Saldos em 1º de janeiro de 2017		**1.704**	**-**	**-**	**-**	**-**	(14.718)	**-**	**(13.014)**	**-**	**(13.014)**
Aquisição de controle		-	-	-	-	-	-	-	**-**	1.708	**1.708**
Subscrição de capital	22.a	125.000	(125.000)	-	-	-	-	-	**-**	-	**-**
Integralização de capital e aporte de reserva de capital em 30/11/2017	22.a	660	57.500	57.500	-	-	-	-	**115.660**	-	**115.660**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	22.683	**22.683**	(4)	**22.679**
Destinação do lucro:											
Dividendos distribuídos	22.d	-		-	-	-	-	(16.373)	**(16.373)**	-	**(16.373)**
Absorção do prejuízo acumulado		-		-	-	-	6.310	(6.310)	**-**	-	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2017		**127.364**	**(67.500)**	**57.500**	**-**	**-**	**(8.408)**	**-**	**108.956**	**1.704**	**110.660**
Integralização de capital e aporte de reserva de capital em 31/05/2018		-	15.000	15.000	-	-	-	-	**30.000**	-	**30.000**
Integralização de capital e aporte de reserva de capital em 30/11/2018		-	15.000	15.000	-	-	-	-	**30.000**	-	**30.000**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	36.126	**36.126**	(24)	**36.102**
Destinação do lucro:											
Constituição de reserva legal	22.d	-		-	1.806	-	-	(1.806)	**-**	-	**-**
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos	22.d	-		-	-	-	-	(12.317)	**(12.317)**	-	**(12.317)**
Absorção do prejuízo acumulado		-		(8.408)	-	-	8.408	-	**-**	-	**-**
Reserva da retenção de lucros		-		-	-	22.003	-	(22.003)	**-**	-	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**127.364**	**(37.500)**	**79.092**	**1.806**	**22.003**	**-**	**-**	**192.765**	**1.680**	**194.445**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**46.458**	**32.494**	**48.872**	**22.679**
Ajustes				
Depreciação e amortização	5.721	6.538	7.979	8.146
Resultado de equivalência patrimonial	(6.120)	164	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	(1.810)
Baixa de ativo imobilizado	1.506	385	1.361	385
Ajuste a valor presente de at ivos	-	-	-	1.334
Perdas na combinação de negócios sob controle comum	-	-	-	(1.783)
Constituição (reversão) de provisão para processos judiciais	692	(52)	636	(52)
Constituição (reversão) de provisão para perdas de estoque	(1.019)	(52)	(510)	77
Constituição (reversão) de provisão para perdas de crédito esperadas	225	(509)	237	165
Juros, custos de transação e variação cambial sobre empréstimos	6.457	8.352	7.847	7.286
Provisão de instrumentos financeiros de derivativos	(2.763)	2.773	(2.528)	2.917
Ajustes de ativo imobilizado	(769)	-	(728)	-
Provisão de IOF sobre mútuo	(116)	-	(149)	-
Provisão de Receitas e despesas financeiras sobre mútuo	(291)	-	(291)	-
Provisão para bônus	3.665	-	4.029	-
	53.646	**50.093**	**66.755**	**39.344**
Variações dos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(7.653)	(20.083)	(9.644)	(21.876)
Estoques	(16.890)	(15.842)	(21.791)	(11.381)
Tributos a recuperar	(7.070)	(1.790)	(8.029)	(1.210)
Depósitos judiciais	(67)	(121)	(92)	(138)
Outros créditos	(101)	(71)	(924)	(1.912)
Fornecedores	4.416	9.598	21.939	12.555
Contas a pagar	2.476	912	2.802	(19.624)
Obrigações sociais e trabalhistas	836	674	2.435	574
Obrigações tributárias	(1.429)	2.434	(1.911)	11.218
Provisão para processos judiciais	(569)	-	(569)	-
Outros passivos	7	(1.669)	28	(630)
Caixa gerado nas operações	**27.601**	**24.135**	**50.999**	**6.920**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(12.260)	(4.044)	(14.515)	-
Juros pagos no financiamento	(12.865)	(6.927)	(14.453)	-
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	**2.476**	**13.164**	**22.031**	**6.920**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado/ intangível	(34.800)	(28.589)	(88.565)	(47.410)
Aquisição de participação em controlada	-	12.968	-	(9)
Aplicações financeiras	(1.000)	(500)	(1.000)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(2.141)	-	-
Dividendos	-	250	-	-
Aumento de capital em controlada	(89.708)	(69.577)	-	-
Concessão de empréstimos a partes relacionadas	(3.764)	-	(4.887)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(129.272)**	**(87.589)**	**(94.452)**	**(47.419)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aporte de capital	60.000	115.660	60.000	115.000
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos no período	(11.070)	(18.042)	(11.070)	(27.536)
Empréstimos com partes relacionadas	(1.255)	15.267	(1.254)	7.256
Pagamento do principal de empréstimos e financiamentos	(102.885)	(61.511)	(139.642)	(97.604)
Captação de empréstimos	162.120	90.258	179.270	111.884
Custos de transação de empréstimos	(756)	-	(756)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**106.154**	**141.632**	**86.548**	**109.000**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(20.642)**	**67.207**	**14.127**	**68.501**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	70.511	3.304	79.589	3.304
Caixa proveniente de aquisição de controle	-	-	-	7.784
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	49.869	70.511	93.716	79.589
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(20.642)**	**67.207**	**14.127**	**68.501**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Receitas				
Receita de serviços	598	356	598	356
Receitas de vendas	966.271	793.666	1.180.033	910.541
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(225)	(128)	(237)	(124)
	966.644	**793.894**	**1.180.394**	**910.773**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(539.671)	(437.466)	(654.095)	(502.800)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	(94.316)	(80.501)	(124.235)	(98.064)
Perda e recuperação de valores ativos	81	-	81	-
Valor adicionado bruto	**332.738**	**275.927**	**402.145**	**309.909**
Depreciação e amortização	(5.721)	(7.560)	(7.979)	(9.286)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**327.017**	**268.367**	**394.166**	**300.623**
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	7.333	1.780	9.091	3.072
Resultado de equivalência patrimonial	6.120	(163)	-	-
Outros	1.544	2.923	2.146	4.076
Valor adicionado total a distribuir	**342.014**	**272.907**	**405.403**	**307.771**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	**151.597**	**125.053**	**185.150**	**141.453**
Remuneração direta	136.124	111.842	166.046	126.832
Benefícios	5.954	4.970	7.899	5.531
FGTS	9.519	8.241	11.205	9.090
Impostos, taxas e contribuições	**93.841**	**71.868**	**109.613**	**79.412**
Federais	71.453	61.793	86.092	69.051
Estaduais	18.400	7.672	18.732	7.766
Municipais	3.988	2.403	4.789	2.595
Remuneração de capitais de terceiros	**60.450**	**53.303**	**74.538**	**64.227**
Juros	17.370	16.017	20.382	21.248
Aluguéis	39.703	34.618	50.502	40.144
Outras	3.377	2.668	3.654	2.835
Remuneração de capitais próprios	**36.126**	**22.683**	**36.102**	**22.679**
Constituição de reserva legal	1.806	-	1.806	-
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos	12.317	16.373	12.317	16.373
Reserva da retenção de lucros	22.003	-	22.003	-
Absorção do prejuízo acumulado	-	6.310	-	6.310
Participação de não controladores	-	-	(24)	(4)
Valor adicionado distribuído	**342.014**	**272.907**	**405.403**	**307.771**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O Grupo Fartura de Hortifrut. S.A. ("Companhia" e/ou "Controladora") é uma sociedade por ações, constituída e com início de suas atividades operacionais no ano de 2002, com sede na Avenida Comendador Aladino Selmi, 2502 – Galpão 5, Parque Cidade Campinas, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como Grupo").

O Grupo tem como atividade principal o comércio varejista de produtos alimentícios e opera através de unidades comerciais localizadas nos estados de São Paulo, Goiás e no Distrito Federal.

2. Reestruturação societária

a) Aquisição de controle de Oba Hortifruti

Em 02 de maio de 2017, a Companhia recebeu, através da cessão de quotas efetuada pelos acionistas controladores, participação de 99,99% na empresa Oba Hortifruti – Comércio e Importação de Frutas Ltda. ("Oba Hortifruti"), passando a deter o controle sobre as atividades operacionais dessa empresa.

O Oba Hortifruti tem por atividade o comércio varejista de produtos alimentícios, com lojas em Brasília – Distrito Federal e Goiânia – GO.

b) Aquisição de controle da CR Alves

Em 17 de abril de 2017, a Companhia passou a deter o controle da CR Alves Participações Ltda. ("CR Alves") e encerrou o exercício com uma participação de 98,69% das quotas de capital. A empresa tem sede na cidade de Limeira – São Paulo, apresentando imóveis como principais ativos e tendo por principal fonte de receitas rendimentos sobre aplicações financeiras.

c) Reestruturação societária envolvendo entidades sob controle comum

Para as situações de reestruturações societárias em que o controlador final antes e depois da transação, permanece o mesmo, a Administração elegeu o custo precedente como a prática contábil, por entender que representa melhor a transação ocorrida e fornece uma informação de maior relevância.

A política contábil do custo precedente prevê que ao contabilizar uma combinação de negócios sob controle comum a entidade que recebe as participações societárias inicialmente mensurará os ativos e passivos transferidos reconhecidos aos seus valores contábeis nas contas da entidade que faz a transferência na data da transferência.

3. Base para preparação

As demonstrações financeiras individuais da controladora e consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Stantards Board – IASB*, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TG) mediante resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 15 de outubro de 2020. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes das principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

a. - Reapresentação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia definiu reapresentar suas demonstrações financeiras históricas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2018 com o objetivo de aprimoramento e adequação às normas e regulamentos de mercado de capitais determinado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações financeiras orignalmente apresentadas foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes (“BDO”) que, neste momento, reemite seus relatórios de auditoria.

A Administração da Companhia enfatiza que essas reapresentações não produziram efeitos no resultado dos exercícios previamente reportados, assim como lucro por ação e dividendos aprovados e distribuídos em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras foram preparadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo, e estão apresentadas em milhares de Reais (R$ mil). Todos os saldos foram arrendados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 15.c - equivalência patrimonial em investidas: determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida;

- Nota explicativa 7.a - consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida;

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2018 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 21 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

- Nota explicativa 11 - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber de clientes;

- Nota explicativa 12 - reconhecimento e mensuração da provisão de perda nos estoques.

c. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 28 - instrumentos financeiros

6. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo amortizado, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados à valor justo emcada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos;
- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado;

7. Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto quando haja menção específica em contrário..

a. Base de consolidação

Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial, conforme percentuais de participação apresentados abaixo:

Investida	Participação sobre PL (%)	Controle	Data-base
Oba Hortifruti - Comércio e Importção de Frutas Ltda.	99,99%	Direto	31/12/2018
CR Alves Participações Ltda.	98,69%	Direto	31/12/2018

Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

i. Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18, para fins de demonstrações financeiras da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido ou prejuízo atribuível aos acionistas da Controladora.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas no mesmo período de divulgação da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento das demonstrações financeiras, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Reconhecimento de receita de contrato com cliente

Receita de vendas de mercadorias

As receitas são provenientes basicamente das vendas de produtos no varejo. Portanto, a receita da venda dos produtos no comércio varejista, diretamente ao consumidor final, é reconhecida no momento efetivo da venda, que é substancialmente o momento que a obrigação de desempenho é atendida. A receita é reconhecida quando os produtos são entregues.

As vendas diretas ao consumidor permitem ao cliente devolver os produtos. Portanto, de acordo com o CPC 47/ IFRS 15 – Receitas de contratos de clientes, vigente a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o valor da receita reconhecida deve ser ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido devem ser reconhecidos. A Administração avaliou as devoluções esperadas e identificou um valor imaterial e, portanto, não estão refletidas nessas demonstrações financeiras.

d. Benefícios a empregados

Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação no resultado tem como base o atingimento de meta de receita e resultado alcançados, bem como avaliação do desempenho individual em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;

As receitas e as despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. O Grupo classifica dividendos e juros sobre capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

f. Imposto de renda e contribuição social e Impostos sobre vendas

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados pelo sistema de Lucro Real, com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Na controlada CR Alves, o Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados pela sistemática do Lucro Presumido. Neste sistemática, o lucro tributável é calculado aplicando-se sobre a receita bruta de vendas as alíquotas de presunção definidas para a atividade da Companhia, que é de 8%. Sobre o lucro tributável foram aplicadas as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro presumido excedente de R$ 240 anuais para o imposto de renda de 9% sobre o lucro presumido para contribuição social sobre o lucro líquido.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas controladas individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos sobre vendas

As receitas de vendas de produtos estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

Impostos sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços – ICMS	De 0% a 25%
Programa de Integração social -PIS	1,65%
Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS	7,60%
Impostos sobre produtos industrializados – IPI	De 0% a 20%
Impostos sobre serviços – ISS	5%

Os produtos hortifrutigranjeiros in natura possuem isenção para o ICMS e alíquota zero para o PIS/COFINS.

As receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre as vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas.
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

g. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda, tais como: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) custo da mercadoria; e (iv) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda.

Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas para perdas, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

h. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

● Instalações comerciais	10 anos
● Máquinas, equipamentos e ferramentas	7-10 anos
● Veículos	5 anos
● Computadores e periféricos	5 anos
● Móveis e utensílios	10 anos
● Benfeitorias em propriedades de terceiros	10 anos
● Edificações	25 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Ativos intangíveis

Reconhecimento e Mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

- Fundo de comércio 5 anos
- Software 5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado ("VJR"), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (“ORA”). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupopode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação o Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato.

Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o Método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O Grupo reconhece a perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber após análise individualizada dos clientes. Além disso, temos como política reconhecer como perda os saldos vencidos há mais de 90 dias cujo recebimento não líquido e certo, exceto para o contas a receber com partes relacionadas.

O Grupo avaliou a aplicabilidade do CPC 48/ IFRS 09 – Instrumentos financeiros, quanto ao registro da perda de acordo com o risco de inadimplência ao longo da vida esperada. Em virtude da Companhia estar inserida no ramo de Hortifrutigranjeiros e os recebimentos serem atrelados a valores em espécie ou através de administradoras de cartões de débitos e créditos de primeira linha, a administração avaliou e não identificou valores materiais e portanto, não estão refletidas nessas demonstrações financeiras.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado.

Um ativo financeiro possui ”problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;

- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. A provisão para perdas é apresentada em linha separada na demonstração de resultado do Grupo (Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber).

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 90. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

k. Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

l. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisões para contingências

Uma provisão para contingências é registrada quando, por resultado de eventos passados, há uma obrigação presente provável de uma saída de recurso. No caso de passivo contingente, isto é uma obrigação possível que resulte de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle do Grupo, apenas a divulgação em suas demonstrações financeiras é efetuada.

m. Informação por segmento

O CPC 22 (IFRS 8) – Informações por Segmento requer a divulgação de informações sobre os segmentos operacionais de uma entidade derivadas do sistema de relatórios internos e usadas pelo principal tomador de decisões operacionais da entidade para tomar decisões sobre os recursos a serem alocados aos segmentos e avaliar seu desempenho. O segmento operacional do Grupo é o segmento varejista, cujos resultados são revistos periodicamente pelo Conselho de Administração do Grupo, que é o principal tomador de decisões operacionais na concepção do CPC 22 (IFRS 8).

O Grupo compreende seu negócio como um único segmento de comércio varejista de hortifrutigranjeiros, carnes, padaria e mercadorias em gerais com predominância em produtos alimentícios, não possuindo outro segmento além do reportado.

o) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33.

8. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As alterações das normas descritas a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve adoção antecipada dessas normas por parte da Companhia.

IFRS 16/ CPC 06 (R2) – Arrendamentos

Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17 / CPC (R1) – Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabele os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores).

Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação de arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente. As alterações são efetivas para os exercícios iniciados ou após 1º de janeiro de 2019

Impactos da adoção

Os contratos de arrendamento relevantes que a Companhia possui são os de alugueis dos imóveis nos quais as lojas estão operando, cujos prazos de uso são os mesmos de pagamento. Abaixo estão apresentados os impactos estimados na adoção do pronunciamento técnico contábil:

Controladora

	01/01/2019		01/01/2019
Ativo circulante		**Passivo circulante**	
		Arrendamentos operacionais	36
Ativo não circulante		**Passivo não circulante**	
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	Arrendamentos operacionais	179.937
		Patrimônio Líquido	
Direito de uso	179.973	Prejuízos acumulados	-
Total do ativo	**179.973**	Total do passivo e patrimônio liquido	**179.973**

Consolidado

	01/01/2019		01/01/2019
Ativo circulante		**Passivo circulante**	
		Arrendamentos operacionais	46
Ativo não circulante		**Passivo não circulante**	
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	Arrendamentos operacionais	230.829
		Patrimônio Líquido	
Direito de uso	230.875	Prejuízos acumulados	-
Total do ativo	**230.875**	Total do passivo e patrimônio liquido	**230.875**

9. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	1.610	1.110	43.593	1.379
Bancos conta movimento	7.354	1.320	10.214	2.457
Numerários em trânsito	43	980	42	981
Aplicações financeiras de liquidez imediata	40.862	67.101	39.867	74.772
	49.869	**70.511**	**93.716**	**79.589**

As aplicações financeiras de liquidez imediata estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados por instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (95,5% do CDI 2018 e 2017), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

10. Aplicações financeiras (ativo não circulante)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Títulos de capitalização	1.500	500	1.500	500
	1.500	**500**	**1.500**	**500**

O saldo é decorrente de investimentos em títulos de capitalização, , atualizado pela Taxa Referencial (“TR”) aplicada às cadernetas de poupança.

11. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Duplicatas e cheques a receber	4.502	1.138	1.444	1.476
Duplicatas a receber com partes relacionadas	1.100	3.295	1.100	570
Outras contas a receber	1.053	1.151	1.262	1.266
Administradoras de cartão	52.589	45.997	69.455	60.295
Sub-total	**59.244**	**51.581**	**73.261**	**63.607**
(-) Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	(314)	(79)	(326)	(79)
Total	**58.930**	**51.502**	**72.935**	**63.528**

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber. O Grupo mantém título cedido em garantia conforme mencionada na nota 18.d. A exposição do Grupo a riscos de créditos está apresentada na Nota 28.b.

As operações com administradores de cartão de crédito são registradas líquidas das comissões devidas às respectivas administradoras, registradas nas demonstrações do resultado como despesas de vendas.

O Grupo reconhece a perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber após análise individualizada dos clientes. Além disso, temos como política reconhecer como perda os saldos vencidos há mais de 90 dias cujo recebimento não é líquido e certo, exceto para o contas a receber com partes relacionadas. O saldo vencido há mais de 90 dias demonstrado no aging-list abaixo e não impaired referem-se aos saldos a receber com partes relacionadas, nãos quais a Administração avalia que são recuperáveis e nenhuma provisão para perda foi constituída.

A Companhia possuía provisão para perdas de crédito esperadas no montante de R$ 314 (R$ 79 em 2017) nas demonstrações financeiras individuais da controladora, e R$ 326 (R$ 79 em 2017) nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme movimentação a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Saldo anterior	79	588	79	-
Constituição	235	(509)	247	79
Saldo final	**314**	**79**	**326**	**79**

Abaixo segue o *aging list* do contas a receber de clientes e outras contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
A vencer	58.012	47.150	71.893	58.047
Vencidos:				
30 dias	191	4.240	311	5.331
60 dias	52	17	61	25
90 dias	40	22	48	24
120 dias	71	24	73	24
180 dias	226	37	214	39
Acima de 180 dias	652	91	661	117
Total	**59.244**	**51.581**	**73.261**	**63.607**

Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável

A exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao 'Contas a receber de clientes', está divulgada na nota explicativa 28.b

12. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Mercadorias para revenda	58.214	40.166	72.848	50.174
Material de embalagem e uso e consumo	4.095	3.507	4.755	3.911
Adiantamento a fornecedores	6.168	6.895	6.173	7.390
	68.477	**50.568**	**83.776**	**61.475**

As provisões para perdas de estoques em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são realizadas de acordo com a estimativas do percentual de perda histórica aplicado sobre os saldos em aberto

A Administração constituiu provisão para perdas sobre os estoques de mercadorias para revenda no montante de R$ 255 (R$ 765 em 2017) nas demonstrações financeiras individuais e no montante de R$ 255 (R$ 1.274 em 2017) nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Saldo anterior	(765)	(817)	(1.274)	(817)
Constituição da provisão líquida	(235)		(235)	(457)
Baixa da provisão líquida	745	52	1.254	
Saldo final	**(255)**	**(765)**	**(255)**	**(1.274)**

13. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	7.200	3.297	8.047	3.641
PIS e COFINS a recuperar	3.073	38	3.479	52
INSS a recuperar	-	-	8	11
Outros	217	85	309	110
	10.490	**3.420**	**11.843**	**3.814**
Ativo circulante	8.235	1.695	9.073	1.944
Ativo não circulante (a)	2.255	1.725	2.770	1.870

(a) O valor registrado no ativo não circulantecorrespondente a longo prazo refere-se aos avos de ICMS a recuperar incidentes sobre compra de ativo imobilizado.

14. Partes relacionadas

a) Controladora

(i) Contas patrimoniais – Ativo e Passivo

	Impacto nas contas patrimonais									
	31/12/2018					31/12/2017				
	Contas a receber (Nota 11)	Mútuos a receber	Contas a pagar	Fornecedores (Nota 17)	Mútuos a pagar	Contas a receber (Nota 11)	Mútuos a receber	Contas a pagar	Fornecedores (Nota 17)	Mútuos a pagar
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	-	-	-	-	-					(552)
Luiz Las Casas Alves (iv)	-	-	-	-	-			(138)		
Alex Alves dos Santos de Brito (i) (ii) (iv)	-	-	(1)	-	-			(56)		(1)
Carlos Roberto Alves (i) (ii) (iv)	5	2.769	(5)	-	-	5		(79)		
ARC Dia Comércio Varejista Ltda. (ii)	821	-	-	-	-	244			(3)	(3)
Comércio Atacadista de Frutas e Legumes Global Ltda ME (ii)	16	-	-	(267)	-	4			(158)	(363)
Comercial Ki Frutas Ltda. (ii)	59	-	-	-	-	104				(180)
Raimundo Desiderio Alves Caetano (i) (ii) (iv)	9	-	(9)	-	-	7		(9)		(9)
FCA Comércio de Alimentos Ltda. (ii)	-	1.575	-	-	-	3				-
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda. (ii)	185	-	-	-	(6)	195				(6)
Sevla Construtora e Incorporadora Ltda. (iii)	-	-	-	-	-	1				
Mooca Administradora de Alugueis Ltda. (i)	-	-	-	-	-	0		(147)		(147)
Oba Growth Participações S.A (i)	-	-	-	-	-					
Oba Hortifruti (i)							173			
Agrindoor Agropecuária Ltda. (i)	5	-	-	-	-	3			(181)	
	1.100	**4.344**	**(15)**	**(267)**	**(6)**	**566**	**173**	**(429)**	**(341)**	**(1.261)**

(ii) Contas de rsultado

	Impacto no resultado											
	31/12/2018						31/12/2017					
	Vendas de mercadorias	Receitas financeiras	Serviços prestados	Outros serviços	Compras de mercadorias	Aluguéis	Vendas de mercadorias	Receitas financeiras	Serviços prestados	Outros serviços	Compras de mercadorias	Aluguéis
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	1	-	-	406	-	6.627	-			342		6.697
Alex Alves dos Santos de Brito (i) (ii) (iv)	-	-	-	-	-	10	2			28		12
Carlos Roberto Alves (i) (ii) (iv)	11	144	-	39	-	20	7			23	0	
ARC Dia Comércio Varejista Ltda. (ii)	1.427	-	-	-	-	-	1.914			0	48	
Comércio Atacadista de Frutas e Legumes Global Ltda ME (ii)	292	-	20	-	761	-	1.977				451	
Comercial Ki Frutas Ltda. (ii)	180	-	-	-	-	-	111					
Raimundo Desiderio Alves Caetano (i) (ii) (iv)	42	-	-	-	-	112	46			13	0	132
FCA Comércio de Alimentos Ltda. (ii)	20	147	-	-	-	-	32				4	
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda. (ii)	1.587	-	-	2	50	-	1.064			1	96	
Sevla Construtora e Incorporadora Ltda. (iii)	7	-	-	-	-	145	25		6.975			
Mooca Administradora de Alugueis Ltda. (i)	-	-	-	228	-	1.808				285		1.608
Super Varejão Caraca Ltda. (ii)	814	-	-	-	-	-	617				3	
	4.381	**291**	**20**	**675**	**811**	**8.722**	**5.794**	**-**	**6.975**	**691**	**603**	**8.448**

b) Consolidado

(i) Contas patrimoniais – Ativo e Passivo

	Impacto nas contas patrimonais									
	31/12/2018					31/12/2017				
	Contas a receber (Nota 11)	Mútuos a receber	Contas a pagar	Fornecedores (Nota 17)	Mútuos a pagar	Contas a receber (Nota 11)	Mútuos a receber	Contas a pagar	Fornecedores (Nota 17)	Mútuos a pagar
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	-	10.084	-	-	-	-	10.084	-	-	(552)
Luiz Las Casas Alves (iv)	-	857	-	-	-	-	607	(138)	-	-
Alex Alves dos Santos de Brito (i) (ii) (iv)	-	1.375	(1)	-	-	-	1.375	(56)	-	(1)
Carlos Roberto Alves (i) (ii) (iv)	5	5.200	(5)	-	-	5	2.429	(79)	-	-
ARC Dia Comércio Varejista Ltda. (ii)	821	2.359	-	-	-	244	2.359	-	(3)	(3)
Comércio Atacadista de Frutas e Legumes Global Ltda ME (ii)	16	1.240	-	(267)	-	4	1.240	-	(157)	(363)
Comercial Ki Frutas Ltda. (ii)	59	-	-	-	-	104		-	-	(180)
Raimundo Desiderio Alves Caetano (i) (ii) (iv)	9	733	(9)	-	-	7		(9)	-	(9)
FCA Comércio de Alimentos Ltda. (ii)	-	1.575	-	-	(2.000)	3		-	-	(2.000)
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda. (ii)	185	-	-	-	(6)	195	-	-	(25)	(6)
Sevla Construtora e Incorporadora Ltda. (iii)	-	-	-	-	-	1	-	-	-	
Mooca Administradora de Alugueis Ltda. (i)	-	-	-	-	-	-	-	(147)	-	(146)
Oba Growth Participações S.A (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Super Varejão Oba Ltda (i)						5	2	-	(181)	
Global Guanabara Ilha Hortifruti Ltda. (i)	-	4	-	-	-	-	4	-	-	
Agrindoor Agropecuária Ltda. (i)	5	-	-	-	-	3		-	-	
	1.100	**23.427**	**(15)**	**(267)**	**(2.006)**	**571**	**18.100**	**(429)**	**(366)**	**(3.260)**

(ii) Contas de resultado

	Impacto no resultado										
	31/12/2018						31/12/2017				
	Vendas de mercadorias	Receitas financeiras	Serviços prestados	Outros serviços	Compras de mercadorias	Aluguéis	Vendas de mercadorias	Serviços prestados	Outros serviços	Compras de mercadorias	Aluguéis
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	1	-	-	406	-	6.627	-	-	342	-	6.697
Alex Alves dos Santos de Brito (i) (ii) (iv)	41	-	-	-	-	10	2	-	28	-	12
Carlos Roberto Alves (i) (ii) (iv)	11	144	-	39	-	20	7	-	23	0	-
ARC Dia Comércio Varejista Ltda. (ii)	1.427	-	-	-	-	-	1.914	-	0	48	-
Comércio Atacadista de Frutas e Legumes Global Ltda ME (ii)	292	-	20	-	761	-	1.977	-	-	451	-
Comercial Ki Frutas Ltda. (ii)	180	-	-	-	-	-	111	-	-	-	-
Raimundo Desiderio Alves Caetano (i) (ii) (iv)	42	-	-	-	-	112	46	-	13	0	132
FCA Comércio de Alimentos Ltda. (ii)	20	147	-	-	-	-	32	-	-	4	-
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda. (ii)	1.587	-	-	2	50	303	1.064	-	27	112	-
Sevla Construtora e Incorporadora Ltda. (iii)	7	-	-	-	-	145	25	6.975	-	-	-
Mooca Administradora de Alugueis Ltda. (i)	-	-	-	228	-	1.808	-	-	285	-	1.608
Super Varejão Caraca Ltda. (ii)	814	-	-	-	-	-	617	-	-	3	-
	4.422	**291**	**20**	**675**	**811**	**9.025**	**5.794**	**6.975**	**717**	**619**	**8.448**

c) Composição

(i) Refere-se a saldo a pagar decorrente de contratos de aluguel das lojas, cujos prazos são de 5 a 10 anos, com pagamentos mensais;

(ii) Refere-se a compra e venda de mercadorias, com prazo médio de pagamento e recebimento de 30 dias;

(iii) Refere-se aos serviços prestados de engenharia para a construção das novas lojas e reformas nas lojas existentes;

(iv) Refere-se a contratos de mútuos a receber e a pagar remunerados a 100% do CDI, com vencimentos para 2019, data na qual foram liquidados conforme divulgado na nota explicativa 31.c.

As operações com partes relacionadas apresentadas nos quadros acima são resultado, principalmente, de transações que a Companhia tem junto aos seus principais acionistas, suas controladas e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente, seguindo os preços (valor de mercado), os termos e condições acordadas entre as partes.

d) Honorários dos profissionais chaves da administração

O Grupo considera como "profissionais chaves da administração", os integrantes da sua diretoria e conselho. A remuneração dos referidos profissionais, está composta por despesas que incluem salários, encargos sociais, pró-labore e bônus no montante de R$ 6.414 (R$ 50 em 2017) nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

e) Movimentação dos saldos de mútuos

I) Mútuos a receber

	Controladora 31/12/2018	Consolidado 31/12/2018
Saldo inicial	**173**	**18.100**
Concessão de empréstimos	3.764	4.887
Provisão de IOF	116	149
Juros incorridos - receitas financeiras	291	291
Saldo final	**4.344**	**23.427**

I) Mútuos a pagar

	Controladora 31/12/2018	Consolidado 31/12/2018
Saldo inicial	**(1.261)**	**(3.260)**
Pagamento de mútuo	1.255	1.254
Saldo final	**(6)**	**(2.006)**

15. Investimentos

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras da controladora, é como segue:

a) Investimentos

	31/12/2018	31/12/2017
Investimentos	154.164	68.772
	154.164	**68.772**

b) Provisão para passivo a descoberto em controlada

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para passivo a descoberto em controlada	-	(10.436)
	-	**(10.436)**

c) Movimentação apresentadas no exercício de 2018 e 2017:

	Oba Hortifruti	CR Alves	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	-	-	**-**
Aquisição de participação no período	(12.338)	(630)	**(12.968)**
Aumento de capital (i)	-	69.577	**69.577**
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.141	-	2.141
Resultado de equivalência patrimonial	11	(175)	(164)
Dividendos distribuídos	(250)	-	(250)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(10.436)**	**68.772**	**58.336**
Aumento de capital (ii) (iii)	29.040	60.668	**89.708**
Resultado de equivalência patrimonial	7.100	(980)	**6.120**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**25.704**	**128.460**	**154.164**

(i) O aumento de capital na controlada CR Alves Participações S.A. foi aportado no montante de R$ 69.577 através de transferência bancária nos meses de agosto no valor de R$ 18.000 e em dezembro no valor de R$ 51.577.

(ii) O aumento de capital na controlada Oba Hortifruti Comércio e Importação de Frutas Ltda. foi aportado o valor de R$ 29.040 através das transferências bancárias realizadas dentro dos trimestres findos em 2018 a seguir apresentados : a) Janeiro a março R$ 16.300; b) Abril a junho R$ 1.540; c) Julho a setembro R$ 2.100; d) Outubro a dezembro R$ 9.100;

(iii) O aumento de capital na controlada CR Alves participações S.A foi aportado o valor de R$ 60.668 através das transferências bancárias realizadas dentro dos trimestres findos de 2018 apresentados: a) Janeiro a março R$ 1.500; b) Abril a junho R$ 26.172; c) Julho a setembro R$ 3.446; d) Outubro a dezembro R$ 29.550.

Informações financeiras resumidas das controladas:

	2018							
Controladora	**Participação acionária**	**Ativo Circulante**	**Ativo não Circulante**	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**	**Patrimônio líquido**	**Lucro líquido (Prejuízo) do exercício**	**Receitas de vendas**
Oba Hortifruti Comércio Ltda.	99,99%	38.920	37.046	44.761	5.474	25.731	7.113	235.068
CR Alves	98,69%	41.311	94.198	3.368	2.001	130.140	(1.005)	-

	2017							
Controladora	**Participação acionária**	**Ativo Circulante**	**Ativo não Circulante**	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**	**Patrimônio líquido**	**Lucro líquido (Prejuízo)**	**Receita líquida**
Oba Hortifruti Comércio Ltda.	99,99%	31.574	24.362	52.460	13.913	(10.437)	12	123.769
CR Alves	97,58%	5.282	76.199	9.004	2.000	70.477	(180)	-

16. Imobilizado

a) Composição

Controladora

	Taxas anuais médias de depreciação fiscal (%)	Custo Total 31/12/2018	Depreciação acumulada 31/12/2018	Líquido 31/12/2018	Líquido 31/12/2017
Instalações comerciais	10	14.893	(9.218)	5.675	6.347
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	36.181	(7.850)	28.331	15.015
Veículos	20	13.044	(7.470)	5.575	3.649
Computadores e periféricos	20	3.909	(2.743)	1.166	1.080
Móveis e utensílios	10	13.002	(7.651)	5.351	5.964
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10	56.468	(10.570)	45.898	29.847
Edificações	-	-	-	-	44
Adiantamento para fornecedores - imobilizado	-	3.952	-	3.952	-
		141.449	**(45.502)**	**95.948**	**61.946**

Consolidado

	Taxas anuais médias de depreciação fiscal (%)	Custo Total 31/12/2018	Depreciação acumulada 31/12/2018	Líquido 31/12/2018	Líquido 31/12/2017
Terrenos	-	75.114	-	75.114	58.099
Instalações comerciais	10	21.389	(11.470)	9.919	7.477
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	45.408	(9.652)	35.756	18.280
Veículos	20	19.420	(11.607)	7.813	5.846
Computadores e periféricos	20	4.021	(2.743)	1.277	1.192
Móveis e utensílios	10	21.599	(11.553)	10.046	9.228
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10	73.221	(12.147)	61.075	33.783
Edificações	-	405	-	405	392
Adiantamento para fornecedores - imobilizado	-	3.952	-	3.952	-
		264.529	**(59.172)**	**205.357**	**134.297**

b) Movimentação

Controladora

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Depreciação	Transferências	Baixas	Saldo Final 31/12/2018
Instalações comerciais	6.347	4	(495)	(181)	-	5.675
Máquinas, equipamentos e ferramentas	15.015	15.271	(1.372)	(539)	(44)	28.331
Veículos	3.649	2.774	(777)	985	(1.056)	5.575
Computadores e periféricos	1.080	473	(237)	(124)	(26)	1.166
Móveis e utensílios	5.964	705	(470)	(848)	-	5.351
Benfeitorias em propriedade de terceiros	29.847	17.345	(2.535)	1.476	(235)	45.898
Edificações	44	-	(3)	(41)	-	-
Adiantamento para fornecedores - imobilizado	-	3.952	-	-	-	3.952
	61.946	**40.524**	**(5.889)**	**728**	**(1.361)**	**95.948**

Consolidado

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Depreciação	Transferências	Baixas	Saldo Final 31/12/2018
Terrenos	58.099	17.015	-	-	-	75.114
Instalações comerciais	7.477	3.118	(495)	(181)	-	9.919
Máquinas, equipamentos e ferramentas	18.280	19.858	(1.799)	(539)	(44)	35.756
Veículos	5.846	3.277	(1.239)	985	(1.056)	7.813
Computadores e periféricos	1.192	384	(149)	(124)	(26)	1.277
Móveis e utensílios	9.228	2.936	(1.270)	(848)	-	10.046
Benfeitorias em propriedade de terceiros	33.783	29.088	(3.037)	1.476	(235)	61.075
Edificações	392	54	-	(41)	-	405
Adiantamento para fornecedores - imobilizado	-	3.952	-	-	-	3.952
	134.297	**79.682**	**(7.989)**	**728**	**(1.361)**	**205.357**

c) Garantias

O Grupo não possui bens dados em garantias em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores de mercadorias	68.018	60.621	82.774	66.892
Fornecedores de mercadorias com partes relacionadas	267	341	267	366
Fornecedores de serviços	-	-	1.088	716
Fornecedores de imobilizado	5.724	2.907	8.845	11.906
	74.009	**63.869**	**92.974**	**79.880**

18. Empréstimos,financiamentos e debêntures

	Moeda	Encargos financeiros anuais	Controladora		Consolidado	
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Linha de crédito protegida (4.1.3.1)	R$	113% CDI a CDI+2,83%	60.451	18.608	68.638	32.381
Consório de veículos	R$	11,5% a 12,0%	545	444	545	444
(Financiamento para garantias de preços ao produtor (FGPP)_	R$	9,00%	9.271	13.666	12.600	13.666
Finame	R$	4,50% a 13,05%	766	1.742	1.488	3.124
Cédula de Crédito Bancário (Linha de Giro)	R$	CDI + 3,17%	13.769	47.801	13.769	64.689
Debêntures	R$	CDI + 1,00% a CDI + 2,00%	50.228	-	50.228	-
Custos de transação	R$	-	(698)	-	(698)	-
			134.332	**82.261**	**146.570**	**114.304**
Passivo circulante			66.004	70.952	77.739	95.254
Passivo não circulante			68.328	11.309	68.831	19.050

A seguir apresentamos os montantes a pagar de empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento (aging list), excluindo custo de transação, em 31 de dezembro de 2018:

Ano	Controladora	Consolidado
2020	39.374	39.142
2021	17.094	17.154
2022	12.500	12.535
	68.968	**68.831**

a) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Saldo inicial	**82.261**	**52.089**	**114.304**	-
Saldo inicial pela consolidação	**-**	**-**	**-**	86.106
Captação	162.120	90.258	179.270	80.804
Juros provisionados	7.165	7.187	8.817	11.700
Variação Cambial	(766)	965	(1.028)	(8.558)
Juros pagos	(12.865)	(6.927)	(14.453)	(5.831)
Amortização do principal	(102.885)	(61.511)	(139.642)	(50.117)
Custo de transação	(756)	-	(756)	-
Amortização do custo de transação	58	200	58	200
Saldo final	**134.332**	**82.261**	**146.570**	**114.304**

b) Debêntures

1ª emissão de Debêntures Simples

Em 05 de setembro de 2018, em Reunião do Conselho da Administração do Grupo Fartura de Hortifrut S.A., foi aprovada a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, conforme Instrução CVM 476, de 2009. Foram distribuídas 50.000 (cinquenta mil) debêntures, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), perfazamento o montante total de R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão").

As debêntures terão prazo de vigência de 4 (quatro) anos contados da Data de emissão, em 10 de setembro de 2018, com vencimento previsto para 10 de setembro de 2022, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, de Resgate Antecipado (conforme definido na Escritura da Emissão) da totalidade das Debêntures e das demais hipóteses de resgate da totalidade das debêntures previstas na Escritura de Emissão.

Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias da DI, calculadas e divulgadas pelo B3 S.A, acrescidas exponencialmente de 2% (dois por cento) ao ano e, em conjunto com a taxa da DI.

c) Custos de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado. A movimentação desses gastos é a seguinte:

	2018	2017
	Total	Total
Saldo no início do exercício	**-**	**200**
Custos incorridos	756	-
(-) Amortizações	(58)	(200)
Saldo no final do exercício	**698**	**-**
Passivo circulante	58	-
Passivo não circulante	640	-

d) Garantias

Por meio do contrato de debêntures, o cedente, cede e transfere fiduciariamente em garantia aos Debenturistas, representadas pelo Agente Fiduciário (“Cessão Fiduária”), de forma irrevogável e irretratável:

(i) a totalidade dos direitos de crédito, de titularidade das filiais da Cedente listadas decorrentes dos Contratos de Afiliação, referentes às vendas efetuadas ou que venham a ser efetuadas pela Cedente, em que seus clientes utilizem como meio de pagamento de cartões de crédito com determinadas bandeiras, inclusive eventuais acréscimos ou valores, seja a que título for, incluindo, mas não se limitando à multa, juros e demais encargos a eles relacionados, privilégios, preferências, prerrogativas (“Recebíveis dos Cartões”), os quais deverão ser depositados e transitados exclusivamente em Conta Vinculada.

e) Principais compromissos assumidos

Cláusulas contratuais restritivas de natureza não financeira estão previstas nos contratos. O Grupo monitora de forma constante o adequado cumprimento das cláusulas, de forma a evitar qualquer vencimento antecipado das obrigações previstas nas cédulas de empréstimos bancários.

As cláusulas financeiras restritivas consistem em: i) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial exequível ou decisão arbrital e/ou administrativa definitiva, todas de natureza condenatória; ii) inadimplento de qualquer obrigação pecuniária no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, de valor superior a R$ 5.000; iii) não manutenção do índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA igual ou inferior a 2,5, apurado anualmente.

Todas as cláusulas restritivas estão sendo rigorosamente cumpridas e controladas.

19. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Salários e ordenados	4.078	3.487	5.674	4.649
Provisão para bônus (i)	1.661	-	1.661	-
INSS a recolher	3.989	3.299	4.868	3.950
FGTS a recolher	1.153	1.017	1.388	1.207
Provisão para férias e encargos sociais	13.721	11.971	17.203	14.756
Outras obrigações	458	785	1.094	862
	25.060	**20.559**	**31.888**	**25.424**

20. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - a pagar	2.621	2.529	3.628	3.206
Contribuição para financiamento da seguridade social	13	776	13	869
Imposto sobre serviços	70	74	70	74
Programa de integração social	2	177	2	197
Imposto de renda retido na fonte	1.127	559	1.262	628
Outros tributos	256	1.309	393	1.321
	4.089	**5.424**	**5.368**	**6.295**
Passivo circulante	4.089	4.824	5.368	5.695
Passivo não circulante	-	600	-	600

21. Provisão para processos judiciais

O Grupo é parte em processos tributários, trabalhistas, cíveis, entre outros, e está discutindo essas questões tanto nas esferas administrativa quanto judicial.

Para as ações classificadas como probabilidade de perda provável é constituída provisão para o valor estimado de perda, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Provisões trabalhistas	1.037	915	1.037	915
Provisões cíveis	-	-	-	55
Total	**1.037**	**915**	**1.037**	**970**

a) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Saldo inicial	**915**	**967**	**970**	**1.022**
Constituição da provisão para processos judiciais	879	-	879	
Reversão da provisão para processos judiciais	(187)	(52)	(243)	(52)
Pagamentos realizados durante o exercício	(570)		(569)	
Saldo final	**1.037**	**915**	**1.037**	**970**

b) Perdas possíveis

O Grupo possui ações de natureza tributária, cíveis, trabalhistas, entre outras, envolvendo risco de perda classificado como possível pela Administração e por seus consultores jurídicos externos, para os quais nenhuma provisão foi constituída. Demonstramos abaixo os valores envolvidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Tributária	9.361	9.361	9.361	9.361
Cíveis	86	8	86	8
Trabalhista	1.230	1.567	1.300	1.567
Saldo final	**10.677**	**10.936**	**10.747**	**10.936**

c) Depósitos judiciais

O Grupo possui depósitos em espécie realizados judicialmente para cumprimento das probabilidade de perda em determinados processos judiciais, em 31 de dezembro de 2018 o montante de R$ 621 (R$ 554 em 2017) na controladora e em 2018 no consolidado no montante de R$ 834 (R$ 742 em 2017).

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia é de R$ 127.364 parcialmente integralizado, representado por 3.166.409 ações ordinárias , nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, conforme demonstrado abaixo:

	2018	
	Participação	**Valor**
Carlos Roberto Alves	57,74%	73.540
Oba Growth Participações S.A.	26,35%	33.560
Raimundo Desiderio Alves Caetano	11,05%	14.074
Luiz Las-Casas Alves	3,39%	4.318
Alex Alves dos Santos Brito	1,47%	1.872
	100%	**127.364**

Em 02 de maio de 2017, foi aprovado em assembleia geral extraordinária o aumento de capital da Companhia em R$ 660, mediante a emissão de 659.934 novas ações, integralizadas com a cessão de quotas da empresa Oba Hortifruti - Comércio e Importação de Frutas Ltda. pertencentes aos sócios do Grupo Fartura.

Em 30 de novembro de 2017, foi aprovado em assembleia geral extraordinária o aumento de capital da Companhia em R$ 250.000, mediante a emissão de 802.275 novas ações ordinárias normativas e sem valor nominal, dos quais, R$ 125.000 serão destinados ao capital social da Companhia, que passará de R$ 2.364.134 para R$ 127.364.176 e R$ 125.000 serão destinados à reserva de capital da Companhia.

Em referência ao aumento de capital aprovado em ata 30 de novembro de 2017, foram aportados: a) Até 31 de dezembro 2017 o montante R$ 115.000, dos quais R$ 57.500 foram destinados à integralização de capital social da Companhia e R$ 57.500 destinados à reserva de capital; b) Em 31 de maio de 2018 houve a integralização de R$ 30.000, sendo que, R$ 15.000 foram destinados ao capital social e R$ 15.000 à reserva de capital; c) Em 30 de novembro de 2018 houve a integralização de R$ 30.000, sendo que, R$ 15.000 foram destinados ao capital social e R$ 15.000 à reserva de capital.

b) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2018, o valor total de reserva de capital da Companhia é de R$ 79.092. Cumprindo o determinado no aumento de capital aprovado em 30 de novembro de 2017, foram aportados na reserva de capital R$57.500 em 2017, R$15.000 em 31 de maio de 2018 e R$ 15.000 em 30 de novembro de 2018. Em 31/08/2018, o montante de R$8.406 foi utilizado para a absorção de prejuízo acumulado, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração.

c) Reserva de lucros

Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2018, o valor total de reserva de lucros da Companhia é de R$ 1.806.

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social ou quando o saldo dessa reserva, somado ao montante das reservas de capital, atingir 30% do capital social. A reserva legal somente pode ser utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos com aquisições e de capital de giro. Conforme o art. 199 da Lei 6.404/76, o saldo desta reserva, acrescido das demais reservas de lucro, não poderá ultrapassar o capital social da Companhia.

Dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme disposição estatutária, a Companhia distribuirá anualmente, desde que haja lucros suficientes para tal, o maior valor entre 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada ano, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	36.126	22.683
(-) Reserva legal	1.806	1.134
Base de cálculo dividendos	34.320	21.549
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (ações ordinárias) (i)	8.580	5.387
Dividendos distribuídos no exercício	3.718	16.373
Juros sobre capital próprio ditribuídos no exercício	8.599	-
Total	**12.317**	**16.373**

(i) Companhia poderá creditar ou pagar juros sobre capital próprio ("JSCP") e tais valores poderão ser imputados aos valores do dividendo obrigatório.

Movimentação

Saldo em 1º de janeiro de 2017	**3.422**
Dividendos distribuídos no exercício	16.373
Dividendos pagos	(18.042)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**1.753**
Saldo em 1º de janeiro de 2018	**1.753**
Dividendos e JSCP distribuídos no exercício	12.317
Dividendos e JSCP pagos	(11.070)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**3.000**

23. Receita de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Vendas de mercadorias	1.002.400	827.183	1.230.448	951.108
Vendas de serviços e demais receitas	653	355	628	356
Receita bruta total	**1.003.053**	**827.538**	**1.231.076**	**951.464**
Tributos federais, estaduais e municipais	(64.201)	(56.574)	(84.019)	(66.316)
Receita operacional líquida	**938.852**	**770.964**	**1.147.057**	**885.148**

	Controladora	Consolidado
	2018	**2018**
Vendas de mercadorias física	997.731	1.225.779
Vendas de mercadorias digital	4.669	4.669
Receita bruta total	**1.002.400**	**1.230.448**

24. Despesas por natureza e função

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Compras de mercadorias	552.761	442.071	667.185	507.405
Pessoal	191.526	158.510	231.531	178.103
Propaganda e publicidade	7.197	5.969	10.734	7.840
Bonificações	(340)	(465)	(3.223)	(1.911)
Alugueis de veículos e maquinários	1.124	1.091	1.660	1.289
Ocupação (IPTU, Condomínio entre outros)	43.082	36.663	54.292	42.351
Transportes e fretes	11.009	4.664	17.190	8.825
Utilidades e serviços	17.478	12.583	21.229	14.403
Material de uso e consumo	12.659	21.779	18.624	24.971
Taxa de administração de cartão	10.507	8.882	13.697	10.789
Serviços prestados	13.518	13.008	17.037	14.829
Manutenção e reparos	5.101	4.798	7.568	6.564
Despesas gerais	5.005	4.789	7.868	6.230
Tarifas e tributos	5.799	4.016	6.657	4.260
Resultado com a alienação de ativo fixo	(81)	-	(81)	-
Depreciação e amortização	5.721	7.560	7.979	9.286
Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	235	128	247	124
Créditos Extemporâneos	6.431	-	6.431	-
Outros receitas e despesas	(934)	(2.980)	(1.581)	(3.716)
Total por natureza	**887.798**	**723.066**	**1.085.044**	**831.642**
Custos das vendas	574.254	458.403	687.330	523.945
Outras receitas (Nota 24.1)	(576)	(2.632)	(1.052)	(3.119)
Despesas com vendas e distribuição	263.012	229.662	329.137	262.084
Despesas gerais e administrativas	39.602	27.884	53.805	36.239
Provisão para perdas de crédito esperadas	235	128	247	124
Outras despesas (Nota 24.1)	11.271	9.621	15.577	12.369
Total por função	**887.798**	**723.066**	**1.085.044**	**831.642**

24.1 – Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Pré operacional (a)	8.793	9.621	12.451	12.369
Despesas com reestruturação (b)	2.478	-	3.126	-
Ganho na combinação de negócios	-	(1.783)	-	(1.783)
Outras	(495)	(849)	(971)	(1.336)
Receita na alienação de bens permanentes	(81)	-	(81)	-
	10.695	6.989	14.525	9.250
Outras receitas	(576)	(2.632)	(1.052)	(3.119)
Outras despesas	11.271	9.621	15.577	12.369
	10.695	6.989	14.525	9.250

(a) Nessa linha se contabiliza as despesas que ocorrem antes da abertura das novas lojas (pré-operação), tendo como principais gastos como as taxas de abertura, contratação de pessoal e comunicação visual das lojas entre outras despesas necessárias.

(b) Nessa linha são registrados basicamente os gastos com reestruturação organizacional do Grupo, que se iniciou em 2018, após entrada de novo investidor, e referem-sea consultorias, readequações logísticas, rescisão de pessoal, se tratam de medidas para adequar a estrutura de despesa do Grupo, abrangendo todas as áreas operacionais e administrativas.

25. Resultado financeiro liquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	1.655	341	2.217	465
Juros ativos	335	300	532	1.009
Variações cambiais ativa	1.926	594	2.048	594
Rendas em operações com derivativos	2.569	422	2.569	423
Outras receitas financeiras	744	-	744	-
	7.229	**1.657**	**8.110**	**2.491**
Despesas financeiras				
Outras despesas financeiras	(1.911)	(2.407)	(2.857)	(3.079)
Despesas bancárias	- -	-	(171)	(65)
Juros passivos e multas de mora	(679)	(1.420)	(981)	(1.549)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(7.165)	(7.187)	(8.817)	(11.700)
Variações cambiais passiva	(5.664)	(2.154)	(5.899)	(2.158)
Despesas com derivativos	(2.526)	(3.729)	(2.526)	(3.729)
	(17.945)	**(16.897)**	**(21.251)**	**(22.280)**
Resultado financeiro, líquido	**(10.716)**	**(15.240)**	**(13.141)**	**(19.789)**

26. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente	**(7.723)**	**(11.621)**	**(10.541)**	**(12.848)**
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido				
Provisão para perdas de crédito esperadas	77	27	80	27
Provisão para perdas de estoques	(174)	260	(173)	260
Derivativos e variação cambial	(1.160)	1.212	(1.081)	1.212
Provisão para bônus	565	-	749	-
Outras diferenças temporárias	203	-	973	-
Provisão para processos judiciais	42	311	42	311
Diferença entre depreciação fiscal e contábil	(2.162)	-	(2.819)	-
	(2.609)	**1.810**	**(2.229)**	**1.810**
Total da despesa de impostos das atividades continuadas	**(10.332)**	**(9.811)**	**(12.770)**	**(11.038)**

b. Conciliação da alíquota de imposto efetiva

	Controladora				Consolidado			
	2018		2017		2018		2017	
	%		%		%		%	
Resultado de operações continuadas antes dos impostos	**-**	**46.458**	**-**	**32.494**	**-**	**48.872**		**33.717**
Imposto utilizando a alíquota de imposto da controladora	**(34,00)**	**(15.795)**	**(34,00)**	**(11.048)**	**(34,00)**	**(16.616)**	**(36,87)**	**(12.431)**
Pagamento de jusros sobre capital próprio	6,29	2.924	-	-	5,98	2.924	-	-
Multas não dedutíveis	(0,13)	(61)	(0,28)	(92)	0,78	380	(0,36)	(120)
Despesas não Indedutíveis	0,22	103	4,15	1.349	0,43	212	3,15	1.063
Reversão de multa por denúncia espontânea	0,54	253	(0,78)	(253)	0,52	253	(0,75)	(253)
Provisões Contingência Multa Indedutível	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	4,48	2.081	-	-	-		-	
Incentivos fiscais (PAT + Redução Adicional)	0,35	163	0,72	233	0,48	235	1,12	377
	(22,24)	**(10.332)**	**(30,19)**	**(9.811)**	**(25,81)**	**(12.612)**	**(33,71)**	**(11.364)**
Ajuste de Aquisição de participação no período						-	0,97	326
Lucro Presumido	-	-	-	-	(0,32)	(158)		
	(22,24)	**(10.332)**	**(30,19)**	**(9.811)**	**(26,13)**	**(12.770)**	**(32,74)**	**(11.038)**

c. Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos

Controladora

				Saldo em 31 de dezembro de 2018		
	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2018	**Reconhecido no resultado**	**Incorporado**	**Valor líquido**	**Ativo fiscal diferido**	**Passivo fiscal diferido**
Provisão para perdas de crédito esperadas	27	76		103	103	-
Provisão para perdas de estoques	260	(173)		87	87	-
Derivativos e variação cambial	1.212	(1.161)		51	51	-
Provisão para bônus	-	565		565	565	-
Outras diferenças temporárias	-	203		203	203	-
Provisão para processos judiciais	311	42		353	353	-
Diferença entre depreciação fiscal e contábil	-	(2.161)		(2.161)	-	(2.161)
Efeitos da adoção do IFRS 16	-	-	-	-	-	-
Prejuízo fiscal a compensar	-	-	-	-	-	-
Total Imposto líquido (passivo) ativo	**1.810**	**(2.609)**		**(799)**	**1.362**	**-2161**
Ativo fiscal diferido	**1.810**			-		
Passivo fiscal diferido	-			**(799)**		

Consolidado

				Saldo em 31 de dezembro de 2018		
	Saldo líquido em 1º de janeiro	**Reconhecido no resultado**	**Incorporado**	**Valor líquido**	**Ativo fiscal diferido**	**Passivo fiscal diferido**
Provisão para perdas de crédito esperadas	27	80		107	107	-
Provisão para perdas de estoques	260	(173)		87	87	-
Derivativos e variação cambial	1.212	(1.081)		131	131	-
Provisão para bônus	-	749		749	749	-
Outras diferenças temporárias	-	973		973	973	-
Provisão para processos judiciais	311	42		353	353	-
Diferença entre depreciação fiscal e contábil	-	(2.819)		(2.819)		(2.819)
Efeitos da adoção do IFRS 16	-	-		-	-	-
Prejuízo fiscal a compensar	-	-		-	-	-
Total Imposto líquido (passivo) ativo	**1.810**	**(2.229)**		**(419)**	**2.400**	**(2.819)**
Ativo fiscal diferido	**1.810**			**380**		
Passivo fiscal diferido	-			**(799)**		

27. Lucro líquido por ação

O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018:

	Controladora	Consolidado
	2018	**2018**
Lucro líquido do exercício	36.126	36.102
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	3.166	3.166
Lucro básico por lote de mil ações	**1.141,06**	**1.140,30**

28. Instrumentos Financeiros

a) Instrumentos financeiros por categoria

		Ativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado			
		Controlada		Consolidado	
	Nota	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Instrumentos financeiros derivativos	28.c	53	81	53	81
Aplicações financeiras	10	1.500	500	1.500	500
		1.553	**581**	**1.553**	**581**

		Ativos mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de resultado			
		Controlada		Consolidado	
	Nota	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	9	49.869	70.511	93.716	79.589
Contas a receber de clientes	11	58.930	51.502	72.935	63.592
Empréstimos a receber de partes relacionadas	14	4.344	173	23.427	26.219
		113.143	**122.186**	**190.078**	**169.400**
		114.696	**122.767**	**191.631**	**169.981**

		Passivos mensurados pelo valor justo por meio de resultado			
		Controlada		Consolidado	
	Nota	2018	2017	2018	2017
Passivos, conforme o balanço patrimonial					
Instrumentos financeiros derivativos	28.c	63	2.854	298	2.854

		Passivos mensurados ao custo amortizado			
		Controlada		Consolidado	
Passivos, conforme o balanço patrimonial		2018	2017	2018	2017
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	134.332	82.261	146.570	114.304
Fornecedores	17	74.009	55.617	92.974	79.810
Contas a pagar	-	7.662	5.186	10.290	7.238
Empréstimos a pagar para partes relacionadas	14	6	9.513	2.006	11.763
Outros passivos	-	8	1	28	-
		216.017	**152.578**	**251.868**	**213.115**
		216.080	**155.432**	**252.166**	**215.969**

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

Controladora	2018	2018	2017	2017
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	53	53	81	81
Aplicações financeiras	1.500	1.500	500	500
Caixa e equivalentes de caixa	49.869	49.869	70.511	70.511
Contas a receber de clientes	58.930	58.930	51.502	51.502
Empréstimos a receber de partes relacionadas	4.344	4.344	173	173
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	63	63	2.854	2.854
Empréstimos e financiamentos	134.332	134.332	82.261	82.261
Fornecedores	74.009	74.009	55.617	55.617
Contas a pagar	7.662	7.662	5.186	5.186
Empréstimos a pagar para partes relacionadas	6	6	9.513	9.513
Outros passivos	8	8	1	1

Consolidado	2018	2018	2017	2017
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	53	53	81	81
Aplicações financeiras	1.500	1.500	500	500
Caixa e equivalentes de caixa	93.716	93.716	79.589	79.589
Contas a receber de clientes	72.935	72.935	63.592	63.592
Outros créditos	-	-	-	-
Empréstimos a receber de partes relacionadas	23.427	23.427	26.219	26.219
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	298	298	2.854	298
Empréstimos e financiamentos	146.570	146.570	114.304	146.570
Fornecedores	92.974	92.974	79.810	92.974
Contas a pagar	10.290	10.290	7.238	10.290
Empréstimos a pagar para partes relacionadas	2.006	2.006	11.763	2.006
Outros passivos	28	28	-	28

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado. Vide Nota 29.c para mais detalhes.

A Administração entende que todos os instrumentos financeiros estão classificados no nível 2, exceto (Banco Conta Movimento, Caixa e Numerário que não possuem classificação), onde considera que os valores justos estão bem próximos aos seus valores con tábeis. Não foram identificados mudanças significativas nas premissas, que possa impactar na alteração de valores. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

b) Qualidade do crédito dos ativos financeiros

O Grupo mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade dos créditos dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**
Contas a receber				
Duplicatas e cheques a receber	4.502	1.138	1.444	1.610
Duplicatas a receber com partes relacionadas	1.100	3.295	1.100	570
Outras contas a receber - acordos	1.053	1.151	1.262	1.266
Administradoras de cartão	52.589	45.997	69.455	57.634
Total de contas a receber de clientes	**59.244**	**51.581**	**73.261**	**61.080**
Caixa e equivalente de caixa				
Caixa	1.610	1.110	43.593	1.379
Bancos conta movimento	7.354	1.320	10.214	2.457
Numerários em trânsito	43	980	42	981
Aplicações financeiras de liquidez imediata	40.862	67.101	39.867	74.772
Total de caixa e equivalentes de caixa	**49.869**	**70.511**	**93.716**	**79.589**

As operações que sujeitam o Grupo à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde o Grupo fica exposto ao risco da instituição financeira envolvida> Visando gerenciar este risco, o Grupo mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo possuía os instrumentos financeiros derivativos conforme segue:

Controladora

Instituição	Tipo de contrato	Exposição	Valor de referência 2018	Valor de referência 2017	Valor justo 2018	Valor justo 2017	Ganho/ Perda 2018	Ganho/ Perda 2017
Ganho								
Banco do Bradesco	Swap	Dólar	-	11.901	-	11.820	-	81
Banco do Brasil	Swap	EUR	33.306	-	33.253	-	53	-
							53	**81**
Perda								
Banco do Itaú	Swap	EUR	-	14.546	-	17.021	-	(2.475)
Banco do Bradesco	Swap	Dólar	8.081	-	8.144	-	(63)	-
Banco Santander	NDF	EUR	-	13.234		13.613		(379)
							(63)	**(2.854)**
							(10)	**(2.773)**

Consolidado

Instituição	Tipo de contrato	Exposição	Valor de referência 2018	Valor de referência 2017	Valor justo 2018	Valor justo 2017	Ganho/ Perda 2018	Ganho/ Perda 2017
Ganho								
Banco do Bradesco	Swap	Dólar	-	11.901	-	11.820	-	81
Banco do Brasil	Swap	EUR	33.306	-	33.253	-	53	-
							53	**81**
Perda								
Banco do Itaú	Swap	EUR	8.094	14.546	8.329	17.021	(235)	(2.475)
Banco do Bradesco	Swap	Dólar	8.081	-	8.144	-	(63)	-
Banco Santander	NDF	EUR	-	13.234	-	13.613		(379)
							(298)	**(2.854)**
							(245)	**(2.773)**

A mensuração da marcação a mercado do Swap e NDF foi realizada considerando o efeito das variações dos indexadoras das pontas passivas e ativas, com base em informação de mercado dispovel a época.

d) Gestão de capital

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2018 e 2017 podem ser assim sumarizados:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	18	134.332	82.261	146.570	114.304
Caixa e equivalentes de caixa	9	(49.869)	(70.511)	(93.716)	(79.589)
Dívida líquida		**84.463**	**11.750**	**52.854**	**34.715**
Total do patrimônio líquido		**192.765**	**108.956**	**194.445**	**110.660**
Total do capital próprio e de terceiros		**277.228**	**120.706**	**247.299**	**145.375**
Índice de alavancagem financeira - %		30%	10%	21%	24%

e) Gestão de risco financeiro

I. Considerações gerais

O Grupo participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

II. Gerenciamentos de riscos

O Grupo está exposto aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

O Grupo adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos do Grupo, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

III. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Grupo , sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pelo Grupo é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados:

	Nota	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Entre seis a oito anos
Em 31 de dezembro de 2018					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	77.797	66.092	3.379	-
Fornecedores	17	92.974	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	95.254	18.217	833	-
Fornecedores	17	79.810	-	-	-

f) Exposição a riscos de taxas de juros e risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de variação de taxas de juros, e ao índice de inflação, o que pode causar um aumento em sua despesa financeira com o provisionamento de juros futuros.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da Taxa de Juros (Depósitos Interfinanceiros (DI)), e variação cambial), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à estas variáveis são apresentadas a seguir:

I. Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros (DI) e variação cambial.

II. Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros, foram consideradas expectativas de taxas vigentes em data próxima a apresentação das demonstrações financeiras, conforme informações extraídas do boletim Focus divulgado pelo BACEN.

Para a análise dos efeitos da variação cambial, consideramos a média ponderada das taxas de câmbio para o vencimento (obtida por meio da curva futura da moeda analisada) dos instrumentos expostos a risco cambial.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros e taxa de câmbio foram consideradas altas de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

As taxas consideradas foram:

Risco	Cenário I Provável	Cenário II Adverso Provável	Cenário III Adverso Extremo
Juros (DI)	6,75%	8,44%	10,13%
Câmbio (Euro)	4,67	5,83	7,00
Câmbio (USD)	3,88	4,84	5,81

III. Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – DI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros DI, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Saldo 31/12/2019	Ganho/(Perda)		
				Cenário I Provável	Cenário II Adverso Provável	Cenário III Adverso Extremo
Aplicações Financeiras	Diversos	Baixa DI	33.287	2	(6)	(14)
Cédula de Crédito Bancário (Linha de Giro)	Set/19 - Mar/20	Aumento DI	13.769	(7)	(31)	(61)
Cédula de Crédito Bancário (Linha 4.1.3.1)	jan/19 - ago/19	Aumento DI	67.365	(115)	(149)	(192)
Debêntures (1ª emissão	set/22	Aumento DI	50.228	(9)	(43)	(87)
Derivativos Op 4.1.3.1 BB)	fev/20	Aumento DI	4.500	(7)	(14)	(22)
Derivativos Op 4.1.3.1 BB)	jun/19	Aumento DI	3.000	(3)	(6)	(10)
Derivativos Op 4.1.3.1 Bradesco)	jan/19	Aumento DI	2.000	293	588	573
Derivativos Op 4.1.3.1 Itaú)	jan/19	Aumento DI	2.033	306	302	296

IV. Análise de sensibilidade de variações taxa de câmbio

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de câmbio, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Saldo 31/12/2019	Ganho/(Perda)		
				Cenário I Provável	Cenário II Adverso Provável	Cenário III Adverso Extremo
Cédula de Crédito Bancário (Linha 4.1.3.1)	jan/19 - ago/19	Aumento EUR	33.306	(1.687)	(10.432)	(19.177)
Cédula de Crédito Bancário (Linha 4.1.3.1)	jan/19 - ago/19	Aumento USD	16.174	114	(3.794)	(7.701)
Derivativos Op 4.1.3.1 BB)	fev/20	Aumento EUR	4.500	1.012	6.259	11.506
Derivativos Op 4.1.3.1 BB)	jun/19	Aumento EUR	3.000	675	4.173	7.671
Derivativos Op 4.1.3.1 Bradesco)	jan/19	Aumento USD	2.000	3.066	7.769	12.471
Derivativos Op 4.1.3.1 Itaú)	jan/19	Aumento USD	2.033	1.604	3.975	6.345

A Administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros do Grupo. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração do Gruporevisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores distintos a aqueles apresentados anteriormente, resultado da subjetividade noprocesso utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

g) Riscos da taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio resulta das transações de importação de mercadorias e contratação de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira em decorrência de volatilidade da moeda estrangeira, porém, o Grupo mitiga e gerencia este risco por meio da contratação de derivativos financeiros apenas para fins de proteção (hedge) buscando neutralizar a volatilidade do câmbio.

h) Empréstimos e debêntures

Os empréstimos e as debêntures, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado.

29. Demonstração dos fluxos de caixa

A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração dos fluxos de caixa dos períodos findos em 31 de dezembro 2018. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir: :

Controladora

	2018
Fornecedores	(5.724)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	**(5.724)**
Imobilizado – Adições	5.724
Efeito no caixa líquido das atividades de investimentos	**5.724**

Consolidado

	2018
Fornecedores	(8.845)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	**(8.845)**
Imobilizado	8.845
Efeito no caixa líquido das atividades de investimentos	**8.845**

30. Seguros (Não auditado)

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas consideradas pela Administração suficientes para cobrir os riscos inerentes de suas atividades, considerando a natureza e o grau de risco. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura
Edificações, instalações e máquinas e equipamentos	Limite máximo de indenização 20.000.000
Incêndio, roubo e colisão para veículo	Cobertura total do veículo 100% FIPE, Danos materiais e corporais 200.000
Responsabilidade civil	100.000

31. Eventos subsequentes

a. Cisão parcial do investimento na CR Alves

Em 31 de agosto de 2019, a Companhia realizou o processo de cisão parcial dos ativos e passivos que representavam o investimento na CR Alves Participações Ltda. (“CR Alves”), nos termos do Protocolo e Justificação e de acordo com os valores estabelecidos no Laudo de Avaliação.

b. Incorporação da controlada Oba Hortifruti Comércio e Importação de Frutas Ltda.

Em 01 de outubro de 2019, por meio de “Assembleia Geral Extraordinária”, foi aprovado o “Protocolo e Justificação de Incorporação”. Nesta mesma data foi deliberada pelos acionistas da Companhia, a incorporação do acervo líquido da controlada Oba Hortifruti Comércio e Importação de Frutas Ltda. (“Oba Hortifruti”) com base em avaliação contábil suportada por laudo emitido nos termos do 2º do artigo 1.117 do Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406 de 2002.

c. Incorporação reversa Oba Growth Participações S.A.

Em 31 de janeiro de 2020, a Companhia incorporou a empresa Oba Growth Participações S.A., permitindo maior capacidade de negócios, com a aproximação dos acionistas às atividades do Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Neste evento a incorporada é extinta de pleno direito, e a incorporadora sucede integralmente a incorporada em relação a todos os seus direitos e obrigações, para todos os fins e efeitos de direito. Na relação de troca decorrente da incorporação Oba Growth Participações S.A. foram canceladas as ações da incorporada e emitidas novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia aos acionistas da Oba Growth Participações S.A.

A relação de troca das ações de emissão da Oba Growth Participações S.A. por ações de emissão do Grupo Fartura foi determinada em processo de negociação entre os acionistas, enquanto partes independentes, de modo que os acionistas da Oba Growth Participações S.A. passassem a deter 30% (trinta por cento) do capital social da Companhia.

b. Parcelamento dos impostos de PIS e Cofins

Em 10 de março de 2020, a Companhia aderiu o parcelamento referente ao processo 10830-725609/2013-07 no montante de R$ 9.481.178, sendo R$ 1.691.237 referente a PIS e R$ 7.789.942 referente a Cofins, com deferimento de 60 parcelas. O montante a ser liquidado nos próximos 12 (doze) meses é de R$ 1.896.236 reais.

c. Liquidação mútuo

Em 02 de março de 2020, a Companhia recebeu a quitação, mediante a compensação com os dividendos por ela distribuídos, do montante de R$ 1.534 referente a mútuo a receber.

d. COVID-19

Apesar do atual momento que estamos passando, desafiador, com diversas incertezas sobre a duração e os efeitos da pandemia do novo coronavírus que se tornou pandemia em 11 de março de 2020, que requerem diversas medidas de distanciamento social, o Grupo, avalia de forma constante os efeitos o surto nas operações e nas demonstrações financeiras, sendo que menciono as principais medidas implementadas:

- Comunicação frequente e ativa com todos os colaboradores a fim de difundir melhor práticas nos cuidados contra o vírus;
- Afastamento de funcionários considerados em grupo de risco;
- Intensificação no abastecimento de materiais de limpeza como Álcool Gel e instalação de equipamentos de proteção nos caixas das lojas;
- Adoção da prática de home office para colaboradores de áreas corporativas;
- Negociações com os atuais e novos fornecedores de mercadorias para reforçar o abastecimento das lojas durante o período surto;
- Ampliação da disponibilidade de produtos para venda online e delivery;
- Encerramento da atividade dos restaurantes que atendem ao público, presentes em algumas lojas do Grupo;
- Implementação de medidas temporárias, tais como suspensão de novas contratações.
- Revisão do plano de investimentos, para aumentar a liquidez durante o período do surto.
- Negociação com instituições financeiras para tomada de recursos adicionais afim de aumentar a liquidez da empresa durante o período do surto.

O Grupo segue apresentando uma forte geração de caixa, dada a natureza essencial do varejo hortifrutigranjeiros, com uma baixa alavancagem e forte liquidez, sendo que não é esperado que em 2020 tenha impactos significativos em suas operações.

O Grupo continua implementando iniciativas de transformação digital, como segue o crescimentos de abertura de novas lojas físicas, fortalecendo fortemente a sua capacidade omnichannel, solidificando sua posição como um dos maiores varejistas brasileiras.

* * *

Alex Alves dos Santos Brito
Presidente

José Bruno Vieira Filho
Diretor Financeiro

Pedro Henrique Barboza
Diretor de Controladoria

Maria Saraiva dos Santos
Contadora
CRC: PB-006592/O-5 T SP

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 4
2.3 - Outras Informações Relevantes 6

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 7
3.2 - Medições Não Contábeis 8
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 13
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 14
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 15
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 16
3.7 - Nível de Endividamento 17
3.8 - Obrigações 18
3.9 - Outras Informações Relevantes 19

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 20
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 52
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 54
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 56
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 57
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 58
4.7 - Outras Contingências Relevantes 59
4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 60

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 61

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 67

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 71

5.4 - Programa de Integridade 74

5.5 - Alterações significativas 76

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 77

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 78

6.3 - Breve Histórico 79

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 81

6.6 - Outras Informações Relevantes 82

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 83

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 95

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 96

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 97

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 106

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 107

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 114

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 115

7.8 - Políticas Socioambientais 116

7.9 - Outras Informações Relevantes 117

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 118

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 119

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 120

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 121

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 122

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 123

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 125

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 175

9.2 - Outras Informações Relevantes 176

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 177

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 196

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 197

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 198

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 201

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 204

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 205

10.8 - Plano de Negócios 206

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 208

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 210

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 211

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 212

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 220

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 224

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 226

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 227

12.7/8 - Composição Dos Comitês 236

Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 242

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 243

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 251

12.12 - Outras informações relevantes 252

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 254

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 258

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 262

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 264

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 265

13.6 - Opções em Aberto 266

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 267

13.8 - Precificação Das Ações/opções 268

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 269

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 270

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 271

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 272

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 273

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 274

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 275

13.16 - Outras Informações Relevantes 276

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 277

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 279

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 280

Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 281

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 282

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 283

15.3 - Distribuição de Capital 285

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 286

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 287

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 290

15.7 - Principais Operações Societárias 291

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 294

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 295

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 296

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 312

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 314

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 315

17.2 - Aumentos do Capital Social 316

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 317

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 318

17.5 - Outras Informações Relevantes 319

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 320

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 321

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 322

Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 323

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 324

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 326

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 327

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 328

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 329

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 330

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 331

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 332

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 333

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 334

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 335

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 336

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 337

20.2 - Outras Informações Relevantes 339

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 340

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 341

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 343

21.4 - Outras Informações Relevantes 344

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Alex Alves dos Santos Brito**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**José Bruno Vieira Filho**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

ALEX ALVES DOS SANTOS BRITO, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade nº MG-8.028.380 SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 036.727.056-08, na qualidade de Diretor Presidente do **GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia – CNPJ/ME sob o nº 04.972.092/0001-22, com sede na Avenida Comendador Aladino Selmi, 2502 – Galpão 5, Parque Cidade Campinas, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13069-036 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

ALEX ALVES DOS SANTOS BRITO

Diretor Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

JOSÉ BRUNO VIEIRA FILHO, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 43.715.687-4, expedida pela SSP, inscrito no CPF/ME sob o nº 326.679.418-45, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores do **GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia – CNPJ/ME sob o nº 04.972.092/0001-22, com sede na Avenida Comendador Aladino Selmi, 2502 – Galpão 5, Parque Cidade Campinas, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13069-036 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

JOSÉ BRUNO VIEIRA FILHO

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1032-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BDO RCS Auditores Independentes SS
CPF/CNPJ	54.276.936/0001-79
Data Início	01/01/2018
Descrição do serviço contratado	Os serviços contratados compreendem: (i) auditoria independente das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e International Financial Reporting Standards – IFRS; (ii) emissão de Cartas Conforto no âmbito da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total de remuneração dos auditores independentes no último exercício social foi de R$ 192.166,61 referente a auditores independente das demonstrações financeiras da Companhia do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.
Justificativa da substituição	A substituição dos auditores independentes foi realizada no âmbito das alterações na estrutura de governança e melhores práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Celso Luiz da Costa Lobo	01/01/2018	133.914.318-65	Rua Major Quedinho, 90, Consolação, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01050-030, Telefone (011) 38485880, Fax (011) 38485880, e-mail: celso.lobo@bdo.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Data Início	09/05/2019
Descrição do serviço contratado	Os serviços contratados compreendem: (i) auditoria independente das demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e International Financial Reporting Standards – IFRS; e (ii) revisão das informações financeiras intermediárias referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2020, 30 de junho de 2020 e 30 de setembro de 2020.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total de remuneração paga aos auditores independentes no último exercício social foi de R$ 271.225,07, sendo que temos o valor de R$ 193.732,19 referente a auditoria independente das demonstrações financeiras da Companhia do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e o valor de R$ 77.492,88 referente aos trabalhos de diagnóstico contábil do CPC 06 (R2) (Arrendamento Mercantil) e assessoria nos trabalhos de obrigações acessórias.
Justificativa da substituição	Não aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Juliana de Lira Bilachi	01/01/2019	316.370.238-47	Av. Coronel Silva Teles, 977, 10° andar, conjunto 111 e 112, Cambuí, Campinas, SP, Brasil, CEP 13024-001, Telefone (19) 31986737, Fax (19) 31986737, e-mail: jbilachi@kpmg.com.br

2.3 - Outras Informações Relevantes

Para as contratações de serviços prestados pelos auditores independentes, a Companhia realiza análises internas para avaliar a natureza dos trabalhos e possíveis impactos que possam afetar os trabalhos de auditoria, da mesma forma, os próprios auditores são requeridos a avaliar as questões de independência, conflito de interesse e objetividade, entre outros fatores que possam inviabilizar a aceitação dos trabalhos a serem prestados, de acordo com as norma aplicáveis. Em relação a transferência relevantes entre os auditores e partes relacionadas com a Companhia, não há nada além dos honorários referentes aos trabalhos contratados, como divulgado acima.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/09/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	228.935.000,00	148.596.000,00	194.445.000,00	110.660.000,00
Ativo Total	906.094.000,00	731.581.000,00	500.706.000,00	369.933.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.273.716.000,00	1.330.781.000,00	1.147.057.000,00	885.148.000,00
Resultado Bruto	517.172.000,00	546.485.000,00	459.727.000,00	361.203.000,00
Resultado Líquido	43.250.000,00	21.693.000,00	36.102.000,00	22.679.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	2.781.220	2.781.220	3.166.000	0
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	82,321108	53,432578	61,416614	0,000000
Resultado Básico por Ação	15,551960	7,800431	11,403032	0,000000
Resultado Diluído por Ação	15,55	7,80	11,40	0,00

3.2 - Medições Não Contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos últimos três exercícios sociais e nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019 as seguintes medições não contábeis:

	LTM: Período de doze meses findo em [1]	Período de nove meses findo em		Exercício social encerrado em		
(Em milhões de reais)	30/09/2020	30/09/2020	30/09/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
EBITDA	173,9	150,1	103,4	127,2	70,0	61,7
Margem EBITDA	10,6%	11,8%	10,7%	9,6%	6,1%	7,0%
EBITDA Ajustado [2]	199,1	166,7	114,0	146,5	84,5	70,9
Margem EBITDA Ajustado [2]	12,2%	13,1%	11,8%	11,0%	7,4%	8,0%
Dívida Bruta	198,6	-	-	174,9	146,6	114,3
Dívida Líquida	135,8	-	-	108,7	52,9	34,7
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	0,7x	-	-	0,7x	0,6x	0,5x

(1) O EBITDA LTM e EBITDA Ajustado LTM refere-se à soma dos últimos doze meses do EBITDA e EBITDA Ajustado, sendo calculado da seguinte forma: soma do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 mais exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 menos período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019. O EBITDA LTM e EBITDA Ajustado LTM é aplicado apenas para o período de doze meses findo em 30 de setembro de 2020.

(2) Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16 / CPC 06(R2)). Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou a abordagem retrospectiva modificada simplificada. Consequentemente, as informações contábeis de 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16 / CPC 06(R2) e, por isso, não são comparáveis com as informações contábeis de 31 de dezembro de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma, com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso relativo ao arrendamento mercantil e juros pela atualização do passivo de arrendamento, bem como redução das despesas com aluguéis. O impacto dos pagamentos de arredamentos no EBITDA Ajustado foi de R$55,5 milhões em 2019, R$40,7 milhões nos primeiros nove meses de 2019, R$52,0 milhões nos primeiros nove meses de 2020 e R$66,8 milhões nos últimos doze meses findo 30 de setembro de 2020. O EBITDA Ajustado excluindo o impacto da adoção do IFRS16 seria de R$91,0 em 2019, R$73,3 nos primeiros nove meses de 2019, R$114,6 nos primeiros nove meses de 2020 e R$132,3 nos últimos doze meses findo 30 de setembro de 2020, com Margem EBITDA Ajustada de 6,8%%, 7,6%, 9,0% e 8,1%, respectivamente.

O EBITDA, o EBITDA LTM, o EBITDA Ajustado, o EBITDA Ajustado LTM, a Margem EBITDA, a Margem EBITDA LTM, a Margem EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado LTM, a Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido (prejuízo), como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

3.2 - Medições Não Contábeis

EBITDA, EBITDA LTM, Margem EBITDA e Margem EBITDA LTM

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM n° 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"), conciliada com suas demonstrações contábeis e Informações contábeis intermediárias, que consiste no lucro (prejuízo) líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelo custo e despesa de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards* – IFRS). O EBITDA é utilizado para avaliar o resultado das sociedades sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e depreciação e amortização. A Companhia ressalta que o EBITDA apenas apresenta informações adicionais às suas demonstrações contábeis, porém não se refere a uma medida contábil e não deve ser considerado como (i) substituto para o lucro líquido ou para o fluxo de caixa da Companhia; (ii) base de distribuição de dividendos; ou (iii) indicador de liquidez. O EBITDA não possui significado padronizado e a definição de EBITDA apresentada pela Companhia pode não ser comparável aquelas utilizadas por outras empresas. O EBITDA representa uma medida sobre a capacidade da companhia de gerar resultados operacionais, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar resultado a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido do exercício adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas com depreciação e amortização e depreciação do ativo de direito de uso.

O EBITDA LTM de 30/09/2020 corresponde ao EBITDA do exercício findo em 31/12/19, acrescido do EBITDA do período de 9 meses findo em 30/09/2020, reduzido do EBITDA do período de 9 meses findo em 30/09/2019.

A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita de vendas e a margem EBITDA LTM é calculada pela divisão do EBITDA LTM pela receita de vendas do período de doze meses findo em 30 de setembro de 2020.

EBITDA Ajustado, EBITDA Ajustado LTM, Margem EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado LTM

O EBITDA Ajustado e O EBITDA Ajustado LTM não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRSs que corresponde aos lucro líquido do exercício adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas com depreciação e amortização, pela depreciação do ativo de direito de uso, por outras receitas (despesas) operacionais líquidas, esta composta por (i) despesas pré operacionais, que são despesas decorrentes da abertura de novas lojas quando essas ainda não estão em operação, (ii) multa tributária, (iii) despesas com reestruturação societária e organizacional, tais como honorários de consultorias de reestruturação, (iv) receitas provenientes de alienação de bens permanentes, (v) ganho na combinação de negócios e (vi) outras receitas (despesas). Para mais detalhes sobre as outras receitas e despesas operacionais, vide tabela de reconciliação constante do item (b) abaixo.

O EBITDA Ajustado LTM de 30/09/2020 corresponde ao EBITDA Ajustado do exercício findo em 31/12/19, acrescido do EBITDA Ajustado do período de 9 meses findo em 30/09/2020, reduzido do EBITDA Ajustado do período de 9 meses findo em 30/09/2019.

A Margem EBITDA Ajustado consiste no EBITDA Ajustado, dividido pela receita de vendas. A Margem EBITDA Ajustado LTM consiste no EBITDA Ajustado LTM, dividido pela receita de vendas do período de 12 meses findo em 30 de setembro de 2020.

3.2 - Medições Não Contábeis

Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Dívida Bruta é a resultante do somatório dos Empréstimos, financiamentos e Debêntures demonstrados no Passivo Circulante e no Passivo Não Circulante da Companhia.

Dívida Líquida é a resultante do somatório dos Empréstimos, financiamentos e Debêntures demonstrados no Passivo Circulante e no Passivo Não Circulante da Companhia reduzidos pela posição de Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras presentes no Ativo Circulante.

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de endividamento em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs. A Companhia utiliza a Dívida Bruta e a Dívida Líquida como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

Dívida Líquida Sobre EBITDA Ajustado

O Índice Dívida Líquida Sobre EBITDA Ajustado é uma medida não contábil que consiste na divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado.

O Índice Dívida Líquida Sobre EBITDA Ajustado não é uma medida de endividamento em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs. A Companhia utiliza este índice como medida de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas e revisadas

EBITDA, EBITDA Ajustado, EBITDA LTM, EBITDA Ajustado LTM, Margem EBITDA, Margem EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado LTM

	Período de doze meses findo em [4]	Período de nove meses findo em		Exercício social encerrado em		
(Em milhões de reais)	**30/09/2020**	**30/09/2020**	**30/09/2019**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Resultado líquido do período/exercício	39,0	43,3	25,9	21,7	36,1	22,7
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	21,7	22,3	11,1	10,6	12,8	11,0
(+) Resultado financeiro, líquido	39,4	27,1	22,5	34,8	13,1	19,8
(+) Depreciação e amortização	16,7	13,4	8,6	12,0	8,0	8,1
(+) Depreciação do ativo de direito de uso	57,0	44,0	35,3	48,2	-	-
EBITDA	**173,8**	**150,1**	**103,4**	**127,3**	**70,0**	**61,6**
Margem EBITDA	**10,6%**	**11,8%**	**10,7%**	**9,6%**	**6,1%**	**7,0%**
(+) Despesa pré operacional [1]	20,3	14,5	9,9	15,7	12,5	12,4
(+) Multa tributária	2,2	-	-	2,2	-	-
(+) Despesas de reestruturação [2]	2,2	1,2	6,0	7,1	3,1	-
(-) Outras (receitas) despesas	0,5	0,9	-0,8	-1,3	-1,0	-1,3
(-) (Receita) despesa na alienação de bens permanentes	0,1	-	-4,5	-4,5	-0,1	-
(-) Ganho na combinação de negócios	-	-	-	-	-	-1,8
EBITDA Ajustado [3]	**199,1**	**166,6**	**114,0**	**146,5**	**84,5**	**70,9**
Receita líquida	1.635,4	1.273,7	969,1	1.330,8	1.147,1	885,1
Margem EBITDA Ajustado [3]	**12,2%**	**13,1%**	**11,8%**	**11,0%**	**7,4%**	**8,0%**

(1) Refere-se a despesas que ocorrem antes da abertura das novas lojas (pré-operação), tais como as taxas de abertura, contratação de pessoal e comunicação visual das lojas entre outras.

(2) Refere-se a gastos com reestruturação organizacional do Grupo, como consultorias, readequações logísticas, rescisão de pessoal que abrange todas as áreas operacionais e administrativas.

3.2 - Medições Não Contábeis

(3) Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16 / CPC 06(R2)). Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou a abordagem retrospectiva modificada simplificada. Consequentemente, as informações contábeis de 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16 / CPC 06(R2) e, por isso, não são comparáveis com as informações contábeis de 31 de dezembro de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma. , com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso relativo ao arrendamento mercantil e juros pela atualização do passivo de arrendamento, bem como redução das despesas com aluguéis. O impacto dos pagamentos de arrendamentos no EBITDA Ajustado foi de R$55,5 milhões em 2019, R$40,7 milhões nos primeiros nove meses de 2019, R$52,0 milhões nos primeiros nove meses de 2020 e R$66,8 milhões nos últimos doze meses findo 30 de setembro de 2020. O EBITDA Ajustado excluindo o impacto da adoção do IFRS16 seria de R$91,0 em 2019, R$73,3 nos primeiros nove meses de 2019, R$114,6 nos primeiros nove meses de 2020 e R$132,3 nos últimos doze meses findo 30 de setembro de 2020, com Margem EBITDA Ajustada de 6,8%%, 7,6%, 9,0% e 8,1%, respectivamente.

(4) O EBITDA LTM e EBITDA Ajustado LTM refere-se à soma dos últimos doze meses do EBITDA e EBITDA Ajustado, sendo calculado da seguinte forma: soma do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 mais exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 menos período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019. O EBITDA LTM e EBITDA Ajustado LTM é aplicado apenas para o período de doze meses findo em 30 de setembro de 2020.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

(em R$ milhões)	30/09/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos, financiamentos e debêntures (passivo circulante)	38,4	66,4	77,7	95,3
Empréstimos, financiamentos e debêntures (passivo não circulante)	160,2	108,5	68,8	19,1
DÍVIDA Bruta	**198,6**	**174,9**	**146,5**	**114,4**
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	**-62,8**	**-66,2**	**-93,7**	**-79,6**
DÍVIDA LÍQUIDA	**135,8**	**108,7**	**52,8**	**34,8**

DÍVIDA LÍQUIDA SOBRE EBITDA AJUSTADO

(em R$ milhões)	30/09/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Dívida Líquida	**135,8**	**108,7**	**52,8**	**34,8**
EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses	199,1	146,5	84,5	70,9
DÍVIDA LIQUIDA/EBITDA AJUSTADO	**0,7x**	**0,7x**	**0,6x**	**0,5x**

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, EBITDA Ajustado, EBITDA LTM, EBITDA Ajustado LTM, Margem EBITDA, Margem EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado LTM

Em razão do cálculo do EBITDA e da Margem EBITDA não considerar o resultado financeiro líquido, o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos, a depreciação e a amortização e depreciação do ativo de direito de uso, acreditamos que o EBITDA e a Margem EBITDA funcionam como indicadores de desempenho econômico geral, sendo as medidas gerenciais que permite a comparação da Companhia com outras sociedades do setor. Acreditamos que o EBITDA e a Margem EBITDA funcionam como ferramentas adequadas para mensurar periodicamente o desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

Acreditamos que o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado, por sua vez, funcionam como indicadores não contábeis para medir o desempenho operacional ajustado de fatores que não são diretamente ligados aos resultados da operação principal da empresa ou fatores que possam ocorrer de forma extemporânea. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA Ajustado oferece aos investidores uma melhor compreensão de sua estrutura financeira em termos de performance. O EBITDA Ajustado LTM é usado para trazer o resultado dos últimos doze findo 30 de setembro de 2020.

3.2 - Medições Não Contábeis

O EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado, EBITDA Ajustado LTM e a Margem EBITDA Ajustado LTM não são medidas de desempenho financeiro de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), pelas IFRSs, e não devem ser considerados como alternativas ao lucro líquido ou como medidas de desempenho operacional, fluxo de caixa operacional ou liquidez, dentre outros. Esses indicadores apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em função de desconsiderar as despesas de depreciação e amortização, receitas e despesas financeiras e impostos que afetam nossos lucros.

Não obstante o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado considerado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA preparado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527 por companhias que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527. Adicionalmente, a Margem EBITDA não possui uma definição padrão, e as definição aqui utilizada pode não ser comparável com títulos semelhantes utilizados por outras sociedades. O EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não possuem uma definição padrão, e as definições aqui utilizadas podem não ser comparáveis com títulos semelhantes utilizados por outras sociedades.

Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida sobre EBITDA Ajustado

A Companhia entende que a Dívida Bruta objetiva trazer em um único indicador a soma de todos os empréstimos, financiamentos e debêntures dos passivos circulantes e não circulantes, e Dívida Líquida, assim como a Dívida Líquida sobre EBITDA Ajustado, objetivam medir a capacidade de pagamento da Companhia em relação ao seu endividamento com terceiros e quanto tempo sua geração operacional de caixa levaria para realizar o pagamento de sua dívida líquida.

Apesar de serem medidas não contábeis, estes índices são comumente utilizados pelo mercado financeiro e de capitais, permitindo assim maior comparabilidade a outros negócios semelhantes ao da Companhia.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Em 16 de outubro de 2020, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração (RCA) o pagamento de dividendos no montante de R$ 3.546.103,00 (três milhões quinhentos e quarenta e seis mil cento e três reais) referente ao lucro de exercício de 2019.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2019	2018	2017
Regras sobre retenção de lucros	O estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.	O estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.	O estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.
Valores das retenções de lucros	Reserva legal: R$ 1.084 mil Reserva de Retenção de Lucros: R$ 13.641mil	Reserva legal: R$ 1.806 mil Reserva de Retenção de Lucros: R$ 22.003 mil	Reserva legal: N/A Reserva de Retenção de Lucros: N/A
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Reserva legal: 5,0% Reserva de Retenção de Lucros: 62,9%	Reserva legal: 5,0% Reserva de Retenção de Lucros: 60,9%	Reserva legal: 0% Reserva de Retenção de Lucros: 0%
Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê que será distribuído anualmente aos acionistas, e desde que haja lucros suficientes para tanto, a título de dividendo obrigatório, o maior valor entre 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.	O estatuto social da Companhia prevê que será distribuído anualmente aos acionistas, e desde que haja lucros suficientes para tanto, a título de dividendo obrigatório, o maior valor entre 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício. ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.	O estatuto social da Companhia prevê que será distribuído anualmente aos acionistas, pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais e/ou de periodicidade inferior, e declarar, com base nos balanços semestrais, o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar distribuição de dividendos intermediários, intercalares e/ou juros sobre capital próprio.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais e/ou de periodicidade inferior, e declarar, com base nos balanços semestrais, o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar distribuição de dividendos intermediários, intercalares e/ou juros sobre capital próprio.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, levantar balanços semestrais e/ou de periodicidade inferior, e declarar, com base nos balanços semestrais, o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio.
Restrições à distribuição de dividendos	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
Política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando o órgão responsável pela aprovação, data de aprovação e locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Durante o exercício de 2019, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.	Durante o exercício de 2018, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.	Durante o exercício de 2017, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado	0,00	21.674.000,00	36.126.000,00	22.683.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	25,000000	25,000000	25,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	10,400000	18,600000	20,500000
Dividendo distribuído total	0,00	6.951.000,00	12.317.000,00	16.373.000,00
Lucro líquido retido	0,00	13.641.000,00	22.003.000,00	0,00
Data da aprovação da retenção		16/06/2020	17/04/2019	31/08/2018

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
	0,00						0,00	
Juros Sobre Capital Próprio								
Ordinária			6.337.090,00		8.599.217,00			
Ordinária			2.000.000,00	03/04/2019				
Ordinária			2.000.000,00	07/06/2019				
Ordinária			1.386.526,00	02/09/2019				
Ordinária					2.031.914,00	21/09/2018		
Ordinária					1.524.724,00	30/05/2018		
Ordinária					1.572.968,00	10/07/2018		
Ordinária					1.454.475,00	23/11/2018		
Ordinária					725.193,00	29/06/2018		
Dividendo Obrigatório								
Ordinária			613.674,00	02/10/2019	3.690.665,00			
Ordinária					355.585,00	10/07/2018		
Ordinária					335.080,00	10/12/2018		
Ordinária					3.000.000,00	18/12/2018		

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

Nos exercícios sociais encerrados em 2019, 2018 e 2017 não foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
30/09/2020	677.159,00	Índice de Endividamento	2,95786577	
31/12/2019	582.987,00	Índice de Endividamento	3,92330210	
30/09/2020	0,00	Outros índices	1,04769929	Este índice de endividamento representa a dívida líquida da Companhia sobre o EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses. Para maiores informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência. A Companhia utiliza esse índice para aferir quanto tempo sua geração operacional de caixa levaria para realizar o pagamento de sua dívida líquida. Apesar de ser uma medida não contábil, este índice é comumente utilizado pelo mercado financeiro e de capitais, permitindo a comparação com negócios semelhantes ao da Companhia.
31/12/2019	0,00	Outros índices	1,22986527	Este índice de endividamento representa a dívida líquida da Companhia sobre o EBITDA Ajustado. Para maiores informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

3.8 - Obrigações

Últ. Inf. Contábil (30/09/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		484,77	153,76	2,97	0,00	641,50
Empréstimo	Garantia Real		522,94	25,00	0,00	0,00	547,94
Títulos de dívida	Garantia Real		37.087,64	68.489,44	6.591,90	0,00	112.168,98
Empréstimo	Outras garantias ou privilégio	-	276,65	60.000,00	0,00	0,00	60.276,65
Total			38.372,00	128.668,20	6.594,87	0,00	173.635,07

Observação

Para fins de preenchimento deste item, são consideradas obrigações: (i) inferiores a um ano (01/10/2020 a 30/09/2021); (ii) um a três anos (01/10/2021 a 30/09/2023).; (iii) três a cinco anos (01/10/2023 a 30/09/2025 e (iv) Superior a cinco anos (a partir de 01/10/2025). As informações referem-se às informações financeiras contábeis trimestrais da Companhia.

Valores em R$ milhares

Exercício social (31/12/2019)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		517,82	534,71	27,43	0,00	1.079,96
Títulos de dívida	Garantia Real		16.798,25	81.542,70	26.392,69	0,00	124.733,64
Empréstimo	Garantia Real		49.038,94	0,00	0,00	0,00	49.038,94
Total			66.355,01	82.077,41	26.420,12	0,00	174.852,54

Observação

Para fins de preenchimento deste item, são consideradas obrigações: (i) inferiores a um ano (01/01/2020 a 31/12/2020); (ii) um a três anos (01/01/2021 a 31/12/2022); (iii) três a cinco anos (01/01/2023 a 31/12/2024); e (iv) Superior a cinco anos (a partir de 01/01/2025). As informações referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Valores em R$ milhares

3.9 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 3 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, informações contábeis trimestrais, individuais e consolidadas, e respectivas notas explicativas da Companhia. Os negócios, situação financeira, resultado operacional, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou a reputação da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir, inclusive, mas não limitado, pelos impactos da COVID-19 nos negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira da Companhia, apresentadas no item 10.9 deste Formulário de Referência. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar adversamente e de forma relevante os seus negócios. Além disso, deve-se ressaltar que riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados irrelevantes na data deste Formulário de Referência também poderão afetar adversamente a Companhia.

Para os fins deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.2. Riscos de Mercado”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez negócios futuros e/ou reputação da Companhia, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas neste item “4.1. Fatores de Risco” e no item “4.2. Riscos de Mercado” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.2. Riscos de Mercado”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.2. Riscos de Mercado”.

(a) Riscos Relacionados à Companhia

Podemos enfrentar dificuldades na abertura, desenvolvimento e operação das nossas atuais e futuras lojas, o que pode afetar adversamente nosso processo de expansão, nossas vendas e nossos resultados operacionais

Parte do nosso crescimento está ligado à nossa capacidade de ampliar a quantidade de lojas físicas e desenvolver as lojas existentes sucesso. Nossa capacidade de inaugurar e operar novas lojas e desenvolver as lojas existentes com êxito depende de vários fatores, incluindo, mas não se limitando (i) disponibilidade de recursos financeiros (próprios ou oriundos de financiamentos em termos aceitáveis); (ii) nossa capacidade de identificar locais apropriados para novas lojas; (iii) disponibilidade de locais desejáveis para lojas e disponibilidade e precisão de dados demográficos e de mercado, bem como nossa habilidade de determinar a demanda de nossos produtos; (iv) satisfazer as preferências de nossos clientes; (v) obter as licenças e autorizações governamentais necessárias; (vi) negociar contratos de locação em condições razoáveis; (vii) construir e equipar eficientemente as novas lojas; (viii) fornecer níveis suficientes de estoques para atender às necessidades de nossas lojas; (ix) integrar com sucesso novas lojas em nossos sistemas e operações existentes; (x) identificar pontos estratégicos de vendas; (xi) concluir projetos de construção e reforma de lojas; (xii) atrair, contratar, treinar e reter pessoal qualificado; e (xiii) administrar o processo de expansão em nível gerencial de loja.

Ainda, a legislação local referente a imóveis, uso do solo, zoneamento, dentre outras, pode vir a restringir a construção ou revitalização dos imóveis em que operamos os nossos diversos formatos. Ademais, determinadas leis locais que restrinjam as nossas operações, bem como alterações urbanísticas ou de infraestrutura nos arredores de nossas lojas existentes ou em processo de planejamento ou construção, podem afetar negativamente a nossa capacidade de abrir novas lojas, renovar, realocar ou expandir unidades existentes em certas cidades ou estados, incluindo áreas de mercado em que ainda não possuímos operações. Consequentemente, isso pode afetar adversamente os nossos resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Eventual abertura de novas lojas nos estados brasileiros pode resultar em desafios de concorrência, regulatório, marketing e distribuição; ainda, quando novas aberturas de lojas ocorrem em mercados onde já possuímos lojas, podemos experimentar uma redução nas vendas líquidas de lojas pré-existentes nesses mercados devido ao deslocamento de vendas, o que pode nos afetar adversamente.

Eventual expansão, construção e remodelação de lojas podem deteriorar nossas margens de lucro até que tais investimentos atinjam a maturidade e, consequentemente, podemos não ser capazes de manter o mesmo crescimento de vendas líquidas e lucro, o que pode afetar negativamente nossos negócios, vendas e resultados operacionais.

Assim, nossa estratégia de negócio está exposta a diversos fatores, os quais podem impactar nossos negócios e os nossos resultados, como oportunidades de locação de imóveis e eventuais atrasos na execução das obras e inauguração de novas lojas, aprovação de projetos pelas autoridades competentes, variações do custo de obras, fatores macroeconômicos, acesso a financiamentos em condições atrativas e aumento da capacidade de consumo, dentre outros, o que pode ser impactado inclusive em virtude da pandemia da COVID-19 e eventuais outras pandemias, epidemias, surtos de doenças regionais ou globais. Não podemos garantir que nossa estratégia será integral e eficazmente realizada, bem como, se realizada, que trará os benefícios esperados ou dará causa a um crescimento que atenda ou exceda as nossas expectativas, o que pode prejudicar a supervisão dos nossos negócios e a qualidade dos nossos serviços. É possível, também, que não sejamos bem-sucedidos na implementação de nossas estratégias comerciais ou no desenvolvimento da infraestrutura necessária ao desempenho de nossas operações tal como planejado, existindo o risco de não sermos capazes de expandir nossas atividades e replicar nossa estrutura de negócios, além de nossa estratégia de crescimento orgânico. Caso os supracitados fatores não estejam a nosso favor, não seremos bem-sucedidos na abertura de novas lojas, e, consequentemente, nossa condição financeira, resultados operacionais e o nosso plano de expansão podem ser afetados de forma negativa.

Dependemos de nossos dois centros de distribuição para abastecer nossas lojas e seremos adversamente afetados caso qualquer desses centros de distribuição sofra prejuízos ou seja fechado

Operamos, atualmente, por meio de dois centros de distribuição localizados nas cidades de Campinas e Brasília (em conjunto "Centros de Distribuição"). A maioria dos produtos que vendemos são distribuídos por meio dos nossos Centros de Distribuição. Caso a operação desses Centros de Distribuição seja interrompida total ou parcialmente por qualquer motivo, incluindo a não renovação dos respectivos contratos locatícios e/ou necessidade de desocupação antecipada dos imóveis em decorrência da venda para terceiros, ou caso os Centros de Distribuição sofram quaisquer danos substanciais, provocados inclusive, mas não se limitando, por desastres naturais, acidentes ambientais, incêndios ou inundações, roubos ou furtos, falha nos sistemas, restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a COVID-19), ou caso a capacidade de distribuição seja reduzida ou interrompida em função de questões regulatórias, problemas sanitários, acidentes, greves ou questões trabalhistas, podemos enfrentar desabastecimento de produtos em nossas lojas o que, por sua vez, afetará adversamente nossas vendas e acarretará aumentos significativos de custos relacionados à reabertura ou substituição dos Centros de Distribuição.

Adicionalmente, nossa estratégia de crescimento inclui a abertura de novas lojas, além da expansão das vendas por meios digitais, o que pode demandar uma expansão na capacidade dos nossos Centros de Distribuição ou até mesmo o estabelecimento de novos centros de distribuição, especialmente devido à necessidade de abastecimento de lojas físicas e para atendimento das demandas de compras via e-commerce. Caso não consigamos encontrar locais adequados para estabelecer novos centros de distribuição, ou não consigamos expandir ou integrar centros de distribuição ou adaptar os serviços de operadores logísticos existentes ao nosso processo de controle de estoques de maneira eficaz, podemos não conseguir entregar estoques às nossas lojas em tempo hábil, o que pode ter um impacto adverso em nossas vendas, nossos resultados operacionais e na nossa estratégia de crescimento.

As nossas atividades dependem significativamente de nossa imagem, da reputação das nossas marcas e da eficiência de nossa estratégia de marketing, conforme percebidas por clientes, fornecedores e distribuidores.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nosso sucesso depende significativamente de nossas marcas Oba Hortifruti, Oba Bem Querer, Oba Reserve, Oba Obacalhau, entre outras, sendo assim, manter e melhorar o reconhecimento dessas marcas é fundamental para os nossos negócios.

Se os consumidores e os nossos clientes perceberem ou experimentarem uma redução na qualidade dos produtos, do serviço, do ambiente e/ou de qualquer forma acreditarem que não proporcionamos uma experiência consistentemente positiva, o valor de nossas marcas poderia ser impactado, o que pode afetar adversamente nossos negócios e resultados financeiros.

Ainda, a Companhia pode ser alvo de publicidade negativa. Publicações ou comentários negativos sobre a Companhia, seus negócios, suas operações, seus Diretores, membros do Conselho de Administração ou acionistas em qualquer rede social podem prejudicar gravemente a sua reputação. Eventual publicidade negativa poderá ter um efeito negativo sobre o valor de todas as nossas marcas, o que poderá impactar adversamente nossas vendas.

Quaisquer incidentes que reduzam a confiança do consumidor e dos nossos clientes ou a afinidade deles com nossas marcas, bem como o uso indevido por terceiros poderiam reduzir de forma significativa o seu valor e nos afetar adversamente.

Na hipótese de perda de alguma de nossas marcas nossas atividades seriam afetadas de maneira adversa, uma vez que elas são reconhecidas na nossa região de atuação e desempenham importante papel no processo decisório de compra dos consumidores.

Se nossa estratégia de marketing não for eficiente ou se nossos concorrentes fizerem investimentos mais significativos em propaganda do que nós, podemos não conseguir atrair novos clientes ou os clientes existentes podem não retornar às nossas lojas, afetando nossos resultados operacionais de forma negativa.

Além disso, as nossas vendas poderão ser adversamente afetadas diante do desafio enfrentado na identificação das mudanças de comportamento e preferência de nossos consumidores, datas sazonais e situação socioeconômica do País.

Possíveis limitações em manter o ritmo de crescimento de vendas pode afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

Os principais fatores que podem impactar o crescimento das vendas “mesmas lojas”, conceito que demonstra quanto as vendas aumentaram nas mesmas lojas em relação ao período/exercício social anterior, são: (i) a capacidade da Companhia de prever e responder às novas tendências de consumo em tempo hábil, (ii) a capacidade da Companhia de atrair novos clientes e manter os atuais, (iii) a confiança do consumidor, (iv) situação econômica nas áreas onde as lojas estão localizadas, (v) o impacto que a abertura de novas lojas pode gerar sobre as lojas pré-existentes nestes mesmos mercados, (vi) mudanças nas políticas de crédito, propaganda e marketing da Companhia, e (vii) concorrência.

Em decorrência dos eventos descritos acima, a performance de vendas “mesmas lojas” da Companhia pode não apresentar crescimento ou pode diminuir em exercícios futuros, o que pode impactar negativamente os negócios e resultados operacionais da Companhia. Além disso, o crescimento futuro de vendas da Companhia também está baseado na ampliação e desenvolvimento dos canais digitais de vendas, como e-commerce, inclusive por meio do aplicativo de compras, que são suscetíveis a uma maior concorrência e dependência de constantes evoluções tecnológicas, bem como mudanças no comportamento de consumo de clientes da Companhia, podendo impactar o seu ritmo de crescimento de vendas. Adicionalmente, as vendas da Companhia também poderão diminuir em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a pandemia da COVID-19).

A Companhia conduz suas operações por meio de lojas físicas e digitais. Caso a Companhia seja incapaz de alinhar estes canais de vendas em termos de aspectos comerciais, logísticos, de comunicação e marketing com o objetivo de atender as necessidades de seus clientes, a Companhia pode não se beneficiar de sua estrutura multicanal integrada, o que pode afetar adversamente seus resultados e operações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Dependemos do sistema de transportes e infraestrutura brasileiros para entregar nossos produtos, sendo que qualquer atraso relacionado a transporte e infraestrutura pode afetar negativamente as nossas necessidades de abastecimento e a nossa distribuição de produtos a lojas e clientes

Dependemos de serviços de transporte próprio ou contratados (em torno de 73% e 27%, respectivamente) para garantir o transporte e a entrega dos produtos localizados em nossos Centros de Distribuição às nossas lojas. Os sistemas de transporte e infraestrutura no Brasil são pouco desenvolvidos e necessitam de investimentos relevantes para funcionarem de forma eficiente e para atender às nossas necessidades comerciais. Quaisquer interrupções ou reduções significativas no uso da infraestrutura de transportes ou em suas operações nas cidades onde os Centros de Distribuição da Companhia estão localizados, resultantes de desastres naturais, incêndio, inundações, acidentes, falhas em sistemas, greves (tais como a paralisação de caminhoneiros de maio de 2018) ou caso a capacidade de distribuição seja reduzida ou interrompida em função de questões regulatórias, ausência de licença ambiental válida, problemas sanitários ou questões trabalhistas, bem como outras causas inesperadas, nossa capacidade de distribuir produtos para nossas lojas pode ser impactada, reduzindo nossas vendas, o que pode nos afetar adversamente.

Além disso, quaisquer alterações, problemas ou interrupções significativas na infraestrutura de logística que a Companhia ou seus fornecedores ou prestadores de serviços usem para entregar produtos em nossas lojas ou Centros de Distribuição podem impedir a entrega oportuna ou bem-sucedida dos produtos que vendemos em nossas lojas e afetar negativamente nossas operações. Por exemplo, a nossa rede de distribuição é sensível à flutuação dos preços do petróleo, e qualquer aumento no preço, interrupção do fornecimento ou falta de combustível poderá resultar no aumento dos custos de frete e afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais. Além disso, caso normas rigorosas para combater o trânsito de rua sejam promulgadas ou imponham mais restrições na entrega de produtos para as nossas lojas, em determinadas horas do dia ou em determinados municípios em que atuamos, a nossa capacidade de distribuir produtos em tempo hábil para as nossas lojas poderá ser afetada. Um aumento geral no trânsito de rua também pode afetar a nossa capacidade de distribuir produtos em nossas lojas em tempo hábil.

Por fim, o nosso negócio de e-commerce está sujeito a riscos semelhantes que podem afetar a nossa capacidade de entregar produtos aos nossos consumidores finais em tempo hábil. Qualquer impossibilidade de entregar os produtos que vendemos por meio da nossa plataforma de e-commerce pode resultar na perda de negócios e afetar negativamente a nossa reputação, o que pode causar um impacto adverso nas nossas vendas.

O fato de nossas lojas serem espaços públicos pode gerar consequências que fogem do controle da administração das respectivas lojas, o que pode causar danos materiais e à imagem de nossas lojas, além de causar eventual responsabilidade civil

As nossas lojas físicas, por serem espaços de uso público, estão sujeitas a uma série de acidentes em suas dependências, que podem fugir do controle da administração das respectivas lojas, como por exemplo, ocorrência de furto ou roubo de clientes ou funcionários, escorregões, queda de produtos das prateleiras, tropeções com produtos fora do lugar, acusação inadequada de suspeita de furto ou roubo, entre outros e, consequentemente, podem causar danos aos nossos colaboradores, clientes e frequentadores. No caso da ocorrência de tais acidentes, a loja envolvida no caso pode enfrentar danos de imagem e materiais. Além disso, a ocorrência de acidentes pode nos sujeitar à imposição de responsabilidade civil e/ou à obrigação do ressarcimento às vítimas, inclusive por meio do pagamento de indenizações, o que poderia causar um efeito material adverso ao nosso resultado operacional.

Dependemos de sistemas de tecnologia e gerenciamento de informação e de telecomunicações para processar transações, controlar nosso estoque, compilar resultados e administrar nossos negócios. Falhas ou interrupções nos sistemas fornecidos por terceiros podem ter um impacto adverso nos nossos negócios

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nossas operações dependem em grande parte de nossos sistemas de tecnologia e gerenciamento de informação, que são importante ferramenta de administração de nossos recursos e controle dos nossos ativos relevantes. Considerando o grande volume de transações que são processadas por dia em nossas lojas, canais digitais e Centros de Distribuição, é necessário manter o fornecimento ininterrupto dos sistemas de computadores e de telecomunicações para apoiar, dentre outras, as operações de vendas (em lojas e por canais digitais), de controle de estoque, de encomenda de produtos, de transporte e de faturamento.

Os sistemas de tecnologia da informação e de telecomunicações próprios e os fornecidos por terceiros podem sofrer falhas ou interrupções decorrentes de diversos fatores, tais como, falta de energia, falhas na rede de computadores ou de telecomunicações, vírus de computador, falhas de segurança, ataques cibernéticos, erros de operação causados por nossos funcionários ou por terceiros ou, ainda, decorrentes de desastres naturais como incêndios, enchentes e terremotos. Caso não sejamos capazes de efetuar os reparos a tempo, nossas operações e nossos controles operacionais e financeiros podem ser prejudicados, o que pode afetar adversamente nossos resultados. Além disso, caso não sejamos capazes de atualizar nossos sistemas de maneira constante, acompanhando a velocidade do desenvolvimento tecnológico, nossas operações poderão ser prejudicadas, o que pode afetar adversamente nossos resultados.

A dependência da Companhia das empresas de cartão de crédito e débito para as vendas e financiamento de consumidores é uma tendência crescente.

O negócio da Companhia é relativamente dependente de cartões de crédito e débito, pois é um dos métodos de pagamento preferidos de seus consumidores, tanto em lojas físicas como para o e-commerce. Para viabilizar as vendas com cartão de crédito, a Companhia deve aderir às políticas das empresas de cartão de crédito, incluindo as taxas que tais empresas cobram da Companhia. Qualquer alteração nas políticas das emissoras de cartão de crédito, incluindo, por exemplo, a taxa de administração cobrada dos comerciantes, pode afetar adversamente os negócios e os resultados operacionais da Companhia. Uma mudança nas políticas das empresas de cartão de crédito, com relação ao parcelamento ou taxas mais altas de juros, pode ter um efeito adverso relevante sobre os negócios e os resultados operacionais da Companhia.

Ainda, assumimos o risco por operações fraudulentas via cartão de crédito, visto que aceitamos o pagamento por meio de cartão de crédito sem a aposição da assinatura do titular, sendo que não mantemos um seguro contra este tipo de risco. À medida que as nossas vendas crescem e/ou ocorra falha nos nossos sistemas de segurança com relação à proteção de informações, o risco de perdas significativas em decorrência dessas operações fraudulentas também aumenta. Uma falha no controle adequado de operações fraudulentas de cartão de crédito poderá prejudicar a nossa reputação, o que poderá afetar adversamente nossos negócios e nossos resultados. Por consequência, podemos vir a ter questionamentos de órgãos regulatórios, aplicações de multas e/ou sanções administrativas, bem como enfrentar eventuais ações judiciais e/ou administrativas.

Podemos enfrentar desafios no desenvolvimento da nossa estratégia digital e na expansão das nossas operações para o e-commerce

Contamos com uma solução *omnichannel*, a qual através de uma plataforma multicanal integramos as vendas virtuais (por meio de nosso aplicativo de celular, *marketplace* ou telefone, *Whatsapp*) com vendas físicas (por meio de nossas lojas). Se não conseguirmos alinhar e integrar as estratégias dos nossos diversos canais de venda, ou se os nossos respectivos canais de venda competirem entre si, poderemos não conseguir nos beneficiar das vantagens que uma estratégia digital pode oferecer, o que poderá nos causar um efeito adverso relevante.

Podemos não conseguir atrair um número suficiente de consumidores e outros participantes, não conseguir prever as condições de mercado ou enfrentar dificuldades de condução de uma operação eficiente desse novo formato de negócio, incluindo dificuldades com logística, além de estarmos sujeitos a utilizações ilegais e fraudulentas de nossa plataforma de e-commerce.

Consequentemente, quaisquer esforços para expandir as nossas operações de e-commerce podem não lograr êxito, o que pode limitar a nossa capacidade de aumentar nossa receita, lucro líquido e rentabilidade, afetando adversamente nossos resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Alterações na disponibilidade e nos custos de energia e de outros serviços de utilidades, como telefonia, gás e água, podem afetar substancialmente a Companhia

As operações da Companhia consomem quantidades consideráveis de energia e de outros serviços de utilidade, tais como telefonia, gás e água. Os preços de energia elétrica e destes serviços de utilidade têm variado significativamente no passado recente do Brasil, inclusive como resultado de condições climáticas, o que poderá ocorrer novamente no futuro. Como exemplo, os preços elevados de energia elétrica durante um período prolongado de seca, bem como mudanças regulatórias e tributárias no setor elétrico em determinadas áreas geográficas, podem resultar em um efeito negativo na receita operacional e potencialmente afetar negativamente a rentabilidade da Companhia. Não há nenhuma garantia de que a Companhia será capaz de repassar o aumento dos custos de energia elétrica e dos serviços de utilidade para seus consumidores.

Nosso código de ética e conduta e nossos controles internos podem falhar ou não ser suficientes para evitar violações de leis de combate à corrupção e fraudes e práticas irregulares por parte nossos administradores, empregados e qualquer terceiro intermediário (incluindo agentes, fornecedores e representantes), podendo ocasionar impactos materiais e adversos em nossa reputação, nos nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais e cotação de mercado de nossas ações

Nossos mecanismos internos de prevenção e combate à corrupção podem não ser suficientes para assegurar que todos os membros da nossa administração, funcionários ou qualquer terceiro (incluindo agentes, fornecedores e representantes que atuem em nosso nome) atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas da Companhia, leis e regulamentos aplicáveis à Companhia voltados à prevenção e combate à corrupção, sendo exemplos dessas normas, no Brasil, o Decreto-Lei n° 2.848/1940, a Lei nº 8.137/1990, a Lei nº 12.846/2013, a Lei n° 8.429/1992, a Lei n° 8.666/1993, a Lei nº 9.613/1998, a Lei nº 12.846/2013, o Decreto nº 3.678/2000, o Decreto nº 4.410/2002, o Decreto nº 5.687/2006, assim como outras normas relacionadas à Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE.

Podemos vir a ser solidariamente responsabilizados pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à legislação e à regulamentação anticorrupção por nosso acionista controlador e seus vinculados ou sociedades controladas e coligadas, que, nesse caso, poderiam afetar material e adversamente nossa reputação, negócios, condição financeira e resultados operacionais, ou a cotação de mercado de nossas ações de forma negativa.

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer destas leis, no Brasil ou no exterior, contra nossa administração, funcionários ou terceiros atuando em nosso nome podem resultar em (i) multas, sanções e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) perda dos benefícios ilicitamente obtidos, bem como de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária; (iii) confisco de ativos que representem vantagem direta ou indiretamente obtida da infração; (iv) dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita; (v) proibição ou suspensão de nossas atividades; e/ou (vi) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública. Todas essas circunstâncias podem ter um efeito adverso relevante sobre nossa reputação, bem como sobre nossas operações, condição financeira e resultados operacionais e cotação de nossas ações.

Falhas nos processos de governança da Companhia, gestão de riscos e compliance podem causar efeitos adversos para a Companhia.

A Companhia está sujeita à Lei nº 12.846/13 ("Lei Anticorrupção"), à Lei nº 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa") e à Lei nº 9.613/98 ("Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro"), que impõem responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos de corrupção e fraude praticados por seus dirigentes, administradores e colaboradores. As sanções aplicadas aos responsabilizados são: multas, perda de benefícios ilicitamente obtidos, suspensão de operações corporativas, confisco de ativos e dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita, sanções estas que, se aplicadas, podem afetar material e adversamente os resultados da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, nossos administradores podem estar sujeitos a responsabilidade cível, administrativa e criminal por violações às referidas leis. De acordo com a Lei Anticorrupção, as pessoas jurídicas responsabilizadas por atos de corrupção poderão ficar sujeitas a multas no valor de até 20% do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, ou, caso não seja possível estimar o faturamento bruto, a multa será estipulada entre R$6.000,00 e R$60.000.000,00. Adicionalmente, podem também ocasionar a suspensão temporária à obtenção de novos financiamentos para empreendimentos, a perda imediata ao direito de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios concedidos pelo poder público e o direito de participar de licitações.

A Companhia pode não ser capaz de prevenir ou detectar (i) violações à Lei de Improbidade Administrativa, Lei Anticorrupção ou leis similares, como leis de combate à lavagem de dinheiro e demais leis aplicáveis com relação à condução do seu negócio perante entidades governamentais, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de seus administradores, controladores, funcionários ou terceiros contratados para representá-la, (iii) gerenciar todos os riscos que a sua política de gerenciamento de riscos identifica atualmente e/ou a previsibilidade na identificação de novos riscos ou (iv) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos, que possam afetar adversamente a sua reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais, bem como a cotação de suas ações ordinárias.

Assim, falhas nos processos de governança, políticas, gestão de riscos e *compliance* da Companhia podem afetar material e adversamente a reputação, negócios, capacidade de contratação com o poder público, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa, bem como podem sujeitar seus administradores a sanções criminais.

A Companhia pode não ser capaz de proteger os seus direitos de propriedade intelectual

O uso não autorizado ou outra forma de apropriação indébita das marcas utilizadas pela Companhia pode causar impacto no valor do nosso negócio ou da nossa reputação e causar um declínio nas vendas. Similarmente, falhas em proteger nossa propriedade intelectual podem ter um efeito adverso nos nossos resultados operacionais.

Há também o risco de (i) a Companhia não obter êxito na renovação de propriedade intelectual em tempo hábil; e (ii) os concorrentes contestarem ou invalidarem quaisquer propriedades intelectuais existentes. Os registros nº 900483520; nº 900483580; e nº 900483601 referentes a marca "OBA HORTIFRUTI" sofreram Processos Administrativos de Nulidade, interpostos por terceiros. Caso o INPI decida a favor dos Processos Administrativos de Nulidade, a referida marca será anulada e, portanto, ficará sem proteção contra terceiros e a Companhia não poderá utilizá-la nas classes correspondentes, o que poderá impactar de forma negativa seus negócios e resultados operacionais.

Estamos sujeitos a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e podemos ser adversamente afetados pela aplicação de multas e outros tipos de sanções

Nós obtemos, armazenamos, processamos e utilizamos dados pessoais, tais como dados de usuários e clientes, no âmbito de nossas operações comerciais. É preciso garantir que qualquer tratamento de dados pessoais e informações confidenciais, tais como, processamento, utilização, armazenagem, disseminação, transferência ou eliminação sob nossa responsabilidade seja realizada de acordo com a legislação aplicável. Especialmente em relação ao tratamento de dados pessoais, a Companhia deve observar as leis de proteção de dados e privacidade aplicáveis.

Em 2018, foi promulgada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – "LGPD"), que regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma consolidada e não mais esparsa e setorial, como até então o direito à privacidade e proteção de dados era regulado no Brasil.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, dentre outras providências, direitos aos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais e a transferência e compartilhamento de dados pessoais, bem como prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação da exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de multa ou proibição do tratamento de dados pessoais. A lei, ainda, autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. ("ANPD"), autoridade garantidora da observância das normas sobre proteção de dados.

Após muitas discussões, a LGPD entrou em vigor em 18 em setembro de 2020, exceto pela aplicabilidade das sanções administrativas estabelecidas, que entrará em vigor em 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020.

Independentemente da aplicabilidade das sanções administrativas, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem consequências a partir da sua entrada em vigor, dentre as quais: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas também na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido.

Com a entrada em vigor das sanções, caso não estejamos em conformidade com a LGPD, podemos estar sujeitos às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação da infração, bloqueio temporário, eliminação de dados pessoais, multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000 por infração. Em caso de reincidência, sanções mais severas à Companhia, como suspensão do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador; suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; e proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados. Além disso, podemos ser responsabilizados desde já por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e ser considerados solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por nós ou outros controladores ou operadores com quem compartilhamos dados pessoais, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados por nós, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, divulgação da infração para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base de dados, e até a suspensão das nossas atividades, o que poderá afetar negativamente a nossa reputação, os nossos resultados e, consequentemente, o valor das nossas ações.

Podemos não conseguir renovar ou manter os contratos de locação das nossas lojas, depósitos, frigoríficos, escritório administrativo e centros de distribuição alugados de terceiros em termos aceitáveis ou independentemente de seus termos e podemos, ainda, ter que pagar multas contratuais em caso de rescisão de contratos de locação relativos às lojas que decidirmos fechar

Nossa receita líquida operacional deriva de atividades desempenhadas em imóveis que alugamos de terceiros. A localização estratégica e tamanho adequado dessas lojas, depósitos, frigoríficos, escritório administrativo e Centros de Distribuição são fundamentais para o desenvolvimento da nossa estratégia de negócios e, como resultado, podemos ser afetados adversamente se não conseguirmos renovar um número significativo dos nossos contratos de locação em termos aceitáveis. A cada 3 anos, a Lei de Locações permite a revisão dos aluguéis a valor de mercado. O reajuste dos aluguéis a valor de mercado poderá resultar em impactos não esperados nos nossos custos operacionais, podendo afetar negativamente nossos resultados.

Adicionalmente, a valorização dos imóveis alugados afeta o valor do aluguel no momento de sua renegociação.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Em relação aos contratos de nossas lojas, depósitos, frigoríficos, escritório administrativo e centros de distribuição cujo prazo seja igual ou superior a 5 anos, podemos pleitear judicialmente a renovação do prazo contratualmente previsto, desde que estejamos em dia com os pagamentos inerentes aos contratos e ingressemos com a ação renovatória no prazo de, no mínimo, 6 meses, e, no máximo, 1 ano de antecedência em relação à data de término do prazo do contrato. Caso a Companhia não apresente ação renovatória no prazo legal ou não cumpra os demais requisitos legais, os contratos de locação poderão não ser renovados. A legislação aplicável prevê, ainda, que o locador não estará obrigado a renovar o contrato se (i) por determinação do Poder Público, tiver que realizar no imóvel obras que importem na sua radical transformação, ou para modificações de tal natureza, que aumente o valor do negócio ou da propriedade; ou (ii) o imóvel vier a ser utilizado por ele próprio ou para transferência de fundo de comércio existente há mais de 1 ano, sendo detentor da maioria do capital o locador, seu cônjuge, ascendente ou descendente. Dessa forma, nossa Companhia pode não obter a renovação compulsória de algum dos contratos de locação se não entrar em acordo com o locador.

Em qualquer dos casos, a perda de qualquer de nossas localizações estratégicas, seja por não renovação ou manutenção dos contratos de locação de nossas(os) lojas, depósitos, frigoríficos, escritório administrativo e centros de distribuição, pode afetar adversamente nossas operações, resultados financeiros e/ou impactar negativamente a notoriedade de nossas marcas.

Ainda, nos casos em que os contratos de locação não contiverem cláusula de vigência e/ou não estiverem devidamente registrados e averbados junto aos cartórios de registro de imóveis competentes e na hipótese de os respectivos proprietários decidirem vender a terceiros os imóveis durante a vigência dos contratos de locação, não poderemos opor aos compradores a manutenção da vigência de nossos contratos, bem como não teremos o direito de adjudicar judicialmente o imóvel no caso do comprador aliená-lo a terceiros e não respeitar nosso direito de preferência. Nesse caso, os compradores não estariam legalmente vinculados aos termos do contrato de locação e poderiam requerer a desocupação do imóvel.

Não há nenhuma garantia de que a Companhia conseguirá alugar os imóveis nos quais está interessada. Devido ao fato de a localização dos imóveis da Companhia representar um fator importante na sua estratégia de vendas, se um número significativo das suas locações atuais não for renovado ou se a Companhia não conseguir celebrar novos contratos de locação com condições e em localidades satisfatórias, a Companhia poderá ter seus negócios afetados substancialmente e negativamente. Um aumento significativo no valor do aluguel dos imóveis que a Companhia aluga também pode afetá-la negativamente.

Caso não consigamos locar novos espaços ou o valor de aluguel dos imóveis seja superior ao valor anteriormente pago ou estejam em áreas que não apresentam a mesma visibilidade que as localizações atuais, a rentabilidade de nossas lojas poderá ser reduzida e nossas receitas operacionais poderão ser afetadas de maneira adversa e relevante.

Além disso, se a Companhia decidir fechar qualquer uma das suas unidades, localizadas em imóveis alugados de terceiros antes do fim do prazo contratual da locação, a Companhia pode ser obrigada a pagar uma multa contratual ao proprietário, como consequência da rescisão antecipada do contrato de locação. O valor total da multa poderá afetar adversamente a Companhia, principalmente se a decisão de fechamento se aplicar a mais de uma unidade. Finalmente, no caso de término dos contratos de locação, existe o risco de que as benfeitorias efetuadas pela Companhia em suas lojas e centros de distribuição não sejam indenizadas pelo proprietário.

Mudanças na alta administração da nossa Companhia e a eventual dificuldade para reter, atrair e recolocar pessoal qualificado podem afetar adversamente nossos negócios e resultados

A perda dos membros da nossa alta administração poderá afetar de modo adverso e relevante nossos negócios e resultados operacional e financeiro. Além disso, dependemos da experiência, capacidade e qualificação profissional da nossa alta administração para a implementação da nossa estratégia de atuação, de modo que nossos executivos devem atuar com agilidade e precisão na tomada das decisões, a fim de buscar novas oportunidades de negócio. Não podemos garantir a retenção ou atração de colaboradores qualificados para os cargos da alta administração ou para posições chaves.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A eventual perda dos nossos principais executivos, bem como qualquer dificuldade em atrair e repor tempestivamente profissionais qualificados, pode causar efeito adverso sobre nossos negócios e resultados operacionais e manutenção da cultura da Companhia.

Uma paralisação ou greve significativa da nossa força de trabalho pode afetar as nossas operações

Os empregados da Companhia são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das suas instalações, ou movimentos trabalhistas relacionados em qualquer um dos fornecedores ou prestadores de serviço terceirizados da Companhia, podem ter um efeito adverso relevante sobre suas operações e seus negócios.

Perdas não cobertas pelos seguros contratados pela Companhia ou que excedam os limites de indenizações contratados podem causar efeitos adversos nos negócios da Companhia

Sinistros que não estejam cobertos pelas apólices contratadas pela Companhia podem resultar em prejuízos, o que poderá impactar negativamente a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia. Exemplos dessas perdas são ataques cibernéticos, guerra, caso fortuito, força maior ou interrupção de certas atividades. Na eventualidade da ocorrência de qualquer evento não coberto, ou de insuficiência de cobertura nas apólices contratadas, podemos sofrer um revés financeiro para recompor e/ou reformar nossos ativos que tenham sofrido prejuízo ou indenizar prejuízos causados, o que poderá impactar a Companhia de maneira adversa.

Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A falha em pagarmos esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá nos colocar em uma situação de risco, dados que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora. Além disso, não podemos garantir que conseguiremos manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares.

A Companhia possui cláusulas restritivas à capacidade de endividamento ("Covenants") em determinadas dívidas. O não cumprimento desses Covenants pode causar o vencimento antecipado dessas dívidas

A Companhia está sujeita a *Covenants* existentes nas suas escrituras de emissão de debêntures e em conexão com certificados de recebíveis imobiliários. De acordo com tais *Covenants*, o índice de dívida líquida/EBITDA deverá ser menor ou igual a 2,5. Caso Companhia não seja capaz de atender referidos *Covenants*, as dívidas poderão vencer antecipadamente e a Companhia deverá realizar o pagamento do valor principal acrescido de juros. O vencimento antecipado cruzado ou inadimplemento cruzado (*cross-default* e *cross-acceleration*) de outras obrigações da Companhia poderão ser desencadeados, conforme cláusulas presentes em contratos de empréstimos e financiamentos existentes. Para mais informações, ver seções 10.1.f e 18.5 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, a Companhia possui uma CCB no valor de R$ 25 milhões que pode vencer antecipadamente em razão da realização da oferta pública inicial de ações da Companhia. Caso a Companhia não obtenha a referida anuência, o contrato poderá ser vencido antecipadamente e outros contratos financeiros também poderão vencer antecipadamente em razão de cláusula de vencimento ou inadimplemento cruzado.

O vencimento antecipado de qualquer de seus contratos financeiros pode afetar a capacidade da Companhia em honrar seus compromissos e acarretar um impacto adverso relevante em seus negócios e na sua situação financeira.

Podemos não conseguir renovar nossas linhas de crédito atuais ou ter acesso a novos financiamentos a termos atrativos, o que pode causar um efeito relevante e adverso

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A captação de recursos por meio de financiamentos e o refinanciamento de empréstimos existentes são fundamentais para nossas operações correntes, para implementação de nossa estratégia e para nosso crescimento. Podemos não conseguir renovar nossas linhas de crédito atuais ou ter acesso a novos financiamentos a termos atrativos para conseguir viabilizar nossas necessidades de capital ou cumprir com nossas obrigações financeiras, inclusive em decorrência dos efeitos da pandemia da COVID-19.

Os mercados locais de dívida e de capitais foram recentemente impactados pelo custo de crédito, por fatores político-econômicos, pela pandemia da COVID-19, dentre outros. Tais eventos afetaram negativamente as condições econômicas no Brasil. As preocupações quanto à estabilidade dos mercados financeiros no Brasil e à solvência de contrapartes resultaram no encarecimento do custo de captação, uma vez que muitos credores aumentaram as taxas de juros, adotaram normas mais rigorosas para concessão de empréstimos e reduziram seu volume e, em alguns casos, interromperam a oferta de financiamento a tomadores em termos comerciais razoáveis.

A pandemia da COVID-19 continua a impactar negativamente nossa liquidez. Caso não sejamos capazes de obter financiamento, de refinanciar nossas dívidas quando necessário ou se não pudermos obter ou renovar fianças bancárias ou seguros garantias, ou se a disponibilidade se der somente em termos desfavoráveis, podemos não conseguir satisfazer nossas necessidades de capital, cumprir com nossas obrigações financeiras ou aproveitar oportunidades de negócio, o que pode ter um efeito adverso relevante nos nossos negócios e resultados operacionais. Para mais informações sobre as restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, ver Seção 10.1.f(iv) deste Formulário de Referência.

A Companhia pode ser afetada de forma adversa por decisões desfavoráveis em processos administrativos, judiciais ou arbitrais

Atualmente, a Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões cíveis, consumeristas, ambientais, trabalhistas, administrativas, tributárias, entre outras. A Companhia não pode garantir que esses processos serão decididos em seu favor. A Companhia constitui provisões somente em relação aos processos em que a probabilidade de perda foi classificada pelos seus advogados externos e pela Administração como provável. A Companhia não pode garantir que as provisões constituídas, quando existentes, serão corretas e suficientes para todos os passivos eventualmente decorrentes de processos administrativos, judiciais ou arbitrais. Caso ações que envolvam um valor substancial e em relação às quais a Companhia não tem nenhuma provisão ou tem provisão significativamente inferior ao montante da perda efetiva, sejam decididas, em definitivo, de forma desfavorável, a Companhia pode sofrer um efeito adverso relevante sobre seus negócios. Para mais informações, ver itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

Além das provisões contábeis e de honorários advocatícios relacionados a processos, a Companhia pode ser compelida a realizar depósitos judiciais, oferecer garantias em tais processos, ou executar obrigações de fazer ou de não fazer, o que poderá afetar adversamente sua liquidez e condição financeira.

Da mesma forma, administradores e/ou os acionistas controladores da Companhia podem vir a ser partes ou serem mencionados e/ou chamados a depor em processos administrativos, judiciais ou arbitrais, cuja instauração e/ ou resultados podem afetá-los negativamente, especialmente caso sejam indiciados e/ou condenados e se forem processos de natureza criminal, eventualmente, impossibilitando ao exercício de suas funções na Companhia e/ou afetando a reputação e/ou situação financeira da Companhia direta ou indiretamente.

Além disso, a Companhia pode vir a ser ré em processos administrativos, judiciais, arbitrais ou inquéritos envolvendo questões cíveis, tributárias, trabalhistas, ambientais e criminais, além de processos administrativos sancionadores/punitivos, no âmbito de órgãos reguladores tais como Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“ANVISA”), CVM, Conselho de Controle de Atividades Financeiras (“COAF”), dentre outros.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia não pode garantir que os resultados desses processos serão favoráveis, ou, ainda, que os critérios e valores de provisionamento adotados (quando adotados) serão adequados e suficientes para responder por todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Ainda, decisões contrárias aos nossos interesses que impeçam a realização de nossos negócios, como inicialmente planejados ou que eventualmente alcancem valores substanciais e não tenham provisionamento adequado e suficiente podem causar um efeito adverso nos nossos negócios e situação financeira, além de afetar nossa condição reputacional de forma negativa.

Além disso, a Companhia firmou Termos de Ajuste de Conduta com o Ministério Público do Trabalho. Os Termos de Ajuste de Conduta estabelecem as obrigações da Companhia e penalidades em caso de descumprimento. Eventual descumprimento pela Companhia dos termos ali acordados poderá causar efeito adverso relevante na reputação, nos negócios ou nos resultados da Companhia, direta ou indiretamente. Para informações adicionais sobre os referidos termos, vide item 4.7 deste Formulário de Referência.

Por fim, considerando que a atividade desempenhada pela Companhia foi enquadrada como "essencial", permitindo a abertura das lojas e atividade de empregados durante a pandemia, a Companhia poderá enfrentar questionamentos judiciais e administrativos relacionados ao enquadramento de casos de contaminação por COVID-19 como doença ocupacional. Como consequência, a Companhia poderá ser responsabilizada por danos eventualmente sofridos pelos empregados, sobretudo no caso de morte. Além disso, autoridades em matéria trabalhista – como o Ministério Público do Trabalho e o Ministério da Economia – também podem fiscalizar o cumprimento e a adequação da Companhia às normas sanitárias e de saúde e segurança do trabalho, o que pode acarretar na imposição de multas, assinaturas de TACs e Termos do Compromisso, além de possível judicialização em esfera coletiva.

A Companhia pode ser responsabilizada por incidentes com consumidores relacionados a reações adversas após o consumo de produtos.

Os produtos vendidos em nossas lojas podem causar reações adversas em nossos consumidores. Incidentes envolvendo esses produtos podem ter um efeito adverso relevante sobre nós. Processos judiciais ou administrativos relacionados a esses incidentes podem ser propostos contra nós, sob as alegações, entre outras, de que os nossos produtos estavam adulterados, contaminados, não possuíam as propriedades anunciadas ou informações adequadas sobre os possíveis efeitos colaterais ou riscos de interações com outras substâncias químicas.

Qualquer risco real ou possível para a saúde associado a esses produtos, incluindo a publicidade negativa relacionada a esses riscos, pode levar a uma perda da confiança dos nossos consumidores com relação à segurança, eficácia e qualidade dos produtos vendidos em nossas lojas. Qualquer alegação dessa natureza contra as nossas marcas ou produtos vendidos em nossas lojas pode ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios e resultados financeiros.

A Companhia está exposta a riscos relacionados a ônus sobre os imóveis em que as suas unidades estão localizadas.

Uma parte dos imóveis em que as unidades da Companhia estão localizadas estão onerados para garantia de dívidas e obrigações dos respectivos proprietários. Na hipótese de inadimplemento de tais obrigações, os respectivos credores poderão executar as garantias. O(s) imóvel(is) poderá(ão) ser arrematado(s) por terceiros em leilão extrajudicial ou sua propriedade poderá ser consolidada em nome do(s) próprio(s) credor(es). Caso a Companhia não logre êxito em negociar com o(s) adquirente(s) novo(s) contrato(s) de locação que regule(m) a ocupação do(s) respectivo(s) imóvel(is) para o exercício regular de suas atividades, poderá ser obrigada a desocupar o(s) imóvel(is) em 30 dias, o que poderá afetar adversamente as suas operações.

Enfrentamos riscos relativos aos cadastros, autorizações, licenças e alvarás para instalação e operação das nossas lojas, frigoríficos, depósitos e centro de distribuição

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Dependemos de diversos cadastros perante órgãos da Administração Pública federal, estadual e municipal e também de autorizações, licenças e alvarás, tais como, exemplificativamente, Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros ("AVCB"), alvarás para funcionamento, licenças ambientais, outorgas de recursos hídricos, alvarás sanitários, licenças emitidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), dentre outros.

Os alvarás de funcionamento e alvarás sanitários em diversas localidades possuem prazo de validade e devem ser renovados de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Podemos não conseguir obter todas as licenças, outorgas, alvarás e autorizações necessárias, ou ainda não obter as suas renovações de forma tempestiva. Além disso, o cenário de pandemia da COVID-19 pode ter efeitos nos prazos e procedimentos para renovação das licenças.

Além disso, podemos estar sujeitos à regulação e controle de outras autoridades públicas, além daquelas que hoje entendemos como sendo as competentes pela regulação de nossas atividades, vez que não podemos garantir que tais autoridades públicas não tenham um entendimento contrário ao nosso quanto à necessidade de obtenção de outras licenças, alvarás, autorizações e/ou demais cadastros adicionais aos que entendemos atualmente necessários ao desenvolvimento de nossas atividades. Ademais, a Companhia está em processo de obtenção ou renovação das licenças de funcionamento e dos AVCB das lojas, frigoríficos, depósitos e Centro de Distribuição, bem como de alvarás sanitários de alguns de seus estabelecimentos, outorgas de recursos hídricos, certidões de dispensa de licenciamento, dentre outras licenças.

A não obtenção ou a não renovação das tais Licenças poderá, caso a caso (i) resultar em autos de infração, (ii) nos sujeitar ao pagamento de multas, (iii) nos impedir de abrir e operar as unidades e os centros de distribuição, (iv) resultar na interdição ou fechamento das nossas lojas, frigoríficos, depósitos e Centro de Distribuição, (v) expor-nos a riscos adicionais no caso de acidentes ou evento similar; (vi) resultar na aplicação de outras penalidades, tais como advertência e apreensão de produtos, de acordo com a legislação específica aplicável (federal, estadual e municipal); e (vii) expor-nos, bem como os representantes da Companhia, a sanções criminais, em caso de exercício de atividades sem as devidas licenças e autorizações ambientais. A nossa estratégia de negócios poderá ser substancialmente e adversamente afetada se não conseguirmos abrir e operar novas unidades e novos centros de distribuição, se tivermos que suspender ou fechar algumas das nossas unidades ou algum de nossos centros de distribuição em consequência da nossa incapacidade de obter ou renovar as Licenças, ou se um acidente afetar adversamente uma unidade ou um centro de distribuição enquanto estiver com uma licença pendente.

A Companhia poderá vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação de seus acionistas

A Companhia poderá ter que captar recursos adicionais no futuro através de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos por meio de distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações poderá ser realizada com a exclusão do direito de preferência dos nossos acionistas, incluindo os investidores nas nossas ações, o que pode resultar na diluição da participação dos referidos acionistas em suas ações, ocasionando a imediata diluição no valor patrimonial de seu investimento. Adicionalmente, ainda que a Companhia emita ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis em ações de emissão da Companhia sujeitos ao direito de preferência, os investidores que optarem por não participar de qualquer oferta prioritária poderão sofrer uma diluição de sua participação no capital social da Companhia.

Os titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

De acordo com o seu estatuto social, a Companhia deve pagar aos acionistas, no mínimo, 25% do seu lucro líquido anual, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta, como a Companhia, suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o conselho de administração informe à assembleia geral ordinária que a distribuição seria incompatível com a situação financeira da Companhia. Se isso acontecer, os titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio. Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderão ser revistas e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas a título de participação nos resultados da Companhia.

A Companhia pode enfrentar potenciais conflitos de interesses envolvendo transações com partes relacionadas

A Companhia possui receitas, custos ou despesas decorrentes de transações com partes relacionadas, conforme indicado no item 16.2 deste Formulário de Referência. A Companhia não pode garantir que suas Políticas de Partes Relacionadas (descritas no item 16.1 deste Formulário de Referência) sejam eficazes para evitar situações de potencial conflito de interesse entre as Partes, e que seus acionistas controladores ou os administradores por eles eleitos prestaram ou prestarão estrita observância às boas práticas de governança e/ou normas existentes para dirimir situações de conflito de interesses, incluindo, mas sem se limitar, a observância do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado, em cada transação em que, de um lado, a parte contratante seja a Companhia ou sociedade por ela controlada, e, de outro lado, a parte contratada seja uma sociedade que não seja controlada pela Companhia e tenha como acionistas os acionistas controladores da Companhia ou administradores da Companhia.

Caso as situações de conflito de interesses com partes relacionadas se configurem, elas poderão causar um impacto adverso nos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valores mobiliários da Companhia. Adicionalmente, caso a Companhia celebre transações com partes relacionadas em caráter não comutativo, trazendo benefícios às partes relacionadas envolvidas, os acionistas da Companhia poderão ter seus interesses prejudicados. Para maiores informações a respeito das transações com partes relacionadas da Companhia, vide item 16.2 deste Formulário de Referência.

Se não conseguirmos manter nossa cultura e nossa marca no nosso processo de expansão, nossas operações poderão ser adversamente afetadas.

Na medida em que expandimos nossos negócios para diferentes localidades, podemos ser incapazes de identificar, contratar e manter trabalhando conosco um número suficiente de colaboradores alinhados à nossa cultura corporativa. Tal falha poderia resultar em uma piora em nosso atendimento ao cliente e/ou no desempenho dos nossos colaboradores, e consequentemente em um enfraquecimento da nossa marca. O insucesso da Companhia em manter sua cultura e suas marcas pode afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

(b) Riscos Relacionados ao Controlador, direto ou indireto, ou Grupo de Controle

Os interesses do acionista controlador da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos seus demais acionistas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O acionista controlador tem o poder de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e de tomar decisões em todos os pontos-chave que requerem aprovação dos acionistas, tais como reorganizações societárias, distribuição de dividendos e vendas de ativos. Os interesses do atual acionista controlador podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas controladores têm o poder de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a administração, determinar suas políticas, vender ou de alguma forma transferir ações que representem o controle da Companhia e determinar o resultado de qualquer deliberação de seus acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros.

O acionista controlador poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos ou outras operações que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e causar um efeito relevante adverso nas atividades da Companhia. Adicionalmente, qualquer mudança no controle pode afetar materialmente a administração, os negócios, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

(c) Riscos Relacionados a Seus Acionistas

Não aplicável.

(d) Riscos Relacionados a Suas Controladas e Coligadas

Não aplicável.

(e) Riscos Relacionados a Seus Fornecedores

Algumas categorias de produtos que a Companhia comercializa são substancialmente adquiridos de poucos fornecedores e caso ocorram alterações nessa cadeia de fornecimento, suas atividades e negócios podem ser afetados adversamente

Adquirimos produtos de fornecedores, os quais poderão ser entregues em nossos centros de distribuição, frigoríficos e/ou diretamente em nossas lojas e caso ocorram alterações nessa cadeia de fornecimento, nossas atividades e negócios podem ser afetados adversamente. Qualquer desgaste no nosso relacionamento com estes terceiros ou, ainda, qualquer interrupção decorrente de falha no fornecimento, desastres naturais, greves, acidentes, medidas impostas para tentar combater a pandemia da COVID-19 ou outros fatores fora do nosso controle podem nos impedir de atender a demanda de nossos clientes, causando um impacto adverso nos nossos negócios, em nossa imagem e reputação, na nossa situação financeira e, consequentemente, nos nossos resultados operacionais.

Ademais, não há garantia de que não teremos problemas na coordenação de nossa estratégia de logística juntamente com a realização do nosso plano de crescimento. Na medida que pretendemos expandir nossos negócios para outras localidades, precisamos garantir eficiência similar na gestão de fornecedores, distribuição e de serviço de logística própria e de terceiros para manter o abastecimento das novas lojas. Portanto, qualquer falha em estabelecer conexão entre nossas lojas, frigoríficos e Centros de Distribuição pode ter um impacto adverso nos nossos planos de crescimento, nos custos operacionais e, consequentemente, nos nossos resultados operacionais.

A Companhia pode ser responsabilizada por obrigações trabalhistas e previdenciárias de fornecedores e prestadores de serviços terceirizados

Em conformidade com as leis trabalhistas, se os fornecedores e prestadores de serviços terceirizados da Companhia não cumprirem com as suas obrigações trabalhistas e leis relacionadas à previdência social, podemos ser considerados responsáveis subsidiários e/ou solidários por qualquer descumprimento, resultando em multas, pagamentos destas verbas e outras sanções que podem afetar substancialmente e negativamente a Companhia. A Companhia também pode ser responsabilizada por lesões corporais ou morte de colaboradores de terceiros que estejam prestando serviços para nós dentro de nossas instalações, o que pode afetar adversamente nossa imagem e nossos negócios.

Os negócios da Companha dependem de uma cadeia de suprimentos e, consequentemente, enfrenta riscos relacionados à logística

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os produtos vendidos pela Companhia são entregues diretamente pelos nossos fornecedores ou por meio de um sistema de logística da própria Companhia em seus Centros de Distribuição ou, em alguns casos, diretamente em suas lojas. Quaisquer alterações, problemas ou interrupções significativas na infraestrutura de logística que a Companhia, seus fornecedores ou prestadores de serviço usem para entregar produtos em suas lojas ou Centros de Distribuição podem impedir a entrega oportuna ou bem-sucedida dos produtos que vendemos e afetar negativamente nossas operações. Se a operação em qualquer dos nossos Centros de Distribuição for afetada negativamente por fatores fora do controle da Companhia, tais como incêndios, desastres naturais, acidentes, falta de eletricidade, falhas nos sistemas, medidas governamentais restritivas impostas em decorrência da pandemia da COVID-19, entre outros, a distribuição de produtos às lojas da Companhia será afetada, o que poderá impactar negativamente a Companhia.

O desabastecimento pode ainda decorrer de os fornecedores não terem condições de suprir a Companhia de mercadorias nos volumes e prazos demandados ou de os prestadores de serviços não terem condições de realizar entregas, inclusive em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19, o que poderá afetar adversamente o negócio e os resultados operacionais da Companhia. Por exemplo, a rede de distribuição da Companhia é sensível à flutuação dos preços do petróleo, e qualquer aumento no preço, interrupção do fornecimento ou falta de combustível poderá resultar no aumento dos custos de frete e afetar negativamente seus negócios e seus resultados operacionais. Além disso, caso normas rigorosas para combater o trânsito de rua sejam promulgadas e imponham mais restrições na entrega de produtos para as lojas da Companhia, em determinadas horas do dia, em determinados municípios em que a Companhia atua, a sua capacidade de distribuir produtos em tempo hábil para as suas lojas poderá ser afetada. Um aumento geral no trânsito de rua também pode afetar a capacidade da Companhia de distribuir produtos em suas lojas em tempo hábil. Ademais, o negócio de e-commerce da Companhia está sujeito a riscos semelhantes e, conforme expandimos a plataforma de e-commerce da Companhia, esses riscos podem afetar a capacidade da Companhia de entregar produtos aos seus consumidores finais em tempo hábil. A partir do lançamento de estratégia de venda de produtos alimentícios da Companhia por meio da plataforma de e-commerce a Companhia passou a enfrentar riscos adicionais que poderão afetar negativamente a implementação dessa estratégia, incluindo os riscos intrínsecos à entrega de produtos congelados e perecíveis, além de outros riscos inesperados. Qualquer impossibilidade de entregar prontamente e de maneira segura os produtos que a Companhia vende aos seus consumidores por meio da nossa plataforma de e-commerce pode resultar na perda de negócios e afetar negativamente a sua reputação, o que pode causar um impacto adverso nos resultados da Companhia.

A Companhia não pode garantir que seus prestadores de serviços ou fornecedores não venham a se utilizar de práticas irregulares

Dada a descentralização e terceirização das cadeias produtivas dos seus fornecedores e prestadores de serviço, a Companhia não pode garantir que eles não terão problemas com relação às condições de trabalho, sustentabilidade, quarteirização da cadeia produtiva e condições de segurança impróprias, ou que eles não usarão essas práticas irregulares para reduzir os custos dos produtos. Assim, a Companhia não pode garantir que seus fornecedores ou prestadores de serviços não venham apresentar problemas com questões trabalhistas ou relacionados à legislação ambiental e à sustentabilidade, quarteirização da cadeia produtiva e condições de segurança impróprias ou mesmo que não venham a se utilizar dessas irregularidades para terem um custo mais baixo de seus produtos.

Se fornecedores ou prestadores de serviço da Companhia se envolverem com práticas irregulares, a reputação da Companhia poderá ser negativamente afetada e, como consequência, a percepção dos consumidores poderá ser afetada adversamente, causando, assim, uma redução da receita operacional líquida e dos resultados operacionais da Companhia, bem como no preço de negociação de suas ações.

As atividades da Companhia dependem do bom relacionamento e da reputação de seus fornecedores

O sucesso das atividades da Companhia depende, em parte, do relacionamento comercial da Companhia com seus fornecedores. Caso a Companhia tenha desentendimentos comerciais com seus fornecedores ou caso esses fornecedores rescindam ou não renovem seus contratos por qualquer motivo, a Companhia pode ser prejudicada.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, se os fornecedores da Companhia deixarem de usar práticas comerciais éticas e cumprirem as leis e regulamentos aplicáveis, como quaisquer leis contra o trabalho infantil ou análogo ao escravo, e de proteção ambiental, a Companhia poderá ser prejudicada devido à publicidade negativa ou a imposição de responsabilidade solidária ou subsidiária.

Parte de nossos produtos é importada e qualquer limitação em nossa capacidade de importar tais produtos, incluindo flutuações cambiais e mudanças na legislação, pode restringir a oferta de nossos produtos e afetar adversamente nossos negócios.

De acordo com nossas estimativas, aproximadamente 10% das compras de nossos produtos estão sujeitas a importação. Assim, o preço praticado nas lojas depende da taxa de câmbio dos países nos quais adquirimos tais produtos, limitado à capacidade de repassar aos seus clientes qualquer aumento de preço resultante. Assim, no caso de uma depreciação do real em relação à moeda de tais países ou do dólar dos EUA ou das moedas desses países em relação ao dólar dos EUA, podemos não ser capazes de repassar os custos mais elevados para nossos clientes, reduzindo nossas margens ou mesmo inviabilizar a venda de alguns bens ou, se repassados, esses custos adicionais podem tornar nossos produtos menos atraentes para seus clientes, resultando em um impacto adverso em nossos resultados operacionais.

Por fim, mudanças nas regras de comércio internacional entre os países que importamos e o Brasil podem afetar a disponibilidade de produtos ou alterar os custos envolvidos, com consequente impacto em nossos resultados.

(f) Riscos Relacionados a Seus Clientes

As restrições de disponibilidade de crédito aos consumidores no Brasil podem afetar adversamente os nossos volumes de vendas.

As vendas parceladas são um componente importante do resultado das operações das empresas de varejo de um modo geral no Brasil. O aumento na taxa de desemprego, acrescido a altas nas taxas de juros, pode resultar em restrições maiores na disponibilidade de crédito aos consumidores no Brasil. Em 2019, a taxa média de desemprego no Brasil foi de 11,8%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou o IBGE, e a taxa de juros SELIC fechou o ano em 4,5%. Os nossos volumes de vendas e, consequentemente, os nossos resultados operacionais podem ser afetados negativamente, se a disponibilidade de crédito aos consumidores diminuir ou se as políticas implementadas pelo Governo Federal restringirem ainda mais a concessão de crédito aos consumidores.

Adicionalmente, o sucesso da atuação no setor de varejo depende de vários outros fatores relacionados ao consumo e à renda dos consumidores, inclusive das condições dos negócios em geral, da inflação, da disponibilidade de crédito ao consumidor, existência de epidemias ou pandemias (como o alcance e a duração do impacto da atual pandemia da COVID-19, incluindo redução na demanda de consumidores, diminuição das vendas e fechamento temporário generalizado de lojas), da tributação, da confiança do consumidor nas condições econômicas futuras e dos níveis de emprego e renda.

O Governo Federal, por meio do CMN e do BACEN, periodicamente edita normas com o objetivo de regular a disponibilidade de crédito, a fim de reduzir ou aumentar o consumo e, consequentemente, controlar a taxa de inflação. Essas normas incluem, entre outras ferramentas, (i) modificar os requisitos impostos aos depósitos compulsórios incidentes sobre empréstimos, depósitos e outras transações; (ii) regular o prazo máximo dos financiamentos; e (iii) impor limitações sobre o montante que pode ser financiado. Essas normas podem reduzir a capacidade dos consumidores da Companhia de obter crédito nas instituições financeiras e, algumas delas, podem afetar o mercado financeiro e de crédito por longos períodos. A Companhia não pode garantir que, no futuro, o Governo Federal não adotará novas normas que reduzam o acesso dos consumidores ao crédito nas instituições financeiras.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Reduções na disponibilidade de crédito e políticas de crédito mais rigorosas adotadas por nós ou por outras empresas de cartão de crédito podem afetar as nossas vendas negativamente. Condições econômicas desfavoráveis no Brasil, ou condições econômicas desfavoráveis globais que impactem a economia brasileira, podem reduzir significativamente os gastos dos consumidores e a renda disponível, particularmente em classes mais baixas, que têm relativamente menos acesso ao crédito que classes mais altas, condições mais limitadas de refinanciamento de dívidas e estão mais suscetíveis a aumentos da taxa de desemprego. Essas condições podem ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios.

A divulgação não autorizada de dados pessoais ou informações confidenciais de consumidores, ou a nossa incapacidade ou a percepção dos nossos consumidores de que não conseguimos cumprir com as leis de privacidade ou administrar corretamente os problemas de privacidade, podem prejudicar o nosso negócio e reputação perante os nossos consumidores

Nós obtemos, armazenamos, processamos e utilizamos informações confidenciais e dados pessoais, tais como dados de usuários e clientes, no âmbito de nossas operações comerciais. É preciso garantir que qualquer tratamento de dados pessoais e informações confidenciais, tais como, processamento, utilização, armazenagem, disseminação, transferência ou eliminação sob nossa responsabilidade seja realizada de acordo com a legislação aplicável. Especialmente em relação ao tratamento de dados pessoais, a Companhia deve observar as leis de proteção de dados e privacidade aplicáveis. A proteção dos dados de clientes, funcionários e fornecedores é fundamental.

Em 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – "LGPD"), que regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, como até então o direito à privacidade e proteção de dados era regulado no Brasil. Após muitas discussões, a LGPD entrou em vigor em 18 em setembro de 2020. A aplicabilidade das sanções administrativas estabelecidas pela LGPD foi adiada para o dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020.

Contudo, independentemente da aplicabilidade das sanções administrativas, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem com riscos a partir da sua entrada em vigor: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas também na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido. Podemos ser responsabilizados por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por nós ou outros controladores ou operadores com quem compartilhamos dados pessoais, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD. Qualquer titular dos dados que deseje exercer os seus direitos, conforme estabelecido pela LGPD, ou que seja sujeito a dano patrimonial, moral, individual ou coletivo em razão de um tratamento de dados pessoais em violação da LGPD poderá reclamar perante a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD") ou ao Poder Judiciário.

Já com a entrada em vigor das sanções, caso não estejamos em conformidade com a LGPD, podemos estar sujeitos às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação da infração, bloqueio temporário, eliminação de dados pessoais, suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 meses, suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 meses, proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados e multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000 por infração.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados por nós, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, divulgação da infração para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base de dados, e até a suspensão das nossas atividades, o que poderá afetar negativamente a nossa reputação, os nossos resultados e, consequentemente, o valor das nossas ações. Tendo isso em vista, a Companhia já está processo de avaliação interna e adequação de seus processos, documentação e sistemas para atender a legislação de proteção de dados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O negócio da Companhia está sujeito a flutuação substancial devido aos padrões sazonais de compra dos seus consumidores

A Companhia vivencia flutuações sazonais em suas vendas líquidas e resultados operacionais que podem variar de trimestre para trimestre. Historicamente, a Companhia gera mais vendas líquidas no quarto trimestre de cada ano, que inclui as semanas que antecedem e imediatamente após a *Black Friday* e a temporada de vendas de Natal. Consequentemente, uma redução na confiança dos consumidores nas semanas que antecedem e imediatamente após a *Black Friday* e a temporada de vendas de Natal teria um impacto significativo no negócio da Companhia. Além disso, no quarto trimestre a Companhia geralmente aumenta as despesas com colaboradores e publicidade, devido à previsão de volumes de vendas maiores. A sazonalidade também influencia os padrões de compra da Companhia, já que a Companhia compra mercadorias para atividades sazonais antes de uma estação, o que impacta diretamente os fluxos de caixa, níveis de contas a pagar e estoque da Companhia. Ademais, a sazonalidade afeta o nível das dívidas e capital de giro da Companhia, pois geralmente a Companhia incorre em mais dívidas durante a primeira metade do ano para financiar o aumento das necessidades de fluxo de caixa da Companhia, em consequência (i) do vencimento dos pagamentos aos fornecedores da Companhia pelos estoques adquiridos antes das altas estações de vendas, e (ii) de uma diminuição no volume de vendas, que normalmente ocorre após a temporada de vendas do Natal que se prolonga pelo primeiro semestre no ano subsequente. Se a Companhia calcular mal a demanda da quantidade de produtos que venderá ou da variedade de produtos durante o quarto trimestre, as vendas líquidas da Companhia podem cair e, consequentemente, prejudicar o seu desempenho financeiro. Se as vendas líquidas do quarto trimestre não forem altas o suficiente para recuperar totalmente as despesas com colaboradores e publicidade da Companhia ou forem menores que as metas usadas para determinar os níveis de estoque, esse déficit pode afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

Os resultados operacionais trimestrais da Companhia também poderão variar significativamente em consequência de vários outros fatores, incluindo, entre outros, o momento da apresentação e publicidade de novos produtos e alterações na variedade de produtos da Companhia, bem como as datas em que o feriado de Páscoa geralmente cai (em março ou abril). Como resultado dessas flutuações sazonais e trimestrais, a Companhia acredita que a comparação dos seus resultados operacionais entre diferentes trimestres dentro de um único ano não é necessariamente válida. Quaisquer flutuações sazonais ou trimestrais que a Companhia relatar no futuro podem não corresponder às expectativas dos investidores e analistas de mercado, e isso poderá afetar negativamente o preço das ações de emissão da Companhia.

A Companhia pode não identificar em tempo hábil ou responder de forma eficaz às tendências ou preferências dos consumidores, o que pode afetar negativamente o seu relacionamento com os consumidores, a demanda dos produtos que vende e a sua participação de mercado

A Companhia compete com outros varejistas com base no preço, gama ou variedade de produtos, serviços, localização e *layout* das lojas. Os hábitos de consumo estão mudando constantemente e a Companhia pode não conseguir prever e responder rapidamente a essas mudanças. A incapacidade de identificar em tempo hábil ou responder de forma eficaz às mudanças nos gostos, preferências e padrões de consumo dos consumidores pode afetar negativamente o relacionamento da Companhia com os consumidores, a demanda dos produtos que vende e a sua participação de mercado. Além disso, a mudança dos hábitos dos consumidores pode exigir investimentos adicionais para que a Companhia possa abordar, de forma eficaz, as mudanças nas necessidades dos consumidores.

Se a Companhia não conseguir adaptar o seu modelo de negócio, o *layout* das lojas, identificar locais e abrir lojas em áreas preferenciais, rapidamente ajustar a sua variedade e produtos ou preços em cada uma de suas lojas, implantar adequadamente a sua plataforma de e-commerce ou, de outra forma, não conseguir se ajustar às mudanças nas preferências dos consumidores, os negócios e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados substancialmente e negativamente.

Os negócios da Companhia podem ser diretamente e indiretamente impactados por condições desfavoráveis na produção agropecuária, incluindo condições climáticas desfavoráveis, desastres naturais ou outros fatores além do controle da Companhia que reduzam consideravelmente a produção agropecuária da região.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os negócios da Companhia dependem do desempenho da produção agropecuária. Impactos na produção agropecuária causados por fatores como condições climáticas desfavoráveis, desastres naturais e outros fatores além do controle da Companhia que ocorram nas regiões onde estão localizados os seus fornecedores e negócios podem impactar a disponibilidade e os preços de produtos vendidos pela Companhia. A redução da produção agropecuária e o consequente aumento nos preços dos produtos adquiridos pela Companhia e/ou redução nos volumes disponíveis para serem fornecidos para a Companhia podem impactar negativamente as vendas da Companhia, podendo ter um impacto adverso nos seus resultados operacionais.

A Companhia poderá ser responsabilizada por violações a direitos do consumidor, podendo sofrer restrições e penalidades, incluindo o pagamento de multas, o que poderá adversamente afetar sua situação financeira.

As leis de proteção ao consumidor no Brasil são rígidas e favoráveis aos consumidores. A legislação consumerista imputa ao fornecedor (no caso à Companhia) o ônus da prova na eventual demanda de um cliente, colocando o fornecedor em desvantagem em quaisquer processos envolvendo relações de consumo.

Os direitos do consumidor são protegidos por meio de ações individuais ou coletivas. As ações coletivas podem ser ajuizadas por autoridades federais ou estaduais, por funcionários ou organizações públicas, como o Ministério Público ou Proteção e Defesa do Consumidor ou por grupos de direitos do consumidor. Se qualquer uma dessas ações de proteção ao consumidor for julgada contra a Companhia em valor relevante, a Companhia poderá ter a sua situação financeira, seus resultados e sua reputação adversamente afetados.

Adicionalmente, a Companhia poderá ser considerada responsável por incidentes com consumidores caso algum dos produtos vendidos nas suas lojas causem reações adversas em seus consumidores. Incidentes envolvendo esses produtos podem ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia. Processos judiciais ou administrativos relacionados a esses incidentes podem ser propostos contra a Companhia, sob as alegações, entre outras, de que os seus produtos estavam defeituosos, danificados, adulterados, contaminados, não possuíam as propriedades anunciadas ou informações adequadas sobre os possíveis efeitos colaterais ou riscos de interações com outras substâncias químicas. Qualquer risco real ou possível para a saúde associado a esses produtos, incluindo a publicidade negativa relacionada a esses riscos, pode levar a uma perda da confiança dos consumidores da Companhia com relação à segurança, eficácia e qualidade dos produtos vendidos em suas lojas. Qualquer alegação dessa natureza contra as marcas ou produtos vendidos pela Companhia em suas lojas pode ter um efeito adverso relevante sobre seus negócios e resultados financeiros.

(g) Riscos Relacionados aos Setores da Economia nos quais a Companhia Atue

Riscos para a saúde relacionados à indústria alimentícia podem afetar adversamente a nossa capacidade de vender produtos alimentícios

Estamos sujeitos a riscos que afetam a indústria alimentícia em geral, incluindo os riscos apresentados pela contaminação ou deterioração de alimentos, a evolução das preocupações nutricionais e de saúde, adulteração de produtos e a percepção pública da segurança dos produtos para a indústria alimentícia como um todo, incluindo, entre outros, como resultado de surtos de doenças ou o medo de tais surtos.

Mesmo que os produtos que vendemos não sejam afetados pela contaminação, a indústria alimentícia poderá enfrentar publicidade negativa se os produtos de produtores alimentícios ou de outros varejistas ficarem contaminados, o que pode resultar na percepção pública negativa sobre a segurança dos produtos alimentícios e em uma redução da demanda de produtos alimentícios na categoria afetada. A perda generalizada da confiança dos consumidores na segurança e qualidade dos produtos alimentícios, além de quaisquer riscos reais ou percebidos para a saúde relacionados a isso, pode ter um impacto adverso e material sobre nós.

A indústria varejista alimentar brasileira é sensível às reduções do poder de compra do consumidor e ciclos econômicos desfavoráveis

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A indústria varejista alimentar brasileira, já passou por diversos períodos de desaceleração econômica que resultaram em declínio nos gastos do consumidor. O êxito das operações nos setores varejistas de alimentos depende de diversos fatores relacionados com os gastos e renda do consumidor, incluindo as condições gerais do negócio, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, taxas de emprego e níveis salariais.

Condições econômicas desfavoráveis no Brasil, ou condições econômicas internacionais desfavoráveis que se refletem na economia brasileira, podem reduzir os gastos do consumidor e a renda disponível, especialmente nas classes de renda mais baixa, que possuem relativamente menos acesso ao crédito e onde as condições de refinanciamento de dívida tendem a estar mais restritas e com maior suscetibilidade aos aumentos da taxa de desemprego. Tais condições podem causar efeito adverso material sobre a posição financeira e os resultados das operações da Companhia.

Devido ao fato de o setor varejista no Brasil ser percebido como voltado essencialmente para o crescimento, a Companhia depende da taxa de crescimento da população urbana brasileira e seus diferentes níveis de renda. Qualquer redução ou desaceleração no crescimento poderá afetar adversamente suas vendas e resultado operacional. O recente surto global de doença causado pelo novo coronavírus (COVID-19) pode atrapalhar as operações da Companhia e ter um impacto negativo nos seus negócios, condição financeira, resultados ou perspectivas operacionais.

A extensão em que o coronavírus e/ou outras doenças afetam a Companhia dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e não podem ser previstos, inclusive novas informações que possam surgir sobre a gravidade do coronavírus e/ou outras doenças e as ações para conte-las e diminuir seus impactos, entre outros. Consequentemente, os negócios da Companhia podem ser afetados negativamente pelo medo de exposição a incertezas relacionadas ou efeitos reais da COVID-19 ou surto de doença semelhante.

O setor em que a Companhia atua é altamente competitivo e ações estratégicas de concorrentes podem enfraquecer a competitividade da Companhia

O setor em que a Companhia atua é altamente competitivo e determinadas ações estratégicas dos concorrentes, tais como abertura de lojas próximas com produtos e serviços diferenciados e preços competitivos podem enfraquecer a competitividade da Companhia.

O aumento da concorrência pode resultar na redução de margens brutas, num declínio do capital de giro e perda de participação de mercado, o que pode afetar a Companhia de forma substancial e adversa. Além disso, os concorrentes da Companhia podem conseguir captar mais recursos para investir no desenvolvimento de seus negócios do que a Companhia. Os concorrentes podem receber investimentos de terceiros, obter investimentos relevantes, ou firmar outros tipos de relacionamentos comerciais com empresas maiores, bem estabelecidas e com uma boa situação financeira. Ademais, a abertura de novas lojas próximas às da Companhia por concorrentes atuais ou futuros pode afetar a rentabilidade das lojas da Companhia, o que pode reduzir o fluxo de caixa e o lucro operacional.

A Companhia pode ser afetada, também, de forma substancial e negativa na medida em que não consiga competir com êxito com os seus concorrentes. As decisões de compra dos consumidores são afetadas por fatores que incluem o reconhecimento da marca, qualidade e desempenho do produto, disponibilidade de crédito, preço e preferências subjetivas dos consumidores. Alguns dos concorrentes podem ter investimentos em *marketing* substancialmente maiores que os nossos. Se as estratégias de *marketing*, propaganda, omnicanalidade e promoções da Companhia não forem bem-sucedidas ou não seja possível à Companhia oferecer novos produtos para atender às demandas do mercado, a Companhia poderá ser afetada de forma adversa. Caso a Companhia não consiga introduzir novos produtos em tempo hábil, ou se seus consumidores finais acreditarem que os produtos dos concorrentes são melhores, as vendas, rentabilidade e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados de forma negativa.

Incertezas relativas a mudanças de padrão de consumo trazidas pelo varejo digital podem impactar e canibalizar vendas do varejo físico.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O setor de varejo vem passando por mudanças significativas em decorrência da transformação digital, o que afetou o padrão e os canais de compra por onde os clientes se relacionam com as marcas. Tendo em vista a exponencialidade da influência da transformação digital sobre o setor de varejo, a Companhia não pode prever eventuais efeitos do crescimento digital em detrimento do varejo físico.

Podemos não ser capazes de nos adaptar de forma suficientemente rápida para atender às exigências dos clientes e preferências e padrões do setor. Podemos nos deparar com alguns obstáculos em busca de uma transformação digital rápida relacionados à cultura corporativa, à complexidade organizacional, e à falta de processos que viabilizam a colaboração e a inserção dos funcionários. Esses desafios podem ser uma limitação no crescimento do nosso e-commerce pela complexidade comercial, organizacional ou tecnológica. Essas mudanças, somadas à urgência no atendimento de novos padrões e práticas do setor, poderão tornar o nosso e-commerce e a nossa tecnologia própria ultrapassada e afetar adversamente nossos resultados. Ainda, no âmbito das compras por meios digitais, nos termos do artigo 49 do Código de Defesa do Consumidor, o consumidor tem o direito de se arrepender de uma compra feita fora do estabelecimento comercial no prazo de até 7 (sete) dias a contar do momento em que recebe o produto, ainda que este não apresente qualquer defeito, cabendo a Companhia aceitar a devolução do produto, ressarcindo ao consumidor o valor pago. Pode, ainda, haver a necessidade de revenda dos produtos devolvidos com desconto, consequentemente, afetando as margens de lucro da empresa, o que tende a se tornar mais comum com o crescimento de vendas por meio de plataformas digitais.

Caso a Companhia não seja capaz de se adequar aos efeitos da transformação digital sobre seus negócios, a Companhia poderá ser material e adversamente afetada em seus resultados, reputação e operações.

(h) Riscos Relacionados à Regulação dos Setores em que a Companhia Atue

Alterações na legislação tributária brasileira, conflitos em sua interpretação e a não renovação, modificação, limitação, suspensão ou revogação dos nossos benefícios fiscais podem impactar adversamente a Companhia, aumentando os impostos que a Companhia é obrigada a pagar

As autoridades fiscais brasileiras implementam regularmente mudanças no regime tributário que podem afetar a Companhia. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas vigentes e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários e permanentes. Algumas dessas mudanças podem aumentar, direta ou indiretamente, nossa carga tributária, o que pode aumentar os preços que cobramos por nossos produtos, restringir nossa capacidade de fazer negócios e, portanto, impactar de maneira material e adversa nossos negócios e resultados operacionais.

Ademais, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. No caso de as autoridades fiscais interpretarem as leis tributárias de maneira inconsistente com nossas interpretações, poderemos ser adversamente afetados, inclusive pelo pagamento integral dos tributos devidos, acrescidos de encargos e penalidades.

Além disso, a pandemia do novo Coronavírus (causador da COVID-19) e a decretação do estado de calamidade podem resultar em impactos socioeconômicos de longo alcance, incluindo uma possível queda da arrecadação no país e uma elevação da demanda por gastos públicos em setores fundamentais. Nesse cenário, os Governos Federal, Estadual e Municipal poderão promover alterações legislativas para impor, ainda que temporariamente, tratamento tributário mais oneroso às atividades da Companhia. Tais medidas poderão afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

A título exemplificativo, existem discussões recentes sobre a possível instituição de novos tributos, tais como o empréstimo compulsório, o imposto sobre grandes fortunas e uma contribuição sobre transações financeiras, bem como foram retomadas discussões sobre a revogação da isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Atualmente existem no congresso brasileiro propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança completa no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria três tributos federais - IPI, PIS e COFINS, o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal, para a criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) que incidiria sobre o consumo. Ademais, recentemente, o Governo Federal apresentou nova proposta de reforma tributária para criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), em substituição às contribuições do PIS e da COFINS, que possuiria alíquota de 12%. Caso haja uma reforma tributária ou quaisquer mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis, que alterem os tributos aplicáveis ou incentivos fiscais/regimes especiais durante ou após seus prazos de vigência, os negócios e resultados da Companhia poderá ser afetados.

Além disso, o regime especial concedido pelo Distrito Federal (Ato Declaratório SEFP/SUREC/COTRI Nº 46/2019) para a filial da Companhia em Brasília (CNPJ nº 04.972.092/0059-49 e CF/DF nº 07.932.321/009-55), o qual atribuiu à filial atacadista a condição de substituta tributária para as operações a serem realizadas com os produtos especificados, por prazo indeterminado, nos termos do Decreto nº 34.063/2012, pode não ser mantido.

Em que pese o referido regime especial apenas alterar o responsável pelo pagamento do tributo devido, diante do cenário brasileiro quanto à concessão de benefícios fiscais, especialmente no que se refere à “Guerra Fiscal entre os Estados”, não podemos afastar o risco de questionamento quanto à constitucionalidade de regime especial relativo ao ICMS, no caso de a legislação estadual que embasa sua concessão não ter sido aprovada no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), por meio do ajuizamento de ações diretas de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (STF), o que pode afetar adversamente os negócios da Companhia.

A Companhia também não pode assegurar que os Estados darão cumprimento às regras para convalidação dos benefícios usufruídos.

No mais, eventual inobservância das regras de convalidação, alteração na legislação tributária ou declaração de inconstitucionalidade da legislação concessiva de benefícios fiscais poderá afetar não somente as atividades da Companhia, mas o setor como um todo.

Destacamos que eventual modificação, limitação, suspensão ou cancelamento do regime especial, em decorrência de questões constitucionais ou descumprimento de requisitos para a sua fruição, podem afetar adversamente a Companhia e suas atividades.

A Companhia está sujeita a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais da Companhia podem ser questionadas pelas autoridades fiscais. A Companhia não pode garantir que os provisionamentos para tais processos, se existentes, serão corretos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional, e que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, os seus resultados operacionais e a sua condição financeira.

As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo controle de estoque, despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") e tribunais administrativos estaduais e municipais, pode afetar negativamente a Companhia.

Os resultados da Companhia poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As práticas contábeis adotadas no Brasil são emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") são emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”). O CPC e o IASB possuem calendários para aprovação de pronunciamentos contábeis e IFRS, o qual poderão sofrer alterações a qualquer momento e sobre os quais a Companhia não possui qualquer ingerência. Assim, a Companhia não consegue prever quais e quando serão aprovados novos pronunciamentos contábeis ou novas IFRS que possam de alguma forma impactar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia. Portanto, existe o risco de que as futuras demonstrações financeiras da Companhia sejam alteradas em razão de novos pronunciamentos contábeis previstos pelo CPC e normatizados pela CVM, bem como do IFRS emitidos pelo IASB, o que poderá afetar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia.

As operações da Companhia poderão ser influenciadas pelas regulamentações específicas para os estados e áreas metropolitanas nas quais atua.

As operações da Companhia poderão ser influenciadas pelas regulamentações específicas para os estados e áreas metropolitanas nas quais atua, tais como leis de zoneamento e restrições ao marketing.

O cumprimento intempestivo ou o não cumprimento das regulamentações aplicáveis poderão resultar em imposição de sanções na esfera civil e criminal, causando efeito adverso para a manutenção dos negócios da Companhia, incluindo: perda de licença para operar uma ou mais lojas ou para exercer determinadas atividades comerciais; ou multas significativas ou penalidades financeiras, podem afetar a Companhia adversamente.

Além disso, mudanças dessas regulamentações poderão restringir as operações da Companhia existentes, limitar a expansão dos seus negócios, e requerer ampliação de sistemas e mudanças operacionais que poderão ser difíceis de ser implementadas.

Regulamentações monetárias impostas pelo Governo Federal podem afetar adversamente a Companhia.

Para oferecer suporte à política monetária, o Governo Federal, por intermédio do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central, introduz periodicamente regulamentações com o objetivo de controlar a taxa de inflação, por meio da alteração dos requisitos impostos aos depósitos compulsórios incidentes sobre os empréstimos e depósitos, de regulação do prazo máximo dos financiamentos e imposição de limitações sobre o montante que pode ser financiado, dentre outras ferramentas. Tais controles são utilizados pelo Governo Federal com o objetivo básico de regular a disponibilidade de crédito e para reduzir ou aumentar o consumo. Por vezes, essas regulamentações afetam a capacidade dos clientes em obter crédito. Alguns desses controles possuem caráter permanente e afetam os negócios por longos períodos. Não há nenhuma garantia de que no futuro o Governo Federal não irá adotar novas regulamentações que possam afetar a liquidez, estratégia de financiamento, o crescimento dos empréstimos ou mesmo a lucratividade da Companhia, bem como a solvência de seus clientes.

A regulamentação da internet e do comércio eletrônico pelo Governo Federal está em constante mutação e mudanças desfavoráveis poderão vir a prejudicar o negócio da Companhia.

A Companhia está sujeita a regulamentações e leis comerciais gerais, assim como a regulamentações e leis regendo especificamente a internet e o comércio eletrônico. De acordo com as leis brasileiras, não há atualmente distinção entre as leis relativas ao comércio eletrônico e ao comércio de varejo. Essas leis e regulamentos atuais e futuros poderão vir a impedir o crescimento da internet ou de outros serviços online. Essas regulamentações e leis podem englobar tributação, privacidade do usuário, proteção de dados, precificação, conteúdo, direitos autorais, distribuição, contratos eletrônicos e outras comunicações, proteção ao cliente, prestação de serviços de pagamento online, acesso residencial à Internet em banda larga e características e qualidade de produtos e serviços. Ainda está incerto como as leis existentes que regem questões tais como propriedade, vendas e tributos, difamação e privacidade pessoal se aplicariam à internet e ao comércio eletrônico. Uma resolução desfavorável com relação a estas questões poderá prejudicar negócio da Companhia, ocasionando uma diminuição na demanda por seus produtos e serviços e um aumento nas suas despesas operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Aumento nas despesas de pessoal devido às novas exigências regulatórias ou às negociações trabalhistas desfavoráveis podem afetar adversamente a Companhia.

O cumprimento de novas legislações, regulamentações das autoridades competentes ou negociações trabalhistas desfavoráveis podem acarretar aumentos das despesas operacionais da Companhia, tais como (i) incrementos salariais, (ii) aumento do número de funcionários nas lojas, nos centros de distribuição e no centro administrativo, (iii) aumento de outras despesas relativas a vendas em loja, e (iv) manuseio e controles nos nossos centros de distribuição.

Não podemos garantir que estes custos adicionais sejam repassados aos preços da Companhia, o que pode impactar a rentabilidade da Companhia e a afetar adversamente.

(i) Riscos Relacionados aos Países Estrangeiros onde a Companhia Atue

Não aplicável, uma vez que a Companhia não atua em países estrangeiros.

(j) Riscos Relacionados a Questões Socioambientais

O não cumprimento da legislação e regulamentação ambiental pode afetar adversamente o nosso negócio

Estamos sujeitos a uma ampla legislação federal, estadual e municipal relacionada à conservação e proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, essa legislação estabelece exigências de licenças ambientais e observância de padrões para o descarte de efluentes, emissões atmosféricas, gestão de resíduos sólidos, parâmetros de emissões de ruídos, uso de água, áreas contaminadas, bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas. Quaisquer violações da legislação e regulamentação ambiental poderão nos expor a sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros.

Além disso, não podemos garantir que essa legislação e regulamentação não se tornarão ainda mais rígidas, exigindo que aumentemos de forma significativa nossos investimentos a fim de cumprirmos com a legislação e regulamentação ambiental. Investimentos ambientais imprevistos poderão reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e afetar adversamente nossos resultados de forma significativa.

O gerenciamento inadequado dos resíduos sólidos gerados pode afetar adversamente o nosso negócio

A Companhia está sujeita ao gerenciamento de seus resíduos sólidos, nos termos da Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 ("Política Nacional de Resíduos Sólidos"), a qual tem por objetivo reunir o conjunto de princípios, instrumentos, diretrizes, metas e ações para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Tendo em vista que os resíduos sólidos gerados poderão, em função de sua natureza, gerar impactos à atmosfera, solo, água subterrânea e ecossistema, durante todo seu ciclo de vida, seja nas dependências do local do empreendimento, seja, principalmente, no local de sua destinação final, fica a Companhia responsável pela segregação, armazenamento, transporte e destinação final de resíduos ou disposição final de rejeitos de forma ambientalmente adequada, podendo também ser obrigada a reparar qualquer sorte de danos ambientais decorrentes da gestão inadequada de tais resíduos.

Ademais, a contratação de terceiros para serviços de coleta, armazenamento, transporte, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta a Companhia da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos resíduos ou rejeitos.

Penalidades administrativas e/ou criminais podem ser aplicadas se a Companhia deixar de cumprir as condições exigidas pela legislação ambiental em relação ao gerenciamento adequado de resíduos sólidos, além da reparação de danos causados ao meio ambiente, o que pode afetar adversamente as suas operações, resultados financeiros, imagem e reputação.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As leis e regulamentos ambientais e de saúde e segurança do trabalho podem exigir dispêndios maiores que aqueles em que atualmente incorremos.

Estamos sujeitos à legislação federal, estadual e municipal, bem como a regulamentos, autorizações e licenças, relativos à proteção da saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente. Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação, podem resultar na aplicação de penalidades civis, criminais e administrativas, tais como imposição de multas administrativas que podem alcançar valores de até R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) no caso de operação de atividades sem licenças, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes (nos termos do artigo 66 do Decreto Federal nº 6.514/2008), cancelamento de licenças e revogação de autorizações, além da publicidade negativa (impacto reputacional) e responsabilidade pelo saneamento ou por danos ambientais. Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais se tornem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. A conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos ambientais em vigor pode causar um aumento nos custos e despesas da Companhia, resultando, consequentemente, em lucros menores.

(k) Riscos Macroeconômicos

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, incluindo a COVID-19, pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e pressão recessiva sobre a economia brasileira, e qualquer surto no Brasil pode afetar diretamente as nossas operações, podendo afetar adversamente e materialmente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Surtos ou potenciais surtos de doenças podem ter um efeito adverso nas nossas operações. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo zika vírus, a provocada pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas.

A declaração da pandemia do COVID-19 pela OMS desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população. No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo algumas das localidades onde possuímos lojas, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de *shoppings*, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos. Além disso, essas medidas influenciaram o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores.

A pandemia da COVID-19 também resultou em volatilidade substancial nos maiores mercados financeiros e indicadores econômicos no mundo e no Brasil, incluindo taxas de câmbio, taxas de juros e spreads de crédito. Por exemplo, em decorrência do aumento da volatilidade, as negociações na B3 foram interrompidas por *circuit breakers* oito vezes em março de 2020 e o valor dos ativos na bolsa foi afetado adversamente. As preocupações do mercado podem resultar em diminuição da liquidez e do acesso a financiamentos nos mercados local e internacional, o que pode afetar a Companhia de maneira significativamente adversa.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A pandemia pode, também, causar perturbações materiais nos negócios e operações da Companhia no futuro como resultado de, por exemplo, quarentenas, ciberataques, absenteísmo do trabalhador como resultado de doença ou outros fatores como medidas de distanciamento social, viagens ou outras restrições. Se uma porcentagem significativa da força de trabalho da Companhia não puder trabalhar, inclusive por motivo de doença ou viagens ou restrições governamentais relacionadas com a pandemia, as operações da Companhia podem ser adversamente afetadas. Um período prolongado de trabalho remoto também pode aumentar os riscos operacionais da Companhia, incluindo, mas não limitado a riscos de cibersegurança, o que pode prejudicar a capacidade da Companhia de gerenciar e operar seus negócios.

Mais especificamente para a nossa operação, pode haver interrupção do abastecimento por parte de nossos fornecedores, ou mesmo por questões de infraestrutura e logística necessárias para a produção, distribuição e comercialização destes produtos, que poderão ser afetadas, bem como afastamento de funcionários. Esses fatores poderão ter um impacto adverso e material nos nossos negócios e nos resultados das nossas operações, bem como na cotação das ações de nossa emissão.

Os potenciais impactos no fornecimento, custos e investimentos necessários para a adaptação e o desenvolvimento dos negócios no cenário de pandemia podem afetar adversamente o fluxo de caixa da Companhia, podendo dificultar o adimplemento regular de suas obrigações tributárias e consequente exposição a encargos de juros de mora e multa, exclusão de programas de parcelamentos de débito, cassação de benefícios fiscais/regimes especiais e eventuais cobranças pelas autoridades fiscais, dentre outros reflexos.

Outro aspecto em decorrência da pandemia que pode afetar adversamente o fluxo de caixa da Companhia diz respeito ao aumento das despesas previdenciárias, em decorrência de adiantamento de férias, demissões e/ou afastamento de funcionários por motivo de saúde.

Ademais, a redução e/ou mesmo suspensão do funcionamento dos órgãos da Administração Pública e a suspensão do trâmite de processos administrativos e judiciais, em razão da decretação de calamidade pública pelo Governo, podem impactar adversamente no resultado originalmente previsto pela Companhia, especialmente quanto à realização de seus ativos vinculados a processos administrativos e/ou judiciais, tais como aqueles pendentes de análise em pedidos de ressarcimento e/ou de restituição de tributos, levantamento de garantias e depósitos judiciais, créditos reconhecidos por decisões judiciais, dentre outros. Este fator também poderá acarretar atrasos na renovação e na emissão de certidões negativas de débitos relativos a créditos tributários e à dívida ativa da União, Estados e Municípios, bem como na entrega de obrigações acessórias perante os órgãos competentes, o que eventualmente poderá afetar adversamente as atividades da Companhia.

Também no contexto da pandemia, eventuais dívidas e passivos registrados pela Companhia fixados ou referenciados em moeda estrangeira poderão sofrer impactos relevantes, não sendo possível mensurar, neste momento, os eventuais efeitos adversos causados à Companhia.

Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento da população ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social pode ter um impacto adverso nos nossos negócios, bem como na economia brasileira. Surtos de doenças também podem impossibilitar que nossos funcionários se dirijam às nossas instalações, seja por prevenção ou por contaminação em larga escala de nossos colaboradores, o que prejudicaria o desenvolvimento dos nossos negócios.

A Companhia pode enfrentar dificuldades para obtenção de novos financiamentos junto a instituições financeiras ou eventuais outras restrições de caixa, o que pode comprometer e/ou dificultar o cumprimento dos *covenants* financeiros aos quais está sujeita no âmbito de suas obrigações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O alcance total do impacto da pandemia do COVID-19 sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia depende dos desdobramentos futuros, inclusive a duração e a disseminação da pandemia, que são incertos e imprevisíveis, especialmente no Brasil, de seu impacto sobre os mercados de capital e financeiro e qualquer nova informação que possa surgir sobre a gravidade do vírus, de sua disseminação para outras regiões, das ações tomadas para contê-la, entre outras. A Companhia não tem conhecimento de eventos comparáveis que possam fornecer uma orientação quanto ao efeito da disseminação do COVID-19 e de uma pandemia global e, como resultado, o impacto final do surto do COVID-19 é incerto. Mesmo após a diminuição do surto do COVID-19, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo, (ii) receio dos consumidores, e (iii) aumento do inadimplemento dos parceiros.

Por fim, o impacto da pandemia da COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos aqui descritos neste Formulário de Referência.

Para mais informações sobre o impacto da pandemia da COVID-19 nos negócios da Companhia vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

A instabilidade política e econômica pode afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais e o preço de nossas ações

O ambiente político brasileiro tem influenciado historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país e a confiança de investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade nos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

Além disso, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no Congresso Nacional poderia resultar em impasse, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as nossas operações. Incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os nossos. Não podemos prever quais políticas o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a nós ou sobre a economia brasileira.

A incerteza política e econômica e quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas. A incerteza sobre se o governo brasileiro implementará mudanças na política ou regulamentação que afetem esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras. Historicamente, o cenário político no Brasil influenciou o desempenho da economia brasileira; em particular, crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, o que afetou adversamente o desenvolvimento econômico no Brasil.

Qualquer queda adicional no rating de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação das nossas ações ordinárias

Os *ratings* de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de *rating* avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores. O Brasil perdeu grau de classificação da sua dívida soberana nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA: Standard & Poor's, Moody's e Fitch.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- Em janeiro de 2018, a Standard & Poor's reduziu seu rating para o BB com uma perspectiva estável, tendo em vista as dúvidas em relação aos esforços de reforma das aposentadorias e eleições presidenciais deste ano.
- Em abril de 2018, a Moody's manteve o rating de crédito do Brasil em Ba2, mas mudou sua perspectiva de negativa para estável, o que manteve em setembro de 2018, citando expectativas de novos cortes nos gastos do governo.
- Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil para BB negativo, nota essa que foi reafirmada em agosto de 2018, com uma perspectiva estável, citando as fraquezas estruturais nas finanças públicas, alto endividamento do governo, fracas perspectivas de crescimento, ambiente político e questões relacionadas à corrupção. O *rating* BB negativo de risco de crédito soberano do Brasil foi reafirmado em maio de 2019.

A classificação de crédito soberana do Brasil atualmente é avaliada abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de *rating* acima mencionadas. Consequentemente, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores, podem levar a novos rebaixamentos. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderá aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das nossas ações.

A desvalorização em condições econômicas e de mercado, em geral, ou a percepção de risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes, pode afetar negativamente a economia brasileira e o preço de mercado de valores mobiliários brasileiros.

O preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado por condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, bem como outros países latino-americanos e de mercados emergentes. Embora as condições econômicas na Europa e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, as reações dos investidores a acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros. Os preços das ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, ou B3, por exemplo, foram historicamente sensíveis a flutuações nas taxas de juros nos Estados Unidos, bem como a variações das principais bolsas dos Estados Unidos. Além disso, as crises em outros países de mercados emergentes podem diminuir o interesse de investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo as nossas ações ordinárias. Esses eventos podem afetar negativamente o preço de mercado das nossas ações ordinárias, restringir o nosso acesso aos mercados de capitais e comprometer a nossa capacidade de financiar as nossas operações no futuro com termos favoráveis ou independentemente dos termos.

Uma eventual recessão e/ou desaceleração econômica global, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes, inclusive em decorrência dos efeitos da pandemia COVID-19, pode afetar negativamente a economia brasileira e por sua vez levar a uma menor atividade comercial e de consumo, bem como a um aumento em nossas perdas e provisões para devedores duvidosos. Se as condições econômicas no Brasil piorarem devido, entre outros fatores, à redução do nível de atividade econômica, à desvalorização do Real, à inflação ou aos aumentos nas taxas domésticas de juros ou ao aumento no nível de desemprego, um maior percentual de nossos clientes pode se tornar inadimplente, causando efeito relevante adverso em nossos negócios.

Na medida em que problemas econômicos em países de mercados emergentes ou em outros lugares afetem o Brasil negativamente, o nosso negócio e o preço de mercado das nossas ações ordinárias também podem ser afetados negativamente.

A diminuição do investimento estrangeiro no Brasil pode afetar negativamente o crescimento e a liquidez na economia brasileira, que, por sua vez, pode ter um impacto negativo sobre os nossos negócios.

A interrupção ou volatilidade nos mercados financeiros globais pode aumentar ainda mais os efeitos negativos sobre o cenário econômico e financeiro no Brasil, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, a eleição presidencial nos Estados Unidos ocorrerá em 3 de novembro de 2020. Campanhas políticas e eleições presidenciais nos Estados Unidos podem gerar incertezas políticas e econômicas em todo o mundo, principalmente nos Estados Unidos e também no Brasil. Além disso, o Presidente dos Estados Unidos tem considerável poder na determinação de políticas e ações governamentais que podem ter um efeito material adverso na economia global e na estabilidade política global. A Companhia não pode garantir que o novo governo manterá políticas destinadas a promover a estabilidade macroeconômica, a disciplina fiscal e o investimento doméstico e estrangeiro, o que pode ter um efeito adverso significativo nos mercados financeiros e de valores mobiliários no Brasil, em empresas brasileiras, incluindo a Companhia, e nos títulos de emissores brasileiros.

A instabilidade da taxa de câmbio poderá ter efeito substancial negativo sobre a economia brasileira e sobre a Companhia

A moeda brasileira tem sofrido forte oscilação com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. Desde 1999, o Brasil adotou um sistema de câmbio flutuante com intervenções do Banco Central na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas.

Em 2016, o Real se valorizou frente ao Dólar em 16,7%, fechando o exercício em R$3,25. Em 29 de dezembro de 2017, a taxa de câmbio Real/Dólar estava R$3,31, aumentou para R$4,03 ao final de 2019. Já em 30 de setembro de 2020 a taxa de câmbio Real/Dólar atingiu R$5,47, especialmente devido à crise gerada pela pandemia do COVID-19. Não se pode assegurar que a desvalorização ou a valorização do real frente ao dólar e outras moedas não terá um efeito adverso para as nossas atividades.

A desvalorização do real pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os nossos resultados, por conta da retração no consumo e do aumento dos nossos custos. Por outro lado, a valorização do real pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. Não exercemos quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil e nem dispõe da capacidade de prevê-la. O negócio, a situação financeira, os resultados operacionais e as nossas perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

Potenciais oscilações das taxas de juros poderão provocar efeito prejudicial nos negócios da Companhia e nos preços de mercado das ações de sua emissão.

Oscilações do cenário prospectivo para as principais taxas de juros tanto da economia brasileira quanto das principais taxas de referência dos mercados desenvolvidos, podem impactar o resultado financeiro líquido da Companhia. O impacto direto de alta de juros se dá na parcela da carteira de investimentos prefixada, impactando negativamente a marcação à mercado destes ativos sensíveis a variação das taxas de juros. Analogamente, reduções expressivas das taxas de juros eventualmente podem impactar o resultado financeiro líquido, vide menor rentabilidade da parcela indexada às taxas flutuantes como CDI e SELIC, podendo em casos de grandes oscilações nas taxas de juros refletir nos preços de mercado das ações de sua emissão.

Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, o índice das taxas médias do CDI foi 5,94%, 6,40% e 9,93%, respectivamente. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o CDI acumulado foi de 3,53%. Oscilações nas principais taxas de juros da economia brasileira podem ter os seguintes efeitos, diretos ou indiretos (i) impacto na demanda por produtos vendidos pela Companhia, (ii) mudança nas taxas de juros de crédito ao consumidor, (iii) mudanças nos termos comerciais com fornecedores e prestadores de serviços (v) impacto na capacidade da Companhia de obter empréstimos, e (iv) aumento do custo do endividamento da Companhia, resultando em maiores despesas financeiras, entre outros. Estes efeitos podem causar tanto queda nas vendas como diminuição da rentabilidade da Companhia, e assim, podem impactar adversamente as atividades e negócios da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A inflação e os esforços governamentais para combatê-la podem contribuir para um cenário de incerteza econômica, afetando adversamente a Companhia e o preço de mercado das suas ações.

No passado, o Brasil registrou altas taxas de inflação, que tiveram, em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas, efeitos negativos sobre a economia brasileira. As taxas de inflação foram de 7,30% em 2019, 7,54% em 2018 e, -0,52% em 2017, conforme medida pelo IGP-M. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o IGP-M acumulado foi de 14,40%. As medidas adotadas pelo governo brasileiro para o controle inflacionário incluíram a manutenção de rígidas políticas monetárias com elevadas taxas de juros, consequentemente restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. O COPOM (Comitê de Política Monetária) frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. A inflação, bem como as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, tem produzido efeitos negativos relevantes sobre a economia brasileira e contribuído para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro, o que pode causar um efeito adverso sobre a Companhia.

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro, talvez a Companhia não possa ajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que poderia aumentar seus custos e reduzir suas margens operacionais e líquidas.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo dos novos empréstimos e financiamentos da Companhia, mas também o custo de seu eventual endividamento, bem como o caixa e equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar da Companhia, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação podem afetar adversamente a Companhia, porque ela poderá contratar empréstimos e financiamentos indexados à variação do CDI e às taxas oficiais de juros de longo prazo (TJLP). Por outro lado, uma redução significativa nas taxas de CDI, TJLP ou inflação pode afetar adversamente a receita de suas aplicações financeiras.

Limitação substancial na capacidade dos nossos acionistas venderem as ações da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem, devido à volatilidade e à falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários, poderão afetar adversamente o valor da sua negociação.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Além disso, o mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais.

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, União Europeia e países de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das ações da Companhia, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o seu acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis. Não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para a Companhia.

Crises em outros países emergentes, inclusive decorrentes de pandemias, como por exemplo o COVID-19, podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que pode prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. Por conseguinte, a capacidade dos acionistas da Companhia de venderem nossas ações pelo preço e no momento desejado poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação de suas ações. Adicionalmente, vendas ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial de das ações da Companhia poderão prejudicar o valor da sua negociação.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

A Companhia descreve abaixo os riscos que conhece e acredita que atualmente podem afetá-la adversamente. Riscos adicionais, que atualmente não são conhecidos pela Companhia ou que a Companhia considera irrelevantes, também podem vir a afetar a Companhia de maneira adversa.

Risco de liquidez

A Companhia está exposta ao risco de liquidez que consiste no risco de a Companhia não poder liquidar seus passivos financeiros quando vencerem.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Entre seis a oito anos
Em 30 de setembro de 2020				
Empréstimos, financiamentos e debentures	38.829	134.454	26.691	-
Fornecedores	91.306	-	-	-
Passivo de arrendamento	66.534	34.859	98.602	72.923
Em 31 de dezembro de 2019				
Empréstimos e financiamentos	67.326	83.036	26.015	-
Fornecedores	97.589	-	-	-
Passivo de arrendamento	56.712	76.504	66.970	34.290

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros.

A Companhia entende que está exposta ao risco de mercado relacionado às taxas de juros e risco cambial, ambos descritos abaixo:

Riscos de taxas de juros e risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de variação de taxas de juros, e ao índice de inflação, o que pode causar um aumento em sua despesa financeira com o provisionamento de juros futuros.

O risco da taxa de câmbio resulta das transações de importação de mercadorias e contratação de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira em decorrência de volatilidade da moeda estrangeira.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da Taxa de Juros (Depósitos Interfinanceiros (DI)), e variação cambial), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à estas variáveis são apresentadas a seguir:

Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros (DI) e variação cambial.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para o Grupo.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros, foram consideradas expectativas de taxas vigentes em data próxima a apresentação das demonstrações financeiras.

Para a análise dos efeitos da variação cambial, consideramos a média ponderada das taxas de câmbio para o vencimento (obtida por meio da curva futura da moeda analisada) dos instrumentos expostos a risco cambial.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

As taxas consideradas foram:

Risco	Cenário I Provável	Cenário II Adverso Provável	Cenário III Adverso Extremo
Juros (DI)	2,00%	2,50%	3,00%

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – DI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros DI, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Saldo 30/09/2020	Ganho/(Perda)		
				Cenário I Provável	Cenário II Adverso Provável	Cenário III Adverso Extremo
Aplicações Financeiras	Diversos	Baixa DI	58.412	16	(65)	(146)
Cédula de Crédito Bancário (Linha de Giro)	abr/22	Aumento DI	25.523	(14)	(66)	(133)
Linha de crédito protegida (4.1.3.1)	fev/22	Aumento DI	60.277	(3)	(15)	(29)
Debêntures (1ª e 2ª Emissão)	Set/2022 - Dez/2023	Aumento DI	113.533	(6)	(30)	(59)

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores distintos àqueles apresentados anteriormente, resultado da subjetividade no processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

A Companhia e sua controlada são partes em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, cível, ambiental e trabalhista, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota, que, considerados individualmente, não são relevantes para a Companhia. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados pela Companhia como processos com chance de perda provável.

Para os fins deste item 4.3, informamos que, em 30 de setembro de 2020, não possuímos processos relevantes em que a Companhia e sua controlada figurem como parte, assim considerados como aqueles que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, e/ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes a que a Companhia estava sujeita em 30 de setembro de 2020, segregados conforme sua natureza.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

Não aplicável, uma vez que não há processos relevantes descritos no item 4.3.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam seus administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou seus investidores ou de suas controladas.

4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

Na data deste Formulário, não há processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou sua controlada sejam parte.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Na data deste Formulário, a Companhia e sua controlada não são partes em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto.

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

Não aplicável

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Termo de Ajuste de Conduta (TAC) nº 70/2019

Data: 9 de julho de 2019

Companhia: Oba Hortifruti Comércio e Importação de Frutas Ltda., incorporada pela Companhia que, por sua vez, assumiu as obrigações de referido TAC.

Origem: IC nº 000043.2016.5.007/2-91

Abrangência: Toda área de atuação no Distrito Federal.

Objeto: conceder a todos os empregados o repouso semanal remunerado de 24 horas consecutivas não permitindo o trabalho em sete dias seguidos sem descanso, a ser usufruído preferencialmente aos domingos.

Penalidades: R$ 5.000,00 por evento; multa devida a cada constatação de descumprimento, ainda que em relação a um mesmo trabalhador e independentemente das providencias judiciais que poderão vir a ser requeridas.

Vigência: indeterminado.

Termo de Ajuste de Conduta (TAC) nº 36/2016
Data: 17/03/2016

Companhia: Grupo Fartura de Hortifruti Ltda.

Origem: IC nº 000809.2014.15.008/0

Abrangência: n/a.

Objeto: **(i)** fazer coincidir o descanso semanal com o domingo pelo menos uma vez no período máximo de 3 semanas de trabalho nas atividades do comércio em geral; e **(ii)** conceder ao empregado um descanso semanal de 24 horas consecutivas.

Penalidades: R$ 250,00 por cada cláusula descumprida.

Vigência: indeterminado.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

Em reunião realizada em 16 de outubro de 2020, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram pela aprovação da Política de Gerenciamento de Riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos"), sendo aplicável à Companhia em todos os seus macroprocessos e operações.

A Política de Gerenciamento de Riscos foi elaborada de acordo com (i) as diretrizes de governança corporativa do estatuto social da Companhia; (ii) o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; (iii) as diretrizes e princípios descritos no Código de Conduta da Companhia; e (iv) possui como fundamento recomendações metodológicas mundialmente reconhecidas, dentre as quais a Gerenciamento de Riscos Corporativos ERM – *Enterprise Risk Management Framework* – COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*).

A Política de Gerenciamento de Riscos define e comunica os papéis e responsabilidades dos principais agentes envolvidos no processo de gerenciamento de riscos.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos visa a estabelecer e divulgar princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos na Companhia, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, monitoramento, comunicação, controle e mitigação de todo e qualquer risco inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar seus objetivos.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca obter proteção para todos os riscos identificados no item 4.1 deste Formulário de Referência, sendo certo que os riscos aos quais a Companhia está exposta são analisados sob a ótica de causas e consequências de eventos e classificados em riscos em (i) estratégicos; (ii) de imagem e reputação; (iii) operacionais; (iv) financeiros; (v) de sustentabilidade; (vi) cibernético e; (vii) de conformidade/legal, os quais, de forma conjunta, representam os Riscos da Companhia.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

O processo de gestão de riscos é composto por:

(i) Identificação dos Riscos: identificação dos fatores (causas) de Riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados).

A identificação dos Riscos possui subfases, todas interligadas e interdependentes, com o objetivo de levantar as principais causas dos Riscos versus os processos críticos de cada área da Companhia, mas alinhada com a visão estratégica e seus respectivos objetivos.

Basicamente, as principais ferramentas para identificação dos Riscos são técnicas de coleta de informações, análise de premissas, listas de verificação, revisão de documentação e opinião especializada por meio de equipe com expertise específica no negócio da Companhia.

O processo considera a priorização dos processos de negócio ou atividade utilizando dois critérios:

- Impacto no negócio: definição das áreas com maior criticidade e exposição a Riscos em que a Companhia está inserida levando-se em conta o ramo de negócio da Companhia e sua complexidade.
- Tempo de tolerância ao Risco: quais as áreas que oferecem menor impacto a operação até o levantamento dos processos e identificação dos Riscos.

(ii) Análise do Risco: A análise de Riscos visa promover o entendimento do nível de Risco e de sua natureza, auxiliando na definição de prioridades e opções de tratamento aos Riscos identificados. Por meio dela, é possível avaliar a probabilidade dos Riscos virem a acontecer e calcular seus respectivos impactos nos processos da Companhia.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

A Companhia adota como metodologia base a análise de Riscos qualitativa, que consiste na utilização de critérios pré-estabelecidos no dicionário de Riscos com uma escala de valoração para a determinação do nível do Risco. A metodologia de análise de Riscos possui dois parâmetros claros a serem considerados:

- Saber qual a probabilidade dos Riscos virem a acontecer, frente à condição existente de cada processo e área de negócio.
- Calcular o impacto, as consequências para o processo impactado.

A análise de Riscos é uma forma de acompanhar a evolução de suas ameaças de maneira geral e com base nesta classificação, cruzando probabilidade e o impacto, a partir disso os gestores terão a Matriz de Riscos de seu processo, priorizando desta forma o tratamento dos Riscos.

(iii) Avaliação: Cálculo do impacto e probabilidade de ocorrência dos riscos sobre os resultados projetados. A relevância dos Riscos possui como parâmetro a Matriz de Riscos. O resultado da Matriz de Riscos é o grau de criticidade, ou seja, qual é a priorização que a Companhia deve tratar cada Risco, frente ao seu apetite ao Risco.

A matriz é dividida em quadrantes e para cada quadrante há uma estratégia de tratamento e priorização. Cabe ressaltar que a responsabilidade em estabelecer o apetite a Riscos é do Conselho de Administração.

A Matriz de Riscos demonstra os pontos de cruzamento (horizontal e vertical) da probabilidade de ocorrência e impacto. Desta forma, pela divisão da matriz em quatro grandes quadrantes, podemos avaliar o nível de vulnerabilidade do processo. Quanto maior for à probabilidade e o impacto de um Risco, maior será o nível do Risco, conforme demonstrado abaixo:

	PROBABILIDADE		IMPACTO
GRAU	**Classificação**	**% de certeza**	**Classificação**
1	Muito baixo	0 a 20%	Muito baixo
2	Baixo	20 a 40%	Baixo
3	Médio	40 a 60%	Médio
4	Alto	60 a 80%	Alto
5	Muito Alto	> 80%	Muito Alto

(i) Proposta de Níveis de Risco: É a exposição e/ou impacto máximo do risco que a Companhia está disposta a aceitar na busca dos objetivos e geração de valor. Nem todos os tipos de riscos são passíveis de aceitação. Após a finalização da etapa de avaliação de Riscos, é iniciado o processo de avaliação do nível do Risco por processo. O nível do Risco é demonstrado para mensurar o grau de Risco dos processos analisados, com o objetivo de facilitar o monitoramento e acompanhamento da evolução do Risco no processo.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(ii) Resposta aos Riscos: A partir dos riscos identificados, avaliados e analisados, a Companhia define e recomenda ações de respostas, considerando as seguintes hipóteses: (i) assumir o Risco: manter o Risco no nível atual de impacto e probabilidade. Não são tomadas ações para lidar com o Risco. Isto pode ocorrer de forma passiva ou ativa; (ii) reduzir: ações para reduzir a probabilidade (de ocorrer) e/ou o (potencial) impacto negativo dele, podem ser estabelecidos novos controles ou aumento de criticidade e frequência de avaliação dos controles existentes; (iii) compartilhar: ações que visam reduzir o impacto e/ou a probabilidade de ocorrência do Risco através da transferência ou, em alguns casos, do compartilhamento de uma parte do Risco; e (iv) evitar: decisão de não se envolver ou agir de forma a se retirar de uma situação de Risco.

(iii) Monitoramento: O monitoramento contínuo dos Riscos e a auditoria interna são partes integrantes e essenciais da gestão dos Riscos, são duas das etapas mais importantes do processo de gestão de Riscos no âmbito organizacional, sendo realizadas continuamente. São monitorados os Riscos, a eficácia e a adequação das estratégias e dos sistemas de gestão estabelecidos para a implementação dos tratamentos dos Riscos, bem como o plano e o sistema de gestão de riscos como um todo.

(iii) A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de Riscos da Companhia considera a atuação conjunta de todos os membros da Companhia, em seus respectivos níveis hierárquicos. Nesse sentido, diferentes departamentos e áreas da Companhia, de acordo com suas atribuições e funções, são responsáveis por identificar, avaliar, tratar e monitorar os Riscos, em conformidade com esta Política. A estrutura de gerenciamento dos Riscos da Companhia foi adaptada a partir do modelo do COSO-ERM, que recomenda a gestão de Riscos através do modelo das 3 (três) linhas de defesa:

(i) 1ª linha de Defesa: a primeira linha de defesa está associada à linha de frente dos negócios da Companhia e inclui todos diretamente competentes para a execução dos controles e implementação das respostas aos Riscos. Trata-se dos Gestores do Riscos, que incluem gerencias operacionais e empregados responsáveis diretos pelos processos.

(ii) 2ª linha de Defesa: a segunda linha de defesa refere-se aos responsáveis pelas funções de *compliance*, controles internos e riscos, com atribuições para administrar o gerenciamento de riscos e controles da Companhia e supervisionar o cumprimento de suas diretrizes. Nesta categoria estão a Área de *Compliance* e Comitê de Ética e de Proteção de Dados ("Comitê de Ética"), responsáveis pela função de *compliance* e a Área de Riscos, responsável pelas funções de riscos corporativos e controles internos.

(iii) 3ª linha de Defesa: a terceira linha de defesa refere-se à atuação da área de Auditoria Interna da Companhia, a quem cabe aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e governança da Companhia. A área de Auditoria Interna se reporta ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria.

São responsáveis pela execução e acompanhamento da Política de Gerenciamento de Riscos: o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria, a Diretoria, os Gestores de Riscos, Área de Riscos, Auditoria Interna, Área de Compliance e o Comitê de Ética.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem competência para monitorar o funcionamento do processo de gestão, acompanhar o perfil de Riscos da Companhia e os planos de ação definidos em resposta aos Riscos. A competência do Conselho de Administração envolve:

(i) aprovar as políticas, diretrizes, matriz de risco, limites de exposição e impactos propostos;

(ii) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia para atender seus objetivos de negócio, incluindo o Apetite de Risco aceitável da Companhia;

(iii) auxiliar a Área de Riscos e o Comitê de Auditoria no desenvolvimento de respostas aos Riscos, com base no Apetite de Risco aceitável da Companhia;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(iv) fornecer, periodicamente, sua percepção do grau de exposição a riscos que a Companhia está exposta e influenciar na priorização dos riscos a serem tratados;

(v) avaliar mudanças ou atualizações à avaliação de risco;

(vi) assegurar, ao Comitê de Auditoria, autonomia operacional, aprovando o orçamento próprio destinado a cobrir despesas com seu funcionamento; e

(vii) receber, por meio do Comitê de Auditoria, o reporte das atividades da Auditoria Interna.

Comitê de Auditoria

Compete ao Comitê de Auditoria da Companhia, órgão autônomo de assessoramento ao Conselho de Administração, além do estabelecido no seu regimento específico:

(viii) avaliar e monitorar o acompanhamento as exposições de Risco da Companhia para desenvolvimento de ações que promovam redução de riscos e ameaças;

(ix) monitorar o cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos e avaliar a performance frente aos limites de Risco aprovados;

(x) recomendar ao Conselho de Administração planos de ação, bem como a inclusão, avaliação e priorização de Riscos;

(xi) recomendar a inclusão, avaliação e priorização na Matriz de Riscos da Companhia;

(xii) acompanhar as atividades da Auditoria Interna e da área de Riscos, quanto à avaliação da efetividade do modelo de gestão de Riscos;

(xiii) auxiliar a área de Riscos a avaliar e monitorar as exposições de Risco da Companhia e a elaborar processos a serem utilizados na sua gestão;

(xiv) avaliar, anualmente, se a estrutura da área de Auditoria Interna e seu orçamento são suficientes ao desempenho de suas funções; e

(xv) receber e analisar os reportes periódicos do Comitê de Ética sobre denúncias acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos da Companhia.

Diretoria da Companhia

Compete à Diretoria da Companhia:

(i) acompanhar periodicamente a evolução da exposição geral aos Riscos, monitorando eventuais planos de ações, considerando os limites aprovados pelo Conselho de Administração;

(ii) implementar as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração;

(iii) disponibilizar recursos (humanos, financeiros e materiais) para a gestão de Riscos e para implementação das ações de eliminação e mitigação de Riscos;

(iv) definir as ações mitigatórias em conjunto com as áreas responsáveis por compliance e controles internos da Companhia; e

(v) participar da avaliação do apetite e limite de tolerância dos Riscos.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Gestores dos Riscos

Como primeira linha de defesa, os Gestores dos Riscos têm a atribuição de implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles, além de informar eventuais modificações destes processos, cabendo-lhes:

(i) identificar e gerenciar os riscos das respectivas áreas de negócios, comunicando-os tempestivamente à área de riscos;

(ii) identificar os fatores de Riscos e indicadores para mensuração e monitoramento dos Riscos;

(iii) fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para a Modelagem de Riscos;

(iv) propor limites para exposição aos Riscos sob a sua responsabilidade;

(v) sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao Risco sob sua responsabilidade;

(vi) desenvolver processos e procedimentos, treinamentos e formas de comunicação que permitam a disseminação de forma consistente nas áreas de negócios, do gerenciamento de Riscos na Companhia;

(vii) cumprir os limites de Riscos aprovados pelo Conselho de Administração; e

(viii) comunicar, tempestivamente, os eventos de Risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas.

Área de Riscos

Como parte da segunda linha de defesa, a Área de Riscos exerce as funções de controles internos e riscos corporativos. Os membros da Área de Riscos não exercem atividades operacionais. A Área de Riscos tem competência para:

(i) estabelecer os processos de gerenciamento de Riscos;

(ii) coordenar e definir os padrões a serem seguidos de ferramentas, metodologias, sistemas de suporte, as formas;

(iii) monitorar o sistema de gestão de Riscos, reportando as atividades de gestão de Riscos ao Comitê de Auditoria, e indiretamente ao Conselho de Administração;

(iv) atualizar a Matriz de Riscos sempre que ocorrer a revisão do plano estratégico ou quando do surgimento de novos fatores de Risco;

(v) liderar e direcionar os esforços e objetivos com as diversas áreas da Companhia;

(vi) implementar os controles e processos de gestão de Riscos definidos pelo Conselho de Administração;

(vii) auxiliar o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria e a Diretoria na análise qualitativa e quantitativa de Riscos corporativos;

(viii) estabelecer priorização dos Riscos a partir do impacto e probabilidade, visando estabelecer uma comparação individual dos Riscos para fins de priorização e gestão;

(ix) buscar melhorias no processo de gestão de Riscos de forma contínua; e

(x) acompanhar as melhorias de processos para mitigar os Riscos corporativos.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Auditoria Interna

Como terceira linha de defesa, a Auditoria Interna é responsável pela auditoria dos processos de gerenciamento de Riscos, controles e governança. A Auditoria Interna se reporta ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, e provê avaliações sobre a eficácia da governança, do gerenciamento de Riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de Riscos e controle. Em síntese, cabe à Auditoria Interna:

(i) prover avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a qualidade e efetividade da gestão dos Riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles internos e do cumprimento das normas e regulamentos associados às operações e negócios da Companhia;

(ii) fornecer relatórios periódicos ao Comitê de Auditoria e, indiretamente ao Conselho de Administração, com avaliações objetivas sobre a eficácia do gerenciamento de Riscos, a fim de promover a cultura de transparência, responsabilização e conscientização sobre os Riscos; e

(iii) inserir no plano de auditoria os processos vinculados aos riscos críticos.

Área de *Compliance* e Comitê de Ética

Também como parte da segunda linha de defesa, a Área de Compliance e o Comitê de Ética são responsáveis por:

(i) elaborar e gerenciar políticas e procedimentos corporativos, especialmente aqueles referentes a compliance;

(ii) contribuir para a revisão da metodologia de avaliação, apetite, tolerância e gestão de Riscos corporativos;

(iii) fazer reportes periódicos ao Comitê de Auditoria sobre denúncias acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos da Companhia;

(iv) auxiliar o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria e a Diretoria na análise qualitativa e quantitativa de Riscos relacionados a Compliance; e

(v) coordenar as melhorias de processos para mitigar os Riscos de *compliance*.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

Nossa administração e diversos órgãos monitoram e avaliam, por meios que consideramos adequados, se as operações que efetuamos estão de acordo com as políticas por nós adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos nossos objetivos.

Em vista de nosso porte, riscos correspondentes e volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo, entendemos que nossa estrutura operacional atual para verificação da efetividade de nossas atividades de gerenciamento de riscos é adequada.

Possuímos Comitê de Auditoria, vinculado ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento. Ademais, a Companhia deve divulgar, anualmente, relatório resumido do Comitê de Auditoria contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas pelo Comitê ao Conselho de Administração.

Possuímos Área de Riscos, responsável por exercer as funções de controles internos e riscos corporativos, auxiliando o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria. Além disso, possuímos Área de Auditoria Interna, responsável pela auditoria dos processos de gerenciamento de Riscos, controles e governança da Companhia.

Por tais motivos, entendemos que a estrutura operacional e de controle internos é adequada para verificar a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos e sempre que necessário revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia entende que os principais riscos aos quais está exposta são tratados nas práticas e objetivos específicos desenvolvidos pelo Comitê de Auditoria da Companhia e está constantemente os monitorando. Adicionalmente, a Companhia entende que a sua Política de Gerenciamento de Riscos atualmente adotada, possibilita o gerenciamento eficaz dos riscos de mercado inerentes às atividades da Companhia, uma vez que a mesma inclui o gerenciamento de riscos de disponibilidade de crédito, risco de cambio e taxa de juros.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

Não aplicável, pois a Companhia informa que não possui política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado.

(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os riscos para os quais a Companhia busca proteção estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas ao qual a Companhia está exposta e que possa impactar negativamente o alcance dos objetivos e de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico de longo prazo. Dentre tais riscos, estão incluídos os riscos mencionados no item 4.2 deste Formulário de Referência, quais sejam: risco de liquidez, risco de câmbio, risco de taxa de juros e risco de crédito.

(ii) estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia utiliza a contratação de derivativos financeiros para fins de proteção patrimonial (hedge) buscando neutralizar a volatilidade do câmbio em atividades de financiamento.

(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

São utilizados derivativos financeiros, como *swap* cambial na contratação de dívida em moeda estrangeira.

(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia não possui limites definidos de exposição aos riscos de mercado.

(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia opera com instrumentos financeiros com o único propósito de proteção patrimonial e previsibilidade de Fluxo de Caixa.

(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Companhia entende que sua estrutura organizacional de gerenciamento de Riscos, a qual atua para garantir a Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos, possibilita também o gerenciamento eficaz dos Riscos de Mercado. Essa estrutura para gerenciamento de riscos da Companhia está disposta da seguinte forma:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem competência para monitorar o funcionamento do processo de gestão, acompanhar o perfil de Riscos da Companhia e os planos de ação definidos em resposta aos Riscos. A competência do Conselho de Administração envolve:

(i) aprovar as políticas, diretrizes, matriz de risco, limites de exposição e impactos propostos;

(ii) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia para atender seus objetivos de negócio, incluindo o Apetite de Risco aceitável da Companhia;

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

(iii) auxiliar a Área de Riscos e o Comitê de Auditoria no desenvolvimento de respostas aos Riscos, com base no Apetite de Risco aceitável da Companhia;

(iv) fornecer, periodicamente, sua percepção do grau de exposição a riscos que a Companhia está exposta e influenciar na priorização dos riscos a serem tratados;

(v) avaliar mudanças ou atualizações à avaliação de risco;

(vi) assegurar, ao Comitê de Auditoria, autonomia operacional, aprovando o orçamento próprio destinado a cobrir despesas com seu funcionamento; e

(vii) receber, por meio do Comitê de Auditoria, o reporte das atividades da Auditoria Interna.

Comitê de Auditoria

Compete ao Comitê de Auditoria da Companhia, órgão autônomo de assessoramento ao Conselho de Administração, além do estabelecido no seu regimento específico:

(viii) avaliar e monitorar o acompanhamento as exposições de Risco da Companhia para desenvolvimento de ações que promovam redução de riscos e ameaças;

(ix) monitorar o cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos e avaliar a performance frente aos limites de Risco aprovados;

(x) recomendar ao Conselho de Administração planos de ação, bem como a inclusão, avaliação e priorização de Riscos;

(xi) recomendar a inclusão, avaliação e priorização na Matriz de Riscos da Companhia;

(xii) acompanhar as atividades da Auditoria Interna e da área de Riscos, quanto à avaliação da efetividade do modelo de gestão de Riscos;

(xiii) auxiliar a área de Riscos a avaliar e monitorar as exposições de Risco da Companhia e a elaborar processos a serem utilizados na sua gestão;

(xiv) avaliar, anualmente, se a estrutura da área de Auditoria Interna e seu orçamento são suficientes ao desempenho de suas funções; e

(xv) receber e analisar os reportes periódicos do Comitê de Ética sobre denúncias acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos da Companhia.

Diretoria da Companhia

Compete à Diretoria da Companhia

(i) acompanhar periodicamente a evolução da exposição geral aos Riscos, monitorando eventuais planos de ações, considerando os limites aprovados pelo Conselho de Administração;

(ii) implementar as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração;

(iii) disponibilizar recursos (humanos, financeiros e materiais) para a gestão de Riscos e para implementação das ações de eliminação e mitigação de Riscos;

(iv) definir as ações mitigatórias em conjunto com as áreas responsáveis por compliance e controles internos da Companhia; e

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

(v) participar da avaliação do apetite e limite de tolerância dos Riscos.

Gestores dos Riscos

Como primeira linha de defesa, os Gestores dos Riscos têm a atribuição de implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles, além de informar eventuais modificações destes processos, cabendo-lhes:

(i) identificar os fatores de Riscos e indicadores para a mensuração e monitoramento dos Riscos;

(ii) fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para a Modelagem de Riscos;

(iii) propor limites para exposição aos Riscos sob a sua responsabilidade;

(iv) sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao Risco sob sua responsabilidade;

(v) cumprir os limites de Riscos aprovados pelo Conselho de Administração; e

(vi) comunicar, tempestivamente, os eventos de Risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas.

Área de Riscos

Como parte da segunda linha de defesa, a Área de Riscos exerce as funções de controles internos e riscos corporativos. Os membros da Área de Riscos não exercem atividades operacionais. A Área de Riscos tem competência para:

(i) estabelecer os processos de gerenciamento de Riscos;

(ii) coordenar e definir os padrões a serem seguidos de ferramentas, metodologias, sistemas de suporte, as formas;

(iii) monitorar o sistema de gestão de Riscos, reportando as atividades de gestão de Riscos ao Comitê de Auditoria, e indiretamente ao Conselho de Administração;

(iv) atualizar a Matriz de Riscos sempre que ocorrer a revisão do plano estratégico ou quando do surgimento de novos fatores de Risco;

(v) liderar e direcionar os esforços e objetivos com as diversas áreas da Companhia;

(vi) implementar os controles e processos de gestão de Riscos definidos pelo Conselho de Administração;

(vii) auxiliar o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria e a Diretoria na análise qualitativa e quantitativa de Riscos corporativos;

(viii) estabelecer priorização dos Riscos a partir do impacto e probabilidade, visando estabelecer uma comparação individual dos Riscos para fins de priorização e gestão;

(ix) buscar melhorias no processo de gestão de Riscos de forma contínua; e

(x) acompanhar as melhorias de processos para mitigar os Riscos corporativos.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

Auditoria Interna

Como terceira linha de defesa, a Auditoria Interna é responsável pela auditoria dos processos de gerenciamento de Riscos, controles e governança. A Auditoria Interna se reporta ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, e provê avaliações sobre a eficácia da governança, do gerenciamento de Riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de Riscos e controle. Em síntese, cabe à Auditoria Interna:

(i) prover avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a qualidade e efetividade da gestão dos Riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles internos e do cumprimento das normas e regulamentos associados às operações e negócios da Companhia;

(ii) fornecer relatórios periódicos ao Comitê de Auditoria e, indiretamente ao Conselho de Administração, com avaliações objetivas sobre a eficácia do gerenciamento de Riscos, a fim de promover a cultura de transparência, responsabilização e conscientização sobre os Riscos; e

(iii) inserir no plano de auditoria os processos vinculados aos riscos críticos.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A administração da Companhia, através dos Diretores e Área de Riscos, monitora e avalia, por meios considerados por ela adequados, se as operações efetuadas pela Companhia estão de acordo com as políticas por ela adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos objetivos da Companhia. A Auditoria Interna também monitora e provê avaliações sobre a eficácia do monitoramento e gestão dos riscos. Por sua vez, o Comitê de Auditoria recebe todas as informações e supervisiona as atividades de gerenciamento de riscos de mercado, por meio de interação com a gestão, de forma a assegurar o cumprimento das diretrizes de riscos estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Desta forma, a Companhia entende que sua estrutura operacional de controle interno está adequada.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia tem como prática monitorar constantemente os riscos do seu negócio, que possam impactar de forma adversa suas operações e resultados, incluindo mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades.

A Administração estabelece alto nível de governança para manter um nível razoável de segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações financeiras.

Com relação às práticas de controles internos: (i) as conciliações contábeis são controladas em sistemas internos utilizados pela Companhia; (ii) o fechamento contábil apenas é concluído após justificativa para as variações relevantes de todas as contas contábeis; e (iii) o balanço e a demonstração do resultado do exercício são revisados mensalmente pela Diretoria de Controladoria e Financeira.

As principais práticas de controles internos da Companhia estão descritos nos seguintes controles estabelecidos:

- A Companhia realiza inventários cíclicos mensais sobre 100% dos estoques das lojas e trimestralmente para os centros de distribuição para garantir o real posicionamento sobre a posição dos seus estoques;

- A Companhia adota o procedimento padrão para conciliação contábil dos itens de ativo imobilizado confrontando as informações constantes no relatório emitido no módulo de contabilidade com os relatórios dos itens do módulo do ativo fixo e adicionalmente ao controle de compras de suprimentos;

- A Administração tem como padrão realizar no período de 5 anos para realizar a gestão física, gerencial e contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, sendo aplicável a todas as unidades e centros de custo da Companhia;

- A área de Contabilidade tem como atividade em realizar conciliações contábeis sobre 100% das contas contábeis patrimoniais no mês;

- Todos os registros manuais contábeis são aprovados pela Gerência da Contabilidade; e

- Para Perda por Redução ao Valor Recuperável do Contas a Receber, a Companhia identifica títulos em aberto cujo recebimento não seja provável, resultado em constituição da provisão de perda.

Adicionalmente às práticas mencionadas, a Companhia tem outros controles e padrões que mitigam a possibilidade do erro, mas acreditamos na eficiência de nossos procedimentos e controles internos, que são adotados para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das nossas demonstrações financeiras.

A Companhia possui ainda área de Auditoria Interna estruturada, cujas atividades são reportadas ao Comitê de Auditoria e regidas por Política de Auditoria Interna própria, a quem cumpre elaborar anualmente um Plano de Auditoria Interna, considerando todas as unidades, processos, atividades e os riscos de maior impacto e relevância de todas as operações, endereçando preocupações da alta administração e do Comitê de Auditoria.

Ainda, cumpre destacar que o Comitê de Auditoria acompanha diretamente, ou por meio da Área de Riscos, as atividades da Controladoria, bem como dos auditores independentes e da Auditoria Interna. A Companhia trabalha de modo contínuo para manter controles internos adequados ao seu porte e operações, monitorando permanentemente o cumprimento de leis, normas, regulamentos, políticas e procedimentos.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A área de Contabilidade é a responsável pela elaboração das demonstrações financeiras mensais e redação das notas explicativas.

O processo de revisão das demonstrações ocorre inicialmente pela própria contabilidade, utilizando os relatórios da área tributária, financeira, estoques, recursos humanos e jurídico.

O processo de aprovação ocorre pela a diretoria da Controladoria e a diretoria Financeira e com a supervisão da área da Auditoria Interna.

A estrutura organizacional de controles internos da Companhia compreende a atuação coordenada de diversos órgãos internos, notadamente (a) a alta administração, composta pelo Conselho de Administração e a Diretoria; (b) área de Riscos; (c) a Auditoria Interna; (d) o Comitê de Auditoria; e (e) as áreas de negócios, no que couber.

Abaixo, um resumo das atribuições dos órgãos em referência no que diz respeito à elaboração de demonstrações financeiras e manutenção de controles internos adequados:

- **Conselho de Administração:** responsável por disseminar a importância da manutenção de processos e controles internos que possam contribuir para mitigar os riscos existentes, bem como pela revisão e aprovação das demonstrações financeiras, e pela fiscalização da atuação da Diretoria;

- **Comitê de Auditoria**: é responsável, dentre outros, por supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar a sua independência e a qualidade dos serviços prestados, bem como acompanhar as atividades da Auditoria Interna e da Área de Riscos. O Comitê de Auditoria reporta-se ao Conselho de Administração.

- **Área de Riscos**: responsável por exercer as funções de controles internos e riscos corporativos, auxiliando o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria, para assegurar que a Companhia possua uma estrutura de controles efetiva na avaliação e mitigação dos riscos que possam impactar suas demonstrações financeiras, incluindo o assessoramento das demais áreas na criação e manutenção de controles e no apoio e revisão na criação de normativos.

- **Diretoria**: é responsável por definir ações mitigatórias em conjunto com a área de Riscos no que diz respeito aos controles internos da Companhia. A Diretoria Financeira é responsável pela revisão das demonstrações financeiras e pela coordenação e supervisão das atividades de contabilidade e controladoria da Companhia.

- **Auditoria Interna**: é responsável, dentre outros, por reportar ao Comitê de Auditoria suas avaliações objetivas da eficácia do gerenciamento de riscos, de modo a assegurar que a estrutura de gerenciamento de riscos e controles internos está operando de forma eficaz.

- **Áreas de Negócios:** responsáveis por desenhar e implementar os planos de ação para tratamento dos riscos aos quais a Companhia está exposta. Nessa instância está incluída a Controladoria.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internas pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O processo de controle interno relativo à elaboração das Demonstrações Financeiras e às práticas contábeis da Companhia está descrito no item 5.3.a deste Formulário de Referência. A elaboração das demonstrações financeiras é supervisionada pela Diretoria de Controladoria e Financeira, pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração, sendo ambos responsáveis por revisar seus aspectos mais relevantes, bem como por assegurar a eficiência dos controles internos da Companhia como um todo.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Há ainda a atuação da área de Auditoria Interna da Companhia que atua para aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia. Dentre os objetivos da Auditoria Interna estão: (i) contribuir para a manutenção de controles confiáveis, avaliando sua efetividade e eficiência e sugerindo melhorias contínuas para mitigação dos riscos; e (ii) propor oportunidades de melhoria para aprimoramento das atividades de gestão, controle e governança.

A Auditoria Interna apresentará ao Comitê de Auditoria o Plano Anual de Auditoria, que orientará seus trabalhos anuais e conterá, dentre outros elementos, (i) a avaliação final dos processos e riscos de negócio; e (ii) os pontos de relatórios de auditoria considerados insatisfatórios no ciclo anterior. Os trabalhos da Auditoria Interna serão, por sua vez, avaliados de forma independente pelo menos a cada 5 (cinco) anos por um revisor ou equipe de revisão qualificado e independente, externo à Auditoria Interna. Caberá ao Comitê de Auditoria definir a periodicidade das avaliações externas e a qualificação e independência dos avaliadores externos, e os resultados da avaliação serão compartilhados também com o Conselho de Administração.

Ademais, a Administração recebe anualmente carta de recomendação dos Auditores Independentes, que conforme requerido pelo art. 25, inciso II, da Instrução CVM n.º 308/99, propõe plano de ação e atua durante o ano para correção dos pontos identificados.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Nos termos do Ofício Circular/CVM/SNC/GNA/n° 01/2019, item 7, os Auditores Independentes possuem um prazo de até 60 dias contados da data da emissão do relatório do auditor para emitir o relatório circunstanciado mencionado neste item. Por esta razão, a Companhia informa que está em processo de obtenção da referida carta, observados os prazos legais. Tão logo as deficiências formalizadas sejam compartilhadas com a Companhia, está fará a devida divulgação por meio deste item.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme mencionado no item (d) acima, tão logo a Companhia tenha acesso ao relatório circunstanciado preparado pelos Auditores Independentes, divulgará seus comentários sobre as eventuais deficiências apontadas.

5.4 - Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os principais princípios éticos, diretrizes e procedimentos que balizam a conduta profissional de administradores e colaboradores e de toda a cadeia de valor e relacionamento da Companhia estão previstos no Código de Ética e Conduta da Companhia.

O Código de Ética e Conduta traz diretrizes claras a respeito de boas práticas nas relações com a Administração Pública, nacional ou estrangeira, e agentes públicos, definindo vedações, orientações e medidas mitigadoras voltadas ao combate à corrupção. O Código de Ética e Conduta ainda exemplifica situações de conflito de interesse que devem ser evitadas pelos colaboradores da Companhia.

O Código de Ética e Conduta também prescreve orientações acerca de como o colaborador deve proceder diante de dúvidas sobre a aplicação e o conteúdo das regras, realçando a responsabilidade dos profissionais para denunciar violações ou suspeitas de violações ao Código de Ética e Conduta por meio do gestor imediato, da Área de Compliance ou por meio do canal de ética externo.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Os órgãos da Companhia responsáveis pelo monitoramento do funcionamento e da eficiência de mecanismos e de procedimentos internos de integridade são o Comitê de Ética e a Área de Compliance.

O Comitê de Ética e a Área de Compliance buscam garantir o cumprimento dos preceitos, princípios, condutas e procedimentos exigidos pela Companhia, preservando a transparência e a lisura de todas as relações de valor mantidas pela Companhia, seus empregados e administradores.

O Comitê de Ética, além das atribuições previstas em seu regimento interno, também é responsável pela apuração e tratamento de denúncias recebidas, nos termos do Código de Ética e Conduta, por meio do canal de ética externo (disponível no endereço: www.canalintegro.com.br/obahortifruti), reportando-as ao Comitê de Auditoria.

A Área de Compliance, por sua vez, promoverá a elaboração e a realização de treinamentos nas integrações de novos colaboradores e anuais para os demais colaboradores da Companhia, sobre a aplicação das disposições do Código de Ética e Conduta.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

Sim, a Companhia possui um Código de Ética e Conduta.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Ética e Conduta se aplica a todos os colaboradores da Companhia, incluindo administradores, empregados e estagiários. Além disso, o Código de Ética e Conduta também é aplicável a terceiros, incluindo fornecedores, consultores e demais prestadores de serviços.

5.4 - Programa de Integridade

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

A Companhia realiza, por meio da Área de Compliance, treinamentos anuais para os seus colaboradores, incluindo administradores, sobre a aplicação das disposições do presente Código de Ética e Conduta.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O Código de Ética e Conduta da Companhia prevê que os colaboradores deverão respeitar não apenas o Código como as leis, as políticas da Companhia e legislação aplicável, sendo que as violações aos princípios éticos, ao Código e às leis aplicáveis sujeitarão os infratores à aplicação de medidas disciplinares, como advertência, suspensão ou demissão (a ser analisada caso a caso) e, ainda, todas as medidas legais cabíveis para o caso.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética e Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 16 de outubro de 2020, e está disponível em ri.obahortifruti.com.br.

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo. Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

A Companhia possui um canal de ética, que é operado por empresa terceirizada, sendo possível o acesso via website www.canalintegro.com.br/obahortifruti e por meio do telefone 08005802773.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de ética está aberto a todos que se relacionam com a Companhia.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O Código de Ética e Conduta da Companhia garante o anonimato e a não retaliação aos denunciantes de boa-fé.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

O Comitê de Ética é responsável pela apuração e tratamento de denúncias recebidas, nos termos do Código de Ética e Conduta, por meio do Canal de Ética, reportando-as ao Comitê de Auditoria.

(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia não adota procedimentos específicos para identificação de vulnerabilidades em processos de fusão, aquisição e reestruturação societária, visto que tais operações societárias não são comuns no dia-a-dia. Sem prejuízo, na hipótese de ocorrência dos casos citados, a Companhia efetuará contratação de serviços especializados (consultorias, auditorias e avaliações jurídicas, conforme aplicável), para a condução de processos de *due diligence* de todos os aspectos necessários para a avaliação dos riscos envolvidos nas operações.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.5 - Alterações significativas

Item não aplicável, uma vez que não houve alterações significativas quanto às práticas adotadas para gerenciamento de riscos no último exercício social. A Companhia esclarece que formalizou em 16 de outubro de 2020, uma Política de Gerenciamento de Riscos conforme descrita nos itens 5.1 e 5.2 acima, a qual reflete as práticas que já eram adotadas no exercício social corrente.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação à seção 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	25/03/2020
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Limitada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve Histórico

Fundada em 1979 por Carlos Alves, a Companhia atua no segmento de varejo alimentar especializado, focada em produtos frescos e perecíveis, como frutas, legumes e verduras (FLVs). A Companhia começou a operar com o nome "Varejão Fartura", e rapidamente iniciou sua expansão para Brasília (DF), em 1980, e Campinas (SP), em 1984, aumentando sua presença no Sudeste e Centro-oeste do país. A primeira loja com a bandeira "Oba Hortifruti" foi inaugurada em Campinas (SP) no ano de 1990, em 1992 foi inaugurada a primeira loja em Brasília e em 1995 em São Paulo. Em 2014 a Companhia abriu sua 30ª loja e hoje, a Rede Oba opera 56 lojas físicas em três estados brasileiros, usufruindo de uma posição de liderança em perecíveis e FLVs, que compõem cerca de 80% de suas vendas.

Até 2017, as operações da Companhia em Brasília e São Paulo operavam de forma segregada, ambas controladas pelo Carlos Alves, mas com sócios distintos em cada empresa. Em maio de 2017, foi feita a fusão das operações de Brasília e São Paulo, passando a operar naquele momento como uma única empresa. Ao longo dos anos de 2017 e 2018 a Companhia realizou um esforço de integração entre as unidades de São Paulo e Brasília, com padronização de identidade de lojas, sistema operacional, contabilidade e equipes de gestão.

Neste mesmo ano, em novembro de 2017, a Crescera Capital (então denominada Bozano Investimentos) ingressou como sócia da Companhia, realizando um aporte de capital através do fundo de investimentos "Crescera Oba Growth Co-invest I FIP" ("Fundo"). Desse modo, a Companhia tornou-se uma investida de *private equity*, o que impulsionou de forma significativa seu crescimento orgânico e fortaleceu sua estrutura de gestão e governança corporativa. A Companhia elegeu seu conselho da administração, e criou comitês de auxílio à gestão, incluindo o financeiro, de expansão e fortalecimentos das equipes de diretoria e gerência da Companhia. Assim a gestão financeira e os controles e processos também foram fortalecidos entre os anos de 2017 e 2019.

Desde a entrada do Fundo no quadro de sócios da Companhia, foram inauguradas 21 lojas, expandindo de 8 para 14 cidades, inclusive com a expansão da operação para o estado de Goiás, em agosto de 2018. Neste período, a Companhia também desenvolveu um novo modelo de lojas chamado "Oba Farm", lojas com maior metragem, maior número de SKU's e ambiente único de vendas, com lojas que se assemelham a fazendas dentro da cidade para personalizar a experiência de compra dos clientes. O modelo "Oba Farm" tem tido sucesso para complementar o modelo tradicional, reforçando o reconhecimento da marca.

Operacionalmente, a Companhia também implementou diversas melhorias, com a criação e expansão de um frigorífico próprio desde em 2018, com capacidade de processamento atual de 81 toneladas por dia de bovinos e 23 toneladas por dia de suínos, além de iniciativas para produtividade em loja. Em 2019, a Companhia concluiu a mudança da sua matriz administrativa para um novo endereço, no condomínio GR Campinas (anteriormente localizado no CEASA Campinas), mesma localização do centro de distribuição principal em Campinas. A mudança permitiu a unificação de toda a sede administrativa, antes segregada entre áreas operacionais e de *back-office*.

Em 2019, aproveitando seu aniversário de 40 anos de fundação, a Rede Oba lançou seu novo logo, mais moderno, e também seu novo slogan: "*Viva o frescor de cada dia".* Como parte desse esforço de modernização, a Companhia iniciou um projeto para desenvolver sua estratégia digital, que foi lançada no início de 2020. A Companhia decidiu ampliar sua estratégia de vendas digitais, até então composta por vendas por telefone, com a criação de um aplicativo de marcar própria, entrada no aplicativo Rappi, automatização de vendas por *WhatsApp* e implementação de modelo de *pick-up-at-store.* Em 30 de setembro de 2020, 55 de nossas 56 lojas já contam com canal de *delivery*, 50 lojas possuem *pick-up-at-stores* e 42 estão presentes dentro de aplicativos de agregadores, como *Rappi*. No período dos nove primeiros meses de 2020, as vendas digitais representaram 5,9% da receita bruta da Companhia.

Para além das vendas digitais, a estratégia de digitalização da Rede Oba passa por conhecer seu cliente de forma a oferecer melhores ofertas e produtos que captem seu interesse. Em junho de 2019, a Companhia lançou o programa Oba Bem Querer, que oferece descontos a clientes cadastrados em sua base e que é capaz de oferecer ofertas mais competitivas e que sejam de interesse do cliente, baseado em seu histórico de compras. Em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía 338 mil clientes cadastrados no programa Oba Bem Querer.

6.3 - Breve Histórico

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia atendia aproximadamente 20 milhões de clientes por ano, oferecendo mais de 47 mil m² em área de vendas. A área de vendas de cada loja varia de cerca de 300 m² a 2.300 m², contemplando uma variedade de formatos de lojas, e oferecendo mais de 12 mil SKUs cadastrados, incluindo frutas, legumes, verduras, açougue, frios, laticínios, produtos de marca própria e importações exclusivas. Dentre os produtos de marca própria, a Rede Oba possui mais de 1.000 SKUs. a operação contempla 2 centros de distribuição, sendo o principal em Campinas/SP, com 21 mil m2 de área total e o segundo em Brasília, com 4 mil m2 de área total.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 6 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Visão Geral

Com mais de 40 anos de experiência no setor de alimentos frescos, o Oba Hortifruti é uma rede varejista especializada em produtos perecíveis frescos de FLV[1] que representam, em média, 77% das vendas das nossas lojas em 30 de setembro de 2020. Desde o início de nossas operações em 1979, calcamos nosso crescimento em 3 pilares estratégicos que entendemos serem essenciais para o nosso sucesso: Experiência de Compra Única, Preocupação Com o Produto e Excelência Operacional.

Oferecemos produtos alimentícios de alta qualidade, com foco em saúde e bem-estar e um comprometimento rigoroso com o atendimento ao cliente. Devido ao nosso foco em qualidade, frescor e atendimento, mais da metade de nossa base de clientes frequenta nossas lojas ao menos uma vez por mês. Essa alta frequência nos oferece uma grande proximidade aos nossos clientes e uma oportunidade de maximizar cada vez mais nosso *share of wallet*[2] com novos produtos.

Buscamos criar uma experiência agradável de compra de alimentos para os nossos clientes, oferecendo produtos de alta qualidade. Esse foco no produto e atendimento foi reconhecido em 2018 e em 2019 pela pesquisa Datafolha, que elegeu o Oba como o melhor hortifruti de São Paulo em suas pesquisas anuais. Para maximizar a qualidade do nosso produto, criamos uma rede de fornecimento diferenciada e exclusiva para determinados produtos, buscando a melhor combinação entre fornecedores locais, que possuem produtos mais frescos, e fornecedores internacionais, que têm uma oferta de produtos de qualidade não encontrada localmente.

Nosso modelo tem como pilar uma logística integrada, dedicada e eficiente baseada em *clusters* ao redor de um centro de distribuição regional. Geralmente nossos *clusters* são formados dentro de um raio de 10 quilômetros a 200 quilômetros a partir desses centros de distribuição. Esse modelo nos permite centralizar o recebimento das mercadorias, avaliar sua qualidade e entregar diariamente – ou, muitas vezes, mais de uma vez ao dia – produtos perecíveis em nossas lojas, proporcionando maior frescor e sabor, sem perda de qualidade destes alimentos. Em nossos centros de distribuição, a qualidade dos produtos é consistentemente controlada através de profissionais especializados, que possuem *know-how* e *expertise*, da utilização de métricas (ex.: teor de semola, brix, crunchiness, entre outros) e de ferramentas específicas que garantem a qualidade, incluindo frescor, doçura, corância, entre outros atributos da categoria de frutas, legumes e verduras ("FLV"), controle esse que seria impossível em um modelo onde as entregas são feitas diretamente em cada loja.

Atualmente contamos com 2 centros de distribuição ("CDs") com um total de mais de 25 mil metros quadrados (conforme Tabela 1 abaixo). Quando interligados entre si, além de abastecer os *clusters*[3], os CDs ainda funcionam como uma rede eficiente de *sourcing* (fornecimento de produtos) local, aproveitando-se da logística entre eles para criar uma logística reversa de *sourcing* que otimiza a utilização dos recursos de transporte e gera uma maior eficiência para os gastos com frete.

Em 30 de setembro de 2020, operávamos 56 lojas distribuídas em 14 cidades, dois estados e Distrito Federal, nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Além dos dois centros de distribuição, contamos também comum frigorífico próprio, que entregou uma produção média de 424 toneladas por mês de janeiro a setembro de 2020.

---

[1] FLV: Frutas, legumes, verduras, açougue e padaria

[2] *Share of wallet* é definido pela participação do estabelecimento sobre a cesta de compras média do consumidor

[3] *Clusters*: Agrupamentos de lojas localizadas em uma mesma região e atendidas pelo mesmo CD

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Tabela 1

Loja	# Lojas	Área Total de Vendas (m²)
São Paulo	20	18.972
Campinas	11	8.321
Brasília	10	4.628
Goiânia	2	2.870
Piracicaba	1	2.320
S. J. dos Campos	1	1.883
Sorocaba	2	1.730
Ribeirão Preto	1	1.321
Americana	2	1.300
Limeira	2	1.268
Barueri	1	1.203
Santo André	1	925
Indaiatuba	1	650
Jundiaí	1	324

Centro de Distribuição	# Lojas Atendidas	Área Total de Armazenagem (m²)
Campinas	44	21.240
Brasília	12	4.200

Nossos dois *clusters* são compostos cada um por um centro de distribuição e um agrupamento regional de lojas em regiões com alta densidade populacional, elevado poder aquisitivo per capita e índices econômicos superiores às médias nacionais, segundo dados do IBGE. Deste modo, estamos posicionados em regiões que possuem um ambiente competitivo atrativo para exploração do nosso formato.

Principais Indicadores Financeiros e Operacionais

A tabela a seguir apresenta, para os períodos indicados, uma seleção de informações financeiras derivadas das nossas demonstrações financeiras consolidadas para os períodos indicados. A tabela também inclui dados operacionais consolidados, que confirmam a resiliência e capacidade de forte crescimento do Oba Hortifruti:

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Variação 2020 x 2019	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Variação 2019 x 2018	Variação 2018 x 2017
Consolidado (R$ mil)	**2020**	**2019**		**2019**	**2018**	**2017**		
Receita Liquida de Vendas	1.273.716	969.115	31,4%	1.330.781	1.147.057	885.148	16,0%	29,6%
Lucro Bruto	517.172	397.585	30,1%	546.485	459.727	361.203	18,9%	27,3%

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Margem Bruta	40,6%	41,0%	-42bps	41,1%	40,1%	40,8%	99bps	-73bps
Resultado financeiro, líquido	-27.067	-22.472	20,4%	-34.756	-13.141	-19.789	164,5%	-33,6%
Lucro Líquido	43.250	25.936	66,8%	21.693	36.102	22.679	-39,9%	59,2%
Margem Líquida	3,4%	2,7%	72bps	1,6%	3,1%	2,6%	-152bps	59bps
Depreciação e Amortização	57.442	43.906	30,8%	60.187	7.979	8.146	654,3%	-2,1%
EBITDA[4]	150.054	103.446	45,1%	127.222	69.992	61.652	81,8%	13,5%
Margem EBITDA	11,8%	10,7%	111bps	9,6%	6,1%	7,0%	346bps	-86bps
EBITDA Ajustado[5] [6]	166.641	113.994	46,2%	146.509	84.517	70.902	73,3%	19,2%
Margem EBITDA Ajustada	13,1%	11,8%	132bps	11,0%	7,4%	8,0%	364bps	-64bps

Canais de Venda

Possuímos uma rede de 56 de lojas físicas em 30 de setembro de 2020, as quais são divididas em dois formatos diferentes: Oba Hortifruti e Oba Farm. A tabela abaixo ilustra a evolução do número de lojas e o comportamento das Vendas Mesmas Lojas entre 31 de dezembro de 2017 e 30 de setembro de 2020.

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Variação 2020 x 2019	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Variação 2019 x 2018	Variação 2018 x 2017
Consolidado (R$ mil)	**2020**	**2019**		**2019**	**2018**	**2017**		

[4] EBITDA: medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM n° 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"), conciliada com suas demonstrações contábeis e Informações contábeis intermediárias, que consiste no lucro (prejuízo) líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelo custo e despesa de depreciação e amortização

[5] EBITDA Ajustado: corresponde aos lucro líquido do exercício adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas com depreciação e amortização, pela depreciação do ativo de direito de uso, por outras receitas (despesas) operacionais líquidas, esta composta por (i) despesas pré operacionais, que são despesas decorrentes da abertura de novas lojas quando essas ainda não estão em operação, (ii) multa tributária, (iii) despesas com reestruturação societária e organizacional, tais como honorários de consultorias de reestruturação, (iv) receitas provenientes de alienação de bens permanentes, (v) ganho na combinação de negócios e (vi) outras receitas (despesas).

[6] Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16 / CPC 06(R2)). Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou a abordagem retrospectiva modificada simplificada. Consequentemente, as informações contábeis de 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16 / CPC 06(R2) e, por isso, não são comparáveis com as informações contábeis de 31 de dezembro de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma, com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso relativo ao arrendamento mercantil e juros pela atualização do passivo de arrendamento, bem como redução das despesas com aluguéis. O impacto dos pagamentos de arrendamentos no EBITDA Ajustado foi de R$55,5 milhões em 2019, R$40,7 milhões nos primeiros nove meses de 2019, R$52,0 milhões nos primeiros nove meses de 2020 e R$66,8 milhões nos últimos doze meses findo 30 de setembro de 2020. O EBITDA Ajustado excluindo o impacto da adoção do IFRS16 seria de R$91,0 em 2019, R$73,3 nos primeiros nove meses de 2019, R$114,6 nos primeiros nove meses de 2020 e R$132,3 nos últimos doze meses findo 30 de setembro de 2020, com Margem EBITDA Ajustada de 6,8%%, 7,6%, 9,0% e 8,1%, respectivamente

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Número de Lojas	56	46	21,7%	49	42	36	16,7%	16,7%
Crescimento de Vendas Mesmas Lojas (SSS) (1)	16,4%	4,3%	n/a	3,1%	5,5%	n/a	n/a	n/a

(1) O Crescimento de Vendas Mesmas Lojas (SSS) é calculado comparando o crescimento das vendas das lojas em operação por mais de 12 meses em cada período.

Também oferecemos aos nossos clientes a opção de realizar suas compras *on-line* através tanto do nosso canal digital próprio como de agregadores como o Rappi.

Lojas Físicas: Oba Hortifruti

Nossas lojas Oba Hortifruti caracterizam-se por possuir uma disposição otimizada quando comparada à média dos supermercados, em que frutas, legumes e verduras são o centro das atenções, colocados em bancadas baixas no centro da loja, permitindo que os clientes vejam a farta seleção dos produtos de primeira linha oferecidos pela Oba Hortifruti. Nossa disposição característica do ambiente das lojas proporciona uma experiência única, oferecendo um serviço de alto nível ao cliente. Nossos estabelecimentos possuem funcionários treinados, que facilitam a venda assistida e proporcionam conveniência e comodidade aos nossos clientes.

Além disso, as lojas Oba Hortifruti oferecem um sortimento de produtos diferenciado, seja pela qualidade e origem dos alimentos frescos, seja pela exclusividade dos nossos produtos de adega (cervejas artesanais, vinhos, entre outros) e mercearia (azeites, molhos, entre outros) que, em diversos casos, são encontrados apenas na nossa rede. O Oba Hortifruti conta com 34 marcas próprias representando cerca de 18% da receita de vendas acumuladas até 30 de setembro de 2020. Nesta mesma data, as nossas lojas possuíam, em média, 834 metros quadrados, com 8 estruturas de caixas por loja e, em média, 4 mil unidades de controle de estoque (ou "*SKU - stock keeping unit*") vendidos por mês.

Lojas Físicas: Oba Farm

O Oba Farm mantém os mesmos princípios de qualidade e atendimento do Oba Hortifruti, porém em um modelo maior e mais temático, que remete a uma fazenda. O mobiliário é composto de madeira rústica, a decoração possui itens típicos de fazendas, com frutas "*animatronics*" (bonecos de robôs mecanicamente automatizados), e a arquitetura externa tem a forma de um celeiro. A disposição segue o mesmo *layout* do Oba Hortifruti, com bancadas de frutas centrais e visão completa e desobstruída da loja. As lojas Oba

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Farm são geralmente maiores do que as lojas Oba Hortifruti e, portanto, carregam também uma variedade maior de itens, tendo em média 1.432 metros quadrados, cerca de 11 estruturas de caixas por loja e em média de 5 mil unidades de *SKU*s vendidos por mês.

Canal Digital

Nosso ambiente digital, lançado em dezembro de 2019, representou 5,9% da receita da Companhia de janeiro a setembro de 2020. Em função da evolução apresentada desde sua inserção, acreditamos que este canal apresenta um enorme potencial de crescimento. Nossa estratégia digital se baseia na mutilicanalidade, isto é, nossos clientes fazem suas compras no ambiente digital enquanto a seleção e embalagem dos produtos acontece em nossas lojas físicas que funcionam como mini CDs, atendendo a região ao redor. Isso permite que aproveitemos toda a infraestrutura e *expertise* já embarcadas nas lojas, e, portanto, que alavanquemos nossas vendas por metro quadrado sem acréscimo significativo de custos.

Nossos funcionários treinados em FLV atuam na seleção e embalagem dos produtos, garantindo que o cliente digital tenha a mesma experiência e qualidade encontradas nas lojas físicas. Dessa forma, nossos canais digitais, assim como nosso canal físico, possuem alta recorrência. Através de um levantamento interno utilizando uma base de dados que contém o histórico de compras dos nossos clientes é possível observar que de janeiro a setembro de 2020, 31,2% dos clientes que realizam compras por meio do nosso canal digital possuem uma frequência de compra superior a 1 pedido a cada 15 dias, e mais de 56,6% de tais clientes possuem frequência de compra superior a uma vez por mês.

Acreditamos que a alta recorrência de compras garante uma forte vantagem competitiva em relação a nossos concorrentes, uma vez que, por meio de iniciativas de inteligência artificial e algoritmos preditivos, desenvolvidos em parceria com a companhia de análise de dados Semantix, que oferecem alternativas e ideias a cada interação com o cliente, conseguimos monitorar de perto o comportamento dos nossos

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

clientes, criando oportunidades de *cross-sell* e *up-sell* na plataforma e gerando ofertas personalizadas a cada interação com o cliente.

Nosso modelo digital também inclui a opção de *in-store delivery,* em que o cliente ganha tempo e comodidade retirando suas compras feitas online na loja física de sua escolha. Nossa plataforma digital conta com um aplicativo próprio, desenvolvido internamente pela Companhia, além de parcerias com agregadores como Rappi[7]. Nossos canais digitais próprios representaram 85,4% da receita com vendas digitais de janeiro a setembro de 2020, enquanto agregadores representaram 14,6%. Acreditamos que este canal direto com clientes é uma forte vantagem competitiva, já que permite um monitoramento mais próximo de seu comportamento e, portanto, gera uma maior capacidade de *up-sell* quando o cliente entra em contato para realizar uma compra.

Infraestrutura atual de nossas lojas e mão de obra especializada permitem um expressivo aumento das vendas online sem a necessidade de aumento significativo de staff e sem impactar os altos níveis de satisfação de nosso cliente

Nossa Estratégia

Buscamos consolidar nossa liderança regional em hortifruti e produtos frescos através da abertura de lojas em *clusters* existentes, bem como na expansão de nosso modelo nacionalmente, por meio da abertura de novos *clusters*. Continuaremos nos apoiando na nossa crescente estratégia de multicanalidade para maximizar nosso acesso à população no entorno de nossas lojas. Especificamente, pretendemos:

Sermos líderes no setor de Hortifruti

Em 30 de setembro de 2020, operávamos 56 lojas nos conceitos Oba Hortifruti e Oba Farm, o que representa aproximadamente o dobro do número de lojas físicas em 31 de dezembro de 2016, quando

[7] O Oba possui um ambiente de compras dentro da plataforma Rappi na seção de varejo de alimentos

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

operávamos 31 lojas. Nossa região de atuação é diferenciada pelo seu poder econômico acima da média nacional e alta densidade demográfica, de acordo com dados do IBGE.

Pretendemos consolidar ainda mais nossa posição de liderança por meio da expansão orgânica, através da abertura de um número significativo de novas lojas nos próximos anos, tanto no formato Oba Hortifruti, quanto Oba Farm. Acreditamos que existe um alto potencial para crescimento em nossos *clusters* atuais, especialmente em razão da possibilidade de preenchimento de lacunas geográficas em praças ou microrregiões nas quais ainda não atuamos. Deste modo, buscamos a consolidação do setor, o qual ainda é bastante fragmentado e pouco explorado pelas grandes redes varejistas de porte nacional.

Oferecer uma experiência diferenciada de compra para nossos clientes

Buscamos oferecer aos nossos clientes um ambiente claro, limpo, com visibilidade desobstruída e uma disposição lógica e eficiente em nossas lojas. Nos orgulhamos de oferecer um mix de produtos diferenciados, com forte presença de marcas próprias ou exclusivas, que oferecem alternativas de alta qualidade e bom custo benefício às grandes marcas *comoditizadas* vendidas pelos grandes varejistas.

Acreditamos possuir uma escala que nos permite ser competitivos em termos de preço ao mesmo tempo que conseguimos oferecer produtos de alta qualidade, com foco em prazer e saúde para o cliente. Na nossa visão, esta relação nos coloca em posição diferenciada quando comparada à hipermercados, supermercados, mercados regionais, quitandas e açougues.

Garantir a oferta de produtos diferenciados, frescos e de alta qualidade

O nosso *sourcing* sempre será um dos nossos principais focos estratégicos, garantindo produtos locais frescos, quando disponíveis, e internacionais, quando necessários. O sortimento e a alta qualidade dos produtos que oferecemos aos clientes, com preços justos, é um fator preponderante para que eles continuem retornando aos nossos estabelecimentos, o que faz da nossa capacidade de *sourcing* um pilar fundamental da nossa estratégia.

Para garantir nosso diferencial em qualidade e quantidade de opções (*SKU's),* contamos com 1.380 fornecedores diretos com os quais possuímos um tempo médio de relacionamento de 6,5 anos. Nossa estratégia de *soucing* inclui atuar de forma ativa junto aos nossos fornecedores para garantir o padrão de qualidade dos produtos disponibilizados aos nossos clientes, como também no desenvolvimento de produtos específicos que julgamos serem mal ofertados no mercado para passarmos a ter a oferta destes produtos dentro dos parâmetros qualitativos e financeiros que buscamos. Em certos casos, buscamos interferir no processo produtivo para garantir produtos de altíssima qualidade, como no caso do frigorífico. Além da qualidade do produto final, a atuação próxima aos nossos fornecedores contribui para a sustentabilidade ambiental, garantindo rastreabilidade dos produtos, controle de resíduos e iniciativas de reciclagem. Um exemplo disto foi a criação da cadeia reversa para garantir a reciclagem dos resíduos dos cocos utilizados na produção de água de coco dentro das lojas. O Oba Hortifruti também apoia produtores e agricultores locais e de pequeno porte, contribuindo para a sustentabilidade de longo prazo da cadeia de fornecimento.

Para garantir a oferta de FLV de qualidade ao longo de todo ano, possuímos uma ampla rede de fornecedores diversificada e com origem em distintas localidades assegurando o fornecimento de produtos frescos, do Brasil e de mais de 25 países, em todas as estações climáticas. Um exemplo desta abordagem é a oferta de cerejas do Oregon/EUA, que possuem logística própria e personalizada para transporte dos EUA ao Brasil, garantindo ao Oba uma antecedência na oferta do produto frente a concorrentes no início da temporada de venda de cerejas.

Excelência Operacional

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Nossa capacidade de oferecer aos nossos clientes produtos locais ou oriundos de outros países e disponibilizá-los diariamente nas prateleiras de nossas lojas, sem qualquer perda de qualidade, é parte crucial da nossa proposta de valor. Para isso, é fundamental que nossa logística seja ágil e eficiente. Nossa estratégia é trabalhar diretamente com fornecedores, cortando elos da cadeia de suprimento tradicional. Essa cadeia mais curta nos permite uma série de benefícios, a saber: (i) captura de margem, aumentando lucro; (ii) agilidade, melhorando o frescor; (iii) minimização de processos, reduzindo perdas e danos aos produtos.

Acreditamos que, a medida em que crescemos, nossa logística se torna ainda mais eficiente. A cada novo *cluster* que abrimos, aumentamos não só a distribuição de produtos, mas também a rede de fornecedores, através da ampliação da nossa rede de relacionamento nestas novas regiões, e a eficiência de nossa logística reversa entre os centros de distribuição.

Fidelização dos clientes

Parte da nossa estratégia também envolve esforços na fidelização dos nossos clientes e, por isso, criamos o programa Oba Bem Querer que oferece ofertas exclusivas para os clientes cadastrados e que completou 15 meses de existência em setembro de 2020 alcançando resultados expressivos, com 338 mil clientes registrados e uma penetração de 45% sobre as vendas em setembro de 2020. A representatividade do faturamento originado pelos clientes Oba Bem Querer sobre o faturamento total da rede cresceu de 8,9% no 3º trimestre de 2019 para 42,7% no 3º trimestre de 2020. Levantamentos internos demonstram que, ao longo do período de existência do programa, clientes Oba Bem Querer possuem recorrência de compras três vezes superior à de clientes não membros, com ticket médio 64% superior.

Adicionalmente, a adesão dos clientes ao programa Oba Bem Querer permite que a Companhia realize estudos mais apurados sobre os seus hábitos de consumo, oferecendo, assim, a oportunidade de promover ações de *marketing* direcionadas. Como exemplo, a Companhia realiza ações focadas em clientes inativos através da identificação dos produtos e categorias que possuem a maior capacidade de atraí-los e fazê-los voltar a comprar no Oba. Uma destas ações, realizada em julho de 2020, atingiu cerca de 52 mil clientes em um mês de campanha, resultando em 36% de reativação.

Crescer de forma sustentável

Também acreditamos que possuímos forte capacidade de expansão em nossos *clusters* atuais. Atualmente temos 15 pontos de possível localização de novas lojas em análise, 3 pontos já contratados e em estágio

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

de projetos e licenciamento e 6 lojas em construção. Além disso, acreditamos que nosso modelo de *clusters* suportados por um centro de distribuição poderá ser replicável nacionalmente. Com isso, estamos em constante análise para abertura de novas regionais.

Nossa estratégia de abertura de novas lojas e de novas regionais passa por um processo de escrutínio detalhado, em que são considerados vários fatores, incluindo: população em um raio de 5 a 15 minutos[8] ao redor da loja, renda per capita, tráfego de pessoas na região, competição, canibalização (concorrência entre nossas próprias lojas) potencial, entre outros. Esses dados são compilados em uma modelagem financeira detalhada pelo nosso comitê de expansão, que considera rentabilidade potencial, prazo de maturação e potencial de crescimento antes de serem levados ao time de gestão para aprovar a iniciativa. Nosso time do comitê de expansão é composto por membros com mais de 15 anos de experiência na área. Nos último 5 anos, fechamos apenas 1 loja, em 2016, demonstrando nossa alta capacidade de executar uma expansão sustentável.

Uso de Inteligência Artificial para Aumentar a Recorrência e Retenção do Cliente

Parte da nossa estratégia de crescimento passa pelo aumento de recorrência e retenção de clientes através do uso de inteligência artificial. De janeiro a setembro de 2020, 11,0% de nossos clientes possuíam frequência superior a uma compra por semana, 30,9% dos nossos clientes possuíam frequência de compra superior a duas vezes por mês e 53,5% da nossa base possuía frequência superior a uma vez por mês. Isto permitiu a construção de uma base de dados robusta para guiar: (i) abertura de canais; (ii) serviço de pós-venda; e (iii) maximização de *share of wallet*.

Os algoritmos de inteligência artificial estão sendo desenvolvidos em parceria com a Semantix, empresa de análise de dados. A construção e evolução da base de dados a partir do cadastro de clientes no programa Oba Bem Querer e da expansão de vendas digitais permite um contínuo aprimoramento dos algoritmos preditivos, que passam a gerar ofertas e ações cada vez mais eficientes junto aos clientes.

Além de algoritmos para aumento de vendas e CRM, o projeto de engenharia de dados também inclui melhorias operacionais como uso de dados para análises de previsão de ruptura de produtos, otimização na gestão de estoque, estratégia de *pricing,* , sugestão de reabastecimento de lojas, entre outros.

Foco contínuo na expansão digital

Nossa excelência em atender o cliente com produtos de altíssima qualidade é complementada por nossa plataforma digital, que alavanca as vendas de nossas lojas e permite que consumidores que não podem ir até as lojas também façam suas compras conosco. A *expertise* de produto detida por nossos funcionários em cada loja permite que as mesmas funcionem como minicentros de distribuição, atendendo a região ao redor de cada loja.

Atualmente, 55 de nossas 56 lojas contam com canal de delivery, 50 lojas oferecem opões de *pick-up-at-store* e 42 lojas estão presentes dentro de aplicativos de agregadores, como o Rappi.

A alta recorrência de compras, aliada a algoritmos preditivos e análise de comportamento dos clientes, resulta em um canal digital com forte potencial de crescimento, margens atrativas e alta fidelidade de clientes.

Verticalização onde necessário para garantir a qualidade e suprimento necessário

---

[8] Raio a depender do comportamento da população na região.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

O foco em qualidade e garantia de fornecimento nos levou a identificar áreas de difícil implementação de nosso controle e padrão de qualidade e que, portanto, poderiam ser internalizadas dentro da operação.

Um exemplo importante disso é o nosso frigorífico, onde produzimos as carnes da marca Oba. Nele utilizamos apenas animais selecionados, sobre os quais temos total controle de origem e interferimos em todo o processo de criação, incluindo a alimentação. Nossa planta atual, localizada em Campinas, é automatizada e possui alto grau de aproveitamento de carcaças, acima de 85% para bovinos e de 75% para suínos.

O frigorífico opera atualmente produzindo cerca de 420 toneladas por mês e possui capacidade com a infraestrutura atual para produção de 81 toneladas por dia de bovinos e 23 toneladas por dia de suínos. Temos também linhas automatizadas para produção de hambúrgueres e carne moída, com capacidade produtiva de 16 e 4 toneladas por dia, respectivamente, através de um processo sem nenhuma interferência humana. Nossa capacidade de produção instalada atual pode atender 5x o que foi produzido entre janeiro e setembro de 2020.

Além do frigorífico, estamos desenvolvendo uma central de frios e estudando a implementação de verticalização para processamento e empacotamento, panificação, entre outros.

Alinhamento às melhores práticas ESG

A Companhia entende que para continuar oferecendo produtos de qualidade e com foco em saúde e bem-estar, ela precisa estar engajada na promoção da sustentabilidade. Desta maneira, os seus negócios são desenvolvidos mantendo as questões ESG alinhadas em toda a sua cadeia através de iniciativas como controle de resíduos, do suporte aos pequenos produtores e da rastreabilidade dos nossos produtos.

Nossos pontos fortes competitivos

Nosso sucesso deriva, em grande parte, dos seguintes pontos fortes competitivos:

Frescor e Garantia de Qualidade de Nossos Produtos

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Nosso sistema de *sourcing* de produtos frescos locais quando disponíveis, e internacionais quando necessários, aliado a um sistema centralizado de recebimento e monitoramento desses produtos, nos permite oferecer a nossos clientes produtos com o mesmo padrão de qualidade em qualquer época do ano.

A qualidade atribuída ao Oba em FLV e produtos frescos em geral, permite alavancar nossa marca própria para categorias ligadas a frescor, saúde e bem-estar, como: sucos, mel, proteínas (carne, peixe, frango), azeites, entre outros. Diferentemente de varejistas tradicionais de alimentos, nossa marca própria não age como um produto de ataque, brigando por preço. Nossa estratégia com marca própria é oferecer a melhor relação custo benefício a nossos clientes, com produtos de alta qualidade, a um preço justo.

Ao longo de 2020, nossas marcas próprias representaram 19,7% sobre a média de faturamento mensal -. Dentre nossas marcas próprias, contamos com o Oba Reserve, marca que oferece carnes de alta qualidade tipo angus, compradas de produtores premium e com interferência direta positiva no processo para garantir uma dieta livre de sementes de algodão, o que pode impactar em até 15% na qualidade final do sabor da carne, segundo diversos estudos do setor. Também oferecemos o Oba Bem Querer, marca própria de sucos e outros alimentos perecíveis, produzidos com ingredientes exclusivos e diferenciados com o controle de qualidade do Oba. Contamos também com marcas próprias de azeite, tomate pelado, goma para tapioca, pizzas, sacolas ecológicas, entre outros.

Além de marcas própria, contamos também com fornecedores nacionais e internacionais exclusivos para itens de adega, mercearia, entre outros.

Experiência de Venda Diferenciada aos Nossos Clientes

Nossa qualidade, aliada um ambiente claro, limpo e agradável, oferece aos clientes uma experiência de compra diferenciada em relação àquela oferecida pela concorrência. As lojas contam ainda com funcionários especializados, que foram altamente treinados em aspectos específicos de cada produto, oferecendo uma venda assistida e especializada.

Nossas lojas também oferecem um ambiente interativo, com degustações diversas e frequentes de vários produtos frescos e de mercearia. Diferentemente dos varejistas tradicionais, que realizam degustações através de funcionários terceirizados por fornecedores, nossas degustações são feitas por funcionários próprios e especializados, gerando maior proximidade com o cliente.

Logística Especializada para FLV

Possuímos um sistema de logística proprietária, que é parte central da nossa estratégia para entregar os melhores produtos aos nossos clientes. Através de conhecimento especializado de cada produto, garantimos a otimização de transporte para manter qualidade e *shelf-life* prolongado. Nossa logística abastece as lojas diariamente, geralmente mais de uma vez ao dia, o que garante maior frescor de produtos e a manutenção da qualidade a qualquer dia e hora, um diferencial quando comparado aos varejistas tradicionais de alimentos.

Omnicanalidade

Iniciamos a implementação de estratégias multicanal em 2019 como forma de alavancar a nossa rede de lojas físicas e proporcionar mais conveniência para nossos clientes. Essas iniciativas incluem a integração entre os canais *online* e *offline* através do nosso *e-commerce*, aplicativos móveis, mídias sociais e telemarketing. Estamos focados em oferecer aos nossos clientes uma experiência de compra simples, rápida, e agradável, mantendo os níveis de satisfação e recorrência elevados. No período dos nove primeiros meses de 2020, atingimos venda digitais de R$ 81 milhões, o que correspondeu a 5,9% da nossa receita bruta.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Alta Capacidade de Alavancagem Operacional

Com uma infraestrutura preparada para um crescimento acelerado, acreditamos que a diluição de custos fixos (diminuição da sua representatividade sobre as receitas totais) e a otimização dos sistemas de gestão e rede de distribuição nos permitirão replicar nosso lucrativo formato de lojas. Além disso, a contínua abertura de novas lojas deve oferecer uma forte oportunidade de melhora de margens, uma vez que a margem de contribuição de EBITDA isolada de cada loja é significativamente maior que a margem EBITDA atual da Companhia consolidada, a qual carrega os custos da administração central.

Time e Cultura

Contamos com uma equipe de gestão altamente qualificada, composta por profissionais experientes, com uma média de 23 anos de experiência nos setores de Varejo e de Alimentos e histórico comprovado de bons resultados financeiros, crescimento e eficiência operacional. Nossa administração construiu uma cultura de proporcionar excelência operacional e de fornecer a melhor experiência ao consumidor.

Adicionalmente, desde o seu investimento minoritário no Oba Horifruti em 2017, a Crescera Capital, um fundo de investimentos brasileiro com forte experiência na gestão de empresas de alto crescimento, tem desempenhado um papel fundamental ao nos proporcionar *know-how* dos mais altos padrões de governança corporativa e ajudando nas discussões de temas estratégicos relacionados ao crescimento e à rentabilidade dos negócios.

Além do nosso time, acreditamos que a cultura desenvolvida ao longo dos nossos mais de 40 anos de existência é um aspecto fundamental do nosso sucesso. Antes de iniciarem suas atividades nas lojas, nossos colaboradores passam por um extensivo treinamento para torná-los especialistas nos produtos ofertados. Acreditamos no processo de aperfeiçoamento contínuo e, por isto, provemos treinamentos constantes para nossa equipe.

Em 30 de setembro de 2020 o Oba possuía 6.902 funcionários. De janeiro a setembro de 2020, foram treinados mensalmente mais de 1.100 funcionários, tendo sido oferecidos em média 32 horas de treinamentos por mês. Além disso, contamos com um forte alinhamento de metas de nossos colaboradores, sendo que cada loja possui metas consolidadas e de produtos e/ou ações especificas que impactam diretamente a remuneração e incentivos de cada colaborador.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

(a) Produtos e serviços comercializados

As atividades da Companhia são exercidas por meio do segmento operacional de varejo, conforme divulgados em suas demonstrações financeiras e listadas abaixo

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

	Período de nove meses findo em		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	30/09/2020		2019		2018		2017	
(em R$ milhões, exceto %)	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total
Varejo	1.273,7	100%	1.330,8	100%	1.147,1	100%	885,1	100%
Receita líquida	**1.273,7**	**100%**	**1.330,8**	**100%**	**1.147,1**	**100%**	**885,1**	**100%**

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

	Período de nove meses findo em		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	30/09/2020		2019		2018		2017	
(em R$ milhões, exceto %)	R$	R$	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total
Varejo	43,3	100%	21,7	100%	36,1	100%	22,7	100%
Lucro líquido	**43,3**	**100%**	**21,7**	**100%**	**36,1**	**100%**	**22,7**	**100%**

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(a) Características do Processo de Produção

Substancialmente, os produtos que comercializamos são adquiridos de terceiros, para posterior revenda ao nosso consumidor final. Alguns itens são entregues em nossos centros de distribuição ou direto em nossas lojas, onde são embalados, como é o caso, por exemplo de peixes, frios e queijos, quando cortados, pesados e embalados nas lojas.

Além disso, temos uma operação de frigorífico onde são processados cortes de carne bovina e suína para venda em loja, assim como centrais de produção de produtos como separação de frutas secas e castanhas e centralização de produção de água de coco, que são feitos nos Centros de Distribuição.

Em relação a seguros de máquinas e equipamentos, a Companhia possui coberturas para deterioração de mercadorias em ambientes frigorificados, danos elétricos, circulação de equipamentos em vias públicas adjacentes e carga e descarga de mercadorias nos locais da Companhia em locais de terceiros.

(b) Características do processo de distribuição

A comercialização dos produtos da Companhia é feita através de lojas físicas, localizadas em dois Estados do Brasil e no Distrito Federal, através de canais digitais, bem como de forma integrada entre canais físicos e digitais. Em 30 de setembro de 2020 a Companhia contava com 56 lojas (47 lojas no formato “Oba Hortifruti”, 8 no formato “Farm” e 1 no formato “Oba Gourmet”), com dois centros de distribuição, além dos canais digitais (aplicativo “Cliente Bem Querer” e *marketplace*).

Objetivando distribuir de maneira eficiente alimentos perecíveis, mantimentos e mercadorias em geral, a Companhia opera dois centros de distribuição estrategicamente localizados no Estado de São Paulo, na cidade de Campinas e em Brasília com uma capacidade total de armazenamento de aproximadamente 25.000 metros quadrados. A localização dos centros de distribuição permite que sejam feitos envios frequentes às lojas, garantia a qualidade de produtos frescos e reduz a necessidade de espaço de estoque interno e limita estoques não produtivos nas lojas.

Os centros de distribuição contam com o suporte de tecnologia da informação, para os processos de recebimento, estocagem, gestão do estoque e expedição das mercadorias de forma rápida e eficiente. Nossa distribuição também conta com frota de veículos própria e terceirizada, em torno de 73% e 27%, respectivamente, otimizando nossos controles e ganhos de produtividade.

<u>Lojas físicas</u>

As lojas “Oba Tradicional” são o formato padrão, com uma média de 750 m^2 de área de vendas, variando de 300 a 1.200 m^2, oferecendo uma variedade de tamanhos e adaptação a diferentes localidades (incluindo loja de rua, galerias e lojas de shopping). As lojas “Oba Farm” são formatos maiores e possuem em média 1.500 m^2 de área de vendas, variando de 1.180 a 2.320 metros quadrados de área de vendas.

Os formatos possuem as mesmas categorias de produtos vendidos, tendo a Oba Farm uma maior variedade de SKUs por lojas. As lojas Oba Farm oferecem uma experiência de compra ainda mais diferenciada, com diversos componentes na loja que remetem a uma experiência de fazenda. Além disso, a Companhia possui um formato de restaurante chamado “Oba Gourmet”, com 1 loja em Limeira/SP.

A taxa de centralização (percentual de produtos oferecidos nas lojas que vem diretamente dos centros de distribuição é de aproximadamente 65% e o restante é entregue de maneira direta às lojas. Essas lojas possuem distâncias diferenciadas que variam entre 10 km e 200 km de distância dos centros de distribuição mais próximos.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Venda via canais digitais (e-*commerce* e *delivery*)

O cliente pode optar por realizar a compra via aplicativo "Oba Hortifruti", disponível nas lojas de aplicativos móveis Apple Store e Google Play, e solicitar a entrega ou retirar os produtos em uma das nossas lojas que oferecem tal serviço ou, ainda, realizar a compra e solicitar a entrega via Rappi.

(c) Características dos mercados de atuação em especial: i. participação em cada um dos mercados; e ii. condições de competição nos mercados;

Setor Varejista Brasileiro

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, o grupo de atividades do comércio varejista apresentou crescimento médio da receita nominal de vendas no acumulado ano de 5,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já o volume de vendas do comércio varejista acumulou alta de 1,8% em 2019, após registrar crescimento de 2,1% em 2017 e 2,3% em 2018, sustentando, dessa forma, crescimento real pelo terceiro ano consecutivo. O crescimento do comércio varejista em 2019 também superou o do PIB, de 1,1%.

Crescimento do volume de vendas do comércio varejista no Brasil

Fonte: IBGE

Esse aumento do volume de vendas pode ser explicado pela combinação de diversos fatores, dentre os quais destacam-se as condições macroeconômicas positivas vivenciadas pelo Brasil nos últimos anos. A taxa de desemprego, por exemplo, caiu de 12,6% em jan/17 para 11,0% em dez/19, enquanto a taxa de juros Selic caiu de 13,65% para 4,40% no período em questão, impulsionando o consumo das famílias devido ao maior poder de compra.

Com relação à sazonalidade do setor, de acordo com o índice nominal de vendas no varejo brasileiro, do IBGE, é possível observar um mercado mais aquecido no 4º trimestre de cada ano, devido à presença de datas festivas como Natal e Réveillon, bem como ao pagamento do 13º salário.

Índice nominal de vendas no varejo brasileiro (média 2014 = 100)

Fonte: IBGE

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio realizada pelo IBGE, o segmento de hipermercados e supermercados mostrou resiliência perante à crise pandêmica do COVID-19, apresentando um crescimento do seu índice nominal do volume de vendas de 6,7% entre janeiro e agosto de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior. Por sua vez, o índice de comércio varejista registrou um decréscimo de 0,9% no mesmo período de análise.

Variação do índice do volume vendas no varejo brasileiro (mês vs. mês do ano anterior)

Fonte: IBGE

Adicionalmente, de acordo com a Cielo, e confirmando a resiliência do setor, o crescimento do faturamento nominal ("ICVA") do setor de supermercados e hipermercados se manteve positivo no ano de 2020, enquanto o ICVA global no Brasil foi negativamente impactado pela pandemia do COVID-19, conforme o gráfico abaixo. O índice ICVA, desenvolvido pela Cielo, indica o crescimento da receita nominal de vendas no varejo ampliado do período, comparando com o mesmo período do ano anterior.

Crescimento do faturamento nominal no Brasil e no setor de supermercados e hipermercados (ICVA)

Fonte: Cielo

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A indústria varejista de alimentos brasileira é altamente competitiva e fragmentada, tendo grande participação de companhias estrangeiras no controle dos principais players do mercado. O Carrefour foi o primeiro varejista internacional do ramo alimentar a se estabelecer no Brasil, tendo aberto seu primeiro hipermercado no país no ano de 1975. Vinte anos mais tarde, em 1995, foi a vez da cadeia norte-americana Walmart, principalmente através da aquisição de cadeias do varejo doméstico alimentar. Em 1999, o grupo francês Casino entrou no mercado brasileiro e, em 2012, tornou-se o acionista controlador da Companhia Brasileira de Distribuição ou Grupo Pão de Açúcar (GPA). O gráfico abaixo representa o faturamento em 2019 dos 10 principais players do mercado de varejo de alimentos, que somados representaram 52,5% do total das vendas do setor, de acordo com estudo da IBEVAR-FIA. Ainda, é possível observar que Carrefour, GPA e Grupo Big (antiga operação do Walmart no Brasil) representam a maior parte do faturamento dentro deste grupo.

Principais players do varejo de alimentos (R$ bilhões - 2019)

Fonte: Ranking 2020 Ibevar-Fia

A Companhia, na data de 30 de setembro de 2020, atuava em 14 cidades com 56 lojas. A concorrência varia de acordo com a localização geográfica de cada uma das lojas que a Companhia possui e considera-se como concorrentes os diversos formatos de lojas de varejo alimentar, a exemplo de lojas de supermercado Grupo Pão de Açúcar e Carrefour, mas a concorrência direta acontece com lojas focadas em hortifruti como, por exemplo, Natural da Terra.

Indústria saudável/Consumo sustentável

Segundo a Nielsen, o consumidor saudável é aquele que vai ao médico pelo menos uma vez ao ano e aumenta o consumo de produtos orgânicos, em detrimento de gorduras, sal, açúcares e industrializados. No Brasil, observa-se que o consumidor passou a adotar uma visão mais holística em relação a essas questões, tornando-se mais saudável: 57% da amostra da população analisada admitiu ter reduzido o consumo de gorduras e 56% indicou ter diminuído a ingestão de sal, de acordo com o estudo “Estilos de Vida 2019” da Nielsen, de modo que a parcela de consumidores considerados saudáveis atingiu 28% em 2018. Além disso, os brasileiros também estão mais sustentáveis, com cerca de 42% da população tendo mudado seus hábitos de consumo em busca de reduzir o impacto no meio ambiente.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Nesse contexto de mudança de hábitos e comportamentos, a venda de produtos saudáveis teve um crescimento expressivo de 12,7% em 2018 sobre 2017, ainda de acordo com a Nielsen. Contudo, mesmo com essa expansão, o segmento de produtos saudáveis ainda representa apenas 5% do faturamento do varejo alimentar, demonstrando um alto potencial de crescimento no setor para os próximos anos. Em busca de acompanhar a mudança de hábito dos consumidores brasileiros, o varejo alimentar passou a investir em saudabilidade e sustentabilidade como parte de sua estratégia de vendas.

Tais mudanças implicam em um aumento no consumo de FLV. Segundo a SuperVarejo, brasileiros que consomem tais produtos costumam comprar em três ou quatro canais: supermercados, mercados de bairro, feiras livres e hipermercados. De acordo com o coordenador do Centro de Excelência em Varejo da FGV, o supermercado é a alternativa mais prática e as feiras livres são a alternativa com melhor preço e qualidade. Nesse sentido, o consumidor busca um local que tenha produtos com alta qualidade e praticidade.

Segundo o relatório “Brasil Food Trends 2020” da Fiesp/ITAL, existem cinco principais tendências no setor que determinam a procura por alimentos: indulgência e prazer; saúde e bem-estar; conveniência e praticidade; qualidade e segurança; e sustentabilidade, como explicado abaixo:

- **Indulgência e prazer:** relacionada com um maior nível de instrução, informação e renda da população, essa tendência se traduz em um maior interesse do consumidor em experimentar novos sabores e diferentes tipos de produtos;
- **Saúde e bem-estar:** o envelhecimento da população somado ao maior conhecimento científico sobre doenças e impacto de diferentes dietas na saúde levaram ao surgimento de uma tendência de procura por alimentos funcionais e nutritivos, com impacto positivo na saúde e bem-estar. Os consumidores procuram hoje produtos cujas características nutricionais contribuam para diferentes condições específicas, como produtos para melhorar a capacidade física e mental, ou associados a benefícios cardiovasculares;
- **Conveniência e praticidade:** com o crescimento dos centros urbanos e aumento da densidade populacional nas cidades, surgiu uma tendência de consumo de produtos de fácil preparação ou até mesmo prontos. Essa tendência se relaciona com a tendência de saúde e bem-estar na medida em que existe uma demanda crescente por produtos de conveniência, como por exemplo frutas embaladas, bebidas à base de fruta preparadas na hora, snacks de frutas ou vegetais, entre outros;
- **Qualidade e segurança:** a maior informação disponível para os consumidores originou uma tendência de preferência por produtos com origem e produção certificadas, que respeitem as regulações e boas práticas de controle de risco. Exemplo disso são os selos de qualidade utilizados para evidenciar singularidades e atributos dos produtos;
- **Sustentabilidade:** além de uma maior preocupação para com a qualidade e segurança dos produtos, outra tendência desenvolvida é a de uma maior preocupação com o meio ambiente e comunidades locais. Atualmente, os consumidores tendem a preferir alimentos que possuem um impacto ambiental reduzido, com pouca emissão de carbono na produção e processamento e que não sejam associados a maus tratos de animais. Adicionalmente, procuram também produtos que contribuam para causas sociais ou comunidades locais.

No Brasil, de acordo com um estudo realizado pela Fiesp/Ibope, a principal tendência identificada no consumo de alimentos é a de conveniência e praticidade (34%), embora exista um equilíbrio com as demais.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A nível global, a indústria de alimentos saudáveis e orgânicos também está sendo positivamente impactada pela tendência dos consumidores de preferência para alimentos com maior qualidade nutritiva, bem como alimentos cuja produção lhes transmite maior confiança. De acordo com o estudo da Greenwald & Associates, realizado em 2018 nos Estados Unidos, os três critérios mais importantes para os consumidores na compra de alimentos são (i) o reconhecimento dos ingredientes listados nas características do produto, (ii) a origem do produto e (iii) o conhecimento sobre o processo de produção desse alimento.

Relativamente ao processo de produção dos alimentos, seis em cada dez consumidores dizem ser importante reconhecer que o alimento adquirido teve uma produção sustentável. É importante destacar que essa proporção aumentou em 50% em relação ao anterior (2017).

Ainda segundo o mesmo estudo da Greenwald & Associates, apesar de os consumidores valorizarem a familiaridade para com determinado produto, quando esse produto é comparado com um semelhante que não possui ingredientes artificiais, sete em cada dez consumidores indicaram preferência pelo produto sem adição de qualquer ingrediente artificial.

Setor de Hortifrúti

De acordo com a unidade de estudo Hortifrúti (parte da Escola Superior de Agricultura, USP), em 2019, o consumo de produtos hortifrúti se manteve praticamente estável, mesmo perante um aumento de preços. O gasto médio por pessoa teve um aumento de 16,0% entre 2018 e 2019 no segmento de hortifrútis básicos, enquanto o salário mínimo subiu apenas 4,6%. Diante desse cenário, o poder de compra frente a esses produtos diminuiu em 2019, inibindo uma maior expansão do setor.

O hábito dos consumidores de supermercado/hipermercado tem mudado muito nos últimos anos, e principalmente agora, com os impactos da pandemia causada pela COVID-19, essas tendências têm acelerado. Segundo o PMA Brasil, nos primeiros 6 meses de 2020 houve um crescimento de 20% nas vendas de FLV versus o mesmo período de 2019. Mais ainda, a pandemia trouxe outras mudanças como o aumento de refeições dentro de casa, aumento no número de pedidos online de produtos frescos, busca por praticidade e aumento de consumo de alimentos indulgentes, como se vê abaixo:

- Devido às restrições dos restaurantes e fechamento de escolas, as pessoas têm passado mais tempo dentro de casa. Consequentemente, segundo a Kantar, a frequência de refeições em casa aumentou mais de 14% para café da manhã, e mais de 35% para almoço e jantar.
- A frequência de compras online aumentou durante a pandemia do COVID-19, devido ao isolamento social. Porém, produtos frescos são mais difíceis de transportar do que produtos industrializados. Nesse sentido, o varejo especializado no hortifrúti tem investido em plataformas para poder transportar seus produtos sem a perda de qualidade.
- Mesmo durante a quarentena, passando mais tempo em casa, consumidores preferem menus e opções mais rápidas para o consumo. Segundo uma pesquisa realizada pela Kantar, cerca de 90% dos entrevistados passam entre 0 e 40 minutos na preparação das refeições.
- O longo período de quarentena no Brasil impactou muito a saúde mental dos brasileiros. Esse impacto gera um aumento de busca por alimentos que trazem prazer, tornando a alimentação uma “recompensa”.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

E-commerce no segmento de varejo

O faturamento do e-commerce no Brasil apresentou crescimento significativo entre 2012 e 2019. Segundo a Ebit, o e-commerce faturou R$62 bilhões em 2019, registrando um crescimento médio anual de 16% desde 2012. Ainda em 2019, atingiu um público de 62 milhões de consumidores que compraram pelo menos uma vez nesse período, acréscimo de 6% em relação a 2018, representando um crescimento médio anual de 12% desde 2013. Adicionalmente, seguindo a tendência de crescimento nos volumes, os tickets médios também cresceram entre 2012 e 2019 a um CAGR de 3%, chegando em R$417 gastos em média por transação em 2019.

Faturamento do e-commerce no Brasil (R$ milhões)

Fonte: Ebit

Entretanto, mesmo com o forte crescimento dos últimos anos, a penetração do e-commerce no varejo brasileiro continua baixa, em torno de 4% a 5% das vendas totais do varejo, em comparação a 11% nos Estados Unidos, 18% no Reino Unido e 30% na China. Recentemente, e impulsionado pela pandemia, no segundo trimestre de 2020, os principais players listados no setor de varejo alimentar apresentam uma penetração do e-commerce média de 6,8%.

Penetração do e-commerce no total de vendas 2T20 (%)

Fonte: GPA, Carrefour, Cencosud

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Assim, ainda é possível enxergar uma ampla oportunidade de crescimento para segmento no país, corroborada pelo acesso da população brasileira a mais de 100 milhões de cartões de créditos ativos, de acordo com o Banco Central do Brasil (2019), e também por fatores socioeconômicos, como será mostrado a seguir. O primeiro fator é a numerosa população jovem do país, que, de acordo com o IBGE (Censo 2010), soma aproximadamente 113 milhões de pessoas abaixo de 35 anos. Além disso, esse potencial de expansão é reforçado pelo crescimento de consumidores digitais no país (6,0% em 2019), superior a outros países desenvolvidos, como o Estados Unidos, que apresentou crescimento de 0,6%. Ainda, o perfil do consumidor eletrônico brasileiro é bastante diversificado: a idade média dos consumidores é de 42,1 anos, com participação relevante de grupos de várias idades, e a proporção de gêneros é bastante equilibrada, 52% dos compradores online são mulheres, e 48%, homens.

A rapidez e facilidade de acesso à informação na internet e comparação de preços praticados, que no comércio eletrônico em geral estão abaixo daqueles do varejo físico, aumentam ainda mais a perspectiva de maior representatividade deste canal. A busca online já possui hoje um papel protagonista no suporte ao consumidor para decisão de compra.

Com relação ao e-commerce no segmento de varejo alimentar, devido ao COVID-19, muitos supermercadistas implementaram e aprimoraram plataformas de vendas on-line para atender à alta demanda de clientes, que passaram a evitar a ida às lojas físicas e a comprar alimentos e outros produtos do dia a dia por meio da internet, recebendo-os em casa. Porém, produtos perecíveis como FLV normalmente são escolhidos pelo próprio consumidor na loja física, causando um desafio ainda maior para esse segmento. Mesmo com essas dificuldades, varejistas especializados obtiveram um grande aumento em suas vendas online. No caso da Companhia, as vendas dos canais digitais representaram 5,9% da receita de vendas no período findo em 30 de setembro de 2020, comparado com 0,5% no mesmo período de 2019.

Outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia

Benefícios fiscais ou Subsídios

A Companhia atualmente usufrui de regime especial concedido pelo Distrito Federal (Ato Declaratório SEFP/SUREC/COTRI Nº 46/2019) para a filial da Companhia em Brasília (CNPJ nº 04.972.092/0059-49 e CF/DF nº 07.932.321/009-55), o qual atribuiu à filial atacadista a condição de substituta tributária para as operações a serem realizadas com os produtos especificados, por prazo indeterminado, nos termos do Decreto nº 34.063/2012.

Salientamos que eventual descumprimento dos requisitos exigidos para a fruição do regime especial, das regras de convalidação ou reforma das legislações podem impactar na fruição dos benefícios fiscais/regimes especiais e, consequentemente, na atividade da Companhia, conforme descrito no item 4.1.

Situações de monopólio ou oligopólio

O mercado de atuação da Companhia não é caracterizado pela presença de monopólio ou oligopólio.

Custo de matéria prima e outras despesas

Não se aplica, pois a Companhia é uma prestadora de serviço e não depende de matéria prima para exercício de suas atividades. Ademais, a Companhia não possui outras despesas não relacionadas com suas atividades operacionais, não possui um principal insumo e/ou matéria prima que esteja relacionado a uma parcela significativa dos produtos comercializados ou de sua receita.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Dependência de tecnologia

Nosso modelo de negócios não é dependente de tecnologia.

Utilização de concessões e franquias

A Companhia não utiliza concessões e franquias.

(d) Eventual sazonalidade

A média da receita líquida de vendas durante o quarto trimestre fica geralmente de 6% a 9% acima da média da receita líquida de vendas durante os outros trimestres.

Historicamente o varejo brasileiro de alimentos é impactado pela sazonalidade, principalmente no quarto trimestre em decorrência da época de festas de final de ano e mais recentemente no Brasil a tradicional Black Friday na última semana do mês de novembro, e que estão ajudando a impulsionar as vendas neste período.

Por conta do período de Páscoa, também há um intenso movimento no mercado de varejo alimentar nos meses de março ou abril. Nesta época são ofertados produtos específicos para a ocasião, o que amplia as vendas principalmente nas categorias de peixes e seus derivados, chocolates e os tradicionais ovos de Páscoa, bem como de bebidas e azeites.

A sazonalidade relacionada à disponibilidade de alguns produtos (tais como frutas e verduras) não afeta os resultados da Companhia devido à ampla e diversificada seleção de produtos que são oferecidas aos clientes.

(e) Principais insumos e matérias primas

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

As atividades da Companhia não estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental.

A Companhia possui relacionamento mercantil com seus fornecedores, normalmente visando um planejamento de curto, longo e médio prazo para garantir o fornecimento de mercadorias de acordo com sua estratégia de negócios.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia não possui dependência de poucos fornecedores

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

A Companhia não possui volatilidade em seus preços.

Considerando os itens (i) e (iii), devido a sua base diversificada de produtos, a Companhia não possui um principal insumo e/ou matéria prima que corresponde a uma parcela significativa dos itens comercializados.

A Companhia mantém um grande número de fornecedores em seu portfólio para fins de suprimento e melhores negociações na aquisição das mercadorias, não estando sujeita ao item (ii) de eventual dependência dos poucos fornecedores.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Não aplicável, visto que nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida das vendas da Companhia no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e no exercício social de 31 de dezembro de 2019.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, visto que nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida das vendas da Companhia no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e no exercício social de 31 de dezembro de 2019.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Regulamentação Imobiliária

A operação normal dos nossos estabelecimentos está sujeita, entre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de alvará de licença de uso e funcionamento, emitido pela municipalidade competente, e licença do corpo de bombeiros competente, autorizando a operação regular do estabelecimento em questão. Em determinados municípios, a comprovação da regularidade da edificação do ponto de vista urbanístico e construtivo também é exigida, de modo que deve existir um habite-se válido para a edificação.

Em relação a todos os locais que ocupamos para o exercício de nossas atividades, devemos obter e renovar periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estabelecimentos que violem esses regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de autos de infração, multas pelas autoridades competentes (cujo valor somente é determinado no caso específico), cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que a Companhia ficará impedida de operar no respectivo imóvel até a devida regularização, podendo, inclusive, culminar no fechamento administrativo do imóvel), não pagamento do prêmio do seguro em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

Regulamentação sobre Proteção de Dados

As normas sobre privacidade e proteção de dados no mundo têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais, ou seja, toda informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável, podem ser utilizados pelas organizações. No Brasil, especificamente até o ano de 2018, o tema era tratado pelo judiciário de forma casuística e pontual, por meio da interpretação de uma séria de dispositivos legais esparsos e setoriais, quais sejam: (i) a Constituição Federal Brasileira, que estabeleceu como direitos constitucionais o direito à intimidade, à vida privada e à imagem; (ii) a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), que trouxe contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores, estabelecendo, inclusive, que o consumidor deve ter acesso aos dados pessoais que constam em tais bancos de dados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes; (iii) a Lei nº 12.414/11 (Lei do Cadastro Positivo), alterada em 2019, que estabeleceu regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores, determinando que é direito do cadastro, dentro outros, ser informado sobre a identidade do gestor e sobre o armazenamento e objetivo do tratamento dos seus dados pessoais, e, ter os seus dados pessoais utilizados somente de acordo com a finalidade para a qual eles foram coletados; (iv) a Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet), que tratou em diversos artigos sobre a proteção da privacidade e dos dados pessoais dos usuários no ambiente online, mas, não definiu o conceito de dados pessoais; e (v) o Decreto nº 8.771/16 que regulamentou o Marco Civil da Internet, que definiu dados pessoais como aqueles relacionado à pessoa natural identificada ou identificável, tais como números identificadores, dados locacionais ou identificadores eletrônicos, quando estes estiverem relacionadas a uma pessoa.

No entanto, em agosto de 2018, foi promulgada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 - "LGPD"), que regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral (e não mais apenas setorial), trazendo um sistema de regras novo com relação ao tratamento de dados pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia incluindo as empresas que tratam um maior volume de dados pessoais, como é o caso da Companhia, que coleta uma série de dados pessoais sensíveis, tais como dados referentes à saúde ou à vida sexual, dados genéticos ou biométricos, para poder exercer suas atividades.

A LGPD tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais, criando um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais dados pessoais, trazendo novas obrigações a serem observadas. A título exemplificativo, a LGPD estabelece uma série de princípios que devem ser observados no tratamento de dados pessoais, quais sejam finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Além disso, referida lei (i) prevê diversas hipóteses autorizadas do tratamento de dados pessoais (não mais apenas o consentimento, como previsto no Marco Civil); (ii) dispõe sobre uma gama de direitos dos titulares de dados pessoais; e (iii) prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de uma multa, no valor equivalente a até 2% (dois por cento) do faturamento da organização no Brasil. O âmbito de aplicação da LGPD abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais, inclusive em ambiente online, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados destina-se a oferecer ou fornecer bens ou serviço ou a processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estejam localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados.

Após a publicação da LGPD, esta foi alterada por meio da Lei 13.853/2019 que, dentre outras providências, criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), autoridade garantidora da observância das normas sobre proteção de dados no Brasil, que terá poderes e responsabilidades análogas às autoridades europeias de proteção de dados, exercendo um triplo papel de (i) investigação, compreendendo o poder de solicitar informações de controladores e operadores de dados pessoais; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de fomentar o conhecimento sobre proteção de dados e medidas de segurança no país, inclusive, emitindo resoluções sobre a forma como a LGPD deve ser interpretada e, promovendo padrões de serviços e produtos que facilitem o controle de dados e elaborando estudos sobre práticas nacionais e internacionais para a proteção de dados pessoais e privacidade, entre outros.

Nesse sentido, vale destacar que apesar da publicação do Decreto nº 10.474/2020, em 26 de agosto de 2020, até o presente momento a ANPD não foi efetivamente estruturada pelo poder público, ou seja, os membros de seu Conselho Diretor ainda não foram nomeados pelo Presidente da República para posterior aprovação pelo Senado, conforme estabelecido pela LGPD.

Ademais, relevante esclarecer que a LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020 quanto a maior parte de suas disposições, exceto quanto à aplicabilidade de suas sanções administrativas (arts. 52, 53 e 54), cuja entrada em vigor está prevista para ocorrer no dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020. Neste cenário, todavia, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD, mesmo antes de agosto de 2021, tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por órgãos de defesa do consumidor, em razão da não efetiva estruturação da ANPD.

A Companhia desconhece falhas ou suspeitas de falhas de *compliance* relativos a área de TI, bem como fraquezas, riscos ou vulnerabilidades significativas de seus sistemas internos. Além disso, a Companhia está em processo de adaptação às disposições e obrigações impostas pela LGPD, o que implicará em adaptação de grande parte de suas operações e modelos de negócios, que terão de ser adaptados aos limites estabelecidos em referida lei, implicando assim em revisão de políticas, processos internos e práticas comerciais. Tais adaptações podem resultar em custos e impactos nos resultados da Companhia.

Se a Companhia não for capaz de adequar seus processos e implantar as medidas requeridas para o pleno atendimento da LGPD, além dos riscos de propositura de ações judiciais e multas previstas em outras legislações mencionados acima, a partir de 1º de Agosto de 2021, a Companhia poderá sofrer as sanções administrativas aplicáveis pela ANPD previstas em lei, quais sejam (i) advertência com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, (ii) multa simples, de até 2% (dois por cento) do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração, (iii) multa diária, observado o limite total a que se refere ao item imediatamente anterior, (iv) publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência, (v) bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização, (vi) eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração. Em caso de reincidência, sanções mais severas à Companhia, como suspensão do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador; suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; e proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Regulamentação Sanitária

Em âmbito federal, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA") é responsável pela promoção da proteção da saúde da população, bem como pelo controle sanitário da cadeia de produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, incluindo os ambientes, processos, insumos e tecnologias a eles relacionados.

Dentre os produtos sujeitos à vigilância sanitária destacam-se os alimentos, cosméticos, produto de higiene pessoal, perfumes, produtos para saúde e saneantes. Empresas que pretendem praticar atividades com tais produtos devem se ater às regras e exigência da ANVISA, aplicáveis para cada tipo de produto, como, a depender, à necessidade de obtenção de autorizações para funcionamento das empresas.

A Autorização de Funcionamento ("AFE") autoriza o funcionamento de estabelecimentos para a prática de determinada atividade, após analisado se atendidos os requisitos técnicos e administrativos constantes na Resolução da Diretoria Colegiada nº 16, de 1º de abril de 2014 ("RDC nº 16/2014"). Vale ressaltar que a ANVISA não emite AFE para estabelecimentos do setor alimentício especificamente, sendo necessária a obtenção de licença ou alvará sanitário junto ao órgão local de vigilância sanitária competente no Estado ou no município.

De acordo com a RDC nº 16/2014, a comercialização varejista de cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, produtos para saúde de uso leigo (produto médico ou produto diagnóstico para uso *in vitro* de uso pessoal que não dependa de assistência profissional para sua utilização, conforme especificação definida no registro ou cadastro do produto junto à ANVISA) e saneantes não implica a necessidade de obtenção de AFE, estando os estabelecimentos que realizam tais atividades dispensados de sua obtenção.

Entretanto, a atividade de distribuição que compreende o comércio de produtos sujeitos a controle sanitário entre pessoas jurídicas, tais como os produtos listados no parágrafo acima, como realizado pelos centros de distribuição da Companhia, requer AFE para o regular desempenho de suas atividades.

No âmbito estadual, distrital ou municipal, os departamentos de vigilância sanitária locais ("VISA") são os responsáveis pela fiscalização das ações sanitárias, atuando em conjunto ao controle sanitário federal, de forma descentralizada.

Assim, empresas que pretendam praticar atividades com produtos sujeitos ao controle sanitário, como por exemplo comércio de alimentos, devem também se ater às regras e exigências da VISA situada na respectiva unidade federativa em que o estabelecimento se encontra, como a necessidade de obtenção de licenciamento sanitário consistente na emissão de alvará sanitário que autoriza seu funcionamento ou operação, de acordo com a atividade desenvolvida.

Para a emissão do alvará sanitário são realizadas inspeções no local para análise das condições de acondicionamento, armazenamento, comercialização, manuseio, transporte de produtos, máquinas e/ou equipamentos que apresentem riscos à saúde. Esse alvará sanitário deverá ser renovado anualmente mediante pagamento de taxa.

Importante mencionar que, em razão da emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), em diversas localidades, foi estendido o prazo de validade das licenças, alvarás ou autorizações, sendo, também, ampliado o prazo de análise dos processos para obtenção e/ou renovação destas licenças, alvarás ou autorizações. Também, visando à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da COVID-19, em 18 de junho de 2020, o Ministério da Saúde editou a Portaria nº 1.565, de junho de 2020 ("Portaria nº 1.565/2020") que estabelece protocolos sanitários para o funcionamento, de modo geral, das atividades econômicas para todos os setores. Ainda, em âmbito estadual e/ou municipal, foram determinados protocolos sanitários específicos, a depender da atividade econômica.

Caso estabelecimentos sujeitos às normas violem ou deixem de cumpri-las, ou não obtenham ou renovem as suas licenças ou autorizações, ou ainda deixem de cumprir as respectivas condicionantes de validade, poderão incorrer em penalidades, tais como as previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 ("Lei nº 6.437/77"): advertência; multa (até R$ 1.500.000,00 podendo incidir em dobro em caso de reincidência); apreensão de produto; inutilização de produto; interdição de produto; suspensão de vendas e/ou fabricação de produto; cancelamento de registro de produto; interdição parcial ou total do estabelecimento, bem como outras penalidades específicas previstas em legislações estaduais e municipais.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Por fim, algumas atividades, incluindo, mas não se limitando ao armazenamento e comercialização de cosméticos, também estão sujeitas ao registro, fiscalização e/ou obtenção de licenças perante autoridade governamental competente (tais como Conselhos Profissionais), bem como à aplicação de penalidades previstas em legislações específicas (federais, estaduais e/ou municipais).

Regulamentação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Comércio de produtos de origem animal

A comercialização de produtos de origem animal é uma atividade regulamentada por meio das Leis Federais nº 1.283 de 18 de dezembro de 1950 ("Lei nº 1.283/50") e nº 7.889 de 23 de novembro de 1989 ("Lei nº 7.889/89") que dispõem sobre as regras de inspeção industrial e sanitária deste tipo de produto. A atuação como entreposto de carne, leite, pescados, ovos, mel e derivados também estão sujeitas ao registro, fiscalização e/ou obtenção de licenças perante autoridade governamental competente (por exemplo, Ministério da Agricultura, Secretarias ou Departamentos de Agricultura dos Estados, Secretarias ou Departamentos de Agricultura dos Municípios, Órgãos de saúde pública dos Estados), bem como à aplicação de penalidades previstas em legislações específicas.

Outras atividades relacionadas ao comércio atacadista e de varejo, como a comercialização de ração para animais deve observar os dispositivos da Lei Federal nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974 ("Lei nº 6.198/74") e do Decreto Federal nº 6.296, de 11 de dezembro de 2007 ("Decreto nº 6.296/07") que descrevem as regras relativas aos alimentos destinados aos animais. O estabelecimento que apenas comercialize, armazene ou distribua produtos destinados à alimentação animal fica isento de registro, devendo, obrigatoriamente, cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho, bem como atender aos requisitos previstos no artigo 8º do Decreto nº 6.296/07. Os produtos comercializados devem estar devidamente registrados no MAPA. Portanto, é responsabilidade da Companhia certificar-se de que somente comercializará produtos devidamente registrados por seus fabricantes ou importadores.

Caso qualquer estabelecimento incorra em alguma infração à legislação referente aos produtos de origem animal ou comercialização de ração para animais poderá estar sujeita às seguintes penalidades: (i) advertência; (ii) multa (valor a depender da gravidade da infração cometida); (iii) apreensão de matéria-prima e produto acabado; (iv) suspensão; (v) impedimento ou interdição temporária ou definitiva de funcionamento ou cassação ou cancelamento do registro.

(b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Companhia está sujeita a uma variedade de leis e regulamentos municipais, estaduais e federais no que diz respeito à proteção do meio ambiente. A Companhia é obrigada a obter aprovação de diversas autoridades governamentais para o desenvolvimento dos empreendimentos, podendo novas leis ou regulamentos serem aprovados, implementados ou interpretados de modo a afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

Via de regra, o processo de licenciamento ambiental engloba três diferentes etapas subsequentes, com a obtenção de Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI) e, por fim, a Licença de Operação (LO). No entanto, referido processo de licenciamento pode ocorrer de forma simplificada por meio qual o licenciamento da atividade poderá ser dado por concluído em apenas uma única etapa e mediante a emissão de Licença Ambiental Simplificada ou Licença Ambiental Única – a depender da legislação e regulações próprias dos respectivos órgãos licenciadores envolvidos e, em maior ou menor grau, das características de cada empreendimento (região, tamanho, porte, características construtivas, potencial poluidor, grau de impacto etc.).

Para todos os casos, referidas licenças ambientais possuem validade limitada, de modo que deverão ser periódica e tempestivamente renovadas. Determinadas licenças ambientais podem vir a estabelecer condicionantes técnicas para o desenvolvimento de atividades, que, eventualmente, impactam e condicionam a operação de atividades por parte da Companhia, sob pena de perda de sua validade.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

As normas ambientais podem acarretar atrasos, fazer com que a Companhia incorra em custos significativos para cumpri-las e outros custos adicionais, assim como podem proibir ou restringir severamente a atividade em regiões ou áreas ambientalmente sensíveis, inclusive após o início da implantação dos empreendimentos.

Caso a Companhia falhe em cumprir a regulamentação aplicável, pode estar sujeita à aplicação de multas, embargo de obras, cancelamento de licenças e à revogação de autorizações ou outras restrições às atividades, gerando impacto adverso sobre sua situação financeira.

Além disso, considerando a natureza das atividades desenvolvidas pela Companhia, aplicam-se as regras estabelecidas na Política Nacional de Resíduos Sólidos ("PNRS"), instituída pela Lei Federal n.º 12.305/2010, tem por objetivo reunir o conjunto de princípios, instrumentos, diretrizes, metas e ações para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos, exceto os rejeitos radioativos, que são regulados por legislação própria e específica. O gerador de resíduos sólidos é, portanto, responsável pela sua segregação, armazenamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada, podendo ser obrigado a reparar qualquer sorte de danos ambientais decorrentes da má gestão de tais resíduos.

Por meio da responsabilidade compartilhada, instituída pela PNRS, as tarefas e custos envolvidos nas diferentes etapas de gerenciamento de resíduos sólidos são pulverizados por toda a cadeia, na medida de responsabilização de cada uma das partes envolvidas. Assim, muito embora a responsabilidade pela reparação de danos ao meio ambiente (esfera civil) seja solidária, objetiva e extracontratual, a responsabilidade administrativa pelo gerenciamento dos resíduos sólidos possui essa característica sui generis de subdivisão de ônus entre os envolvidos na cadeia.

Ainda, na qualidade de proprietária, locatária, superficiária ou de empresa que se beneficie de atividade econômica em determinado imóvel, poderá ser responsabilizada por eventuais passivos ambientais na área, como contaminação, ficando sujeita a realizar a remediação e monitoramento de tais áreas, nos termos da legislação ambiental, incluindo a remoção ou tratamento de substâncias nocivas ou tóxicas presentes no solo, subsolo e águas superficiais e subterrâneas dos imóveis, respondendo por todos os custos envolvidos. A Companhia, ao adquirir uma propriedade ou ao fazer uso de um imóvel que apresenta passivo ambiental assume automaticamente a responsabilidade pela reparação do dano, por se tratar de obrigação *propter rem*.

A responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas diversas e independentes: **(i)** civil; **(ii)** administrativa; e, **(iii)** criminal. São esferas de responsabilidade diversas e independentes porque uma única ação pode gerar responsabilidade ambiental nos três níveis, com a aplicação de sanções administrativas e criminais, bem como a obrigação de reparar o dano causado. Por outro lado, a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isenta, necessariamente, o agente da responsabilidade nas demais.

A responsabilidade civil ambiental é objetiva, ou seja, independe da existência de culpa, bastando a comprovação do dano e do nexo de causalidade entre esse e a atividade de uma companhia para que seja configurada a obrigação de reparação ambiental.

Independentemente da existência de culpa, o poluidor possui a obrigação de indenizar e/ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por suas atividades. Dessa maneira, a responsabilidade civil ambiental é atribuída a quem for responsável, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental. Além disso, caso a atividade seja realizada por mais de um agente e não seja possível identificar a contribuição de cada agente para o dano ambiental constatado, os órgãos públicos e o Judiciário têm aplicado a teoria da responsabilidade solidária, na qual qualquer dos agentes poderá responder pelo dano ambiental total, cabendo-lhe ação de regresso contra os demais causadores.

Por ser a responsabilidade civil ambiental objetiva e solidária, a contratação de terceiros para prestar qualquer serviço em nossas unidades, como, por exemplo, a supressão de vegetação, o transporte e destinação final de resíduos, não nos isenta de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados caso os terceiros contratados não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A legislação ambiental prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica daquelas entidades causadoras da infração ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Este instrumento pode ser utilizado, em tese, dentro da esfera civil, bastando que a personalidade jurídica seja um entrave à reparação.

Na esfera penal, a Lei de Crimes Ambientais sujeita aos seus efeitos qualquer pessoa, física ou jurídica, que concorrer para a prática das condutas tipificadas consideradas lesivas ao meio ambiente, sendo necessária a comprovação de dolo (livre intenção em produzir o resultado) ou culpa (falta de cuidado objetivo necessário, caracterizada pela negligência, imprudência ou imperícia).

Assim, para que seja configurada a responsabilidade criminal, faz-se necessária a comprovação de uma ação ou omissão, sendo a conduta praticada enquadrada em um dos tipos penais previstos legalmente.

Para pessoas naturais, são aplicáveis penas privativas de liberdade (reclusão e detenção), restritivas de direito (prestação de serviços à comunidade, interdição temporária de direitos, suspensão parcial ou total de atividades, prestação pecuniária ou recolhimento domiciliar) e multas. As penas restritivas de direito são autônomas e poderão substituir as privativas de liberdade em determinados casos.

Para as pessoas jurídicas, podem ser aplicadas de forma isolada, cumulativa ou alternativa as seguintes penas: restritivas de direito (suspensão parcial ou total de atividades, interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade ou proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações), prestação de serviços à comunidade e multa.

No que se refere à responsabilidade administrativa, a Lei de Crimes Ambientais, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/2008, dispõe, em seu artigo 70, que toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental. A responsabilidade administrativa decorre de uma ação ou omissão do agente que importe na violação de qualquer norma de preservação, proteção ou regulamentação do meio ambiente e, tal como a responsabilidade penal, depende da verificação de culpa ou dolo para sua caracterização, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. No entanto, alguns órgãos ambientais ainda vêm aplicando a tese da responsabilidade objetiva na esfera administrativa para infrações ambientais.

O Ministério Público e órgãos ambientais poderão instaurar procedimentos administrativos para apuração de eventuais danos ambientais que possam ser atribuídos às nossas atividades. Nesses casos, poderão ser celebrados Termos de Ajustamento de Condutas (TAC) e/ou Termos de Compromissos (TC) genéricos perante respectivas autoridades, com assunção de obrigações específicas por tempo determinado. Por possuir natureza de título executivo extrajudicial, se verificado o descumprimento – total ou parcial – dos termos convencionados no TAC e/ou TC, poderemos ficar sujeitos à riscos e penalidades, tais como o pagamento de multas, execução do título e, ainda, judicialização de desacordos perante o Poder Judiciário.

Adicionalmente às licenças, cumpre indicar que algumas autorizações e regulamentações emitidas por órgãos ambientais podem ser necessárias, como aquelas relativas à supressão de vegetação, utilização de recursos hídricos, tratamento de efluentes, gerenciamento de resíduos, etc.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial, ou INPI, órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular da marca seu uso exclusivo em todo território nacional por um prazo determinado de 10 anos, passível de sucessivas renovações. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas aplicadas para identificação de seus produtos ou serviços.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A Companhia é titular de 100 registros e pedidos de registros de marcas junto ao INPI, em diferentes classes de serviços e produtos relacionados às atividades principais, nas formas nominativas e mistas. 9 registros de marca foram objeto de Processos Administrativos de Nulidade, nos quais terceiros solicitaram ao INPI a nulidade de tais registros. O INPI ainda não se pronunciou sobre esses processos. A descrição detalhada dos registros e pedidos de registros se encontra no item 9.1 deste Formulário de Referência.

A Companhia também possui 27 nomes de domínio na internet que são relevantes para suas atividades como meio de comunicação e informação ao público. A descrição detalhada dos nomes de domínio relevantes se encontra no item 9.1 deste Formulário de Referência.

Para o desenvolvimento de suas atividades, a Companhia utiliza *softwares* de terceiros que estão devidamente licenciados e seus contratos vigente e softwares desenvolvidos internamente por funcionários e terceiros contratados para tal serviço, sendo a Companhia a única titular. Os principais softwares internos são (i) ADM SITE; (ii) ADM MOBILE; (iii) CONSINCO WEB – SITE; (iv) WPMC SITE; e (v) APP E-COMMERCE.

Ainda, a Companhia é titular do aplicativo “Oba”, desenvolvido no âmbito do contrato de prestação de serviços com terceiros desenvolvedores.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e no exercício social de 31 de dezembro de 2019.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e no exercício social de 31 de dezembro de 2019.

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e no exercício social de 31 de dezembro de 2019.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

7.8 - Políticas Socioambientais

(a) Divulgação de informações socioambientais

A Companhia não divulga informações socioambientais.

(b) Metodologia seguida pela Companhia na elaboração das informações socioambientais

A Companhia não divulga informações socioambientais.

(c) Indicar se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade independente

A Companhia não divulga informações socioambientais.

(d) Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais

A Companhia não divulga informações socioambientais.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 7 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

8.1 - Negócios Extraordinários

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia e que não tenham sido mencionadas no item 15.7 deste Formulário.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Nos últimos três exercícios sociais, não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Não há outras informações relevantes com relação a este item 8 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que a Companhia julgue relevantes.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
212 Sul	Brasil	DF	Brasília	Alugada
302 Sudoeste	Brasil	DF	Brasília	Alugada
Águas Claras Araucárias	Brasil	DF	Brasília	Alugada
Alphaville	Brasil	SP	Barueri	Alugada
Anália Franco	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Ataliba	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Av. Angélica	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Butantã	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Cambuí	Brasil	SP	Campinas	Alugada
Carolina Florence	Brasil	SP	Campinas	Alugada
Galleria	Brasil	SP	Campinas	Alugada
Ibitirama	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Indaiatuba	Brasil	SP	Indaiatuba	Alugada
Limeira	Brasil	SP	Limeira	Alugada
Moema	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Mooca	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Morumbi	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Perdizes	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Piracicaba	Brasil	SP	Piracicaba	Alugada
Planalto Paulista	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Pujol	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Q 105	Brasil	DF	Brasília	Alugada
Ql 23 Lago Sul	Brasil	DF	Brasília	Alugada
Ribeirão Preto	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada
Santo André	Brasil	SP	Santo André	Alugada
São José dos Campos	Brasil	SP	São José dos Campos	Alugada
Sorocaba 2	Brasil	SP	Sorocaba	Alugada
T 63	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Tatuapé	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Teodoro Sampaio	Brasil	SP	São Paulo	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Tolle	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Vila Leopoldina	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Vila Mariana	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Vila Mascote	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
209 Asa Norte	Brasil	DF	Brasília	Alugada
306 Norte	Brasil	DF	Brasília	Alugada

527

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 821096630, para a marca misca "SACOLÃO OBA", na Classe NCL (8) 29	Até 26/04/2025 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 821096591, para a marca misca "SACOLÃO OBA", na Classe NCL (8) 35	Até 07/05/2022 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 821096605, para a marca misca "SACOLÃO OBA", na Classe NCL (8) 32	Até 26/04/2025 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 821096613, para a marca misca "SACOLÃO OBA", na Classe NCL (8) 30	Até 26/04/2025 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 200057871, para a marca misca "SACOLÃO OBA", na Classe NCL (8) 32	Até 26/04/2025 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 821096656, para a marca misca "SACOLÃO OBA", na Classe NCL (8) 31	Até 26/04/2025 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 821372505, para a marca misca "VAREJÃO OBA", na Classe NCL (8) 35	Até 11/04/2023 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 821372513, para a marca misca "VAREJÃO OBA", na Classe NCL (8) 32	Até 09/12/2023 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 200042084, para a marca misca "VAREJÃO OBA", na Classe NCL (8) 33	Até 09/12/2023 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 821372530, para a marca misca "VAREJÃO OBA", na Classe 32: 10	Até 31/03/2029 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 200036700, para a marca misca "VAREJÃO OBA", na Classe NCL (8) 31	Até 22/07/2023 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 821372548, para a marca misca "VAREJÃO OBA", na Classe 30: 10	Até 15/09/2029 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 821372556, para a marca misca "VAREJÃO OBA", na Classe NCL (8) 29	Até 22/07/2023 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

533

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 200036696, para a marca misca "VAREJÃO OBA", na Classe NCL (8) 30	Até 22/07/2023 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Pedido de Registro nº 825117763 para a marca nominativa "BRASIL FARTURA DE HORTIFRUTI", na Classe NC	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro e, portanto, expectativa de direito, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. Em caso de indeferimento, a Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 825117852 para a marca nominativa "BRASIL FARTURA DE HORTIFRUTI", na Classe NC	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro e, portanto, expectativa de direito, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. Em caso de indeferimento, a Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 825996287, para a marca nominativa "TURMA DOS VITAMINICS", na Classe NCL (8) 41	Até 03/07/2027 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

535

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 825996295, para a marca nominativa “TURMA DOS VITAMINICS”, na Classe NCL (8) 16	Até 03/07/2027 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 825996309, para a marca nominativa “TURMA DOS VITAMINICS”, na Classe NCL (8) 18	Até 05/08/2024 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 825996317, para a marca nominativa “TURMA DOS VITAMINICS”, na Classe NCL (8) 09	Até 03/07/2027 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 825996325, para a marca nominativa “TURMA DOS VITAMINICS”, na Classe NCL (8) 28	Até 03/07/2027 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 826540430, para a marca nominativa "FARTURA", na Classe NCL (8) 32	Até 03/06/2024 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 826540422, para a marca nominativa "FARTURA", na Classe NCL (8) 16	Até 14/08/2027 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

538

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 826540465 para a marca nominativa "FARTURA", na Classe NCL (8) 29	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro e, portanto, expectativa de direito, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. Em caso de indeferimento, a Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 900460946, para a marca mista "ÔBA EMPÓRIO", na Classe NCL (9) 35	Até 30/06/2030 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 900483474, para a marca mista "REDE OBA DE HORTIFRUTI", na Classe NCL (9) 29	Até 05/12/2027 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A marca em questão sofreu um Processo Administrativo de Nulidade que está sob análise do INPI.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 900483512, para a marca mista "REDE OBA DE HORTIFRUTI", na Classe NCL (9) 31	Até 05/12/2027 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A marca em questão sofreu um Processo Administrativo de Nulidade que está sob análise do INPI.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 900483520, para a marca mista "OBA HORTIFRUTI", na Classe NCL (9) 29	Até 05/12/2027 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A marca em questão sofreu um Processo Administrativo de Nulidade que está sob análise do INPI.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 900483580, para a marca mista "OBA HORTIFRUTI", na Classe NCL (9) 30	Até 05/12/2027 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A marca em questão sofreu um Processo Administrativo de Nulidade que está sob análise do INPI.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 900483601, para a marca mista "OBA HORTIFRUTI", na Classe NCL (9) 31	Até 05/12/2027 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A marca em questão sofreu um Processo Administrativo de Nulidade que está sob análise do INPI.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 901624306, para a marca mista "OBA RESERVE", na Classe NCL (9) 29	Até 26/12/2027 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 901624357, para a marca mista "OBA RESERVE", na Classe NCL (9) 30	Até 26/03/2029 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 901624853, para a marca mista "OBA RESERVE", na Classe NCL (9) 31	Até 22/08/2022 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 902112538, para a marca nominativa “LAS GRILL”, na Classe NCL (9) 35	Até 02/10/2022 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 902112597, para a marca nominativa “LAS GRILL”, na Classe NCL (9) 43	Até 02/10/2022 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 904508897, para a marca mista "CORRIDA OBA HORTIFRUTI", na Classe NCL (10) 41	Até 17/09/2029 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 906359325, para a marca mista "OBA BEM QUERER", na Classe NCL (10) 30	Até 06/03/2028 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 906359716, para a marca mista "OBA BEM QUERER", na Classe NCL (10) 31	Até 10/02/2026 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 906359856, para a marca mista "OBA BEM QUERER", na Classe NCL (10) 32	Até 10/02/2026 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 906359910, para a marca mista "OBA BEM QUERER", na Classe NCL (10) 33	Até 10/02/2026 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 908574274, para a marca mista "OBA BEM QUERER SELEÇÃO DIA A DIA", na Classe NCL (10) 29	Até 06/03/2028 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 908574290, para a marca mista "OBA BEM QUERER SELEÇÃO DIA A DIA", na Classe NCL (10) 30	Até 10/04/2028 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A marca em questão sofreu um Processo Administrativo de Nulidade que está sob análise do INPI.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 908574347, para a marca mista "OBA BEM QUERER SELEÇÃO DIA A DIA", na Classe NCL (10) 31	Até 11/04/2027 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

548

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 909636451 para a marca nominativa "VITÓRIA", na Classe NCL (10) 32	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro e, portanto, expectativa de direito, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. Em caso de indeferimento, a Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 912700165, para a marca nominativa "DUSZA", na Classe NCL (11) 32	Até 12/03/2029 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A marca em questão sofreu um Processo Administrativo de Nulidade que está sob análise do INPI.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

549

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 912700300, para a marca nominativa “DUSZA”, na Classe NCL (11) 33	Até 12/03/2029 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A marca em questão sofreu um Processo Administrativo de Nulidade que está sob análise do INPI.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 912812060, para a marca mista “OBA HORTIFRUTI FARM”, na Classe NCL (11) 35	Até 26/03/2029 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A marca em questão sofreu um Processo Administrativo de Nulidade que está sob análise do INPI.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 912812192 para a marca mista "OBA HORTIFRUTI FARM", na Classe NCL (11) 29	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro e, portanto, expectativa de direito, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. Em caso de indeferimento, a Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Pedido de Registro nº 912812460 para a marca mista "OBA HORTIFRUTI FARM", na Classe NCL (11) 30	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro e, portanto, expectativa de direito, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. Em caso de indeferimento, a Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

551

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 912812761 para a marca mista "OBA HORTIFRUTI FARM", na Classe NCL (11) 31	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro e, portanto, expectativa de direito, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. Em caso de indeferimento, a Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 912813482, para a marca mista "OBA HORTIFRUTI FARM", na Classe NCL (11) 32	Até 26/03/2029 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

552

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 912813741, para a marca mista "OBA HORTIFRUTI FARM", na Classe NCL (11) 33	Até 26/03/2029 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 912813989, para a marca nominativa "OBA HORTIFRUTI FARM", na Classe NCL (11) 35	Até 09/07/2029 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 912814586 para a marca nominativa “OBA HORTIFRUTI FARM”, na Classe NCL (11) 29	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro e, portanto, expectativa de direito, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. Em caso de indeferimento, a Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Pedido de Registro nº 912815159 para a marca nominativa “OBA HORTIFRUTI FARM”, na Classe NCL (11) 30	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro e, portanto, expectativa de direito, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. Em caso de indeferimento, a Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 912815566 para a marca nominativa “OBA HORTIFRUTI FARM”, na Classe NCL (11) 31	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro e, portanto, expectativa de direito, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. Em caso de indeferimento, a Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 912816279, para a marca nominativa “OBA HORTIFRUTI FARM”, na Classe NCL (11) 32	Até 09/07/2029 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

555

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 912817240, para a marca nominativa “OBA HORTIFRUTI FARM”, na Classe NCL (11) 33	Até 09/07/2029 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 913966568, para a marca nominativa “OBA HORTIFRUTI”, na Classe NCL (11) 35	Até 16/04/2029 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 913974188, para a marca mista "OBA GOURMET", na Classe NCL (11) 35	Até 16/04/2029 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 913974277, para a marca mista "OBA GOURMET", na Classe NCL (11) 43	Até 16/04/2029 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 914000098, para a marca mista "VITAMINICS", na Classe NCL (11) 31	Até 16/04/2029 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 914000810, para a marca mista "VITAMINICS", na Classe NCL (11) 32	Até 16/04/2029 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

558

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 914001000, para a marca mista "VITAMINICS", na Classe NCL (11) 30	Até 16/04/2029 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 914002910, para a marca mista "VITAMINICS", na Classe NCL (11) 29	Até 16/04/2029 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 914003364, para a marca mista "VITAMINICS", na Classe NCL (11) 18	Até 16/04/2029 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 914003836, para a marca mista "OBA RESERVE", na Classe NCL (11) 29	Até 16/04/2029 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 914003836, para a marca mista "OBA BEM QUERER", na Classe NCL (11) 18	Até 16/04/2029 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Pedido de Registro nº 914160478 para a marca nominativa "VITAMINICS", na Classe NCL (11) 35	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro e, portanto, expectativa de direito, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. Em caso de indeferimento, a Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 914003836, para a marca mista "OBA BEM QUERER", na Classe NCL (11) 18	Até 16/04/2029 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 914160699, para a marca mista "OBA BEM QUERER", na Classe NCL (11) 29	Até 16/04/2029 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

562

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 916123715, para a marca mista "OBA BEM QUERER SELEÇÃO DIA A DIA", na Classe NCL (11) 29	Até 09/07/2029 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 916123740, para a marca mista "OBA RESERVE CORTES BOVINOS", na Classe NCL (11) 29	Até 09/07/2029 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 916123758, para a marca mista "OBA RESERVE CORTES SUÍNOS", na Classe NCL (11) 29	Até 20/08/2029 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Pedido de Registro nº 916312194 para a marca mista "DUSZA", na Classe NCL (11) 32	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. Em caso de indeferimento, a Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Pedido de Registro nº 916464075 para a marca mista "DUSZA", na Classe NCL (11) 33	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro e, portanto, expectativa de direito, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. Em caso de indeferimento, a Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

564

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 917199405 para a marca mista "OBA HORTIFRUTI FARM", na Classe NCL (11) 35	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro e, portanto, expectativa de direito, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Marcas	Pedido de Registro nº 917199472 para a marca mista "OBA HORTIFRUTI FARM", na Classe NCL (11) 29	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro e, portanto, expectativa de direito, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 917199600 para a marca mista "OBA HORTIFRUTI FARM", na Classe NCL (11) 30	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro e, portanto, expectativa de direito, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. Em caso de indeferimento, a Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Pedido de Registro nº 917199740 para a marca mista "OBA HORTIFRUTI FARM", na Classe NCL (11) 31	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro e, portanto, expectativa de direito, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. Em caso de indeferimento, a Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

566

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 917199804, para a marca mista "OBA HORTIFRUTI FARM", na Classe NCL (11) 32	Até 24/12/2029 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 917199847, para a marca mista "OBA HORTIFRUTI FARM", na Classe NCL (11) 33	Até 24/12/2029 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 917204999 para a marca mista "OBA HORTIFRUTI", na Classe NCL (11) 29	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro e, portanto, expectativa de direito, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. Em caso de indeferimento, a Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Pedido de Registro nº 917205260 para a marca mista "OBA HORTIFRUTI", na Classe NCL (11) 30	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro e, portanto, expectativa de direito, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. Em caso de indeferimento, a Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 917205553 para a marca mista "OBA HORTIFRUTI", na Classe NCL (11) 31	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro e, portanto, expectativa de direito, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. Em caso de indeferimento, a Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 917205880, para a marca mista "OBA HORTIFRUTI", na Classe NCL (11) 32	Até 24/12/2029 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 917206010, para a marca mista "OBA HORTIFRUTI", na Classe NCL (11) 33	Até 24/12/2029 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 917206207, para a marca mista "OBA HORTIFRUTI", na Classe NCL (11) 35	Até 24/12/2029 (passível de re	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Além disso, a perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 919320520 para a marca figurativa, na Classe NCL (11) 35	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro e, portanto, expectativa de direito, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. Em caso de indeferimento, a Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Pedido de Registro nº 919470564 para a marca mista “DUSZA”, na Classe NCL (11) 33	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro e, portanto, expectativa de direito, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. Em caso de indeferimento, a Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

571

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 919470645 para a marca mista “DUSZA”, na Classe NCL (11) 21	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro e, portanto, expectativa de direito, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. Em caso de indeferimento, a Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Pedido de Registro nº 919470750 para a marca mista “DUSZA”, na Classe NCL (11) 25	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro e, portanto, expectativa de direito, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. Em caso de indeferimento, a Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

572

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 919470963 para a marca mista "OBA BEM QUERER", na Classe NCL (11) 29	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro e, portanto, expectativa de direito, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. Em caso de indeferimento, a Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Pedido de Registro nº 919471480 para a marca mista "OBA BEM QUERER", na Classe NCL (11) 30	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro e, portanto, expectativa de direito, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. Em caso de indeferimento, a Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 919471633 para a marca mista "OBA BEM QUERER", na Classe NCL (11) 31	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro e, portanto, expectativa de direito, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. Em caso de indeferimento, a Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Pedido de Registro nº 919472001 para a marca mista "OBA BEM QUERER", na Classe NCL (11) 32	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro e, portanto, expectativa de direito, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. Em caso de indeferimento, a Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 919472079 para a marca mista "OBA BEM QUERER", na Classe NCL (11) 33	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro e, portanto, expectativa de direito, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. Em caso de indeferimento, a Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Pedido de Registro nº 919472494 para a marca mista "OBA BEM QUERER", na Classe NCL (11) 21	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro e, portanto, expectativa de direito, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. Em caso de indeferimento, a Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

575

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 919474357 para a marca mista "OBA BEM QUERER", na Classe NCL (11) 25	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro e, portanto, expectativa de direito, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. Em caso de indeferimento, a Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Pedido de Registro nº 920060889 para a marca mista "OBACALHAU", na Classe NCL (11) 29	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro e, portanto, expectativa de direito, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. Em caso de indeferimento, a Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº 920061133 para a marca mista "OBACALHAU", na Classe NCL (11) 21	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro e, portanto, expectativa de direito, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito. Em caso de indeferimento, a Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

577

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Oba Gourmet Restaurantes Ltda.	33.169.118/0001-05	-	Controlada	Brasil	SP	Limeira	Restaurantes e similares. Atividade de restaurante, lanchonete, choperia, cafés, comércio de alimentos preparados, bebidas, refeições, self-service, rodízio de carnes, saladas e similares; comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios e fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas.	99,000000
30/09/2020	-844000,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2019	-1850000,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/09/2020	-844.000,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Subsidiária da Companhia que opera uma loja em formato “restaurante”.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 9 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9, devem ser lidas em conjunto com nossas informações contábeis trimestrais consolidadas referentes aos períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, as quais foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo IASB, bem como com nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, as quais foram elaboradas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela CVM.

A análise dos Diretores sobre os resultados obtidos e as razões para variações constituem opinião sobre os dados apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia, a qual não pode garantir que que a situação financeira e resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Os Diretores entendem que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 30 de setembro de 2020, o índice de endividamento total foi de 2,96 (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido). Na mesma data, a posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras era de R$ 62.816 mil, a dívida bruta, composta por empréstimos, financiamentos e debêntures, era de R$ 198.610 mil, e a dívida líquida totalizava R$ 135.794 mil, com um índice de dívida líquida/EBITDA Ajustado LTM de 0,7.

Em 31 de dezembro de 2019, o índice de endividamento total foi de 3,92, com aumento de 149% em relação a 31 de dezembro de 2018 A principal variação foi a adoção da norma IFRS 16/CPC06 Arrendamento Mercantil, com aumento do passivo de arrendamento circulante e não circulante. Na mesma data, a posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras era de R$ 66.187 mil, a dívida bruta, composta por empréstimos, financiamentos e debêntures, era de R$ 174.913 mil, e a dívida líquida totalizava R$ 108.726 mil, com um índice de dívida líquida/EBITDA ajustado de 0,7.

Em 31 de dezembro de 2018, o índice de endividamento total foi de 1,58. Na mesma data, a posição de Caixa e equivalentes de caixa, composto por caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras era de R$ 93.716 mil, a dívida bruta, composta por empréstimos, financiamentos e debêntures, era de R$ 146.570 mil, e a dívida líquida totalizava R$ 52.854 mil, com um índice de dívida líquida/EBITDA ajustado de 0,6.

Em 31 de dezembro de 2017, o índice de endividamento total foi de 2,34. Na mesma data, a posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras era de R$ 79.589 mil, a dívida bruta, composta por empréstimos, financiamentos e debêntures, era de R$ 114.304 mil, e a dívida líquida totalizava R$ 34.715 mil, com um índice de dívida líquida/EBITDA ajustado de 0,5.

(b) Estrutura de Capital

Os Diretores acreditam que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(em R$ milhares, exceto %)	Período de nove meses encerrado em	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	30/09/2020	2019	2018	2017
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	677.159	582.985	306.261	259.273
Capital próprio (patrimônio líquido)	228.935	148.596	194.445	110.660
Capital total (terceiros + próprio)	**906.094**	**731.583**	**500.706**	**369.933**
Parcela de capital de terceiros	74,7%	79,7%	61,2%	70,1%
Parcela de capital próprio	25,3%	20,3%	38,8%	29,9%

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos.

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía R$ 198,6 milhões de empréstimos, financiamentos e debentures tomados. A dívida líquida da Companhia era de R$ 137.794 mil e a Dívida Líquida/EBITDA ajustado dos últimos 12 meses de 0,7, o que é considerado saudável pelos diretores da Companhia tendo em vista a capacidade de geração de caixa operacional e indicadores abaixo dos *covenants* das dívidas atuais.

Nesta data não dispúnhamos de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos e (iii) injeção de capital dos acionistas. Esses recursos foram utilizados pela Companhia principalmente para (i) financiar a expansão de lojas e capital de giro para crescimento.

A Diretoria acredita que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência apresentamos uma tabela com as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo, financiamento e debêntures relevantes em vigor em 30 de setembro de 2020, bem como daqueles que estavam em vigor nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

em R$	Moeda	Agente	Encargos Financeiros	Montante Total	Data de Vencimento	Saldo em 3T20
Linha de crédito protegido (4.1.3.1)	R$	Santander	117,5% CDI a CDI + 0,9%	60,000	08/02/2022	60,277
Linha de crédito protegido (4.1.3.1)	R$	Bradesco	12,52% a 13,6%	1,243	03/12/2021	428
Consórcio de veículos	R$	Scania	11,5% a 12,0%	960	08/11/2023	213
Cédula de Crédito Bancário (Linha de Giro)	R$	BB	CDI + 3,17%	25,000	06/04/2022	25,523
Debênture 1ª Emissão	R$	Bradesco	CDI + 2,0%	50,000	10/09/2022	32,940
Debênture 2ª Emissão	R$	Bradesco/Itau	CDI + 1,0%	80,000	10/12/2023	79,229
Total da Dívida Bruta						198,610
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras						62,816
Dívida líquida						135,794
EBITDA ajustado						132,336
Dívida líquida/EBITDA Ajustado						1.0x

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui relações de longo prazo com diversas instituições financeiras nacionais que, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento de suas atividades por meio de empréstimos e financiamentos, bem como por meio de emissão de debêntures.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 30 de setembro de 2020 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Alguns financiamentos da Companhia possuem cláusulas de cumprimento de *covenants*, à emissão de novos valores mobiliários e à alteração/alienação de controle societário. Além disso, as debêntures estão condicionadas à dívida líquida não ser superior a 2,5 vezes o EBITDA gerado anualmente. Caso a Companhia não seja capaz de atender referidos *covenants*, as dívidas poderão vencer antecipadamente e a Companhia deverá antecipar o valor principal acrescido de juros. O vencimento antecipado cruzado ou inadimplemento cruzado de outras obrigações da Companhia poderão ser desencadeados, conforme cláusulas presentes em contratos de empréstimos e financiamentos existentes.

Não há outras restrições impostas à Companhia em seus contratos de empréstimo, financiamento e debêntures, além das descritas neste item.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpria com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os *covenants* financeiros descritos acima.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 COMPARADO AO PERÍODO DE NOVE MESES ENCERRADO EM 30 DE SETEMBRO DE 2019

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R$ milhares, exceto %)	30/09/2020	AV	30/09/2019	AV	AH
Receita de vendas	1.273.716	100,0%	969.115	100,0%	31,4%
Custos das vendas	-756.544	-59,4%	-571.530	-59,0%	32,4%
Lucro bruto	517.172	40,6%	397.585	41,0%	30,1%
Despesas com vendas e distribuição	-355.604	-27,9%	-284.097	-29,3%	25,2%
Despesas gerais e administrativas	-52.301	-4,1%	-43.212	-4,5%	21,0%
Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	-68	0,0%	-188	0,0%	-63,8%
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	-16.587	-1,3%	-10.548	-1,1%	57,3%
Lucro antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social	92.612	7,3%	59.540	6,1%	55,5%
Receitas financeiras	9.083	0,7%	5.066	0,5%	79,3%
Despesas financeiras	-36.150	-2,8%	-27.538	-2,8%	31,3%
Resultado financeiro, líquido	-27.067	-2,1%	-22.472	-2,3%	20,4%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	65.545	5,1%	37.068	3,8%	76,8%
Imposto de renda e contribuição social corrente	-19.692	-1,5%	-10.884	-1,1%	80,9%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R$ milhares, exceto %)	30/09/2020	AV	30/09/2019	AV	AH
Imposto de renda e contribuição social diferido	-2.603	-0,2%	-248	0,0%	949,6%
Lucro líquido do período	43.250	3,4%	25.936	2,7%	66,8%

Receita de vendas

Receita de vendas no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 foi de R$ 1.273,7 milhões comparativamente a R$ 969,1 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$ 304,6 milhões ou 31,4%. Este aumento é atribuído substancialmente a (i) receitas de 10 novas lojas abertas no período de 12 meses findo em 30 de setembro de 2020, (ii) crescimento de vendas das mesmas lojas que correspondem às operações com mais de 12 meses de funcionamento, tiveram crescimento de 14,9% de receita liquida entre o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e o mesmo período findo em 2019, devido principalmente ao aumento do número de itens por cesta de compra e como consequência do ticket médio das compras e (iii) crescimento das vendas nos canais digitais e delivery, que cresceram 1.628% entre os períodos mencionados acima, passando de uma representatividade de 0,5% da receita total do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para 5,9% no mesmo período de 2020, devido ao lançamento em Dezembro de 2019 do aplicativo OBA, das campanhas para compras nos canais digitais e novas parcerias com aplicativos de empresas de *marketplace*.

Custos das vendas

Custo das vendas no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 foi de R$ 756,5 milhões comparativamente a R$ 571,2 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$ 185,0 milhões ou 32,4%. Este aumento nominal é atribuído substancialmente ao aumento de receita, conforme explicação acima, e margem dos produtos relativamente estável.

Lucro bruto

Lucro bruto no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 foi de R$ 517,5 milhões comparativamente a R$ 397,6 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$ 119,6 milhões ou 30,1%. Este aumento nominal é atribuído substancialmente ao aumento de receita, conforme explicação acima, com margem bruta relativamente estável no período, tendo sofrido uma diluição de 0,4 ponto percentual devido às inaugurações de lojas do período não estarem maduras. Lucro bruto representou 40,6% e 41,0% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Despesas com vendas e distribuição

Despesas com vendas e distribuição no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 foi de R$ 355,6 milhões comparativamente a R$ 284,1 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$ 71,5 milhões ou 25,2%. O aumento nominal de R$ 71,5 milhões foi provocado substancialmente (i) pela abertura de 10 novas lojas no período de 12 meses findo em 30 de setembro de 2020, principalmente com contratação de pessoal (ii) pelo aumento de despesas variáveis com a receita, como despesas com transporte e frete e taxas de cartões. Já a redução de 1,4 ponto percentual das despesas com vendas e distribuição em relação à receita de vendas é atribuída substancialmente à diluição de despesas com caráter fixo, especialmente nas despesas com pessoal. Despesas com vendas e distribuição representou 27,9% e 29,3% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Despesas gerais e administrativas

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas gerais e administrativas no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 foi de R$ 52,3 milhões comparativamente a R$ 43,2 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$ 9,1 milhões ou 21,0%. Este aumento é atribuído substancialmente ao incremento de despesas com pessoal, em razão de contratações para sustentação do crescimento da Companhia e desenvolvimento da estratégia do negócio. Em relação à receita líquida, houve uma diluição de 0,4 ponto percentual devido ao crescimento da receita superior ao incremento de estruturas administrativas. Despesas gerais e administrativas representou 4,1% e 4,5% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

As Outras receitas e despesas operacionais líquidas são compostas de (i) despesas com abertura de lojas que ocorrem antes da inauguração de cada unidade ("Despesas Pré-operacionais"), (ii) despesas com reestruturação, tais como consultorias societária e organizacional, (iii) receitas na alienação de ativos imobilizados, (iv) Outras Receitas/Despesas, e (v) parcelamento tributário de PIS e COFINS.

Outras despesas operacionais líquidas no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 foi de R$ 16,6 milhões comparativamente a R$ 10,6 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ 6,0 milhões ou 57,3%. Este aumento se deu principalmente pela receita de R$5,59 milhões da alienação de bens permanentes em 2019, que não se repetiu em 2020. No período houve um aumento das "Despesas Pré-operacionais" de R$ 4,6 milhões, devido ao maior número de abertura de lojas, e uma redução de R$ 4,8 milhões em despesas de reestruturação. Outras despesas operacionais representou 1,3% e 1,1% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Receitas financeiras

Receitas financeiras no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 foi de R$ 9,1 milhões comparativamente a R$ 5,1 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ 4,0 milhões ou 79,3%. Este aumento é atribuído ao aumento em Outras Receitas Financeiras que foi impactada por uma reversão da provisão dos juros de multa tributária reconhecida em 2020. Receitas financeiras representou 0,7% e 0,5% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Despesas financeiras

Despesas financeiras no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 foi de R$ 36,2 milhões comparativamente a R$ 27,5 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ 8,6 milhões ou 31,3%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento do endividamento da Companhia especialmente com a 2ª emissão de debêntures (vide item 18.5 deste Formulário de Referência) com intuito principal de recursos para a expansão de novas lojas. Despesas financeiras representou 2,8% e 2,8% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro, líquido no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 foi uma despesa de R$ 27,1 milhões comparativamente a R$ 22,5 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ 4,5 milhões ou 20,4%. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos descritos em Receitas financeiras e Despesas financeiras. Resultado financeiro, líquido representou 2,1% e 2,3% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 foi de R$ 65,5 milhões comparativamente a R$ 37,0 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$28,5 milhões ou 76,8%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento da receita bruta e diluição das despesas citadas anteriormente. O Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 5,1% e 3,8% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social corrente

Imposto de renda e contribuição social corrente no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 foi de R$ (19,7) milhões comparativamente a R$ (10,9) milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$ (8,8) milhões ou 80,9%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento do lucro antes de imposto de renda e, em menor escala, a um aumento da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social. Imposto de renda e contribuição social corrente representou 1,5% e 1,1% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social diferido

Imposto de renda e contribuição social diferido no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 foi de R$ (2,6) milhões comparativamente a R$ (0,2) milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$ (2,4) milhões ou 949,6%. Este aumento é atribuído substancialmente pelo aumento da diferença entre depreciação fiscal e contábil, em função do aumento da despesa de depreciação no período, e, em menor escala, por provisões realizadas no período. Imposto de renda e contribuição social diferido representou 0,2% e 0,0% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Lucro do período

Lucro do período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 foi de R$ 43,2 milhões comparativamente a R$ 25,9 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$ 17,3 milhões ou 66,8%. O Lucro do período representou 3,4% e 2,7% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos mencionados acima.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	Consolidado				
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R$ milhares, exceto %)	**2019**	**AV**	**2018**	**AV**	**AH**
Receita de vendas	1.330.781	100,0%	1.147.057	100,0%	16,0%
Custos das vendas	-784.296	-58,9%	-687.330	-59,9%	14,1%
Lucro bruto	546.485	41,1%	459.727	40,1%	18,9%
Despesas com vendas e distribuição	-400.504	-30,1%	-329.137	-28,7%	21,7%
Despesas gerais e administrativas	-59.204	-4,4%	-53.805	-4,7%	10,0%
Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	-455	0,0%	-247	0,0%	92,0%
Outras receitas e despesas, líquidas	-19.287	-1,4%	-14.525	-1,3%	32,7%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

	Consolidado				
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R$ milhares, exceto %)	**2019**	**AV**	**2018**	**AV**	**AH**
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	67.035	5,0%	62.013	5,4%	8,1%
Receitas financeiras	4.769	0,4%	8.110	0,7%	-41,2%
Despesas financeiras	-39.525	-3,0%	-21.251	-1,9%	86,0%
Resultado financeiro, líquido	-34.756	-2,6%	-13.141	-1,1%	164,5%
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	32.279	2,4%	48.872	4,3%	-34,0%
Imposto de renda e contribuição social corrente	-13.559	-1,0%	-10.541	-0,9%	28,6%
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.973	0,2%	-2.229	-0,2%	-233,4%
Lucro líquido do exercício	21.693	1,6%	36.102	3,1%	-39,9%

Receita de vendas

Receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 1.330,8 milhões comparativamente a R$ 1.147,1 milhões no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$ 183,7 milhões ou 16,0%. Este aumento é atribuído substancialmente a (i) receitas de 7 novas lojas abertas em 2019, (ii) vendas mesmas lojas, que correspondem às operações com mais de 12 meses de funcionamento, tiveram crescimento de 2,9% de receita liquida em 2019.

Custos das vendas

Custos das vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 784,3 milhões comparativamente a R$ 687,3 milhões no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$ 97,0 milhões ou 14,1%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento da receita, conforme explicação acima.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 546,5 milhões comparativamente a R$ 459,7 milhões no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$ 86,8 milhões ou 18,9%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento da receita líquida e ao ganho de eficiência na margem bruta decorrente principalmente de maior controle sobre os processos de transformação e perdas de mercadorias e melhorias em processos de precificação. Lucro bruto representou 41,1% e 40,1% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Despesas com vendas e distribuição

Despesas com vendas e distribuição no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 400,5 milhões comparativamente a R$ 329,1 milhões no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$ 71,4 milhões ou 21,7%. Este aumento é atribuído substancialmente à: (i) aumento de despesas variáveis com vendas, tais como despesas com frete e transporte e taxas de cartões, devido ao aumento da receita, (ii) impacto de menor diluição de despesas nas 7 novas lojas abertas em 2019, compensados por uma redução das despesas pelo efeito na contabilização dos juros do passivo de arrendamento de ativos alugados, conforme determinado pelo CPC 06(R2)/IFRS 16, que impactou apenas o ano de 2019. Despesas com vendas e distribuição representaram 30,1% e 28,7% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 59,2 milhões comparativamente a R$ 53,8 milhões no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$ 5,4 milhões ou 10,0%. Este aumento é atribuído substancialmente a (i) despesas com serviços prestados por terceiros, como consultorias e TI e (ii) contingência tributária referente a processo de PIS e COFINS. Em relação à receita líquida, houve uma diluição de 0,3 ponto percentual devido ao crescimento da receita superior ao incremento de estruturas administrativas. Despesas gerais e administrativas representou 4,4% e 4,7% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Outras despesas operacionais, líquidas

Outras despesas operacionais líquidas são compostas de (i) Despesas Pré-operacionais, (ii) contingências tributárias de PIS e COFINS, (iii) despesas com reestruturação, tais como despesas com consultorias e advogados para reestruturação societária e organizacional da companhia, (iv) receitas na alienação de ativos imobilizados.

Outras despesas operacionais líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 19,3 milhões comparativamente a R$ 14,5 milhões no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$ 4,8 milhões ou 32,8%. Este aumento se deu principalmente (i) ao aumento de "Despesas Pré-operacionais" devido ao maior número de lojas abertas no período e em construção e (ii) contingência tributária referente à multa do processo tributário de PIS e COFINS. Outras despesas operacionais líquidas representou 1,4% e 1,3% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Receitas financeiras

Receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 4,8 milhões comparativamente a R$ 8,1 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma redução de R$ 3,3 milhões ou 41,2%. Esta redução é atribuída substancialmente à redução da posição de caixa da Companhia no período. Receitas financeiras representou 0,4% e 0,7% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Despesas financeiras

Despesas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 39,5 milhões comparativamente a R$ 21,3 milhões no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$ 18,3 milhões ou 86,0%. Este aumento é atribuído substancialmente a efeitos da aplicação da nova regra para contabilização de encargos sobre arrendamentos, estabelecida pela norma contábil CPC 06 (R2)/IFRS 16, no montante de R$19,1 milhões. Despesas financeiras representou 3,0% e 1,9% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro, líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi uma despesa de R$ 34,8 milhões comparativamente a R$ 13,1 milhões no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$ 21,6 milhões ou 164,5%. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos descritos em Receitas financeiras e Despesas financeiras. Resultado financeiro, líquido representou 2,6% e 1,1% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Lucro (antes do imposto de renda e contribuição social

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 32,3 milhões comparativamente a R$ 48,9 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma redução de R$ (16,6) milhões ou (34)%. Esta redução é atribuída substancialmente aos efeitos mencionados acima. O Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 2,4% e 4,3% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social corrente

Imposto de renda e contribuição social corrente no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ (13,6) milhões comparativamente a R$ (10,5) milhões no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$ 3,0 milhões ou (28,6)%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento da alíquota efetiva Imposto de renda e contribuição social corrente representou 1,0% e 0,9% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social diferido

Imposto de renda e contribuição social diferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 3,0 milhões comparativamente a R$ (2,2) milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma redução de R$ 5,2 milhões. Esta redução é atribuída substancialmente a efeitos da aplicação da nova regra para contabilização de encargos sobre arrendamentos, estabelecida pela norma contábil CPC 06 (R2)/IFRS 16. Imposto de renda e contribuição social diferido representou 0,2% e (0,2)% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 21,7 milhões comparativamente a R$ 36,1 milhões no mesmo exercício de 2018, o que representou uma redução de R$ (14,4) milhões ou (40,0)%. Esta redução é atribuída substancialmente a os efeitos mencionados acima. Lucro (prejuízo) do exercício representou 1,6% e 3,1% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2019, respectivamente.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	Combinado				
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R$ milhares, exceto %)	**2018**	**AV**	**2017**	**AV**	**AH**
Receita de vendas	1.147.057	100%	885.148	100,0%	29,6%
Custos das vendas	-687.330	-59,9%	-523.945	-59,2%	31,2%
Lucro bruto	459.727	40,1%	361.203	40,8%	27,3%
Despesas com vendas e distribuição	-329.137	-28,7%	-262.084	-29,6%	25,6%
Despesas gerais e administrativas	-53.805	-4,7%	-36.239	-4,1%	48,5%
Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	-247	-0,0%	-124	0,0%	99,2%
Outras receitas e despesas, líquidas	-14.525	-1,3%	-9.250	-1,0%	57,0%
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	62.013	5,4%	53.506	6,0%	15,9%
Receitas financeiras	8.110	0,7%	2.491	0,3%	225,6%
Despesas financeiras	-21.251	-1,9%	-22.280	-2,5%	-4,6%
Resultado financeiro, líquido	-13.141	-1,1%	-19.789	-2,2%	-33,6%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	48.872	4,3%	33.717	3,8%	44,9%
Imposto de renda e contribuição social corrente	-10.541	-0,9%	-12.848	-1,5%	-18,0%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

	Combinado				
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R$ milhares, exceto %)	**2018**	**AV**	**2017**	**AV**	**AH**
Imposto de renda e contribuição social diferido	-2.229	-0,2%	1.810	0,2%	-223,1%
Lucro líquido do exercício	36.102	3,1%	22.679	2,6%	59,2%

Receita líquida

Receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 1.147,1 milhões comparativamente a R$ 885,1 milhões no exercício de 2017, o que representou um aumento de R$ 261,9 milhões ou 29,6%. Este aumento é atribuído substancialmente a (i) aumento de 5,8% nas vendas no conceito mesmas lojas em 2018, provenientes tanto de aumento de número de clientes como ticket médio, (ii) da inauguração de 6 lojas em 2018 e (iii) da consolidação de 100% dos resultados do Oba Hortifruti no ano de 2018 comparados aos 8 meses de consolidação de 2017.

Custos das vendas

Custo das vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 687,3 milhões comparativamente a R$ 523,9 milhões no exercício de 2017, o que representou um aumento de R$ 163,4 milhões ou 31,2%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento da receita, conforme explicação acima.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 459,7 milhões comparativamente a R$ 361,2 milhões no exercício de 2017, o que representou um aumento de R$ 98,5 milhões ou 27,3%. Lucro bruto representou 40,1% e 40,8% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento da receita líquida e a incorporação do Oba Hortifruti em maio de 2017, com impacto de 8 meses em 2017 e 12 meses em 2018.

Despesas com vendas e distribuição

Despesas com vendas e distribuição no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 329,1 milhões comparativamente a R$ 262,1 milhões no exercício de 2017, o que representou uma variação de R$ 67,0 milhões ou 25,6%. Despesas operacionais representou 28,7% e 29,6% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a (i) abertura de 6 lojas no período, (ii) aumento de despesas variáveis com a receita, como despesas com cartão de crédito e distribuição logística, e (iii) incorporação do Oba Hortifruti em maio de 2017, com impacto de 8 meses em 2017 e 12 meses em 2018.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 53,8 milhões comparativamente a R$ 36,2 milhões no mesmo período de 2017, o que representou um aumento de R$ 17,6 milhões ou 48,5%. Despesas gerais e administrativas representou 4,7% e 4,1% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a (i) aumento de despesas com pessoal para suportar o crescimento orgânico da Companhia e (ii) incorporação do Oba Hortifruti em maio de 2017, com impacto de 8 meses em 2017 e 12 meses em 2018.

Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 14,5 milhões comparativamente a R$ 9,3 milhões no exercício de 2017, o que representou um aumento de R$ 5,3 milhões ou 57,0%. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas representou 1,3% e 1,0% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Este aumento se deu substancialmente a (i) despesas com reestruturação em 2018 visando produtividade em loja, redesenho de estruturas operacionais e trabalho de marca e (ii) ganhos na combinação de negócios do Oba Hortifruti em maio de 2017.

Receitas financeiras

Receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 8,1 milhões comparativamente a R$ 2,5 milhões no exercício de 2017, o que representou um aumento de R$ 5,6 milhões ou 225,6%. Receitas financeiras representou 0,7% e 0,3% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente à maior posição de caixa e equivalentes de caixa em 2018.

Despesas financeiras

Despesas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 21,3 milhões comparativamente a R$ 22,3 milhões no exercício de 2017, o que representou uma redução de R$ 1,0 milhão ou 4,6%. Despesas financeiras representou 1,9% e 2,5% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente à diminuição da taxa Selic no período.

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro, líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi uma despesa de R$ 13,1 milhões comparativamente a R$ 19,8 milhões exercício de 2017, o que representou uma redução de R$ 6,6 milhões ou 33,6%. Resultado financeiro, líquido representou 1,1% e 2,2% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Esta redução é atribuída aos efeitos descritos em Receitas financeiras e Despesas financeiras.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 48,9 milhões comparativamente a R$ 33,7 milhões no exercício de 2017, o que representou um aumento de R$ 15,0 milhões ou 44,9%. Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 4,3% e 3,8% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos mencionados acima.

Imposto de renda e contribuição social corrente

Imposto de renda e contribuição social corrente no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 10,5 milhões comparativamente a R$ 12,9 milhões no exercício de 2017, o que representou uma redução de R$ 2,3 milhões ou 18,0%. Imposto de renda e contribuição social corrente representou 0,9% e 1,5% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente pelo redução na alíquota efetiva. .

Imposto de renda e contribuição social diferido

Imposto de renda e contribuição social diferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ (2,2) milhões comparativamente a R$ 1,8 milhão no mesmo período de 2017, o que representou uma redução de R$ (4,0) milhões. Imposto de renda e contribuição social diferido representou (0,2)% e

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

0,2% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a pela diferença entre a depreciação fiscal e contábil.

Lucro líquido do exercício

Lucro líquido exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 36,1 milhões comparativamente a R$ 22,7 milhões no mesmo período de 2017, o que representou um aumento de R$ 13,4 milhões ou 59,2%. Lucro do exercício representou 3,1% e 2,6% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos mencionados acima.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO (em R$ milhares, exceto %)	30/09/2020	AV	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	31/12/2017	AV	30/09/2020 x 2019	2019 x 2018	2018 x 2017
Circulante	**295.995**	**32,7%**	**281.397**	**38,5%**	**263.144**	**52,6%**	**209.267**	**56,6%**	**5,2%**	**6,9%**	**25,7%**
Caixa e equivalentes de caixa	60.816	6,7%	64.187	8,8%	93.716	18,7%	79.589	21,5%	-5,3%	-31,5%	17,7%
Aplicações financeiras	2.000	0,2%	2.000	0,3%	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	0,0%	21	0,0%	53	0,0%	81	0,0%	-100,0%	-60,4%	-34,6%
Contas a receber de clientes	97.005	10,7%	85.073	11,6%	72.935	14,6%	63.528	17,2%	14,0%	16,6%	14,8%
Estoques	111.305	12,3%	106.193	14,5%	83.776	16,7%	61.475	16,6%	4,8%	26,8%	36,3%
Tributos a recuperar	19.719	2,2%	22.367	3,1%	9.073	1,8%	1.944	0,5%	-11,8%	146,5%	366,7%
Imposto de renda e contribuição social	23	0,0%	23	0,0%	659	0,1%	744	0,2%	0,0%	-96,5%	-11,4%
Outros créditos	5.127	0,6%	1.533	0,2%	2.932	0,6%	1.906	0,5%	234,4%	-47,7%	53,8%
Não Circulante	**610.099**	**67,3%**	**450.184**	**61,5%**	**237.562**	**47,4%**	**160.666**	**43,4%**	**35,5%**	**89,5%**	**47,9%**
Outros créditos	4.170	0,5%	4.890	0,7%	25	0,0%	127	0,0%	-14,7%	19460,0%	-80,3%
Aplicações financeiras	-	0,0%	0	0,0%	1.500	0,3%	500	0,1%	-	-100,0%	200,0%
Depósitos judiciais	4.219	0,5%	2.354	0,3%	834	0,2%	742	0,2%	79,2%	182,3%	12,4%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	49.185	5,4%	2.554	0,3%	380	0,1%	1.810	0,5%	1825%	572,1%	-79,0%
Tributos a recuperar	8.808	1,0%	5.705	0,8%	2.770	0,6%	1.870	0,5%	54,4%	106,0%	48,1%
Empréstimos a receber de partes relacionadas	-	0,0%	1.534	0,2%	23.427	4,7%	18.100	4,9%	-100,0%	-93,5%	29,4%
Ativo de direito de uso	252.894	27,9%	222.617	30,4%	-	-	-	-	13,6%	-	-
Imobilizado	279.415	30,8%	201.036	27,5%	205.357	41,0%	134.297	36,3%	39,0%	-2,1%	52,9%
Intangível	11.408	1,3%	9.494	1,3%	3.269	0,7%	3.220	0,9%	20,2%	190,4%	1,5%
Total do Ativo	**906.094**	**100,0%**	**731.581**	**100%**	**500.706**	**100%**	**369.933**	**100%**	**23,9%**	**46,1%**	**35,4%**

PASSIVO (em R$ milhares, exceto %)	30/09/2020	AV	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	31/12/2017	AV	30/09/2020 x 2019	2019 x 2018	2018 x 2017
Circulante	300.481	**33,2%**	**284.599**	**38,9%**	**228.572**	**45,6%**	**229.584**	**62,1%**	**5,6%**	**24,8%**	**-0,4%**
Fornecedores	91.306	10,1%	97.589	13,3%	92.974	18,6%	79.880	21,6%	-6,4%	5,0%	16,4%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Empréstimos, financiamentos e debêntures	38.372	4,2%	66.415	9,1%	77.739	15,5%	95.254	25,7%	-42,2%	-14,6%	-18,4%
Passivo de arrendamento	66.534	7,3%	56.712	7,8%	-	-	-	-	17,3%	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	0,0%	19	0,0%	298	0,1%	2.854	0,8%	-100,0%	-93,6%	-89,6%
Obrigações sociais e trabalhistas	65.071	7,2%	34.947	4,8%	31.888	6,4%	25.424	6,9%	86,2%	9,6%	25,4%
Obrigações tributárias	9.896	1,1%	7.676	1,0%	5.368	1,1%	5.695	1,5%	28,9%	43,0%	-5,7%
Imposto de renda e contribuição social	10.032	1,1%	2.671	0,4%	4.408	0,9%	8.467	2,3%	275,6%	-39,4%	-47,9%
Parcelamentos tributários	5.835	0,6%	3.740	0,5%	2.579	0,5%	2.769	0,7%	56,0%	77,8%	-6,9%
Contas a pagar	12.794	1,4%	12.236	1,7%	10.290	2,1%	7.488	2,0%	4,6%	18,9%	37,4%
Dividendos a pagar	-	0,0%	-	0,0%	3.000	0,6%	1.753	0,5%	-	-100,0%	71,1%
Provisão para processos judiciais	-	0,0%	1.896	0,3%	-	-	-	-	-100,0%	-	-
Outros passivos	641	0,1%	698	0,1%	28	0,0%	-	-	-8,2%	2392,9%	-
Passivo não circulante	**376.678**	**41,6%**	**298.386**	**40,8%**	**77.689**	**15,5%**	**29.689**	**8,0%**	**26,2%**	**281,7%**	**161,7%**
Empréstimos, financiamentos	**376.678**	**41,6%**	**298.386**	**40,8%**	68.831	13,7%	19.050	5,1%	**26,2%**	**281,7%**	261,3%
Passivo de arrendamento	160.238	17,7%	108.498	14,8%	-	-	-	-	47,7%	57,6%	-
Parcelamentos tributários	206.384	22,8%	177.764	24,3%	5.016	1,0%	5.089	1,6%	16,1%	-	-13,7%
Provisão para processos judiciais	8.140	0,9%	2.573	0,4%	1.037	0,2%	970	0,3%	216,4%	-48,7%	6,9%
Obrigações tributárias	1.771	0,2%	9.551	1,3%	-	-	600	0,2%	-81,5%	531,3%	-100,0%
Empréstimos a pagar para partes relacionadas	-	0,0%	-	0,0%	2.006	0,4%	3.260	0,9%	-	-	-38,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	0,0%	-	0,0%	799	0,2%	-	-	-	-100,0%	0,0%
Patrimônio líquido	**228.935**	**25,3%**	**148.596**	**20,3%**	**194.445**	**38,8%**	**110.660**	**29,9%**	**54,1%**	**-23,6%**	**75,7%**
Capital social	91.438	10,1%	91.438	12,5%	89.864	17,9%	59.864	16,2%	0,0%	1,8%	50,1%
Reservas de capital	20.000	2,2%	20.000	2,7%	79.092	15,8%	57.500	15,5%	0,0%	-74,7%	37,6%
Reservas de lucros	25.156	2,8%	37.158	5,1%	23.809	4,8%	-	-	-32,3%	56,1%	-
Prejuízos acumulados	-	0,0%	-	0,0%	-	-	-8.408	-2,3%	-	-	-100,0%
Lucros acumulados	43.250	4,8%	-	0,0%	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de benefício fiscal	49.089	5,4%	-	0,0%	-	-	-	-	-	-	-
Participação de não controladores	-	0,0%	-	0,0%	1.680	0,3%	1.704	0,5%	-	-100,0%	-1,4%
Total do passivo e patrimônio líquido	**906.094**	**100,0%**	**731.581**	**100%**	**500.706**	**100%**	**369.933**	**100%**	**23,9%**	**46,1%**	**35,4%**

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Ativo circulante

Em 30 de setembro de 2020, o ativo circulante era de R$ 296,0 milhões, em comparação com R$ 281,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R$ 14,6 milhões ou 5,2%, decorreu principalmente do crescimento de contas a receber em R$ 11,9 milhões e do estoque em R$ 5,1 milhões, decorrentes do crescimento de vendas. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 32,7% em 30 de setembro de 2020 e 38,5% em 31 de dezembro de 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Ativo não circulante

Em 30 de setembro de 2020, o ativo não circulante era de R$ 610,1 milhões, em comparação com R$ 450,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R$ 159,9 milhões ou 35,5%, decorreu principalmente de (i) investimentos em novas lojas, e (ii) constituição de um ativo fiscal diferido oriundo a incorporação do Oba Growth Participações S.A. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 67,3% em 30 de setembro de 2020 e 61,5% em 31 de dezembro de 2019.

Passivo circulante

Em 30 de setembro de 2020, o passivo circulante era de R$ 300,5 milhões, em comparação com R$ 284,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R$ 15,8 milhões ou 5,6%, decorreu principalmente de (i) de aumento das obrigações sociais e trabalhistas, fruto do aumento de folha de pessoal especialmente pela abertura de novas lojas (ii) aumento de imposto de renda e contribuição social a pagar, resultado de maior lucro acumulado no período, (iii) aumento de arrendamentos direito de uso a pagar, de acordo com a norma contábil CPC 06 (R2)/IFRS 16 e (iv) redução de empréstimos e financiamentos, como consequência do alongamento do perfil da dívida da Companhia. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 33,2% em 30 de setembro de 2020 e 38,9% em 31 de dezembro de 2019.

Passivo não circulante

Em 30 de setembro de 2020, o passivo não circulante era de R$ 376,7 milhões, em comparação com R$ 298,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R$ 78,3 milhões ou 26,2%, decorreu principalmente do aumento de R$ 51,7 milhões em empréstimos, financiamentos e debêntures, como consequência do alongamento do perfil da dívida da Companhia e novas captações, além do aumento de R$ 28,6 milhões nos arrendamentos direito de uso a pagar, de acordo com a norma contábil CPC 06 (R2)/IFRS 16. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 41,6% em 30 de setembro de 2020 e 40,8% em 31 de dezembro de 2019.

Patrimônio líquido

Em 30 de setembro de 2020, o patrimônio líquido era de R$ 228,9 milhões, em comparação com R$ 148,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esta variação, de R$ 80,3 milhões ou 54,1%, deu-se por (i) aumento de R$ 43,2 milhões de resultado do período, (ii) aumento de R$ 49,0 milhões na reserva de benefício fiscal de ativo diferido na incorporação da Oba Growth Participações S.A. em janeiro de 2020, e (iii) redução R$ 12,0 milhões em reservas de lucros para distribuição de dividendos.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R$ 281,4 milhões, em comparação com R$ 263,1 milhões em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R$ 18,3 milhões ou 6,9%, decorreu principalmente dos (i) aumentos de estoque e contas a receber decorrentes do aumento de vendas; (ii) aumento de impostos a recuperar; e (iii) redução de caixa e equivalentes de caixa, principalmente empregados nos investimentos de expansão e capital de giro. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 38,5% em 31 de dezembro de 2019 e 52,6% em 31 de dezembro de 2018.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R$ 450,2 milhões, em comparação com R$237,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R$ 212,6 milhões ou 89,5%, decorreu

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

principalmente pelo efeito da adoção da norma contábil IFRS16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a qual exige o reconhecimento de um ativo e um passivo financeiro relativo aos aluguéis futuros descontados a valor presente para no valor de R$222,6 milhões e o aumento de imobilizado com expansão de investimentos em lojas. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 61,5% em 31 de dezembro de 2019 e 47,4% em 31 de dezembro de 2018.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R$ 284,6 milhões, em comparação com R$ 228,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R$ 56,5 milhões ou 24,8%, decorreu substancialmente pelo registro da conta de Arrendamento em R$56,7 milhões, decorrente da adoção da norma contábil CPC 06 (R2)/IFRS 16. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 38,9% em 31 de dezembro de 2019 e 45,6% em 31 de dezembro de 2018.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R$ 298,4 milhões, em comparação com R$ 77,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R$ 220,2 milhões ou 281,7%, decorreu principalmente pelo aumento de R$39,7 milhões em empréstimos, financiamentos e debêntures e de R$177,8 milhões na conta de passivo de arrendamento, decorrente da adoção da norma contábil CPC 06 (R2)/IFRS 16. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 40,8% em 31 de dezembro de 2019 e 15,5% em 31 de dezembro de 2018.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R$ 148,6 milhões, em comparação com R$ 192,8 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esta variação negativa de R$ 44,2 milhões ou 22,9%, deu-se principalmente pela redução de R$59,0 milhões decorrentes do processo de cisão parcial dos ativos e passivos que representavam o investimento na CR Alves Participações Ltda. ("CR Alves") e pelo lucro do exercício de R$21,7 milhões.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante era de R$ 263,1 milhões, em comparação com R$ 209,3 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 52,6% em 31 de dezembro de 2018 e 56,6% em 31 de dezembro de 2017. Este aumento, de R$ 53,9 milhões ou 25,7%, decorreu principalmente devido ao aumento de estoques em R$ 22,3 milhões e no contas a receber de R$9,4 milhões, decorrentes de aumento de vendas do período e aumento de R$14,1 milhões em caixa e equivalentes de caixa.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo não circulante era de R$ 237,6 milhões, em comparação com R$ 160,6 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 47,4% em 31 de dezembro de 2018 e 43,4% em 31 de dezembro de 2017. Este aumento de R$ 76,9 milhões ou 47,9%, decorreu substancialmente do aumento em imobilizado, decorrente principalmente de investimentos em novas lojas.

Passivo circulante

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante era de R$ 228,6 milhões, em comparação com R$ 229,6 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 45,6% em 31 de dezembro de 2018 e 62,1% em 31 de dezembro de 2017. Esta redução, de R$ (1,0) milhão ou (0,4)%, decorreu principalmente da redução de R$17,5 milhões em empréstimos, financiamentos e debêntures, resultado do alongamento do perfil da dívida e do aumento de R$13,1 milhões de fornecedores, devido ao aumento das vendas e compras.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo não circulante era de R$ 77,7 milhões, em comparação com R$ 29,7 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 15,5% em 31 de dezembro de 2018 e 8,0% em 31 de dezembro de 2017. Este aumento, de R$ 48,0 milhões ou 161,7%, decorreu principalmente pelo aumento de empréstimos, financiamentos e debêntures, decorrentes de novas linhas de dívidas e do alongamento do perfil da dívida.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido era de R$ 194,5 milhões, em comparação com R$ 110,6 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esta variação, de R$ 83,8 milhões ou 75,7%, deu-se por R$ 36,1 milhões de lucros do exercício, R$ 60,0 milhões de integralização de capital por aportes realizados pela Oba Growth Participações S.A. na compra da participação acionária na Companhia e pelo valor de R$ 12,3 milhões de dividendos e juros sobre capital próprio distribuído no exercício.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

(em R$ mil)	30/09/2020	30/09/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	110.327	34.592	32.782	22.031	6.920
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-91.326	-51.598	-88.851	-94.452	-47.419
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento	-22.372	-34.270	53.713	86.548	109.000
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	-3.371	-78.449	-29.529	14.127	68.501

PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 COMPARADO AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2019

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R$ 110,3 milhões para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R$ 34,6 milhões para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019. Esse aumento de R$ 75,7 milhões se deu principalmente por aumento do resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, resultado da maior venda e rentabilidade do período.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R$ 91,3milhões para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R$ 51,6milhões para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019. Esse aumento de R$ 39,8milhões, ou 77,0%, é justificado por maiores investimentos com expansão de novas lojas.

Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R$ 22,4 milhões para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado com um caixa líquido consumido de R$ 34,3 milhões para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019. Essa redução de R$ 11,9 milhões, ou 34,7%, é justificada principalmente por um menor nível de pagamentos do principal de empréstimos e financiamentos.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais totalizou R$ 32,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$ 22,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R$ 10,8 milhões, ou 48,8%, é justificado por aumento do resultado antes do imposto de renda e da contribuição social após ajustes para reconciliação do caixa líquido e compensado em parte,

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

especialmente, por um aumento em estoques e tributos a recuperar, resultado do crescimento de vendas do período.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R$ 88,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$ 94,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Essa redução de R$ 5,6 milhões, ou 5,9%, é justificado por recebimento de mútuo no período.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R$ 53,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$ 86,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Essa redução de R$ 32,8 milhões, ou 37,9%, é justificada por maior nível de pagamentos do principal de empréstimos e financiamentos.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais totalizou R$ 22,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R$ 6,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento de R$ 15,1 milhões, ou 218,4%, é justificado principalmente por aumento do resultado operacional e melhoria nas contas de variações de ativos e passivos, especialmente contas a receber, estoques e contas a pagar.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R$ 94,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R$ 47,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento de R$ 47,0 milhões, ou 99,2%, é justificado por aumento de imobilizado para expansão de novas lojas.

Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R$ 86,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R$ 109,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Essa redução de R$ 22,5 milhões, ou 20,6%, é justificada principalmente pelo menor aporte de capital em 2018.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 foi na sua maioria a revenda de mercadorias e, em menor escala, vendas de serviços e demais receitas.

As receitas com venda de mercadoria são originadas predominantemente nas nossas 56 lojas físicas, e também através de canais digitais, como o aplicativo para celular Oba Hortifruti, aplicativo de mensagens, aplicativos de *marketplace* e telefone, cuja plataforma omnicanal permite que o cliente receba as mercadorias em casa ou agende para retirar na loja.

Os impostos sobre vendas que impactam esta linha das demonstrações de resultados, são: ICMS, PIS, COFINS, ISS e IPI.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciadas pelos seguintes fatores:

(a) Crescimento real do Produto Interno Bruto, sendo esse uma variável importante para medir o desempenho da atividade econômica do país. O PIB apresentou as seguintes variações nos anos de 2019, 2018 e 2017: 1,1%, 1,3% e 1,3% respectivamente.

(b) Inflação: A inflação impacta direta ou indiretamente as despesas da Companhia, como parcelas fixas de aluguéis, salários (através de dissídios de classes), fretes e embalagens, dentre outros. Os indicadores de inflação mais comumente usados são INCC, IGP-M e IPCA.

(c) Câmbio: A taxa de câmbio afeta nosso negócio no custo das mercadorias importadas e também no custo de produtores nacionais que praticam exportação.

(d) Concorrência: a concorrência no varejo alimentar se dá em sua maior parte em micromercados, com raio reduzido de captura de clientes de cada loja ou canal digital. Com isso, eventuais aberturas de concorrentes próximos a lojas existentes podem afetar o resultado operacional.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Temos sido, historicamente, capazes de gerenciar a precificação dos nossos produtos a fim de repassar variações positivas e negativas aos nossos clientes, seja através de mudanças diretas nos preços dos produtos ou através de substituições de produtos e/ou fornecedores e alternância entre produtos nacionais e importados. Tais variações podem ser causadas pela taxa de inflação, taxa de juros, taxa de câmbio e outros elementos que impactam os custos de produção por parte de nossos fornecedores.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A inflação, taxa de câmbio e taxa de juros podem impactar os preços dos nossos produtos e reduzir a propensão de consumo dos nossos clientes ou provocar um efeito de substituição por produtos de menor valor. Contudo atuamos fortemente no relacionamento direto com nossos fornecedores para mitigar flutuações temporárias de indicadores macroeconômicos e proporcionar aos nossos clientes uma oferta de produtos adequada. As variações na taxa de juros impactam diretamente nosso resultado financeiro, uma vez que as dívidas e aplicações financeiras são indexadas normalmente à taxa básica de juros.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, tampouco no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 31 de agosto de 2019, a Assembleia Geral da Companhia aprovou a cisão parcial da Companhia, a qual parte do patrimônio líquido da Companhia, avaliado em R$ 133.894.427,00, foi incorporado pela Call Holding Ltda. ("Call"). A cisão parcial teve por objeto a transferência da totalidade do investimento detido pela Companhia na CR Alves Participações Ltda. ("CR Alves"), através da versão do patrimônio líquido da Companhia à Call, avaliado em R$ 133.894.427,00.

Na operação, a Companhia realizou o aumento de capital, nos termos do §1º do art. 169 da Lei das Sociedades por Ações ao qual passou do valor de R$ 127.364.175,62, dividido em 3.166.409 ações ordinárias, para R$ 225.332.468,56, sem a emissão de novas ações. Após a aprovação da cisão parcial, o capital social da Companhia foi reduzido no valor do patrimônio líquido cindido à Call de R$ 133.894.427,00. O capital social da Companhia passou de R$ 225.332.468,56, para R$ 91.438.041,056.

Em 01 de outubro de 2019, a Companhia incorporou a totalidade do patrimônio líquido da Oba Hortifruti – Comércio e Importação de Frutas Ltda. ("Oba Comércio e Importação"), no valor de R$ 42.647.803,88. A Incorporação não acarretou o aumento do capital social da Companhia. Adicionalmente, a transação não teve efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Como resultado, a totalidade do patrimônio líquido da Oba Comércio e Importação foi vertido à Companhia, que se tornou a sucessora em todos os direitos e obrigações da Oba Comércio e Importação.

Em 31 de janeiro de 2020, a Companhia incorporou parte do patrimônio líquido da Oba Growth Participações S.A. ("Oba Growth"), no valor de R$ 49.088.382,35. A incorporação não acarretou o aumento do capital social da Companhia, a emissão de valores mobiliários pela Companhia ou a alteração das participações dos seus acionistas no capital social da Companhia.

Em decorrência da aprovação da Incorporação da Oba Growth, houve o cancelamento de 834.366 (oitocentas e trinta e quatro mil, trezentas e sessenta e seis) ações ordinárias da Companhia detidas pela Oba Growth e, ato contínuo, a emissão do mesmo número de ações para o único acionista da Oba Growth: Crescera OBA Growth Co-invest I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Crescera Oba Growth").Como resultado, parte do patrimônio da Oba Growth foi vertido à Companhia, que se tornou a sucessora em todos os direitos e obrigações da Oba Growth e a Crescera Oba Growth ingressou no quadro societário da Companhia.

Para mais informações vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, ou durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06(R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas (IFRIC 23/ CPC 22, IFRS15/CPC 47 e IFRS9/CPC 48) também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo

Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17

A Companhia adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o ativo e passivo mensurados foram iguais em 1º de janeiro de 2019, sem efeitos no saldo de abertura dos lucros acumulados. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2)/IFRS 16 em geral não foram aplicados a informações comparativas.

Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. A Companhia considerou uma única taxa por se tratar de um único grupo de arrendamento, imóveis. Os ativos de direito de uso são mensurados por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Em particular:

− Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
− Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
− Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
− Utilizou a data inicial de 1º de janeiro de 2019 ao determinar o prazo do arrendamento.

A Companhia utilizou a taxa de média de desconto aplicada de 7,81% a.a, para os contratos firmados de arrendamento mercantil até 31 de dezembro de 2019, e 6,23% a.a para os contratos firmados de arrendamento após 1º de janeiro de 2020, obtidas utilizando como critério a taxa de captação para um novo financiamento com prazo similares.

A Companhia registra os arrendamentos como ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento no seu balanço patrimonial. A Companhia arrenda imóveis para instalações de lojas. Esses arrendamentos possuem cláusula de opção de renovação do após período de vigência. A Companhia avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de extensão. A Companhia reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que estejam sob seu controle.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Para efeitos comparativos, a tabela abaixo mostra o efeito da adoção da norma no resultado de 2019. e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020.

a) Direito de uso sobre arrendamento

Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	**230.875**
Novos contratos em 2019	39.974
Depreciação acumulada	-48.232
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**222.617**

b) Passivo de arrendamento

Reconhecimento inicial em 1º de janeiro de 2019	**-230.875**
Novos contratos em 2019	-39.974
Juros apropriados	-19.149
Pagamento principal	36.373
Pagamento juros	19.149
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**-234.476**

Para efeitos comparativos, a tabela abaixo mostra o efeitos da adoção da norma no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020.

a) Direito de uso sobre arrendamento

Saldo em 1º de janeiro de 2020	**222.617**
Novos contratos até setembro de 2020	74.317
Depreciação acumulado até setembro de 2020	-44.040
Saldo em 30 de setembro de 2020	**252.894**

b) Passivo de arrendamento

Saldo Inicial em 1º de janeiro de 2020	**-234.476**
Novos contratos	-74.317
Juros apropriados	-16.152
Pagamentos - principal	35.875
Pagamentos - juros	16.152
Saldo em 30 de setembro de 2020	**-272.918**

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os Diretores acreditam que apesar de uma série de outras novas normas também terem entrado em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, somente o CPC 06(R2)/IFRS 16 que afetou materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. A adoção da norma IFRS16/CPC 06 (R2) afetou o reconhecimento dos arrendamentos operacionais para as lojas da Companhia, eventuais impactos ou valores já foram considerados nas próprias demonstrações financeiras.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Ênfase – KPMG (31/12/2019)

Em 27 de março de 2020, os auditores independentes emitiram relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 de acordo com as práticas contábeis aceitas no Brasil, que foi reemitido. Conforme descrito na nota explicativa nº 3, as demonstrações financeiras foram alteradas e reemitidas para refletir uma base de preparação de acordo com as práticas aceitas no Brasil, com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as normas da CVM descritas na referida nota explicativa. Consequentemente, a opinião dos auditores independentes substitui a opinião anteriormente emitida. A opinião não foi modificada em relação a esse assunto.

Ênfase – BDO (31/12/2018 e 31/12/2017)

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3.a às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, que descreve a reapresentação dessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, em virtude de aprimoramento de divulgação em notas explicativas. Este relatório substitui os originalmente emitidos em 14 de maio de 2018 sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, com modificação de opinião sobre o registro e apresentação de ajuste de exercícios anteriores, e em 20 de março de 2019, sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018, sem modificação de opinião. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

As demonstrações financeiras individuais da controladora e consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Stantards Board – IASB*, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A administração considera uma prática contábil crítica quanto ela é importante para retratar a situação financeira da Companhia e requer julgamentos e estimativas complexos ou significativos.

As principais práticas contábeis, descritas a seguir, foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

a) Reconhecimento de receita de contrato com cliente

As receitas são provenientes basicamente das vendas de produtos de varejo. Portanto, a receita da venda dos produtos no comércio varejista, diretamente ao consumidor final, é reconhecida no momento efetivo da venda, que é substancialmente o momento que a obrigação de desempenho é atendida. A receita é reconhecida quando os produtos são entregues.

As vendas direto ao consumidor permitem ao cliente devolver os produtos. Portanto, de acordo com o CPC 47/ IFRS 15 – Receitas de contratos de clientes, o valor da receita reconhecida deve ser ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido devem ser reconhecidos. A Administração avaliou as devoluções esperadas e identificou um valor imaterial e, portanto, não estão refletidas nessas demonstrações financeiras.

b) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

<u>Imposto corrente</u>
A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Imposto diferido

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas controladas individualmente.

c) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda, tais como: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) custo da mercadoria; e (iv) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda.

Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas para perdas, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

d) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

e) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

- Instalações comerciais 10 anos
- Máquinas, equipamentos e ferramentas 7-10 anos
- Veículos 5 anos
- Computadores e periféricos 5 anos
- Móveis e utensílios 10 anos
- Benfeitorias em propriedades de terceiros 10 anos
- Edificações 25 anos

Métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

f) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pelo Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há contratos de arrendamentos mercantis não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

(iv) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

10.8 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Os investimentos da Companhia são direcionados em sua maioria para expansão do número de lojas para ampliação da capilaridade e alcance de novos clientes, reformas e manutenção de lojas existentes, em processos de verticalização de categorias, como em centrais de processamento de produtos, na nossa cadeia logística, com investimento em equipamentos e caminhões e em tecnologia, para desenvolvimento dos canais digitais e aprimoramento da gestão.

Em 2019, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado e intangível foram de R$105,2 milhões, incluindo a abertura de 7 novas lojas, início de investimentos em 3 lojas, reformas e manutenção, investimentos em logística especialmente no Centro-oeste, tecnologia da informação e projetos corporativos. No período findo de 30 de setembro de 2020, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado e intangível foram de R$ 130,6 milhões, incluindo (i) abertura de 7 novas lojas, com entrada em 4 novas cidades e investimentos em mais 6 lojas que estavam em construção, (ii) reforma e manutenção no parque de lojas, (iii) investimentos no frigorífico para ampliação da capacidade e automatização dos processos, (iv) investimentos em logística, e (v) investimento em tecnologia da informação e e-*commerce*.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da oferta pública inicial de ações da Companhia ("Oferta") para intensificar seus investimentos em novas lojas (92% do volume captado), aumentando o ritmo de inaugurações histórico, alcançando novos clientes nas lojas físicas e expandindo a atuação dos canais digitais, uma vez que nosso modelo de negócio usa a loja física como um centro de distribuição para os pedidos nos canais digitais. Além das lojas, pretendemos aumentar os investimentos em tecnologia e digital (6% do volume captado) com foco na experiencia do cliente, oferta de novas soluções e eficiência na plataforma *ominicanal*. Além das lojas e canais digitais, pretendemos investir em soluções de logística para as operações da Companhia (2% do volume captado), para acompanhar o crescimento das lojas e digital.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamentos para os investimentos são a geração de caixa da Companhia e a captação de empréstimos e financiamentos junto à terceiros e, pontualmente, injeções de capital próprio, como através da Oferta.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

10.8 - Plano de Negócios

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou o coronavírus (Covid-19) como uma emergência de saúde global e em 11 de março de 2020, o surto foi declarado pela OMS como pandemia uma vez que o vírus se disseminou em todos os continentes.

No primeiro semestre de 2020, o cenário global foi marcado pelos desdobramentos iniciais da pandemia causada pelo Covid-19, desde então, a Administração avalia de forma constante os efeitos do surto sobre as operações nas demonstrações financeiras.

Principais impactos do COVID-19

Após o pronunciamento da OMS, a prioridade da Companhia foi de assegurar a saúde e segurança de seus funcionários e clientes, garantindo a normalidade do fornecimento de alimentos a toda população, e com medidas trabalhistas para preservação do emprego dos seus colaborares.

Por estar em um setor essencial do varejo de alimentos, a Administração se restringiu ao fechamento temporário de uma única loja localizada em *shopping center*, em razão de exigência regulatória, que perdurou por um período de três meses. A Administração atuou de forma rápida na adequação das medidas exigidas pelos órgãos de saúde públicas nas lojas e centros de distribuição, tendo adotado as seguintes medidas:

a) Ampliação da disponibilidade de produtos para venda online e delivery;

b) Negociação com os atuais e novos fornecedores de mercadorias para reforçar o abastecimento das lojas durante o período surto;

c) Comunicação frequente e ativa com todos os colaboradores a fim de nós cuidados contra o vírus;

d) No início da pandemia, a Companhia aderiu ao afastamento remunerado dos funcionários do grupo do risco que se encontram afastados até a data deste Formulário de Referência;

e) Intensificação no abastecimento de materiais de limpeza como álcool gel e instalação de equipamentos de proteção nos caixas das lojas;

f) Revisão do plano de investimentos para aumentar a liquidez durante o período do surto;

g) Adoção da prática de home office para colaboradores de áreas corporativas;

h) Adesão a postergação dos pagamentos tributários (FGTS, INSS, PIS, COFINS, com suas devidas obrigações acessórias (Medida provisória 927 e nas portarias 139 e 254).

Impactos do COVID-19 nos resultados financeiros da Companhia

A crise causada pela pandemia de COVID-19 iniciou-se nas duas últimas semanas do trimestre findo em 31 de março de 2020, com isso o cenário atual revelou padrões atípicos de compras no segmento de varejo que observou um aumento do valor do ticket médio e uma redução no número de quantidade de tickets, reflexo da estocagem de alimentos e compras mais concentradas.

Com isso no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, a receita líquida de vendas da Companhia foi de R$ 1.273,7 milhões, enquanto no mesmo período de 2019 foi de R$ 969,1 milhões, ou seja, a Companhia teve um aumento de R$ 31,4% da receita líquida. Além disso, a Companhia um expressivo aumento em vendas por meio do e-commerce. A participação do e-commerce em nossas vendas passou de 0,5% no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019 para R$ 5,9% em 30 de setembro de 2020, ou seja, um aumento de R$ 5,4 p.p.

Apesar de todos os desafios constatados e comentados, a agilidade da Companhia no estabelecimento de diversos protocolos de segurança garantiu a continuidade das operações nas nossas lojas, as quais permaneceram abertas. O negócio da Companhia demonstrou bastante resiliência nesse período de pandemia com crescimento expressivo.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

A Companhia continua acompanhando atentamente os impactos da pandemia da COVID-19 nos mercados mundiais e no mercado brasileiro e continua monitorando todos os possíveis impactos de curto, médio e longo prazo na Companhia, tomando as devidas medidas com relação a sua operação e manutenção da solidez de seu balanço.

Mesmo que o COVID-19 impacte de forma significativa o crescimento econômico do Brasil, e consequentemente a renda média dos clientes da Companhia, não esperamos impactos adversos na Companhia no longo prazo considerando a resiliência histórica demonstrada pelo setor de varejo alimentício durante períodos de crise. Para mais informações sobre o setor de varejo alimentício, vide seção 7.3 deste Formulário de Referência

Ainda, para mais informações sobre as medidas adotadas pela Companhia e informações sobre o impacto do COVID-19 nas principais transações e indicadores financeiros da Companhia, vide seções 7.1 e 10.1 deste Formulário de Referência.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

A Administração da Companhia é composta por um Conselho de Administração e uma Diretoria, regidos pelo disposto na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ou Lei das Sociedades por Ações, e no Estatuto Social. A Companhia possui um Comitê de Auditoria não estatutário, um Comitê de Expansão; um Comitê de Finanças; e um Comitê de Ética e de Proteção de Dados Pessoais.

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão responsável, dentre outros, pelo estabelecimento das políticas gerais dos negócios da Companhia e pela eleição dos Diretores, bem como pela supervisão da gestão destes Diretores. Além das matérias exigidas por lei, cabe ao Conselho de Administração deliberar sobre as matérias descritas no Estatuto Social bem como sobre as atribuições previstas na Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia. O Estatuto Social da Companhia estabelece as seguintes atribuições ao Conselho de Administração:

(i) aprovação das normas de procedimento ou regimento interno dos órgãos de administração da Companhia;

(ii) a emissão de quaisquer títulos e valores mobiliários para a captação de recursos, como debêntures, notas promissórias, bônus de subscrição ou quaisquer outros valores mobiliários da Companhia (exceto ações), conversíveis ou não em ações;

(iii) realização, pela Companhia, de qualquer investimento em valor superior a R$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais) (considerado o ato isoladamente), exceto se previsto no orçamento anual da Companhia;

(iv) distribuição de dividendos intermediários, intercalares e/ou juros sobre capital próprio pela Companhia;

(v) realização de quaisquer investimentos fora do ramo de atuação da Companhia em qualquer valor;

(vi) aquisição, alienação ou oneração de bens integrantes do ativo permanente, em um mesmo exercício social, de valor superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia, isoladamente ou no conjunto de qualquer série de contratos desdobrados ou operações análogas, exceto se previsto no orçamento anual da Companhia;

(vii) aprovação de assunção de qualquer obrigação de não concorrência que vincule a Companhia;

(viii) eleição dos beneficiários de qualquer plano de incentivo e a aprovação ou modificação das condições de outorga e exercício de qualquer plano de incentivo, observado o limite de capital autorizado, incluindo, mas não se limitando a quantidade, preço, *vesting* e metas, bem como do respectivo contrato a ser celebrado com cada beneficiário;

(ix) aprovação, revisão e/ou alteração do orçamento anual e do plano de negócios;

(x) escolha do auditor independente da Companhia, exceto se a empresa de auditoria contratada for Ernst & Young, Deloitte Touche Tohmatsu, KPMG ou PricewaterhouseCoopers;

(xi) aquisição, alienação ou oneração pela Companhia de participação no capital social de outras sociedades, participação em associações e/ou *joint ventures*, exceto e previsto no orçamento anual da Companhia;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(xii) aprovação de empréstimos, financiamentos, derivativos, linhas de crédito, emissão de instrumentos de dívida, instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam "*bonds*", "*notes*", ou endividamentos de qualquer natureza, que resultem em nível de endividamento (considerando o montante no encerramento do último trimestre-calendário anterior) superior a 1 vez o EBITDA consolidado da Companhia apurado no exercício social anterior, exceto se previsto no orçamento anual da Companhia;

(xiii) criação ou alteração de política para realização de aplicações financeiras pela Companhia e controladas, especialmente em relação a instrumentos financeiros complexos, observado que a Companhia e controladas somente contratarão bancos de primeira linha para a realização de tais operações;

(xiv) outorga, pela Companhia, de garantias de qualquer natureza, incluindo avais, fiança ou garantias reais (a) a terceiros, e (b) em garantia de suas próprias obrigações, exceto (x) se previsto no orçamento anual da Companhia, (y) garantias de contratos de locação de lojas; (z) obrigações de até R$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais) e (aa) garantias outorgadas sobre o próprio bem financiado no âmbito de financiamentos sob o FINAME ou similar;

(xv) concessão de empréstimos a terceiros, exceto se previsto no orçamento anual da Companhia superior a 1 vez o EBITDA consolidado da Companhia apurado no exercício social anterior;

(xvi) venda, transferência, constituição de quaisquer ônus ou outra forma de alienação ou oneração, pela Companhia, de ativos de propriedade intelectual;

(xvii) nomeação pela Companhia, de árbitros em procedimentos arbitrais em que a Companhia ou controladas estejam envolvidas como parte e que esteja relacionado com a participação da Companhia em outras sociedades;

(xviii) mudança nos princípios ou políticas contábeis ou fiscais relacionadas às demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, exceto conforme exigida pelos princípios contábeis;

(xix) celebração, pela Companhia, de quaisquer acordos de acionistas ou quotistas, que disponham sobre a participação da Companhia em outras sociedades;

(xx) distribuição desproporcional de lucros em qualquer controlada;

(xxi) aprovação de aumentos de capital se houver limite de capital autorizado;

(xxii) aprovação de criação e/ou extinção de comitês técnicos ou consultivos para assessorar o Conselho de Administração na administração da Companhia, bem como a aprovação e alteração dos respectivos regimentos;

(xxiii) celebração, rescisão ou alteração de contratos de administração entre a Companhia e seus diretores;

(xxiv) manifestar-se a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (b) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (c) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (d) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(xxv) aprovar as políticas, regimentos e códigos obrigatórios nos termos das normas editadas pela CVM, do Regulamento do Novo Mercado e da legislação aplicável à Companhia;

(xxvi) aprovar o orçamento do comitê de auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos nos termos do Estatuto Social da Companhia;

(xxvii) aprovar as atribuições da área de auditoria interna; e

(xxviii) alterar os limites e abrangência estabelecidos para práticas de atos dos Diretores em casos específicos ou por tempo que julgar conveniente.

Comitê de Auditoria não estatutário

O Regimento Interno do Comitê de Auditoria da Companhia estabelece as seguintes atribuições ao Comitê de Auditoria:

(i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;

(ii) supervisionar as atividades da auditoria independente;

(iii) avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações; intermediárias e demonstrações financeiras;

(iv) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;

(v) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia;

(vi) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política para Transação com Partes Relacionadas; receber e tratar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive estabelecer procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; e

(vii) aprovar um cronograma de atividades para o exercício social correspondente.

Comitê de Expansão

O Regimento Interno do Comitê de Expansão da Companhia estabelece as seguintes atribuições e responsabilidades ao Comitê de Expansão:

(i) acompanhar, discutir, opinar e informar o Conselho de Administração sobre os resultados das estratégias de expansão da Companhia na identificação de imóveis, para aquisição ou locação, com a finalidade de instalação de futuras lojas da Companhia;

(ii) analisar e acompanhar o cumprimento do plano de estratégia de expansão da Companhia, incluindo os resultados e projeções orçamentárias para o ano em exercício, bem como estudos de planejamento de médio e longo prazo;

(iii) avaliar, debater e formular recomendações ao Conselho de Administração quanto a planos, estudos e projetos estratégicos no que tange a locações de imóveis pela Companhia;

(iv) acompanhar e orientar a implantação dos planos, projetos e investimentos de expansão aprovados pelo Conselho de Administração, a fim de assegurar o atendimento das orientações definidas pelo Conselho de Administração;

(v) opinar sobre projetos de expansão, propor e acompanhar o status das ações da Diretoria da Companhia;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(vi) avaliar e acompanhar o andamento dos projetos de obras e custos de reforma e ampliação de lojas da Companhia;

(vii) avaliar e acompanhar a utilização de ferramentas ESG da Companhia no processo de abertura de novas lojas da Companhia;

(viii) acompanhar o resultado operacional *ex-post* dos investimentos realizados, inclusive as vendas e rentabilidade das novas lojas;

(ix) acompanhar temas de legalização, como status das licenças de operação;

(x) avaliar riscos referentes à área de expansão da Companhia, inclusive os relacionados a investimentos, endividamento e aplicações de caixa; e

(xi) sempre que solicitado por qualquer membro do Conselho de Administração, opinar sobre as demais matérias de competência do Conselho de Administração da Companhia de temas relacionados ao planejamento do crescimento da Companhia.

Comitê de Finanças

O Regimento Interno do Comitê de Finanças da Companhia estabelece as seguintes atribuições e responsabilidades ao Comitê de Finanças:

(i) acompanhar, discutir, opinar e informar o Conselho de Administração sobre os resultados financeiros da Companhia, incluindo, sem limitação, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício – DRE, a Demonstração de Fluxo de Caixa e a Dívida Líquida, bem como as questões que envolvam pareceres externos (Auditoria & Riscos)zelar pela observância do Código de Conduta e, no caso de descumprimento, determinar a aplicação de medidas disciplinares como advertência verbal ou, por escrito, suspensão, demissão por justa causa ou sem justa causa, de acordo com a gravidade da infração;

(ii) analisar e acompanhar o cumprimento do plano de negócios da Companhia, incluindo os resultados e projeções orçamentárias para o ano em exercício, bem como estudos de planejamento de médio e longo prazo;

(iii) analisar os investimentos e contratação de financiamentos e emissão da dívidas da Companhia e recomendar melhores alternativas;

(iv) acompanhar e orientar questões corporativas referentes a dividendos e emissão de ações;

(v) acompanhar o andamento das ações e projetos referentes ao fechamento contábil, mediante reporte e cumprimento do cronograma das áreas envolvidas;

(vi) avaliar riscos referentes à área administrativa-financeira, inclusive os relacionados a seguros, investimentos, endividamento e aplicações de caixa; e

(vii) opinar sobre as demais matérias de competência do Conselho de Administração da Companhia de natureza financeira, conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, sempre que solicitado por qualquer membro do Conselho de Administração.

Comitê de Ética e de Proteção de Dados Pessoais

O Regimento Interno do Comitê de Ética e de Proteção de Dados Pessoais da Companhia estabelece as seguintes atribuições e responsabilidades ao Comitê de Ética e de Proteção de Dados Pessoais:

(i) zelar pela observância do Código de Conduta e, no caso de descumprimento, determinar a aplicação de medidas disciplinares como advertência verbal ou, por escrito, suspensão, demissão por justa causa ou sem justa causa, de acordo com a gravidade da infração;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(ii) analisar e dar tratamento a denúncias recebidas nos canais pertinentes, definindo procedimentos de investigação (se interna ou por meio de contratação de terceiros);

(iii) analisar e deliberar sobre desvios de conduta e conflitos de natureza ética em relação às diretrizes estabelecidas;

(iv) encaminhar à Ouvidoria as reclamações recebidas pelo Comitê que não impliquem violação a leis e regulamentos aplicáveis ao Código de Conduta e à Política Anticorrupção;

(v) requisitar à Auditoria Interna, quando necessário, a investigação e a apuração de responsabilidades referentes ao fato denunciado;

(vi) consultar e-mails de colaboradores: O acesso a e-mails deve necessariamente ser aprovado pelo departamento jurídico, que somente autorizará quando legítima e necessária para a investigação;

(vii) consultar o departamento jurídico quanto à adequação legal dos procedimentos adotados pelo Comitê de Ética e de Proteção de Dados Pessoais;

(viii) requisitar, quando necessário, o apoio de técnicos e especialistas para compor equipe de apuração e investigação de denúncias;

(ix) dirimir questões omissas, não previstas no Código de Conduta;

(x) garantir a privacidade e a proteção dos temas e das pessoas envolvidas em questões éticas;

(xi) aprovar e garantir a pertinência do Código de Conduta, propondo o aprimoramento do documento;

(xii) certificar a ampla divulgação do Código de Conduta e demais políticas aos empregados, estagiários, administradores e, quando necessário, a terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviços e agentes intermediários;

(xiii) exigir da Área de Compliance a realização de treinamentos anuais e fiscalização sobre as práticas de *compliance*/anticorrupção;

(xiv) realizar reportes periódicos ao Comitê de Auditoria sobre recebimento e tratamento das denúncias envolvendo o descumprimento do Código de Conduta, de dispositivos legais e normativos da Companhia;

(xv) prestar informações periódicas ao Conselho de Administração sobre as atividades do Comitê, incluindo denúncias recebidas, preservando os princípios de confidencialidade e anonimato, medidas disciplinares aplicadas e atividades relacionadas ao Programa de Integridade da Companhia; e

(xvi) zelar pela observância da Lei nº 14.010/2020 (Lei Geral de Proteção de Dados) e sugerir e orientar o Conselho de Administração e demais áreas da Companhia envolvidas com dados de terceiros sobre práticas adequadas para proteção de dados, os termos de referida lei e de quaisquer políticas que a Companhia venha a ter sobre o assunto.

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

O Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria não estatutário, o Comitê de Expansão, o Comitê de Finanças e o Comitê de Ética e de Proteção de Dados Pessoais possuem regimento interno próprio. Os respectivos regimentos internos foram aprovados pelo Conselho de Administração em 16 de outubro de 2020 e estão disponíveis no website da Companhia (ri.obahortifruti.com.br).

A Diretoria e o Conselho fiscal, por sua vez, não possuem regimento interno.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companha possui Comitê de Auditoria não estatutário instituído em 16 de outubro de 2020.

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de contratação de serviços extra- auditoria com o auditor independente, é responsabilidade do Conselho de Administração escolher, avaliar e destituir os auditores. O Conselho de Administração deve assegurar que as demonstrações financeiras sejam auditadas por auditor independente com qualificação e experiência apropriada, instrumento fundamental para confiabilidade desses dados. Adicionalmente, o Conselho de Administração, com apoio do Comitê de Auditoria, deve assegurar- se de que os auditores cumpram as regras profissionais de independência, incluindo a autonomia financeira do respectivo contrato de auditoria.

Para fins de avaliação do trabalho da auditoria independente, os auditores devem se reportar ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, informando quaisquer discussões havidas com a Companhia e a gestão sobre políticas contábeis críticas, mudanças no escopo dos trabalhos, deficiências relevantes e falhas significativas nos controles e tratamentos contábeis alternativos, avaliação de riscos e análise de possibilidade de fraudes. Ainda, o Conselho de Administração pode convocar seus auditores independentes e os de suas sociedades controladas direta ou indiretamente para prestar os esclarecimentos que entender necessários.

(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Diretoria

Os membros da Diretoria são representantes legais, responsáveis, principalmente, pela administração cotidiana e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecida pelo Conselho de Administração.

A Diretoria da Companhia é composta por, no mínimo, 2 e, no máximo, 17 diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores, e os demais sem designação específica. As regras para o funcionamento da Diretoria, bem como as atribuições e poderes específicos dos Diretores, são aquelas estabelecidas no Estatuto Social da Companhia ou no respectivo ato de eleição.

Além de outras atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia ou na legislação, a Diretoria será responsável:

(i) pelo cumprimento, disseminação e fortalecimento das missões e ideais éticos da Companhia;

(ii) pelo gerenciamento, administração e supervisão diária dos negócios e assuntos da Companhia e de todas as decisões relacionadas às atividades diárias da Companhia;

(iii) pela preparação do plano de negócios e orçamento anual da Companhia e recomendação a Conselho de Administração;

(iv) pela implementação do plano de negócios e orçamento anual da Companhia;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(v) pela aprovação de todas as medidas necessárias e pela realização de atos comuns de natureza gerencial, de acordo com as deliberações aprovadas pelas Assembleias Gerais de acionistas e reuniões do Conselho de Administração; e

(vi) pela preparação das demonstrações financeiras da Companhia e pela escrituração dos livros e registros contábeis, tributários e societários da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia:

Compete ao Diretor Presidente: (i) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia; (ii) zelar pelo cumprimento, por todos os membros da Diretoria, das diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração; (iii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (iv) coordenar as atividades dos demais Diretores; e (v) definir a repartição das competências aos demais Diretores em relação às áreas não especificamente mencionadas no Estatuto Social mediante aprovação do Conselho de Administração.

Compete ao Diretor Financeiro: (i) planejar, coordenar, organizar, dirigir e supervisionar as atividades relativas às áreas financeira, contábil, fiscal e de planejamento e controle da Companhia; (ii)coordenar o controle e movimentação financeira da Companhia, zelando por sua saúde econômica e financeira; e (iii) gerenciar o orçamento, controlar despesas, implantar controles e reportar o desempenho financeiro da Companhia.

Compete ao Diretor de Relação com Investidores: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, a B3, o Banco Central do Brasil ("BACEN") e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionadas às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior; (ii) prestar informações ao público investidor, à CVM, à B3, às demais bolsas de valores em que a Companhia venha a ter seus valores mobiliários negociados, a agências de rating, quando aplicável, e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e (iii) manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM e a B3.

A Companhia possui ainda Diretores sem designação específica cujas atribuições são determinadas pelo Conselho de Administração quanto da eleição dos respectivos diretores.

A Diretoria não possui regimento próprio.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

O Estatuto Social da Companhia prevê a existência de um Conselho Fiscal que funcionará em caráter não permanente, sendo instalado pela Assembleia Geral, nas hipóteses legais. Até a data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal ainda não havia sido instalado e não possui regimento interno próprio

(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo

i. periodicidade da avaliação e sua abrangência

Conselho de Administração e Diretoria: com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, auxiliando os próprios Conselheiros a analisarem suas contribuições bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, o Conselho de Administração realizará, no mínimo, uma vez a cada mandato, a avaliação formal do desempenho do próprio conselho, como órgão colegiado, de cada um de seus membros, individualmente, dos comitês, do Presidente do Conselho e dos Diretores.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Comitês: com o objetivo de aumentar continuamente a sua efetividade, cada Comitê deverá realizar, no mínimo, uma vez a cada mandato, a sua autoavaliação e a avaliação do seu processo de funcionamento e a individual de seus membros.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

Conselho de Administração: o processo de avaliação do Conselho de Administração é estruturado levando em consideração as principais responsabilidades específicas do órgão e temas normalmente tratados, como o monitoramento do desempenho da Companhia, a qualidade das decisões sobre alocação de recursos, o desenvolvimento do capital humano, o monitoramento dos riscos, o direcionamento estratégico, o desenvolvimento de inovação e visão de futuro, o fortalecimento dos valores e conduta ética; e a efetividade dos Comitês. A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Presidente do Conselho e é facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

Comitês: o processo de avaliação de cada Comitê é estruturado levando em consideração o seu desempenho, incluindo sua eficácia e o cumprimento dos respectivos regimentos internos.

Diretoria: o processo de avaliação da Diretoria é estruturado levando em consideração os gatilhos mínimos de desempenho corporativo e o desempenho individual de cada Diretor e das áreas sob gestão, assim como entregas estratégicas.

iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão

Conselho de Administração: Os resultados consolidados das avaliações do Conselho, dos Conselheiros e dos Diretores serão divulgados a todos os membros do Conselho, sendo certo que os resultados das avaliações: (i) individuais dos Conselheiros serão disponibilizados à pessoa em questão e ao Presidente do Conselho; (ii) do Presidente do Conselho e dos Diretores serão também disponibilizados a todos os Conselheiros; e (iii) de cada Conselheiro e do Presidente do Conselho serão discutidos em sessões de feedback individuais.

Comitês: Os resultados consolidados das avaliações serão disponibilizados aos membros dos respectivos Comitês e do Conselho de Administração. O processo de avaliação é de responsabilidade do Coordenador do Comitê e os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados à pessoa em questão, Coordenador do Comitê e ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

Diretoria: O atingimento dos indicadores é calculado avaliado pelas áreas de controladoria, gestão de projetos e recursos humanos, informado em reunião de Diretoria. Os resultados consolidados das avaliações da Diretoria serão divulgados a todos os membros da Diretoria, e os resultados das avaliações individuais à pessoa em questão, ao Diretor Presidente e ao Conselho de Administração. Os resultados individuais serão discutidos em sessões de *feedback* individuais, de modo a incentivar o aprendizado e melhoria de cada membro.

iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia não contratou serviços de consultoria ou assessoria externos para auxiliar no procedimento de avaliação do Conselho de Administração, da Diretoria e dos Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, conforme aplicável.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(a) Prazos de convocação

A Companhia não adota prática diferenciada quanto aos prazos de convocação em relação ao previsto na legislação societária. A primeira convocação deve ser feita com, no mínimo, 15 dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral, contado tal prazo da publicação do primeiro anúncio de convocação, do qual constará local, data e hora da assembleia e a respectiva ordem do dia. Caso a assembleia geral não se realize após a primeira convocação, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de oito dias, conforme o Estatuto Social e o Artigo 124, §1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

(b) Competências

Compete exclusivamente aos acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral, nos termos do Estatuto Social e da Lei das Sociedades por Ações, deliberar sobre as seguintes matérias:

(i) redução do capital social da Companhia;

(ii) aumento do capital social da Companhia, exceto em relação a aumentos de capital decorrentes de situação emergencial, observadas as disposições do Artigo 6º do Estatuto Social;

(iii) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social da Companhia;

(iv) eleição e/ou destituição, a qualquer tempo, dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando houver, bem como definir o número de cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia;

(v) mudança nas características, direitos e privilégios das ações de emissão da Companhia;

(vi) bonificações em ações e grupamento, desdobramento, conversão, resgate, reembolso, amortização ou recompra de ações ou de quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, ou mudanças nas condições aplicáveis a resgate, amortização ou recompra de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia;

(vii) qualquer incorporação, incorporação de ações, transformação, fusão, cisão, conferência (*drop down*) de ativos e passivos envolvendo a Companhia, bem como qualquer forma de reorganização societária;

(viii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela Administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício;

(ix) alteração do dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social, distribuição de dividendos acima do dividendo mínimo obrigatório, e alteração das disposições a respeito da política de dividendos da Companhia prevista no Estatuto Social;

(x) definição e aprovação do limite global da remuneração anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal da Companhia, observado que, caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal;

(xi) dissolução, processo de recuperação judicial ou extrajudicial, atos voluntários de reorganização financeira, falência, liquidação ou extinção, bem como eleição e destituição de liquidantes, bem como sobre o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação;

(xii) aprovação das contas anuais dos administradores da Companhia e de suas controladas e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(xiii) alterações ao Estatuto Social;

(xiv) aprovação ou modificação de planos de opções de ações (*stock option*) ou instrumentos similares que envolvam a emissão de ações de emissão da Companhia ou das subsidiárias ou a entrega de ações em tesouraria, em favor de qualquer administrador ou empregado da Companhia ou das subsidiárias;

(xv) abertura e fechamento do capital social da Companhia, bem como aprovação de oferta pública, ou oferta de títulos de dívida, exceto caso dentro do limite do capital autorizado, nos termos do Artigo 6º do Estatuto Social; e

(xvi) dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações para saída do Novo Mercado.

(c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereço Eletrônico: ri.obahortifruti.com.br

Endereço Físico: sede social da Companhia, localizada na Avenida Comendador Aladino Selmi, 2502 – Galpão 5, Parque Cidade Campinas, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13069-036.

(d) Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas assembleias gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira. .

(e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui regra determinada a respeito de outorga de procuração para o exercício de voto, cabendo, na respectiva convocação da assembleia, a instrução específica sobre esse tema.

(f) Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A qualidade de acionista deve ser comprovada mediante exibição de documentos hábeis previstos na lei. Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de um ano e que, também, seja acionista da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos.

A Companhia admite procurações outorgadas por meio eletrônico desde que na data da Assembleia sejam apresentados os documentos originais. Não há prazo prévio para depósito do instrumento de mandato.

A Companhia não possui nenhuma outra regra, política ou prática para a aceitação de procurações de acionistas, além do disposto na legislação aplicável.

Todo acionista poderá participar e votar à distância em Assembleia Geral, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e regulamentação da CVM.

A Companhia poderá exigir o reconhecimento de firma, notarização, consularização ou aposição de apostila e tradução juramentada dos documentos de representação dos acionistas conforme indicado nos editais de convocação.

O Estatuto Social da Companhia não prevê nenhuma formalidade para aceitação do boletim de voto a distância, sendo aplicável o disposto na regulamentação e legislação brasileira quanto ao tema.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

O Estatuto Social da Companhia não prevê nenhuma formalidade para aceitação do boletim de voto a distância, sendo aplicável o disposto na regulamentação e legislação brasileira quanto ao tema.

A Companhia poderá exigir o reconhecimento de firma, notarização, consularização ou aposição de apostila e tradução juramentada dos documentos de representação dos acionistas conforme indicado nos editais de convocação.

(h) Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de voto à distância ou de participação a distância próprio.

(i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

A Companhia não adota prática diferenciada para inclusão de propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância, aplicando-se o previsto na legislação societária. Nas assembleias em que o boletim de voto a distância for disponibilizado, desde que observados os percentuais mínimos de participação previstos nos Anexos 21-L-I e 21-L-II à Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM nº 481/09"), conforme o caso, os acionistas terão a faculdade de solicitar a inclusão no boletim, (i) quando aplicável, candidatos ao conselho de administração e ao conselho fiscal da Companhia; e (ii) propostas de deliberação.

As solicitações deverão observar o disposto no artigo 21-G da Instrução CVM nº 481/09 e virem acompanhadas dos seguintes documentos, conforme aplicável:

(i) as informações e documentos previstos nos artigos 8 a 21 da Instrução CVM nº 481/09 sobre os candidatos e/ou a proposta de deliberação a ser incluída no boletim;

(ii) indicação das vagas a que os candidatos propostos concorrerão, conforme o caso;

(iii) documentos que comprovem a qualidade de acionista, mencionados no item 12.2 "g" deste Formulário de Referência;

(iv) documentos que comprovem a qualidade de acionista e a participação acionária requerida para a solicitação;

(v) no caso de inclusão de proposta, as informações descritas no Anexo 21-M-II-d da Instrução CVM nº 481/09 a respeito do acionista que solicitar a inclusão;

(vi) no caso de inclusão de candidatos: **(a)** a qualificação completa do candidato; **(b)** no caso de candidatos ao Conselho de Administração: (b.1) declaração de independência, prevista no artigo 17, I, do Regulamento do Novo Mercado, por meio do qual o candidato deve atestar seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado e, quando aplicável, deve contemplar as justificativas para as situações previstas no artigo 16, §2º, do Regulamento do Novo Mercado; e (b.2) declaração de desimpedimento, nos termos do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução CVM 367, de 2002; **(c)** no caso de candidatos ao Conselho Fiscal, declaração de desimpedimento, nos termos do artigo 162, §2º, c/c art. 147 da Lei das Sociedades por Ações.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Para requerer a inclusão de propostas ou candidatos, o acionista deverá, nos prazos para previstos no art. 21-L, §1º, da Instrução CVM nº 481/09, apresentar solicitação acompanhada da documentação pertinente ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia: (i) por correspondência encaminhada ao seguinte endereço: Avenida Comendador Aladino Selmi, 2502 – Galpão 5, Parque Cidade Campinas, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13069-036, ou (ii) por e-mail (ri@redeoba.com.br).

Esclarece-se que as solicitações de inclusão de propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração ou do conselho fiscal no boletim de voto a distância, acompanhadas dos documentos e informações acima descritos, devem ser enviadas pelas duas formas acima referidas (física e eletrônica), de sorte que: (i) o envio das solicitações de inclusões de propostas de deliberação e de candidatos no boletim por e-mail não dispensa a necessidade de encaminhamento dessas propostas no endereço físico e nos prazos definidos, e (ii) o envio das solicitações de inclusões de propostas de deliberação e de candidatos no boletim de voto a distância no endereço acima indicado não dispensa a necessidade de encaminhamento dessas propostas no e-mail e nos prazos definidos.

Em conformidade com o procedimento previsto no art. 21-N da Instrução CVM nº 481/09, a Companhia deverá comunicar ao acionista solicitante, em até 3 dias úteis contados do recebimento da solicitação de inclusão de propostas e/ou candidatos no boletim de voto a distância, por meio de envio de e-mail ao endereço indicado na referida solicitação, que:

(i) a solicitação foi atendida, com a inclusão da proposta e/ou candidato no boletim de voto a distância a ser divulgado pela Companhia; ou

(ii) identificou-se a necessidade de retificação da solicitação, informando, nesse caso, os documentos e alterações necessários para referida retificação, que deverá ser providenciada pelo acionista nos prazos do artigo 21-L, § 1º da Instrução CVM nº 481/09.

Por fim, nos termos do art. 21-O da Instrução CVM nº 481/09, a solicitação de inclusão pode ser revogada a qualquer tempo até a data de realização da assembleia geral, mediante comunicado escrito dos respectivos proponentes, endereçado ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia. Nesse caso, os votos que já tiverem sido conferidos a tal proposta ou candidato serão desconsiderados.

(j) Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

(k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há outras informações, além das instruções disponibilizadas acima, necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância para as Assembleias Gerais Ordinárias da Companhia.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

(a) Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

O Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias trimestralmente. O Conselho de Administração também se reunirá de forma extraordinária sempre que qualquer matéria de competência do Conselho de Administração tenha que ser discutida.

No último exercício social, o Conselho de Administração reuniu-se 8 vezes.

(b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Os membros do Conselho de Administração obrigam-se a atuar e votar nas reuniões do Conselho de Administração de forma a cumprir as disposições constantes do Acordo de Acionistas.

(c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse no Conselho de Administração, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira, na Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse ("Política de Partes Relacionadas") e no Regimento Interno do Conselho de Administração.

Nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração, em caso de potencial conflito de interesse, os Conselheiros envolvidos no processo de aprovação que tenham um potencial conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverão declarar-se impedidos, explicando seu envolvimento na transação. O impedimento deverá constar da ata da reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre a transação, e o referido Conselheiro deverá se afastar, inclusive fisicamente, das discussões e deliberações. Caso solicitado pelo órgão social que deliberar sobre a transação, tais pessoas impedidas poderão participar parcialmente da discussão, visando apenas proporcionar maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas, devendo se ausentar da parte conclusiva da discussão, incluindo do processo de votação da matéria.

Adicionalmente, a Política de Partes Relacionadas visa assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado e equidade de tratamento com terceiros, prezando pelas melhores práticas de governança corporativa, revestidas da devida transparência.

Caso algum Conselheiro em situação potencial de conflito de interesses não manifeste a questão, qualquer outro membro do Conselho de Administração que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo.

A ausência de manifestação voluntária de qualquer tomador de decisão será considerada violação aos princípios da boa governança corporativa e a esta Política, devendo tal comportamento ser levado ao imediato conhecimento do Conselho de Administração para tomada de decisão acerca das medidas cabíveis no caso concreto.

(d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia, possui uma política formal de indicação de membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria estatutária ("Política de Indicação"), aprovada por deliberação do Conselho de Administração da Companhia, em 16 de outubro de 2020. A Política de Indicação pode ser consultada no site de RI da Companhia: ri.redeoba.com.br.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

A política tem como fundamento: (i) as diretrizes de governança corporativa do Estatuto Social da Companhia; (ii) o Código de Ética e Conduta; (iii) a Lei das Sociedades por Ações; (iv) as normas aplicáveis emanadas pela CVM; (v) o Regulamento do Novo Mercado; e (vi) o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas, elaborado pelo Grupo de Trabalho Interagentes, coordenado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

O Conselho de Administração da Companhia será formado por, no mínimo, 5 e, no máximo, 9 membros efetivos e igual número de suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandado unificado de 2 anos sendo permitida a reeleição, conforme Estatuto Social.

Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 ou 20%, o que for maior, deverão ser "Conselheiros Independentes", conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros Independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações.

A indicação de membros do Conselho de Administração da Companhia deverá obedecer aos seguintes critérios, além dos requisitos legais, regulamentares, e daqueles expressos no Estatuto Social da Companhia: (i) alinhamento e comprometimento com os valores e a cultura da Companhia, seu Código de Ética e Conduta e suas políticas internas; (ii) reputação ilibada; (iii) formação acadêmica compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração, conforme descritas no Estatuto Social; (iv) experiência profissional em temas diversificados, tendo exercido previamente funções similares àquelas a serem desempenhadas em seu mandato de Conselheiro ou tendo reunido capacidades e experiências que sejam do interesse da Companhia no momento de sua indicação; (v) estar isento de conflito de interesse com a Companhia; (vi) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões do conselho e da leitura prévia da documentação.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Alex Alves dos Santos Brito	29/10/1978	Pertence apenas à Diretoria	16/10/2020	16/10/2022	1
036.727.056-08	Empresário		16/10/2020	Sim	0.00%
Membro do Comitê de Finanças e Comitê de Expansão					
Ivan Carlos Chiachio	26/01/1968	Pertence apenas à Diretoria	16/10/2020	16/10/2022	1
108.138.518-90	Administrador	19 - Outros Diretores	16/10/2020	Sim	0.00%
Membro do Comitê de Expansão					
Francisco Augusto Fernandes Rosa Homsi	07/12/1967	Pertence apenas à Diretoria	16/10/2020	16/10/2022	1
149.552.188-57	Engenheiro Agrônomo	19 - Outros Diretores	16/10/2020	Sim	0.00%
Membro do Comitê de Expansão					
Mônica Zerbinatti	31/01/1969	Pertence apenas à Diretoria	16/10/2020	16/10/2022	1
102.602.838-86	Advogada	19 - Outros Diretores	16/10/2020	Sim	0.00%
Membro do Comitê de Ética e de Proteção de Dados Pessoais					
Rogério Dias Leite	22/03/1975	Pertence apenas à Diretoria	29/11/2019	28/11/2021	1
261.837.598-05	Administrador	19 - Outros Diretores	29/11/2019	Sim	0.00%
Não aplicável					
Rodrigo Marçal de Menezes	04/11/1981	Pertence apenas à Diretoria	29/11/2019	28/11/2021	1
220.056.818-57	Administrador	19 - Outros Diretores	29/11/2019	Sim	0.00%
Não aplicável					
Elton Luiz Magnago	27/12/1975	Pertence apenas à Diretoria	29/11/2019	28/11/2021	1
031.734.507-95	Bacharel em Direito	19 - Outros Diretores	29/11/2019	Sim	0.00%
Não aplicável					
Osmar de Cruz Alves Campos	03/05/1966	Pertence apenas à Diretoria	29/11/2019	28/11/2021	1
587.065.426-20	Economista	19 - Outros Diretores	29/11/2019	Sim	0.00%
Não aplicável					
Wagner Ronnie de Camargos	28/09/1979	Pertence apenas à Diretoria	29/11/2019	28/11/2021	1

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
038.771.746-39	Comerciante	19 - Outros Diretores	29/11/2019	Sim	0.00%
Não aplicável					
Cezar Lucas de Gusmão	25/07/1976	Pertence apenas à Diretoria	29/11/2019	28/11/2021	1
034.710.696-07	Contador		29/11/2019	Sim	0.00%
Não aplicável					
Daniel de Genaro Modanese	19/02/1983	Pertence apenas à Diretoria	16/10/2020	16/10/2022	1
301.924.018-23	Administrador	19 - Outros Diretores	16/10/2020	Sim	0.00%
Membro do Comitê de Ética e de Proteção de Dados Pessoais					
Alessandra Medeiros de Oliveira	15/05/1974	Pertence apenas à Diretoria	29/11/2019	28/11/2021	1
095.316.568-00	Administradora	19 - Outros Diretores	29/11/2019	Sim	0.00%
Não aplicável					
Luiz Vanderley dos Santos	30/01/1973	Pertence apenas à Diretoria	29/11/2019	28/11/2021	1
851.314.156-91	Administrador	19 - Outros Diretores	29/11/2019	Sim	0.00%
Não aplicável					
José Bruno Vieira Filho	08/03/1984	Pertence apenas à Diretoria	16/10/2020	16/10/2022	0
326.679.418-45	Engenheiro	12 - Diretor de Relações com Investidores	16/10/2020	Sim	0.00%
Diretor de Finanças					
Vinicius Cruz Paganelli Bacelar de Oliveira	25/11/1987	Pertence apenas à Diretoria	16/06/2020	28/11/2021	0
221.731.468-82	Administrador	19 - Outros Diretores	16/06/2020	Sim	0.00%
Não aplicável					
Pedro Henrique Barboza	09/02/1981	Pertence apenas à Diretoria	17/08/2020	28/11/2021	0
288.487.678-26	Contador	19 - Outros Diretores	17/08/2020	Sim	0.00%
Membro do Comitê de Ética e de Proteção de Dados Pessoais					
Luis Fernando Gama	26/12/1968	Pertence apenas à Diretoria	17/08/2020	28/11/2021	0
088.521.758-65	Superior de Tecnologia em Processamento de Dados	19 - Outros Diretores	17/08/2020	Sim	0.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Não aplicável					
Carlos Roberto Alves	07/01/1959	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/10/2020	16/10/2022	1
280.144.806-00	Empresário		16/10/2020	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Expansão					
Raimundo Desidério Alves Caetano	23/05/1958	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/10/2020	16/10/2022	1
420.664.416-00	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	16/10/2020	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Expansão					
Paulo Fabrício Alves de Brito	01/04/1982	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/10/2020	16/10/2022	1
054.506.726-08	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	16/10/2020	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Finanças					
Luiz Las-Casas Alves	06/10/1949	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/10/2020	16/10/2022	1
118.460.706-00	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	16/10/2020	Não	100.00%
Não aplicável					
Harry Eduardo Klein	19/11/1948	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/10/2020	16/10/2022	1
313.535.767-87	Administrador		16/10/2020	Não	100.00%
Membro do Comitê de Auditoria					
Jaime Cardoso Danvila	03/04/1969	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/10/2020	16/10/2022	1
233.062.888-96	Empresário	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	16/10/2020	Sim	100.00%
Não aplicável					
Priscila Pereira Rodrigues	01/08/1978	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/10/2020	16/10/2022	1

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
257.092.118-18	Administradora	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	16/10/2020	Não	100.00%
Membro Comitê de Expansão					

Experiência profissional / Critérios de Independência

Alex Alves dos Santos Brito - 036.727.056-08

Alex Alves dos Santos Brito é graduado em Engenharia Eletrônica e de Telecomunicações pela Universidade Católica de Minas. Atuou por 8 anos na área de Telecom, na Telemig Celular, atual Vivo.
Ingressou no Oba Hortifruti em 2005, atuando por 8 anos como Diretor regional do Centro Oeste, fazendo a expansão da rede na região.
Em 2013 foi indicado para a posição de CEO em função dos resultados alcançados e teve a oportunidade de se tornar sócio da Empresa.
Como CEO focou na otimização da operação, desenvolvimento do modelo de negócio e aceleração da expansão. Em 2017 conduziu o processo de investimento do fundo Crescera Investment, que permitiu acelerar ainda mais a expansão.

O Sr. Alex não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Ivan Carlos Chiachio - 108.138.518-90

Sr. Ivan Carlos Chiachio Formado em Administração de Empresas com habilitação em Marketing pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL).

Possui mais de 33 anos de experiencia na área de varejo, atuando sempre na gestão de empresa, participação ativa nas melhorias e mudanças que a empresa passou desde sua estrutura organizacional, implementação de sistemas (ERP), políticas e implementação de ferramentas.

Atua na rede Oba Hortifruti desde 1990, ocupando a posição de Vice-Presidente Varejo, tendo sob gestão as áreas de Operação de loja, logística e Controle de Qualidade.

O Sr. Ivan não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Francisco Augusto Fernandes Rosa Homsi - 149.552.188-57

Sr. Francisco A. F. R. Homsi é Engenheiro Agrônomo graduado na Universidade Estadual Paulista (Campus Jaboticabal) e possui MBA em Logística International pela FUNDASC. Tem vinte e sete anos de experiência em agribusiness, comércio internacional de frutas e varejo de alimentos, tanto no Brasil como na Europa, onde viveu. No OBA desde 2011, ocupa a posição de Vice-Presidente, tendo sob sua gestão as áreas Comercial, Marketing e Produção.

O Sr. Francisco não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Mônica Zerbinatti - 102.602.838-86

Monica Zerbinatti é Graduada em Direito pela PUC-Campinas, com MBA em Direito Tributário pela FGV, MBA em Gestão e Controladoria e Finanças pela ESAB, Pós-Graduação em Direito Empresarial pela UNISAL e MBA Executivo em Liderança e Gestão Organizacional pela Franklin Covey. Desde 2002 no Oba Hortifruti ocupa a cadeira de Diretora Jurídica, sendo a responsável pela criação do Departamento Jurídico interno da Companhia.
A Sra. Mônica não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Rogério Dias Leite - 261.837.598-05

Sr. Rodrigo Marçal de Menezes é Graduado em Administração de Empresas Pela UNIP, com Pós -Graduação em Controladoria e Finanças, INPG Campinas carreira trilhada desde 2001 do Grupo Oba Hortifruti. Possui ampla experiência contábil, criação do departamento de expansão, regulamentação documental e controle orçamentário. Vasto conhecimento em Operações de varejo, passando por cargos de Gerente de loja, Gerência Regional de São Paulo e desde 2014 anos ocupa a posição de Diretor Regional Campinas e Interior, responsável pela execução orçamentária anual e desenvolvimento profissional do Time de Gerentes e gestores Diretoria Varejo.
O Sr. Rogério não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Rodrigo Marçal de Menezes - 220.056.818-57

Sr. Rodrigo Marçal de Menezes é Graduado em Administração de Empresas Pela UNIP, com Pós-Graduação em Controladoria e Finanças, INPG Campinas carreira trilhada desde 2001 do Grupo Oba Hortifruti. Possui ampla experiência contábil, criação do departamento de expansão, regulamentação documental e controle orçamentário. Vasto conhecimento em Operações de varejo, passando por cargos de Gerente de loja, Gerência Regional de São Paulo e desde 2014 anos ocupa a posição de Diretor Regional Campinas e Interior, responsável pela execução orçamentária anual e desenvolvimento profissional do Time de Gerentes e gestores Diretoria Varejo.
O Sr. Rodrigo não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019

Elton Luiz Magnago - 031.734.507-95

Sr. Elton Luis Magnago é Graduado em Direito pela Universidade Cidade de São Paulo, desde 1993 no Oba Hortifruti é profundo conhecedor de operação de varejo atuando de diferentes cargos de liderança e Lojas. Em 2015 assumiu posições de amplitude Regional em SP e e desde 2017 é Diretor Regional de Varejo em São Paulo.

O Sr. Elton não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Osmar de Cruz Alves Campos - 587.065.426-20

O Sr. Osmar tem formação em Ciências Econômicas (UNIDESC), Pós-Graduação em Gestão de Negócios na Fundação Dom Cabral e MBA Executivo no IBMEC-DF. Executivo com passagens em Cia Logísticas, Varejo e mineração. Desde 2013 no Oba Hortifruti é o Diretor de Operações logística, responsável pelas operações do estado de São Paulo e Brasília.

O Sr. Osmar não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Wagner Ronnie de Camargos - 038.771.746-39

O Sr. Wagner Ronnie de Camargos desde 2020 no Oba Hortifruti ocupa a cadeira de Diretor Regional do Centro-Oeste, responsável por toda operação das lojas, parte do Centro de Distribuição e também atua na expansão e novos negócios da Cia. Responsável direto pela produção de todos os produtos de panificação do Centro-Oeste.

O Sr. Wagner não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Cezar Lucas de Gusmão - 034.710.696-07

O Sr. Cezar Lucas de Gusmão é Graduado em Ciências Contábeis pela UNICESUMAR, pós-graduação em finanças, e controladoria pela FGV, profunda experiência contábil atuando em escritórios técnicos por 9 anos. Desde 2005 no Oba Hortifruti, atuando em áreas de backoffice contábil, gestão de custos e despesas operacionais. Desde 2017 é Diretor Administrativo da Regional Brasília dando suporte aos setores financeiros, jurídico, fiscal, e de expansão da regional.

O Sr. Cezar não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Daniel de Genaro Modanese - 301.924.018-23

O Sr. Daniel Modanese é Graduado em Administração de Empresas Pela ESAMC, com Pós-Graduação de Gestão de Pessoas pela FGV, trilhou carreira por 13 anos na ABInbev de diferentes posições de liderança de RH no Brasil e México, sendo Diretor Global de Transformação de RH onde liderou Projetos Disruptivos de Transformação em diferentes continentes. Ingressou no Oba Hortifruti em 2019 onde ocupa a cadeira de Diretor de Gente e Gestão, responsável por todos os subsistemas de RH, Saúde e Segurança e Responsabilidade Socioambiental.

O Sr. Daniel não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não evsteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Alessandra Medeiros de Oliveira - 095.316.568-00

Sra. Alessandra Medeiros de Oliveira é Graduada em Administração de Empresas na FIG (Faculdades Integradas de Guarulhos), Desde 1995 atuando em Indústrias Alimentícias e de bens de consumo multinacionais como Parmalat, Philip Morris, Cargill Agricola e Barilla do Brasil e Borges Brasil, à frente de operações como: Direção de start up, reestruturações e formação de Joint venture; Gestão Empresarial, planejamento estratégico de médio e longo prazo, gestão do P&L, formação de equipes, estruturação de canais e políticas comerciais. Desde 2019 atuando no Oba Hortifruti na função de Diretora Comercial, é responsável pela operação comercial da rede nas categorias de Autosserviço, frios, mercearia, biscoiteria e adega.

635

A Sra. Alessandra não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019

Luiz Vanderley dos Santos - 851.314.156-91

Sr. Luiz Vanderley dos Santos Graduado em Administração de empresa pela UNIP, cursando MBA de comercio exterior pela FGV, atua na empresa Oba Hortifruti desde 1996 em diferentes posições de liderança, gerente de lojas de varejo entre 1996 à 2006 e posteriormente entre 2007 à 2008. Desde 2008 atua como gerente de compras da área comercial de FLV e em 2011 passa atuar como gerente de compras da regional centro-oeste dos setores; FLV, AÇOUGE, MERCEARIA, FRIOS, ADEGA e NÃO VENDÁVEIS até 2018, após esta data passou a atuar como Diretor de Compras do setor FLV responsável pela estratégia compras, precificação, campanhas de vendas, crescimento e rentabilidade da empresa.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

José Bruno Vieira Filho - 326.679.418-45

O Sr. José Bruno Vieira é graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade de São Paulo e possui pós-graduação em Finanças pelo Insper. Desde 2006 atuando no varejo, tendo ocupado cargos de liderança no Grupo Pão de Açúcar e Via Varejo, em áreas como Fusões e Aquisições, Relacionamento com Investidores, Controladoria e Planejamento. Ingressou no Oba Hortifruti em 2020 e ocupa a posição de Diretor Financeiro e Relações com Investidores.

O Sr. José Bruno não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Vinicius Cruz Paganelli Bacelar de Oliveira - 221.731.468-82

Sr Vinícius Paganelli é graduado em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo. Possui 5 anos de experiência em consultoria de gestão, com vários projetos em parceria com varejistas, e 3 anos de experiência no varejo, tendo ocupado cargos de liderança da Pragmatis Consultoria e na Lojas Marisa, em áreas como Inteligência e Projetos. Ingressou no Oba em novembro de 2018 e ocupa a posição de Diretor de Custos e Inteligência.
O Sr. Vinicius não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Pedro Henrique Barboza - 288.487.678-26

Sr. Pedro Henrique Barboza é graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Metropolitana de São Paulo e possui MBA em gestão financeira em controladoria pela FGV. Possui mais de 16 anos de experiência no varejo e na indústria, tendo ocupado cargos de liderança nas empresas Via Varejo, Kraft Foods e Cadbury Adams, em áreas Contábeis, Financeiras, Controladoria e Planejamento. Ingressou no Oba Hortifruti em 2020 e ocupa a posição.
O Sr. Pedro Henrique não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Luis Fernando Gama - 088.521.758-65

Sr. Luis Fernando Gama é Tecnólogo em Processamento Dados pelo Mackenzie, com Pós-Graduação em Gestão de Projetos e com MBA Executivo pela FGV. Com mais de 25 anos de carreira, atuou nos segmentos de Varejo, Mídia e TV, Bens de Consumo, Telecom, Logística e Farmacêutica, em empresas como Carrefour, SBT, Tupperware, GrandVision, NET e Sandoz, atuou também no ecossistema de Startups. Durante sua jornada, além de liderar projetos de recuperação e organização de operações complexas de TI, liderou principalmente iniciativas com o objetivo de criar soluções inovadoras e visionárias com foco nas necessidades dos clientes. Recém contratado pelo Oba Hortifruti, ocupa a cadeira de Diretor de Tecnologia, responsável pela implementação do plano estratégico de Tecnologia, com foco em Negócios Digitais e Inovação.
O Sr. Luis Fernando não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Carlos Roberto Alves - 280.144.806-00

Empreendedor há mais de 40 anos no setor de varejo de Hortifruti. Fundador e controlador da Rede Oba Hortifruti, Carlos Alves iniciou suas operações em 1979 tendo expandido as operações para São Paulo Capital, Interior, Brasília e Goiânia. Suas primeiras operações levavam o nome de Varejão Fartura e em 1992 mudou para o nome Oba Hortifruti. Ao longo de sua jornada, aprimorou o modelo de operação e com um olhar sempre para expansão e sustentabilidade do seu negócio, tornou-se sócio da Crescera Investment, gerando aprimoramento nas práticas de governança corporativa acelerando a expansão. Atualmente é o Presidente do Conselho do Oba Hortifruti.
O Sr. Carlos não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Raimundo Desidério Alves Caetano - 420.664.416-00

O Sr. Raimundo, empreendedor do setor de hortifruti desde os anos 80, uniu-se ao Oba Hortifruti na mesma época, contribuindo para expansão e desenvolvimento da Companhia, bem como na modelagem de negócio de Hortifrui, atualamente integra o Conselho Administrativo do Oba Hortifruti
O Sr. Raimundo não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Paulo Fabrício Alves de Brito - 054.506.726-08

O Sr. Fabricio é Graduado em Ciências Contábeis com ênfase em controladoria pela PUC-MG, com Pós-Graduação em Administração pela faculdade Estácio de Sá e MBA em Gestão de Negócios pela Fundação Getúlio Vargas. Há mais de 20 anos atua no setor de varejo. Sócio administrador em rede de restaurantes desde 2015, Setor de Construção Civil desde 2005 e empresa de Real Estate. Desde 2017 faz parte do Conselho de Administração do Oba Hortifruti.
O Sr. Fabrício não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Luiz Las-Casas Alves - 118.460.706-00

Sr. Luis Empreendedor do setor de varejo de Alimentos, desde a década de 80 no Oba Hortifruti desenvolveu o mercado do Centro-oeste de hortifruti, atualmente integra o Conselho Administrativo do Oba Hortifruti
O Sr. Luiz Las-Casas não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Harry Eduardo Klein - 313.535.767-87

O Sr. Harry é graduado em Administração de Empresas pela FMU e Mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo, em diversos segmentos de educação, treinamento e formação de executivos e desde 2017 é membro do Conselho de Administração do Oba Hortifruti.
O Sr. Harry não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Jaime Cardoso Danvila - 233.062.888-96

O Sr. Jaime é sócio e Co-CEO da Crescera Capital, onde juntou-se ao time há mais de 10 anos. Antes, Jaime foi Diretor de M&A do Bradesco Banco de Investimentos, Diretor de Investment Banking do Citibank Global Markets e também Economista pelo FMI. Jaime é Mestre e C.Phil. em Economia pela UCLA e integrante dos Conselhos de Administração da Companhia, Estapar, Hospital Care, Vita Participações, Grupo Zelo e Semantix, além de ter sido conselheiro da Hortifruti e Forno de Minas. O Sr. Jaime não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Priscila Pereira Rodrigues - 257.092.118-18

A Sra. Priscila é sócia e membro do Comitê Executivo da Crescera Capital desde 2011. Anteriormente, Priscila trabalhou na Plural Capital no time de private equity, na Houlihan Lokey em reestruturação e no Bank of America Merrill Lynch em Nova York com operações de private equity no mercado americano, além de ter sido Associate Partner da Pacific Investimentos. Possui MBA pela Columbia Business School com foco em Private Equity e Real Estate e é formada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV). Priscila é membro do Conselho de Administração da Companhia, Hospital Care, Vita Participações e Semantix, é conselheira suplente no Grupo Zelo e já foi conselheira na Hortifruti. Participa atualmente em comitês assessórios da Companhia, da Estapar e da Hospital Care. Priscila faz parte do Public Policy Council da LAVCA e do Latin American Council da EMPEA.
A Sra. Priscila não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Alex Alves dos Santos Brito - 036.727.056-08	
N/A	
Ivan Carlos Chiachio - 108.138.518-90	
N/A	
Francisco Augusto Fernandes Rosa Homsi - 149.552.188-57	
N/A	
Mônica Zerbinatti - 102.602.838-86	
N/A	
Rogério Dias Leite - 261.837.598-05	
N/A	
Rodrigo Marçal de Menezes - 220.056.818-57	
N/A	
Elton Luiz Magnago - 031.734.507-95	
N/A	

Osmar de Cruz Alves Campos - 587.065.426-20
N/A

Wagner Ronnie de Camargos - 038.771.746-39
N/A

Cezar Lucas de Gusmão - 034.710.696-07
N/A

Daniel de Genaro Modanese - 301.924.018-23
N/A

Alessandra Medeiros de Oliveira - 095.316.568-00
N/A

Luiz Vanderley dos Santos - 851.314.156-91
N/A

José Bruno Vieira Filho - 326.679.418-45
N/A

Vinicius Cruz Paganelli Bacelar de Oliveira - 221.731.468-82
N/A

Pedro Henrique Barboza - 288.487.678-26
N/A

Luis Fernando Gama - 088.521.758-65
N/A

Carlos Roberto Alves - 280.144.806-00
N/A

Raimundo Desidério Alves Caetano - 420.664.416-00
N/A

Paulo Fabrício Alves de Brito - 054.506.726-08
N/A

Luiz Las-Casas Alves - 118.460.706-00
N/A

Harry Eduardo Klein - 313.535.767-87
N/A

Jaime Cardoso Danvila - 233.062.888-96
N/A

Priscila Pereira Rodrigues - 257.092.118-18
N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Harry Eduardo Klein	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	19/11/1948	16/10/2020	16/10/2022
313.535.767-87		Administrador		16/10/2020	0	0.00%
Não aplicável						
Fernando Ferraz de Toledo Machado	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	25/09/1977	16/10/2020	16/10/2022
299.507.568-04		Engenheiro Mecânico		16/10/2020	0	0.00%
Não aplicável						
Juliana Trejos Vargas	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	13/11/1990	16/10/2020	16102022
126.081.007-08		Empresária		16/10/2020	0	0.00%
Não Aplicável						
Mônica Zerbinatti	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	31/01/1969	16/10/2020	16/10/2022
102.602.838-86	Comitê de Ética e de Proteção de Dados Pessoais	Advogada		16/10/2020	0	0.00%
Não aplicável						
Daniel de Genaro Modanese	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	19/02/1983	16/10/2020	16/10/2022
301.924.018-23	Comitê de Ética e de Proteção de Dados Pessoais e Comitê de Expansão	Administrador		16/10/2020	0	0.00%
Não aplicável						
Pedro Henrique Barboza	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/02/1981	16/10/2020	16/10/2022
288.487.678-26	Comitê de Ética e de Proteção de Dados Pessoais	Contador		16/10/2020	0	0.00%
Não aplicável						
Alex Alves dos Santos Brito	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	29/10/1978	16/10/2020	16/10/2022
036.727.056-08	Comitê de Finanças e Comitê de Expansão	Engenheiro		16/10/2020	0	0.00%
Não aplicável						

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
José Bruno Vieira Filho	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	08/03/1984	16/10/2020	16/10/2022
326.679.418-45	Comitê de Finanças e Comitê de Expansão	Engenheiro		16/10/2020	0	0.00%
Não aplicável						
Paulo Fabrício Alves de Brito	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	01/04/1982	16/10/2020	16/10/2022
054.506.726-08	Comitê de Finanças	Empresário		16/10/2020	0	0.00%
Não aplicável						
Mario Lombardo Neto	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	16/10/1978	16/10/2020	16/10/2022
266.929.208-92	Comitê de Expansão	Bacharel em Direito		16/10/2020	0	0.00%
Não aplicável						
Francisco Augusto Fernandes Rosa Homsi	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/12/1967	16/10/2020	16/10/2022
149.552.188-57	Comitê de Expansão	Engenheiro Agrônomo		16/10/2020	0	0.00%
Não Aplicável						
Ivan Carlos Chiachio	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	26/01/1968	16/10/2020	16/10/2022
108.138.518-90	Comitê de Expansão	Administrador		16/10/2020	0	0.00%
Não Aplicável						
Carlos Roberto Alves	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/01/1959	16/10/2020	16/10/2022
280.144.806-00	Comitê de Expansão	Empresário		16/10/2020	0	0.00%
Não Aplicável						
Raimundo Desidério Alves Caetano	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	23/05/1958	16/10/2020	16/10/2022
420.664.416-00	Comitê de Expansão	Empresário		16/10/2020	0	0.00%
Não Aplicável						
Priscila Pereira Rodrigues	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	01/08/1978	16/10/2020	16/10/2022
257.092.118-18	Comitê de Expansão	Administradora		16/10/2020	0	0.00%
Não Aplicável						
Experiência profissional / Critérios de Independência						

Harry Eduardo Klein - 313.535.767-87

O Sr. Harry é graduado em Administração de Empresas pela FMU e Mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo, em diversos segmentos de educação, treinamento e formação de executivos e desde 2017 é membro do Conselho de Administração do Oba Hortifruti.
O Sr. Harry não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Fernando Ferraz de Toledo Machado - 299.507.568-04

O Sr. Fernando é formado em Engenharia Mecânica pela Poli-USP e MBA pela Kellogg School of Management com mais de 10 anos de experiência em Varejo. Atualmente é diretor executivo da Hospital Care, responsável pela área de fusões & aquisições e desenvolvimento de novos negócios desde o final de 2019. Fernando foi consultor de estratégia da Accenture do Brasil (2001 a 2011), Diretor de M&A do Grupo Pão de Açúcar (2011|2012), Diretor de Controladoria da Viavarejo (2012 a 2014) e CFO do Multivarejo do GPA (2015 a 2019) antes de integrar o time da Hospital Care.
O Sr. Fernando não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Juliana Trejos Vargas - 126.081.007-08

A Sra. Juliana é sócia da Crescera Capital, onde atua na equipe de investimentos de private equity desde 2012. Possui graduação em Economia pela PUC-Rio e o título de Chartered Financial Analyst® (CFA) charterholder. Juliana foi analista de buy-side na Ventor Investimentos e também atuou como analista family office Icatu Gestão Patrimonial antes de ingressar na Crescera Capital. Juliana atua nos comitês assessores da Companhia, da Hospital Care, Grupo Zelo e Domicile Home Care e participou nos comitês financeiro e de expansão da Hortifruti e da Enesa.
Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Mônica Zerbinatti - 102.602.838-86

Monica Zerbinatti é Graduada em Direito pela PUC-Campinas, com MBA em Direito Tributário pela FGV, MBA em Gestão e Controladoria e Finanças pela ESAB, Pós-Graduação em Direito Empresarial pela UNISAL e MBA Executivo em Liderança e Gestão Organizacional pela Franklin Covey. Desde 2002 no Oba Hortifruti ocupa a cadeira de Diretora Jurídica, sendo a responsável pela criação do Departamento Jurídico interno da Companhia.
Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Daniel de Genaro Modanese - 301.924.018-23

O Sr. Daniel Modanese é Graduado em Administração de Empresas Pela ESAMC, com Pós-Graduação de Gestão de Pessoas pela FGV, trilhou carreira por 13 anos na ABInbev de diferentes posições de liderança de RH no Brasil e México, sendo Diretor Global de Transformação de RH onde liderou Projetos Disruptivos de Transformação em diferentes continentes. Ingressou no Oba Hortifruti em 2019 onde ocupa a cadeira de Diretor de Gente e Gestão, responsável por todos os subsistemas de RH, Saúde e Segurança e Responsabilidade Socioambiental.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Pedro Henrique Barboza - 288.487.678-26

Sr. Pedro Henrique Barboza é graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Metropolitana de São Paulo e possui MBA em gestão financeira em controladoria pela FGV. Possui mais de 16 anos de experiência no varejo e na indústria, tendo ocupado cargos de liderança nas empresas Via Varejo, Kraft Foods e Cadbury Adams, em áreas Contábeis, Financeiras, Controladoria e Planejamento. Ingressou no Oba Hortifruti em 2020 e ocupa a posição.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Alex Alves dos Santos Brito - 036.727.056-08

Alex Alves dos Santos Brito é graduado em Engenharia Eletrônica e de Telecomunicações pela Universidade Católica de Minas. Atuou por 8 anos na área de Telecom, na Telemig Celular, atual Vivo.
Ingressou no Oba Hortifruti em 2005, atuando por 8 anos como Diretor regional do Centro Oeste, fazendo a expansão da rede na região.
Em 2013 foi indicado para a posição de CEO em função dos resultados alcançados e teve a oportunidade de se tornar sócio da Empresa.
Como CEO focou na otimização da operação, desenvolvimento do modelo de negócio e aceleração da expansão. Em 2017 conduziu o processo de investimento do fundo Crescera Investment, que permitiu acelerar ainda mais a expansão.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

José Bruno Vieira Filho - 326.679.418-45

O Sr. José Bruno Vieira é graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade de São Paulo e possui pós-graduação em Finanças pelo Insper. Desde 2006 atuando no varejo, tendo ocupado cargos de liderança no Grupo Pão de Açúcar e Via Varejo, em áreas como Fusões e Aquisições, Relacionamento com Investidores, Controladoria e Planejamento. Ingressou no Oba Hortifruti em 2020 e ocupa a posição de Diretor Financeiro e Relações com Investidores.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Paulo Fabrício Alves de Brito - 054.506.726-08

O Sr. Fabricio é Graduado em Ciências Contábeis com ênfase em controladoria pela PUC-MG, com Pós-Graduação em Administração pela faculdade Estácio de Sá e MBA em Gestão de Negócios pela Fundação Getúlio Vargas. Há mais de 20 anos atua no setor de varejo. Sócio administrador em rede de restaurantes desde 2015, Setor de Construção Civil desde 2005 e empresa de Real Estate. Desde 2017 faz parte do Conselho de Administração do Oba Hortifruti.Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Mario Lombardo Neto - 266.929.208-92

Sr. Mario Lombardo Neto é Graduado em Direito pela Universidade Paulista, Pós-Graduado em Real Estate na FAAP e possui MBA em Gestão Estratégica de Varejo na ESPM. Com vinte anos de experiência nas áreas de Expansão, Negócios Imobiliários, Incorporação e Real Estate, trilhou sua carreira em diferentes posições desde Coordenação, Gerência, Diretoria interina e liderou as áreas de Expansão, Inteligência de Mercado, Gestão Imobiliária, Projetos, Aprovações em empresas de grande porte como GPA e Leroy Merlin. No OBA HORTIFRUTI desde janeiro de 2019 ocupa a posição de Gerente de Expansão e Projetos, sendo responsável pelas áreas de Expansão, Inteligência de Mercado, Projetos, Gestão Imobiliária e Aprovações.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Francisco Augusto Fernandes Rosa Homsi - 149.552.188-57

Sr. Francisco A. F. R. Homsi é Engenheiro Agrônomo graduado na Universidade Estadual Paulista (Campus Jaboticabal) e possui MBA em Logística International pela FUNDASC. Tem vinte e sete anos de experiência em agribusiness, comércio internacional de frutas e varejo de alimentos, tanto no Brasil como na Europa, onde viveu. No OBA desde 2011, ocupa a posição de Vice-Presidente, tendo sob sua gestão as áreas Comercial, Marketing e Produção.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Ivan Carlos Chiachio - 108.138.518-90

Sr. Ivan Carlos Chiachio Formado em Administração de Empresas com habilitação em Marketing pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL).Possui mais de 33 anos de experiencia na área de varejo, atuando sempre na gestão de empresa, participação ativa nas melhorias e mudanças que a empresa passou desde sua estrutura organizacional, implementação de sistemas (ERP), políticas e implementação de ferramentas. Atua na rede Oba Hortifruti desde 1990, ocupando a posição de Vice-Presidente Varejo, tendo sob gestão as áreas de Operação de loja, logística e Controle de Qualidade.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Carlos Roberto Alves - 280.144.806-00

Empreendedor há mais de 40 anos no setor de varejo de Hortifruti. Fundador e controlador da Rede Oba Hortifruti, Carlos Alves iniciou suas operações em 1979 tendo expandido as operações para São Paulo Capital, Interior, Brasília e Goiânia. Suas primeiras operações levavam o nome de Varejão Fartura e em 1992 mudou para o nome Oba Hortifruti. Ao longo de sua jornada, aprimorou o modelo de operação e com um olhar sempre para expansão e sustentabilidade do seu negócio, tornou-se sócio da Crescera Investment, gerando aprimoramento nas práticas de governança corporativa acelerando a expansão. Atualmente é o Presidente do Conselho do Oba Hortifruti.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Raimundo Desidério Alves Caetano - 420.664.416-00

O Sr. Raimundo, empreendedor do setor de hortifruti desde os anos 80, uniu-se ao Oba Hortifruti na mesma época, contribuindo para expansão e desenvolvimento da Companhia, bem como na modelagem de negócio de Hortifrui, atualamente integra o Conselho Administrativo do Oba Hortifruti
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Priscila Pereira Rodrigues - 257.092.118-18

A Sra. Priscila é sócia e membro do Comitê Executivo da Crescera Capital desde 2011. Anteriormente, Priscila trabalhou na Plural Capital no time de private equity, na Houlihan Lokey em reestruturação e no Bank of America Merrill Lynch em Nova York com operações de private equity no mercado americano, além de ter sido Associate Partner da Pacific Investimentos. Possui MBA pela Columbia Business School com foco em Private Equity e Real Estate e é formada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV). Priscila é membro do Conselho de Administração da Companhia, Hospital Care, Vita Participações e Semantix, é conselheira suplente no Grupo Zelo e já foi conselheira na Hortifruti. Participa atualmente em comitês assessórios da Companhia, da Estapar e da Hospital Care. Priscila faz parte do Public Policy Council da LAVCA e do Latin American Council da EMPEA.
Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/2019.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Harry Eduardo Klein - 313.535.767-87	
N/A	
Fernando Ferraz de Toledo Machado - 299.507.568-04	
N/A	
Juliana Trejos Vargas - 126.081.007-08	
N/A	
Mônica Zerbinatti - 102.602.838-86	
N/A	
Daniel de Genaro Modanese - 301.924.018-23	
N/A	
Pedro Henrique Barboza - 288.487.678-26	
N/A	
Alex Alves dos Santos Brito - 036.727.056-08	
N/A	
José Bruno Vieira Filho - 326.679.418-45	
N/A	
Paulo Fabrício Alves de Brito - 054.506.726-08	
N/A	
Mario Lombardo Neto - 266.929.208-92	
N/A	
Francisco Augusto Fernandes Rosa Homsi - 149.552.188-57	
N/A	
Ivan Carlos Chiachio - 108.138.518-90	
N/A	
Carlos Roberto Alves - 280.144.806-00	
N/A	
Raimundo Desidério Alves Caetano - 420.664.416-00	
N/A	

Priscila Pereira Rodrigues - 257.092.118-18

N/A

644

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Carlos Roberto Alves	280.144.806-00	Grupo Fartura de Hortifrut S.A.	04.972.092/0001-22	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Luiz Las-Casas Alves	118.460.706-00	Grupo Fartura de Hortifrut S.A.	04.972.092/0001-22	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				
N/A				
Administrador do emissor ou controlada				
Alex Alves dos Santos Brito	036.727.056-08	Grupo Fartura de Hortifrut S.A.	04.972.092/0001-22	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente				
Pessoa relacionada				
Paulo Fabrício Alves de Brito	054.506.726-08	Grupo Fartura de Hortifrut S.A.	04.972.092/0001-22	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				
N/A				

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2019			
Administrador do Emissor			
Alex Alves dos Santos Brito	036.727.056-08	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Oba Gourmet Restaurantes Ltda.	33.169.118/0001-05		
n/a			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Carlos Roberto Alves	280.144.806-00	Subordinação	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Oba Gourmet Restaurantes Ltda.	33.169.118/0001-05		
n/a			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Carlos Roberto Alves	280.144.806-00	Subordinação	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
CR Alves Participações Ltda	03.788.632/0001-50		
Administrador			
Observação			
N/A			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Alex Alves dos Santos Brito	036.727.056-08	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
CR Alves Participações Ltda	03.788.632/0001-50		
Administrador			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Raimundo Desidério Alves Caetano	420.664.416-00	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
CR Alves Participações Ltda	03.788.632/0001-50		
Administrador			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Luiz Las-Casas Alves	118.460.706-00	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
CR Alves Participações Ltda	03.788.632/0001-50		
Administrador			
Observação			
N/A			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2018			
Administrador do Emissor			
Alex Alves dos Santos Brito	036.727.056-08	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Oba Gourmet Restaurantes Ltda.	33.169.118/0001-05		
n/a			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Carlos Roberto Alves	280.144.806-00	Subordinação	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Oba Gourmet Restaurantes Ltda.	33.169.118/0001-05		
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Alex Alves dos Santos Brito	036.727.056-08	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Oba Hortifruti Comércio e Importação de Frutas Ltda.	38.030.169/0001-67		
Administrador			
Observação			
N/A			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Ivan Carlos Chiachio	108.138.518-90	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
Oba Hortifruti Comércio e Importação de Frutas Ltda.	38.030.169/0001-67		
Administrador			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Francisco Augusto Fernandes Rosa Homsi	149.552.188-57	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
Oba Hortifruti Comércio e Importação de Frutas Ltda.	38.030.169/0001-67		
Administrador			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Carlos Roberto Alves	280.144.806-00	Subordinação	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
CR Alves Participações Ltda	03.788.632/0001-50		
Administrador			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Alex Alves dos Santos Brito	036.727.056-08	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
CR Alves Participações Ltda	03.788.632/0001-50		
Administrador			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Raimundo Desidério Alves Caetano	420.664.416-00	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
CR Alves Participações Ltda	03.788.632/0001-50		
Administrador			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Luiz Las-Casas Alves	118.460.706-00	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
CR Alves Participações Ltda	03.788.632/0001-50		
Administrador			
Observação			
N/A			

Exercício Social 31/12/2017

Administrador do Emissor			
Alex Alves dos Santos Brito	036.727.056-08	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Oba Gourmet Restaurantes Ltda.	33.169.118/0001-05		
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Carlos Roberto Alves	280.144.806-00	Subordinação	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Oba Gourmet Restaurantes Ltda.	33.169.118/0001-05		
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Alex Alves dos Santos Brito	036.727.056-08	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
CR Alves Participações Ltda	03.788.632/0001-50		
Administrador			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Raimundo Desidério Alves Caetano	420.664.416-00	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
CR Alves Participações Ltda	03.788.632/0001-50		
Administrador			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Luiz Las-Casas Alves	118.460.706-00	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
CR Alves Participações Ltda	03.788.632/0001-50		
Administrador			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Carlos Roberto Alves	280.144.806-00	Subordinação	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
CR Alves Participações Ltda	03.788.632/0001-50		
Administrador			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Luiz Las-Casas Alves	118.460.706-00	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Oba Hortifruti Comércio e Importação de Frutas Ltda.	38.030.169/0001-67		
Administrador			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Alex Alves dos Santos Brito	036.727.056-08	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Oba Hortifruti Comércio e Importação de Frutas Ltda.	38.030.169/0001-67		
Administrador			
Observação			
N/A			

653

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

A Companhia contratou seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O), junto à Sompo Seguros S.A., cujo limite máximo de garantia é de R$ 40.000.000,00. O valor do prêmio líquido desta apólice foi de R$ 39.200,00, enquanto o prêmio total foi de R$ 42.092,96, pago em 4 (quatro) parcelas iguais de R$ 10.523,24. Seu vencimento acontecerá em 10 de abril de 2021.

O seguro possui cobertura para a Companhia, suas controladas e subsidiárias, e garante o pagamento ou reembolso de despesas decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais e acordos, celebrados com prévia anuência da seguradora, com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude de atos praticados por diretores e administradores no exercício de suas funções.

A Companhia não presta compromisso de indenidade em favor de seus diretores e administradores.

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três anos, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
AGE	29/11/2019	100%	NÃO
AGE	26/11/2019	100%	NÃO
AGE	01/10/2019	100%	NÃO
AGE	31/08/2019	100%	NÃO
AGE	17/06/2019	100%	NÃO
AGOE	17/04/2019	100%	NÃO
AGE	05/09/2018	100%	NÃO
AGOE	31/08/2018	100%	NÃO
AGE	07/05/2018	100%	NÃO
AGE	19/03/2018	100%	NÃO
AGE	05/03/2018	100%	NÃO
AGE	05/03/2018	100%	NÃO
AGE	08/01/2018	100%	NÃO
AGE	30/11/2017	100%	NÃO
AGE	28/11/2017	100%	NÃO

Informações relevantes sobre os membros da administração da Companhia

Em atendimento ao item 4.5 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, para informações relevantes acerca dos membros da administração da Companhia, incluindo eventuais cargos por eles ocupados no conselho de administração, conselho fiscal, comitês e órgãos executivos de outras sociedades e entidades, vide item 12.6/12.8 deste Formulário de Referência.

Esclarecimentos adicionais sobre práticas de governança corporativa

Melhores práticas de governança corporativa segundo o IBGC

O “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa”, editado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, objetiva tornar o ambiente organizacional e institucional brasileiro mais sólido, justo, responsável e transparente, estabelecendo recomendações para a criação de melhores sistemas de governança corporativa nas organizações, visando a otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para o seu bom desempenho e longevidade.

A Companhia está comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, tendo aderido práticas recomendadas pelo IBGC, como por exemplo vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes; conselheiros com experiência em questões operacionais, financeiras e outros, além de experiência em participação em outros conselhos de administração; manutenção de um canal de denúncias para a apresentação de denúncias ou resolução de dilemas de ordem ética; e previsão estatutária para instalação de um conselho fiscal, entre outros.

12.12 - Outras informações relevantes

Segmento de listagem do Novo Mercado

A Companhia sujeita-se também às regras do Regulamento do Novo Mercado. Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos. As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a emitir apenas ações ordinárias; manter, no mínimo, 25% de ações do capital da Companhia em circulação; constituir um Comitê de Auditoria; aprovar regimento interno do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento; instituir área de controles internos na Companhia, entre outros. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a Companhia e a B3, além da adaptação do estatuto da companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado. Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos. Além das informações descritas acima, não há outras informações relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais subitens deste item 12.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A política de remuneração da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração em 16 de outubro de 2020 e possui como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando sempre alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é dividida em: (i) remuneração fixa, a qual é alinhada com práticas de mercado; e (ii) plano de assistência médica executiva, sendo este de adesão opcional. Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

Diretoria Estatutária

Os membros da Diretoria Estatutária têm sua remuneração dividida em: (i) remuneração fixa alinhada às práticas de mercado para posições de complexidade similar; (ii) remuneração variável (bônus) atrelada a gatilhos mínimos de desempenho corporativo e ajustadas de acordo com desempenho individual e das áreas sob gestão, assim como entregas estratégicas, sendo que parte desta é paga no exercício subsequente à aferição do resultado; e (iii) pacote de benefícios composto de plano de assistência médica, odontológica, aos diretores e dependentes cobertos.

Em 2020 foi pago a título de cessação do cargo remuneração à dois diretores estatutários que foram destituídos de seus cargos, conforme descrito no item 13.12 deste Formulário Referência.

Diretoria Não-Estatutária

Não há Diretoria Não-Estatutária.

Conselho Fiscal

Não há Conselho Fiscal instalado.

Comitês

Todos os membros do Comitê de Auditoria são elegíveis a uma remuneração fixa mensal. Os membros dos demais comitês que já atuem em outros cargos da Administração da Companhia (como Diretoria e Conselho de Administração) não recebem remuneração específica pela atuação nestes. Adicionalmente, os membros dos Comitês são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os últimos três exercícios:

	31/12/2019				
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Benefícios diretos e indiretos	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	78%	21%	0%	1%	100%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%	0%
Comitê de Auditoria	0%	0%	0%	0%	0%
Comitê de Expansão.....	0%	0%	0%	0%	0%
Comitê de Finanças	0%	0%	0%	0%	0%
Comitê de Ética.....	0%	0%	0%	0%	0%

	31/12/2018				
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Benefícios diretos e indiretos	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	85%	15%	0%	0%	100%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%	0%
Comitê de Auditoria	0%	0%	0%	0%	0%
Comitê de Expansão.....	0%	0%	0%	0%	0%
Comitê de Finanças	0%	0%	0%	0%	0%
Comitê de Ética.....	0%	0%	0%	0%	0%

	31/12/2017				
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Benefícios diretos e indiretos	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	100%	0%	0%	0%	100%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%	0%
Comitê de Auditoria	0%	0%	0%	0%	0%
Comitê de Expansão.....	0%	0%	0%	0%	0%
Comitê de Finanças	0%	0%	0%	0%	0%
Comitê de Ética.....	0%	0%	0%	0%	0%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, assim como a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração com base em avalições apresentadas pelo Comitê de Remuneração, pautadas em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas na comparação empresas de seguros, resseguros ou do mercado geral, de acordo com a função. O Conselho de

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Administração também é responsável por determinar, anualmente, o índice de reajuste de honorários fixos. A remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, sendo o critério acima também aplicável para este componente de remuneração.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Não-Estatutários é determinada pela Diretoria Estatutária com base em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas empresas de seguros, resseguros ou do mercado geral, de acordo com a função. Os Diretores Não-Estatutários também podem ser elegíveis a aumentos salariais anuais com base em acordo coletivo de trabalho com os representantes da categoria. Como a remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, o critério acima se aplica também para este componente de remuneração.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores da Companhia são incentivos para a melhoria de sua gestão e a atração e retenção de executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há membros não remunerados pela Companhia. No entanto, vale esclarecer que o Conselho de Administração foi criado no final de 2017 e, portanto, não houve pagamento aos membros do Conselho em referido exercício.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os principais indicadores de desempenho da Companhia e dos administradores são: Lucro Líquido, EBITDA e Receita Bruta, sendo este o gatilho determinante para o pagamento de remuneração variável no exercício.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Parcela significativa do valor total pago aos administradores é recebida na forma de remuneração variável, a qual é consideravelmente impactada pelos indicadores de desempenho acordados junto ao Conselho de Administração no exercício, levando-se em conta os resultados históricos e o planejamento estratégico da Companhia.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os administradores da Companhia a buscarem a melhor rentabilidade de seus projetos e operações, de forma a alinhar os interesses dos administradores com os da Companhia.

A remuneração variável anual dos diretores estatutários leva em consideração o atingimento de metas individuais e metas coletivas estabelecidas.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros da Administração da Companhia. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Uma vez determinada a remuneração global pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração é responsável por deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, se instalado.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A Companhia utiliza pesquisas de mercado e aplica metodologia para garantir a competitividade e a atração e retenção de talentos.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Não há periodicidade fixa para avaliação da política de remuneração e a mesma ocorre conforme necessidade estratégica do Conselho de Administração da Companhia.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	16,17	0,00	23,17
Nº de membros remunerados	7,00	16,17	0,00	23,17
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.200.000,00	6.539.829,95	0,00	7.739.829,95
Benefícios direto e indireto	0,00	220.258,32	0,00	220.258,32
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.154.038,79	0,00	2.154.038,79
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	312.831,52	0,00	312.831,52
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.200.000,00	9.226.957,68	0,00	10.426.957,68

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	15,00	0,00	22,00
Nº de membros remunerados	7,00	15,00	0,00	22,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.140.000,00	5.460.600,00	0,00	6.600.600,00
Benefícios direto e indireto	0,00	83.633,33	0,00	83.633,33

Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.489.552,51	0,00	1.489.552,51
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.140.000,00	7.033.785,84	0,00	8.173.785,84

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,42	13,42	0,00	19,84
Nº de membros remunerados	6,42	13,42	0,00	19,84
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	772.784,00	4.820.122,23	0,00	5.592.906,23
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	821.000,00	0,00	821.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00

Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2017, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2017, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2017, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	772.784,00	5.641.122,23	0,00	6.413.906,23

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,58	0,08	0,00	0,66
Nº de membros remunerados	0,00	0,08	0,00	0,08
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00

Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2020)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	16,17	0,00	23,17
Nº de membros remunerados	0,00	16,17	0,00	16,17
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	n/a	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.154.038,79	n/a	2.154.038,79
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	2.154.038,79	n/a	2.154.038,79
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	n/a	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	n/a	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	n/a	0

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	15,00	0,00	22,00
Nº de membros remunerados	0,00	15,00	0,00	15,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	n/a	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	1.489.552,51	n/a	1.489.552,51
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	1.489.552,51	n/a	1.489.552,51
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	1.489.552,51	n/a	1.489.552,51
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	n/a	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	n/a	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	0	n/a	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	n/a	0

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,42	13,42	0,00	19,84
Nº de membros remunerados	0,00	13,42	0,00	13,42
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	n/a	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	821.000,00	n/a	821.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	821.000,00	n/a	821.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	821.000,00	n/a	821.000,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	n/a	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	n/a	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	0	n/a	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	n/a	0

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,58	0,08	0	0,66
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0	0,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	n/a	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	n/a	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	0	n/a	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	n/a	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	n/a	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	n/a	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	0	n/a	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	n/a	0

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.6 - Opções em Aberto

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

	Exercício encerrado em 31/12/2019			
Sociedade	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Grupo Fartura de Hortifrut S.A.	1.907.916 (68,6%)	38.938 (1,4%)	0	1.946.854 (70%)
Oba Gourmet Restaurantes Ltda.	10 (1,0%)	0	0	10 (1,0%)

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência privada a nenhum de seus colaboradores, incluindo os membros do conselho de administração e os diretores estatutários.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	15,00	13,42	0,58	7,00	6,42	0,08	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	15,00	13,42	0,58	7,00	6,42	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	932.762,50	800.000,00	50.000,00	508.850,00	381.425,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	227.006,25	203.857,91	50.000,00	55.000,00	27.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	468.919,06	420.351,88	50.000,00	162.857,14	120.371,34	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2018	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2017	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.

Conselho de Administração	
31/12/2019	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2018	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2017	O Conselho de Administração foi criado no final de 2017 e, portanto, não houve pagamento aos membros do Conselho em referido exercício..

Conselho Fiscal	
31/12/2019	Não foi instalado conselho fiscal.
31/12/2018	Não foi instalado conselho fiscal.
31/12/2017	Não foi instalado conselho fiscal.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Na hipótese de rescisão do contrato e destituição de um Diretor Estatutário, a Companhia após decisão da Assembleia Geral, deverá notificar o Diretor com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, sendo certo que nenhum montante a título de remuneração adicional será devido. Caso a Companhia descumpra o prazo de notificação de 90 (noventa) dias, deverá pagar ao Diretor Estatutário uma multa compensatória no valor equivalente a 3 (três) vezes o último "*Pro Labore"* mensal pago ao mesmo.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Exercício encerrado em 31/12/2019	54,29%	13,26%	n/a
Exercício encerrado em 31/12/2018	56,47%	14,18%	n/a
Exercício encerrado em 31/12/2017	0,00%	100%	n/a

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não recebem qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Não aplicável, tendo em vista que os administradores da Companhia não recebem remuneração de seus controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de suas controladas.

13.16 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 13 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

	30/09/2020			
Atividade	**São Paulo**	**Distrito Federal**	**Goiás**	**Total**
Administrativo	270	80	7	357
Diretoria/executivo	0	0	0	0
Especialista	56	15		71
Gerente	109	28	4	141
Operacional	4734	1066	188	5988
Supervisor	217	112	13	342
Técnico	2	1		3
Total	5388	1302	212	6902

	31/12/2019			
Atividade	**São Paulo**	**Distrito Federal**	**Goiás**	**Total**
Administrativo	234	67	7	308
Diretoria/executivo	0	0	0	0
Especialista	47	14	0	47
Gerente	94	25	4	123
Operacional	4070	811	172	5053
Supervisor	189	93	13	295
Técnico	2	1	0	3
Total	4636	1011	196	5843

	31/12/2018			
Atividade	**São Paulo**	**Distrito Federal**	**Goiás**	**Total**
Administrativo	199	68	7	274
Diretoria/executivo	0	0	0	0
Especialista	45	16		61
Gerente	88	27	4	119
Operacional	3464	794	166	4424
Supervisor	154	92	13	259
Técnico	2	2		4
Total	3952	999	190	5141

	31/12/2017			
Atividade	**São Paulo**	**Distrito Federal**	**Goiás**	**Total**
Administrativo	196	104	0	300
Diretoria/executivo	0	0	0	0
Especialista	41	15	0	56
Gerente	73	34	0	107
Operacional	3102	756	0	3858
Supervisor	152	96	0	248
Técnico	2	3	0	5
Total	3566	1008	0	4574

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

	30/09/2020			
Atividade	**São Paulo**	**Distrito Federal**	**Goiás**	**Total**
Produção	13	0	0	13
Varejo Regional SP	112	0	0	112
Varejo Campinas Interior	53	0	0	53
Total	**178**	**0**	**0**	**178**

	31/12/2019			
Atividade	**São Paulo**	**Distrito Federal**	**Goiás**	**Total**
Produção	11	10	0	21
Varejo Regional SP	101	0	0	101
Varejo Campinas Interior	31	0	0	31
Total	**143**	**0**	**0**	**143**

	31/12/2018			
Atividade	**São Paulo**	**Distrito Federal**	**Goiás**	**Total**
Varejo Regional SP	34	0	0	34
Segurança Patrimonial	26	0	0	26
Varejo Campinas Interior	18	0	0	18
Total	**78**	0	0	**78**

	31/12/2017			
Atividade	**São Paulo**	**Distrito Federal**	**Goiás**	**Total**
Varejo Regional SP	0	0	0	0
Segurança Patrimonial	0	0	0	0
Varejo Campinas Interior	0	0	0	0
Total	0	0	0	0

(c) índice de rotatividade

30/09/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
25%	25%	27%	27%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A Companhia considera sua política de Recursos Humanos como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando assegurar: remuneração em linha com o mercado; condições de atrair e reter os profissionais para a Companhia; definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais e o fornecimento de uma base de conduta para que o colaborador conheça suas atribuições e responsabilidades.

(b) política de benefícios

A Companhia não possui uma política unificada de benefícios, adotando políticas regionais ou locais, conforme o caso e sempre em observância à legislação aplicável. Os empregados da Companhia são elegíveis a benefícios diversos de acordo com o cargo, bem como de acordo com a legislação aplicável.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui plano de remuneração baseada em ações dos empregados não administradores.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

De forma geral, possuímos boas relações com os sindicatos aos quais os empregados estão vinculados. Nunca experimentamos greves ou paralisações ocasionadas por empregados ou sindicatos. Listamos abaixo os sindicatos aos quais os empregados da Companhia estão vinculados:

ESTADO	NOME	CIDADE	CATEGORIA
SP	SECCAMP-Sind. dos Empregados no Comércio de Campinas(Lojas)	Campinas	Comércio
SP	SINCOMERCIARIOS-Sind. Empr.Com. Americana, N.Odessa e Cosmópolis	Americana	Comércio
SP	SECSP - Sindicato dos Comerciarios de Sao Paulo	São Paulo	Comércio
SP	SIND DOS EMPREGADOS NO COM DE HOTEIS, BARES E SIMILARES DE LIMEIRA E REGIÃO	Limeira	Restaurante
SP	SINECOL-Sindicato do Empregados no comércio de Limeira	Limeira	Comércio
SP	Sindicato dos Empregados no Comércio de SOROCABA	Sorocaba	Comércio
SP	Sindicato dos Condutores Transporte de Cargas Próprias SP	Limeira	Motorista
SP	SECOM-Sindicato dos Empregados no Comércio de Itu-Indaiatuba	Indaiatuba	Comércio
SP	SINCOMERCIARIOS- Sindicato dos Empregados no Comércio de Piracicaba	Piracicaba	Comércio
SP	COMERCIARIOS CPS-Sind. dos Empregados no Comércio Atacadista de Campinas(GR)	Campinas	Comércio
DF	SINDICATO DOS COMERCIARIOS DO DF	Brasília	Comércio
GO	SECOM - SINDICATO DOS EMPREGADOS NO Comércio VAR G A NO EST GO	Goiânia	Comércio
SP	SINCOMERCIARIOS- SINDICATO DOS EMPREGADOS NO Comércio DE JUNDIAI E REGIAO	Jundiaí	Comércio
SP	SEC ABC - SINDICATO DOS EMPREGADOS NO Comércio DE SANTO ANDRE E REGIÃO	Santo André	Comércio
SP	SECOR - SINDICATO DOS EMPREGADOS NO Comércio DE OSASCO E REGIÃO	Osasco	Comércio
SP	SINTERCAMP - Sindicato dos trabalhadores em Refeições de Campinas e Região	Campinas	Restaurante
SP	SINDCARGAS - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESA DE TRANSPORTE RODOVIARIOS DE CARGAS CAMPINAS E REGIAO	Campinas	Motorista
SP	SINDICATO DOS EMPREGADOS NO Comércio DE S J DOS CAMPOS – SP	São José dos Campos	Comércio
SP	SECRP - SINDICATO DOS EMPREGADOS NO Comércio DE RIBEIRAO PRETO – SP	Ribeirão Preto	Comércio

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Não há outras informações relevantes com relação a este item 14 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
Raimundo Desidério Alves Caetano					
420.664.416-00	Brasileira-MG	Sim	Não	31/08/2019	
Não					
292.036	10,500%	0	0,000%	292.036	10,500%
Crescera OBA Growth Co-invest I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia					
28.770.747/0001-48	Brasileira-SP	Sim	Não	31/08/2019	
Não					
834.366	30,000%	0	0,000%	834.366	30,000%
Carlos Roberto Alves					
280.144.806-00	Brasileira-MG	Sim	Sim	31/08/2019	
Não					
1.526.322	54,880%	0	0,000%	1.526.322	54,880%
OUTROS					
128.496	4,620%	0	0,000%	128.496	4,620%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL					
2.781.220	100,000%	0	0,000%	2.781.220	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %

687

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	16/10/2020
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	4
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	0
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	1

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	0	0,000%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

(a) Partes

As partes do referido acordo de acionistas são: Carlos Roberto Alves ("Sr. Carlos" ou "Acionista A"), Raimundo Desidério Alves Caetano ("Sr. Raimundo"), Alex Alves dos Santos Brito ("Sr. Alex") e Luiz Las-Casas Alves ("Sr. Luiz" e, em conjunto com os Srs. Raimundo e Alex, doravante denominados "Grupo Acionistas B" e, em conjunto com o Acionista A, simplesmente "Acionistas", sendo cada um, individualmente, um "Acionista").

(b) Data de celebração

O acordo de acionistas foi celebrado pelos Acionistas em 16 de outubro de 2020 ("Acordo").

(c) Prazo de vigência

O Acordo foi celebrado sob condição suspensiva, nos termos do artigo 121 e seguintes da Lei 10.406/2002 ("Código Civil"), de modo que sua eficácia está condicionada à conclusão da oferta pública inicial de ações da Companhia ("Oferta") ("Condição Suspensiva do Acordo").

O Acordo entrará automaticamente em vigor na ocorrência da Condição Suspensiva do Acordo, na data do encerramento da Oferta Pública, sem necessidade de qualquer formalidade adicional, e permanecerá válido e eficaz por até 20 (vinte) anos contados do encerramento da Oferta.

(d) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Para regular o direito de voto em relação a determinadas matérias, os Acionistas, em conjunto, obrigam-se a votar nas assembleias gerais de acionistas da Companhia conforme as disposições constantes do Acordo.

Para tanto, as Acionistas realizarão uma reunião prévia a cada assembleia geral de acionistas da Companhia, para debater e decidir aqueles assuntos que exijam sua manifestação ou sejam de seu interesse. As deliberações da reunião prévia serão tomadas, por unanimidade dos Acionistas.

(e) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

Os Acionistas deverão sempre votar de forma conjunta com o objetivo de eleger, em conjunto, o maior número de membros do Conselho de Administração da Companhia, observadas as restrições existentes no Regulamento do Novo Mercado da B3 em relação à eleição dos conselheiros independentes.

Conforme estabelecido no Acordo, caberá ao Sr. Carlos a indicação de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia a serem indicados pelos Acionistas, obrigando-se o Grupo Acionistas B a votarem conforme a indicação do Sr. Carlos manifestada na respectiva Reunião Prévia.

Adicionalmente nenhuma indicação, eleição, destituição ou substituição de qualquer membro da Diretoria da Companhia, a qual será eleita pelo Conselho de Administração, deverá ser realizada sem que tal questão tenha sido previamente aprovada em Reunião Prévia nos termos da Cláusula 3.5. do Acordo.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

(f) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Direito de Preferência

Nos termos da Cláusula Quarta do Acordo, o Acionista que desejar alienar parte ou totalidade de suas ações vinculadas para terceiros ou para os demais Acionistas, deverá enviar aos demais Acionistas da Companhia comunicação por escrito, nos termos do Acordo.

A alienação de Ações Vinculadas de acionistas do Grupo Acionistas B para o Sr. Carlos não será objeto de Direito de Preferência para os demais acionistas do Grupo Acionistas B;

Caso o acionista ofertante seja qualquer um do Grupo Acionistas B e deseja alienar para um terceiro ou para outro acionista do Grupo Acionistas B, o referido acionista ofertante deverá, obrigatoriamente, oferecer as ações ofertadas primeiramente ao Sr. Carlos, o qual poderá exercer o Direito de Preferência e adquirir, a seu exclusivo critério, a totalidade das ações ofertadas, não se limitando a proporção da sua participação no capital social da Companhia, obrigando-se a manifestar-se acerca do exercício do Direito de Preferência no prazo previsto de 30 (trinta) dias úteis subsequentes ao recebimento da notificação de oferta (“Prazo para Exercício do Direito de Preferência pelo Sr. Carlos”);

Após exercido o Período de Preferência Sr. Carlos sem que o Sr. Carlos tenha exercido o Direito de Preferência, o respectivo acionista ofertante deverá oferecer as ações ofertadas aos demais acionistas do Grupo Acionistas B que poderão exercer o Direito de Preferência na mesma proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia (excluída, para fins e efeitos de determinação de tal participação societária, as ações de propriedade do Sr. Carlos e do Acionista Ofertante), obrigando-se a manifestar-se acerca do exercício do Direito de Preferência no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do término do Prazo para Exercício do Direito de Preferência pelo Sr. Carlos ("Prazo para Exercício do Direito de Preferência das Ações Acionistas B pelo Grupo Acionistas B"); e

Caso o acionista ofertante seja o Sr. Carlos o Grupo Acionista B terá o Direito de Preferência para adquirir essas ações ofertadas, na mesma proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia (excluída, para fins e efeitos de determinação de tal participação societária, as ações de propriedade do Sr. Carlos), obrigando-se a manifestar-se acerca do exercício do Direito de Preferência no prazo previsto de 30 (trinta) dias úteis subsequentes ao recebimento da Notificação de Oferta.

Direito de Venda Conjunta (*Tag Along*):

Conforme descrito na Cláusula 4.2. do Acordo, adicionalmente ao Direito de Preferência, bem como respeitando o respectivo Prazo de Exercício do Direito de Preferência, o acionista Sr. Carlos terá o direito (mas não a obrigação) de, ao invés de exercer o Direito de Preferência que lhe é assegurado, exigir que o acionista ofertante que seja do Grupo Acionistas B aliene, juntamente com as ações ofertadas, as Ações Vinculadas de propriedade do Sr. Carlos (“Ações do Direito de Venda Conjunta”), pelo mesmo preço por ação, e nas mesmas condições constantes da Notificação de Oferta (“Direito de Venda Conjunta”) nos termos do Acordo.

Obrigação de Venda Conjunta (*Drag Along*):
Caso obtenha de um terceiro interessado uma proposta firme, irrevogável e irretratável para adquirir a totalidade das Ações Vinculadas de sua titularidade, o Sr. Carlos estará investido do direito de exigir que todos os demais Acionistas alienem a totalidade das suas Ações Vinculadas, pelo mesmo preço por ação e nas mesmas condições, observado o disposto na Cláusula 4.3. de Acordo (“Direito de Obrigar a Venda em Conjunto”), de modo a que o terceiro interessado possa adquirir a totalidade das Ações Vinculadas.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

(g) Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

Para regular o direito de voto em relação a determinadas matérias, os Acionistas, em conjunto, obrigam-se a fazer com que os membros do Conselho de Administração da Companhia por eles eleitos exerçam seus votos conforme orientado pelas Acionistas. Para tanto, as Acionistas realizarão uma reunião prévia a cada reunião do Conselho de Administração e/ou Assembleia Geral da Companhia, para debater e decidir aqueles assuntos que exijam sua manifestação ou sejam de seu interesse. As deliberações da reunião prévia serão tomadas conforme disposto no Acordo.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Não foram realizadas alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais e no exercício corrente.

15.7 - Principais Operações Societárias

(a) evento	**Cisão Parcial da Companhia tendo por objetivo a transferência do investimento na CR Alves Participações Ltda.**
(b) principais condições do negócio	Em 31 de agosto de 2019, a Assembleia Geral da Companhia aprovou a cisão parcial da Companhia, a qual parte do patrimônio líquido da Companhia, avaliado em R$ 133.894.427,00, foi incorporado pela Call Holding Ltda. ("Call"). A cisão parcial teve por objeto a transferência da totalidade do investimento detido pela Companhia na CR Alves Participações Ltda. ("CR Alves"), através da versão do patrimônio líquido da Companhia à Call, avaliado em R$ 133.894.427,00. Na operação, a Companhia realizou o aumento de capital, nos termos do §1º do art. 169 da Lei das Sociedades por Ações ao qual passou do valor de R$ 127.364.175,62, dividido em 3.166.409 ações ordinárias, para R$ 225.332.468,56, sem a emissão de novas ações. Após a aprovação da cisão parcial, o capital social da Companhia foi reduzido no valor do patrimônio líquido cindido à Call de R$ 133.894.427,00. O capital social da Companhia passou de R$ 225.332.468,56, para R$ 91.438.041,056. A cisão parcial acarretou na redução do capital social da Companhia e no cancelamento de ações de emissão da Companhia detidas por determinados acionistas.
(c) sociedades envolvidas	Grupo Fartura de Hortifrut S.A, Call Holding Ltda. e CR Alves Participações Ltda.
(d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
(e) quadro societário antes e depois da operação	Antes: Depois:
(f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação por unanimidade em Assembleia Geral Extraordinária com a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia.

15.7 - Principais Operações Societárias

(a) evento	**Incorporação da Oba Hortifrut – Comércio e Importação de Frutas Ltda.**
(b) principais condições do negócio	Em 01 de outubro de 2019, a Companhia incorporou a totalidade do patrimônio líquido da Oba Hortifrut – Comércio e Importação de Frutas Ltda. ("Oba Comércio e Importação"), no valor de R$ 42.647.803. A Incorporação não acarretou o aumento do capital social da Companhia. Como resultado, a totalidade do patrimônio líquido da Oba Comércio e Importação foi vertido à Companhia, que se tornou a sucessora em todos os direitos e obrigações da Oba Comércio e Importação. A Incorporação integra o processo de reorganização societária do grupo econômico do qual a Companhia e a Oba Comércio e Importação fazem parte, que tem por objetivo simplificar a sua estrutura societária e consolidar os investimentos do grupo, reduzindo os custos operacionais, propiciando sinergias e permitindo uma melhor consecução dos objetivos sociais.
(c) sociedades envolvidas	Grupo Fartura de Hortifrut S.A. e Oba Comércio e Importação
(d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
(e) quadro societário antes e depois da operação	Antes da incorporação a Oba Comércio e Importação era uma controlada da Companhia. Após a incorporação a Oba Comércio e Importação foi extinta e deixou de ser uma controlada da Companhia.
(f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação por unanimidade em Assembleia Geral Extraordinária com a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia.

(a) evento	**Incorporação da Oba Growth Participações S.A.**
(b) principais condições do negócio	Em 31 de janeiro de 2020, a Companhia incorporou parte do patrimônio líquido da Oba Growth Participações S.A. ("Oba Growth"). A incorporação não acarretou o aumento do capital social da Companhia, a emissão de valores mobiliários pela Companhia ou a alteração das participações dos seus acionistas no capital social da Companhia Em decorrência da aprovação da Incorporação da Oba Growth, houve o cancelamento de 834.366 (oitocentas e trinta e quatro mil, trezentas e sessenta e seis) ações ordinárias da Companhia detidas pela Oba Growth e, ato contínuo, a emissão do mesmo número de ações para o único acionista da Oba Growth: Crescera OBA Growth Co-invest I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Crescera Oba Growth"). Como resultado, parte do patrimônio da Oba Growth foi vertido à Companhia, que se tornou a sucessora em todos os direitos e obrigações da Oba Growth e a Crescera Oba Growth ingressou no quadro societário da Companhia. A Incorporação integra o processo de reorganização societária do grupo do qual a Companhia e a Oba Growth fazem parte, que tem por objetivo simplificar a sua estrutura societária, mediante redução de custos, de forma que a acionista Oba Growth passou a deter participação direta na Companhia.
(c) sociedades envolvidas	Grupo Fartura S.A. Obra Growth e Crescera Oba Growth

15.7 - Principais Operações Societárias

(d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Após a Incorporação, Crescera OBA Growth ingressou no quadro societário da Companhia, passando a deter a totalidade das ações de emissão da Companhia anteriormente detidas Oba Growth.
(e) quadro societário antes e depois da operação	Antes: Depois:
(f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Na Assembleia Geral que deliberou e aprovou a incorporação, houve o comparecimento dos acionistas representantes da totalidade do Capital Social e a deliberação foi aprovada por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Não há outras informações relevantes com relação a este item 15 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

A "*Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse do Grupo Fartura de Hortifrut S.A.*", aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 16 de outubro de 2020 ("Política"), visa assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado e equidade de tratamento com terceiros, prezando pelas melhores práticas de governança corporativa, revestidas da devida transparência.

A Política define de forma objetiva conceitos sobre partes relacionadas e transações com partes relacionadas, além de estabelecer exigências mínimas de divulgação de informações sobre essas transações.

Os acionistas da Companhia, os administradores e suplentes da Companhia e de suas controladas, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros(as), filhos(as), filhos(as) de seus cônjuges ou de companheiros(as), e seus dependentes ou os de respectivos cônjuges deverão informar o departamento jurídico da Companhia sobre quaisquer transações entre elas e a Companhia de que tenham ciência.

A Diretoria Jurídica da Companhia, deverá classificar as Transações com Partes Relacionadas em razão: (i) do montante envolvido; e (ii) de ser ou não operação no curso normal dos negócios, para determinar as instâncias competentes para sua análise e aprovação, na forma da Política.

A Diretoria Financeira, a Diretoria e o Conselho de Administração da Companhia, conforme o caso, somente poderão aprovar a Transação com Parte Relacionada caso concluam ser equitativa, comutativa e realizada no melhor interesse da Companhia sendo facultado, a seu critério em observância a esta Política, condicionar a aprovação da Transação com Parte Relacionada às alterações que julgar necessárias.

Por fim, são vedadas as seguintes transações com partes relacionadas: (i) realizadas em condições que não sejam as condições de mercado; e (ii) a concessão direta de empréstimos ou operações de mútuo ou prestação de garantia (aval/fiança): (a) aos administradores e membros dos conselhos fiscal ou administrativo ou comitês, estatuários ou não, e seus respectivos suplentes, bem como aos respectivos cônjuges, companheiros(as), descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros(as); (b) aos parentes, até o 2º (segundo) grau, das pessoas mencionadas acima; e (c) aos acionistas, pessoas naturais ou jurídica, ou pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 5%, membros do conselho fiscal ou do Conselho de Administração ou comitês estatuários ou não e seus respectivos suplentes, bem como seus cônjuges companheiros(as), descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros(as) e respectivos parentes até o 2º grau.

A Política de Partes Relacionadas está disponibilizada para consulta eletronicamente pelo site da Companhia ri.redeoba.com.br.

Adicionalmente, a Companhia segue as regras estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, que estabelecem que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas Assembleias Gerais ou nas reuniões da administração, deve abster-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe, também, conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da Companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A Companhia entende que as práticas acima descritas para realização de transações com partes relacionadas garantem a comutatividade de tais operações e preços e condições de mercado.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Alex Alves dos Santos Brito	30/09/2020	8.820,38	8080,36	100%	Indeterminado	SIM	0,000000

Relação com o emissor	Acionista minoritário e administrador da Companhia.
Objeto contrato	Operações de compra e venda de produtos praticadas entre Grupo Fartura de Hortifrut S.A., como vendedor, e Alex Alves dos Santos Brito, como comprador. O valor descrito no item “montante envolvido” está relacionado aos valores envolvidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e referem-se a diversas ordens de venda ao longo do período, e o valor informado em “saldo existente” representa o saldo em aberto em 30 de setembro de 2020.
Garantia e seguros	Não
Rescisão ou extinção	As operações de venda podem ser suspensas a qualquer momento
Natureza e razão para a operação	Venda de produtos.
Posição contratual do emissor	Credor
Especificar	

CRAL Empreendimentos e Participações Ltda.	01/10/2002	855.276,33	97.096,49	100%	5 anos	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel, celebrado entre Grupo Fartura de Hortifrut S.A., na qualidade de Locatário, e CRAL Empreendimentos e Participações Ltda., na qualidade de Locadora, localizado na Rua Carolina Florence, nº 300, Bairro: Jardim Guanabara, Cidade de Campinas, São Paulo. O valor informado no “montante envolvido” corresponde ao valor total dos aluguéis devidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e o valor informado em “saldo existente” representa o saldo em aberto em 30 de setembro de 2020.
Garantia e seguros	Não
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser rescindido unilateralmente pelas partes, mediante pagamento de multa de valor correspondente a três aluguéis vigentes à época.
Natureza e razão para a operação	Contrato de aluguel para operação de loja.
Posição contratual do emissor	Devedor
Especificar	

CRAL Empreendimentos e Participações Ltda.	01/07/2010	66.981,53	7.880,18	100%	3 anos	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum						
Objeto contrato	80% do contrato de locação de imóvel, celebrado entre Grupo Fartura de Hortifrut S.A., na qualidade de Locatário, e CRAL Empreendimentos e Participações Ltda., na qualidade de Locadora, localizado na Rua Café, nº 146, Bairro: Jardim Chapadão, Cidade de Campinas, São Paulo. O valor informado no “montante envolvido” corresponde ao valor total dos aluguéis devidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e o valor informado em “saldo existente” representa o saldo em aberto em 30 de setembro de 2020.						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser rescindido unilateralmente pelas partes, mediante pagamento de multa de valor correspondente a três aluguéis vigentes à época.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de aluguel para operação de estacionamento de loja.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda.	01/12/2017	560.594,29	67.854,73	100%	5 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel, celebrado entre Grupo Fartura de Hortifrut S.A., na qualidade de Locatário, e CRAL Empreendimentos e Participações Ltda., na qualidade de Locadora, localizado na Rua Guararema, nº 8.940, Bairro: São Bernardo, Cidade de Campinas, São Paulo. O valor informado no “montante envolvido” corresponde ao valor total dos aluguéis devidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e o valor informado em “saldo existente” representa o saldo em aberto em 30 de setembro de 2020.						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser rescindido unilateralmente pelas partes, mediante pagamento de multa de valor correspondente a três aluguéis vigentes à época.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de aluguel para operação de loja.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda.	01/01/2010	38.598,21	4.411,65	100%	3 anos	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum						
Objeto contrato	80% do contrato de locação de imóvel, celebrado entre Grupo Fartura de Hortifrut S.A., na qualidade de Locatário, e CRAL Empreendimentos e Participações Ltda., na qualidade de Locadora, localizado na Rua Jundiapeba, nº 346, Bairro: Vila Prudente, Cidade de São Paulo, São Paulo. O valor informado no “montante envolvido” corresponde ao valor total dos aluguéis devidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e o valor informado em “saldo existente” representa o saldo em aberto em 30 de setembro de 2020.						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser rescindido unilateralmente pelas partes, mediante pagamento de multa de valor correspondente a três aluguéis vigentes à época.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de aluguel para operação de estacionamento de loja.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda.	19/10/2004	1.967.006,52	218.556,28	100%	3 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel, celebrado entre Grupo Fartura de Hortifrut S.A., na qualidade de Locatário, e CRAL Empreendimentos e Participações Ltda., na qualidade de Locadora, localizado na Rua Macuco nº 643, Bairro: Indianápolis, Cidade de São Paulo, São Paulo. O valor informado no “montante envolvido” corresponde ao valor total dos aluguéis devidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e o valor informado em “saldo existente” representa o saldo em aberto em 30 de setembro de 2020.						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser rescindido unilateralmente pelas partes, mediante pagamento de multa de valor correspondente a três aluguéis vigentes à época.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de aluguel para operação de loja.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda.	01/11/2016	327.744,63	36.416,07	100%	5 anos	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum						
Objeto contrato	78,4% do contrato de locação de imóvel, celebrado entre Grupo Fartura de Hortifrut S.A., na qualidade de Locatário, e CRAL Empreendimentos e Participações Ltda., na qualidade de Locadora, localizado na Avenida Amoreiras, nº 1.473 e 1.469, Bairro: São Bernardo, Cidade de Campinas, São Paulo. O valor informado no “montante envolvido” corresponde ao valor total dos aluguéis devidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e o valor informado em “saldo existente” representa o saldo em aberto em 30 de setembro de 2020.						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser rescindido unilateralmente pelas partes, mediante pagamento de multa de valor correspondente a três aluguéis vigentes à época.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de aluguel para operação de frigorífico.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda.	02/01/2012	427.638,03	48.548,23	100%	5 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel, celebrado entre Grupo Fartura de Hortifrut S.A., na qualidade de Locatário, e CRAL Empreendimentos e Participações Ltda., na qualidade de Locadora, localizado na Rua Senador Vergueiro, nº 1.070 Bairro: Centro, Cidade de Limeira, São Paulo. O valor informado no “montante envolvido” corresponde ao valor total dos aluguéis devidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e o valor informado em “saldo existente” representa o saldo em aberto em 30 de setembro de 2020.						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser rescindido unilateralmente pelas partes, mediante pagamento de multa de valor correspondente a três aluguéis vigentes à época.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de aluguel para operação de loja.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
CR Alves Participações Ltda.	01/04/2019	480.000,00	53.333,33	100%	10 anos	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel, celebrado entre Grupo Fartura de Hortifrut S.A., na qualidade de Locatário, e CR Alves Participações Ltda., na qualidade de Locadora, localizado na Avenida Presidente Vargas, nº 2.265, Bairro: Jardim Santa Angela, Cidade de Ribeirão Preto, São Paulo. O valor informado no “montante envolvido” corresponde ao valor total dos aluguéis devidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e o valor informado em “saldo existente” representa o saldo em aberto em 30 de setembro de 2020. O valor do aluguel mensal pela locação do imóvel é de 4% do faturamento bruto, tendo como valor mínimo de aluguel R$ 180.000,00, devendo ser considerado o de maior valor.
Garantia e seguros	Não
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser rescindido unilateralmente pelas partes, mediante pagamento de multa de valor correspondente a três aluguéis vigentes à época.
Natureza e razão para a operação	Contrato de aluguel para operação de loja.
Posição contratual do emissor	Devedor
Especificar	

CRAL Empreendimentos e Participações Ltda.	01/06/2016	1.232.997,08	135.223,52	100%	10 anos	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel, celebrado entre Grupo Fartura de Hortifrut S.A., na qualidade de Locatário, e CRAL Empreendimentos e Participações Ltda., na qualidade de Locadora, localizado na Rua 3, Chácara 53, Lote 1, Seor Habitacional Vicente Pires, Cidade de Brasília, Distrito Federal. O valor informado no “montante envolvido” corresponde ao valor total dos aluguéis devidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e o valor informado em “saldo existente” representa o saldo em aberto em 30 de setembro de 2020. O valor do aluguel mensal pela locação do imóvel é de 4% do faturamento bruto, tendo como valor mínimo de aluguel R$ 60.000,00, devendo ser considerado o de maior valor.
Garantia e seguros	Não
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser rescindido unilateralmente pelas partes, mediante pagamento de multa de valor correspondente a três aluguéis vigentes à época.
Natureza e razão para a operação	Contrato de aluguel para operação de loja.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda.	23/09/2019	2.805,33	0,00	100%	10 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel, celebrado entre Grupo Fartura de Hortifrut S.A., na qualidade de Locatário, e CRAL Empreendimentos e Participações Ltda., na qualidade de Locadora, localizado na Rua 3, Chácara 53, Lote 1, Seor Habitacional Vicente Pires, Cidade de Brasília, Distrito Federal. O valor informado no “montante envolvido” corresponde ao valor total dos aluguéis devidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e o valor informado em “saldo existente” representa o saldo em aberto em 30 de setembro de 2020. O valor do aluguel mensal pela locação do imóvel é de 4% do faturamento bruto, tendo como valor mínimo de aluguel R$ 60.000,00, devendo ser considerado o de maior valor.						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser rescindido unilateralmente pelas partes, mediante pagamento de multa de valor correspondente a três aluguéis vigentes à época.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de aluguel para operação de loja.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda.	01/12/2017	208.323,18	23.637,16	100%	5 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel, celebrado entre Grupo Fartura de Hortifrut S.A., na qualidade de Locatário, e CRAL Empreendimentos e Participações Ltda., na qualidade de Locadora, localizado na Avenida Cillos, nº 1.778/1.786 Bairro: Jardim São Paulo, Cidade de Americana, São Paulo. O valor informado no “montante envolvido” corresponde ao valor total dos aluguéis devidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e o valor informado em “saldo existente” representa o saldo em aberto em 30 de setembro de 2020.						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser rescindido unilateralmente pelas partes, mediante pagamento de multa de valor correspondente a três aluguéis vigentes à época.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Contrato de aluguel para operação de loja.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CR Alves Participações Ltda.	01/11/2018	420.000,00	46.666,67	100%	10 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel, celebrado entre Grupo Fartura de Hortifrut S.A., na qualidade de Locatário, e CR Alves Participações Ltda., na qualidade de Locadora, localizado na Avenida Dom Pedro II, nº 185, Bairro: Jardim, Cidade de Santo André, São Paulo. O valor informado no “montante envolvido” corresponde ao valor total dos aluguéis devidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e o valor informado em “saldo existente” representa o saldo em aberto em 30 de setembro de 2020. O valor do aluguel mensal pela locação do imóvel é de 4% do faturamento bruto.						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser rescindido unilateralmente pelas partes, mediante pagamento de multa de valor correspondente a três aluguéis vigentes à época.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de aluguel para operação de loja.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Carlos Roberto Alves	31/10/2011	9.900,00	1.100,00	100%	10 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista majoritário e administrador da Companhia						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel, celebrado entre Grupo Fartura de Hortifrut S.A., na qualidade de Locatário, e Carlos Roberto Alves, na qualidade de Locador, localizado na SHC/SW, CCSW, nº 05, Bairro: Sudoeste, Cidade de Brasília, Distrito Federal. O valor informado no “montante envolvido” corresponde ao valor total dos aluguéis devidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e o valor informado em “saldo existente” representa o saldo em aberto em 30 de setembro de 2020.						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser rescindido unilateralmente pelas partes, mediante pagamento de multa de valor correspondente a três aluguéis vigentes à época.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Contrato de aluguel para operação de loja.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Raimundo Desiderio Alves Caetano	01/07/2010	17.244,36	1.916,04	100%	3 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista minoritário e administrador da Companhia						
Objeto contrato	20% do contrato de locação de imóvel, celebrado entre Grupo Fartura de Hortifrut S.A., na qualidade de Locatário, e Raimundo Desiderio Alves Caetano, na qualidade de Locador, localizado na Rua Café, nº 146, Bairro: Jardim Chapadão, Cidade de Campinas, São Paulo. O valor informado no “montante envolvido” corresponde ao valor total dos aluguéis devidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e o valor informado em “saldo existente” representa o saldo em aberto em 30 de setembro de 2020.						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser rescindido unilateralmente pelas partes, mediante pagamento de multa de valor correspondente a três aluguéis vigentes à época.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de aluguel para operação de loja.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Raimundo Desiderio Alves Caetano	01/01/2010	9.649,60	1.102,92	100%	3 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista minoritário e administrador da Companhia						
Objeto contrato	20% do contrato de locação de imóvel, celebrado entre Grupo Fartura de Hortifrut S.A., na qualidade de Locatário, e Raimundo Desiderio Alves Caetano, na qualidade de Locador, localizado na Rua Jundiapeba, nº 346, Bairro: Vila Prudente, Cidade de São Paulo, São Paulo. O valor informado no “montante envolvido” corresponde ao valor total dos aluguéis devidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e o valor informado em “saldo existente” representa o saldo em aberto em 30 de setembro de 2020.						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser rescindido unilateralmente pelas partes, mediante pagamento de multa de valor correspondente a três aluguéis vigentes à época.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Contrato de aluguel para operação de estacionamento loja.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Raimundo Desiderio Alves Caetano	01/11/2016	67.227,93	7.469,77	100%	5 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista minoritário e administrador da Companhia						
Objeto contrato	19,6% do contrato de locação de imóvel, celebrado entre Grupo Fartura de Hortifrut S.A., na qualidade de Locatário, e Raimundo Desiderio Alves Caetano, na qualidade de Locador, localizado na Avenida Amoreiras, nº 1.473 e 1.469, Bairro: São Bernardo, Cidade de Campinas, São Paulo. O valor informado no "montante envolvido" corresponde ao valor total dos aluguéis devidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e o valor informado em "saldo existente" representa o saldo em aberto em 30 de setembro de 2020.						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser rescindido unilateralmente pelas partes, mediante pagamento de multa de valor correspondente a três aluguéis vigentes à época.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de aluguel para operação de frigorífico.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Alex Alves dos Santos Brito	01/11/2016	8.360,82	928,98	100%	5 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista minoritário e administrador da Companhia						
Objeto contrato	2,0% do contrato de locação de imóvel, celebrado entre Grupo Fartura de Hortifrut S.A., na qualidade de Locatário, e Alex Alves dos Santos Brito, na qualidade de Locador, localizado na Avenida Amoreiras, nº 1.473 e 1.469, Bairro: São Bernardo, Cidade de Campinas, São Paulo. O valor informado no "montante envolvido" corresponde ao valor total dos aluguéis devidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e o valor informado em "saldo existente" representa o saldo em aberto em 30 de setembro de 2020.						
Garantia e seguros	Não						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser rescindido unilateralmente pelas partes, mediante pagamento de multa de valor correspondente a três aluguéis vigentes à época.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de aluguel para operação de frigorífico.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Mooca Administradora de Alugueis Ltda.	31/07/2015	1.528.589,72	177.302,78	100%	10 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel, celebrado entre Grupo Fartura de Hortifrut S.A., na qualidade de Locatário, e Mooca Administradora de Alugueis Ltda., na qualidade de Locadora, localizado na Rua Tobias Barreto, nº 735, Bairro: Mooca, Cidade de São Paulo, São Paulo. O valor informado no “montante envolvido” corresponde ao valor total dos aluguéis devidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e o valor informado em “saldo existente” representa o saldo em aberto em 30 de setembro de 2020.						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser rescindido unilateralmente pelas partes, mediante pagamento de multa de valor correspondente a três aluguéis vigentes à época.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de aluguel para operação de loja.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Mooca Administradora de Alugueis Ltda.	01/12/2017	598.949,50	77.427,34	100%	10 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel, celebrado entre Grupo Fartura de Hortifrut S.A., na qualidade de Locatário, e Mooca Administradora de Aluguéis Ltda., na qualidade de Locadora, localizado na Avenida Dr. João Batista de Souza Neres, S/N, Bairro: Jardim Satélite, Cidade de São José dos Campos, São Paulo. O valor informado no “montante envolvido” corresponde ao valor total dos aluguéis devidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e o valor informado em “saldo existente” representa o saldo em aberto em 30 de setembro de 2020.						
Garantia e seguros	Não						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser rescindido unilateralmente pelas partes, mediante pagamento de multa de valor correspondente a três aluguéis vigentes à época.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de aluguel para operação de loja.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Mooca Administradora de Alugueis Ltda.	01/09/2018	1.910.909,60	209.928,00	100%	10 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel, celebrado entre Grupo Fartura de Hortifrut S.A., na qualidade de Locatário, e Mooca Administradora de Aluguéis Ltda., na qualidade de Locadora, localizado na Rua Teodoro Sampaio, nº 1.425, Bairro: Pinheiros, Cidade de São Paulo, São Paulo. O valor informado no “montante envolvido” corresponde ao valor total dos aluguéis devidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e o valor informado em “saldo existente” representa o saldo em aberto em 30 de setembro de 2020.						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser rescindido unilateralmente pelas partes, mediante pagamento de multa de valor correspondente a três aluguéis vigentes à época.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de aluguel para operação de loja.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Mooca Administradora de Alugueis Ltda.	26/09/2019	727.339,43	127.421,36	100%	10 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel, celebrado entre Grupo Fartura de Hortifrut S.A., na qualidade de Locatário, e Mooca Administradora de Alugueis Ltda., na qualidade de Locadora, localizado na Avenida Santa Catarina, nº 1.415, Bairro: Vila Mascote, Cidade de São Paulo, São Paulo. O valor informado no “montante envolvido” corresponde ao valor total dos aluguéis devidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e o valor informado em “saldo existente” representa o saldo em aberto em 30 de setembro de 2020.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	Contrato pode ser rescindido unilateralmente pelas partes, mediante pagamento de multa de valor correspondente a três aluguéis vigentes à época.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de aluguel para operação de loja.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Comércio Atacadista de Frutas e Legumas Global Ltda ME	30/09/2020	1.845.626,00	225.840,00	100%	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum						
Objeto contrato	Operações de compra e venda de produtos praticadas entre Grupo Fartura de Hortifrut S.A., como comprador, e a Comércio Atacadista de Frutas e Legumas Global Ltda ME. O valor descrito no item “montante envolvido” está relacionado aos valores envolvidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e referem-se a diversas ordens de compra ao longo do período e o valor informado em “saldo existente” representa o saldo em aberto em 30 de setembro de 2020.						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	As operações de compra podem ser suspensas a qualquer momento						
Natureza e razão para a operação	Operação de compra de produtos para comercialização.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda.	30/09/2020	29.475,53	9.762,80	100%	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum						
Objeto contrato	Operações de compra e venda de produtos praticadas entre Grupo Fartura de Hortifrut S.A., como comprador, e a Jequitibá Comercial Agrícola Ltda. O valor descrito no item “montante envolvido” está relacionado aos valores envolvidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e referem-se a diversas ordens de compra ao longo do período e o valor informado em “saldo existente” representa o saldo em aberto em 30 de setembro de 2020.						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	As operações de compra podem ser suspensas a qualquer momento						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Operação de compra de produtos para comercialização.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Sevla Construtora e Incorporadora Ltda.	01/01/2020	6.419.573,83	4.832,02	100%	10 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum						
Objeto contrato	Contratos de prestação de serviços de construção e reformas entre Grupo Fartura de Hortifrut S.A., como contratante, e a Sevla Construtora e Incorporadora Ltda, como contratada. O valor descrito no item “montante envolvido” está relacionado aos valores envolvidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e referem-se a diversos serviços ao longo do período, e o valor informado em “saldo existente” representa o saldo em aberto em 30 de setembro de 2020.						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	O Contrato somente poderá ser rescindido motivadamente por quaisquer das partes, a qualquer tempo, por meio de comunicação expressa da parte interessada à outra, nas seguintes hipóteses: a) Inadimplência de qualquer obrigação prevista neste Contrato, desde que a irregularidade não tenha sido sanada dentro do prazo de cura que lhe for concedido; b) A existência de pedido de falência, recuperação financeira judicial ou extrajudicial ou liquidação de qualquer uma das partes; c) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato; d) Violação de qualquer lei anticorrupção.						
	Serviços de construção e reforma de lojas.						
Natureza e razão para a operação	Serviços de construção e reforma de lojas.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Serviços de construção e reforma de lojas.	30/09/2020	8.820,38	8.080,36	100%	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista minoritário e administrador da Companhia.						
Objeto contrato	Operações de compra e venda de produtos praticadas entre Grupo Fartura de Hortifrut S.A., como vendedor, e Alex Alves dos Santos Brito, como comprador. O valor descrito no item “montante envolvido” está relacionado aos valores envolvidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e referem-se a diversas ordens de venda ao longo do período, e o valor informado em “saldo existente” representa o saldo em aberto em 30 de setembro de 2020.						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	As operações de venda podem ser suspensas a qualquer momento						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Venda de produtos.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Carlos Roberto Alves	30/09/2020	16.369,24	5.631,22	100%	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista majoritário e administrador da Companhia.						
Objeto contrato	Operações de compra e venda de produtos praticadas entre Operações de compra e venda de produtos praticadas entre Grupo Fartura de Hortifrut S.A., como vendedor, e Carlos Roberto Alves, como comprador. O valor descrito no item “montante envolvido” está relacionado aos valores envolvidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e referem-se a diversas ordens de venda ao longo do período, e o valor informado em “saldo existente” representa o saldo em aberto em 30 de setembro de 2020.						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	As operações de venda podem ser suspensas a qualquer momento						
Natureza e razão para a operação	Venda de produtos.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
FCA Comércio de Alimentos Ltda.	30/09/2020	42.086,17	4.422,99	100%	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum						
Objeto contrato	Operações de compra e venda de produtos praticadas entre Operações de compra e venda de produtos praticadas entre Grupo Fartura de Hortifrut S.A., como vendedor, e FCA Comércio de Alimentos Ltda., como comprador. O valor descrito no item “montante envolvido” está relacionado aos valores envolvidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e referem-se a diversas ordens de venda ao longo do período, e o valor informado em “saldo existente” representa o saldo em aberto em 30 de setembro de 2020.						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	As operações de venda podem ser suspensas a qualquer momento						
Natureza e razão para a operação	Venda de produtos.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda.	30/09/2020	300.988,78	42.768,11	100%	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum						
Objeto contrato	Operações de compra e venda de produtos praticadas entre Grupo Fartura de Hortifrut S.A., como vendedor, e Jequitibá Comercial Agrícola Ltda., como comprador. O valor descrito no item “montante envolvido” está relacionado aos valores envolvidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e referem-se a diversas ordens de venda ao longo do período, e o valor informado em “saldo existente” representa o saldo em aberto em 30 de setembro de 2020.						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	As operações de venda podem ser suspensas a qualquer momento						
Natureza e razão para a operação	Venda de produtos.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Sevla Construtora e Incorporadora Ltda.	30/09/2020	891,30	891,30	100%	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista minoritário e administrador da Companhia.						
Objeto contrato	Operações de compra e venda de produtos praticadas entre Grupo Fartura de Hortifrut S.A., como vendedor, e Sevla Construtora e Incorporadora Ltda., como comprador. O valor descrito no item “montante envolvido” está relacionado aos valores envolvidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e referem-se a diversas ordens de venda ao longo do período, e o valor informado em “saldo existente” representa o saldo em aberto em 30 de setembro de 2020.						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	As operações de venda podem ser suspensas a qualquer momento						
Natureza e razão para a operação	Venda de produtos.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Super Varejão Caraca Ltda.	30/09/2020	931.453,83	378.449,61	100%	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista minoritário e administrador da Companhia.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Operações de compra e venda de produtos praticadas entre Grupo Fartura de Hortifrut S.A., como vendedor, e Super Varejão Caraca Ltda., como comprador. O valor descrito no item “montante envolvido” está relacionado aos valores envolvidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e referem-se a diversas ordens de venda ao longo do período, e o valor informado em “saldo existente” representa o saldo em aberto em 30 de setembro de 2020.						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	As operações de venda podem ser suspensas a qualquer momento						
Natureza e razão para a operação	Venda de produtos.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

714

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

(a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Em conformidade com o disposto no artigo 156 da Lei nº 6.404, a Companhia segue as práticas de governança, e possui Código de Ética e Conduta, que reflete as normas e condutas que devem ser tomadas em casos de potenciais conflitos de interesses. Assim, todas as operações da Companhia, incluindo aquelas que envolvem partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da Companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes. sejam realizadas em termos e condições usuais de mercado, sempre respeitando os interesses da Companhia.

(b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia, ao realizar quaisquer transações com partes relacionadas, observa as condições praticadas pelo mercado à época da contratação da respectiva operação e tomando-se como base, ainda, negociações da mesma natureza realizadas anteriormente pela Companhia com seus parceiros.

A maior parte das transações com partes relacionadas são contratadas através de pedidos de mercadorias ou serviços devidamente negociados, especificando as principais características e condições, tais como preço, prazos, locais de entrega entre outras, oportunidade em que é analisado o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas e, caso haja a necessidade de pagamento compensatório dessas transações, este será adequado a tais negociações, mediante, em alguns casos, avaliação do caráter personalíssimo da obrigação e valor justo das mercadorias adquiridas e de reputação do prestador de serviços, entre outros, mediante sua comparação, quando aplicável, com outras operações semelhantes praticadas pelo mercado em geral. Dentre essas características também deverá constar expressamente a possibilidade de resilição, pela Companhia, de qualquer transação com parte relacionada que seja de trato sucessivo, em condições equivalentes àquelas disponíveis nos contratos com partes não-relacionadas.

- **Locação de imóveis**

De forma a garantir que os valores referentes aos contratos de locação de seus imóveis comerciais firmados com partes relacionadas sejam razoáveis e em linha com preços praticados no mercado, a Companhia realiza a cotação de preços médios de aluguel por m2 de imóveis comerciais com as mesmas características e localidades aonde estão instaladas as nossas lojas. As pesquisas de preços indicam que os valores propostos estão em linha com os valores de mercado. Além disso, existem contratos que preveem uma remuneração variável de acordo com um percentual da venda bruta – tais percentuais são similares aos praticados também em contratos com terceiros.

Destaca-se que não é raro ao setor de varejo aplicar valores de aluguéis como proporção da receita de cada loja, considerando que quanto maior o fluxo de consumidores que frequenta o imóvel, mais valorizado aquele imóvel é para o desenvolvimento de qualquer atividade de varejo. Assim, a Companhia esclarece que também utiliza esse método de precificação também com terceiros.

Vale também mencionar que a escolha de imóveis para a localização de nossas lojas não privilegia em nenhuma hipótese imóveis de partes relacionadas. Pelo contrário, os aluguéis contratados junto a partes relacionadas foram feitos de forma a suprir a ausência de oferta de outros imóveis comerciais no padrão para nossas lojas em cada uma dessas regiões. Neste sentido, a Companhia entende que as contratações com partes relacionadas atendem aos seus melhores interesses, tendo sido celebradas em condições estritamente comutativas e com pagamento compensatório adequado.

- **Operações Comerciais de Compra e Venda Mercadorias**

As operações de compra e de venda de mercadorias com partes relacionadas são realizadas observando os preços de produtos determinados de acordo com as condições de mercado para todas as operações e levam em consideração a qualidade e especificação dos produtos, principalmente para produtos perecíveis. As operações devem seguir a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia. As condições estipuladas para cada compra ou venda de produtos devem ser formalizadas por meio de celebração de pedidos individuais.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

- **Prestação de Serviços para Construções**

A Companhia possui como prática realizar periodicamente cotações de preços entre gerenciadores de obras e de fornecimento de mão de obra para serviços de construção para realização de suas obras em lojas e centros de distribuição. A atual empresa que presta estes serviços para a Companhia em obras em andamento apresenta as melhores condições entre propostas técnicas (qualidade e escopo de serviços) e preço.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Não há outras informações relevantes com relação a este item 16 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
16/10/2020	0,00		1.318.780	0	1.318.780
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
31/08/2019	91.438.041,56		2.781.220	0	2.781.220
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
31/08/2019	91.438.041,56		2.781.220	0	2.781.220
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
31/08/2019	91.438.041,56		2.781.220	0	2.781.220

718

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/11/2017	Assembleia Geral	30/11/2017	250.000.041,62	Subscrição particular	802.275	0	802.275	52,87350109	311,61	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Conforme art.170 §1º, inciso I da Lei das Sociedades por Ações o preço de emissão foi fixado de acordo com o valor do patrimônio líquido da ação.

Forma de integralização Moeda Corrente Nacional.

31/08/2019	Assembleia Geral	31/08/2019	97.968.292,94	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

719

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve bonificação, desdobramento ou grupamento de ações da Companhia.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
31/08/2019	31/08/2019	133.894.427,00	385.189	0	385.189	40,57920000	347,61

Forma de restituição Moeda Nacional

Razão para redução Cisão Parcial da Companhia, nos termos da Lei do §5º do art. 229 da Lei das Sociedades por Ações

17.5 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 17 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Aos acionistas da Companhia é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social, nos termos do artigo 13 do Estatuto Social.
Outras características relevantes	A Companhia solicitou a admissão de suas ações à negociação no segmento do Novo Mercado da B3. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado somente será deferida pela B3 caso seja precedida de oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) realizada dentro do previsto na regulamentação editada pela CVM sobre OPAs para cancelamento de registro de companhia aberta. A realização da OPA pode ser dispensada por meio de aprovação em assembleia geral. A OPA deve possuir preço justo, baseado em laudo de avaliação, na forma estabelecida pela legislação societária. Além disso, os acionistas titulares de mais de 1/3 das ações em circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

A Companhia não possui regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

Com relação à regra estatutária que os obriguem a realizar oferta pública, o Estatuto Social da Companhia determina que a alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

O Estatuto Social não estabelece exceções ao exercício de direitos patrimoniais ou políticos dos acionistas. Todavia, os acionistas terão seus direitos suspensos, na forma do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações e do parágrafo único do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia, caso não cumpram obrigação imposta pela lei ou pelo estatuto, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação. Adicionalmente, nos termos do artigo 171, parágrafo 4° da Lei das Sociedades por Ações, o direito de preferência pode estar sujeito a prazo decadencial, estabelecido pelo Estatuto Social e não inferior a trinta dias.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação. A oferta pública inicial de ações da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série
Data de emissão	10/09/2018
Data de vencimento	10/09/2022
Quantidade (Unidades)	50.000
Valor total (Reais)	50.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	33.405.002,61
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”) as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, observados os termos previstos na Escritura (“Resgate Antecipado Facultativa”). O valor do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, conforme definições constantes da escritura de emissão de debêntures (“Escritura”), será equivalente ao saldo ou ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração, devida e ainda não paga, calculada pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, e (ii) de um prêmio flat, de 2% incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário a ser resgatado, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data da Primeira Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.
Características dos valores mobiliários de dívida	A 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única da Companhia, foi realizada com esforços restritos de distribuição. As principais hipóteses de vencimento antecipado nos termos da Escritura são: inadimplemento da Companhia com relação a qualquer obrigação pecuniária perante os Debenturistas; decretação de falência da Companhia; declaração de vencimento antecipado de dívidas financeiras da Companhia e/ou controlada, cujo valor individual ou agregado seja superior a R$ 5.000.000,00; alteração no controle acionário direto ou indireto da Companhia, entre outros.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Todas as deliberações em Assembleia Geral de Debenturistas deverão ser aprovadas pelos Debenturistas que representem no mínimo 2/3 das Debêntures em Circulação, exceto quando exigido quórum diferente.
Outras características relevantes	N/A

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série
Data de emissão	10/12/2019

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Data de vencimento	10/12/2023
Quantidade (Unidades)	80.000
Valor total (Reais)	80.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	80.127.975,87
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos da Instrução CVM nº. 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”) as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, observados os termos previstos na Escritura (“Resgate Antecipado Facultativa”). O valor do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, conforme definições constantes da escritura de emissão de debêntures (“Escritura”), será equivalente ao saldo ou ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração, devida e não paga, calculada pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate e (ii) de um prêmio flat, de 2% incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário a ser resgatado, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data da Primeira Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.
Características dos valores mobiliários de dívida	2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, que foi realizada com esforços restritos de distribuição. As principais hipóteses de vencimento antecipado nos termos da Escritura são: inadimplemento da Companhia com relação a qualquer obrigação pecuniária perante os Debenturistas; decretação de falência; declaração de vencimento antecipado de dívidas financeiras da Companhia e/ou controlada, no mercado financeiro ou de capitais cujo valor individual ou agregado seja superior a R$ 5.000.000,00; alteração no controle acionário direto ou indireto da Companhia, entre outros.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Todas as deliberações em Assembleia Geral de Debenturistas deverão ser aprovadas pelos Debenturistas que representem no mínimo 2/3 das Debêntures em Circulação, exceto quando exigido quórum diferente.
Outras características relevantes	N/A

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	2

729

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui os seguintes valores mobiliários admitidos à negociação na B3, conforme descritos na seção 18.5 acima:

- 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição

- 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

Adicionalmente, a oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3. Uma vez concedido o registro, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

Primeira Emissão de Debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companha, realizada em 5 de setembro de 2018, os acionistas da Companhia autorizaram a realização da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação de 50.000 debêntures. O valor nominal unitário na data da emissão foi de R$ 1.000,00, perfazendo o montante total de R$ 50.000.000,00. Referida oferta foi dispensada de registro perante a CVM, tendo em vista que a oferta foi realizada nos termos da Instrução CVM 476. Para maiores informações dessa emissão, consultar o item 18.5 deste Formulário de Referência.

Segunda Emissão de Debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companha, realizada em 26 de novembro de 2019, os acionistas da Companhia autorizaram a realização da segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação de 80.000 debêntures. O valor nominal unitário na data da emissão foi de R$ 1.000,00, perfazendo o montante total de R$ 80.000.000,00. Referida oferta foi dispensada de registro perante a CVM, tendo em vista que a oferta foi realizada nos termos da Instrução CVM 476. Para maiores informações dessa emissão, consultar o item 18.5 deste Formulário de Referência.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

(a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos captados por meio da primeira emissão de debêntures da Companhia foram destinados para o alongamento do perfil do endividamento da Companhia.

Os recursos captados por meio da segunda emissão de debêntures da Companhia foram destinados para: o reperfilamento do passivo da Companhia.

(b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve qualquer desvio relevante entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos documentos da oferta.

(c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que não houve qualquer desvio.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

Não aplicável, dado que a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação à seção 18 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de sua emissão nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, não há valores mobiliários em tesouraria.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Não há outras informações relevantes com relação a este item 19 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**16/10/2020**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	O(s) Acionista(s) Controlador(es), direto(s) e indireto(s), os Administradores, os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, os membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, criados por disposição estatutária, ou, ainda, os Associados com Acesso à Informação Privilegiada (“Pessoas Vinculadas”).

Principais características e locais de consulta

O propósito da “Política de Negociação de Valores Mobiliários” (“Política de Negociação”) é estabelecer regras que deverão ser observadas pelas Pessoas Vinculadas e pela Companhia para assegurar a observância de práticas de boa conduta na negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, bem como evitar o uso inadequado de informações privilegiadas, nos termos da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”).

A Política de Negociação está disponibilizada para consulta eletronicamente pelos sites: (i) da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Neste website, acessar, na página inicial, em acesso rápido, “Companhias – Informações Periódicas e Eventuais de Companhias” e digitar “Grupo Fartura de Hortifruti S.A.” no campo disponível, posteriormente selecionar a Política no campo categoria; (ii) da Companhia (ri.redeoba.com.br); bem como fisicamente na sede social da Companhia, localizada na Avenida Comendador Aladino Selmi, 2502 – Galpão 5, Parque Cidade Campinas, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13069-036.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

Pendência de Divulgação de Fato Relevante
É vedada a negociação de valores mobiliários por Pessoa Vinculada que possa ter conhecimento de informação privilegiada sobre a Companhia até que ela a divulgue ao mercado na forma de ato/fato relevante, conforme a Política. Também se aplica quando estiver em curso aquisição ou alienação de valores mobiliários pela Companhia, sociedades controladas, sociedades coligadas ou sociedade sob controle comum; ou houver sido outorgada opção ou mandato para isso; e quando existir a intenção de promover incorporação, cisão total/parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia.

Após Divulgação de Ato/Fato Relevante
Nesses casos, mesmo após a divulgação de ato/fato relevante, prevalecerá a proibição de negociação se ela puder interferir nas condições dos negócios com valores mobiliários, acarretando dano à Companhia/acionistas. Tal restrição deve ser informada pelo DRI.

Período Anterior à Divulgação de ITR, DFP e Distribuição de Resultados
Pessoas Vinculadas não poderão negociar valores mobiliários no período de 15 dias anterior à divulgação/publicação das informações trimestrais e demonstrações financeiras padronizadas. Tais restrições não se aplicam na hipótese de plano de investimento que atenda aos requisitos aplicáveis. Pessoas Vinculadas também não podem negociar valores mobiliários em período determinado pelo DRI, desde a decisão de aumentar o capital social, distribuir resultados, bonificações em ações ou seus derivativos ou aprovar desdobramento, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios.

Deliberação Relativa à Aquisição ou à Alienação de Ações de Emissão da Companhia
O Conselho não poderá aprovar programa de recompra enquanto não forem divulgadas ao público informações sobre a celebração de acordo ou contrato para a transferência do controle acionário; outorga de opção ou mandato para o fim de transferência de do controle; ou existência de intenção de promover incorporação, cisão total/parcial, fusão, transformação ou reorganização societária que envolva a Companhia. Caso após a aprovação de programa de recompra ocorra fato que se enquadre em qualquer das 3 hipóteses acima, a Companhia suspenderá imediatamente as operações com seus valores mobiliários até a divulgação do respectivo ato/fato relevante.

Ex-Administradores
Os ex-administradores que se afastarem da administração antes da divulgação pública de ato/fato relevante relativo a negócio/fato iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar valores mobiliários pelo prazo de 6 meses ou até que tal ato/fato relevante tenha sido divulgado, o que ocorrer por último, observado o disposto abaixo. Se a negociação com os valores mobiliários, mesmo após a divulgação do ato/fato relevante, puder interferir nas condições dos referidos negócios em prejuízo da Companhia/de seus acionistas, os ex-administradores não poderão negociar valores mobiliários pelo prazo mínimo de 6 meses após seu afastamento, devendo tal restrição adicional ser informada pelo DRI.

Vedações Adicionais
As vedações também se aplicam às negociações realizadas direta ou indiretamente por Pessoas Vinculadas caso estas negociações se deem por intermédio de pessoas ligadas; terceiros com quem tiverem celebrado contrato de administração de carteira ou de negócio fiduciário; ou qualquer pessoa que tenha tido conhecimento de informação privilegiada, por meio de Pessoa Vinculada, sabendo que ainda não foi divulgada ao mercado. Não são consideradas negociações indiretas e não estão sujeitas à vedação, as negociações realizadas por fundos e/ou clubes de investimento de que sejam cotistas as pessoas acima, desde que não sejam exclusivos; e as decisões de negociação do administrador do fundo e/ou clube de investimento não possam de qualquer forma ser influenciadas por seus cotistas.

20.2 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 20 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

Exceto pela "*Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante do Grupo Fartura de Hortifrut S.A.*", aprovada em reunião do Conselho de Administração do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. realizada em 16 de outubro de 2020 ("Política de Divulgação"), a Companhia não adota qualquer outra norma, regimento ou procedimento interno relativo à divulgação de informações.

De acordo com a legislação e as normas da CVM em vigor, em especial a Lei das Sociedades por Ações e as Instruções CVM 358 e 480, toda e qualquer companhia de capital aberto deve, como regra geral, apresentar à CVM determinadas informações periódicas, tais como informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes, bem com o arquivar junto à CVM quaisquer acordos de acionistas existentes, avisos concernentes às assembleias gerais de acionistas e cópias de atas e comunicados relativos à divulgação de atos ou eventuais fatos relevantes. Nesse sentido, a Companhia deve cumprir com as normas e legislação relacionadas acima.

A Instrução CVM 358 disciplina, ainda, algumas regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e a aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante, os quais originam a obrigatoriedade de divulgação de informações ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, resoluções de assembleia geral de acionistas ou da administração da Companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, financeiros ou econômicos relacionados com os negócios da Companhia que possam influenciar o preço de suas ações e/ou a decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou de exercer quaisquer direitos subjacentes às ações;

- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da Companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a Companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à Companhia em questão;

- obrigam a companhia de capital aberto a divulgar atos ou fatos relevantes à CVM, bem como ao mercado em geral, por meio da publicação dos referidos atos ou fatos relevantes nos jornais geralmente utilizados pela referida companhia;

- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da Companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;

- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto divulguem à CVM o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas subsidiárias e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando, ainda, quaisquer mudanças em referidas posições acionárias;

- exigem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração de uma companhia de capital aberto alterem sua participação direta ou indireta, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social de companhia aberta, referido acionista ou entidade divulgue as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e

- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

O texto completo da Política de Divulgação poderá ser encontrado na página de relação com investidores da Companhia (ri.redeoba.com.br); bem como fisicamente na sede social da Companhia, localizada na Avenida Comendador Aladino Selmi, 2502 – Galpão 5, Parque Cidade Campinas, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13069-036.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. ("Política de Divulgação"), aprovada em reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 16 de outubro de 2020, tem como propósito disciplinar os procedimentos internos a serem adotados com a finalidade de atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à divulgação de ato ou fato relevante, nos termos da Instrução CVM 358.

A divulgação e comunicação à CVM e às entidades do mercado de ato ou fato relevante, pelos canais institucionais de comunicação da Companhia, assim como a adoção dos demais procedimentos previstos na Política de Divulgação, é obrigação do diretor de relações com investidores, conforme definido na Política de Divulgação.

O ato ou fato relevante deverá ser divulgado em portal de notícias com página na rede mundial de computadores, bem como disponibilizado: (i) na página do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema Empresas.Net); e (ii) no website de Relações com Investidores da Companhia (ri.redeoba.com.br) em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM.

A informação constante de ato ou fato relevante deverá ser apresentada de forma clara e precisa, em linguagem objetiva e acessível ao público investidor. Sempre que for utilizado algum conceito técnico que, a critério do diretor de relações com investidores, seja considerado como de maior complexidade, uma explicação sobre o seu significado deverá constar da informação divulgada.

Na hipótese de veiculação de ato ou fato relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, deverá o diretor de relações com investidores divulgar simultaneamente a respectiva informação ao mercado, na forma estabelecida na Política de Divulgação.

O acionista controlador, os diretores, os membros do conselho de administração, do conselho fiscal (quando instalado) e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, quando instalados, que tenham firmado termo constante da Política de Divulgação, bem como qualquer empregado da Companhia que venha a ter acesso a informações sobre ato ou fato relevante, conforme descrito na Política de Divulgação, serão responsáveis por comunicar ao diretor de relações com investidores todo e qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento e que saibam não ter ainda chegado ao conhecimento do diretor de relações com investidores, que promoverá sua divulgação.

A comunicação ao diretor de relações com investidores deverá ser feita por meio de correio eletrônico, para o endereço ri@redeoba.com.br.

Caso as pessoas mencionadas acima constatem a omissão do diretor de relações com investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, e desde que não tenha sido deliberada a manutenção do sigilo sobre o ato ou fato relevante – nos termos da Política de Divulgação – tais pessoas deverão comunicar imediatamente o ato ou fato relevante à CVM, para se eximirem de responsabilidade imposta pela regulamentação aplicável em caso de sua não divulgação.

Sempre que a CVM ou as entidades do mercado exigirem do diretor de relações com investidores esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de ato ou fato relevante, ou caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários, deverá o diretor de relações com investidores inquirir as pessoas com acesso a atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

As pessoas inquiridas na forma do parágrafo acima deverão responder à solicitação do diretor de relações com investidores imediatamente. Caso não tenham condições de se encontrarem pessoalmente ou falarem por telefone com o diretor de relações com investidores ainda no mesmo dia em que este tiver tido conhecimento da respectiva exigência da CVM ou das entidades do mercado, as pessoas em questão deverão enviar correio eletrônico com as informações pertinentes para o endereço ri@redeoba.com.br

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A divulgação de ato ou fato relevante deverá ser feita, simultaneamente à CVM e às entidades de mercado, sempre que possível 1 hora antes do início ou após o encerramento dos negócios nas entidades do mercado.

Quando os valores mobiliários estiverem sendo negociados simultaneamente em entidades do mercado brasileiras e estrangeiras, a divulgação de ato ou fato relevante deverá ser feita, sempre que possível 1 hora antes do início ou após o encerramento dos negócios em todos os países, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 21 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.